



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

**Distribuição e socialização dos riscos do desemprego no Brasil:
Estado, mercado de trabalho e esfera familiar**

São Paulo

2022

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES

**Distribuição e socialização dos riscos do desemprego no Brasil:
Estado, mercado de trabalho e esfera familiar**

Versão Corrigida

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M541d Menezes, Vitor Matheus Oliveira de
Distribuição e socialização dos riscos do
desemprego no Brasil: Estado, mercado de trabalho e
esfera familiar / Vitor Matheus Oliveira de Menezes;
orientador Nadya Araujo Guimarães - São Paulo, 2022.
382 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Desemprego. 2. Políticas públicas. 3. Mercado
de trabalho. 4. Família. 5. Desigualdades. I.
Guimarães, Nadya Araujo, orient. II. Título.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de. **Distribuição e socialização dos riscos do desemprego no Brasil: Estado, mercado de trabalho e esfera familiar.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em: 24 de agosto de 2022.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Carlos Henrique Leite Corseuil

Instituição: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Profa. Dra. Simone Wajnman

Instituição: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG)

Agradecimentos

Por diversos motivos, esta Tese significa muito para mim. Foram quatro anos de muito aprendizado e dedicação. Embora a escrita seja uma atividade solitária, esta Tese só foi possível por causa do apoio, institucional e pessoal, que obtive durante a realização do Doutorado. Tentarei me lembrar dos contatos mais significativos, e peço desculpas por esquecimentos injustos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP) pelo acolhimento desde 2018. Mantive contato com professores e colegas muito inspiradores, que me ajudaram a amadurecer a Tese e a imaginar novos horizontes de pesquisa. Também agradeço ao auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possibilitou minha dedicação à escrita da Tese.

Agradeço à minha orientadora, profa. Nadya Guimarães, pelo seu apoio irrestrito durante a minha trajetória. Não é exagero afirmar que devo muito desta Tese a ela. Em cada conversa, costumava sair com ideias instigantes e uma energia renovada, que pouco tempo depois, eram aplicadas à escrita do texto. Estou seguro de que sou um novo pesquisador após contar com a sua orientação, e espero que esta pesquisa esteja à altura da leitura e das críticas atentas que a profa. Nadya dedicou à Tese.

Também agradeço ao grupo da Oficina de Sociologia Econômica e do Trabalho (Oset), sob coordenação da profa. Nadya Guimarães. Diversos capítulos desta Tese passaram pelo crivo dos colegas e pesquisadores convidados: Adalberto Cardoso, Alvaro Comin, Carlos Corseuil, Claudio Dedecca, Ian Prates, Marcella Araujo, Priscila Vieira, Rogério Barbosa e Simone Wajnman. Estendo o agradecimento ao grupo Krisis, sob coordenação do professor André Nahoum, que acolheu e discutiu um dos capítulos da Tese.

À banca examinadora, sou grato pela disponibilidade e interesse de ler e discutir a Tese. Todos cumpriram um papel relevante no meu amadurecimento, tanto os membros titulares (Adalberto Cardoso, Carlos Corseuil e Simone Wajnman) quanto os membros suplentes (Alvaro Comin, Marcella Araujo e Rogério Barbosa). Reforço o agradecimento aos professores Adalberto Cardoso e Carlos Corseuil, por suas contribuições na banca de qualificação.

No Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e no Congresso Brasileiro de Sociologia, pude contar com as críticas e sugestões de Eduardo Marques, Elisa Klüger, Eduardo Bonaldi e José Alcides, direcionadas

a versões preliminares dos capítulos da Tese. Também agradeço à profa. Maria Helena Oliva Augusto, que ao ministrar a disciplina Análise de Projeto, teceu comentários relevantes sobre o plano de pesquisa.

Alguns apoios institucionais foram essenciais para a coleta, o acesso e a análise de dados. Agradeço ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por disponibilizar o banco de dados da Pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, da qual fiz parte entre os anos de 2015 e 2016. Também agradeço aos funcionários e à coordenação do SineBahia, pela oportunidade de conduzir uma pesquisa qualitativa na Unidade Central do Serviço. Estendo esse agradecimento à coordenação da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), que disponibilizou o contato de ex-alunos da instituição, o que me permitiu agendar e realizar entrevistas.

Não poderia deixar de agradecer a alguns pesquisadores que, com muita paciência e interesse, me auxiliaram na etapa quantitativa da pesquisa: Rogério Barbosa, Ian Prates e Murillo Marschner. Já na reta final, pude contar com a ajuda de Fernando Gonçalves e Daniel Dantas. Esses apoios foram fundamentais para que eu empreendesse, com mais segurança, técnicas diversas de análise dos dados. Também agradeço aos colegas da Pós-Graduação em Sociologia da USP, que não apenas comentaram o projeto de pesquisa em seu estágio inicial, como também me ajudaram a atravessar a escrita da Tese de maneira mais leve.

Os próximos trechos possuem um significado especial. Minha dedicação à vida acadêmica, especialmente em um período difícil, como foi a pandemia de COVID-19, só foi possível porque contei com o amor incondicional da minha família. Meus pais, Antônio Matheus e Iacy Oliveira, sempre me inspiraram e deram o que possuem de melhor. Sou grato por estarem, presencialmente ou à distância, disponíveis e dispostos a me oferecerem carinho, suporte e palavras de estímulo e conforto. Também agradeço ao meu irmão, Diego Menezes, pela parceria que temos construído desde a infância. Sua presença sempre foi fundamental em minha vida, e fico feliz ao lembrar que podemos contar um com o outro.

Reservei o último agradecimento à pessoa que, de maneira mais intensa, me acompanhou durante os altos e baixos do Doutorado: minha companheira, Nara Brito, com a qual compartilhei a vida nos últimos dez anos. Esta Tese não seria possível sem o seu apoio. Em momentos decisivos, quando eu me sentia sem forças ou era preenchido por incertezas, encontrei em você um porto-seguro. E ainda mais importante do que a pesquisa, agradeço por vivermos e planejarmos uma vida inteira juntos, e por contar com o seu amor todos os dias. Crescemos juntos, e seguimos juntos.

Resumo

Esta Tese analisa o desemprego tendo como foco o regime brasileiro de bem-estar social. Como o título antevê, seu objetivo é investigar a forma pela qual os riscos do desemprego são distribuídos e socializados no Brasil. Para isso, a pesquisa se divide em três partes. Na Parte I, discuto a relação entre Estado e desemprego no capitalismo central e no Brasil, o que faço ao analisar a história da inscrição do desemprego na agenda pública e a elaboração das principais políticas de emprego. O Capítulo 1 debate, em linhas gerais, a socialização dos riscos do desemprego entre o final do século XIX e o início do século XXI, enquanto o Capítulo 2 analisa a evolução normativa e os principais indicadores de efetividade do seguro-desemprego brasileiro. Em seguida, o Capítulo 3 aborda a elaboração e a implementação das políticas de intermediação de mão de obra e qualificação profissional no Brasil, com ênfase no seu papel para a formação do mercado de trabalho e o espaço atribuído ao desemprego na agenda estatal. Já a Parte II da Tese se dirige ao funcionamento do mercado de trabalho, levando em conta suas dinâmicas e as práticas de classificação que codificam posições nesse mercado. Para isso, o Capítulo 4 examina a forma como o conceito de desemprego é operacionalizado nas pesquisas domiciliares, discutindo as mudanças e continuidades com o passar do tempo e a fluidez das fronteiras entre o desemprego, a ocupação e a inatividade no Brasil. Por sua vez, o Capítulo 5 analisa a distribuição dos riscos do desemprego em um período mais recente, ao problematizar como as características dos indivíduos, a composição do mercado de trabalho e a esfera familiar se interseccionam na definição das oportunidades econômicas dos trabalhadores. Por fim, a Parte III se dirige à esfera familiar, com o objetivo de elucidar a socialização informal dos riscos do desemprego no Brasil, em um cenário marcado por insuficiências e desigualdades no acesso à proteção pública. Assim, no Capítulo 6, analiso um grande banco de dados composto por entrevistas qualitativas, a fim de criar classes lexicais que sintetizem os discursos sobre a família e o desemprego em regiões metropolitanas brasileiras. Os Capítulos 7 e 8 encerram a Tese e apresentam os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida em Salvador, capital do estado da Bahia, no ano de 2019. Essa pesquisa se baseou em entrevistas de indivíduos com perfis deliberadamente variados, a fim de investigar as experiências desiguais de desemprego e de proteção familiar em uma grande metrópole.

Palavras-chave: Desemprego; políticas públicas; mercado de trabalho; família; desigualdades.

Abstract

This Thesis analyzes unemployment having as focus the Brazilian social welfare regime. As the title suggests, its objective is to investigate the way in which the risks of unemployment are distributed and socialized in Brazil. For this, the research is divided into three parts. In Part I, I discuss the relationship between State and unemployment in central capitalism and in Brazil, which I do by examining the history of the inclusion of unemployment in the public agenda and the elaboration of the main employment policies. Chapter 1 debates, in general terms, the socialization of the unemployment risks between the end of the 19th century and the beginning of the 21st century, while Chapter 2 investigates regulatory developments and the main indicators of effectiveness of the Brazilian unemployment insurance. Then, Chapter 3 addresses the elaboration and implementation of labor intermediation and professional qualification policies in Brazil, in view of their role in shaping the labor market and the space assigned to unemployment in the state agenda. Part II of the Thesis, on the other hand, addresses the functioning of the labor market, considering its dynamics and the classification practices that codify positions in this market. To this end, Chapter 4 examines how the concept of unemployment is operationalized in household surveys, discussing changes and continuities over time and the fluidity of the boundaries between unemployment, occupation, and inactivity in Brazil. After, Chapter 5 analyzes the distribution of unemployment risks in a more recent period, by discussing how the characteristics of individuals, the composition of the labor market and the family sphere intersect in the definition of economic opportunities for workers. Finally, Part III addresses the family sphere, with the objective of elucidating the informal socialization of the unemployment risks in Brazil, in a scenario marked by insufficiency and inequality of access to public protection. Thus, in Chapter 6, I analyze a large database composed of qualitative interviews, with the aim of creating lexical classes that synthesize the discourses on family and unemployment in Brazilian metropolitan regions. Chapters 7 and 8 close the Thesis and present the results of a field research carried out in Salvador, capital of the state of Bahia, in 2019. This research was based on the interview of individuals with deliberately varied profiles, in order to investigate the unequal experiences of unemployment and family protection in a large metropolis.

Keywords: Unemployment; public policy; labor market; family; inequalities.

Resumen

Esta tesis analiza el desempleo centrándose en el régimen de bienestar social brasileño. Como presagia el título, su objetivo es investigar la forma en que se distribuyen y socializan los riesgos de desempleo en Brasil. Para ello, la investigación se divide en tres partes. En la Parte I, analizo la relación entre el Estado y el desempleo en el capitalismo central y en Brasil, lo que hago a partir del análisis de la historia de inscripción del desempleo en la agenda pública y la elaboración de las principales políticas de empleo. El capítulo 1 discute, en términos generales, la socialización de los riesgos de desempleo entre finales del siglo XIX y principios del siglo XXI, mientras que el capítulo 2 analiza la evolución normativa y los principales indicadores de eficacia del seguro de desempleo brasileño. Luego, el capítulo 3 aborda la elaboración y aplicación de las políticas de intermediación laboral y de cualificación profesional en Brasil, teniendo en cuenta su papel en la configuración del mercado de trabajo y el espacio atribuido al desempleo en la agenda estatal. La Parte II de la Tesis aborda el funcionamiento del mercado de trabajo, teniendo en cuenta sus dinámicas y las prácticas de clasificación que codifican las posiciones en este mercado. Para ello, el capítulo 4 examina la forma en que el concepto de desempleo es operacionalizado en las encuestas de hogares, analizando los cambios y las continuidades a lo largo del tiempo y la fluidez de los límites entre el desempleo, la ocupación y la inactividad en Brasil. A su vez, el capítulo 5 analiza la distribución de los riesgos de desempleo en un periodo más reciente, problematizando cómo las características de los individuos, la composición del mercado laboral y la esfera familiar se cruzan en la definición de las oportunidades económicas de los trabajadores. Por fin, la Parte III aborda el ámbito familiar, con el objetivo de dilucidar la socialización informal de los riesgos del desempleo en Brasil, en un escenario marcado por la insuficiencia y la desigualdad en el acceso a la protección pública. Así, en el capítulo 6, analizo una gran base de datos compuesta por entrevistas cualitativas para crear clases léxicas que sintetizen los discursos sobre la familia y el desempleo en las regiones metropolitanas brasileñas. Los capítulos 7 y 8 cierran la Tesis y presentan los resultados de una investigación de campo desarrollada en Salvador, capital del estado de Bahía, en el año 2019. Esta investigación se basó en entrevistar a individuos con perfiles deliberadamente variados para investigar las experiencias desiguales del desempleo y la protección familiar en una gran metrópolis.

Palabras clave: Desempleo; políticas públicas; mercado laboral; familia; desigualdades.

Lista de ilustrações

Figura 1	Desenho da pesquisa e caracterização de cada etapa	25
Figura 2	Índice de crescimento da quantidade de segurados, de trabalhadores com carteira assinada e de trabalhadores desempregados (1992-2012 / 2012-2019)	70
Figura 3	Taxa de desemprego e cobertura efetiva do seguro-desemprego (1993-2017)	74
Figura 4	Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil (1996-2017)	80
Figura 5	Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego (2017)	83
Figura 6	Quantidade e densidade dos postos de atendimento (2000-2019)	113
Figura 7	Números absolutos da performance do Sine (1998-2019)	115
Figura 8	Providências de procura por emprego (1992-2019)	119
Figura 9	Colocação, admissão e atratividade para trabalhadores, por sexo, idade e escolaridade (2019)	123
Figura 10	Taxa de desemprego aberto na RM de São Paulo (1991-2002)	143
Figura 11	Taxas de desemprego segundo a PNAD (2001-2015) e a PNAD-C (2012-2019)	147
Figura 12	Evolução das taxas de desemprego aberto e oculto (1997-2018)	151
Figura 13	Medidas de subutilização da força de trabalho (2012-19)	157
Figura 14	Variação relativa das taxas de desemprego (2012-2019)	168
Figura 15	Taxa média de desemprego de longa-duração, por características da força de trabalho com idade entre 18 e 64 anos (2012-2019)	170
Figura 16	Categorias de trabalho informal por características da força de trabalho, em % dos ocupados com idade entre 18 e 64 anos (2019)	176
Figura 17	Razão de dependência demográfica brasileira (1992-2019)	185
Figura 18	Razão de dependência demográfica brasileira, por níveis de renda (2019) ..	187
Figura 19	Razão de dependência econômica brasileira (1992-2019)	188
Figura 20	Proporção da força de trabalho por tipo de arranjo domiciliar (1992, 2005 e 2019)	190
Figura 21	Pobreza por condição do responsável e tipo de arranjo domiciliar (2012-2019)	197
Figura 22	Inserção dos léxicos em um plano cartesiano a partir da Análise Fatorial de Correspondência (AFC)	226

Lista de tabelas

Tabela 1	Taxas de desemprego em países selecionados da OCDE (1965-2018) (em %)	36
Tabela 2	Gasto público em serviços de emprego, em países selecionados da OCDE (1985-2017) (em % do PIB)	39
Tabela 3	Taxas de reposição líquida dos programas de seguro-desemprego em países selecionados da OCDE (em %)	41
Tabela 4	Cobertura efetiva do seguro-desemprego em países selecionados da OCDE (2000-2015) (em %)	43
Tabela 5	Duração exigida de vínculo empregatício e proporção de trabalhadores elegíveis	69
Tabela 6	Quantidade máxima de parcelas do seguro-desemprego e duração média do desemprego (1986-2018) (em semanas)	73
Tabela 7	Perfil dos desempregados e dos segurados, e proporção de trabalhadores com carteira assinada (2019.1)	76
Tabela 8	Salários, valor dos benefícios e taxa líquida de reposição salarial do seguro-desemprego (1990-2017)	77
Tabela 9	Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil (1996-2017)	80
Tabela 10	Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil e em países selecionados da OCDE (2017)	82
Tabela 11	Indicadores de performance do Sine (2000-2019) (em %)	116
Tabela 12	Características da força de trabalho inscrita no Sine e da força de trabalho desempregada (2019)	121
Tabela 13	Ocupações com mais vagas captadas pelo Sine (2019)	122
Tabela 14	Taxas de desemprego na antiga e na nova PME (em % da PEA)	146
Tabela 15	Tipos de desemprego em duas regiões metropolitanas (em % da PEA)	151
Tabela 16	Taxas de desemprego por características da força de trabalho (2012-2019) (em % da força de trabalho com idade entre 18 e 64 anos)	167
Tabela 17	Perfil dos trabalhadores nas principais ocupações do Brasil (2012-2019)	178
Tabela 18	Saldo relativo das principais ocupações no Brasil (2013-2019) (em %)	180
Tabela 19	Escolaridade média, renda per capita, razão de dependência e indicadores agregados do mercado de trabalho, por modelo de arranjo domiciliar (2019)	191
Tabela 20	Taxas de inatividade e desemprego, por posição no domicílio e tipo de arranjo domiciliar (2013-2019)	195
Tabela 21	Taxas de desemprego, de inatividade e de inatividade por trabalho reprodutivo, entre os responsáveis e cônjuges, por ciclo de vida familiar e sexo (2013-2019)	199

Tabela 22	Efeitos marginais médios sobre o desemprego total (2013-2019)	206
Tabela 23	Quantidade de entrevistas por região metropolitana ou região integrada	219
Tabela 24	Palavras mais representativas de cada classe lexical, valor do qui-quadrado entre parênteses	224

Lista de siglas

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
AM	Amazonas
AUC	Area Under the Curve
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CGFAT	Coordenação Geral de Recursos do FAT
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNS	Confederação Nacional de Serviços
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos
DNMO	Departamento Nacional de Mão de Obra
DOU	Diário Oficial da União
EMAB	Escola de Magistrados da Bahia
ENDEF	Estudo Nacional da Despesa Familiar
FAD	Fundo de Amparo ao Desempregado
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ICLS	Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho
CONPEP	Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IASI	Inter American Statistical Institute
INSS	Índice Nacional de Seguridade Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PARC	Parceria Nacional e Regional
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PA	Pará
PE	Pernambuco
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEQ	Plano Estadual de Qualificação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra
PIPMOI	Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra Industrial
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PlanTeQ	Plano Territorial de Qualificação
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPVE	Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego

ProEsQ	Projeto Especial de Qualificação
ProSeQ	Projeto Setorial de Qualificação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Metropolitana
RN	Rio Grande do Norte
ROC	Receiver Operating Characteristic
RS	Rio Grande do Sul
SETRE	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SINDIREPA	Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários
SIMM	Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra
SineBahia	Serviço de Intermediação para o Trabalho da Bahia
SM	Salário-Mínimo
SP	São Paulo
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TJ-BA	Tribunal de Justiça da Bahia
UE	União Europeia
UNB	Universidade de Brasília
URV	Unidade Real de Valor

Sumário

Introdução	19
I INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESEMPREGO E SOCIALIZAÇÃO PÚBLICA DOS RISCOS SOCIAIS	29
1. Estado e desemprego no capitalismo central e no Brasil	30
1.1. As políticas de emprego no capitalismo central	31
1.2. Estado e desemprego no Brasil: uma agenda de pesquisa	44
1.2.1. As primeiras iniciativas de proteção social e a invisibilidade do problema do desemprego	45
1.2.2. A inscrição do desemprego na agenda pública: normas e práticas	48
1.2.3. A estruturação de um sistema de proteção social e o desemprego como problema central do desenvolvimento econômico	53
2. A história do seguro-desemprego no Brasil: regras, dinâmicas do mercado de trabalho e proteção social	58
2.1. Criação e evolução do seguro-desemprego no brasil	59
2.2. Análise dos indicadores do seguro-desemprego: cobertura, duração e reposição salarial	68
2.3. O Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego	78
2.4. Desemprego e bem-estar social: os limites da proteção pública no Brasil	85
3. O Sistema Nacional de Emprego, a política de qualificação profissional e a institucionalização da proteção ao desemprego no Brasil	89
3.1. A qualificação profissional, a intermediação de mão de obra e a inclusão do desemprego na agenda estatal	90
3.1.1. O papel da qualificação profissional na formação do mercado de trabalho brasileiro	90
3.1.2. Expansão da qualificação profissional e criação de um serviço público de emprego no Brasil	94
3.1.3. As políticas ativas e a constituição do desemprego como um problema público	98
3.1.4. Intermediação e qualificação profissional em um contexto de estruturação do mercado de trabalho no Brasil	102

3.1.5. Mudanças recentes na qualificação profissional e na intermediação pública de mão de obra	108
3.2. Evolução e características do serviço público de emprego no Brasil	112
3.3. Políticas ativas e gestão do mercado de trabalho: um esforço de conclusão	125
II MERCADO DE TRABALHO, PRÁTICAS DE CLASSIFICAÇÃO E RISCOS DO DESEMPREGO	131
4. A mensuração do desemprego e suas fronteiras com a ocupação e a inatividade ..	132
4.1. A categoria “desemprego” e as práticas de classificação no mercado de trabalho	133
4.2. Breve histórico da mensuração do desemprego	135
4.2.1. As primeiras pesquisas domiciliares	135
4.2.2. A crise dos anos 1980 e a canalização de um debate	139
4.2.3. A produção de consensos na medição do desemprego	144
4.3. As fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade	149
4.4. Discussão	159
5. Desemprego e distribuição dos riscos sociais: perfis individuais, composição do mercado de trabalho e dinâmicas dos arranjos domiciliares	163
5.1. A estratificação do desemprego no Brasil contemporâneo	164
5.1.1. Os diferenciais de desemprego por escolaridade, sexo, raça e idade	164
5.1.2. Mercado de trabalho e diferenciação ocupacional: um aspecto estrutural da estratificação do desemprego	175
5.2. Arranjos domiciliares e experiências de desemprego: mediações entre o indivíduo e o mercado de trabalho	183
5.2.1. Mudanças demográficas e composição dos arranjos domiciliares	183
5.2.2. Arranjos domiciliares e inserção no mercado de trabalho	193
5.3. Indivíduos, arranjos domiciliares e mercado de trabalho: as dinâmicas desiguais em homens e mulheres	202
III DESEMPREGO, ESFERA FAMILIAR E A SOCIALIZAÇÃO INFORMAL DOS RISCOS	211
6. Os impactos do desemprego e as estratégias familiares de acesso a recursos ...	212
6.1. Desemprego e esfera familiar em estudos sociológicos	213
6.2. Construção do <i>corpus</i>	217
6.3. Fundamentos e parâmetros da Classificação Hierárquica Descendente	220
6.4. As classes lexicais	223

6.4.1. Desemprego e vida familiar	227
6.4.2. Família e inserção no mercado de trabalho	231
6.5. Discussão	234
7. Desemprego e proteção familiar na base do mercado de trabalho: as experiências dos trabalhadores inscritos no SineBahia	239
7.1. O SineBahia e a procura por trabalho entre os pobres	240
7.2. Desemprego, Estado e mercado de trabalho	244
7.3. Experiências de desemprego e proteção familiar: entre a busca pela sobrevivência e os projetos mais seguros de reprodução social	254
7.4. Considerações finais	271
8. Desemprego e proteção familiar entre profissionais com formação superior: os ex-alunos da Escola de Magistrados da Bahia	273
8.1. A EMAB e a procura por trabalho entre os profissionais do Direito	274
8.2. Trajetórias educacionais e participação no mercado de trabalho	277
8.3. Desemprego, esfera familiar e acesso a recursos: os tipos de suporte familiar e o investimento nas trajetórias	288
8.4. Considerações finais	304
Conclusões	305
Criação e recriação do desemprego nas sociedades capitalistas	306
Desemprego, mercado de trabalho e condições de existência	311
Desafios para o aprofundamento da agenda de pesquisa	316
Referências	320
Apêndice	368

Introdução

Em sociedades de mercado, é quase um truísmo afirmar a importância do trabalho na vida humana. É por meio dele que os indivíduos geram renda, pelo salário e pela produção e comercialização de bens, o que possibilita a aquisição de mercadorias e a satisfação de necessidades diversas. É também a partir do trabalho que as rotinas são construídas, embasando a organização do dia a dia e o planejamento das biografias. O mesmo pode ser dito sobre a autoestima, a realização pessoal, a formação de vínculos, a divisão de papéis familiares e a atribuição de juízos de valor sobre si e sobre os outros. Com tamanha importância conferida ao trabalho, podemos nos perguntar o que ocorre quando a mão de obra não é absorvida, ou no jargão técnico atual, quando é subutilizada pelo mercado.

As reflexões de Polanyi ([1944] 1957) são um bom ponto de partida. Se o trabalho é uma mercadoria, sujeita a relações de troca guiadas pelo preço (que traduz, nesse caso, o rendimento do trabalhador e o valor para o uso da força de trabalho), tudo indica que é uma mercadoria muito especial. Isso porque o trabalho não representa um objeto inanimado, mas o engajamento de seres humanos nas relações de produção, distribuição e consumo. O indivíduo não pode ser separado da força de trabalho da qual é portador, o que o torna vulnerável aos mecanismos autorreguladores do mercado, devido ao esgotamento ou ao “não uso” da força de trabalho. Em decorrência, jornadas extenuantes, baixos salários e experiências de desemprego atingem em cheio as condições materiais e psíquicas dos trabalhadores.

O desemprego é um problema público e um problema sociológico. Como um problema público, constitui um fenômeno a ser minorado, na medida em que prejudica ou inviabiliza a participação dos indivíduos na circulação de recursos. O conceito de desemprego também acompanha o reconhecimento institucional dos trabalhadores desempregados, via estatísticas oficiais e políticas públicas. A contagem dos desempregados indica quantos indivíduos, por estarem excluídos do mercado de trabalho, demandam suporte público ou privado. Já como um problema sociológico, o desemprego é um produto da mercantilização das atividades humanas. Os arranjos institucionais de proteção ao desemprego sintetizam o papel do Estado na socialização dos riscos sociais, compondo sistemas de bem-estar que possuem características próprias e alcances variados. Complementando esse quadro, o desemprego é decisivo para a reprodução das desigualdades sociais, considerando a seus efeitos e incidência em diferentes grupos de trabalhadores.

O primeiro estudo sociológico sobre o desemprego foi conduzido por Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel ([1933] 2002), e muita coisa foi publicada desde então. A despeito das mudanças observadas no capitalismo e no pensamento acadêmico, que redefiniram o espaço conferido ao desemprego na agenda pública, alguns objetivos se mantiveram constantes na literatura: verificar como o desemprego afeta o bem-estar dos trabalhadores; o que os trabalhadores fazem, ou deixam de fazer, quando são excluídos do mercado de trabalho; as especificidades históricas e contextuais do desemprego; e quais são as respostas públicas adequadas ao problema. Esses objetivos elucidam como as sociedades organizam seus mercados de trabalho e elaboram mecanismos institucionais de troca, e de outro modo, como os trabalhadores e suas famílias criam estratégias de acesso a recursos e oportunidades.

As pesquisas sociológicas têm se concentrado em um ou outro desses temas, o que traz ganhos de especialização, mas perdas na capacidade de articulação entre diferentes níveis de análise. Essa articulação é indispensável para as pesquisas sobre o mercado de trabalho, visto que suas dinâmicas combinam fenômenos históricos e que caracterizam a vida cotidiana¹. A unificação das dimensões biográfico-subjetiva e normativo-institucional na compreensão do desemprego (Guimarães, 2004), um desafio ainda atual, foi operacionalizada por pesquisas sobre a procura por trabalho, a intermediação profissional, a subjetividade dos trabalhadores e as práticas de classificação dos desempregados (Demazière, 2017a; Guimarães et al., 2010; Boland; Griffin, 2015; Guimarães et al., 2017). Porém, ainda existe espaço para uma análise sistemática do problema do desemprego sob o prisma do regime brasileiro de bem-estar.

Como expresso em seu título, a Tese pode ser resumida em poucas palavras: um estudo sociológico sobre a distribuição e a socialização dos riscos do desemprego no Brasil. Para explicar esse objetivo um tanto quanto ambicioso, a primeira tarefa é definir o que se entende por risco. Nas sociedades capitalistas, o acesso a recursos depende da participação dos indivíduos no mercado de trabalho e de transações monetárias entre grupos públicos e privados. O princípio mais importante de estratificação social é a posição de classe, que sintetiza o compartilhamento de um elemento causal nas oportunidades de vida, com base na renda e na propriedade; e não a posição de *status*, promovida pelo pertencimento a um grupo ou círculo social que institui, a partir de diferenças percebidas, determinada posição em uma hierarquia simbólica (Weber, 1982)². A reprodução das classes varia segundo as sociedades

¹ Sobre o primeiro grupo de fenômenos, vale destacar a evolução do sistema produtivo, a criação de instituições e as mudanças culturais. Já o segundo grupo de fenômenos reúne as relações entre indivíduos, as características das trajetórias profissionais e as transações que ocorrem em cada posição no mercado de trabalho.

² Como tipos ideais, classe e *status* tendem a se misturar na realidade empírica. Os trechos se referem à identificação da classe como o princípio definidor da estratificação social nas sociedades capitalistas, seguindo a abordagem weberiana.

e períodos, mas as posições no mercado tendem a ser móveis, o que produz incertezas sobre o futuro.

Como uma experiência típica nas sociedades capitalistas, a subsistência e a satisfação das necessidades pessoais dependem da participação do indivíduo no mercado de trabalho. A urbanização e a industrialização reposicionaram os indivíduos no sistema produtivo, transformando as suas relações com os grupos ditos “tradicionalistas”. A fim de reduzir a insegurança que caracteriza a modernidade, se tornou um desafio inscrever os indivíduos em sistemas de organização coletiva, sobretudo por meio de instituições públicas (Castel, 2003). Foi isso que motivou as primeiras políticas de proteção ao desemprego, no final do século XIX, e a ampliação dos sistemas de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos 1970, as transformações observadas no capitalismo central, com a crise do modelo fordista e a fragmentação dos mercados de trabalho, colocaram a ideia de risco (agora, um risco generalizado e desprotegido) no centro do debate internacional sobre o desemprego.

No Brasil, a história do mercado de trabalho destoa, em alguns pontos fundamentais, da experiência observada no capitalismo central. Após séculos de escravismo, a formação do nosso mercado de trabalho se baseou em três etapas iniciais: a exclusão direta e explícita da população negra, ancorada em um projeto de embranquecimento da força de trabalho; uma assimilação desigual dos inativos e trabalhadores autônomos, que deveriam ser absorvidos pelo setor produtivo quando a demanda por mão de obra se intensificasse; e um projeto de modernização econômica, que advogou a necessidade de adaptar a força de trabalho nacional às necessidades do setor produtivo, enquanto as relações assalariadas passariam a servir como um princípio de hierarquização social e inscrição dos indivíduos em um sistema restrito de cidadania. Alguns estudos analisaram essas etapas de formação do nosso mercado de trabalho (Santos, 1989; Draibe, 1993; Kowarick, 1994; Medeiros, 2001; Cardoso, 2019), e suas contribuições serão devidamente discutidas ao longo da Tese.

Quando aplicadas ao caso brasileiro, as noções de proteção e insegurança não explicam a passagem de uma sociedade salarial para a “modernidade desorganizada”, para prosseguir com os termos de Castel (2003). Ainda assim, ajudam a explicar os riscos do desemprego em um país desigual e caracterizado por lacunas significativas na proteção pública ao desemprego. Devido às capacidades desiguais de obter trabalhos remunerados e subsídios estatais, o volume e os impactos da insegurança social variam entre os grupos de trabalhadores. Então, mais do que associar o risco generalizado a um momento específico da sociedade brasileira, uma marca da literatura europeia, pretendo analisar como a distribuição e a gestão dos riscos se modificaram ao longo da nossa história; como esses riscos são

socialmente estratificados; e quais arranjos institucionais e informais visam diminuir a insegurança social.

A despeito dessas especificidades históricas, alguns aspectos dos riscos são típicos nas sociedades capitalistas, fruto da difusão e consolidação de um modelo de alocação de recursos e oportunidades. O risco é um fenômeno social porque não é um atributo ou percepção do indivíduo, mas uma experiência que é coletivamente compartilhada. Segundo Beck ([1986] 2011), a distribuição dos riscos traduz as incertezas dos acontecimentos futuros, ainda que seus danos sejam prováveis e passíveis de antecipação. Giddens (1991) associa a noção moderna de risco a alguns fenômenos: *i*) o surgimento do saber estatístico e o uso da causalidade na tomada de decisões; *ii*) a ideia de que os destinos dos indivíduos decorrem das atividades humanas; *iii*) o maior espaço conferido à reflexividade nas tomadas de decisões; e *iv*) a maior instabilidade do mundo social e das identidades pessoais. O autor discorda da distinção de Luhmann (1993) entre o risco (possíveis perdas provocadas pela tomada de decisões) e o “perigo” (perdas causadas por fatores externos, alheios ao controle dos indivíduos). Como contraponto, Giddens (1991) afirma que o perigo é intrínseco ao risco, podendo ser definido como uma ameaça aos resultados desejados, ainda que esta ameaça não seja ponderada de maneira consciente pelos indivíduos.

Dialogando com essas reflexões, tomo conjuntamente as decisões dos indivíduos e os fatores externos para definir o risco, pois esses fenômenos são inseparáveis no funcionamento do mercado de trabalho. Os indivíduos tomam decisões econômicas com base nas suas expectativas de “sucesso” profissional, bem como nos papéis que assumem durante as biografias. A participação no mercado de trabalho envolve os riscos vinculados a essas decisões, pois alguns resultados indesejados podem suceder a competição por empregos, configurando um contratempo ou “falha” individual. Esses riscos dependem da tomada de decisões, mas são complementados por outros, que extrapolam a agência dos trabalhadores. As mudanças cíclicas e estruturais do mercado de trabalho, por exemplo, afetam a demanda por mão de obra e as perspectivas de contratação dos diferentes grupos de trabalhadores. Esses fenômenos independem da escolha consciente de um indivíduo isolado, mas cumprem um papel essencial nas chances de inserção profissional e nas condições de trabalho. Pode-se dizer que os fatores “externos” afetam o volume e as características dos riscos sociais, e servem de contexto para a tomada de decisões, não sendo justificável, do ponto de vista analítico, optar por apenas uma dimensão (individual ou contextual) na definição do risco.

Os riscos do desemprego podem ser divididos em duas categorias. Em primeiro lugar, existe o risco de um trabalhador experimentar o desemprego. As chances de desemprego variam a depender da posição do indivíduo no mercado de trabalho, das

experiências ocupacionais anteriores e dos atributos entendidos como relevantes para o desempenho profissional. É nesses termos que a literatura costuma discutir a estratificação do desemprego nas sociedades capitalistas (Gershuny; Marsh, 1995; Goldthorpe, 2010a; Lahtinen; Sirniö; Martikainen, 2018). Contudo, as chances de desemprego dependem das práticas de classificação que são utilizadas pelas estatísticas oficiais. Alguns indivíduos podem não ser reconhecidos publicamente como desempregados, por não conseguirem procurar trabalho ou precisarem assumir ocupações instáveis e sub-remuneradas. Logo, além da classificação do indivíduo como desempregado, os riscos do desemprego devem ser interpretados sob uma perspectiva mais ampla, tendo em vista a exclusão de certos grupos de trabalhadores das ocupações entendidas como adequadas em uma sociedade.

Em segundo lugar, existem os riscos associados às consequências do desemprego. O desemprego pode provocar destituição econômica, perda de autoestima, desorganização das rotinas pessoais, rompimento de vínculos sociais e prejuízo às chances de contratação (Gallie; Marsh, 1995; Jaccoud, 2009; Mousteri; Daly; Delaney, 2018). A partir da segunda metade do século XX, os estudos sociológicos convergiram para uma leitura não determinista dos impactos do desemprego nas condições de existência. Pode-se dizer que a associação entre desemprego e perda de bem-estar difere entre as sociedades, devido às características populacionais e dos seus sistemas de proteção social; e no interior da força de trabalho, considerando a disponibilidade de recursos pessoais e familiares durante o desemprego. Nos casos mais preocupantes, a exclusão do mercado de trabalho causa empobrecimento e impede que os indivíduos vivam de acordo com os padrões de comportamento que são desejados e socialmente reconhecidos (Kronauer, 1998; Caleiras, 2015). Já o desemprego entre os trabalhadores das camadas médias e superiores é seguido por mudanças pontuais no planejamento das carreiras profissionais e nas relações familiares de interdependência, temática pouco discutida pela literatura e que abordarei nos últimos capítulos da Tese.

Para complementar esse debate, a Tese discute como os riscos do desemprego são socializados, ou em outras palavras, quais práticas e normas promovem responsabilidades coletivas sobre os riscos e reduzem as incertezas da participação econômica (Baldwin, 1990). É possível falar em uma gradação da socialização dos riscos: em um dos polos, os riscos são enfrentados por meio de estratégias individuais, via seguros privados e investimentos em contas pessoais; no polo oposto, os riscos são diluídos em um grupo social mais amplo, unificado por um território ou por relações de pertencimento, o que costuma atenuar a insegurança social (Mares; Carnes, 2009). No caso do desemprego, a participação no mercado de trabalho é impulsionada por canais de comunicação e intermediação de mão de obra, e as consequências do desemprego são amortecidas pelas políticas de seguro e indenizações. Vale discutir o papel dessas políticas na reprodução das desigualdades, e como

suas mudanças repercutem na socialização ou privatização dos riscos. Além desses repertórios públicos de proteção, as famílias constituem uma unidade de reprodução social nas sociedades capitalistas, fundamentando a circulação de bens e serviços através das relações de sexo e geracionais (Durham, 1980; Bilac, 2014). O desemprego é um fenômeno mais ou menos provável, e a socialização dos riscos do desemprego conecta indivíduos, famílias e aparatos governamentais, em uma espécie de gestão dos recursos e das rotinas pessoais (Walters, 2000). Essa socialização é condicionada por fatores históricos e contextuais, o que torna o assunto relevante para os estudos sociológicos dedicados aos diferenciais de bem-estar nas sociedades capitalistas (Jacoby, 2001; Paugam, 2016).

É justamente a partir dos diferenciais de bem-estar, combinando níveis distintos de análise, que abordo o problema do desemprego. Para organizar a Tese, me inspirei nas contribuições de Esping-Andersen (1990; 1999) sobre os regimes de bem-estar social. O autor analisa a provisão de bens e serviços nas sociedades capitalistas, interseccionando o Estado, os mercados e as famílias/comunidades, que representam ambientes de troca e alocação de recursos. Alguns assuntos passaram a ganhar evidência após os seus escritos, como o nível de desmercantilização dos direitos sociais, os efeitos das políticas públicas sobre a estratificação social e os diferentes arranjos públicos e privados que viabilizam a circulação de recursos.

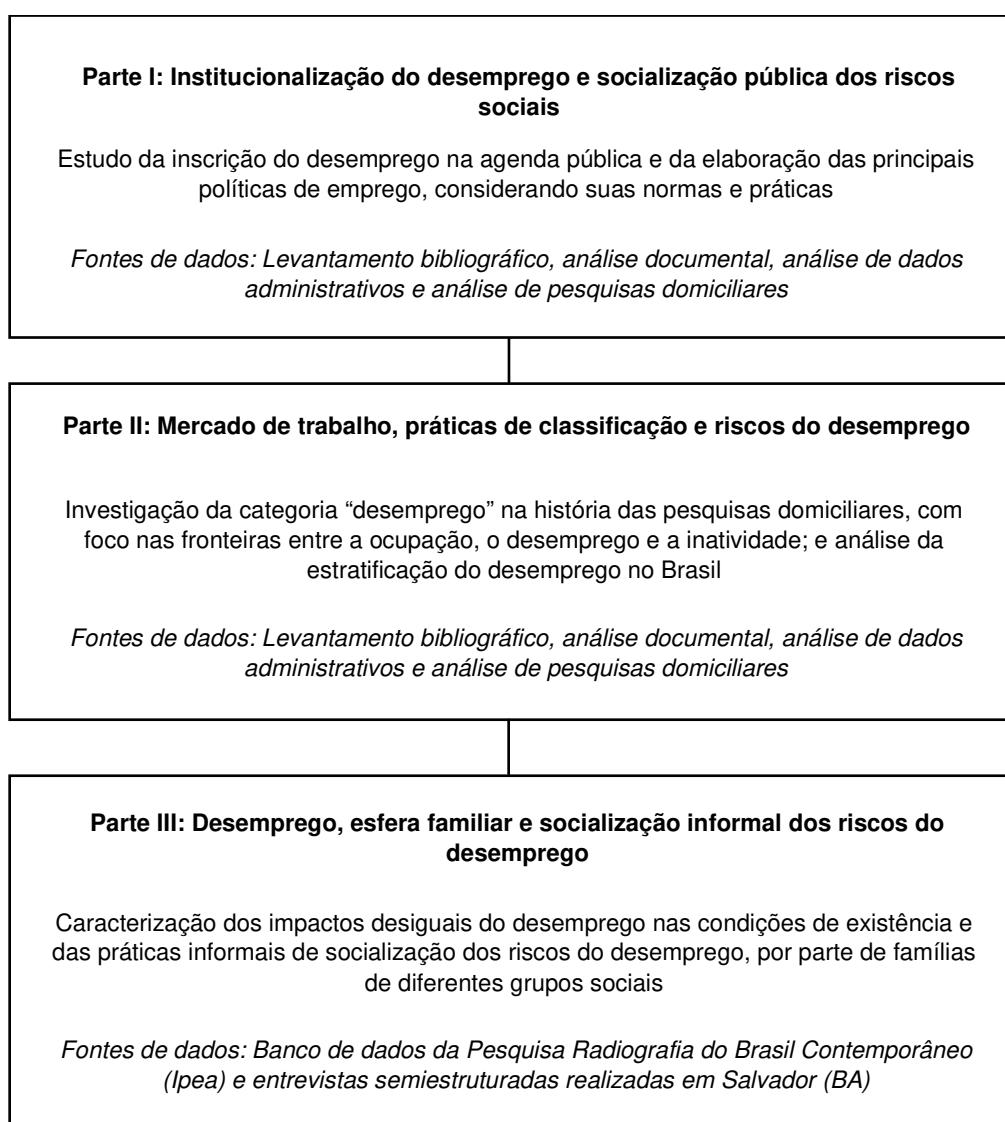
A influência de Esping-Andersen na literatura sociológica foi expressiva. Sobretudo, por fornecer uma tipologia simplificada, passível de testes de hipóteses e voltada à comparação dos aspectos programáticos dos regimes de bem-estar (Scruggs; Allan, 2008). Nos anos seguintes, alguns estudos se debruçaram sobre as trajetórias dos países asiáticos, latino-americanos e do Leste Europeu, o que levou à ampliação ou à reformulação da tipologia (Kwon, 1997; Kasza, 2002; Segura-Ubiergo, 2007; Franzoni, 2008; Lauzadyte-Tutliene; Balezentis; Goculenko, 2018). As críticas mais contundentes ficaram a cargo do campo de estudos sobre as relações familiares e as desigualdades de gênero (Lewis, 1997; Bamba, 2004a), assunto que foi rapidamente considerado, pelo próprio Esping-Andersen (1999), como um ponto fraco nas suas formulações iniciais³.

A Tese se divide em três grandes partes, cada uma dedicada a uma esfera de alocação de pessoas e recursos. Com o objetivo de conferir maior precisão ao estudo, optei por me concentrar nas dinâmicas do mercado de trabalho, enquanto outros elementos mercantis, como a circulação de dinheiro e o usufruto de seguros privados, serão tratados de

³ Nos últimos anos, o autor passou a discutir, com mais profundidade, as transformações demográficas, os papéis de gênero e as dinâmicas familiares (Esping-Andersen; Billari, 2015; Esping-Andersen, 2016; Esping-Andersen, 2017).

maneira pontual. Além disso, a pesquisa se detém nas famílias, enquanto as relações comunitárias (por exemplo, na vizinhança ou em grupos associativos) serão investigadas a partir da sua interface com as redes de parentesco. Ao examinar as características do regime brasileiro de bem-estar, discuto como o Estado, o mercado de trabalho e as famílias se articulam (ou não) na provisão de bens e serviços durante experiências de desemprego. Para explicar o plano de pesquisa, a Figura 1 apresenta os objetivos de cada parte e as fontes de dados que foram coletadas e analisadas.

Figura 1: Desenho do plano de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

A Parte I (“*Institucionalização do desemprego e socialização pública dos riscos sociais*”) é composta por três capítulos. O Capítulo 1 discute como o desemprego se tornou um problema público, ou seja, reconhecido pelas sociedades de mercado e passível de intervenção estatal. Para tanto, analiso as experiências dos países capitalistas centrais, acompanhando, ao longo dos séculos XX e XXI, as transformações observadas nos seus mercados de trabalho e políticas de emprego. Em seguida, identifico as especificidades do caso brasileiro, com destaque para as graves disparidades sociais, os limites da formação de um mercado de trabalho competitivo e o caráter “tardio” do surgimento do desemprego aberto, devido à restrição do assalariamento e à inexistência de políticas protetivas até os anos 1980.

O próximo passo é analisar o regime brasileiro de bem-estar e o que ele toca no problema do desemprego. Sendo assim, o Capítulo 2 articula a evolução normativa do seguro-desemprego no Brasil, as transformações do mercado de trabalho e as disputas sociopolíticas de cada período. Para contribuir com uma discussão sociológica sobre o papel do seguro-desemprego na proteção à perda do trabalho, complemento as mudanças legais do seguro com um exame dos seus principais indicadores de efetividade (cobertura, duração e reposição salarial). Finalmente, sigo a metodologia de Esping-Andersen (1990) para calcular o Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego. O objetivo é analisar o seguro-desemprego brasileiro no período 1996-2017 e compará-lo às políticas de auxílio financeiro em países selecionados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Encerrando a Parte I, o Capítulo 3 aprofunda a análise do regime brasileiro de proteção, agora pela ótica da qualificação profissional e da política de intermediação de mão de obra. Essas políticas visam ajustar a força de trabalho às necessidades do setor produtivo, o que as tornam relevantes para as pesquisas dedicadas à relação entre os atores públicos e privados na gestão do mercado de trabalho. Assumindo o final do século XIX como ponto de partida, discuto a história das políticas de intermediação e qualificação profissional no Brasil. Também pretendo examinar como foram elaboradas visões distintas sobre o papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, bem como o espaço conferido ao desemprego na agenda pública e os desafios ao “bom” funcionamento do nosso mercado de trabalho. Esse levantamento é sucedido por uma análise do Sistema Nacional de Emprego (Sine), o que faço ao apresentar a quantidade e a densidade dos seus postos de atendimento, os indicadores absolutos e relativos de performance da intermediação pública de mão de obra e o perfil da força de trabalho que utiliza o Sine.

Espero mostrar, ao longo da Parte I, que a socialização dos riscos do desemprego ocorre de maneira limitada no Brasil, com prejuízo aos trabalhadores pobres e menos escolarizados. Em momento oportuno, sublinho o problema da desproteção pública ao

desemprego, manifesto na proporção de trabalhadores pobres sem nenhum tipo de subsídio estatal, o que inclui as políticas de emprego e socioassistenciais.

O debate sobre o papel do Estado frente ao desemprego é complementado por uma investigação mais detalhada sobre os riscos da participação no mercado de trabalho, organizada na Parte II (*“Mercado de trabalho, práticas de classificação e riscos do desemprego”*). A criação e a difusão de estatísticas oficiais constituem um campo de disputas, onde diferentes visões de mundo são postas a prova e se traduzem em técnicas e indicadores que visam medir o número de desempregados. O Capítulo 4 examina as práticas de classificação que foram implementadas pelas pesquisas domiciliares. No Brasil, é possível identificar um primeiro ciclo, até a década de 1970, que materializou as primeiras pesquisas domiciliares; um segundo ciclo, nos anos 1980, que foi marcado pela crise do mercado de trabalho e pela ampliação do debate público em torno da definição do desemprego; e um terceiro ciclo, a partir dos anos 2000, que trouxe consigo pactuações na medição do desemprego. Ao final do Capítulo 4, problematizo as fronteiras entre o desemprego, a ocupação e a inatividade no Brasil, assunto que assume centralidade nos próximos passos da Tese.

O Capítulo 5 analisa como os riscos do desemprego são distribuídos na força de trabalho brasileira, em uma abordagem que conjuga o indivíduo (cujos atributos, como sexo, raça, escolaridade e idade, costumam afetar as chances de inserção profissional) e as unidades domésticas (posição do indivíduo no domicílio e as características dos arranjos domiciliares). Após analisar as taxas de desemprego e de desemprego de longa-duração, bem como indicadores de estratificação ocupacional, o Capítulo 5 argumenta que os arranjos domiciliares articulam o indivíduo e o sistema produtivo. Para aprofundar essa constatação, o texto examina as tendências demográficas que foram registradas no Brasil desde meados do século XX; as características agregadas dos arranjos domiciliares; e como, nos anos 2010, os arranjos domiciliares e a posição dos indivíduos nesses arranjos fomentaram padrões distintos de inserção ocupacional.

O propósito da Parte II é evidenciar como os riscos do desemprego se distribuem em um mercado de trabalho desigual e pouco institucionalizado. Frente à baixa capilaridade dos subsídios públicos, resta analisar os repertórios informais de proteção social. Esse é o tema da Parte III da Tese (*“Desemprego e esfera familiar no Brasil: a socialização informal dos riscos do desemprego”*), que é composta por três capítulos.

O Capítulo 6 analisa um banco de dados formado por entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre 2015 e 2016. Este capítulo destaca a escassez de pesquisas sociológicas que investigam os impactos

desiguais do desemprego na vida familiar, assim como os repertórios familiares protetivos em diferentes posições do mundo social. Foram selecionados trechos das entrevistas nos quais os indivíduos descreviam o ambiente familiar durante experiências de desemprego, o que me permitiu implementar uma técnica estatística de classificação lexical. As classes produzidas foram cruzadas com indicadores de perfil pessoal e aprofundadas a partir da leitura de trechos ilustrativos, o que ajuda a elucidar o caráter desigual da socialização informal dos riscos do desemprego.

Já os Capítulos 7 e 8 apresentam os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida em Salvador, capital do estado da Bahia, no ano de 2019. Realizei entrevistas semiestruturadas em dois ambientes de qualificação e/ou procura por trabalho, tomados como meios para acessar desempregados com perfis distintos: a unidade central do Serviço de Intermediação para o Trabalho em Salvador (SineBahia), voltada à intermediação pública de mão de obra na base do mercado de trabalho formal; e a Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), que visa preparar bacharéis em Direito para o ingresso na carreira jurídica via concursos públicos. Cada capítulo introduz aspectos do trabalho de campo e sumariza o perfil dos entrevistados. Em seguida, examina os resultados das entrevistas em dois tópicos separados: *i*) as trajetórias dos indivíduos no mercado de trabalho, o contato com o Estado durante o desemprego e a participação em instituições educativas e de qualificação profissional; e *ii*) os impactos do desemprego nas condições de vida, as relações familiares de entreaajuda, a circulação de informações ocupacionais e a divisão sexual e geracional do trabalho.

A Conclusão da Tese conecta a estratificação social promovida pelas políticas de emprego, as dinâmicas do mercado de trabalho e os repertórios individuais e familiares de acesso a recursos. Após essas considerações, elenco alguns temas que podem ser enfrentados por investigações futuras. Vale ressaltar o escopo temporal desta pesquisa, cujos dados coletados e analisados se limitam até o ano de 2019. Ainda assim, penso que os achados aqui contidos podem subsidiar reflexões acadêmicas e políticas sobre o desenho do regime brasileiro de bem-estar após a pandemia de COVID-19, cujos impactos socioeconômicos não puderam ser examinados durante o desenvolvimento desta pesquisa.

PARTE I

Institucionalização do desemprego e socialização pública dos
riscos sociais

1. Estado e desemprego no capitalismo central e no Brasil

À primeira vista, o desemprego pode parecer uma categoria simples, e sua mensuração algo óbvia, dada a importância que assumiu no dia a dia. Mas o termo é historicamente novo, e nem sempre os indivíduos sem trabalho foram nomeados dessa forma. Foi necessário que um tipo específico de transação econômica se combinasse à criação e difusão das estatísticas públicas. O conceito moderno de risco é um produto do seguro social, ao traduzir uma forma de abordar eventos negativos que possuem consequências públicas e que são prováveis de afligir grupos de indivíduos (Ewald, 1991). Pode-se dizer que o tratamento do desemprego como um “risco” acompanha a criação de uma nova categoria de análise e intervenção.

Este capítulo analisa a formação dos mercados de trabalho e a constituição do desemprego como um problema público nas sociedades capitalistas, o que acompanha a implementação das políticas de auxílio financeiro e intermediação de mão de obra. A alocação de recursos estatais visa diluir os efeitos negativos do desemprego em um grupo mais amplo, delimitado pelo território nacional. Essa responsabilização coletiva parte do pressuposto de que a população deve financiar, via impostos, as políticas de amparo aos desempregados (Baldwin, 1990). Contudo, essas políticas integram um campo contencioso nos regimes de bem-estar social, pois é comum que sejam atribuídos, por partidos e representantes da sociedade civil, significados distintos ao trabalho e aos efeitos das políticas de emprego no desempenho econômico (Clasen; Clegg, 2011; Sjöberg; Carroll; Palme, 2021).

De início, pretendo investigar a interface entre Estado e desemprego nos países capitalistas centrais, identificando suas mudanças e continuidades ao longo do tempo. Essas experiências inspiraram a proteção social brasileira, como forma de aproximar o país das iniciativas ajustadas ao bom funcionamento dos mercados competitivos. Logo, a historicização dos regimes de bem-estar no capitalismo central elucida as raízes e os problemas do nosso próprio regime. Terei chance de debater a distância entre as características do mercado de trabalho brasileiro e o de países nos quais as relações trabalhistas são (ou eram, no momento da criação das políticas de emprego) mais estruturadas e organizadas. Isso faz com que a socialização dos riscos do desemprego possua limites bem claros, já no momento da formulação das políticas públicas. Em seguida, o caso brasileiro será discutido a partir do surgimento do desemprego na agenda estatal e das medidas que foram criadas para amenizar os seus impactos socioeconômicos. Meu

objetivo é problematizar a formação do mercado de trabalho e a socialização dos riscos do desemprego em um país capitalista periférico, introduzindo argumentos que serão aprofundados nos próximos capítulos.

1.1. As políticas de emprego no capitalismo central

Até o início do século XIX, as atividades produtivas refletiam a posição econômica das famílias, com base na posse de terras rurais e na transferência intergeracional de empregos. O pertencimento do indivíduo a um grupo ou comunidade condicionava a geração de renda, e assim, o exercício do trabalho dependia das relações de autoridade e solidariedade nas unidades domésticas. Mas através da individualização do labor e da disseminação das relações assalariadas, a urbanização e a industrialização promoveram a criação do mercado de trabalho, um sistema inteiramente novo voltado à compra e venda de mão de obra. Pouco a pouco, os indivíduos passaram a ser estratificados por sua participação nos mercados, refletindo as capacidades desiguais de acesso a recursos e oportunidades (Weber, [1922] 1978). O cenário favoreceu a emergência do demandante de emprego, ou seja, o indivíduo que procura onde e como vender sua força de trabalho. No capitalismo central, pode-se dizer que o “nascimento” do desemprego aberto (quando o indivíduo não exerce qualquer tipo de ocupação remunerada, está disponível para trabalhar e procura ativamente por trabalho) foi provocado por transformações nas relações trabalhistas em meados do século XIX.

Quando a individualização da venda da força de trabalho se generalizou nos países europeus, as relações empregatícias passaram a ser reguladas por contratos de trabalho e por um regime disciplinar que ditava o ritmo de produção. Isso provocou uma diferenciação entre a vida privada e o trabalho, dotado agora de certa autonomia (Castel, 2013; Demazière, 1995). O emprego despontou como a “*inscrição social e jurídica da participação dos indivíduos na produção das riquezas*”, enquanto o desemprego, de caráter involuntário, passou a “*ser definido como seu negativo*” (Gautié, 1998, p. 75). O assalariamento promoveu a classificação do seu contrário, quando indivíduos ativos e não-proprietários estavam desprovidos de contratos e de renda.

Salais, Baverez e Reynaud (1986) também argumentam que a “invenção” do desemprego só foi possível após a emergência, no final do século XIX, de um modelo jurídico de regulação dos vínculos empregatícios. Por meio dele, as trocas no mercado de trabalho não mais decorriam de acordos privados entre indivíduos, mas de relações assimétricas entre

grupos. O saldo foi a responsabilização dos empregadores sobre os postos de trabalho, bem como o reconhecimento da dependência econômica dos trabalhadores aos empreendimentos privados. Esse fenômeno foi decisivo para a ampliação dos meios impessoais e institucionais de socialização dos riscos (Jacoby, 2001). A preocupação de fundo era a garantia de coesão social, e a perda do trabalho, com tudo que a acompanha, passou a ser vista como uma ameaça à ordem e à harmonia nas sociedades de mercado.

Nesse contexto, a elaboração do desemprego como um problema público acompanhou a coletivização dos contratos de trabalho, o que se intensificou com a eclosão de greves operárias e a depressão econômica de 1890 (Reynaud, 2013). Nos anos seguintes, os Estados nacionais desenvolveram técnicas estatísticas e ferramentas de coleta de dados que conferiram uma maior materialidade ao problema, identificando quem e quantos eram os desempregados (Alberti, 2011). O fenômeno propiciou a classificação de uma posição específica no mercado de trabalho, distinta da dos “vadios” ou inadaptados, e cujos componentes demandavam o acesso a bens e serviços públicos.

Partindo desse modelo normativo, o seguro-desemprego foi a primeira medida pública que lidou com a perda do trabalho⁴. Entre o final do século XIX e o início do século XX, tais iniciativas se basearam em auxílios municipais⁵ que eram financiados voluntariamente pelos trabalhadores e pelo Estado. Em 1905, a França inaugurou um seguro com abrangência nacional, caminho seguido nos dois anos seguintes por Dinamarca e Noruega (Berg; Salerno, 2008). Já em 1911, a Inglaterra criou o primeiro sistema nacional de caráter obrigatório, cujo financiamento passou a abarcar os empregadores. Além de firmar um modelo básico de seguro, em que os desempregados acessam benefícios a depender do seu desempenho no mercado de trabalho formal, essa decisão traduziu o reconhecimento do desemprego como uma experiência involuntária, decorrente de oscilações na produção industrial (Cohen; Hanagan, 1995).

O preenchimento das vagas de emprego também era um problema relevante, o que demandou a criação de serviços que intermediassem o encontro entre trabalhadores e empregadores nos mercados de trabalho. Ao final do século XIX, o continente europeu já contava com serviços executados por empresas ou por municípios (Guzda, 1983), e com a virada de século, as instituições públicas passaram a ocupar o lugar das agências privadas, que eram acusadas de abusos e de fraudes, além de serem dispendiosas aos trabalhadores (Sargent, 1912). Em 1909, a Inglaterra criou o primeiro serviço com cobertura nacional,

⁴ Antes, a proteção pública era direcionada aos indivíduos entendidos como incapazes de trabalhar, como os idosos e as pessoas doentes (Castel, 2013). A criação do seguro-desemprego foi uma iniciativa inovadora, pois incluiu, nos sistemas de proteção social, os trabalhadores saudáveis e em idade produtiva.

⁵ Com destaque para Berna (Suíça), Colônia (Alemanha) e Genth (Bélgica).

decisão que foi respaldada, em 1919, pela Convenção n. 2 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vale lembrar que o período exigiu uma alocação mais eficiente da mão de obra, devido ao retorno de um grande contingente de soldados com o fim da Primeira Guerra Mundial, muitos sem recursos e aptos ao trabalho (Weishaupt, 2011a). O cenário foi favorável para que países como Áustria (1920) e Alemanha (1922) disponibilizassem serviços nacionais de emprego ainda na década de 1920.

Se o desemprego já despontava como um fenômeno importante, foi em 1929 que atingiu outro patamar, durante o período conhecido como Grande Depressão. Constatou-se que o desemprego não era fruto apenas da alocação imperfeita de recursos e de pessoas no mercado de trabalho, podendo ocorrer também como um fenômeno de massa (O'Brien; Salm, 1970). O acontecimento gerou uma pressão adicional sobre os Estados nacionais, demandados a prover condições mínimas de vida e a facilitar a reinserção profissional dos desempregados. Nesse cenário adverso, a *Unemployment Provision Convention*, organizada em 1934 pela OIT, defendeu a criação de programas de seguro-desemprego. No ano seguinte, os Estados Unidos aderiram à medida, juntando-se a mais treze países que haviam feito o mesmo no continente europeu (Alber, 2009)⁶. Os serviços públicos de emprego também cresceram em capilaridade, passando a ser implementados em países como Espanha (1931), Estados Unidos (1933), Suécia (1940) e França (1946).

Após a Segunda Guerra Mundial, entra em cena uma etapa importante da história do capitalismo, caracterizada por três experiências distintas (Quadagno, 1978): o Produto Interno Bruto (PIB) dos países capitalistas centrais cresceu até 1973, gerando um excedente econômico passível de alocação; as ideias Keynesianas se sobrepuseram no debate econômico, advogando o crescimento da demanda agregada via salários e benefícios, como forma de encorajar a produção industrial; e a centralização governamental durante a Guerra expandiu a capacidade das burocracias estatais. A esses fatores, Rosanvallon (2000) inclui a tentativa de “reconciliar” as classes e mitigar os danos provocados pelo conflito global, em uma espécie de renegociação do contrato social nas sociedades capitalistas⁷.

Essas experiências tornaram possível a criação dos Estados de Bem-Estar, fundados na obrigação de oferecer assistência e suporte aos seus cidadãos, bem como no reconhecimento do papel dos sindicatos na formulação de políticas públicas (Offe, 1984). Por cerca de 30 anos, o modelo de trabalho fordista se difundiu e consolidou no capitalismo

⁶ Dentre programas voluntários e compulsórios, os países foram Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Suécia, Suíça, Dinamarca, Noruega, França e Inglaterra.

⁷ O “contrato social” expressa certos acordos sobre a vida em sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, viu-se o fortalecimento de valores como a garantia de igualdade e do bem-estar humano.

central, visando a massificação da produção e do consumo, objetivo que foi viabilizado pela homogeneização das unidades produtivas e da força de trabalho (Clarke, 1991).

Em 1948, a Convenção n. 88 da OIT reafirmou a necessidade de criar e expandir os serviços públicos de intermediação de mão de obra, como instrumentos necessários à garantia do pleno emprego. Mas esses serviços atuavam de maneira pontual na trajetória dos trabalhadores, durante experiências de desemprego que eram breves e ocorriam entre vínculos empregatícios de longa duração, ou se voltavam a grupos específicos de trabalhadores, como os imigrantes (Bonet; Cappelli; Hamori, 2013). Também era comum que se limitassem às atividades administrativas e aos empregos de baixa qualificação e remuneração (OCDE, 1998). Mesmo contando com uma ampla atuação do Estado na alocação de recursos, muitos países postergaram a criação dos serviços públicos de emprego. Esse foi o caso da Dinamarca, que até 1969, atribuía aos sindicatos a função de intermediar o contato entre trabalhadores e empregadores⁸.

Já as políticas de pleno-emprego e os programas de seguro-desemprego foram os pilares dos sistemas de *welfare* (Lindbeck, 1997). Os programas de seguro rapidamente se expandiram no globo, saltando de 22 países em 1949 para 55 países no início da década de 1970 (Pinto, 2014). Por sua vez, o pleno emprego pode ser entendido como uma condição na qual todos os postulantes logram rapidamente o ingresso no mercado de trabalho. Para se alcançar essa condição, os países capitalistas centrais promoveram uma intervenção direta via Estado, a partir da expansão monetária e da utilização de *déficits* orçamentários para o aumento da demanda agregada. Em caso de sucesso, as taxas “restantes” de desemprego revelavam o desemprego friccional, de caráter transitório e associado a movimentos voluntários no interior da força de trabalho.

Diversas pesquisas buscaram determinar qual seria a taxa de desemprego que caracteriza a condição de pleno emprego (Darity; Goldsmith, 1995). Talvez a medida mais utilizada tenha sido a de Lord Beveridge, que estabeleceu como meta a taxa de desocupação igual ou abaixo dos 3%. Essa medida foi amplamente utilizada até 1955, ano em que passou para 4%, aumentando na década de 1970 para 5,5% (Kogut; Aron, 1980). Essa “revisão” foi fortemente questionada por autores como Gordon (1987), que sustentaram a pertinência da meta de 3%, por meio de uma crítica ao conceito de taxa natural de desemprego. De qualquer forma, muitos países podem ser considerados bem-sucedidos nessa empreitada: em 1972, a taxa de desemprego no Reino Unido era de 3%; na Alemanha Ocidental, de 0,8%; na França,

⁸ De fato, a década de 1960 pode ser entendida como um período de expansão dos serviços públicos de emprego, passando a abarcar países como Irlanda (1966) e Portugal (1965).

de 2,8%; e na Suécia, de 2,6% (Kauffman, 1980). Já os Estados Unidos se mantiveram alheios ao compromisso com o pleno emprego, e enfrentaram uma taxa de desocupação mais alta, de 5,6% (Kogut; Aron, 1980).

O cenário mudou nas décadas seguintes. Em 1973, os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) promoveram um embargo petrolífero, e o preço do barril de petróleo subiu drasticamente. Como resultado, a produção industrial se enfraqueceu nos países ocidentais, e a alta da inflação se combinou a uma grave recessão econômica, ocasionando um fenômeno conhecido como estagflação. Em 1979, ocorreu um segundo choque de petróleo, provocado pela Revolução Islâmica no Irã, que novamente prejudicou a economia dos países capitalistas centrais. Esse problema foi complementado por uma forte pressão fiscal sobre os Estados e uma crescente fragmentação da produção e do consumo. O modelo Fordista foi substituído por unidades produtivas descentralizadas e flexíveis, com o fortalecimento da competição global e da mobilidade de capitais, fenômenos que propiciaram a formação de mercados de trabalho heterogêneos e refratários às burocracias corporativas (Jessop, 2004; Clarke, 1991).

O desemprego em massa retornou com rapidez, especialmente na Europa continental. Esse fenômeno foi acompanhado pelo aumento das exigências ocupacionais, emergência de vínculos empregatícios inseguros e expansão do setor terciário (Palier, 2010). A crise do pleno-emprego foi intensificada pela ascensão de representantes neoconservadores, que enfatizavam a existência de um *trade-off* entre inflação e desemprego (Mishra, 1990). Para estes, a redução forçada do desemprego provocaria uma pressão inflacionária, cujo controle se tornou a meta mais importante desde então. Mesmo que as respostas aos desafios pós-1973 tenham sido diversas, os dados informados por Nickell, Nunziata e Ochel (2005) revelam que o desemprego aumentou na maioria dos países capitalistas centrais. A esses dados, a Tabela 1 adiciona as taxas relativas ao período 2000-18.

O crescimento do desemprego foi uma marca do capitalismo central a partir dos anos 1970. Ainda assim, o continente europeu merece um exame à parte, por ter apresentado taxas muito superiores às registradas no Japão e nos Estados Unidos. O mais importante é reconhecer o enfraquecimento das políticas de pleno emprego, pelo menos no que diz respeito aos seus resultados. Mas resumindo o debate acadêmico, autores como Nickell (2003), Blanchard (2006), Schmid (1995) e Ljungqvist e Sargent (1998) afirmam que, nos países europeus, i) os choques do petróleo foram sucedidos por uma política monetária contracionista nos anos 1980, o que promoveu o aumento do desemprego; ii) ocorreu uma queda geral da capacidade de conversão do PIB em empregos; iii) o desemprego de longa

duração ganhou força na Europa, se manifestando como um “desemprego institucional”, no qual os indivíduos sem trabalho eram amparados por sistemas de proteção durante a procura por trabalho; iv) devido ao aumento da inflação nos anos 2000, uma nova política contracionista precisou ser imposta, o que elevou as taxas de desemprego ou diminuiu o ritmo de sua queda; e v) a acumulação de capitais se enfraqueceu, expressando um círculo vicioso entre queda de produtividade, dificuldade de ajuste salarial condizente com o custo dos fatores de produção e decréscimo na oferta de empregos.

Tabela 1: Taxas de desemprego em países selecionados da OCDE (1965-2018) (em %)

	1965-72	1973-9	1980-7	1988-95	1996-9	2000-8	2009-13	2014-8
Alemanha	0,8	2,9	6,1	5,6	7,1	9,0	6,2	4,2
Áustria	1,4	1,4	3,1	3,6	4,3	4,5	5,0	5,5
Bélgica	2,3	5,8	11,2	8,4	9,2	7,6	7,9	7,6
Canadá	4,7	6,9	9,7	9,5	8,7	6,8	7,6	6,6
Dinamarca	1,7	4,1	7	8,1	5,3	4,5	7,1	5,8
Espanha	2,7	4,9	17,6	19,6	19,4	10,6	22,0	19,7
Estados Unidos	4,3	6,4	7,6	6,1	4,8	5,1	8,7	4,9
Finlândia	2,4	4,1	5,1	9,9	12,2	8,3	8,0	8,5
França	2,3	4,3	8,9	10,5	11,9	8,4	9,1	9,5
Holanda	1,7	4,7	10	7,2	4,7	4,2	5,5	5,8
Irlanda	5,3	7,3	13,8	14,7	8,9	5,0	14,6	8,9
Itália	4,2	4,5	6,7	8,1	9,9	8,1	9,5	11,6
Japão	1,3	1,8	2,5	2,5	3,9	4,6	4,6	3,1
Noruega	1,7	1,8	2,4	5,2	3,9	3,6	3,4	4,1
Nova Zelândia	0,3	0,7	4,7	8,1	6,8	4,6	6,5	5,1
Portugal	2,5	5,5	7,8	5,4	5,9	6,3	12,9	10,7
Reino Unido	3,1	4,8	10,5	8,8	6,9	5,0	7,7	5,0
Suécia	1,6	1,6	2,3	5,1	8,7	6,1	8,1	7,0
Suíça	-	0,8	1,8	2,8	3,7	3,5	4,5	4,8
Média	2,5	3,9	7,3	7,8	7,7	6,1	8,4	7,3

Fonte: Até 1999, Nickell, Nuziata e Ochel (2005). Desde 2000, *OECD Stats*. Elaboração própria.

Não cabe discutir as experiências de cada país. Contudo, dois assuntos merecem atenção. Em primeiro lugar, as taxas de desemprego parecem estar associadas ao tipo de política adotada quanto ao seguro-desemprego. Em países nos quais os benefícios são elevados em sua duração e “generosidade”, os desempregados tendem a ser mais seletivos e a aguardar mais tempo para aceitarem uma ocupação (Classen, 1977; Moffitt; Nicholson, 1982; Pellizari, 2006; Lalive, 2007). Mas esse efeito é modesto (Gallie, 2004), e o prolongamento da procura por trabalho é de certa forma esperado, pois o auxílio financeiro possibilita que os trabalhadores mapeiem, com mais tempo e recursos, as ocupações adequadas à sua formação e experiência (Holen, 1977; Acemoglu; Shimer, 2000; Tatsiramos,

2009). Isso previne a perda de capital humano, o que poderia inviabilizar projetos de desenvolvimento ancorados em trabalhos técnicos e especializados.

Em segundo lugar, o significado do pleno emprego mudou após a crise do Fordismo. Até a década de 1970, taxas baixas de desemprego informavam muito sobre o mercado de trabalho, pois havia certa homogeneidade nos salários e nas jornadas de emprego. Mas as décadas seguintes alteraram esse panorama, e não era mais plausível associar a redução do desemprego a um funcionamento virtuoso do mercado de trabalho. Os anos 2000 e 2010 foram ilustrativos a esse respeito. Apenas para citar dois exemplos, na Alemanha, o incremento da empregabilidade ocorreu por meio do fortalecimento dos trabalhos temporários, um fenômeno associado à perda salarial e ao aumento da desigualdade de renda (Giannelli; Jaenichen; Rothe, 2013; Brenke; Rinne; Zimmermann, 2013). Já nos Estados Unidos, a diminuição da taxa de desemprego foi acompanhada pela perda do poder de compra dos trabalhadores menos qualificados, por números elevados de desemprego oculto, piora na qualidade dos empregos e aumento consistente da desigualdade de renda (Bernstein, 2016; Khatiwada; Sum, 2016; Telford, 2019; Ross; Bateman, 2019). Se a taxa de desemprego aberto ainda é um indicador relevante, não é mais capaz de sintetizar as condições do mercado de trabalho nos países capitalistas centrais, visto a tendência de fragmentação e diversificação dos vínculos empregatícios. Em outras palavras, a inserção no mercado de trabalho deixou de ser uma condição suficiente para o bem-estar e a integração social (Gautié, 1998).

A fragmentação do mercado de trabalho também afetou o recrutamento dos trabalhadores. As experiências de desemprego se tornaram recorrentes, enquanto o desemprego de longa-duração passou a ganhar destaque nas estatísticas oficiais⁹. A diversificação do mercado de trabalho elevou os custos e os riscos das contratações, realçando as assimetrias no acesso a informações, bem como as dificuldades de mapear e contactar trabalhadores com habilidades não tão disseminadas na força de trabalho (Autor, 2009). Os serviços de emprego se tornaram ainda mais relevantes, a fim de garantir a eficiência das contratações e reduzir os custos da procura por trabalho (Bernhardt et al., 2001).

O papel desses serviços mudou na segunda metade do século XX. Até então, era rentável investir na qualificação dos empregados, pois os contratos de trabalho eram estáveis e duradouros. Isso traduzia a existência de mercados de trabalho “internos”, nos quais os

⁹ Segundo dados da OCDE, a taxa de desemprego de longa-duração (quantidade de desempregados por 1 ano ou mais em relação à quantidade total de desempregados) saltou, entre os países do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos), de 2,1% em 1970 para 28,1% em 2019.

trabalhadores eram geridos pelas próprias firmas e mantinham relações de longo-prazo com os empregadores (Cappelli, 2001). Esses trabalhadores assumiam posições em uma estrutura hierárquica, que poderia ser escalada via treinamento e promoções. A partir dos anos 1980, o encurtamento das relações de emprego passou a desincentivar a mobilização de estratégias de longo prazo por parte das empresas (Osterman, 2004). Esse “vazio” foi preenchido pelos serviços públicos de emprego, que se consolidaram como instituições de treinamento da força de trabalho (Ramos; Lobo; Anze, 2015). Dos anos 1990 em diante, alguns fenômenos complementaram esse cenário, como a expansão dos serviços privados de emprego, o uso de ferramentas tecnológicas (com ênfase nas plataformas digitais e no uso de algoritmos) e a descentralização e modernização da administração pública (Weishaupt, 2011b).

Sob outro prisma, as políticas de intermediação passaram a integrar o que Lødemel (2004) define por *workfare*. Esse conceito sumariza a tentativa de aumentar a população ocupada por meio de programas subsidiados de emprego e sanções em caso de desemprego voluntário. Nos Estados Unidos, desde a década de 1930, os trabalhadores são requisitados a participar de serviços de intermediação para se tornarem elegíveis ao seguro-desemprego (Odencrantz, 1940). Nos anos 1980, essa demanda foi adotada por diversos países europeus (OCDE, 2014), decisão que vinculou o seguro à experiência de procura por trabalho, e não à privação decorrente da perda dos salários. Dubois (2019) identifica uma crescente individualização dos sistemas de proteção social, o que aumentou o poder discricionário das burocracias estatais. O acesso a benefícios passou a ser menos a expressão de um direito estabelecido e mais o resultado de uma avaliação e monitoramento dos indivíduos, que devem empreender certas ações (procurar trabalho e frequentar programas de qualificação, no caso das políticas de emprego) para se tornarem elegíveis à proteção pública. A iniciativa que melhor ilustra esse paradigma foi protagonizada pelo Conselho da União Europeia em 1998. Preocupado com os altos níveis de desemprego no continente, o Conselho sugeriu que os regimes de bem-estar deveriam “*migrar dos sistemas de auxílio financeiro para o bem-estar através do trabalho*” (UE, 1998, p. 43). A redução ou corte de benefícios desestimularia o acesso duradouro às políticas sociais, enquanto o investimento nos serviços públicos de emprego reduziria as taxas de inatividade.

De fato, a Tabela 2 demonstra que o gasto público com os serviços de emprego cresceu a partir da década de 1980, sobretudo na Europa continental¹⁰. Vale notar que esses serviços não são tão dispendiosos, mas de maneira geral, os dados revelam uma maior preocupação com o investimento em estrutura física, pagamento de funcionários e criação e

¹⁰ Por outro lado, países como Canadá, Irlanda, Japão e Estados Unidos reduziram esse indicador.

manutenção de plataformas digitais.

Tabela 2: Gasto público em serviços de emprego, em países selecionados da OCDE (1985-2017) (em % do PIB)

	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2017
Alemanha	0,17	0,18	0,2	0,22	0,3	0,38	0,36	0,39
Áustria	0,1	0,1	0,12	0,13	0,16	0,18	0,17	0,18
Bélgica	0,15	0,16	0,2	0,16	0,18	0,2	0,19	0,34
Canadá	0,23	0,22	0,21	0,2	0,16	0,14	0,12	0,12
Dinamarca	-	0,08	0,11	0,28	0,31	0,39	0,39	0,4
Espanha	0,08	0,12	0,09	0,08	0,12	0,16	0,15	0,15
Estados Unidos	0,06	0,05	0,05	0,04	0,03	0,04	0,02	0,02
Finlândia	0,1	0,13	0,2	0,14	0,17	0,17	0,15	0,14
França	0,13	0,14	0,16	0,17	0,23	0,3	0,25	0,24
Holanda	0,35	0,36	0,45	0,42	0,37	0,36	0,24	0,22
Irlanda	0,16	0,18	0,29	0,13	0,12	0,17	0,09	0,06
Itália	-	-	-	-	0,08	0,1	0,09	-
Japão	-	0,27	0,25	0,21	0,04	0,06	0,07	0,07
Noruega	0,11	0,12	0,17	0,11	0,12	0,13	0,13	0,15
Nova Zelândia	0,09	0,15	0,12	0,11	0,11	0,12	0,18	-
Portugal	0,08	0,09	0,11	0,13	0,16	0,13	0,07	0,05
Reino Unido	0,15	0,16	0,18	-	0,34	0,31	-	-
Suécia	0,23	0,22	0,26	0,23	0,21	0,27	0,26	0,28
Suíça	0,07	0,06	0,1	0,1	0,12	0,11	0,11	0,11
Média	0,141	0,155	0,182	0,168	0,175	0,196	0,169	0,182

Fonte: *OECD Stats*. Elaboração própria.

Para examinar as mudanças no seguro-desemprego, é necessário adotar outra estratégia. Não basta verificar a evolução dos gastos públicos com os benefícios, pois o aumento na quantidade de desempregados provoca, de forma indesejada, uma maior sobrecarga nos regimes de bem-estar. Da mesma forma, períodos recessivos diminuem o PIB, fazendo com que a proporção dos gastos com o seguro-desemprego cresça em relação a esse indicador. Por esse motivo, Esping-Andersen (1990) analisou as taxas de reposição líquida (*net replacement rates*) dos seguros nas primeiras 26 semanas de desemprego, que consistem em estimativas do rendimento mantido após o desemprego e o acesso ao benefício, debitando os encargos devidos. Os cálculos se baseiam nos salários de um trabalhador típico da manufatura (*average production worker*), considerando a média dos valores em dois tipos de unidade doméstica¹¹: um trabalhador solteiro e sem filhos; e um trabalhador casado e com dois filhos, sendo ele o único provedor doméstico.

¹¹ Essa medida é importante, pois em diversos países, os valores mudam a depender da duração do desemprego e da composição doméstica. Nesses casos, os benefícios tendem a ser mais generosos quando o indivíduo experimenta o desemprego de longa-duração e possui dependentes familiares.

Fazendo uso dessa metodologia¹², Korpi e Palme (2003) afirmam que a proteção aos riscos universalmente compartilhados, como no caso das doenças e velhice, propicia a formação de grupos de interesse interclasses, agregando os estratos médios, o que eleva o poder de barganha dos beneficiários e diminui as chances de corte dos benefícios. Em contraste, os riscos que são desigualmente distribuídos costumam não atrair grandes coalizões de classe. Logo, Korpi e Palme (2003) caracterizam o seguro-desemprego como um dos benefícios mais frágeis dos regimes de bem-estar, e sustentam essa afirmação com base nas trajetórias dos países da OCDE. Nestes, a taxa de reposição líquida do seguro-desemprego caiu de 65% para 55% entre 1985 e 1995, sendo o caso inglês o mais emblemático: entre 1960 e 1995, a taxa passou de 60% para 24%, um valor considerado “pré-beveridgiano”¹³.

Scruggs e Allan (2006) partiram do mesmo objetivo. De acordo com os autores, 10 de 18 países da OCDE experimentaram uma queda no indicador entre 1975 e 1999¹⁴, o maior recuo novamente ocorrendo no Reino Unido (30,5 p.p.). Incluindo esses achados em uma agenda mais ampla de pesquisa, Scruggs e Allan (2006) identificaram um enfraquecimento dos Estados de Bem-Estar no capitalismo central desde a década de 1980. Contudo, esse entendimento não foi aceito de maneira unânime pela literatura especializada. Starke, Obinger e Castles (2008) replicaram o método da pesquisa anterior, comparando os anos de 1980 e 2002, e relataram que a redução média da reposição líquida foi de apenas 1 p.p. (de 62% para 61%). Em posse desse achado, Starke, Obinger e Castles (2008) discordam tanto de Scruggs e Allan (2006) quanto de Korpi e Palme (2003), sublinhando uma “convergência para o centro” entre os regimes de bem-estar.

É curioso que autores, manuseando dados parecidos, tenham chegado a conclusões tão dissonantes. No fundo, a questão é o que se deve olhar nos índices. Por um lado, Scruggs e Allan (2006) enfatizam a maior ocorrência de queda entre os países, mas conferem pouca atenção ao fato de que a taxa média de reposição líquida tenha aumentado 1.93 p.p. no ínterim. Por outro lado, Starke, Obinger e Castles (2008) se concentram nas médias, mas deixam em segundo plano o fato de que, em sua base de dados, 13 de 18 países diminuíram suas taxas de reposição¹⁵. Ou seja, as duas pesquisas informam que o indicador caiu na maior

¹² Com apenas uma alteração, incluindo nos cálculos o período de 1 semana de desemprego.

¹³ O “Plano Beveridge” reformou o regime inglês de bem-estar no pós-Segunda Guerra. Korpi e Palme (2003) afirmam que a reposição líquida do seguro-desemprego, na década de 1990, retrocedeu para valores iguais ou inferiores a antes do Plano. Em 1930, por exemplo, a reposição líquida do seguro-desemprego inglês era de 35%.

¹⁴ Bélgica, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Já os países que apresentaram crescimento foram Austrália, Áustria, Finlândia, França, Itália, Japão, Noruega e Suíça.

¹⁵ Os países que apresentaram queda foram Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Já Austrália, Canadá, Finlândia, França, Itália e Suíça experimentaram um aumento das taxas de reposição.

parte dos países, mas onde a taxa de reposição avançou, isso ocorreu de forma mais significativa. Talvez a lição seja escapar de uma resposta binária sobre o assunto.

Para atualizar o debate, a Tabela 3 apresenta as taxas de reposição no período 2001-2018, utilizando os microdados da *OECD Tax Benefit Calculator*. Convém salientar que uma mudança metodológica aconteceu na virada de século. Devido à queda da manufatura na composição do trabalho total, a OCDE (2004) passou a basear os cálculos dos rendimentos nos valores médios de um setor ocupacional mais amplo¹⁶, o que certamente torna o panorama mais robusto, mas inviabiliza comparações com as séries históricas anteriores. Além disso, optei por apresentar os dados para o primeiro mês de desemprego, pois em alguns países, o número de parcelas recuou para menos de 6 meses. Esse foi o caso dos Estados Unidos, onde o estado de Michigan, tomado como uma unidade representativa do sistema federativo, diminuiu a quantidade de parcelas de 57 para 20 semanas entre 2013 e 2014.

Tabela 3: Taxas de reposição líquida dos programas de seguro-desemprego em países selecionados da OCDE (em %)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Alemanha	64,1	64,1	63,9	63,2	63,3	62,2	61,9	61,9	62,1	62
Áustria	57,9	69,9	68,9	67,2	64,4	62	61,2	60,4	59,4	59
Bélgica	54	55,7	54,3	54,1	60,4	58,8	63,6	62,8	63,4	62,1
Canadá	63,9	64	64,2	62,6	65,6	64,7	65,3	63,9	62,5	61
Dinamarca	62,1	61,6	61,4	59,6	58,8	59	59,8	59,9	59,5	59,6
Espanha	69,6	68,5	68,6	69	67,2	65,5	63,3	61,8	62,1	61,9
Estados Unidos	52,8	58,5	56,3	51,1	47,9	45,4	44,8	43,1	41,4	39,2
Finlândia	59,1	59,6	56,7	53,9	53	55,2	59,9	67,6	57,4	56,7
França	67,7	65,8	66	65,6	65,5	65,7	65,8	66,1	65,1	65,1
Holanda	67,6	66,7	66,1	76,6	75,4	75,7	76,3	75,1	73,6	73,5
Irlanda	30,6	31,7	34,1	38,9	41,8	41,7	41,2	41,3	40,1	39,1
Itália	45,8	49,7	69,9	59,3	59	57,2	58,8	66,8	66	65,7
Japão	56,9	52,8	52,5	52,6	53,3	53,3	55,5	53,1	52,5	54,4
Noruega	64,8	65,6	65,5	65,2	65,4	65,9	66,2	65,3	65,3	65,3
Nova Zelândia	38,8	38,5	36,4	35,1	33,6	32,9	31,6	30,9	31	31
Portugal	79,5	80,5	79,6	80	79	*	*	75	75	75
Reino Unido	24,8	18	17	16,3	17,2	17,6	17,9	17,6	16,5	16,1
Suécia	65,5	66,3	62,5	53	48,1	46	43,7	41,6	51,6	49,7
Suíça	79	80	80,2	80,2	79,8	79,6	79,6	79	79,1	79
Média	58,1	58,8	59,2	58,1	57,8	56	56,5	57,5	57	56,6

Fonte: *OECD Tax Benefit Calculator*. Elaboração própria.

* Nesses dois períodos foi encontrado um erro no banco de dados. A OCDE foi informada, e os dados serão corrigidos na próxima atualização da plataforma.

¹⁶ Abarcando os trabalhos de mineração; manufatura; abastecimento de energia, gás e água; construção; comércio; serviços em hotéis e restaurantes; transporte, armazenamento e comunicação; intermediação financeira; setor imobiliário, aluguel e atividades de negócios. A não-inclusão de outros setores, como nas áreas de educação, saúde e trabalhos domésticos, é explicada pela ausência de dados para alguns países (OCDE, 2004).

Em valores agregados, os programas de seguro-desemprego cobrem cerca de metade dos rendimentos prévios. Nova Zelândia, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos finalizaram a série com os valores mais baixos de reposição, enquanto Suíça, Portugal, Holanda, Itália e Noruega apresentaram os valores mais altos. A taxa de reposição caiu em 12 dos 19 países analisados, o que difere do cenário anterior, pois uma maior ocorrência de queda foi acompanhada, em um tempo relativamente curto, pela retração de 1,5 p.p. nas médias das taxas de reposição. Pode-se dizer que os anos 2000 e 2010 trouxeram um recuo da “generosidade” dos programas de seguro-desemprego, mas a mudança tênue do indicador agregado, bem como as variações significativas de um país a outro, impedem afirmações mais contundentes sobre o assunto.

A capacidade de o seguro repor o rendimento do trabalho explica apenas uma parte da proteção ao desemprego. Além de indagar em que medida os beneficiários são protegidos, vale examinar quantos trabalhadores são protegidos, o que demanda o uso de uma medida relativa que considera a quantidade de beneficiários e de desempregados em cada país. A cobertura efetiva do seguro-desemprego é um indicador bastante utilizado em comparações internacionais, ao revelar a proporção de desempregados elegíveis (Matteo et al, 2020; OIT, 2017). Por considerar a quantidade real de desempregados com acesso ao benefício, a cobertura efetiva é mais adequada para avaliar os programas de seguro do que a proporção da força de trabalho legalmente amparada pelo benefício, pois alguns fatores, como a duração do desemprego, afetam o acesso ao seguro.

A Tabela 4 revela que, em valores agregados, mais da metade dos desempregados nos países selecionados estão protegidos. Nos piores cenários (Japão, Estados Unidos e Suécia), cerca de 1/4 dos desempregados eram segurados em 2015. Já em alguns países europeus, os sistemas contributivos de seguro são complementados por benefícios não-contributivos, o que promove a cobertura total dos desempregados.

Apesar de grande variação entre 2000 e 2015, os dois extremos da série possuem os mesmos valores médios de cobertura. Essa estabilidade do indicador agregado não deve mascarar as tendências desiguais que foram observadas entre os países. Apenas para citar dois exemplos, chamam atenção a queda vertiginosa da cobertura do seguro sueco e a expansão do seguro finlandês¹⁷. Se algo une o mundo capitalista nesse período, é a transformação profunda dos programas de seguro: entre os países que aumentaram sua

¹⁷ A reforma do seguro-desemprego sueco foi discutida por Gordon (2017). Muitos trabalhadores suecos contam com benefícios complementares, oferecidos pelos sindicatos ou promovidos por acordos entre empregadores e trabalhadores. O fortalecimento desses benefícios, em detrimento da modalidade pública de seguro-desemprego, configura uma forma de privatização dos riscos sociais (Lindellee, 2018). Já o afrouxamento dos critérios de elegibilidade do seguro-desemprego finlandês, que teve início em 2003 e combinou benefícios totais e parciais na ampliação da proteção pública ao desemprego, foi analisado com minúcia por Kyyrä, Pesola e Rissanen (2017).

cobertura efetiva, o indicador variou 18,6 p.p., enquanto naqueles que sofreram recuo, o saldo médio foi de -15,7 p.p. Esse quadro combina reformas institucionais e transformações dos mercados de trabalho, com destaque para o alcance das relações assalariadas.

Tabela 4: Cobertura efetiva do seguro-desemprego em países selecionados da OCDE (2000-2015) (em %)

	2000	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2015
Alemanha	81,2	92,1	80,6	86,1	86,4	87,6	86,3	100
Áustria	94,1	89,4	89,8	90,4	91,3	91,4	90,5	100
Bélgica	81,3	84	86,1	85,7	83,6	82,8	83,1	100
Canadá	46,1	44,2	44,5	43,6	48,4	46,1	41,8	40
Dinamarca	99,9	98,9	77,8	72	78,6	70,9	68,3	66,8
Espanha	41,4	65,1	73,9	67,4	62,3	63	53,2	45,3
Estados Unidos	37,1	35	35,9	37	40,4	30,6	27,2	27,9
Finlândia	63,7	63,6	58,8	57,5	47,9	52,1	57,8	100
França	57,4	67	67,4	67,2	66	62,3	59,8	94,7
Holanda	66,7	69,3	65,1	59,7	60,1	65,1	64,8	73
Irlanda	74,7	81,5	85,9	-	91,3	87,2	85,4	100
Itália	22,6	35,4	42,5	43,9	61,3	56,2	55,8	37,8
Japão	32,5	21,4	22,1	22,9	25,4	19,6	21,5	20
Noruega	-	58,1	50,9	42,1	74,6	73,4	69,5	61,8
Nova Zelândia	-	-	28	18,6	35,8	41,8	37,5	44,9
Portugal	64,6	67,3	60,8	59,5	61,9	57,2	41,9	42,1
Reino Unido	68,2	61	53,8	52	65	61,6	60,8	60
Suécia	-	86,2	64,8	44,5	39,2	33,9	28,4	25,9
Suíça	79,2	82,4	71,4	68,3	72,2	74,8	64,7	60,7
Média	63,2	66,8	61,1	56,6	62,7	60,9	57,8	63,2

Fonte: OIT (2017). Elaboração própria.

Neste tópico, busquei discutir como o desemprego se tornou um problema público no capitalismo central, fenômeno que combinou a individualização da venda da força de trabalho, o reconhecimento de uma posição específica nos mercados e a elaboração das políticas de emprego. Por lidar com uma grande quantidade de países, me limitei a identificar padrões de continuidade ou mudança na socialização dos riscos do desemprego. Embora válido como um esforço inicial de pesquisa, essa abordagem não consegue identificar variações mais finas em cada país, tendo em vista as sucessivas transformações na configuração dos mercados de trabalho e no desenho institucional das políticas de emprego. Isso me levou a não apresentar uma tipologia nova ou dialogar com tipologias já consolidadas no debate sociológico, como as apresentadas por Esping-Andersen (1990) e Gallie e Paugam (2000).

Boa parte dos achados reproduz essas classificações, como a cobertura limitada do seguro-desemprego nos Estados Unidos e a reposição salarial muito baixa no Reino Unido, países que ilustram o modelo anglo-saxão de socialização dos riscos; ou a cobertura e a

reposição salarial elevadas nos países corporativistas e social-democratas. Entretanto, é preciso reconhecer a diversidade interna em cada um desses tipos, sobretudo no que diz respeito às características das políticas de emprego (Sjöberg; Carroll; Palme, 2021). Os anos 2000 em diante complexificaram esse cenário, fazendo com que países com modelos até então similares, como Suécia e Finlândia, tenham seguido caminhos opostos no desenho da proteção ao desemprego.

1.2 Estado e desemprego no Brasil: uma agenda de pesquisa

Após o percurso anterior, as dúvidas recaem sobre a proteção ao desemprego nos países capitalistas periféricos, onde a formação dos mercados de trabalho e dos regimes de bem-estar não seguiu os ciclos observados no capitalismo central. Os dados disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017) revelam que menos da metade dos países (48%) possuem programas de seguro-desemprego, chamando atenção que somente sete países latino-americanos oferecem programas de seguro: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela. Uma iniciativa que parecia praticamente assentada, submetida a ajustes esporádicos, revela uma baixa capilaridade quando a miramos por esse novo olhar.

Sobre o caso brasileiro, diversos estudos já se dedicaram a analisar a formação e o desenvolvimento de um Estado Social. Draibe (1993) e Santos (1979) destacam-se por suas contribuições sobre a formação de sistemas de proteção durante períodos autoritários, baseados em benefícios socialmente estratificados e no controle político dos beneficiários; Vaitsman, Andrade e Farias (2009) e Sposati (2009) analisaram a proteção universalista e não-contributiva inaugurada pela Constituição de 1988, adensada por espaços decisórios participativos; Cohn (1995) e Vianna (1997) trataram das tendências do regime brasileiro de bem-estar na década de 1990, direcionado à focalização dos benefícios socioassistenciais; Lavinás (2007) e Couto, Yazbek e Raichelis (2012) examinaram as mudanças introduzidas nos anos 2000, a partir da expansão e normatização da proteção social não-contributiva e do avanço da política de renda mínima, quando em comparação a outros gastos sociais; e por fim, Dweck et al. (2018) e Vieira et al. (2018) discutiram os impactos da austeridade econômica, especialmente a partir de 2016, na implementação de políticas públicas e na desigualdade de renda.

Nem é preciso afirmar a relevância dos estudos anteriores. Mas para os propósitos deste capítulo, o mais importante é identificar como, no Brasil, o desemprego se tornou um

problema público, passível de intervenção via políticas de emprego. Esse assunto foi alvo de poucas análises sistemáticas, lacuna que se torna ainda mais evidente quando consideramos o papel da proteção ao desemprego na regulação das relações trabalhistas e na socialização dos riscos sociais. No restante do capítulo, buscarei preencher essa lacuna.

1.2.1 As primeiras iniciativas de proteção social e a invisibilidade do problema do desemprego

A formação de um mercado de trabalho competitivo, sem o qual é impossível falar de desemprego, ocorreu no Brasil entre o final do XIX e o início do século XX, e de maneira bastante limitada. A proletarização da força de trabalho se baseou no patrocínio do Estado à vinda de migrantes europeus, enquanto os ex-escravos e os trabalhadores pobres eram absorvidos pelas atividades urbanas informais de baixa remuneração e pela economia rural de subsistência (Vargas, 2014; Theodoro, 2004)¹⁸. Em 1850, a Lei de Terras tornou obrigatória a compra para o acesso às terras vacantes, o que inviabilizou a atividade rural para a maior parte da população.

A separação entre a força de trabalho nacional e estrangeira partia da visão, notadamente eugenista, de que os brasileiros negros e mestiços eram incapazes de se adaptar ao capitalismo competitivo (Schwarcz, 1996). E em uma sociedade com escravidão recente, os contratos de emprego eram percebidos como semelhantes ao trabalho cativo, o que impelia os indivíduos adultos ao autoemprego (Costa, 1998). Ou seja, a distinção entre a compra e venda da força de trabalho (o fundamento das economias de mercado) e a compra e venda do corpo e das condições de existência (um fenômeno que organiza as relações de trabalho em sociedades escravocratas) ainda era incipiente.

Mas com a Primeira Guerra Mundial, a vinda de imigrantes se tornou escassa. Isso demandou uma integração da força de trabalho nacional em torno das regiões Sudeste e Sul, com o objetivo de preencher as vagas de emprego nos locais economicamente mais dinâmicos do país. Aliada ao setor secundário e aos mercados de bens e serviços, a produção cafeeira passou a absorver a mão de obra das pequenas cidades e das regiões Norte e

¹⁸ Porém, desde meados do século XIX, o trabalho escravo conviveu com o trabalho livre nas lavouras. Lago (2014) afirma que o fim do tráfico negreiro impeliu os latifundiários nordestinos a venderem escravos aos produtores de café no Centro-Sul. Por esse motivo, precisaram empregar mão de obra livre na produção de açúcar e algodão. Também vale notar que a transição ao trabalho livre se deu de maneira desigual de uma região a outra. O Centro-Sul era economicamente mais dinâmico, por concentrar a produção de café e a indústria nascente. Nessa região, a substituição do trabalho escravo pelo de imigrantes ocorreu de maneira mais expressiva do que nas regiões Norte e Nordeste (Theodoro, 2004).

Nordeste (Furtado, 2003). Kowarick (1994, p. 12) lembra que muitas pessoas haviam sido expropriadas dos meios autônomos de subsistência, permanecendo “*disponíveis em estado latente nos campos e cidades*”, até que a demanda do Estado e do setor empresarial as incluísse no “*concurso do processo produtivo*”. Essa incorporação aconteceu de maneira paralela ao trabalho escravo, e logo depois, complementou o trabalho de imigrantes. A partir dos anos 1930, assumiu certa autonomia, quando os trabalhadores eram atraídos para um mercado urbano em vias de estruturação e regulamentação (Cardoso, 2016). Ademais, a política de nacionalização da mão de obra rearticulou o binômio campo-cidade: enquanto o primeiro se modernizava e incluía uma pequena parcela de trabalhadores, o “resto” da mão de obra passou a ser expulsa para as grandes cidades, alimentando as fábricas com uma mão de obra barata e abundante (Paiva, 2004)¹⁹.

O mercado de trabalho brasileiro era instável e caracterizado por excedente da oferta de mão de obra. Os vínculos formais eram escassos, intermitentes e com baixos salários, o que impelia os trabalhadores a se engajarem em formas alternativas de subsistência (Hoffmann; Costa; Sanches, 2003). Já a urbanização resultou de uma explosão demográfica, fruto do crescimento natural da população e do êxodo rural, e muitos dos “novos” trabalhadores eram absorvidos pela economia informal do setor terciário (Santos, 2010). A produção sociológica latino-americana interpretou esse fenômeno sob a ótica da teoria da marginalidade, e assim, a exclusão de parcela significativa dos trabalhadores do centro dinâmico do capitalismo, representado pelo setor secundário, foi enfatizada como um problema estrutural das economias subdesenvolvidas (Quijano, 1966; Nun, 1968).

Devido às altas taxas de informalidade, eram bastante fluidas as fronteiras entre o emprego, o desemprego e a inatividade (Barbosa, 2008; Dedecca, 2005; Machado da Silva, 2002). Até a década de 1970, quase inexistia a figura clássica do desempregado, o indivíduo que se dedica integralmente a procurar uma ocupação após a perda do salário.

Alguns aspectos do sistema brasileiro de proteção social são dignas de nota. De 1880 a 1920, a proteção social se limitava a um sistema de previdência voltado à elite da burocracia, sobretudo o alto escalão das forças armadas, enquanto os demais trabalhadores dependiam de instituições filantrópicas e dos fundos de ajuda mútua (Malloy, 1976). Mas no início do século XX, algumas mudanças tensionaram esse regime de proteção, em especial, a “*eclosão de um mercado capitalista moderno, a reorganização político-administrativa do Estado e a crescente expansão urbano-comercial (mais tarde, urbano-industrial)*” (Fernandes,

¹⁹ Paiva (2004) lembra que o fluxo migratório inter-regional também se deu por via rural-rural, beneficiando a produção de café e algodão no Centro-Sul. No entanto, a absorção de mão de obra se dava de maneira sazonal, e era comum que os trabalhadores fossem expulsos após as colheitas. Em seguida, procuravam outras propriedades rurais ou se dirigiam aos centros urbanos.

2008, p. 46). O trabalho assalariado se tornou um fenômeno importante, ainda sem nenhum tipo de regulação, e uma nova correlação de forças passou a beneficiar o mercado de trabalho urbano (Santos, 1989). Os operários eram cada vez mais capazes de se organizar politicamente, o que, aliado às condições ruins de trabalho, culminou em duas grandes greves nos anos de 1917 e 1919.

Esses fatores internos se somaram a uma conjuntura internacional favorável à modernização do mercado de trabalho. Em 1919, o Brasil foi signatário da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Tratado de Versalhes, assegurando um compromisso com a regulação das relações trabalhistas e com a implementação de um sistema minimamente coeso de proteção social. Contudo, o Brasil não referendou as primeiras iniciativas da OIT que trataram do desemprego, como a Convenção n. 2 de 1919 e a *Unemployment Provision Convention* de 1934. Isso foi uma prévia do que seria, por muito tempo, o nosso programa de bem-estar, inteiramente voltado aos indivíduos com empregos formais, como os funcionários da burocracia e a elite de trabalhadores urbanos (Medeiros, 1999). Os desempregados e os trabalhadores urbanos informais eram excluídos da economia organizada e de uma comunidade restrita de trabalho, e permaneciam sem qualquer tipo de subsídio público²⁰.

Como outros países latino-americanos, após a crise de 1929, o Brasil iniciou um projeto de substituição de importações para estimular a produção industrial (Cruz-Martínez, 2019). A expansão da capacidade administrativa do Estado permitiu a unificação do mercado de trabalho e a nacionalização das decisões econômicas (Segura-Ubiergo, 2007; Ianni, 1986). A respeito das décadas seguintes, é de certa forma consensual definir o regime brasileiro de bem-estar como de tipo corporativista, visto as normas que regulavam a distribuição de recursos sociais e os padrões de interação entre sociedade civil e Estado.

Um pacto avesso a valores universalistas regulou o conflito entre capital e trabalho na produção industrial (Filgueira, 2005). A legitimidade da ação pública era garantida pela combinação entre provisão de bem-estar e controle político dos trabalhadores urbanos mais escolarizados, filiados aos sindicatos legais. Em um regime corporativista, “*a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo*” (Santos, 1979, p. 75-76). Já uma massa de “*pré-cidadãos*” continuava

²⁰ Até o início da década de 1920, a previdência abarcava apenas os funcionários públicos. Em 1923, a Lei Elói Chaves, dirigida aos trabalhadores ferroviários, iniciou um sistema de previdência focado em categorias profissionais, custeada por empregadores, trabalhadores e Estado. Depois, bancários e comerciários passaram a ser protegidos, e em 1938, a benesse foi ampliada aos trabalhadores industriais (Malloy, 1976). Mas essa unificação não traduziu uma universalização dos direitos sociais. Como segue Malloy (1976), a proteção social era atravessada por relações particularistas entre grupos de pressão (representações profissionais legalmente reconhecidas) e o Estado, o que repercutia em leis complementares que tornavam a previdência mais “generosa” para certas corporações.

alheia ao mercado moderno e às políticas de proteção social.

O período não contou com a criação de um seguro-desemprego, como nos países capitalistas centrais, mas edificou um modelo de proteção que serviu de esteio para as primeiras iniciativas da década de 1960. Nesse modelo, a socialização dos riscos do desemprego cindiu a força de trabalho entre os trabalhadores com participação no mercado formal e os indivíduos que transitam nas franjas do mercado competitivo. Nos países latino-americanos, a regulação do mercado de trabalho urbano foi complementada por uma superexploração do trabalho rural, o que limitou o alcance da modernização das relações trabalhistas e da nova legislação social (Barrientos, 2019).

É preciso reconhecer uma diferença entre o nosso regime de bem-estar e aquele observado nos países capitalistas centrais. Nestes, a proteção social acompanhou a generalização das relações assalariadas, como uma forma de amortecer os impactos da industrialização nas condições de existência. Isso deu início às leis de renda mínima no século XIX e aos programas de seguro-desemprego no início do século XX. Já no Brasil, a lógica do industrialismo (Draibe, 2007) traduziu um vir a ser, mirando a inclusão do país no capitalismo competitivo. A legislação social precedeu o desenvolvimento do setor secundário, como uma nova forma de pactuação entre elites e frações da força de trabalho (Echevarria, 1970). Cardoso (2019) entende que a inclusão via proteção pública representou uma “promessa”, cuja efetivação dependia do lugar do trabalhador na produção e distribuição de bens e serviços. Para os desempregados, a única solução era se colocar economicamente disponível e conseguir um emprego registrado, que servia como uma espécie de passaporte para o Brasil moderno. Todavia, o avanço da indústria foi incapaz de acompanhar o crescimento da mão de obra nas décadas seguintes. Muitos indivíduos ficaram de fora do assalariamento e precisaram desempenhar ocupações instáveis e irregulares, permanecendo excluídos de um sistema restrito de cidadania (Cepal, 1966; Hoffmann, 1977)²¹.

1.2.2 A inscrição do desemprego na agenda pública: normas e práticas

Até a década de 1950, o Brasil permaneceu sem um programa de seguro-desemprego. Contudo, algumas iniciativas fomentaram a elaboração normativa do

²¹ Como demonstra Hoffmann (1977), entre 1940 e 1970, a proporção da força de trabalho ocupada no setor secundário passou de 10,3% para 18,1%. Nas atividades primárias, a queda foi de 64,1% para 44,6%. Finalmente, o setor terciário registrou o avanço mais expressivo no período, de 23,8% para 37,3% da força de trabalho.

desemprego na agenda pública²².

Em 1941, a “vadiagem” (ou melhor, a recusa de indivíduos sadios se disponibilizarem ao mercado de trabalho) foi tipificada na Lei de Contravenções Penais²³. Já em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) codificou o regime de assalariamento, resguardando aos desempregados os “*respectivos direitos sindicais*”. A CLT também criou uma indenização em caso de demissão sem justa causa para os trabalhadores com mais de 1 ano de vínculo empregatício (Brasil, 1943)²⁴. Poucos anos depois, duas passagens da Constituição de 1946 abordaram o tema (Brasil, 1946): o Artigo 156 instituiu a preferência pelos “*nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados*” no processo de “*fixação do homem no campo*”; e o Artigo 157 promoveu o auxílio financeiro aos desempregados como um “*preceito*” da legislação do trabalho e da previdência social, mas sem encaminhamentos práticos.

Ao combinar essas ações, o Estado separou o desemprego involuntário do ócio deliberado. Se o primeiro merecia proteção e amparo financeiro, o segundo constituía um crime, de natureza imoral e que prejudicava o bom funcionamento do mercado competitivo. Ainda sem a implementação de políticas de emprego, o foco residia na conversão da força de trabalho potencial em uma mão de obra disciplinada e disposta ao labor (Kowarick, 1994). Uma conduta que era exigida dos indivíduos à procura de emprego, demandados a vender sua força de trabalho a qualquer preço.

A migração rural-urbana se intensificou nos anos 1960, fruto de um projeto autoritário de modernização do campo e da atração que as ocupações urbanas exerciam sobre a força de trabalho. O aumento da produtividade rural se baseou no subsídio público às grandes propriedades, que eram intensivas em capital e empregavam poucos trabalhadores (Thiesenhusen; Melmed-Sanjak, 1990). O recuo da demanda por mão de obra foi acompanhado pelo uso de violência, tanto pública quanto privada, que expulsou os pequenos produtores das suas propriedades. Com o desenvolvimento das comunicações e meios de transporte, ocorreu uma “*quebra do isolamento relativo*” dos trabalhadores rurais, que passaram a buscar a inclusão monetária via produção e consumo (Durham, 2004, p. 171). A

²² Essa construção normativa sucedeu uma valorização pública do trabalho. O discurso de Rui Barbosa ([1919] 2010: 7) exemplifica essa virada no imaginário nacional: “*Há na vossa grandeza um condão, para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho, é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho, é justo. Tudo o que assenta no trabalho, é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais; como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital*”.

²³ O termo vadiagem já havia sido utilizado na legislação brasileira, como no Código Penal do Império (1830), que se dirigia aos indivíduos saudáveis e sem emprego, especialmente em ato de mendicância; e no Decreto 847 (1890), que havia classificado diversas práticas como vadiagem, dentre elas a capoeira.

²⁴ Essas indenizações não eram debitadas automaticamente, o que submetia os trabalhadores a disputas que se arrastavam na Justiça do Trabalho (Azeredo, 1998).

participação na economia competitiva configurava uma forma de satisfazer essas novas necessidades, e assim, o movimento migratório promoveu uma transferência de mão de obra do meio rural para os centros urbanos. O enfraquecimento dos meios tradicionais de subsistência, aliado à ausência de políticas de proteção ao desemprego, consolidou um cenário de mercantilização do acesso ao trabalho. Nas décadas seguintes, a urbanização e o avanço da atividade econômica feminina aceleraram o crescimento da força de trabalho, concentrada nas grandes cidades (Guimarães; Barone; Brito, 2015).

Dentre as mudanças observadas no período democrático, entre 1945 e 1964, merecem destaque a liberdade de organização sindical e o retorno de uma competição eleitoral limitada, ainda sem a participação dos analfabetos²⁵, o que desincentivava a disputa pelo voto dos trabalhadores de baixa-renda (Haggard; Kaufman, 2008). Já as décadas seguintes foram decisivas para a inclusão do desemprego na agenda pública, seguindo o processo de estratificação do mercado de trabalho que caracteriza o regime corporativista.

Com o Golpe Militar de 1964, a representação sindical dos trabalhadores foi abolida, e a gestão tecnocrática da proteção social seguiu duas linhas (Medeiros, 2001). Uma, de caráter compensatório, buscava amortecer os impactos de um projeto desenvolvimentista concentrador de riquezas²⁶. Outra, de caráter produtivista, almejava garantir as condições materiais e humanas do crescimento econômico. As duas linhas foram pautadas por sistemas nacionais regulados pelo Estado, com a implementação de políticas de massa que, no caso da proteção ao desemprego, abarcavam os assalariados urbanos com ocupações estáveis (Aureliano; Draibe, 1989).

No Capítulo 3, discutirei o processo de regulação do mercado de trabalho a partir do fortalecimento das agências de colocação profissional, iniciativa que compõe a agenda produtivista. Por agora, vale pontuar os efeitos da Lei n. 4.589, que atribuiu às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) a função de intermediar a mão de obra e fiscalizar as agências privadas (Brasil, 1964); e do Decreto n. 58.550, que criou o Departamento Nacional de Mão de Obra (DNMO), a fim de expandir a atuação do Estado na gestão de informações sobre o mercado de trabalho (Brasil, 1966a).

A primeira experiência de seguro-desemprego ocorreu em 1965, através da Lei n. 4.923, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo General Humberto Castello Branco. Além de criar o Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Desempregados

²⁵ Em 1920, 71,2% da população com idade igual ou superior a 5 anos era analfabeta, índice que caiu para 46,7% em 1960 (Ferraro; Kreidlow, 2004).

²⁶ Dentre as medidas compensatórias, uma das mais discutidas foi a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) em 1971. Tendo em vista o escopo deste capítulo, focarei nas políticas voltadas ao desemprego.

(CAGED), a Lei disponibilizou um auxílio aos trabalhadores demitidos sem justa causa ou afetados pelo fechamento parcial ou total de empresas, com registro em carteira de no mínimo 4 meses (Brasil, 1965). Os benefícios duravam até 6 meses, e seu teto cobria 80% do salário-mínimo. Para o custeio das despesas, o Poder Executivo foi autorizado a criar um Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD), objetivo que foi efetivado em 1966, como resultado do Decreto n. 58.155 (Brasil, 1966b)²⁷.

Porém, para estimular a rotatividade do mercado de trabalho, a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) substituiu a estabilidade de emprego após 10 anos de atuação na mesma firma. O FGTS passou a receber os recursos do FAD provenientes da folha salarial, o que justificou a redução da cobertura do seguro-desemprego aos trabalhadores demitidos em dispensas coletivas, devido ao fechamento total ou parcial das empresas. Esse desenho residual foi acompanhado pela diminuição da quantidade máxima de parcelas, de 6 para 3 meses; e do teto do benefício, de 80% para 50% do salário-mínimo. No ano seguinte, a Constituição de 1967 incluiu o seguro-desemprego na lista de benefícios da seguridade social, mas sem encaminhamentos práticos sobre o assunto (Brasil, 1967). O FGTS perdurou como a única proteção ao desemprego para os assalariados, via indenizações automáticas em caso de demissão sem justa causa.

Em 1968, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi criada. Seus microdados permitiram a contagem do número de desempregados com periodicidade anual, o que representou um avanço significativo, dados os limites da mensuração do desemprego no Censo Demográfico, como veremos no Capítulo 4. Fazendo uso dessa nova fonte de dados, diversos autores passaram a se debruçar sobre as estatísticas do mercado de trabalho, como Goodman e Oliveira (1977), que apontaram a passagem da taxa de desemprego de 2,3% para 2,7% entre os anos de 1968 e 1973²⁸; Pastore (1976), que relatou uma taxa de desemprego de cerca de 3% em 1972; e Sabóia (1986), que observou um incremento de 2,8% para 4,9% entre 1979 e 1983.

Uma análise apressada poderia caracterizar esse cenário como de pleno-emprego, pois as taxas de desemprego eram até mais baixas do que as registradas em alguns países europeus. Obviamente, isso seria um equívoco. Os autores citados entendem que o baixo desemprego decorria da inexistência de um auxílio financeiro aos desempregados. Sem a reposição da renda via seguro, os trabalhadores pobres eram obrigados a se lançar

²⁷ O Fundo era financiado pelas empresas, incidindo sobre 1% da folha salarial, e por meio de uma conta especial denominada Emprego e Salário, composta por 20% do imposto sindical.

²⁸ Essa comparação é apenas ilustrativa, pois o período contou com uma mudança metodológica importante. Até 1969, a força de trabalho era definida como a população ativa com até 14 anos de idade, medida que, em seguida, foi alterada para os 10 anos de idade.

emergencialmente no mercado de trabalho. Embora o desemprego tenha figurado no debate nacional a partir da década de 1940, ainda não existiam as condições mínimas para o estabelecimento de um papel minimamente reconhecido de trabalhador desempregado. Nos casos em que o Estado se comprometia a socializar os riscos do desemprego, como de maneira breve na década de 1960 por meio do seguro ou FGTS, o fazia apenas para uma pequena parcela de assalariados. Para os excluídos da proteção pública, restava a participação em redes de entreatajuda e a disputa nas margens do mercado competitivo.

Dentre as discussões elencadas no tópico anterior, talvez o pleno-emprego seja a que demande mais cuidado. A pergunta fundamental não é se o pleno emprego já se fez presente no Brasil, mas sim se o pleno emprego é um conceito relevante para analisarmos a formação do mercado de trabalho brasileiro. Nos países capitalistas centrais, é recente a constatação de que o desemprego aberto não é capaz de sintetizar as condições do mercado de trabalho. Já nos países latino-americanos, seu “*poder explicativo é historicamente reduzido*” (Dedecca, 1998, p. 103), pois aqui, o desemprego nunca foi uma “*situação de (simples e perfeita) ausência de emprego com busca sistemática de trabalho*” (Guimarães et al., 2004, p. 263). Em outras palavras, o desemprego não era um “*conceito útil*” (Hoffmann, 1977, p. 60), e quando muito, expressava “*o que hoje se classifica como desemprego oculto*” (Barbosa, 2008, p. 96). Isso levou diversas pesquisas a enfatizarem o trabalho informal, e não o desemprego aberto, como a característica mais importante do mercado de trabalho brasileiro até os anos 1970 (Cunha, 1979; Machado da Silva, 2002).

Ainda que a política compensatória tenha se limitado à oferta de indenizações, a tentativa de mediar o encontro entre oferta e demanda por força de trabalho continuou a ganhar força nos anos 1970. Entre 1971 e 1974, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo do general Emílio Médici, mirou a absorção da força de trabalho excedente. Isso se daria através da inversão industrial e do deslocamento de trabalhadores nordestinos para a região Norte do país (Brasil, 1974). Frente à desaceleração econômica após o choque do petróleo, em 1974, o Segundo PND reconheceu o “*problema do emprego*” e advogou a importância de criar um serviço público de intermediação profissional (Brasil, 1974)²⁹. No ano seguinte, o governo do general Ernesto

²⁹ Além das primeiras convenções da OIT sobre o desemprego, já citadas no tópico anterior, é revelador que o Brasil não tenha assinado a *Income Security Recommendation*, de 1944, e a *Social Security (Minimum Standards) Convention*, de 1952. Essas convenções tratavam do auxílio financeiro aos desempregados, como parte de sistemas abrangentes de proteção social. Até a década de 1980, o Brasil foi signatário, em 1969, apenas da Convenção n. 122 (*Employment Policy Convention*), e em 1981, da Convenção n. 142 (*Human Resources Development*). Essas duas convenções tratavam das políticas ativas, sobretudo a geração de empregos, a qualificação profissional e os serviços públicos de emprego.

Geisel instituiu o Decreto n. 76.403 e criou o Sistema Nacional de Emprego (Sine), a fim de facilitar o encontro entre trabalhadores e empregadores no mercado de trabalho (Brasil, 1975).

O Capítulo 3 analisará a evolução do Sine e sua interface com outras políticas de emprego. Para os propósitos deste capítulo, vale ressaltar que as décadas de 1960-70 foram decisivas para a regulação pública do mercado de trabalho, a partir da criação de um sistema informacional e de intermediação de mão de obra. Se, por um lado, essa matriz produtivista foi alavancada, por outro, as políticas compensatórias permaneceram incipientes, e o alvo do Estado foi mais a procura por trabalho (como um fenômeno estruturante de um mercado em expansão, cuja falha prejudicaria as unidades produtivas) do que o desempregado como indivíduo (com necessidades pessoais e familiares, e que por isso, necessita de auxílio público).

1.2.3.A estruturação de um sistema de proteção social e o desemprego como problema central do desenvolvimento econômico

Durante boa parte do século XX, o avanço da indústria se baseou na transferência de crédito e tecnologia do capitalismo central para os países menos desenvolvidos (Cacciamali; Pires, 1996). Essa transferência foi acompanhada pelo aumento da desigualdade de renda, uma característica conhecida do “fordismo periférico” (Lipietz, 1989). A expansão do consumo e das oportunidades ocupacionais ocorreu de maneira limitada, destoando da experiência observada no capitalismo central após a Segunda Guerra, quando os assalariados se tornaram um grupo majoritário e protegido por subsídios públicos.

No início dos anos 1970, a economia brasileira combinava um setor formal em crescimento e a existência de muitos trabalhadores informais. O Governo defendia que, “*no Brasil, não existe desemprego e sim falta de qualificação profissional, que causa o subemprego*” (Jornal do Brasil, 1972, p. 14). O desafio seria ajustar as características da força de trabalho às demandas do setor produtivo, a partir de amplos programas de treinamento, o que permitiria o preenchimento das posições vacantes. Mas ao final dos anos 1970, o projeto desenvolvimentista dava sinais de esgotamento. A demanda interna por bens de consumo duráveis diminuiu, o que prejudicou o setor secundário, sobretudo a indústria automobilística (Tavares; Belluzzo, 1979). Já a força de trabalho havia crescido ao longo do século XX, o que

intensificou a pressão sobre o setor produtivo³⁰.

Como sintoma dessas mudanças, o editorial abaixo da Folha de São Paulo, divulgado no final dos anos 1970, descreve o desemprego aberto como um problema novo, passageiro e que se limitaria aos trabalhadores industriais, que experimentavam demissões cada vez mais frequentes. Também chama atenção uma fórmula de enfrentamento ao desemprego que se baseia no crescimento econômico e em um pacto entre governo e setores empresariais.

A pretendida contenção do ritmo de crescimento econômico, que o Governo Federal vem conceituando como um 'desaquecimento da economia' – temporário e circunstancial, portanto, como o próprio termo faz entender – traz à baila a questão do desemprego. Esse tema fantasma, que não usufruía da intimidade dos brasileiros desde alguns anos, retorna também ao ensejo das notícias referentes à dispensa de mão de obra, registrada muito recentemente em determinados setores industriais de São Paulo, motivando ontem a vinda do ministro Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, a este Estado. De início, é importante assinalar que a redução da demanda de mão de obra é perfeitamente previsível em um programa de adstringência da expansão econômica – e mesmo inevitável. Ao Governo, no entanto, impõe-se a missão de velar ininterruptamente por este índice de redução da demanda, aplacando de pronto a sua natural tendência de elevação todas as vezes em que ela se manifestar. Essa necessidade exigirá do poder público que mantenha seus sistemas de controle em permanente tensão. Mas a responsabilidade pelo combate ao desemprego – fenômeno social que um ministro de Estado qualificou há pouco tempo, e com grande lucidez, como a "única coisa que não podemos admitir" – não cabe apenas e exclusivamente ao poder público. O empresariado tem aí um papel da maior relevância a desempenhar. É mister que a livre iniciativa não se distraia de suas obrigações sociais, cujo cumprimento se fará extremamente preciso no período de dificuldades que ainda temos pela frente. Não será admissível que os empresários venham valer-se de cortes em suas folhas de pagamentos, com o fito de manter incólumes as suas taxas de lucro. Como afirmou na Folha ontem um importante líder empresarial, ligado à área da indústria automobilística, se necessário até mesmo um resultado zero será satisfatório – desde que não haja desemprego (Folha de São Paulo, 1977, p. 2).

Contrariando esse tom otimista, o cenário não melhorou nos anos seguintes. Após os choques do petróleo de 1973 e 1979, se tornou mais difícil acessar crédito dos Estados Unidos e dos países europeus, e o aumento dos juros internacionais provocou uma crise da dívida pública nos países latino-americanos (Carneiro, 2002). Frente à hiperinflação e ao recuo da absorção de mão de obra, aconteceram protestos massivos de desempregados em 1983, o que colocou de vez essa figura no centro dos noticiários (Ferreira, 2018). Ainda assim, as estatísticas oficiais indicavam apenas um leve aumento da taxa de desemprego, que atingia 4,9% da força de trabalho em 1983 (Sabóia, 1986). Isso motivou críticas às pesquisas domiciliares oficiais, notadamente a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Com o enfraquecimento do regime ditatorial e a reorganização do movimento

³⁰ Se 15,7 milhões de indivíduos eram economicamente ativos em 1930, o número saltou para 45 milhões de indivíduos em 1980 (Theodoro, 2004).

operário, assim como uma interface entre setores progressistas acadêmicos e de militância política, o Departamento Intersindical de Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) criaram, em 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). O resultado foi uma disputa na produção de estatísticas sobre o mercado de trabalho, assunto que discutirei no Capítulo 4.

Além de mudanças nas pesquisas domiciliares, a década de 1980 foi atravessada por fenômenos que impulsionaram a agenda pública sobre o desemprego. A perda de dinamismo econômico expulsou muitos trabalhadores do setor secundário, enquanto os indivíduos adultos passaram a ficar retidos no mercado de trabalho após as demissões (Guimarães; Barone; Brito, 2015). O desemprego se tornou um fenômeno cada vez mais relevante, o que suscitou inúmeros debates públicos, de 1983 a 1985, sobre a criação de um seguro-desemprego no Brasil (Azeredo, 1998). Foi nesse contexto que o Decreto-Lei n. 2.283, durante o mandato do presidente José Sarney, criou um seguro-desemprego voltado aos trabalhadores assalariados (Brasil, 1986a). O seguro foi consolidado pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e pela Lei n. 7.998 de 1990 (Brasil, 1990).

A despeito da importância dessa iniciativa, seu modelo ilustra um gargalo do sistema brasileiro de proteção social. A “promessa” do desenvolvimentismo havia falhado em democratizar a inclusão dos trabalhadores no Brasil moderno. Apesar do crescimento do setor secundário, a balança entre empregos formais e informais nos centros urbanos se manteve estável de 1950 a 1980 (Paiva, 1986). Em 1981, apenas 46% dos ocupados eram registrados ou contribuía com o regime de previdência (Comin, 2015). Todavia, o desemprego se tornou um problema público apenas quando atingiu os trabalhadores qualificados e até então bem estabelecidos no mercado, devido à desaceleração da produção industrial. Para amortecer os impactos da crise econômica de 1980-83, o governo brasileiro seguiu a fórmula aplicada no capitalismo central e limitou o seguro aos trabalhadores com experiência anterior no mercado formal, ainda que as relações assalariadas não tivessem se generalizado nas décadas anteriores.

Nos anos 1980, a abertura democrática conjugou o retorno da competição eleitoral³¹, o surgimento de um ativismo de classe média e o fortalecimento dos sindicatos e movimentos sociais³². Esses fenômenos serviram de base para o surgimento de uma coalização progressista, responsável por cristalizar um novo pacto social na Constituição de 1988. A

³¹ Em 1985, a extensão do direito ao voto aos analfabetos incluiu na competição eleitoral os trabalhadores pobres que eram excluídos do assalariamento.

³² Merece destaque a eclosão de greves a partir de 1978, sobretudo na capital paulista. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 também foram acontecimentos importantes.

redução da pobreza se tornou um dos objetivos mais importantes da agenda pública, e a assistência social ganhou estatuto de política não-contributiva (Lavinias, 2013). A meta foi garantir patamares mínimos de bem-estar, incluindo os indivíduos inativos e os trabalhadores informais na distribuição de benefícios (Arretche; Marques; Faria, 2019). Outros avanços foram a criação de canais decisórios participativos e o estabelecimento do salário-mínimo como piso dos benefícios constitucionais, dentre eles o seguro-desemprego.

Na década seguinte, a reestruturação produtiva combinou abertura comercial, corte de gastos e mudanças tecnológicas e organizacionais. A rotatividade dos trabalhadores aumentou (Cardoso; Comin; Guimarães, 2006), assim como os índices de desemprego e informalidade (Barros; Foguel; Ulyssea, 2006; Cardoso Júnior, 2005). O desemprego aberto se tornou um dos principais desafios da política econômica, o que motivou pesquisas acadêmicas e críticas da oposição legislativa (Araújo; Flores, 2019). A desindustrialização e a desestruturação do mercado de trabalho enfraqueceram a base do sistema de proteção social, ainda ancorado no emprego formal (Draibe; Riesco, 2007). Por outro lado, a Constituição de 1988 foi complementada por iniciativas que fortaleceram a política socioassistencial, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)³³, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Comunidade Solidária. O Brasil migrou de um sistema inteiramente baseado no mercado de trabalho formal para uma proteção direcionada aos níveis de renda (Cohn, 2000). Nesse sentido, as políticas focalizadas passaram a ser entendidas como a forma mais eficaz de alocar gastos progressivos, conciliando disciplina fiscal e a inclusão dos pobres na agenda pública (Haggard; Kaufman, 2008). Por sua vez, as políticas de emprego contaram com avanços normativos, o que iniciou uma plataforma mais ou menos coesa de enfrentamento ao desemprego.

Os anos 1990 consolidaram uma dualização do sistema brasileiro de proteção social, manifesta na separação entre as políticas de emprego para os trabalhadores assalariados e as políticas socioassistenciais para os trabalhadores pobres. Em outras palavras, a ampliação da proteção social ocorreu via estratificação vertical do acesso aos benefícios. Os trabalhadores informais não foram incluídos nas políticas de emprego, como o FGTS e o seguro-desemprego³⁴, mas em instituições paralelas de assistência (Barrientos, 2019; Solano, 2007). Essa tendência foi aprofundada no início da década de 2000, com a implementação

³³ O BPC, criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, foi mantido nas décadas seguintes. Em 2019, era a segunda política social mais importante do Brasil, com 4,6 milhões de beneficiários, atrás apenas do Bolsa Família. O BPC se dirige aos deficientes e idosos em situação de pobreza.

³⁴ O seguro-desemprego foi modificado nas décadas de 1990 e 2000, a partir da inclusão de novos grupos de trabalhadores, como pescadores artesanais e trabalhadores resgatados de regime análogo ao escravo, que não eram elegíveis ao seguro “tradicional”. Mas, como veremos no Capítulo 2, essa modalidade possui baixa capilaridade.

do Bolsa Escola, do Vale Gás e do Bolsa Alimentação, e logo após, do Programa Bolsa Família (Jaccoud, 2019)³⁵. Nos anos seguintes, o sistema de proteção social sofreu inflexões importantes, via expansão da cobertura do seguro-desemprego e da política socioassistencial até 2014, em um cenário de fortalecimento da agenda social e estruturação do mercado de trabalho; e do enfraquecimento da proteção ao desemprego a partir da crise econômica de 2014-16. Ainda assim, é possível falar de uma linha de continuidade entre os anos 1990 e meados dos anos 2010.

Este capítulo discutiu os aspectos mais importantes do desenho e da evolução da proteção ao desemprego no Brasil, conjugando a mercantilização das relações de trabalho e a estratificação da população via políticas públicas. Para aprofundar essa agenda de pesquisa, cabe analisar separadamente cada política de emprego, considerando sua trajetória, desenho e efeitos sobre o mercado de trabalho. O Capítulo 2 analisa o desenvolvimento do seguro-desemprego no Brasil desde a década de 1980, enquanto o Capítulo 3 aborda a criação e a implementação do Sine e dos programas de qualificação profissional a partir do final do século XIX. Essas são as políticas de emprego mais importantes nas sociedades capitalistas, e serviram de base para a regulação do mercado de trabalho brasileiro. Já para examinar a estratificação vertical do regime dualista de bem-estar, identifiquei a desproteção pública que acomete os desempregados pobres, devido a problemas na cobertura das políticas de emprego e socioassistenciais, bem como a articulação entre as políticas ativas e de renda mínima dos anos 2000 em diante.

³⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, criado em 2003 durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. É, de longe, a política social mais importante no Brasil, beneficiando 14,3 milhões de famílias em julho de 2020.

2. A história do seguro-desemprego no Brasil: regras, dinâmicas do mercado de trabalho e proteção social

O seguro-desemprego é um auxílio financeiro promovido pelo Estado. Seu objetivo é amortecer os efeitos negativos de curto-prazo decorrentes da perda do trabalho, a partir da reposição parcial dos salários (Amorim; Gonzalez, 2009). O acesso ao benefício costuma depender da posição do trabalhador no processo produtivo, condição que assume feições mais ou menos restritivas a depender das características do mercado de trabalho e do papel do seguro nos sistemas de proteção social. A literatura acadêmica classifica o seguro-desemprego como uma política passiva, pois ao contrário das políticas ativas, seu objetivo não é interferir no nível de emprego, mas garantir condições mínimas de bem-estar para os trabalhadores e suas famílias (Azeredo; Ramos, 1995).

Na história do capitalismo, diversas medidas buscaram regular a distribuição de recursos monetários e o funcionamento dos mercados de trabalho. Burawoy (1983) sublinha o papel da seguridade social, ao permitir a separação entre as relações produtivas e a reprodução das condições de existência. Nesse âmbito, o seguro-desemprego visa amenizar os impactos socioeconômicos das flutuações da demanda por mão de obra. Durante um período determinado pelo Estado, os beneficiários não precisam vender sua força de trabalho a qualquer preço, o que aumenta o poder de barganha e o salário de reserva dos trabalhadores elegíveis.

Vimos que o Brasil implementou o seguro-desemprego de maneira tardia e se manteve alheio, até os anos 1990, às convenções internacionais que regulamentavam as políticas de auxílio financeiro aos desempregados. Vale ressaltar que o mercado de trabalho brasileiro é típico dos países latino-americanos: o setor informal sempre foi significativo, o desemprego aberto demorou a se constituir como um problema e suas desigualdades socioeconômicas são expressivas. Após uma breve experiência na década de 1960, o seguro só foi retomado em meados dos anos 1980, durante a transição democrática. A criação do seguro não pode ser separada do “espírito” da época, observado na demanda pela expansão do regime de bem-estar e na incorporação dos sindicatos na gestão dos fundos públicos. Essas experiências sintetizam as mudanças do seguro até o fim dos anos 2000, em uma evolução incremental das suas regras e procedimentos, observada nas demais políticas públicas (Arretche; Marques; Faria, 2019). Desde então, outras preocupações passaram a ocupar a agenda estatal. O seguro foi submetido a reformas restritivas na década de 2010,

em um período atravessado por crises econômicas, ajuste fiscal e fortalecimento de ideias que apregoavam a redução do papel do Estado na distribuição de recursos sociais.

Para dar conta do assunto, este capítulo se divide em quatro seções. A primeira identifica as mudanças legais do seguro-desemprego entre 1986 e 2019, enquanto a segunda detalha como essas mudanças, somadas às dinâmicas do mercado de trabalho, afetaram a proteção ao desemprego. Já a terceira dialoga com a proposta de Esping-Andersen (1990) para calcular o Índice de Desmercantilização (*Decommodification Index*) do seguro-desemprego brasileiro, analisando a evolução do Índice de 1996 a 2017 e comparando o Brasil com os países capitalistas centrais. O Índice de Desmercantilização mede o nível de proteção social conferido pelas políticas públicas, o que me permite examinar o papel do seguro-desemprego na socialização dos riscos sociais. Finalmente, a quarta seção discute os achados mais importantes do capítulo e aprofunda o debate sobre a desproteção pública no Brasil.

2.1. Criação e evolução do seguro-desemprego no Brasil

A década de 1980 foi marcada por perda de dinamismo econômico. Após os choques do petróleo de 1973 e 1979, uma crise da dívida pública se somou à queda da demanda por bens de consumo duráveis. Já o crescimento da população ativa pressionava o setor produtivo, e com o recuo da absorção de mão de obra, a procura por trabalho estruturava cada vez mais a vida dos trabalhadores.

O desemprego involuntário passou a figurar nos noticiários, devido à demissão de um grande contingente de trabalhadores industriais e ao surgimento de protestos massivos de trabalhadores desempregados nos grandes centros urbanos. Passada a recessão de 1980-83, o cenário era de agravamento do processo inflacionário, endividamento externo e eclosão de greves (Averbug, 2005). O movimento operário, fortalecido em 1978, reconhecia a iminência das demissões em massa e a incapacidade de os fundos de greve amortecerem os impactos socioeconômicos do desemprego.

Foi nesse contexto que o seguro-desemprego integrou o Plano Cruzado, instituído pelo Decreto-Lei n. 2.283 durante o mandato do presidente José Sarney (Brasil, 1986). Além de estabelecer parâmetros heterodoxos para o controle inflacionário, a partir do congelamento de preços, o Decreto incluiu em seu Artigo 25 a criação de uma assistência temporária aos desempregados, disponibilizada em caso de demissão sem justa causa ou devido à

paralisação das atividades do empregador. O seguro foi inspirado no modelo europeu, como um auxílio temporário que repõe parte dos salários e cujo acesso depende da participação em empregos registrados. Além de traduzir a preocupação do Governo frente às incertezas dos impactos socioeconômicos do Plano Cruzado³⁶, a medida sintetizou os debates na academia, no legislativo e na imprensa que criticavam a inexistência de um auxílio financeiro aos desempregados (Chahad, 1986).

O benefício poderia se estender por até 4 meses, com prazo de carência de 18 meses. Para seu usufruto, o desempregado precisava cumprir algumas condições, como haver contribuído para a Previdência Social por pelo menos 36 dos últimos 48 meses; possuir registro de assalariado na Carteira de Trabalho e Previdência pelos últimos 6 meses; e ter sido dispensado há mais de 30 dias. Para os trabalhadores que recebiam até 3 salários-mínimos mensais antes da demissão, o valor do benefício alcançava 50% do salário anterior, com piso de 70% do salário-mínimo. Já os trabalhadores com proventos acima de 3 salários-mínimos recebiam o valor de 1,5 salário-mínimo.

Frente à queda da demanda por mão de obra nos setores organizados da economia, o seguro foi pensado como uma política compensatória para os trabalhadores com registro em carteira, sobretudo no setor secundário. O objetivo não era conceder um alívio difuso à falta de ocupações remuneradas e à pobreza, que se confundiam com o trabalho informal, mas pactuar um compromisso entre uma elite de trabalhadores, os empregadores e o Estado. Os desempregados com experiência no mercado formal poderiam planejar a procura por trabalho e ampliar o tempo de busca, prevenindo a perda de capital humano (Mourão; Almeida; Amaral, 2013).

Mas o Decreto-Lei n. 2.283 não discriminou a fonte de financiamento do seguro, e sua existência dependia da disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional, o que provocou desconfianças sobre sua continuidade (Neto; Zylberstajn, 1999). Para corrigir esse problema, a Assembleia Constituinte incluiu o seguro-desemprego no Artigo 7 da Constituição de 1988, voltado aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (Brasil, 1988). O texto constitucional inovou ao atrelar o financiamento do seguro às contribuições dadas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Essa lógica de financiamento, fundada em contribuições patronais para fundos de seguridade social, persiste até os dias atuais. Também ficou estabelecido que os benefícios

³⁶ Como revela a fala atribuída pela então secretária de Políticas de Emprego e Salário, Dorothea Werneck, ao Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto: “*vai sair um plano [...] e o pessoal da Fazenda está preocupado, porque pode gerar muito desemprego. Vamos ter que criar alguma medida de proteção, e vai ser o seguro-desemprego*” (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3297/1/lpea%2040%20anos%20arquivo_completo-12.pdf).

que substituem a renda do trabalho, como o seguro-desemprego, não seriam inferiores a 1 salário-mínimo.

Ao final dos anos 1980, o Brasil experimentava hiperinflação e uma crescente desigualdade de rendimentos, ainda que as taxas de desemprego se mantivessem em patamares reduzidos (Ramos; Vieira, 2001; Carvalho, 2003; Amadeo et al., 1994). Já o acesso ao seguro era prejudicado por seu caráter restritivo e por problemas de comunicação com o público (Chahad, 1989). Essas tendências foram revertidas nos anos seguintes.

As pautas distributivas saíram fortalecidas da Constituição de 1988, mas ainda dependiam de legislação específica para avançar. Foi nesse contexto que a Lei n. 7.998 de 1990, criada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Fernando Collor de Mello, modificou a elegibilidade ao seguro (Brasil, 1990). No agora denominado Programa de Seguro-Desemprego, os trabalhadores não precisavam mais contribuir com a Previdência, sendo demandados apenas a comprovar o registro em carteira pelos últimos 6 meses. Ainda que isso tenha flexibilizado as regras de acesso, apenas pouco mais da metade dos trabalhadores eram assalariados formais, o que prejudicava a capilaridade do Programa. O benefício também passou a ser articulado à política de qualificação profissional e à intermediação de mão de obra, ancoradas no Sine. O intuito foi combinar o auxílio financeiro com a melhoria do desempenho econômico, por meio do investimento em ganhos de produtividade e da coordenação entre oferta e demanda de trabalho (Balestro; Marinho; Walter, 2011).

O prazo de carência foi reduzido para 16 meses, mantendo a quantidade máxima de parcelas em 4 meses e fixando o piso do seguro em 1 salário-mínimo. Para a designação dos valores, a Lei fez uso de uma medida padronizada, denominada Bônus do Tesouro Nacional (BTN)³⁷, convertendo em BTN a média dos 3 últimos salários. Para a faixa salarial de até 300 BTN, o benefício valia o produto entre esta média e o fator 0,8; para a faixa entre 300 e 500 BTN, a média deveria ser multiplicada por 0,8 até o teto da modalidade anterior, e o restante pelo fator 0,5, somando-se os dois valores; e para a faixa acima de 500 BTN, o benefício assumia o valor fixo de 340 BTN.

A Lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo custeio do seguro-desemprego³⁸ sob a gestão tripartite (trabalhadores, empresários e Governo) do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Essa

³⁷ Em 1994, o BTN foi substituído pela Unidade Real de Valor (URV).

³⁸ A Constituição de 1988 estabeleceu que parte da arrecadação do PIS/PASEP passaria a ser destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a fim de garantir uma fonte estável de financiamento para as iniciativas de geração de empregos (Brasil, 1988). Os recursos retornam ao FAT na forma de pagamento dos juros dessa aplicação financeira.

decisão traduziu uma guinada na interação entre a sociedade civil e o Estado, reconhecendo os sindicatos como atores políticos relevantes (Cardoso, 1999). Em diversos países latino-americanos, a descentralização política após a abertura democrática se baseou na cooperação intersetorial e na utilização de critérios de eficiência na gestão das políticas públicas, a fim de legitimar a atuação estatal durante os ajustes macroeconômicos (Doner; Hershberg, 2001).

A modernização da economia foi acompanhada pela tentativa de mitigar os conflitos abertos entre trabalhadores e empregadores. As negociações foram absorvidas pelas instituições e se deslocaram das demandas por recompor o poder de compra dos salários, frente à hiperinflação da década de 1980, para a proteção dos postos de trabalho, ameaçados pela queda do nível de emprego nos anos 1990 (Guimarães; Comin; Leite, 2001). A gestão tripartite das políticas de emprego se tornou uma marca do período, que coadunou a democratização no plano político e a reestruturação produtiva no plano econômico.

Nos anos seguintes, o Codefat atuou na normatização do seguro. Um bom exemplo foi a Lei n. 8.287 de 1991, decretada pelo Congresso Nacional e mais uma vez sancionada pelo presidente Collor. Os pescadores artesanais passaram a receber o valor de 1 salário-mínimo durante o período de defeso³⁹, minimizando os impactos da inatividade (Brasil, 1991). Essa decisão foi disciplinada em 1992 pela Resolução n. 27 do Codefat, que estabeleceu as regras de acesso e os critérios para a comprovação da atividade pesqueira⁴⁰. Outro exemplo foi a atualização dos benefícios e das faixas salariais, que em 1994, passou a se basear na valorização do salário-mínimo após uma decisão do Codefat.

Em 1994, a Lei n. 8.900 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Itamar Franco (Brasil, 1994). A duração do seguro foi condicionada ao tempo prévio de serviço dos desempregados: 3 parcelas para vínculos empregatícios de 6 a 11 meses; 4 parcelas para vínculos de 12 a 23 meses; e 5 parcelas para vínculos de no mínimo 24 meses. Ou seja, a duração máxima do seguro foi ampliada, mas ocorreu uma redução de 4 para 3 parcelas para os desempregados com vínculo empregatício anterior de 6 a 11 meses. Isso tende a prejudicar os grupos com vínculos instáveis, como os trabalhadores jovens e menos escolarizados. A Lei n. 8.900 também determinou que o benefício poderia ser estendido por mais 2 meses em casos excepcionais decididos pelo Codefat. Para isso, o Conselho deveria levar em conta “a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País”, bem como o tempo médio de desemprego em cada categoria profissional. A Lei

³⁹ Período de reprodução dos peixes, quando fica proibida a atividade pesqueira.

⁴⁰ Em 2003, a Lei n. 8.287 foi substituída pela Lei n. 10.779, enviada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003). Em 2004, o Codefat disciplinou o acesso a esse benefício via Resolução n. 394.

reforçou o papel regulador do Conselho, da mesma forma que reconheceu a vulnerabilidade de certos grupos às oscilações econômicas e ao fechamento de postos de trabalho. Isso de fato ocorreu nos anos de 1996, 1997, 1998 e 2000, em face do crescimento das taxas de desemprego.

Os anos 1990 colocaram de vez o desemprego cíclico (decorrente da baixa demanda por força de trabalho, em um cenário de desaceleração econômica) e estrutural (fruto da racionalização do processo produtivo e das transformações tecnológicas) na agenda do Estado. O aumento da informalidade e do desemprego se somou ao crescimento desproporcional do setor terciário e ao avanço da desigualdade de renda per capita (Barros; Foguel; Ulyssea, 2006; Dedecca et al., 2004; Cardoso Júnior, 2005). Por outro lado, o Plano Real iniciou uma política de estabilização monetária em 1994, com efeitos positivos sobre os índices de pobreza, e a desigualdade de renda do trabalho começou a diminuir em 1995 (Hoffmann, 2006; Rocha, 1996). Já em 1996, o salário-mínimo passou a ser valorizado acima da inflação (Sabóia, 2005).

No final da década de 1990, o cenário econômico mudou bastante. O Plano Real conseguiu controlar a inflação, mas foi acompanhado pela crise dos países emergentes, o que provocou aumento do déficit primário (Oliveira; Turolla, 2003). Em 1999, com o propósito de estabilizar as contas públicas, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso alterou o regime macroeconômico, adotando um tripé baseado no câmbio flutuante e em metas inflacionárias e de superávit primário.

Um novo ciclo de expansão do seguro teve início nos anos 2000. O objetivo foi expandir a proteção ao desemprego e criar modalidades de seguro para categorias de desempregados não celetistas. Em 2001, o presidente Cardoso instituiu a Medida Provisória n. 2.164-41, determinando que os trabalhadores que estivessem desempregados pelo período de 12 a 18 meses ininterruptos, e que já haviam recebido o benefício, passassem a receber 3 parcelas adicionais de 100 reais cada, pouco mais da metade do salário-mínimo (Brasil, 2001b). No mesmo ano, o presidente Cardoso aplicou a Medida Provisória n. 2.104-16, que foi convertida sem alterações na Lei n. 10.208, tornando as trabalhadoras domésticas elegíveis ao seguro (Brasil, 2001a). As desempregadas desse ramo passaram a receber 1 salário-mínimo, mas apenas se os empregadores decidissem pelo recolhimento do FGTS, o que prejudicou o alcance da medida. Já em 2002, o poder executivo instituiu a Medida n. 74, que foi convertida sem alterações na Lei n. 10.608 e disponibilizou um auxílio mensal no valor 1 salário-mínimo aos trabalhadores resgatados de trabalhos forçados ou de condições análogas à escravidão (Brasil, 2002).

A elegibilidade ao seguro-desemprego permaneceu inalterada até o final dos anos 2000. No que diz respeito à proteção ao desemprego, as inovações no campo das políticas públicas privilegiavam o enfrentamento da pobreza via políticas socioassistenciais, e assim, a evolução da cobertura do seguro decorreu apenas do avanço do assalariamento. As únicas iniciativas relevantes foram as resoluções do Codefat de 2005 a 2010, que garantiram a extensão das parcelas do seguro para os empregados de setores econômicos vulneráveis. Vale lembrar que os Estados Unidos enfrentaram uma crise nos créditos de alto risco (*subprime*) em 2008, iniciada no setor de compra e venda de títulos hipotecários de imóveis residenciais e rapidamente expandida para outros países. No Brasil, os impactos da crise foram logo sentidos no mercado de trabalho, e a taxa de desemprego aumentou entre 2008 e 2009. Para lidar com esse problema, o Codefat estendeu o prazo de pagamento do seguro-desemprego para algumas categorias profissionais, via resoluções n. 595, 606 e 607. O Conselho discriminou os ramos de atividades a serem beneficiados em cada Unidade da Federação, com foco no setor industrial.

Diversos estudos caracterizam os anos 2000 como positivos para o mercado de trabalho brasileiro, em um período de *boom* internacional de commodities e crescimento do PIB. A valorização real do salário-mínimo foi acompanhada pelo recuo do desemprego e da pobreza, formalização da mão de obra e diminuição da desigualdade de renda do trabalho (Baltar, 2015; Chahad; Pozzo, 2013; Carvalhaes et al., 2014). O seguro se tornou mais robusto, tanto para os celetistas quanto para grupos específicos de trabalhadores vulneráveis, com baixa qualificação e/ou suscetíveis a violações de direitos. Mas os anos seguintes combinaram deterioração da economia nacional e adoção de políticas de ajuste fiscal, configurando um período de ruptura, tanto no plano econômico quanto no desenho do seguro-desemprego.

A década de 2010 iniciou com crescimento econômico, em uma rápida recuperação da crise internacional (Biancarelli, 2014). Após aumentar entre 2008 e 2009, o desemprego caiu em 2011, em um ano que também contou com a alta do consumo, dos investimentos e dos índices de importação e exportação (Baltar, 2015). Diversas medidas buscaram interseccionar o seguro com as políticas ativas de emprego. Desde os anos 1990, já existia certa conexão entre a oferta de benefícios e de cursos de qualificação profissional. Contudo, se essa interface era mais estratégica do que normativa, nos anos 2010, passou a se basear na ameaça do cancelamento dos benefícios. Essas medidas se assemelham às observadas no capitalismo central desde os anos 1980, com o objetivo de impelir a participação econômica imediata dos trabalhadores por meio de sanções em caso de desemprego voluntário (Lødemel, 2004).

Em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou o portal MTE Mais Emprego. A requisição do benefício passou a incluir o desempregado em um banco de dados de intermediação de mão de obra, como forma de monitorar as vagas no Sine que estivessem ajustadas ao perfil do trabalhador. A recusa injustificada em aceitar o encaminhamento provocaria o corte do benefício, seguindo uma prerrogativa da Lei n. 7.998. Nesse mesmo ano, a Lei n. 12.513 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, o que condicionou o recebimento do seguro “à *comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas*” (Brasil, 2011). Em 2012, essa decisão foi regulamentada pelo Decreto n. 7.721, afetando os trabalhadores que haviam solicitado o seguro pelo menos 3 vezes em um período de 10 anos (Brasil, 2012), número que foi reduzido para 2 solicitações no ano de 2012.

O debate já havia sido travado nos anos anteriores, mas até então, o poder público se recusava a adotar novos critérios de elegibilidade. Em resposta enviada em 2009 ao presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná (SINDIREPA, um sindicato patronal), o MTE se negou a vincular o seguro à comprovação de matrícula e frequência em cursos de qualificação profissional. Dentre outros motivos, como os associados ao custo-benefício da medida, a carta afirmou que o seguro “*é direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores urbanos e rurais [...] sem qualquer tipo de condição*”, e a qualificação “*para nichos específicos de trabalhadores*” deveria servir como uma “*sugestão*”⁴¹.

Essa guinada marcou o início de mudanças restritivas no seguro. Em 2012, uma aceleração inflacionária se combinou a menores índices de crescimento econômico, em um período caracterizado pela redução das metas de superávit primário e desoneração de tributos (Cagnin et al., 2013). Em 2013, a pressão externa pelo controle da inflação e corte de gastos públicos aumentou, também tensionando para a elevação da taxa de juros (Singer, 2015). Foi nesse contexto que o Codefat modificou, em janeiro de 2013, a regra de reajuste dos benefícios, mirando o cumprimento das metas de superávit primário. Até então, o reajuste dos benefícios acompanhava a valorização do salário-mínimo, mas a partir da Resolução n. 707, o Conselho passou a seguir a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 11 de janeiro de 2013, e o reajuste, que seria de 9%, foi reduzido para 6,2% (Martello, 2013). Por iniciativa dos

⁴¹ A carta pode ser lida em: [http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindirepa/uploadAddress/2_-_DOC_MINISTERIO_DO_TRABALHO_RESPONDE_DOC_DO_SINDIREPA\[48293\].pdf](http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindirepa/uploadAddress/2_-_DOC_MINISTERIO_DO_TRABALHO_RESPONDE_DOC_DO_SINDIREPA[48293].pdf).

sindicatos, a decisão foi rediscutida nos meses seguintes, mas uma aliança entre o governo e a ala majoritária do setor empresarial garantiu a sua continuidade⁴².

Ainda em 2013, o Codefat ampliou pela última vez a quantidade de parcelas do seguro, via Resolução n. 709, direcionada aos trabalhadores da indústria de calçados no Sudoeste baiano. O esvaziamento dessa estratégia se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, os anos seguintes registraram um crescimento generalizado das taxas de desemprego, e a queda da absorção de mão de obra deixou de se limitar a categorias profissionais específicas. E em segundo lugar, ganhava força a ideia de que a desoneração da folha de pagamento, com prejuízo aos recursos do FAT, promoveria o aumento da empregabilidade dos trabalhadores, diminuindo o desemprego e a demanda pelo seguro⁴³. Devido à combinação entre queda da arrecadação do PIS/PASEP e avanço da rotatividade do mercado de trabalho, o seguro passou a ser entendido como custoso e financeiramente pouco sustentável.

As taxas de desemprego cresceram entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017, durante uma grave crise econômica. Mas foi justamente nesse período que o seguro experimentou a reforma mais restritiva da sua história. A Medida Provisória n. 665 foi decretada pela presidente Dilma Rousseff e convertida, com algumas alterações, na Lei n. 13.134 (Brasil, 2015a). Os critérios de elegibilidade foram enrijecidos e passaram a ser atrelados a uma classificação dos beneficiários: caso o desempregado estivesse realizando a primeira solicitação de seguro, precisava ter vínculo empregatício de pelo menos 12 dentre os últimos 18 meses; em caso de segunda solicitação, pelo menos 9 dentre os últimos 12 meses; e nas demais, o vínculo formal nos 6 meses anteriores. A Lei também instituiu como condição de acesso ao seguro a participação em cursos de “*formação inicial e continuada ou de qualificação profissional*” habilitados pelo Ministério da Educação (Brasil, 2015a). Ademais, ficou proibido o acúmulo do seguro-defeso com outros benefícios previdenciários ou socioassistenciais, excetuando-se a pensão por morte e o auxílio-acidente.

⁴² A Resolução n. 707 foi discutida em três reuniões do Codefat. A última, em 27 de agosto de 2013 (<https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Ata62CODEFAT.pdf>), contou com uma apresentação do técnico do DIEESE e assessor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alexandre Ferraz, em defesa do uso da valorização do salário-mínimo como base para o reajuste do seguro-desemprego. A apresentação foi criticada pelo Conselheiro Titular do Ministério da Fazenda, Marcus Aucélio, e pelo Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular do MTE, Antonio Vidigal, que enfatizaram o aumento dos gastos com o seguro-desemprego e o caráter “*benéfico*” da desoneração de tributos para a “*manutenção e geração de empregos*”. Os sindicatos e a Confederação Nacional de Serviços (CNS) votaram a favor da proposta, enquanto os representantes do Governo e dos demais setores empresariais votaram contra. Por 9 votos contra 7, o reajuste do seguro-desemprego permaneceu vinculado ao IPCA.

⁴³ A 118ª reunião do Codefat, em 13 de dezembro de 2012 (<https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Ata118CODEFAT.pdf>), exemplifica esse novo período. O titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT (CGFAT), Paulo de Souza, apontou que o MTE estava colhendo informações sobre o impacto da desoneração da folha de pagamento sobre os recursos do FAT. Em seguida, o Conselheiro Suplente Representante do Ministério da Fazenda, Manoel de Carvalho Filho, ponderou que a perda de recursos do FAT via desoneração de tributos seria balanceada pelo “*aumento da empregabilidade, o que reduziria dispêndio com pagamento do seguro-desemprego*”.

A quantidade de parcelas foi mantida para os trabalhadores demitidos sem justa causa com vínculos anteriores de 12 a 23 meses (4 parcelas) e de no mínimo 24 meses (5 parcelas). Já os trabalhadores com menos de 12 meses de vínculo foram estratificados pelo tipo de solicitação. Em caso de primeira solicitação, os trabalhadores se tornaram inelegíveis ao seguro, o que afetou os trabalhadores jovens e com pouca experiência no mercado de trabalho formal; em caso de segunda solicitação, os trabalhadores com vínculos prévios de 9 a 11 meses passaram a receber 3 parcelas; esta mesma monta é disponibilizada aos trabalhadores com vínculos de 6 a 11 meses na terceira solicitação. Além de prejudicar a capilaridade do seguro, a reforma foi criticada por ter sido implementada de maneira unilateral, sem participação direta do Codefat ou diálogo com as centrais sindicais⁴⁴.

Na contramão dessa tendência contracionista, a Lei Complementar n. 150 de 2015, decretada pelo Congresso e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, regulamentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 66, estendendo às trabalhadoras domésticas o acesso ao seguro-desemprego (Brasil, 2015b). A Constituição de 1988 havia incluído essas trabalhadoras de maneira marginal na proteção pública, disponibilizando apenas um terço dos direitos trabalhistas (Lima; Prates, 2019). A partir dos anos 1990, parlamentares e sindicatos de trabalhadoras domésticas buscaram corrigir essa distorção. O primeiro passo foi a Lei n. 10.208 de 2001, mas ao contrário dessa normativa, a Lei Complementar n. 150 tornou o seguro um direito que independe da decisão do empregador. O benefício possui o valor de 1 salário-mínimo pelo período de 3 meses, e para obtê-lo, a trabalhadora precisa apresentar o registro em carteira por pelo menos 15 dos últimos 24 meses. Dentre outros problemas, como a quantidade reduzida de parcelas e a possibilidade de o empregador não compensar as horas extras trabalhadas nos primeiros 12 meses em caso de demissão por justa causa (Acciari, 2016), o seguro cobre apenas as mensalistas e as diaristas com jornada de trabalho de pelo menos 3 dias semanais. O resultado é a desproteção das trabalhadoras domésticas com inserção instável no mercado.

De 2016 a 2019, o seguro se manteve inalterado. A única mudança se deu de maneira indireta, quando a Reforma Trabalhista de 2017 criou a rescisão por acordo. No Artigo 484-A, a Lei n. 13.467 instituiu que, em caso de desligamentos consensuais, a multa da rescisão se reduz pela metade, e o empregado tem direito a acessar 80% do valor dos depósitos ao FGTS (Brasil, 2017). Mas como consequência, o trabalhador perde o direito ao seguro-desemprego. A tendência regressiva do seguro será bem compreendida quando mirada a partir de indicadores quantitativos, o que configura o objetivo do próximo tópico.

⁴⁴ A nota da CUT pode ser lida em: <http://www.sindpdpe.org.br/informe-se/noticia/cut-emite-nota-cobrando-dialogo-com-os-movimentos/MTky>.

2.2. Análise dos indicadores do seguro-desemprego: cobertura, duração e reposição salarial

Para discutir a evolução do seguro-desemprego, este tópico analisa sua cobertura, a quantidade de parcelas e o valor dos benefícios. Me dedicarei à modalidade formal do seguro, que inclui os trabalhadores com carteira assinada e demitidos sem justa causa, visto que essa modalidade foi responsável por 86,43% dos benefícios em 2019⁴⁵.

O primeiro passo foi verificar o tempo exigido de vínculo empregatício e a proporção de trabalhadores assalariados que atendem a essa condição. A Tabela 5 informa que a proporção de empregados com pelo menos 6 meses de vínculo aumentou 2,8 p.p. entre 1986 e 1989. Mas a exigência de contribuição previdenciária prejudicava a cobertura do seguro, calculada pela razão entre demitidos sem justa causa e trabalhadores habilitados ao benefício. Ademais, o seguro não era amplamente divulgado ao público elegível, e os trabalhadores enfrentavam lentidão no sistema de habilitação e pagamentos (Chahad, 1998). Esses fatores explicam por que a cobertura passou de um índice residual em 1986 para a inclusão de apenas 1/4 dos trabalhadores demitidos sem justa causa em 1989.

A proporção de trabalhadores com pelo menos 6 meses de vínculo empregatício aumentou 5,1 p.p. de 1989 a 1992, e com o fim da exigência de contribuição previdenciária em 1990, a cobertura do seguro mais do que dobrou. Já entre 1992 e 2013, o público elegível retraiu 5,9 p.p., devido a um movimento massivo entre ocupações e o desemprego (anos 1990) e uma maior rotatividade no mercado de trabalho (anos 2000). Porém, a cobertura do seguro avançou 9,5 p.p. no período, pois o benefício havia se consolidado como uma política de proteção dos trabalhadores assalariados, com disseminação de informações sobre seu acesso e maior eficiência nos processos de triagem e habilitação. As demissões sem justa causa também se concentraram nos trabalhadores potencialmente elegíveis, o que aumentou a capilaridade do benefício⁴⁶.

Em 2015, a Lei n. 13.134 dobrou o tempo necessário de vínculo empregatício para a primeira solicitação do seguro, além de estender por 3 meses o tempo necessário para a segunda. Esse foi o principal motivo para que a proporção dos assalariados elegíveis diminuísse 7,8 p.p. entre 2013 e 2016. A maior parte dos trabalhadores solicitava o benefício

⁴⁵ Dados disponíveis em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Boletim-PPTER-1%c2%ba-Trimestre-de-2020.pdf>.

⁴⁶ Segundo dados da RAIS, 63,4% dos trabalhadores demitidos sem justa causa em 1992 possuíam no mínimo 6 meses de vínculo empregatício. Esse número aumentou para 74,1% em 2013.

pela primeira vez⁴⁷, o que justifica a adoção dessa categoria como referência para o cálculo da elegibilidade. Embora o cenário tenha sido adverso para o sistema de proteção social e para o funcionamento do mercado de trabalho, a cobertura do seguro caiu apenas 1,7 p.p. de 2013 a 2019. Ou seja, após a flexibilização das regras de acesso em 1990, o seguro manteve uma alta capilaridade entre os assalariados, a despeito de queda nos anos 2010.

Tabela 5: Duração exigida de vínculo empregatício e proporção de trabalhadores elegíveis

	1986	1989	1992	1995	1998	2001	2004	2007	2011	2013	2016	2019
Duração exigida de vínculo (meses)	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	12 ¹	12 ¹
% de empregados formais com tempo mínimo exigido de vínculo empregatício	78,4	81,2	86,3	84,1	84,6	83,5	82,6	81	79,9	80,4	73,7 ¹	72,6 ¹
% de cobertura (seguros habilitados / demitidos sem justa causa)	4,87	25,6	66,7	65,9	72,3	64	62,3	81,3	76,2	76,2	74,3	74,5

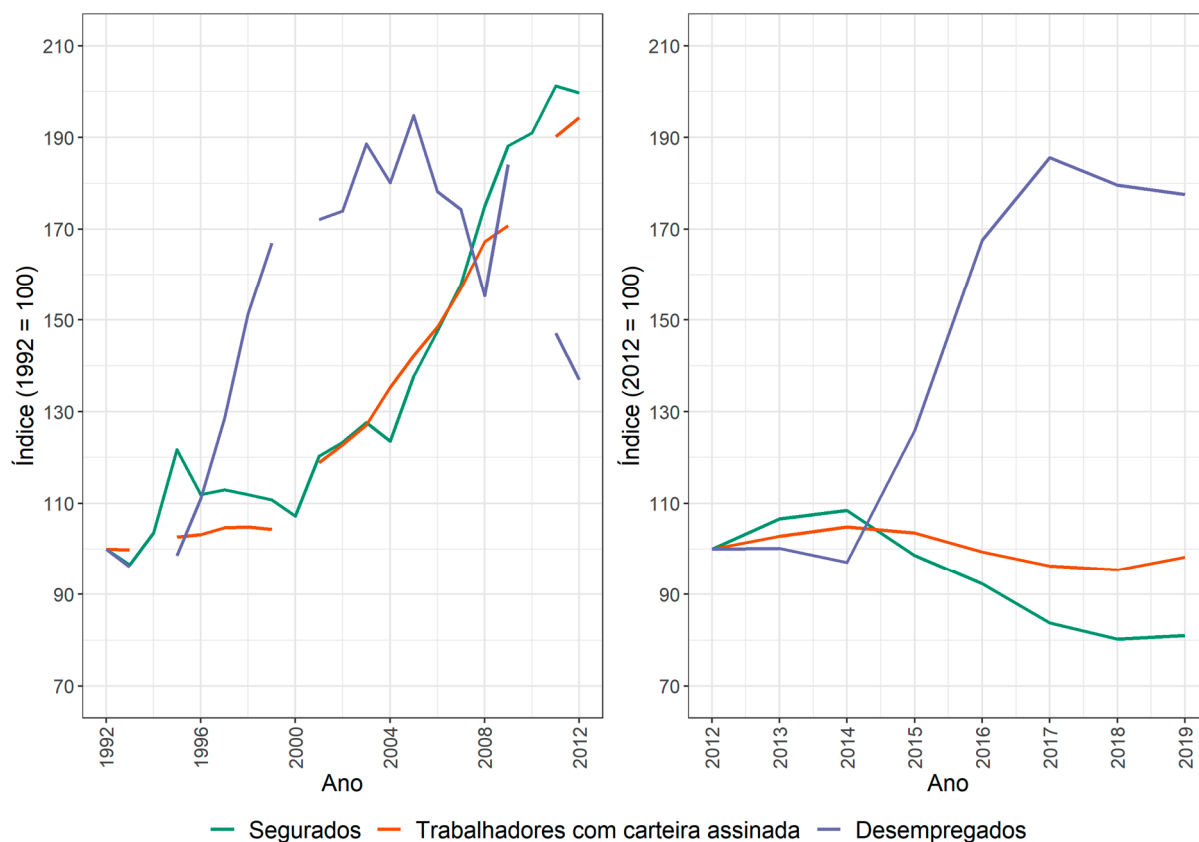
Fonte: Para o período 1986-1998, a cobertura foi obtida em Neto e Zylberstajn (1999), e para 2001, em Andrade, Leite e Ramos (2010). Para os demais anos e indicadores, fiz uso da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Painel de Informações sobre o Seguro Desemprego (1986-2019). Elaboração própria.

¹ Valores relativos aos trabalhadores na primeira solicitação do seguro.

Mas a cobertura legal elucida apenas uma parte do problema. Para discutir a interface entre o seguro e as características do mercado de trabalho brasileiro, a Figura 2 informa o índice de crescimento da quantidade de seguros habilitados pelo Governo, de trabalhadores desempregados e de trabalhadores com carteira assinada entre 1992 e 2019. De maneira complementar, o Anexo 1 apresenta as taxas de desemprego e de proporção de trabalhadores com carteira assinada.

⁴⁷ Quando se compara cada tipo de solicitação, segundo o Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/13.5-Boletim-PPETR-4%20ba-Trimestre-2018-Pol%3%adticas-P%3%ablicas-de-Emprego-Trabalho-e-Renda-CODEFAT.pdf>.

Figura 2: Índice de crescimento da quantidade de segurados, de trabalhadores com carteira assinada e de trabalhadores desempregados (1992-2012 / 2012-2019)



Fonte: Ministério do Trabalho, PNAD (1992-2012) e PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Nota: A PNAD sofreu mudanças substanciais em 1992, com reformulação do seu questionário e alteração do conceito de trabalho. Isso me levou a iniciar a série histórica nesse ano. Também existem diferenças importantes entre a PNAD e a PNAD-C, como no período de referência utilizado para captar a procura por trabalho.

Sobre os anos 1990, a literatura costuma sublinhar os efeitos da abertura comercial, da racionalização do processo produtivo e de uma conjuntura internacional desfavorável, marcada pela crise dos países emergentes (Cardoso Júnior, 2000; Ramos; Britto, 2004). Mesmo com o aumento do desemprego e da população economicamente ativa, o fechamento de postos de trabalho no setor industrial e de construção civil prejudicou o alcance do seguro (Curi; Menezes-Filho, 2005; Chahad, 1998). O avanço sem precedentes do setor terciário, baseado em vínculos ocupacionais instáveis e irregulares nas micro e pequenas empresas (Cacciamali, 2000), criou um cenário desfavorável para a capilaridade da proteção pública. Na Figura 2, o número de desempregados apresentou o maior índice de crescimento entre 1992 e 1999 (67%), enquanto o número de benefícios aumentou timidamente (10,8%) e o de trabalhadores registrados se manteve estável (4,3%), com queda da taxa de formalização.

A despeito de inovações importantes no plano institucional, a desestruturação do mercado de trabalho enfraqueceu o papel protetivo do seguro. A população desempregada provinha cada vez mais da inatividade, do autoemprego e das ocupações informais. Logo, os problemas observados nos anos 1990 extrapolaram o objetivo inicial do seguro, de amortecer a queda da demanda por força de trabalho nos setores organizados da economia, o que tornou os “novos” desempregados inelegíveis à proteção pública.

Essa tendência foi revertida nos anos seguintes. Como informa o Anexo 1, entre 1999 e 2011, a proporção de trabalhadores com carteira assinada aumentou 11,2 p.p., enquanto a taxa de desemprego caiu 2,9 p.p. A partir de 2005, os índices de crescimento, apresentados na Figura 2, passaram a seguir tendências opostas: desempregados para baixo, formalização e seguros habilitados para cima. Um *boom* internacional de commodities se combinou ao fortalecimento do consumo e à expansão dos investimentos públicos, beneficiando a demanda agregada e o assalariamento (Moretto; Proni, 2011; Baltar, 2015). As taxas de formalização e desemprego evoluíram, respectivamente, 1,4 p.p. e -0,4 p.p. ao ano entre 2005 e 2011. Já a quantidade de seguros habilitados aumentou 45% de 2005 a 2012, frente à expansão do trabalho com carteira assinada (36,7%) e ao recuo do número de desempregados (29,7%). Com exceção de 2009, quando uma crise internacional elevou o desemprego, o mercado de trabalho permaneceu aquecido até o início dos anos 2010. A Figura 2 revela a continuidade desse fenômeno até 2014, ainda que de maneira menos expressiva.

É preciso explicar por que a quantidade de segurados aumentou durante o recuo do desemprego. Isso pode parecer paradoxal, mas se explica por dois fatores, já consensuais no debate especializado (Pires; Lima Júnior, 2014; Gadelha, 2014). O primeiro é a formalização do mercado de trabalho, que ampliou a proporção de trabalhadores elegíveis ao seguro. O segundo é o incremento da taxa de rotatividade, que representa o balanço entre a saída e a entrada em postos de trabalho, sintetizando o grau de substituição da mão de obra. Para os celetistas, esta taxa saltou de 52,4% para 62,8% entre 2003 e 2014, revelando que, a despeito da queda do desemprego, o setor formal contou com muitas demissões que foram equilibradas por admissões também frequentes, em uma experiência de formalização ancorada em vínculos instáveis (DIEESE, 2017). Alguns fenômenos contribuíram para a elevação do índice, como a expansão de setores com alta rotatividade⁴⁸ e o avanço da rotatividade no setor terciário, especialmente entre os trabalhadores menos qualificados (Chahad; Pozzo, 2013; Silva Filho; Santos, 2013; Castilho, 2017). Visto que os “novos” desempregados possuem mais chance de receber o benefício, pois os antigos expiram a

⁴⁸ Em particular, a construção civil, o comércio e a agropecuária (Silva Filho; Santos, 2013).

quantidade de parcelas, o fenômeno elevou a quantidade de segurados mesmo com o recuo do desemprego.

O fortalecimento do seguro não perdurou nos anos seguintes. Ainda de acordo com a Figura 2 e o Anexo 1, a taxa de desemprego aumentou 5,6 p.p. (de 6,9% para 12,5%) entre 2014 e 2017, o mesmo ocorrendo com a quantidade absoluta de desempregados (91,2%). O enfraquecimento das relações assalariadas⁴⁹ se somou à promulgação da Lei n. 13.134 de 2015, que enrijeceu os critérios de elegibilidade, provocando um recuo de 22,9% na quantidade de seguros habilitados. Essa tendência continuou no período 2017-19, com leve queda do desemprego aberto durante a recuperação econômica⁵⁰.

A erosão da socialização dos riscos do desemprego cristalizou mudanças que haviam sido iniciadas no início dos anos 2010. Antes um direito dos assalariados, o seguro passou a depender de uma transação entre o Estado e os trabalhadores elegíveis. Aquele se compromete a oferecer um auxílio financeiro na medida em que estes permanecem ativos e disponíveis para o trabalho, traduzindo o fortalecimento do *workfare* (Lødemel, 2004) e uma individualização da proteção pública, com foco no monitoramento dos beneficiários (Dubois, 2019). Isso sintetizou a adoção de um novo paradigma, baseado na tentativa de “ativar” economicamente os beneficiários via intermediação de mão de obra e qualificação profissional (Trickey, 2001; Heyes, 2011). Em seguida, a desoneração de tributos, com prejuízos às contas do FAT, mirou a criação de um cenário atrativo aos empregadores, o que supostamente aumentaria o nível do emprego e diminuiria a demanda pelo seguro. Finalmente, a reforma de 2015 tornou o benefício ainda mais restrito aos assalariados com trajetórias estáveis no mercado de trabalho, e o avanço do desemprego se deu em um cenário de segmentação da força de trabalho por parte do Estado, beneficiando os trabalhadores com experiências estáveis e sucessivas de registro em carteira.

O período compreendido no lado direito da Figura 2 foi bastante negativo para a proteção pública. O número de desempregados aumentou 77,5% de 2012 a 2019, enquanto o de segurados diminuiu 19%, com leve variação na quantidade absoluta de trabalhadores formais (-1,7%) e queda de 2 p.p. na proporção de trabalhadores com carteira assinada. O Brasil contava com cada vez mais desempregados, que eram cada vez mais desprotegidos e tinham cada vez menos chance de se inserir no mercado de trabalho formal.

⁴⁹ Quedas respectivas de 2,7 p.p. e 8,1% na taxa de formalização dos empregados e na quantidade de trabalhadores com carteira assinada, ainda de acordo com os dados informados no Anexo 1 e na Figura 2.

⁵⁰ A quantidade de seguros habilitados caiu 3,2% entre 2017 e 2019. O mesmo ocorreu com a taxa de desemprego (-0,8 p.p.) e a quantidade absoluta de desempregados (-4,3%). Já a quantidade de trabalhadores com carteira assinada aumentou 2%, o que se deve ao crescimento da força de trabalho, visto que a formalização dos empregados caiu 1,1 p.p. no período. Todos os cálculos foram realizados com base nos dados do Anexo 1 e da Figura 2.

A Tabela 6 contrasta, para três metrópoles, a quantidade máxima de parcelas em cada ano com o tempo médio de desemprego. Com a série mais duradoura, São Paulo revela um distanciamento entre os dois indicadores, que passou de 1 semana em 1986 para 29 semanas em 2018. Isso quer dizer que a duração máxima do seguro alcançava, ao fim da série, apenas 40,8% da duração média do desemprego. Em Salvador, o índice caiu de 46,5% para 30,3% entre 1998 e 2018; e em Porto Alegre, de 76,9% para 57,1% entre 1995 e 2016. Os dados ilustram a defasagem do seguro frente ao aumento da duração do desemprego.

Tabela 6: Quantidade máxima de parcelas do seguro-desemprego e duração média do desemprego (1986-2018) (em semanas)

	1986	1989	1992	1995	1998	2001	2004	2007	2011	2013	2016	2018
Quantidade máxima de parcelas	16	16	16	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Duração média do desemprego – São Paulo	17	15	23	22	35	48	55	48	30	27	37	49
Duração média do desemprego - Salvador	*	*	*	*	43	56	67	68	50	43	52	66
Duração média do desemprego – Porto Alegre	*	*	*	26	41	43	44	34	23	20	35	*

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE) (1986-2018). Elaboração própria.

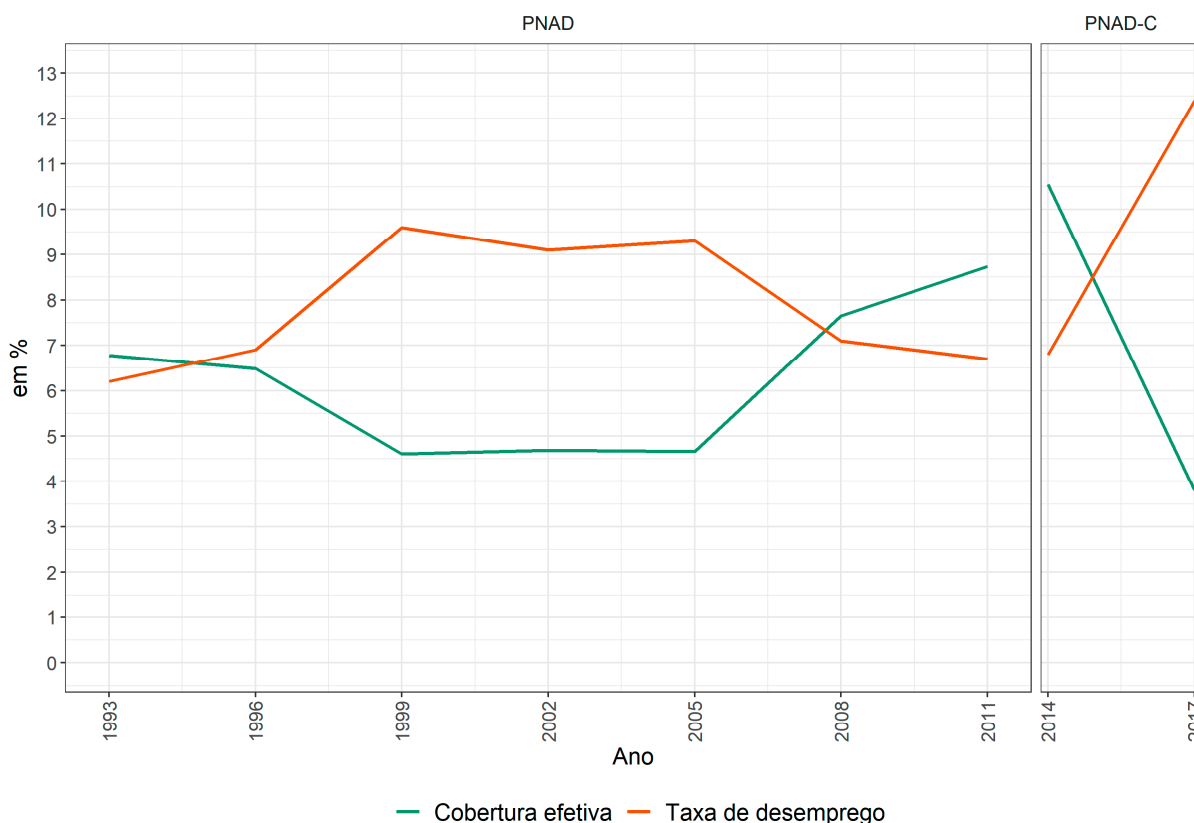
* Não existem dados disponíveis para esses períodos, devido à falta de informações sobre a duração do desemprego ou à não aplicação da PED.

Os critérios de elegibilidade, a quantidade de parcelas e as condições do mercado de trabalho afetam a cobertura efetiva do seguro, ou seja, a proporção de desempregados com acesso ao benefício (OIT, 2017). Em países nos quais boa parte da mão de obra é informal, a cobertura efetiva elucida melhor a capilaridade do seguro do que a proteção dos trabalhadores assalariados.

Os critérios de elegibilidade permaneceram os mesmos entre 1993 e 2014, dependendo apenas do registro prévio em carteira por no mínimo 6 meses. Nesse período, a variação da cobertura efetiva, informada na Figura 3 e no Anexo 2, foi causada pela elevação

ou queda das taxas de formalização e desemprego⁵¹. Se a informalidade e o desemprego aumentaram nos anos 1990, fazendo a cobertura efetiva recuar, o período 2005-14 revelou a tendência oposta, e a cobertura efetiva aumentou 5,89 p.p. (de 4,66% para 10,55%).

Figura 3: Taxa de desemprego e cobertura efetiva do seguro-desemprego (1993-2017)



Fonte: PNAD (1993-2011), PNAD-C (2014-2017) e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

Nota: Existem mudanças metodológicas entre a PNAD e a PNAD-C, como o período de referência para a procura por trabalho. O mês de setembro foi o mês de referência para a medição da quantidade de beneficiários. Esse era o mês de referência da PNAD, e no caso da PNAD-C, analisei os dados do terceiro trimestre de cada ano.

O indicador caiu 6,75 p.p. (de 10,55% para 3,8%) entre 2014 e 2017. Isso se explica por quatro fatores: o enrijecimento dos critérios de elegibilidade em 2015, o aumento das taxas de desemprego durante a crise econômica, a queda da formalidade e o prolongamento da duração do desemprego⁵². A combinação entre esses fenômenos provocou uma queda

⁵¹ Na passagem de 1993 para 1996, também ocorreu a extensão da duração máxima do benefício, de 4 para 5 parcelas, em decorrência da Lei n. 8.900.

⁵² Os microdados da PNAD-C atestam que 36,4% dos desempregados em 2014 estavam procurando trabalho por até 5 meses, medida que representa a duração máxima do benefício. Essa proporção caiu para 29,4% em 2017, o que demonstra que mais desempregados se concentravam no desemprego duradouro, sem a cobertura do seguro.

histórica da cobertura do benefício, fazendo com que o indicador em 2017 tenha sido o menor da série e 2,8 vezes inferior ao observado em 2014.

A Figura 3 e o Anexo 2 revelam uma associação inversa entre a taxa de desemprego e a cobertura efetiva do seguro. Um aumento na primeira, notadamente em períodos econômicos recessivos, acarreta o surgimento de desempregados desprotegidos. Isso acontece porque o aquecimento da economia promove a formalização do trabalho e a redução do desemprego, elevando a quantidade de trabalhadores elegíveis. Já as crises econômicas potencializam o desemprego e a informalidade, multiplicando a quantidade de indivíduos sem trabalho e inelegíveis ao seguro. Em outras palavras, o seguro é menos efetivo justamente quando os trabalhadores mais precisam da proteção pública, pois de maneira contraditória, o avanço do seguro depende de um funcionamento virtuoso do mercado de trabalho.

Outra forma de avaliar a cobertura do seguro é comparar o perfil dos desempregados e segurados, assim como demonstrado na Tabela 7. O objetivo é identificar quais desempregados estão sendo contemplados pelo benefício, aspecto relevante para o estudo da estratificação do mercado de trabalho e seus efeitos sobre o acesso à proteção estatal.

A Tabela 7 aponta que a quantidade de homens entre os segurados é desproporcionalmente superior à de mulheres, o mesmo ocorrendo para os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos e com Ensino Médio completo. O principal motivo é o maior acesso ao registro em carteira. No primeiro trimestre de 2019, a formalização masculina era 6,3 p.p. superior à feminina, e tomando como referência o Ensino Médio completo, o mesmo indicador era 24,3 p.p. e 14 p.p. mais elevado do que entre os trabalhadores sem Ensino Fundamental e com Ensino Fundamental completo, respectivamente. Já os empregados com formação universitária possuíam alta taxa de formalização, mas a baixa participação no grupo de segurados indica que muitos deles encontravam emprego ainda durante o período de cobertura. Entre as faixas etárias, o acesso ao seguro traduz a prevalência do trabalho assalariado, mais significativo entre os empregados com idade entre 25 e 49 anos.

Se o seguro segmenta a força de trabalho entre elegíveis e inelegíveis à proteção pública, também reproduz a estratificação do mercado de trabalho. A exigência de vínculo empregatício com registro em carteira inviabiliza a proteção pública para boa parte dos trabalhadores. Esses dados apontam para um regime seletivo de proteção que, por estar voltado aos trabalhadores bem estabelecidos nos setores organizados da economia, marginaliza os trabalhadores situados nas franjas do mercado competitivo.

Tabela 7: Perfil dos desempregados e dos segurados, e proporção de empregados com carteira assinada (2019.1)

	Composição por indicadores de perfil (em %)		% de empregados com carteira assinada
	Desempregados	Segurados	
Sexo			
Homens	47,5	60,3	70
Mulheres	52,5	39,7	63,7
Idade			
Até 24 anos	40,2	17,3	57,6
De 25 a 29 anos	13,7	19,2	70,7
De 30 a 39 anos	21	33,9	72,8
De 40 a 49 anos	13,9	19,5	69,8
De 50 a 64 anos	10,3	9,9	63,4
65 anos ou mais	1	0,2	45
Escolaridade			
Ensino Fundamental incompleto	22,1	14,2	49,9
Ensino Fundamental completo	21,5	19,4	60,2
Ensino Médio completo	46	58,2	74,2
Ensino Superior completo	10,4	8,2	77,6

Fonte: Boletins do Fundo de Amparo ao Trabalhador e PNAD-C (2019). Elaboração própria.

Finalmente, a Tabela 8 apresenta as estimativas da taxa líquida de reposição dos rendimentos, que diz respeito à proporção do salário que é coberta pelo seguro, debitando os encargos devidos. Assim como no capítulo anterior, os dados são analisados para dois tipos de arranjo familiar. Para a média dos salários brutos, fiz uso dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Já os salários líquidos médios derivam das alíquotas vigentes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do imposto de renda. A primeira tributação é afetada pela quantidade de dependentes, e por isso, é importante considerar os modelos de arranjo familiar. As médias salariais são fortemente influenciadas por valores extremos, o que me levou a apresentar entre parênteses as médias sem os *outliers*⁵³. Sem esse procedimento, as taxas de reposição assumem valores muito baixos, que não condizem com os fatores de multiplicação da regra do seguro (0,8 e 0,5), mesmo levando em conta o teto dos benefícios. Isso acontece porque os indivíduos com salários extremos não são os segurados, e dificilmente assumem o papel de desempregados perante o Estado, como dependentes do seguro. Logo, as taxas sem os *outliers* ilustram mais fielmente a capacidade do seguro conservar os rendimentos após a perda do trabalho.

⁵³ Os *outliers* são os valores iguais ou superiores ao valor máximo do terceiro quartil somado a 1,5 vezes a distância interquartil.

O salário-mínimo real aumentou 3,9% ao ano entre 1996 e 2017⁵⁴, o que significa dizer que os trabalhadores passaram a desfrutar de um maior poder de compra. Ainda que esse fenômeno escape da taxa de reposição, já que influi ao mesmo tempo nos salários e nos valores do benefício (cujo piso foi fixado em 1 salário-mínimo em 1990), a valorização do salário-mínimo eleva a capacidade dos trabalhadores segurados satisfazerem suas necessidades pessoais e familiares durante o desemprego.

Tabela 8: Salários, valor dos benefícios e taxa líquida de reposição salarial do seguro-desemprego (1990-2017)

	Salário nominal médio do trabalhador assalariado	Salário líquido médio do trabalhador assalariado sem cônjuge e filhos	Salário líquido médio do trabalhador assalariado com cônjuge e dois filhos	Valor médio do seguro	Média das taxas líquidas de reposição salarial do seguro (%)
1996	667,07	580,4 (384,96)	587,53 (381,5)	177,44	30,39 (46,3)
1999	757,45	646,93 (421,48)	655,02 (419,34)	210,82	32,39 (50,15)
2002	924,12	789,81 (525,3)	799,71 (523,26)	287,38	36,16 (54,81)
2005	1.173,8	988,85 (685,68)	1001,45 (685,48)	406,85	40,88 (59,34)
2008	1.492,42	1.258,91 (872,32)	1275,65 (873,12)	541,57	42,74 (62,06)
2011	1.889,16	1.602,5 (1107,91)	1620,76 (1.107,68)	730,91	45,35 (65,98)
2014	2.425,29	2.048,6 (1.452,79)	2.072,83 (1.460,17)	957,5	46,47 (65,74)
2017	2.943,09	2.466,27 (1.781,84)	2.496,57 (1.794,52)	1.210,25	48,77 (67,68)

Fonte: RAIS e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

Nota: Todas as informações representam valores para o mês de dezembro. Os salários nominal e líquido entre parênteses informam os valores sem os *outliers*.

Para o período 1996-2017, a Tabela 8 revela um crescimento das taxas de reposição, mesmo sem alterações legais no cálculo dos benefícios. A mudança na atualização do benefício e das faixas salariais, que passou a considerar o IPCA em 2013, apresenta um efeito modesto que não é captado pela taxa de reposição, baseada em indicadores agregados. A

⁵⁴ O cálculo se baseia no salário-mínimo real, disponibilizado pelo Ipeadata.

explicação mais plausível para o aumento das taxas de reposição é que o acesso ao seguro passou a se concentrar nos trabalhadores com baixos salários, pois para estes, as taxas de reposição tendem a ser mais altas, visto que o valor do seguro não é afetado pelo teto dos benefícios⁵⁵. Já para os trabalhadores com rendimentos elevados, o cálculo considera o valor máximo estabelecido pelo Ministério da Economia, e não os rendimentos prévios. Os trabalhadores pobres também são beneficiados pelo piso do seguro, uma vez que muitos recebem valores próximos a 1 salário-mínimo, o que faz com que o seguro cubra toda ou quase toda a renda anterior.

Para responder em que medida a reposição salarial, a cobertura e as regras de acesso do seguro-desemprego brasileiro se aproximam ou distanciam de outros modelos de benefício, o próximo tópico compara os dados anteriores com os registrados no capitalismo central. Esses países serviram de inspiração para o seguro-desemprego brasileiro, mas seus mercados de trabalho diferem em aspectos essenciais, tais como a proporção de trabalhadores assalariados. Se o seguro-desemprego foi pensado como uma política de proteção do assalariamento, também é verdade que o capitalismo global sofreu mudanças importantes dos anos 1980 em diante, com destaque para o aumento das taxas de desemprego, a descentralização e flexibilização das unidades produtivas e a fragmentação dos mercados de trabalho (Mishra, 1990; Jessop, 2004). Isso lança dúvidas sobre a capacidade atual do seguro de socializar os riscos do desemprego, bem como os desafios colocados a cada país.

2.3. O Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego

O Índice de Desmercantilização combina as características de três políticas públicas (pensões, auxílio-doença e seguro-desemprego) para avaliar os sistemas capitalistas de bem-estar (Esping-Andersen, 1990). Quanto maior o Índice, melhores são as condições de os indivíduos satisfazerem suas necessidades “fora” do mercado. A proposta foi extensamente discutida pela literatura internacional nas últimas décadas, especialmente por parte dos estudos preocupados com os diferenciais de bem-estar no mundo capitalista (Bambra, 2006; Hudson; Kühner, 2009; Israel; Spannagel, 2018). A fim de complementar os escritos anteriores, utilizo o Índice de Desmercantilização para analisar o seguro-desemprego

⁵⁵ Reforçando essa interpretação, a razão entre o valor médio do benefício e o salário-mínimo caiu de 1,58 em 1996 para 1,29 em 2017.

brasileiro no período 1996-2017, e em seguida, compará-lo com os modelos existentes em países selecionados da OCDE.

O Índice de Desmercantilização inclui cinco indicadores: *i*) a duração do seguro-desemprego em semanas; *ii*) o tempo necessário de vínculo empregatício para se tornar elegível, também em semanas; *iii*) a quantidade de dias de espera para que o trabalhador receba o benefício; *iv*) a taxa de reposição líquida do seguro; e *v*) a cobertura da população relevante. Adoto a quantidade máxima de parcelas para apresentar a duração do benefício, um indicador que revela o “teto” da proteção do seguro-desemprego. Para a taxa de reposição, calculo os valores médios entre os dois tipos de arranjo familiar utilizados no tópico anterior. Já a cobertura do seguro consiste na razão entre a quantidade de beneficiários e de desempregados.

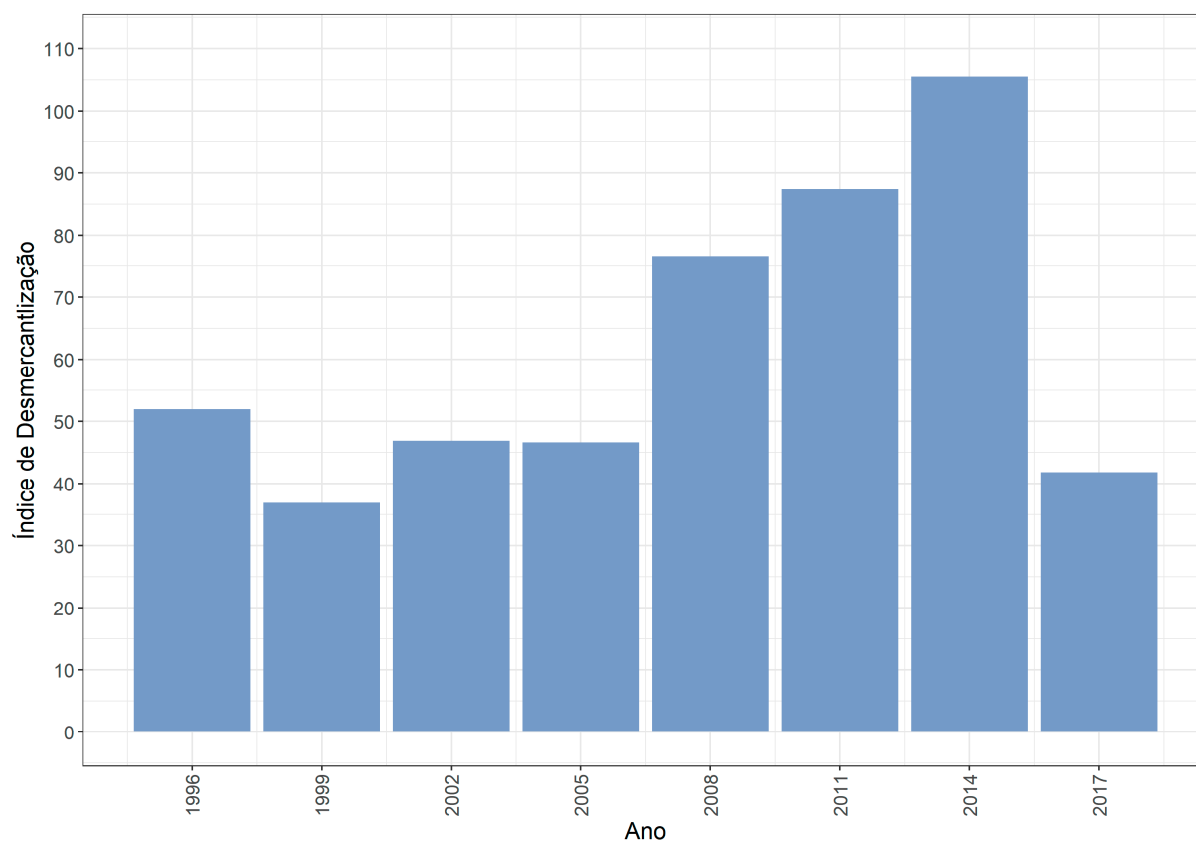
Para examinar as tendências de desmercantilização do seguro-desemprego brasileiro, comparo 12 anos de 1996 a 2017. Em cada um deles, os itens *i*, *ii*, *iii* e *iv* receberam, a partir do desvio padrão em relação à média de todos os anos, *scores* de 1, 2 ou 3. Seguindo a proposta de Esping-Andersen (1990), para a duração do benefício e a taxa de reposição, o *score* 1 foi designado para os valores situados a mais de 1 desvio padrão abaixo da média do indicador; o *score* 3 para os valores a mais de 1 desvio padrão acima da média; e o *score* 2 para os valores a no máximo 1 desvio padrão da média. Os dias de espera necessários para obter o benefício e o tempo exigido de vínculo empregatício receberam *scores* inversos, pois quanto mais elevados esses indicadores, menor a desmercantilização. Os *scores* para a taxa de reposição foram multiplicados por 2, visto que esse indicador cumpre um papel decisivo no acesso ao bem-estar após a perda do trabalho (Esping-Andersen, 1990). Depois, todos os *scores* foram somados e multiplicados à proporção de desempregados cobertos pelo seguro. Isso penaliza os países com cobertura residual, onde o seguro se limita a uma elite de trabalhadores assalariados. A Tabela 9 e a Figura 4 apresentam as variáveis e os *scores* finais, enquanto o Anexo 3 informa os *scores* atribuídos a cada indicador. Esses *scores* compõem uma escala comparativa, e seu valor é apenas relacional.

Após um período de baixa variação no Índice, a proteção ao desemprego avançou entre 2008 e 2014. Nesse período, as variáveis apresentaram os mesmos *scores* dos anos anteriores, e o aumento do Índice foi causado unicamente pela expansão da cobertura do seguro. Se os critérios de elegibilidade permaneceram inalterados de 1996 a 2014, e a taxa de reposição variou pouco em relação à média entre 2002 e 2014, a formalização do mercado de trabalho nos anos 2000 fez com que muitos desempregados se tornassem elegíveis, em um cenário também marcado pela queda do desemprego aberto.

Tabela 9: Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil (1996-2017)

	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014	2017	Média	Desvio padrão
Taxa líquida de reposição do seguro (%)	46,3	50,15	54,81	59,34	62,06	65,98	65,74	67,68	59	7,38
Tempo necessário para se tornar elegível (semanas)	24	24	24	24	24	24	24	36	25,5	3,97
Dias de espera	30	30	30	30	30	30	30	30	30	0
Quantidade máxima de parcelas (semanas)	20	20	20	20	20	20	20	20	20	0
Cobertura efetiva (%)	6,49	4,61	4,69	4,66	7,65	8,74	10,55	3,8	-	-
Score	51,92	36,88	46,9	46,6	76,5	87,4	105,5	41,8	-	-

Fonte: RAIS, Ministério da Economia (via Lei de Acesso à Informação), PNAD e PNAD-C. Elaboração própria.

Figura 4: Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil (1996-2017)

Fonte: RAIS, Ministério da Economia (via Lei de Acesso à Informação), PNAD e PNAD-C. Elaboração própria.

O final da série contou com a mesma quantidade de dias de espera dos outros anos, a mesma duração máxima do benefício e o maior tempo necessário de vínculo empregatício para se tornar elegível. A taxa de reposição salarial foi a mais alta do período 1996-2017, mas como vimos no último tópico, isso se explica pelo perfil dos trabalhadores demitidos, e não pelas regras do seguro. Por outro lado, frente ao enrijecimento dos critérios de elegibilidade e aos altos índices de informalidade e desemprego, a menor cobertura efetiva da série fez com que o Índice de Desmercantilização despencasse entre 2014 e 2017. A proteção ao desemprego se enfraqueceu após a reforma do seguro-desemprego de 2015 e a desestruturação do mercado de trabalho durante a crise econômica de 2014-16. Essa proteção recuou a valores similares aos observados nos anos 1990, a despeito de uma evolução importante até meados da década de 2010. O fortalecimento do desemprego desprotegido foi um ponto de inflexão no regime brasileiro de bem-estar, e em 2017, a satisfação de necessidades básicas passou a depender muito mais da participação no mercado de trabalho do que nos anos anteriores.

O próximo passo é comparar o seguro-desemprego brasileiro com os modelos existentes na OCDE. Tomei algumas decisões para garantir a comparabilidade dos dados: *i)* a taxa de reposição salarial se refere ao cálculo com os *outliers*; *ii)* é comum que o seguro-desemprego seja complementado por políticas socioassistenciais, e nesses casos, me limitei aos dados relativos ao seguro, excluindo as políticas que utilizam testes de pobreza; *iii)* é possível que o benefício varie com a idade, o que me levou a fixar os cálculos nos trabalhadores adultos com 40 anos de idade; *iv)* nos modelos que modificam a elegibilidade dos trabalhadores reincidentes, considerei um trabalhador na segunda solicitação do seguro; *v)* quando o critério de elegibilidade é calculado por dias de trabalho, assumi uma jornada de trabalho de 5 dias semanais; *vi)* a duração de alguns benefícios depende da composição familiar, e nesses casos, levei em conta a duração máxima do seguro, como no caso de um desempregado com filhos; *vii)* em alguns países, o trabalhador precisa participar de um fundo de seguro para se tornar elegível, mas não levei esse critério em consideração, visto que sua inclusão nos cálculos era inviável; e *viii)* é possível que o valor do seguro varie no decurso do tempo. Nesse caso, a taxa de reposição se refere ao primeiro mês do benefício, a fim de padronizar os cálculos e pelo fato de que a utilização do período de 6 meses, tal como sugerido por Esping-Andersen (1990), excluiria o Brasil do banco de dados, devido à brevidade do seu programa. Decisões específicas podem ser lidas na Tabela 10, que junto com a Figura 5, sumariza os resultados do Índice. Já o Anexo 4 apresenta o cálculo dos *scores* de cada indicador.

Tabela 10: Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil e em países selecionados da OCDE (2017)

	Taxa líquida de reposição (%)	Tempo necessário para se tornar elegível (semanas)	Quantidade máxima de dias de espera	Quantidade máxima de parcelas (semanas)	Cobertura efetiva (%) ¹	Score
Brasil	48,8	36	30	20	3,8	30,4
Alemanha	62,1	48	0	48	49,59	545,48
Áustria	59,4	28	0	39	55,67	612,37
Bélgica	63,4	67	0	Ilimitada ²	100	1100
Canadá	62,5	19 ³	14	45	42,73	470,08
Dinamarca	59,5	48 ⁴	0	96	41,72	500,64
Espanha	62,1	48	0	96	18,55	222,59
Estados Unidos ⁵	41,4	20	0	20	28,07	252,64
Finlândia	57,4	26	7	80	72,85	728,51
França	65,1	16	7	96	94,34	1132,12
Holanda	73,6	26	0	96	73,88	1034,31
Irlanda	40,1	39	3	36	22,99	183,97
Itália	66	13	8	96	37,84	454,06
Japão	52,5	49	7	40	20,02	200,18
Portugal	75	48	0	72	34,03	442,36
Reino Unido	16,5	48	7	24	4,99	34,97
Suécia	51,6	24	7	90	23,89	238,86
Suíça	79,1	48	20 ⁶	80 ⁷	61,68	678,51
Média	57,56	36,17	6,11	63,18	-	-
Desvio padrão	14,24	14,69	7,96	29,14	-	-

Fonte: para os países da OCDE, *OECD Stats* e *OECD Social Benefit Recipients*. Para o Brasil, RAIS, Ministério da Economia e PNAD-C. Elaboração própria.

¹ A cobertura pode se referir tanto a uma data específica quanto à média mensal em 2017.

² Para o cálculo desse indicador, não considerei a Bélgica, devido à inexistência de uma duração máxima nesse país.

³ A elegibilidade do seguro canadense depende da taxa de desemprego. Em 2017, 6,4% da força de trabalho canadense estava desempregada, indicador utilizado para o cálculo da elegibilidade. Também considerei o desempenho de 35 horas semanais de trabalho, que representava a quantidade média de horas de trabalho no país em 2017, segundo a *OECD Data*.

⁴ O seguro dinamarquês não se baseia no vínculo empregatício anterior, mas na renda do trabalho, cujo piso em 2017 foi de 223.428 Coroas Dinamarquesas. Mas por assumir um teto de renda mensal para esse cálculo (18.619 Coroas Dinamarquesas), o tempo mínimo de trabalho para se tornar elegível foi de 12 meses, ou 48 semanas.

⁵ Nos Estados Unidos, os dados de Michigan foram utilizados como representativos do sistema federativo, assim como recomendado pela OCDE.

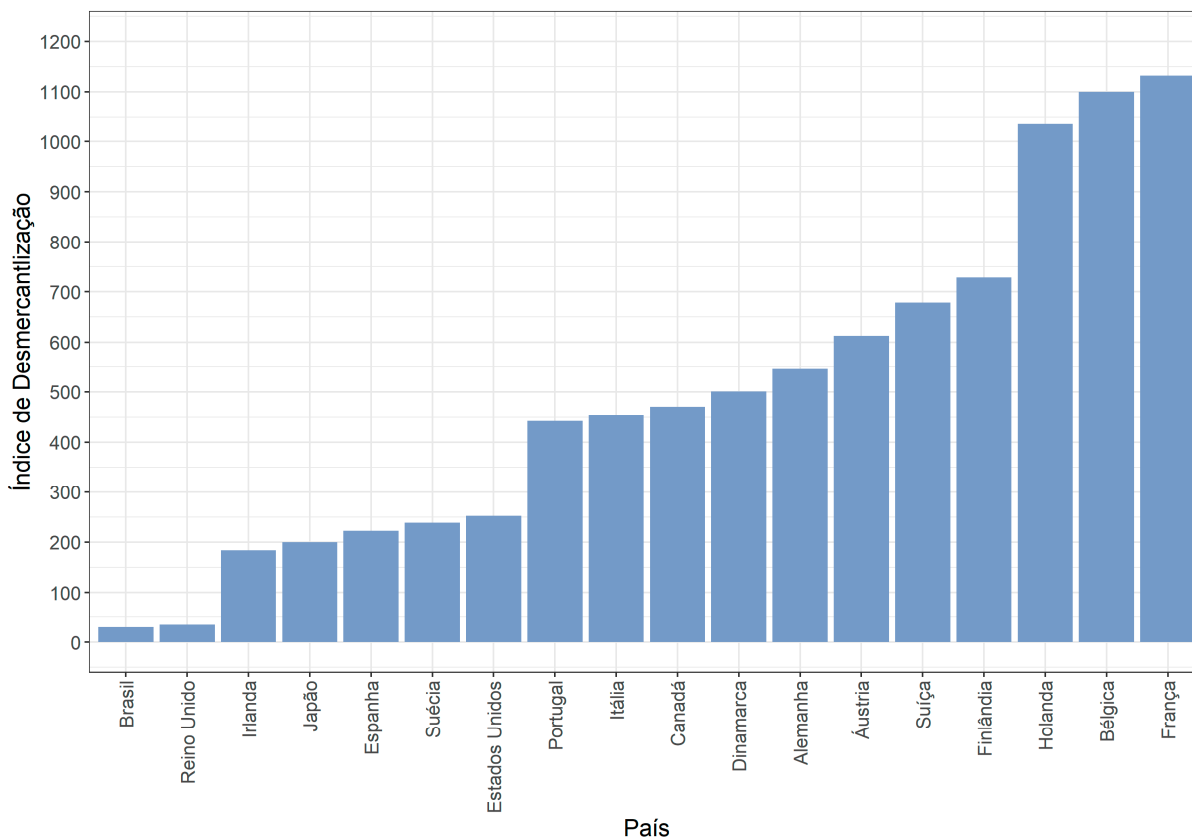
⁶ Na Suíça, a quantidade de dias de espera aumenta junto com a renda do trabalhador. O número apresentado se refere ao período máximo de espera.

⁷ O seguro suíço é calculado por dias, atingindo até 400 parcelas, que podem se dividir em 2 anos. Para facilitar a comparação, considerei 5 parcelas por semana, totalizando 80 parcelas.

O cenário é um pouco diferente do observado por Gallie e Paugam (2000), considerando o avanço da cobertura efetiva em países classificados como corporativistas e a consolidação ou recuo nos países social-democratas. Para simplificar o debate, existem

quatro grupos na Figura 5. O primeiro é composto por Brasil e Reino Unido, cujos programas de seguro são breves, possuem baixa cobertura e critérios intermediários de elegibilidade. A reposição salarial desfavorável do seguro britânico é compensada por uma cobertura efetiva levemente superior, o que coloca o Brasil na última posição do Índice.

Figura 5: Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego (2017)



Fonte: para os países da OCDE, *OECD Stats* e *OECD Social Benefit Recipients*. Para o Brasil, RAIS, Ministério da Economia, PNAD e PNAD-C. Elaboração própria.

O segundo grupo reúne Estados Unidos, Irlanda e Japão, países comumente associados ao modelo liberal de proteção ao desemprego (Bambra, 2004b), além da Espanha e Suécia. Os *scores* desses dois últimos países são elevados em seus indicadores iniciais, mas prejudicados pela baixa cobertura efetiva. Vale notar o investimento em benefícios assistenciais a fim de complementar o seguro tradicional, bem como a guinada do modelo sueco nos anos 2000, com critérios de elegibilidade mais rígidos e direcionado a fundos privados de proteção (Gordon, 2017; Lindellee, 2018).

O terceiro grupo reúne países diversos como Portugal, Alemanha e Finlândia. Seus

programas superam uma cobertura residual e possuem, pelo menos, uma quantidade média de parcelas. Embora estejam mais próximos entre si do que em relação aos outros países, aqui não é possível falar de um grupo propriamente dito, mas de uma gradação de *scores*. O Índice vai de Portugal e Itália (com indicadores satisfatórios, mas baixa cobertura) a Suíça e Finlândia (cujos benefícios alcançam, respectivamente, 61,7% e 72,8% dos desempregados).

Finalmente, o quarto grupo reúne os modelos mais “robustos” de proteção ao desemprego. O seguro holandês (*Werkloosheidswet and Toeslagenwet*) se distancia do pelotão anterior ao combinar alta reposição salarial, duração elevada e um processo automático de habilitação. A seguir, o *Allocation d’Aide au Retour à l’Emploi* francês alcança *scores* expressivos nos indicadores iniciais e uma cobertura quase total dos desempregados. Na contramão das reformas restritivas observadas em boa parte do continente europeu, a França flexibilizou os critérios de elegibilidade em 2009, mirando a inclusão dos trabalhadores com trajetórias instáveis no mercado (Coquet, 2015). E na primeira posição do Índice, o *Assurance Chômage* belga compensa sua elegibilidade restritiva ao não determinar uma quantidade máxima de parcelas, propiciando uma cobertura integral dos desempregados. Esse desenho é amplamente defendido pelos sindicatos e ilustra um regime de bem-estar direcionado à prevenção da pobreza (Hemerijck; Marx, 2010; Deken, 2011).

Colocado em perspectiva, o seguro brasileiro possui taxa de reposição e critérios de elegibilidade intermediários, enquanto o período de espera é elevado, sobretudo quando se considera o processo automático de habilitação em 8 dos 17 países analisados. Dentre as principais falhas, merecem destaque a brevidade do benefício (o número de parcelas equivale a apenas 1/3 da média do indicador) e sua cobertura residual, cerca de 11,5 vezes inferior à média dos países analisados.

Em decorrência da baixa capilaridade dos vínculos regulados de trabalho, a cobertura efetiva consolida o Brasil na última posição do Índice⁵⁶. O cenário é ainda mais preocupante quando se considera que alguns países próximos no *ranking*, como o Reino Unido e a Irlanda, possuem benefícios complementares de proteção ao desemprego. Caso esses benefícios fossem incluídos no cálculo da cobertura, o indicador saltaria de 4,99% para 58,1% no Reino Unido, e de 22,99% para uma proteção total dos desempregados na Irlanda⁵⁷. No Brasil, esse tipo de proteção cabe à rede socioassistencial, com valores bem menores e uma linha de pobreza que limita a elegibilidade às famílias extremamente pobres.

⁵⁶ Segundo a *OECD Data*, o autoemprego na União Europeia foi de apenas 15,6% em 2017, aproximadamente metade do indicador brasileiro (32,3%).

⁵⁷ O *Jobseeker’s Allowance* irlandês exige que o desempregado tenha idade entre 18 e 66 anos, habite no país, esteja disponível para trabalhar e procure um emprego.

2.4. Desemprego e bem-estar social: os limites da proteção pública no Brasil

A evolução do seguro-desemprego ilustra como, no Brasil, os riscos da participação no mercado de trabalho foram socializados pelo Estado. Pensado como um meio de financiar a procura por trabalho e o acesso a recursos básicos durante o desemprego, o seguro estratifica a população economicamente ativa a partir da posição dos trabalhadores no sistema produtivo.

Até os anos 1970, as taxas de desemprego eram muito baixas. Isso se explica pelos altos índices de inatividade e substituição do desemprego aberto pelo trabalho informal, frente à inexistência de um sistema de proteção social capaz de garantir a sobrevivência dos trabalhadores fora do mercado. Ao final dos anos 1970, o fortalecimento do movimento sindical aumentou o poder de barganha dos trabalhadores, e pouco a pouco, a participação política da sociedade civil se fortaleceu durante a democratização. Já a mídia e a literatura especializada criticavam a falta de uma política de auxílio financeiro aos desempregados no Brasil, em descompasso com o que se observava no capitalismo central. Nesse cenário, a desestruturação do setor secundário na década de 1980, somada às incertezas sobre os efeitos do Plano Cruzado, motivou a criação do seguro-desemprego em 1986. O seguro-desemprego integrou a proteção ao assalariamento que se desenhou a partir dos anos 1930, e não é exagero afirmar que a criação do benefício representou uma pactuação restrita entre uma parcela dos trabalhadores assalariados, os empregadores e o Estado.

Nos anos 1980, o seguro já configurava uma política bastante difundida no mundo capitalista, após as primeiras iniciativas nacionais no início do século XX e uma rápida disseminação durante o pós-Segunda Guerra. O Brasil adotou a ideia básica desse modelo para amortecer os impactos do desaquecimento da economia, tornado evidente pelos protestos de desempregados nos grandes centros urbanos e demissão de trabalhadores industriais. Mas o seguro é limitado quando aplicado em países onde o desemprego é um problema massivo e duradouro, e as relações desreguladas de trabalho são frequentes, o que provoca um distanciamento entre os seus critérios de elegibilidade (formalização e tempo de vínculo) e as características da força de trabalho (Ramos, 2003). Apesar da flexibilização do seguro em 1990, seu acesso permaneceu limitado aos trabalhadores assalariados com trajetórias estáveis no mercado de trabalho.

Vimos que o seguro-desemprego brasileiro vivenciou quatro períodos distintos: criação das suas primeiras normativas entre 1986 e 1989; facilitação do acesso e aumento da

reposição salarial nos anos 1990, mas com desestruturação do mercado de trabalho e consequente enfraquecimento do papel protetivo do seguro; manutenção dos critérios de elegibilidade e expansão do assalariamento na década de 2000, além da inclusão de algumas categorias de trabalhadores não-celetistas, o que elevou a capilaridade do benefício; e restrição do seguro nos anos 2010, fenômeno que conjugou desestruturação do mercado de trabalho e enrijecimento dos critérios de elegibilidade.

Para esmiuçar a evolução do benefício, analisei os indicadores do seguro-desemprego brasileiro e calculei o seu Índice de Desmercantilização no período 1996-2017, replicando a proposta de Esping-Andersen (1990). A reposição salarial em 2017 foi a mais alta da série, ainda que esse avanço tenha sido provocado pela mudança do perfil dos trabalhadores demitidos. Mesmo assim, a fixação do piso do seguro no valor de 1 salário-mínimo em 1990, seguida pela política de valorização do salário-mínimo a partir de 1996, elevaram o poder de compra dos desempregados elegíveis. Já a quantidade de dias de espera e a duração máxima do benefício permaneceram inalteradas, e a duração do benefício se tornou cada vez mais defasada frente à duração do desemprego nas metrópoles. Por fim, o tempo necessário de vínculo empregatício aumentou com a reforma restritiva de 2015, enquanto a cobertura efetiva assumiu o menor valor da série. Esses fatores colocaram o ano de 2017 na segunda pior posição do Índice de Desmercantilização, refluindo o avanço do seguro-desemprego entre 2008 e 2014.

A cobertura legal do seguro permaneceu elevada desde os anos 1990, a despeito de um comportamento errático da cobertura efetiva, atrelado à formalização do mercado de trabalho e à evolução da taxa de desemprego. Como uma política de proteção dos trabalhadores assalariados, o seguro apresenta certo grau de “sucesso”, ao combinar uma reposição salarial satisfatória e uma inclusão relativamente alta de trabalhadores demitidos sem justa causa. Mas esse indicador é confrontado por uma cobertura efetiva residual, devido aos limites do assalariamento, à rigidez dos critérios de elegibilidade e à brevidade do seguro. Muitos trabalhadores são excluídos da proteção pública e ficam sem alternativas fora do mercado de trabalho e da circulação informal de bens e serviços. Ademais, as regras do seguro reproduzem a estratificação do mercado de trabalho e tornam alguns grupos mais suscetíveis à desproteção, como a força de trabalho feminina, pouco escolarizada e nos extremos etários.

A comparação internacional revelou que, no Brasil, a reposição salarial e o tempo mínimo de vínculo empregatício apresentam *scores* intermediários de Desmercantilização, enquanto o período de espera é alto e a quantidade de parcelas é pequena, cerca de 1/3 da média do indicador no banco de dados. Já a baixa cobertura efetiva exerce um efeito

expressivo e lança o país na última posição do *ranking*. Vale lembrar que a taxa de desemprego e a cobertura efetiva apresentam tendências opostas, pois o aumento do desemprego ocorre em períodos de desestruturação do mercado de trabalho, como nos anos 1990 e a partir da crise de 2014, o que diminui a quantidade de trabalhadores elegíveis. Isso faz com que os limites do seguro sejam mais visíveis quando o mercado de trabalho é incapaz de absorver os indivíduos ativos, e a explosão do desemprego se traduz no aumento do desemprego desprotegido. Os limites do seguro-desemprego brasileiro decorrem, sobretudo, de um regime seletivo de proteção baseado no assalariamento, enquanto uma quantidade massiva de trabalhadores permanece alheia ao mercado regulado e inelegível à proteção pública.

Este capítulo combinou um estudo histórico do seguro-desemprego com a análise de indicadores relevantes, iniciativas que foram complementadas, ao final do texto, pela aplicação de uma medida sintética, capaz de mensurar as mudanças na proteção ao desemprego. Por sua vez, a comparação internacional reuniu uma base de dados diversa, com informações sobre as regras do seguro, sua capilaridade e reposição salarial. Além da análise do seguro-desemprego, este capítulo apresenta contribuições metodológicas às pesquisas sobre políticas públicas. Não foram encontrados estudos que tenham replicado o Índice de Desmercantilização para investigar o caso brasileiro, a despeito da centralidade dessa metodologia para os estudos comparativos internacionais sobre bem-estar social.

Antes de prosseguir com a investigação das políticas de emprego, é preciso considerar dois assuntos. O primeiro é o fato de que, no Brasil, o seguro-desemprego se soma ao FGTS na proteção dos trabalhadores assalariados. É possível que a adoção de um escopo mais amplo de pesquisa provoque mudanças nos resultados dos cálculos e da posição do Brasil no ranking internacional⁵⁸. Já o segundo assunto é a magnitude da desproteção pública. Desde a Constituição de 1988, as políticas socioassistenciais integram a seguridade social brasileira, voltadas à redução da pobreza entre os trabalhadores informais. Vale identificar as lacunas na proteção dualista que se estabeleceu nos anos 1990, fundada na complementaridade entre as políticas de emprego e socioassistenciais.

Fazendo uso dos microdados da PNAD-C, considerei os membros dos domicílios que recebem subsídios públicos, incluindo o seguro-desemprego, o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadorias, pensões e suplementos de aposentadoria. O Programa Bolsa Família se dirige à unidade familiar, o que reforça a

⁵⁸ Ainda que o FGTS seja uma política limitada e que possua caráter regressivo, como resultado do seu foco nos setores organizados da economia e da vinculação do valor do benefício ao salário prévio dos trabalhadores formais (Draibe; Castro; Azeredo, 1995).

necessidade de analisar a titularidade de cada domicílio. A linha de pobreza foi estabelecida em um terço do salário-mínimo per capita, com valor fixado em 2019 e deflacionado para os anos anteriores, em acordo com a proposta de Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019). A série completa pode ser visualizada no Anexo 5.

A proporção de desempregados pobres sem subsídios públicos nos domicílios cresceu de 42% em 2012 para 46,8% em 2015. Já no período seguinte, o indicador se manteve estável, oscilando entre 46,5% em 2016 e 44,7% em 2019⁵⁹. O cenário, que deixa quase metade dos desempregados pobres sem proteção trabalhista, previdenciária e socioassistencial, é provocado por dois fenômenos: a baixa cobertura das políticas de emprego, dada a restrição do assalariamento no Brasil; e uma linha de pobreza restritiva utilizada pelo Governo Brasileiro, que não é atualizada de maneira automática pela inflação. Em 2019, a linha de pobreza utilizada para a definição do público-alvo do Bolsa Família era de R\$178, enquanto no mesmo período, a linha de pobreza utilizada nos cálculos foi de R\$332,67. Os trabalhadores desempregados com renda per capita entre esses dois valores eram pobres, mas dificilmente acessavam benefícios públicos, via elegibilidade individual ou a partir de outros membros do domicílio.

Em resumo, a dualidade da proteção social não repercute em uma proteção ampla, como se cada política cobrisse os flancos uma da outra. No Brasil, existe um vácuo entre o Estado e o mercado de trabalho, quando o desemprego é acompanhado pela inelegibilidade às políticas de auxílio financeiro. A instabilidade do mercado de trabalho e a baixa capilaridade das políticas de emprego e socioassistenciais tornam o desemprego desprotegido um problema relevante.

⁵⁹ A PNAD-C sofreu uma mudança metodológica no quarto trimestre de 2015, quando o acesso a benefícios passou a ser contabilizado a partir dos indivíduos, e não mais pela existência de beneficiários nos domicílios. Por esse motivo, os períodos 2012-2015 e 2016-2019 devem ser comparados com cautela. O índice de 2015 considera apenas os primeiro, segundo e terceiro trimestres.

3. O Sistema Nacional de Emprego, a política de qualificação profissional e a institucionalização da proteção ao desemprego no Brasil

As políticas ativas de emprego visam elevar a razão entre a população ocupada e a população apta para trabalhar (Azeredo; Ramos, 1995). Essas políticas são fundamentais para a gestão do mercado de trabalho, impelindo os indivíduos à participação econômica e evitando que as vagas de emprego permaneçam ociosas.

Um bom exemplo de política ativa é o serviço público de emprego, que intermedia o encontro entre oferta e demanda por força de trabalho. Se espera que um serviço desse tipo facilite o acesso a informações e a oportunidades que estão dispersas em um território, aproximando trabalhadores e empregadores, o que reduz os custos da procura e do recrutamento de mão de obra (Autor, 2009; Cacciamali, 2005). No capitalismo central, os serviços nacionais de emprego datam do início do século XX, e se tornaram ainda mais importantes com a fragmentação e diversificação dos mercados de trabalho a partir dos anos 1970. Já no Brasil, o Sine foi criado apenas em 1975, cerca de 30 anos após a Convenção n. 88 da OIT, que advogou a importância dos serviços públicos de emprego na redução das distorções dos mercados de trabalho.

Mas a política de intermediação não garante que os trabalhadores estejam em condições de ocupar as vagas de emprego. Os requisitos educativos, expressos na formação escolar e no nível de treinamento, são um obstáculo para que muitos dos trabalhadores sejam incorporados à produção e distribuição de bens e serviços. De maneira mais simples, a qualificação traduz o conhecimento geral e as habilidades específicas que estão ao alcance dos trabalhadores. Serve para otimizar a capacidade de comunicação e de tomada de decisões no ambiente produtivo, além de possibilitar o desempenho de tarefas complexas (Salm, 2009). O final do século XX foi marcado pela flexibilização das economias de mercado e pelo enfraquecimento da qualificação no interior das próprias empresas. A elevação das exigências educativas se associou às transformações nas relações trabalhistas e nas bases tecnológicas das estruturas produtivas (Palier, 2010; Dedecca, 1998), sendo possível falar da qualificação como um “fator de competição” em sociedades com níveis crescentes de desemprego estrutural (Letelier, 1999).

Os próximos tópicos analisam a formação do mercado de trabalho brasileiro a partir do desenvolvimento dessas duas políticas ativas. Foco nas ideias que subsidiaram a

intervenção do Estado; quais arranjos entre atores públicos e privados foram adotados em cada período; e o que esses arranjos revelam sobre a gestão do mercado de trabalho brasileiro. O desemprego é uma categoria fundamental para essa empreitada, ao considerarmos a institucionalização do desemprego por meio das políticas ativas, experiência que, no Brasil, teve início apenas na segunda metade do século XX. Essas políticas migraram da gestão do assalariamento e da necessidade de forjar uma nova força de trabalho, evidenciando o papel do Estado na modernização do setor produtivo, para o suporte aos trabalhadores desempregados, dada a flexibilização do mercado de trabalho, o aumento dos índices de desemprego e uma maior instabilidade das trajetórias ocupacionais.

Em seguida, o capítulo avalia a capacidade do Sine de direcionar trabalhadores desempregados a ocupações registradas, como forma de mensurar a efetividade da intermediação pública de mão de obra. Para isso, analiso dados que coletei em 2020 via Lei de Acesso à Informação, bem como os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Finalmente, um terceiro e último tópico sintetiza os achados mais importantes do capítulo.

3.1. A qualificação profissional, a intermediação de mão de obra e a inclusão do desemprego na agenda estatal

3.1.1. O papel da qualificação profissional na formação do mercado de trabalho brasileiro

No Brasil, o fim da escravização da população negra foi sucedido pela tentativa de proletarizar a força de trabalho através da imigração europeia. O poder público refletia as teorias racialistas do final do século XIX, ao considerar os trabalhadores negros e mestiços inaptos à participação no capitalismo competitivo (Schwarcz, 1996). Esse “excedente” de mão de obra foi relegado à inatividade e à economia informal de subsistência (Kowarick, 1994), enquanto o Estado assumia um papel residual na gestão do mercado de trabalho. O aprendizado profissional ocorria pela transmissão de conhecimento no ambiente produtivo, sem nenhum tipo de organização externa (Góes-Filho, 1963). Já a intermediação pública de mão de obra se limitava à atração e fixação dos trabalhadores europeus, restando aos

nacionais o uso das agências privadas de locação nos grandes centros urbanos. Essas agências ofereciam mão de obra “confiável” aos empregadores, frente à diversificação do mercado de trabalho e à expansão do setor de serviços (Lago, 2014; Souza, 2017).

Apesar do ensino técnico ter sido instituído em 1882, foi com o avanço da indústria e das relações assalariadas, no contexto republicano, que surgiram as primeiras iniciativas nacionais de qualificação profissional. O início do século XX foi marcado pela criação de institutos de ensino técnico e profissional, como forma de preparar a força de trabalho para o emprego fabril. Em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, o Decreto-Lei n. 7.566 criou as Escolas de Aprendizes Artífices para “*habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual*”, a fim de transformá-los em “*cidadãos úteis à nação*” e distantes da “*ociosidade ignorante, escola do vício e do crime*” (Brasil, 1909). A preocupação de fundo não era garantir que esses indivíduos participassem do mercado de trabalho e de um sistema de direitos, mas enfrentar comportamentos entendidos como desviantes. Essa perspectiva moralizante caracterizou as primeiras iniciativas de treinamento da força de trabalho, baseadas na divisão entre o ensino propedêutico, direcionado às elites, e o ensino profissionalizante, que incluía os trabalhadores pobres, sobretudo nos estágios iniciais de formação escolar (Schwartzman; Castro, 2013). Foi assim que os “*filhos dos desfavorecidos*” passaram a representar um estoque potencial e pouco aproveitado de mão de obra.

Com o surto industrial dos anos 1910, cresceu a demanda por mão de obra no setor secundário, o que intensificou a oferta de cursos profissionalizantes a partir da contratação de professores e expansão das instituições de ensino (Fonseca, 2010). Ao contrário do observado no capitalismo central, nos países latino-americanos, as empresas não foram decisivas para o treinamento da força de trabalho, pelo menos de maneira proativa e independente da iniciativa estatal (Ducci, 2001). Esse vácuo se somou ao fortalecimento das burocracias nacionais e à busca por trabalhadores aptos às ocupações modernas, o que conferiu centralidade aos Estados nacionais nos projetos latino-americanos de qualificação profissional.

Com a Primeira Guerra Mundial e a diminuição do fluxo de imigrantes, o cenário foi propício para que o treinamento da mão de obra avançasse na agenda pública, por meio de cursos profissionalizantes de caráter assistencial (Lima; Pacheco, 2017). Na esteira dessas mudanças, os anos 1930 marcaram o início de um projeto desenvolvimentista no Brasil. É ilustrativo que a primeira medida do governo de Getúlio Vargas tenha sido a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se tornou responsável pela gestão das escolas profissionais, decisão mantida até os anos 1970. Essa mudança foi sucedida pelo Decreto n.

24.558, voltado à falta de trabalhadores qualificados que era “*penosamente sentida nas fábricas e nas oficinas*” (Brasil, 1934). O Decreto aumentou o orçamento do ensino profissionalizante e submeteu as recém-criadas escolas federais de ensino industrial a normas mínimas de funcionamento. Além disso, instituiu que os operários qualificados pelas escolas federais teriam preferência nas contratações realizadas pelos estabelecimentos industriais dependentes da União. Pouco tempo depois, a Constituição de 1937, marcando a formação do Estado Novo, reafirmou a importância da qualificação da mão de obra para a modernização da economia, caracterizando o ensino profissional como um “*dever de Estado*” que era “*destinado às classes menos favorecidas*” (Brasil, 1937).

Nos anos seguintes, aconteceu uma maturação das tendências iniciadas no início do século XX. O desafio da política de qualificação profissional era formar uma força de trabalho disciplinada e disposta a assumir os postos de emprego disponíveis. De maneira complementar, a criminalização da vadiagem no Código Penal do Império de 1830 e na Lei de Contravenções Penais de 1941 separou a força de trabalho dos indivíduos ociosos, um passo importante para a elaboração institucional do trabalhador desempregado. Essa mudança foi acompanhada por uma redefinição do papel da política de qualificação profissional no regime brasileiro de bem-estar. A integração da população em um novo estatuto de cidadania “*era um projeto para toda a nação, a ser, porém, estendido aos nacionais à medida que cada qual se qualificasse, ou se enquadrasse no ideal de pessoas que o Estado queria promover*” (Cardoso, 2019, p. 207). A carteira de trabalho atestava o pertencimento a um novo grupo de indivíduos, e a sua posse dependia tanto do aprendizado de conhecimentos específicos quanto da incorporação de uma moral que era própria aos trabalhadores assalariados. A política de qualificação buscava preencher essas duas condições, como porta de entrada dos trabalhadores pobres em um regime seletivo de cidadania.

O Estado Novo fundou institutos profissionalizantes e subsidiou iniciativas das entidades subnacionais e associações profissionais. Já as indústrias e os sindicatos legais deveriam criar escolas de aprendizes, a fim de disciplinar e ajustar os filhos dos operários às demandas do setor produtivo. Esse arranjo configura a raiz do nosso tripartismo, ainda sob forte regulação do Estado. Já em 1939, o Decreto Lei n. 1.238 mirou o “*aperfeiçoamento da educação profissional*” e decidiu que as empresas com mais de 500 funcionários deveriam fornecer cursos de qualificação para seus empregados (Brasil, 1939). Essa decisão foi uma tentativa de responsabilizar, por via vertical, as médias e grandes empresas na preparação da mão de obra, preenchendo o vácuo que existia no setor privado.

A década seguinte sinalizou um novo ciclo de mudanças. Em 1942, o Decreto Lei n. 4.048 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), que anos depois, passou a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Seu objetivo era (e ainda é) qualificar os operários do setor fabril por meio de escolas profissionalizantes, que são financiadas com recursos públicos e coordenadas pela Confederação Nacional da Indústria (Brasil, 1942a). No mesmo ano, o Decreto Lei n. 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, tornando a qualificação da mão de obra uma modalidade do ensino de segundo grau, com o objetivo de formar “*trabalhadores da indústria e das atividades artesanais*” e “*trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca*” (Brasil, 1942b). O Decreto apresentou as diretrizes gerais dos cursos de treinamento, bem como seus requisitos e modalidades, superando a fragmentação observada no período anterior. Também ficou estabelecido que os cursos iniciais se voltariam aos indivíduos com ensino primário completo e com idade entre 12 e 17 anos, selecionados por meio de provas vestibulares. Isso diferenciou o modelo das antigas Escolas de Artífices, de caráter assistencialista. Ainda em 1942, o Decreto-Lei n. 4.127 estabeleceu as bases das escolas técnicas e industriais federais, além de criar escolas federais nos estados e a Escola Técnica Nacional em Brasília (Brasil, 1942c). Tais normativas priorizaram dois grupos: os menores sem emprego, que deveriam se matricular nos cursos industriais básicos, e os trabalhadores já empregados, direcionados aos cursos de aprendizagem (Cunha, 2000).

No que diz respeito ao treinamento de mão de obra, a experiência democrática de 1945-1964 não rompeu com a política varguista. Isso se tornou evidente em 1946, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra instituiu o Decreto Lei n. 8.621, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Sob gestão da Confederação Nacional do Comércio e com o mesmo desenho da aprendizagem industrial, o SENAC se voltou aos empregados e menores de idade (Brasil, 1946). A criação do Sistema S trouxe inovações ao treinamento da mão de obra, que foram adotadas nas décadas seguintes por diversos países latino-americanos (Ducci, 2001): independência entre as modalidades de ensino profissional e propedêutico, direcionando o primeiro às demandas do setor produtivo; financiamento via contribuições empresariais compulsórias, que incidem sobre a folha de pagamento; e participação do governo e atores privados nos processos decisórios, muito embora essa participação tenha sido submetida a diferentes modelos de controle e regulação de conflitos.

Com essas bases, a política de qualificação se manteve praticamente inalterada até os anos 1950. A única mudança importante ocorreu em 1959, quando a Lei n. 3.552, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, estendeu a idade mínima dos alunos dos cursos de treinamento de 12 para 14 anos, além de ter garantido autonomia “*didática, administrativa, técnica e financeira*” às instituições de

ensino industrial (Brasil, 1959). Se essa decisão descentralizou os processos decisórios, a política de qualificação profissional permaneceu vinculada ao treinamento duradouro nas instituições de ensino.

Em um país onde quase metade da população era analfabeta (Ferraro; Kreidlow, 2004), a política de qualificação visava ajustar a força de trabalho aos requisitos das ocupações urbanas. É sob a ótica da formação do mercado de trabalho, com vistas à disponibilização de mão de obra “empregável” nos setores modernos e urbanos, que devemos entender as iniciativas pioneiras de treinamento da mão de obra, uma tendência das sociedades capitalistas em processo de urbanização e industrialização.

3.1.2. Expansão da qualificação profissional e criação de um serviço público de emprego no Brasil

No período 1930-1960, o Brasil se industrializou e diversificou os serviços urbanos. Assim como em outros países latino-americanos, o saldo foi o distanciamento entre as necessidades dos setores organizados da economia e as características da força de trabalho, o que colocou a qualificação profissional no centro da agenda pública (Cepal, 1970).

Durante o mandato do presidente João Goulart, o Decreto n. 53.324 de 1963 criou o Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra Industrial (PIPMOI), movimentando recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Fundo Nacional do Ensino Médio (Brasil, 1963). É curioso que o Programa tenha sido mantido após o Golpe Militar, o que se explica pela importação e consolidação da teoria do capital humano no Brasil (Frigotto, 2015). Seus postulados advogavam o papel do treinamento e da formação escolar no aumento da produtividade. Isso tornou o PIPMOI indispensável para o projeto desenvolvimentista, cabendo ao Estado financiar os cursos de curta-duração via renúncia fiscal, o que possibilitou sua execução por parte das escolas técnicas, universidades, sindicatos e unidades do Sistema S. A política de qualificação profissional passou a se basear no acesso massivo a cursos e na rápida preparação dos trabalhadores aos empregos registrados, iniciativa implementada por meio de uma gestão tecnocrática de matriz produtivista (Medeiros, 2001).

O PIPMOI se limitou aos empregados do setor industrial, particularmente nos ramos dos transportes, mecânica, eletrotécnica, química e construção civil. O objetivo era atender ao aumento da demanda por trabalhadores qualificados, em face das inovações tecnológicas e da irradiação dos estabelecimentos industriais (Salles; Stampa, 2016). Em 1972, o Decreto

n. 70.882 foi instituído pelo general Emílio Médici e incluiu o setor de serviços no rol do Programa, modificando seu nome para PIPMO (Brasil, 1972). Outra mudança ocorreu durante o governo do general Ernesto Geisel, quando o Decreto 75.081 de 1974 transferiu a gestão do Programa do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Trabalho (Brasil, 1974). Essa decisão consolidou a política de qualificação como uma iniciativa voltada à regulação do mercado de trabalho. Em um cenário de baixo desemprego aberto, a qualificação profissional era evocada como o principal desafio do país, responsável por habilitar os trabalhadores menos escolarizados aos empregos produtivos e mais bem remunerados (Jornal do Brasil, 1972). O PIPMO foi a principal iniciativa de treinamento até os anos 1980, qualificando cerca de 2,6 milhões de trabalhadores (Barradas, 1986).

A intermediação pública de mão de obra também mudou bastante. Até os anos 1950, se limitava aos trabalhadores imigrantes e nordestinos, com o objetivo de abastecer os postos de emprego na região Centro-Sul (Paiva, 2004). Já as agências privadas haviam se expandido, frente ao fortalecimento dos critérios meritocráticos no preenchimento das vagas de emprego, em interface com os cursos oferecidos aos jovens com diploma ginasial (Lima, 2022). Mas a intermediação privada passou a ser alvo de críticas. Contribuíram para isso a expansão burocrática do Estado e a limitação dessas agências a uma pequena clientela com condições de pagar pelo serviço. Não à toa, em 1956, o Brasil ratificou a Parte II da Convenção n. 96 da OIT, que propunha a proibição das agências particulares de colocação profissional.

A regulação pública do mercado de trabalho continuou a ganhar força na década seguinte. Uma comissão interministerial foi formada logo após o Golpe Militar e passou a advogar o aprimoramento das estatísticas oficiais de desemprego, bem como o fortalecimento das políticas ativas, via agências públicas de colocação e programas de qualificação profissional (Correio Braziliense, 1965). Ainda em 1964, como efeito da Lei n. 4.589, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) passaram a fiscalizar as agências privadas de emprego e a facilitar o encontro entre trabalhadores e empregadores (Brasil, 1964). No ano seguinte, a Lei n. 4.923 inaugurou o CAGED, permitindo ao Estado monitorar o saldo entre as admissões e dispensas no setor formal da economia (Brasil, 1965). Em 1966, o Decreto n. 58.550 criou o Departamento Nacional de Mão de Obra (DNMO), cuja Divisão de Colocação e Formação Profissional centralizou as informações sobre a procura laboral e estabeleceu normas de funcionamento para as agências privadas (Brasil, 1966a). Já o Decreto n. 62.756 de 1968 submeteu as agências privadas ao DNMO, condicionando o seu funcionamento à prestação de contas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (Brasil, 1968). Nesse mesmo ano, a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mirou a coleta e difusão de informações periódicas sobre o mercado de trabalho.

Em um contexto autoritário, essas decisões representam a busca por ampliar a capilaridade do Estado, edificando um sistema informacional e expandindo a atuação da burocracia. Nesses termos, a intermediação profissional se voltou aos trabalhadores urbanos que não refluíam do mercado após serem demitidos, sendo decisiva para a “*construção social do demandante de emprego*” na agenda pública (Guimarães, 2009a, p. 167). Os anos 1960 marcam a introdução dessa figura nas iniciativas estatais, ainda que de maneira incipiente, como ilustra a curta experiência do seguro-desemprego em 1965.

Algumas mudanças econômicas aconteceram ao final dos anos 1960. Em 1968, após um período restritivo marcado pelo controle inflacionário, a política econômica passou a se basear na expansão monetária e em incentivos à produção de bens de consumo duráveis e bens de capital (Hermann, 2005). Dois resultados importantes foram a elevação do nível de emprego e o esgotamento da capacidade ociosa da indústria, que estiveram na raiz do chamado “milagre econômico” brasileiro (Tavares; Belluzzo, 1979). Contudo, as condições de vida eram bastante diferentes de uma região a outra. É ilustrativo que cerca de 1/3 dos habitantes da zona rural migraram para as grandes cidades nos anos 1960, parte significativa se deslocando no sentido Nordeste-Sudeste para obter empregos e escapar de secas periódicas (Camarano; Abramovay, 1999).

Foi mirando esse problema que o governo do General Emílio Médici implementou o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com validade para o período 1971-74. Dentre outros objetivos, o PND previa incorporar o excedente de mão de obra através do investimento industrial e do deslocamento da força de trabalho nordestina para o Norte do país (Brasil, 1971). Como afirma o documento, a “*ocupação econômica*” da Amazônia evitaria que esses trabalhadores migrassem para os núcleos urbanos do Centro-Sul, configurando a primeira iniciativa pública, de caráter nacional e com regras unificadas, que buscou mediar o preenchimento de vagas de emprego. Mas o perfil e as expectativas dos trabalhadores e empregadores ainda não representavam assuntos importantes, cabendo ao Estado apenas intervir no deslocamento regional, evitando a explosão demográfica em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Já em 1972, o Brasil deixou de ser signatário da Parte II da Convenção n. 96, e passou a ratificar apenas a Parte III, voltada à regulação das agências privadas de emprego⁶⁰. Isso fez o Governo abandonar uma relação contenciosa com a intermediação

⁶⁰ Lima (2022) sublinha uma maior organização das agências privadas nos anos 1960, com apoio de parte da imprensa nacional, que obtinha receita com a divulgação dos anúncios de emprego. Essa organização foi seguida pela costura de uma aliança com o Ministério do Trabalho, com vistas à institucionalização das agências privadas, o que culminou na decisão de 1972.

privada. Em vez disso, construiu um sistema capaz de reunir e coordenar as agências, voltadas aos indivíduos recém-saídos das escolas⁶¹.

Após altas taxas de crescimento, a economia nacional começou a desacelerar em 1974, devido aos impactos da primeira crise do petróleo e ao esgotamento do modelo implementado no “milagre econômico”. A resposta do governo do General Ernesto Geisel foi a publicação do Segundo PND, que almejou proteger e expandir o setor industrial via criação de polos regionais (Brasil, 1974). O Plano também se voltou ao denominado “*problema do emprego*”, assumindo como meta expandir a mão de obra ocupada a uma taxa superior ao crescimento populacional, o que diminuiria a subutilização da força de trabalho. Nesse sentido, o Segundo PND declarou a intenção de criar um serviço público de emprego no país, a fim de incrementar o “*funcionamento do mercado de trabalho, através de redes de agência de colocação para atender gratuitamente a população menos qualificada em busca de emprego*” (Brasil, 1974, p. 71-72). No ano seguinte, o Decreto n. 76.403 materializou essa intenção e criou o Sine, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Desempregado (FAD) e sob a coordenação do Ministério do Trabalho (Brasil, 1975). O intuito foi fortalecer a gestão pública do mercado de trabalho a partir da coleta de informações e da otimização do preenchimento das vagas de emprego. Prevaleceu a ideia de que o desemprego derivava de sua manifestação friccional (Moretto, 2007), sem qualquer preocupação com o desemprego cíclico, mascarado pelo subemprego. Após o crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970, caberia ao Estado apenas favorecer o encontro entre trabalhadores e empregadores, além de incentivar as atividades econômicas que fizessem uso intensivo da mão de obra.

A fórmula do Sine já era bastante conhecida no capitalismo central, cujas experiências remontam ao início do século XX. Os serviços de emprego levam em conta os interesses e as expectativas individuais, além de fornecer diagnósticos sobre o mercado de trabalho e adequar a mão de obra aos postos de trabalho disponíveis, por meio de programas de treinamento. Espera-se que um serviço desse tipo reduza o tempo e os recursos necessários para o preenchimento das vagas de emprego, o que evitaria perda de renda para os trabalhadores e perda de produtividade para as firmas (Autor, 2009; Cacciamali, 2005). Após a Segunda Guerra Mundial, México e Argentina inauguraram a intermediação pública na América Latina, enquanto nos anos 1970, Brasil, Peru e Nicarágua adotaram serviços de emprego como complementares ao projeto de substituição de importações (Mazza, 2013).

⁶¹ “A medida [formação de micro agências de emprego nas escolas técnicas do país] visa garantir o treinamento dos alunos daquelas escolas e faz parte da estruturação do sistema nacional de emprego, que permitirá, através de trabalho conjunto das agências particulares e do Ministério, o aproveitamento da mão de obra saída dos bancos escolares” (Jornal do Brasil, 1972).

Mas contrariando a experiência internacional, o Sine prescindiu do seguro-desemprego, e por mais de uma década, a intermediação profissional ocorreu sem nenhum tipo de auxílio financeiro (Chahad, 1993). Isso ilustra a tentativa de organizar o setor produtivo sem elevar o salário de reserva (e conseqüentemente, o poder de barganha) dos trabalhadores. É certo que o Sine não superou a baixa institucionalização do desemprego no país, o que obrigou os indivíduos ativos a venderem sua força de trabalho a qualquer preço. E ainda, a intermediação pública restringiu a chamada “*comunidade brasileira do trabalho*” aos assalariados. No capitalismo central, essa orientação esteve presente no desenvolvimento dos sistemas de emprego e acompanhou a estruturação dos mercados de trabalho sob o modelo fordista, cujos limites ficaram evidentes na década de 1980 (Spasova et al., 2017). Já no Brasil, a informalidade sempre foi um tema caro aos estudos socioeconômicos (Cunha, 1979), o que confere limites visíveis ao Sine desde a sua criação.

3.1.3.As políticas ativas e a constituição do desemprego como um problema público

Nos seus primeiros anos, o Sine desfrutou de parcerias entre os estados, os governos municipais e as instituições locais, bem como de aportes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para o treinamento de funcionários (Borges, 2003). Mas o Sine não contava com uma fonte estável de financiamento, o que atrelava seu desempenho à disponibilidade de recursos ordinários da União. Com a crise fiscal e a queda da arrecadação nos anos 1980, o efeito imediato foi o subfinanciamento do Sistema, com “*desestruturação das equipes técnicas e a perda de boa parte do conhecimento e experiência adquiridos*” (Cardoso Júnior et al., 2006, p. 10).

Durante a crise de 1980-83, o esgotamento do modelo desenvolvimentista sedimentou essas mudanças e enfraqueceu a regulação pública do mercado de trabalho. O PIPMO foi encerrado em 1982, enquanto o Primeiro PND da Nova República excluiu o Sine das ações prioritárias do Governo (Brasil, 1986b). Em 1986, a criação do seguro-desemprego promoveu uma estrutura paralela para gerir o benefício, baseada nas DRTs e nas agências da caixa (Brasil, 1986a). A baixa institucionalização do desemprego e a transição política explicam um fenômeno curioso: se o Sine foi pensado como uma iniciativa que independia do auxílio financeiro aos desempregados, logo na década seguinte, a distribuição de benefícios ocorreu sem qualquer articulação com a política de intermediação profissional.

No final dos anos 1980, o seguro-desemprego enfrentava problemas no que diz respeito às suas normativas e regras de financiamento. Para resolver o problema, a Constituição de 1988 vinculou o seguro às contribuições do PIS/PASEP, enquanto a Lei n. 7998 de 1990 flexibilizou os requisitos de acesso ao benefício e unificou as políticas de emprego, financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e coordenadas por um conselho deliberativo (Codefat) (Brasil, 1990). Foi em torno do Programa de Seguro-Desemprego que as outras políticas de emprego passaram a estruturar suas ações, em um cenário caracterizado pelo fortalecimento da agenda social no pós-democratização.

Em 1993, a Resolução n. 45 do Conselho atrelou o financiamento do Sistema ao desempenho dos postos de atendimento, submetendo a alocação de recursos a valores mínimos e máximos, a fim de evitar grandes disparidades regionais. Em complemento, o Sistema se tornou responsável por apoiar os “*trabalhadores requerentes ao seguro-desemprego na busca de novo emprego*”. Essas normativas foram acompanhadas pela multiplicação dos postos de atendimento, cuja quantidade saltou de 350 para 1.138 no período 1990-99⁶². Na esteira das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, como a terceirização e uma maior instabilidade ocupacional, as agências privadas também se expandiram, consolidando um mercado de intermediação no país (Guimarães, 2009b)⁶³.

O modo de institucionalizar o seguro-desemprego serviu de base para a retomada do treinamento de mão de obra, e assim, a recolocação dos beneficiários no mercado de trabalho deveria ocorrer através da participação em cursos de qualificação oferecidos no Sine (Brasil, 1990). A ideia é que os desempregados precisavam passar por uma “*reciclagem profissional*” para se tornarem competitivos, expressão que foi substituída, em 1994, por “*ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional*”. A conjunção entre o seguro-desemprego e a intermediação de mão de obra, baseada na tentativa de elevar as chances de emprego dos trabalhadores, perdurou nas iniciativas seguintes. Esse foi o caso do Programa de Reciclagem Profissional, criado em 1994 pelo Governo Federal e voltado à qualificação via agências públicas de emprego. Com duração de 3 meses, os cursos ensinavam habilidades básicas (comunicação oral e escrita, matemática e conhecimentos gerais) e específicas (práticas profissionais, ferramentas tecnológicas e normas de segurança) aos trabalhadores desempregados (Vieira; Alves, 1995). Isso fortaleceu o

⁶² Esses dados foram coletados via Lei de Acesso à Informação, a partir de pedidos enviados ao Ministério da Economia.

⁶³ Em 1997, a Convenção n. 181 da OIT modificou o entendimento sobre a intermediação privada, considerando o processo de flexibilização dos mercados de trabalho. Porém, a OIT permaneceu contrária à cobrança de honorários aos trabalhadores.

treinamento de mão de obra por meio da educação formal, em detrimento da qualificação no interior das próprias empresas.

Vale sublinhar alguns fenômenos situados a nível macro. Os anos 1990 foram atravessados por transformações tecnológicas e por novas estratégias de gestão do trabalho, com reorganização das firmas e diminuição dos custos de produção. Se esperava que a qualificação da mão de obra aumentaria a produtividade da força de trabalho durante a abertura comercial, tornando as empresas brasileiras mais competitivas (Fogaça, 1998). De outro modo, o avanço do desemprego foi interpretado como uma consequência da inadequação da força de trabalho à economia global (Toledo; Rummert, 2009).

Esse contexto nutriu uma guinada na agenda estatal. Até então, o denominado “*problema do emprego*” partia de uma lógica coletivista e argumentava o desajuste quase que geral dos trabalhadores aos setores modernos da economia, em face da industrialização e expansão dos serviços urbanos. O desafio era superar a mercantilização incompleta da força de trabalho, cuja parcela menos qualificada permanecia retida na inatividade e em ocupações informais pouco produtivas. Tanto o serviço público de emprego quanto a política de qualificação profissional almejavam integrar a mão de obra potencial em torno de um mercado de trabalho cada vez mais regulado, cabendo à burocracia estatal reduzir os custos do recrutamento de mão de obra. Já a partir da década de 1990, após um período de transição nos anos 1980, as políticas ativas buscaram resolver a inadequação do nosso mercado de trabalho a um modelo de produção flexível. O alvo não era um mercado em vias de estruturação e que demandava uma integração autoritária a partir do assalariamento e do modelo fabril (com alcance limitado, como revelaram os números do PIPMO), mas um mercado em vias de desregulamentação que se tornava cada vez mais instável e competitivo. Combinando a redução da inatividade econômica com a oferta de novos benefícios, a procura por trabalho, cada vez mais, passou a fazer parte do dia a dia dos trabalhadores. A mobilidade intersetorial e o desemprego recorrente se fortaleceram, e os trabalhadores demitidos permaneciam pouco no seu setor de origem (Cardoso; Comin; Guimarães, 2006). O resultado foi o aumento do número de desempregados com poucas perspectivas de contratação, o que fomentou intervenções direcionadas mais ao *status* dos trabalhadores (desempregados e vulneráveis) do que aos nichos ocupacionais.

De um modelo voltado a gerir as relações assalariadas e incluir o indivíduo no mercado de trabalho “legal”, as políticas ativas passaram a focar nos desempregados de baixa renda. Esses indivíduos deveriam usufruir de treinamento complementar, visto que sua formação escolar era insuficiente e sua experiência ocupacional anterior (quando havia) não garantia sucesso nos processos de recrutamento. A marca do período foi a adoção de uma

lógica individualista, cujo objetivo era instrumentalizar os trabalhadores para uma competição que terminaria, necessariamente, com vencedores e perdedores dos processos de flexibilização e internacionalização da economia.

Não à toa, os programas de treinamento enfatizavam o problema da oferta de mão de obra, enquanto o problema da demanda (no caso, pelas condições do ambiente produtivo e pela quantidade de empregos gerados) assumia um lugar secundário no discurso governamental. A noção de “competência” passou a orientar as iniciativas públicas, sintetizando um novo modelo de treinamento baseado no aprendizado contínuo, em qualificações gerais e em habilidades interpessoais (Dubar, 2009). A formação dos trabalhadores deveria ser ampla, diversa e aplicável a diferentes cargos e grupos profissionais, a fim de reduzir os custos associados à recolocação da mão de obra, em face do aumento das taxas de rotatividade e o enfraquecimento das identidades profissionais (OCDE, 1996).

Foi nesse contexto que o Ministério do Trabalho, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor). O Plano cobriu o período 1996-2002 e almejou reduzir o desemprego e o subemprego via qualificação profissional, com foco nos trabalhadores vulneráveis, tais como aqueles em empregos de alta rotatividade. O Planfor foi financiado pelo FAT e se articulou a outras políticas de emprego, especialmente o seguro-desemprego, definindo seus beneficiários como um público prioritário para o acesso aos cursos de treinamento. Seguindo a articulação tripartite que definia as políticas de emprego, esses cursos eram oferecidos por meio de convênios com escolas técnicas, Universidades, sindicatos, unidades do Sistema S, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades empresariais (Cardoso; Façanha; Marinho, 2002)⁶⁴. Às habilidades evocadas no Programa de Reciclagem Profissional, o Planfor incluiu as habilidades de gestão, direcionadas ao aumento da produtividade dos trabalhadores autônomos e de pequenas e médias empresas.

Em 1996, a Resolução n. 126 do Codefat articulou as ações do Planfor em torno dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQ) e das Parcerias Nacionais e Regionais (PARC), com a meta de treinar, pelo menos, 20% da força de trabalho a cada ano. Já em 1997, o Decreto n. 2.208 regulamentou a educação profissional de nível básico, técnico e tecnológico⁶⁵. O objetivo foi promover um modelo de transição entre a escola e o mercado de trabalho, bem

⁶⁴ Guimarães, Comin e Leite (2001) salientam uma virada de chave nos anos 1990, quando os sindicatos passaram a reconhecer a qualificação profissional como uma agenda importante.

⁶⁵ O nível básico não dependia da escolaridade anterior. Já o nível técnico se dirigia aos trabalhadores matriculados ou egressos do Ensino Médio, enquanto o nível tecnológico correspondia à formação universitária.

como especializar e atualizar a mão de obra nacional, persistindo uma rígida separação entre o ensino propedêutico e o treinamento da força de trabalho (Brasil, 1997).

Reproduzindo essa divisão, o Planfor inovou ao adotar a noção de “empregabilidade”. Esta se refere às características dos trabalhadores que permitem sua inserção profissional, em um contexto atravessado por inovações tecnológicas e desestruturação dos mercados de trabalho (Lavinias, 2001). A preocupação com a empregabilidade sucedeu o aumento da escolaridade da população brasileira no século XX (Brito, 2017), atribuindo novos desafios à formação da mão de obra, para além da alfabetização e inclusão escolar. Contudo, ao enfatizar as “*vantagens competitivas*” dos trabalhadores, a noção de empregabilidade traduziu uma associação direta entre a qualificação profissional e melhores chances no mercado de trabalho, sem se levar em conta as condições do mercado e as variações na demanda agregada (Machado, 1998). Outras características definem a política de qualificação nesse período. Vale destacar a gestão descentralizada e a oferta de cursos breves e gratuitos (Bulhões, 2004). Também chama atenção o protagonismo do Ministério do Trabalho, em detrimento do Ministério da Educação, seguindo a mudança introduzida pelo PIPMO. Mais do que a formação educacional, o objetivo era adequar rapidamente os trabalhadores às exigências do ambiente produtivo.

Todavia, o Planfor treinou entre 2% e 5% da força de trabalho a cada ano (cerca de 17,2 milhões de trabalhadores), um número bem abaixo da sua meta inicial (Rocha, 2011). Apenas metade dos trabalhadores matriculados nos cursos eram desempregados ou estavam em processo de desligamento (Manfredi, 2002). Esse problema foi levantado por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que também criticou a preocupação excessiva com a quantidade de cursos, sem a utilização de medidas de eficiência, como as baseadas nas chances de contratação dos trabalhadores inscritos (Salomon, 2000). Apesar dos seus limites, os anos 1990 marcaram o desenvolvimento de uma plataforma coesa de enfrentamento ao desemprego. Essa experiência perdurou nos anos 2000, acompanhando a expansão das relações assalariadas e o fortalecimento da agenda social.

3.1.4. Intermediação e qualificação profissional em um contexto de estruturação do mercado de trabalho

A oferta de empregos registrados cresceu a partir de 2002, enquanto o desemprego apresentou tendência de queda. Esses fenômenos sucederam a desestruturação do mercado

de trabalho que havia sido observada na década anterior, bem como um período econômico recessivo entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 (Oliveira; Turolla, 2003; Baltar, 2015). O resultado foi a consolidação do seguro-desemprego como uma política de regulação do mercado de trabalho, dado o avanço do assalariamento e da população elegível ao benefício.

Em 2000, a Resolução n. 257 do Codefat incluiu os sindicatos na oferta dos serviços de intermediação profissional. Essa decisão instrumentalizou a Resolução n. 197 de 1998, que havia estabelecido que as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas dos trabalhadores e empregadores, poderiam firmar convênios nas regiões metropolitanas. Em seguida, passou a ocorrer uma maior articulação entre as políticas de emprego. No dia 28 de dezembro de 2000, o Diário Oficial da União estabeleceu que o Sine deveria atuar no “*apoio ao pagamento do benefício do Seguro-Desemprego*”, com o objetivo de “*oferecer ao trabalhador segurado os serviços de recondução ao mercado de trabalho*”. Isso levou o Sine a absorver a estrutura paralela que havia sido montada em 1986 na operacionalização do seguro. O Sistema logo ultrapassou as DRTs e as agências da Caixa na triagem dos beneficiários (Borges, 2003), e a quantidade de postos de atendimento cresceu 4,9% ao ano entre 2000 e 2009⁶⁶.

O Sine permaneceu baseado em convênios entre o Governo Federal e os estados, os primeiros responsáveis pela implementação das agências de emprego, e os últimos, pela execução dos serviços⁶⁷. Havia certa preocupação com a estabilidade do Sistema, pois sua existência dependia da celebração de acordos temporários. Nos anos 2000, o Codefat prorrogou por diversas vezes a vigência desses convênios, atendendo a pedidos das entidades subnacionais. Já em abril de 2008, a Resolução n. 570 autorizou a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho a revalidar os convênios de maneira automática, dependendo apenas da apresentação de relatórios parciais por parte das entidades executoras.

A política de qualificação profissional, por seu turno, sofreu mudanças ainda mais expressivas. Com o desgaste do Planfor e a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, a Resolução n. 333 do Codefat criou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O PNQ foi alimentado com recursos do FAT e buscou reduzir “*os níveis de desemprego e subemprego*” no país. Isso ocorreria a partir do aumento “*da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de*

⁶⁶ De acordo com dados coletados via Lei de Acesso à Informação, em 2000, o Sine contava com 1.189 postos de atendimento, número que saltou para 1.711 em 2009.

⁶⁷ Desde 1995, com duração de 3 anos, denominados de convênios plurianuais.

trabalho e de renda". O PNQ se baseou em convênios entre o Ministério do Trabalho e instituições públicas e privadas, e seus cursos contemplavam as ocupações elementares, particularmente nos setores de serviços e construção civil (Lima, 2018).

As ações do PNQ foram divididas em Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs, voltados ao treinamento da mão de obra a partir das demandas de cada território), Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs, de caráter experimental e direcionados à elaboração e validação de metodologias de qualificação) e Projetos Setoriais de Qualificação (ProSeQs, a fim de atender as demandas das categorias profissionais). Os beneficiários da política socioassistencial configuraram um grupo prioritário, se somando aos trabalhadores inscritos no Sine e beneficiários do seguro-desemprego. Não é exagero afirmar que esse período consolidou uma mudança iniciada na abertura democrática. De um passaporte para as relações assalariadas e para um sistema restritivo de proteção social, a qualificação profissional passou a complementar a política de transferência de renda que é destinada aos trabalhadores pobres. O PNQ também tornou mais frequente o encaminhamento dos usuários do Sine para cursos no Sistema S e em ONGs (Lessa, 2011).

Mesmo assim, a política de qualificação perdeu espaço no programa governamental. Nos anos 1990, o treinamento da mão de obra havia se baseado no aumento da empregabilidade, em um cenário marcado pelo fechamento de postos de trabalho. O PNQ atualizou a preocupação em elevar a competitividade dos trabalhadores, mas a queda do desemprego distanciou a agenda elaborada na década de 1990 da conjuntura econômica dos anos 2000. O saldo foi uma guinada discursiva do Governo Lula. Seu objetivo inicial era enfrentar a baixa qualificação e o alto desemprego, como problemas que haviam sido herdados do Governo anterior. Já no segundo mandato, a política de qualificação passou a se concentrar em grupos específicos de trabalhadores, como os desempregados de longa-duração, que permaneciam excluídos do mercado de trabalho durante a pujança econômica⁶⁸. O setor formal (sobretudo no comércio, serviços e construção civil) absorvia boa parte dos trabalhadores menos escolarizados, o que contribuiu para que a política de qualificação perdesse a urgência que possuía na virada de século.

A formalização do mercado de trabalho se combinava a altos índices de rotatividade, e com o aumento do número de beneficiários, os recursos do FAT foram direcionados ao seguro-desemprego. Em oposição, o PNQ contou com quase 3 vezes menos recursos em 2006 do que em 2002, perda que não foi recuperada pela elevação de 37,1% dos

⁶⁸ Essa mudança é facilmente observável nos discursos sobre a política de qualificação profissional nos Planos Plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011.

investimentos até o final da década⁶⁹. Não surpreende que o PNQ tenha qualificado apenas 1,2 milhões de trabalhadores entre 2003 e 2009, o que representa metade do desempenho do Planfor em um único ano (Rocha, 2011). Por outro lado, Rocha (2011) sublinha que os cursos se tornaram mais extensos, com uma duração média de 198,86 horas em 2009, muito acima das 62,4 horas/course registradas no Planfor em 2002. Em outras palavras, a política de qualificação se tornou mais focalizada e intensiva no período de expansão das vagas de emprego.

Duas limitações permaneceram de um Plano a outro. A primeira foi a elaboração de relatórios genéricos sobre a qualidade dos cursos, tocando apenas em assuntos burocráticos e sem considerar o impacto do treinamento nas chances de emprego (Alaniz; Bruno, 2018). A segunda foi a dificuldade de incluir trabalhadores vulneráveis. Se a maior parte dos trabalhadores inscritos no PNQ estava desempregada ou no autoemprego, o que foi um avanço em relação ao Planfor, estes costumavam ser mais escolarizados do que a média da população desempregada (Lessa, 2011). Logo, já desfrutavam de melhores condições de inserção profissional do que os trabalhadores nos estratos educativos mais baixos.

Nos anos 2000, o Sine sofreu mudanças pontuais, enquanto a política de qualificação profissional foi reformulada, mas mantendo os princípios que a nortearam desde os anos 1990. A principal mudança se deu “fora” dessas políticas, via estruturação do mercado de trabalho, com redução do desemprego e da informalidade; desenvolvimento da política socioassistencial, com efeitos positivos sobre a renda das famílias mais pobres; e na valorização real do salário-mínimo. É verdade que as políticas direcionadas ao aumento da competitividade da força de trabalho costumam ser limitadas e fragmentárias (Frigotto; Ciavatta, 2003), mas deve-se reconhecer que a expansão do mercado de trabalho formal, nos anos 2000, dotou essas políticas de maior efetividade, aumentando a capilaridade da regulação pública e amortecendo os conflitos em torno do desemprego.

Na década de 2010, o fato de o Sine depender de acordos temporários foi um assunto bastante discutido (Lobo; Anze, 2014). Com o fim de um ciclo dos convênios plurianuais, muitas instituições ofertantes saíram do Sistema, o que ocasionou um recuo de cerca de 17,8% na quantidade de postos de atendimento entre 2009 e 2010. A recuperação da intermediação pública foi inviabilizada pelo desequilíbrio das contas do FAT, que se tornou deficitário nos anos de 2015 e 2016, e novamente a partir de 2018. Esse desequilíbrio foi provocado pela queda da arrecadação do PIS/PASEP, em face da crise econômica e das desonerações tributárias que beneficiaram o setor empresarial.

⁶⁹ Cálculos realizados a partir das Avaliações Financeiras do FAT, disponíveis em: <https://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/avaliacao-financeira-do-fat/>.

As despesas com qualificação profissional foram reduzidas a menos da metade entre 2009 e 2011. Logo em seguida, ganhou força a ideia de que o Brasil era prejudicado pela baixa oferta de mão de obra qualificada. Esse foi o diagnóstico do Ministério da Educação em carta enviada à Presidência da República no ano de 2011, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff. A carta sugeriu a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma nova política de qualificação que permitiria a “*inclusão social*” dos trabalhadores menos escolarizados e resolveria “*um dos maiores desafios colocados hoje para continuidade do crescimento econômico do País, que é a falta de mão-de-obra qualificada*”⁷⁰.

No mesmo ano, a Lei n. 12.513 criou o Pronatec, que passou a integrar o eixo de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria. O objetivo foi ofertar cursos de educação profissional de nível médio e de qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas (Brasil, 2011). Além de ampliar o sistema público de ensino, a partir da expansão e interiorização dos Institutos Federais, o Pronatec disponibilizou bolsas de formação profissional, se assemelhando ao Programa de Ensino Técnico (Protec) do Estado de São Paulo (Lima, 2012). Essas bolsas contemplavam trabalhadores e estudantes da rede pública, cobrindo gastos com mensalidade, alimentação e transporte.

Os recursos eram transferidos da União para instituições públicas e privadas, especialmente o Sistema S e os Institutos Federais. A despeito da manutenção do modelo de convênios, a gestão do Programa foi deslocada do Ministério do Trabalho para o Ministério da Educação, e conseqüentemente, o FAT deixou de financiar a qualificação profissional. Em seu lugar, o Pronatec contou com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o mesmo ocorrendo com o Codefat, que foi substituído pelo Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, composto por representantes do executivo federal. Essa decisão interrompeu o tripartismo na gestão da qualificação profissional, que só foi retomado ao final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, quando houve a criação de um comitê de coordenação do Programa, que incluiu as centrais sindicais e o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP) (Castioni, 2020).

O Pronatec também traduziu um novo momento do discurso governamental. Ao contrário do que havia caracterizado a política de qualificação desde os anos 1990, o objetivo não era evitar a subutilização da força de trabalho, e muito menos o desemprego duradouro. Após a queda do desemprego aberto, em um cenário entendido como de quase pleno-

⁷⁰ A carta pode ser lida em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/expmotiv/emi/2011/19-mec%20mte%20mf%20mp%20mds.htm.

emprego, o debate sobre o preenchimento dos postos de trabalho ganhou força, a fim de prevenir a desaceleração econômica que poderia ocorrer nos anos seguintes⁷¹. O Pronatec foi uma resposta à pressão do setor empresarial, que se queixava da falta de trabalhadores qualificados e dos custos salariais decorrentes. A ideia de que o Brasil experimentava um “apagão” de mão de obra qualificada foi bastante difundida (Burnier; Gonçalves, 2012; Amorim, 2012), cujo tom alarmista e generalizante, e por vezes dissociado da trajetória do mercado de trabalho, foi alvo de críticas (Menezes-Filho, 2010; Nascimento, 2011).

De qualquer forma, a política de qualificação adquiriu um discurso coeso, superando um certo arrefecimento na formulação estatal nos anos 2000. Os desempregados, como um grupo social que independe do acesso ao seguro-desemprego, deixaram de ser prioritários para o treinamento da mão de obra, apesar de ter sido clara a intenção de aproximar a qualificação das outras políticas de emprego. A interface com o Sine persistiu na operacionalização do Pronatec, enquanto o seguro-desemprego foi submetido a mais um critério de elegibilidade, quando se decidiu que a União poderia condicionar o seu acesso à frequência do trabalhador em cursos profissionalizantes (Brasil, 2011).

Essa guinada levou o Pronatec a superar o caráter residual do PNQ, qualificando 8,1 milhões de trabalhadores e estudantes entre 2011 e 2014, 2,3 milhões através de cursos técnicos e 5,8 milhões por meio de cursos de curta duração. Destes últimos, cerca de 22,4% eram indivíduos inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (Jannuzzi, 2016). A estratégia foi a mesma dos programas anteriores, baseados em cursos breves e gratuitos. Os cinco cursos com maior oferta de vagas em 2016 tratavam da formação técnica em informática, agropecuária, administração, edificações e eletrônica, alcançando trabalhadores com perfis variados (DIEESE, 2017).

Alguns problemas merecem atenção, como os altos índices de evasão e ociosidade das vagas, devido à dificuldade de captar alunos e oferecer cursos ajustados aos seus interesses (Cassiolato; Garcia, 2014). Outra dificuldade é a mensuração dos efeitos do Pronatec nas chances de inserção profissional. Um estudo realizado pelo Ministério da Fazenda, a partir de dados relativos à mobilidade no mercado de trabalho no período 2011-2013, afirmou que a participação em cursos do Pronatec não potencializava o ingresso no mercado de trabalho formal (Tokarnia, 2015). Todavia, outras pesquisas discordam dessa conclusão. Souza, Silva e Jannuzzi (2015, p. 175) examinaram o íterim 2011-2014, e seus achados “sugerem que a participação no Pronatec aumenta as chances de formalização da

⁷¹ Um discurso bastante ilustrativo foi proferido pela presidente Dilma Rousseff em 2011, cuja transcrição está disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/audios/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>.

inserção no mercado de trabalho ou microempreendedor individual para seus participantes". Lucena e Fonseca (2016) partiram de objetivo semelhante, e constataram maiores índices de formalização entre os egressos do Pronatec. Apesar dos resultados, essas avaliações foram realizadas já ao final do Programa, sem articulação com a oferta de cursos e o desenho da política de qualificação profissional.

Até meados dos anos 2010, a escolarização da população brasileira foi impulsionada pela descentralização da gestão educacional, fixação de pisos de investimento, implementação de políticas socioassistenciais, criação dos programas de progressão continuada e redistribuição de recursos entre os municípios (Menezes-Filho, 2015). Os microdados da PNAD informam que, em 1992, apenas 21,7% da força de trabalho com idade igual ou superior a 18 anos possuía o diploma de Ensino Médio. O índice aumentou para 36% em 2002, e de maneira ainda mais expressiva, para 53,2% em 2015. Já a fatia da força de trabalho com formação universitária saltou de 3,3% para 14,8% no período, devido à expansão das universidades públicas e à democratização do ingresso via Lei de Cotas, além do subsídio ao pagamento de mensalidades nas universidades privadas (Mancebo; Vale; Martins, 2015). Mas a escolaridade média permaneceu baixa segundo parâmetros internacionais (OCDE, 2016), até mesmo inferior à de outros países-membros do Mercosul (Matoso, 2017). Muitos indivíduos não possuíam qualquer diploma escolar, indicador que passou de 36,2% para 30,8% da força de trabalho adulta entre 1992 e 2015. Esse grupo evidencia a dificuldade de expandir a escolaridade para os *coortes* mais antigos⁷², que carregam a marca da evasão escolar e de projetos educacionais restritivos. Em outras palavras, quando dissociada do sistema escolar, a política de qualificação é uma iniciativa limitada, tendo em vista sua baixa capilaridade e as disparidades educativas observadas no Brasil.

3.1.5. Mudanças recentes na qualificação profissional e na intermediação pública de mão de obra

As políticas de emprego foram afetadas pela recessão econômica de 2014-16. Os gastos com o Sine recuaram 71,1% (40,1 milhões de reais) entre 2014 e 2018⁷³, enquanto o

⁷² De acordo com os microdados da PNAD de 2015, a idade média dos indivíduos adultos na força de trabalho e sem instrução era de 58,9 anos. Entre a força de trabalho adulta que havia interrompido a formação escolar após o término do Ensino Fundamental, o indicador caía para 42,5 anos, e novamente para 37,21 anos entre a força de trabalho adulta com o diploma de Ensino Médio.

⁷³ Dados disponíveis nas Avaliações Financeiras do FAT.

investimento no Pronatec foi cerca de 1,5 vezes menor em 2015 do que em 2014⁷⁴. O Programa foi esvaziado de vez em 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. No ano seguinte, uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) afirmou que apenas 10% dos trabalhadores beneficiados por programas de treinamento do Governo Federal, entre 2004 e 2017, haviam ingressado no mercado de trabalho após o término dos cursos (Tomazelli, 2017). Isso serviu como um alerta para as iniciativas futuras, que deveriam contar com ferramentas mais robustas de controle dos gastos e de avaliação dos seus resultados.

Frente ao aumento da população desempregada e queda na arrecadação, no ano de 2017, a Resolução n. 783 do Codefat reestruturou o PNQ e o renomeou de Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (Qualifica Brasil). O Qualifica Brasil integrou o Programa de Seguro-Desemprego, com o objetivo de elevar a “*empregabilidade e a produtividade*” da força de trabalho e facilitar a inclusão produtiva por meio do assalariamento e do autoemprego. Os desempregados voltaram a ser um grupo prioritário, com destaque para os beneficiários do seguro-desemprego; os desempregados cadastrados no Sine; os trabalhadores que perderam o emprego devido a “*processos de modernização tecnológica, choques comerciais e/ou outras formas de reestruturação econômica produtiva*”; e os trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão, seguindo as prerrogativas da Lei n. 10.608.

As ações poderiam ser executadas diretamente, através de convênios entre instituições privadas e o Ministério do Trabalho, que voltou a centralizar a gestão da política de qualificação profissional; ou indiretamente, por meio de acordos entre o Ministério do Trabalho e as instituições subnacionais. Os cursos contariam com uma extensão mínima de 160 horas, assim como o Pronatec. Ainda em 2017, o Ministério do Trabalho lançou a Escola do Trabalhador, desenvolvida em parceria com a Universidade de Brasília (UNB). O objetivo foi criar um sítio eletrônico com cursos gratuitos, voltados aos beneficiários do seguro-desemprego, que passariam a ser informados da existência da Escola no momento da requisição do benefício. Se esperava que a Escola superasse a baixa integração entre as políticas de emprego e a falta de informações sobre os efeitos dos cursos nas trajetórias profissionais (Ramos et al., 2019).

Em 2018, a carga horária mínima dos cursos foi reduzida para 40 horas. Já em 2019, durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério do Trabalho foi extinto, o que levou à transferência da gestão do Programa para o Ministério da Economia. Nessa transição, algumas iniciativas foram interrompidas, como a Escola do Trabalhador. No mesmo ano, a

⁷⁴ Os dados estão disponíveis em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>.

Resolução n. 828 modificou o desenho do Qualifica Brasil. Nos cursos à distância, a participação de docentes deixou de ser obrigatória, podendo ser substituída por “*processos cognitivos*” em plataformas interativas. Também foi introduzida uma nova modalidade de intervenção pública, denominada de Fomento a Estratégias de Empregabilidade. Tal modalidade permite a adesão onerosa do Ministério da Economia “*a programas, planos, modelos e iniciativas, de natureza pública ou privada, que se caracterizem como referências de boas práticas em qualificação social e profissional*”. O interesse foi direcionar o Qualifica Brasil para essa nova modalidade de financiamento, que abarcava a maior parte dos recursos⁷⁵. Isso ilustra a construção de um novo modelo de qualificação, definido pelo fortalecimento do setor privado e do ensino à distância. Cabe ao Estado prospectar iniciativas que são consideradas exitosas, apenas financiando iniciativas já existentes e abdicando do papel de formular a política de qualificação.

O Qualifica Brasil exerceu, entretanto, um papel muito limitado. Dados coletados via Lei de Acesso à Informação revelam que, de 2017 a 2019, todos os repasses do FAT para o Qualifica Brasil contemplaram a modalidade de qualificação à distância, no âmbito da Escola do Trabalhador, totalizando R\$14 milhões. Até agosto de 2019, 1,28 milhões de trabalhadores se cadastraram na Escola, distribuídos em 5.406 municípios⁷⁶. A maior parte desses trabalhadores era do sexo feminino e possuía idade entre 30 e 39 anos, residia na Região Sudeste e detinha o diploma do Ensino Médio (Manso et al., 2019). Cerca de 54,5% dos trabalhadores inscritos estavam desempregados, com destaque para os desempregados por 2 anos ou mais, que representavam 36,4% desse grupo (Nogueira et al., 2019); e para a frequência de 1% dos inscritos com acesso ao seguro-desemprego (Peixoto; Wurmbauer Junior, 2019). Além do baixo número de trabalhadores matriculados, apenas 233.356 (18,3% do total) haviam concluído os cursos até agosto de 2019.

À limitação da qualificação profissional a um sítio eletrônico, se soma a falta de monitoramento dos seus resultados. Como informou o Ministério da Economia em outubro de 2020, novamente via Lei de Acesso à Informação, “*não há dados de avaliação ou de segmentação*” dos cursos, e nem “*de perfil*” dos usuários, o que inviabiliza a análise dos impactos do treinamento nas trajetórias profissionais. O Qualifica Brasil dista de ser uma nova política de qualificação, resumindo-se à oferta de cursos fragmentados e sem viés

⁷⁵ Em 2017, a Resolução n. 791 estabeleceu que 80% dos recursos, no mínimo, deveriam ser direcionados a projetos presenciais de qualificação; e 19%, no máximo, financiariam projetos de qualificação à distância. No ano seguinte, a Resolução n. 806 modificou esse arranjo, e 55% dos recursos deveriam ser alocados em projetos de qualificação presencial; e 45% em projetos de qualificação à distância. Já em 2019, a Resolução n. 848 decidiu que 90% dos recursos, no máximo, deveriam financiar cursos na modalidade do Fomento a Estratégias de Empregabilidade; e apenas metade dos recursos, no máximo, poderiam contemplar projetos presenciais de qualificação.

⁷⁶ Informação retirada da página oficial da Escola do Trabalhador, na rede social *Twitter*: <https://twitter.com/Escoladotrabal1>.

profissionalizante⁷⁷. As críticas de Kuenzer (2016, p. 49) permanecem atuais, no que concerne à distribuição de certificados “vazios de significado” e à seletividade do investimento na competitividade da força de trabalho, dada a incapacidade de o mercado absorver a mão de obra disponível.

Se a cobertura da política de qualificação havia recuado entre os anos 1990 e 2000, e voltado a crescer em 2010, retrocedeu no período seguinte, assumindo um tom residual com o Qualifica Brasil. Vale destacar que 28% da população brasileira não tinha acesso à internet em 2019, número que subia para 45% quando referido à população com renda familiar de até 1 salário-mínimo. Neste grupo, 81% dos indivíduos não possuíam computadores no domicílio (CETIC, 2019). Os dados convergem para a descrição do Qualifica Brasil como um programa restrito a uma pequena fração de trabalhadores, e que em vez de superar, aprofundou os limites do treinamento de mão de obra que já eram visíveis desde os anos 2000. Para piorar o cenário, em 2019, o Brasil ficou sem nenhum programa nacional de qualificação profissional após o fim da Escola do Trabalhador.

O Sine, por sua vez, contou com mudanças menos disruptivas. Desde os anos 2000, se sabia que o término dos convênios provocava a interrupção das atividades de intermediação, introduzindo instabilidade no Sistema. Em 2017, o Relatório de Gestão da Secretaria da Política de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) fez coro a essas críticas, afirmando que o instrumento de convênio “*não é adequado para realizar políticas públicas de natureza continuada, como o Sine*”. Em 2018, a Lei 13.667 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer (Brasil, 2018). Sua inovação foi o financiamento por meio de “*repasses fundo a fundo*”, direcionando recursos do FAT para fundos locais criados pelas Unidades Federativas e municípios. Como requisito para a implementação do Sistema, os governos subnacionais foram demandados a criar e a manter esses fundos locais, que são alimentados por recursos próprios e da União. A renovação das parcerias deixou de ser necessária, e após o registro das entidades parceiras, a transferência de recursos ocorre de maneira automática.

Os estados e municípios foram incentivados a criar os chamados Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda, compostos por representantes dos trabalhadores, empresários e Governo. Esses conselhos locais são responsáveis pela operacionalização do Sine, seguindo o modelo tripartite do Codefat. Os municípios se tornaram responsáveis pelas ações do Sine, as Unidades Federativas pela gestão do território e a União pela coordenação

⁷⁷ A Escola do Trabalhador partiu de eixos organizadores dos cursos. Mas como apontam Manso et al (2019), até o final de 2018, os cursos mais procurados eram pontuais e desvinculados das categorias profissionais, como “inglês aplicado ao mundo do trabalho”, “introdução ao Excel”, “espanhol aplicado ao trabalho”, “segurança da informação” e “Excel intermediário”.

nacional (Brasil, 2018). Também foi decidido que as entidades filiadas teriam 12 meses para se adaptar às novas regras. Em 2019, a Resolução n. 824 do Codefat estabeleceu que os convênios se manteriam ativos até o fim dos contratos. Durante a escrita deste capítulo, ainda não havia sido possível avaliar os impactos da Lei n. 13.667 na quantidade de postos de atendimento, que se manteve constante ao longo da década de 2010, finalizando o ano de 2019 com 1.433 agências.

3.2. Evolução e características do serviço público de emprego no Brasil

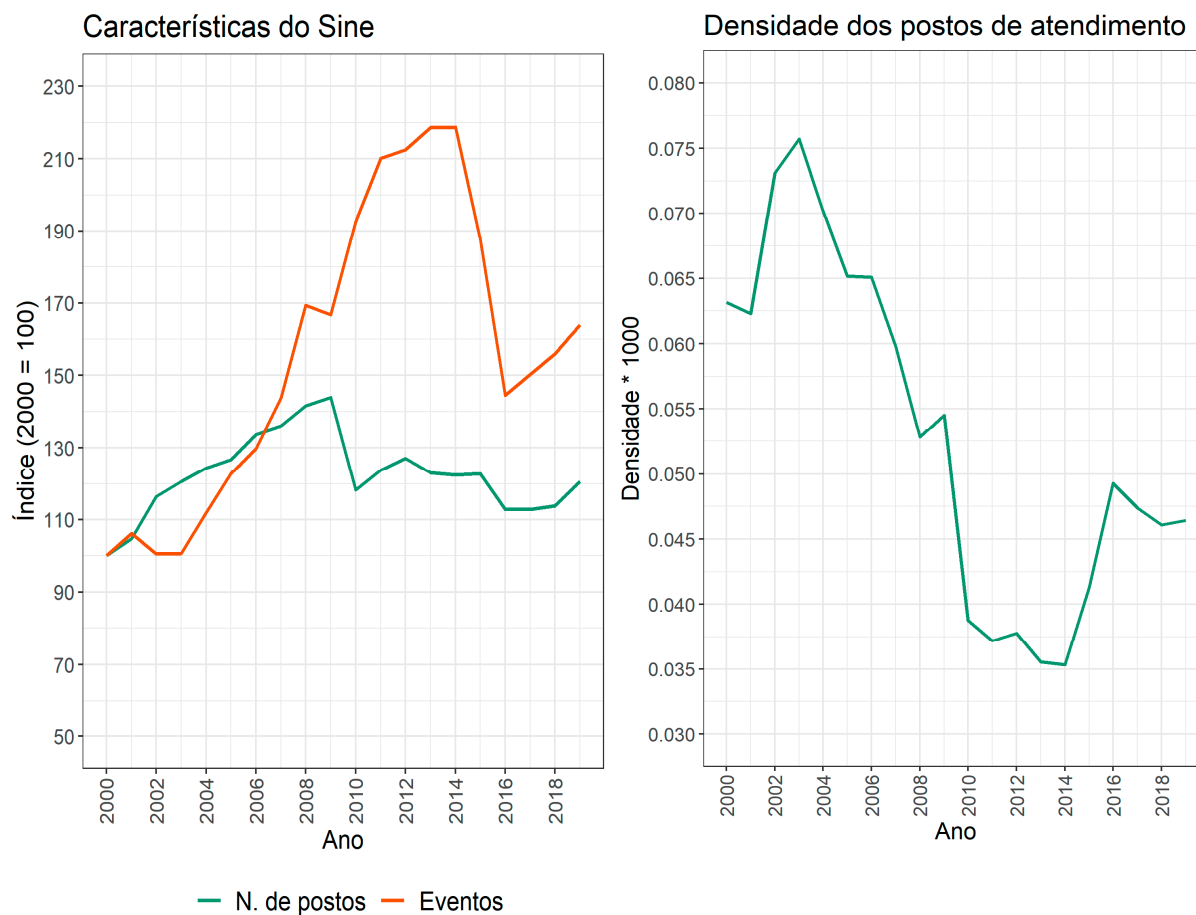
Para aprofundar a análise empírica, este tópico foca em uma das políticas ativas. Optei pela intermediação profissional por três motivos. Em primeiro lugar, apesar de mudanças importantes, o Sine permaneceu com a mesma identidade e objetivos desde os anos 1970. É mais fácil analisá-lo do que no caso de uma série de políticas de qualificação que foram recriadas de um mandato presidencial a outro. Em segundo lugar, o Sine possui uma importância estratégica na articulação entre as políticas de emprego. Especialmente a partir dos anos 1990, o poder público assumiu o Sine como o locus de organização dessas políticas, reunidas em torno do Programa de Seguro-Desemprego. E em terceiro lugar, as informações sobre os cursos de qualificação são escassas e de difícil acesso, o que dificulta o acompanhamento dos egressos e a avaliação dos resultados do treinamento de mão de obra. O mesmo não acontece com o Sine, que apesar dos seus limites, possui dados consolidados e que se encontram disponíveis via Lei de Acesso à Informação.

A Figura 6 apresenta o alcance do Sine no período 2000-19. Do lado esquerdo, constam a evolução da quantidade de postos de atendimento e de “eventos” no mercado de trabalho, ou seja, as admissões somadas aos desligamentos, disponíveis no Anexo 6. Esse indicador informa o tamanho e a rotatividade do mercado de trabalho formal. Do lado direito, a Figura 6 apresenta a densidade dos postos de atendimento do Sine, que representa a razão entre a quantidade de postos e o número de eventos no mercado de trabalho (Ramos; Freitas, 1998). Quanto maior a densidade, melhor o ajuste do Sistema às necessidades populacionais.

A quantidade de postos de atendimento aumentou entre 2000 e 2009, mas o período também foi marcado por avanços no tamanho da população economicamente ativa, no índice de formalização e na rotatividade do mercado de trabalho. De 2003 a 2009, o número de

eventos cresceu mais rapidamente (66,7%) do que a quantidade de postos de atendimento (44,9%), e como resultado, a densidade do Sine caiu de maneira substancial.

Figura 6: Quantidade e densidade dos postos de atendimento (2000-2019)



Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

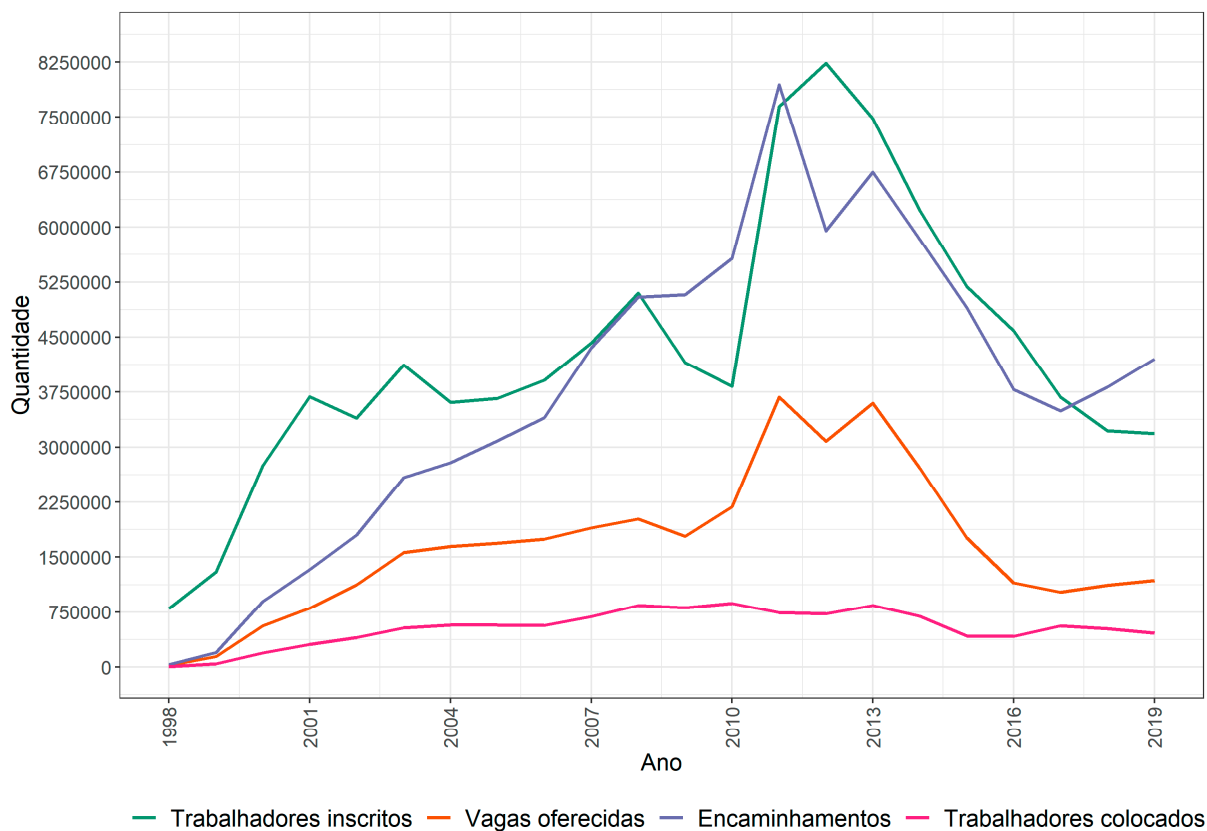
O fim de um ciclo dos convênios plurianuais, em 2010, fez a quantidade de postos recuar ao indicador de 2003. Com a expansão do número de eventos no mercado de trabalho formal, a densidade do Sine atingiu um dos menores valores da série, permanecendo estável até 2014, com leve tendência de queda. Entre 2015 e 2016, a queda do número de eventos, devido ao recuo do número de admissões, foi acompanhada pela estabilidade dos postos de atendimento. A densidade do Sine voltou a crescer, mas ainda sem alcançar o índice pré-2010. De 2016 a 2019, uma leve recuperação econômica tornou as admissões mais frequentes, o que fez a quantidade de eventos aumentar 13,4% entre 2016 e 2019, enquanto

a quantidade de agências avançou apenas 6,9%. O resultado foi uma oscilação para baixo na densidade do Sine.

Para ler os dados de outra maneira, pode-se inverter a razão e calcular a quantidade de postos de atendimento para cada evento no mercado de trabalho. Em média, no período 2000-19, o Brasil contou com um posto de atendimento do Sine para cada 20.106 eventos no mercado de trabalho. Em 2000, a razão era de um posto para cada 15.831 eventos, enquanto em 2019, após a tendência de queda descrita no parágrafo anterior, um posto do Sine era responsável por 21.539 eventos no mercado de trabalho. Apesar de avanços institucionais importantes, como na interface entre as políticas de emprego e no modelo de convênios, o Sine se enfraqueceu como um sistema capaz de regular as relações assalariadas. Esse fenômeno foi acompanhado pelo fortalecimento da intermediação privada, assentada na procura não-presencial via aplicativos, observada tanto no Brasil (Guimarães, 2009; 2012; Moretto, 2018) quanto no cenário internacional (Weishaupt, 2011*b*).

Além da densidade do Sine, outras medidas servem para mensurar a efetividade da política de intermediação profissional. A Figura 7 apresenta a quantidade de trabalhadores inscritos, de encaminhamentos para entrevistas, de vagas oferecidas e de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine. A série inicia em 1998, pois o Ministério da Economia não possui informações para o período anterior, devido a uma mudança na base de dados.

Na Figura 7, o dado mais importante é o baixo número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, a despeito da elevação da quantidade de encaminhamentos durante os anos 2000. Isso se mantém durante toda a série, com pouca influência da conjuntura econômica e do comportamento dos outros indicadores. Outras tendências merecem atenção: *i*) até 2008, todos os indicadores aumentaram, em um período marcado por queda das taxas de desemprego, expansão do mercado de trabalho formal e aumento da rotatividade de mão de obra; *ii*) entre 2008 e 2010, o número de trabalhadores inscritos diminuiu, mas os outros indicadores permaneceram estáveis; *iii*) de 2010 a 2013, os três primeiros indicadores cresceram e atingiram o seu ápice na série histórica, mas a quantidade de trabalhadores colocados via Sine caiu 3,5%; e *iv*) logo em seguida, todos os indicadores registraram queda, durante uma recessão econômica em 2014-16 e uma lenta recuperação econômica em 2017-19. Com efeito, a quantidade de trabalhadores inscritos em 2019 foi 57,4% inferior à observada em 2013; o número de vagas oferecidas, 67,2%; o número de encaminhamentos para entrevistas, 37,7%; e o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine, 44,8%.

Figura 7: Números absolutos da performance do Sine (1998-2019)

Fonte: Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

Nota: a quantidade de trabalhadores inscritos diz respeito ao volume de inscrições em cada ano. Trabalhadores que se inscreveram em anos anteriores constam como cadastros ativos e podem ser encaminhados para vagas de emprego, o que faz com que esse segundo indicador seja, por vezes, maior do que o primeiro.

Visto que a intermediação pública de mão de obra se baseia no assalariamento e visa corrigir o desemprego friccional, seu sucesso depende de um mercado de trabalho estruturado. Isso explica, pelo menos em parte, o arrefecimento da colocação profissional durante a recessão econômica de 2014-16 e sua incapacidade de se recuperar a partir de 2017.

Para melhor entender a performance do Sine, alguns pesquisadores, como Cardoso Júnior et al. (2006) e Castro (2012), utilizam razões entre os indicadores absolutos e a quantidade de trabalhadores contratados e demitidos no Brasil. A Tabela 11 apresenta os resultados, novamente com foco no período 2000-19. Esses dados não refletem apenas as decisões e expectativas de empregadores e trabalhadores, pois são afetados, em um nível macro, pelas características do mercado de trabalho e pela infraestrutura da intermediação pública. Por exemplo, nem todos os municípios possuem postos do Sine, o que faz com que alguns valores relativos, reportados às características do mercado de trabalho, sejam

subdimensionados logo de partida. Se é difícil obter informações mais granulares do Sine assim como cruzar essas informações com a oferta de postos em cada município, é preciso ler os indicadores tendo em vista os constrangimentos estruturais que marcam a intermediação pública e a institucionalização do mercado de trabalho no Brasil.

Tabela 11: Indicadores de performance do Sine (2000-2019) (em %)

	Taxa de efetividade	Taxa de colocação	Taxa de admissão	Atratividade aos trabalhadores	Atratividade aos empregadores
2000	21,64	7,05	2,01	30,03	5,81
2001	23,12	8,35	2,97	40,06	7,76
2002	22,20	11,77	4,07	36,38	11,45
2003	20,68	12,98	5,45	43,77	15,90
2004	20,53	15,85	5,06	36,93	14,57
2005	18,55	15,63	4,70	33,52	13,89
2006	16,74	14,54	4,43	33,72	13,58
2007	15,82	15,59	4,81	34,74	13,25
2008	16,69	16,50	5,05	33,54	12,10
2009	15,97	19,51	5,01	27,34	11,02
2010	15,61	22,72	4,53	22,43	11,37
2011	9,32	9,69	3,60	40,24	17,89
2012	12,20	8,82	3,55	42,09	15,07
2013	12,44	11,22	4,01	37,01	17,18
2014	11,90	11,14	3,36	30,39	13,14
2015	8,63	8,16	2,51	28,05	10,43
2016	11,01	9,09	2,94	29,51	8,13
2017	16,11	15,28	3,99	25,91	7,28
2018	13,73	16,26	3,52	22,28	7,49
2019	11,03	14,54	2,95	21,02	7,51

Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

A taxa de efetividade é a razão entre o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine e a quantidade de trabalhadores encaminhados para entrevistas de emprego. Por meio dessa medida, é possível avaliar a capacidade de o Sine servir como meio de recrutamento de mão de obra. No período, a taxa de efetividade caiu de maneira praticamente contínua, e em 2019, o indicador foi quase a metade do registrado em 2000. Muitos trabalhadores eram encaminhados para entrevistas, mas poucos conseguiam uma vaga de emprego ao final dos processos seletivos. Duas hipóteses podem explicar esse fenômeno. A primeira é que outras estratégias de alocação de mão de obra se fortaleceram no período, como por meio dos serviços privados de intermediação e da busca ativa realizada

pelas firmas, o que diminuiu a competitividade dos usuários do Sine e redefiniu a disputa pela legitimidade dos serviços de intermediação. A segunda hipótese é que o aumento da competitividade no mercado de trabalho tornou os trabalhadores de baixa escolaridade pouco “empregáveis”, o mesmo valendo para aqueles sem experiência ocupacional anterior. Somente os indivíduos com os requisitos mínimos (Ensino Médio completo, habilidades tecnológicas, experiência comprovada em carteira, cursos profissionalizantes etc.) seriam absorvidos após o encaminhamento para as entrevistas, deixando os outros trabalhadores para trás na competição por vagas de emprego.

Já a taxa de colocação é a razão entre o número de trabalhadores contratados via Sine e o número de trabalhadores inscritos. Esse indicador informa se os desempregados conseguem emprego após acessarem o Sistema. Após uma tendência positiva até 2010, quando o mercado de trabalho formal estava aquecido e a taxa de desemprego havia experimentado queda, a taxa de colocação diminuiu até 2016. Isso se deve a motivos diferentes em cada triênio. O número de trabalhadores inscritos cresceu entre 2010 e 2013, mas o Sine havia atingido o seu “teto” de colocação profissional, que se manteve praticamente estável. De 2014 a 2016, os dois indicadores passaram a cair juntos, ainda que de maneira mais expressiva na quantidade de colocações (-40%) do que na quantidade de inscrições (-26,4%). O resultado foi uma das menores taxas de colocação da série, quando apenas 9,1% dos trabalhadores inscritos conseguiram emprego via Sine. Esse indicador aumentou em 2017, como resultado da elevação do número de colocações e da continuidade da queda do número de inscrições. De 2017 a 2019, o indicador permaneceu estável, quando as colocações e as inscrições diminuíram, respectivamente, 17,6% e 13,4%.

A taxa de admissão é a razão entre o número de trabalhadores contratados via Sine e o número de trabalhadores admitidos no Brasil, de acordo com os dados CAGED, disponível no Anexo 6. A taxa de admissão traduz a relevância (ou irrelevância) do Sine como um serviço de colocação profissional, responsável por facilitar o encontro entre a demanda e a oferta de força de trabalho. Seus valores são residuais, alcançando, em média, apenas 3,9% do total de contratações no mercado de trabalho formal. Essa é uma característica dos serviços de emprego dos países latino-americanos, que possuem mercados de trabalho pouco transparentes (Mazza, 2013). As vagas de emprego não costumam ser publicamente divulgadas, e dada a baixa efetividade da intermediação pública, a inserção profissional depende das estratégias privadas de procura por trabalho.

No Brasil, a taxa de admissão aumentou nos anos 2000, quando a quantidade de trabalhadores colocados avançou mais rapidamente do que o total de admissões no mercado formal. Esse indicador atingiu o valor máximo de 5,4%, ultrapassando o patamar dos 5%

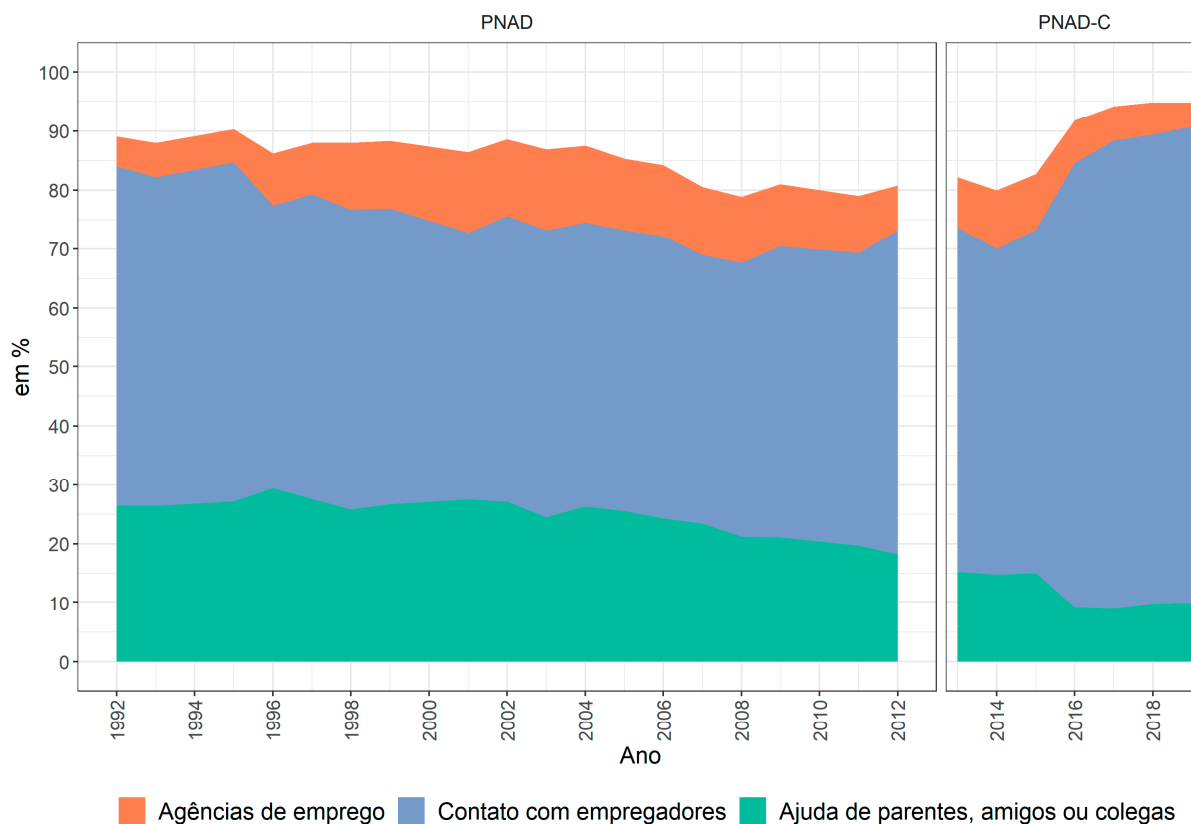
apenas em 2003, 2004, 2008 e 2009. Não à toa, a Resolução n. 376 do Codefat reconheceu, em 2005, “claros sinais de estagnação” do modelo tradicional do Sine, limitado às relações assalariadas. Com o enfraquecimento da colocação profissional, a taxa de admissão caiu nos anos 2010, e a intermediação pública passou a ser ainda menos importante para o funcionamento do mercado de trabalho.

Os últimos dois indicadores informam a atratividade do Sine para trabalhadores e empregadores. Para os primeiros, a Tabela 11 apresenta a razão entre o número de trabalhadores inscritos no Sine e o número de demissões no Brasil, novamente de acordo com os dados do Anexo 6 que foram disponibilizados pelo CAGED. Essa medida revela se os trabalhadores, logo após perderem o emprego, entendem o Sine como um ambiente adequado de procura laboral. O indicador diminuiu na série, especialmente no íterim 2008-2010 e de 2013 em diante. A atratividade para os trabalhadores caiu justamente quando a quantidade de demissões aumentou, e no caso do segundo período, quando o mercado de trabalho se tornou menos estruturado, com altos índices de desemprego e informalidade. Muitos trabalhadores passaram a optar por estratégias de procura não mediadas pelo Estado, o que diminuiu o número de trabalhadores inscritos. Esse fenômeno está associado à disseminação das ocupações informais, fora do alcance do Sine, ao mesmo tempo em que a baixa efetividade da intermediação pública tornou o Sine pouco atrativo para os trabalhadores.

Finalmente, a atratividade para empregadores é a razão entre o número de vagas oferecidas no Sine e o número de admissões no mercado de trabalho formal. Essa taxa é consideravelmente menor do que a relativa aos trabalhadores, e após avançar de maneira irregular até o início dos anos 2010, passou a cair com a crise econômica de 2014. É esperado que um serviço de emprego forneça garantias aos empregadores, por meio da triagem dos desempregados. Mas essa função não tem se mostrado tão proeminente, sobretudo nos últimos anos, como atesta a queda abrupta da quantidade de vagas captadas pelo Sine. Esses dados ilustram o enfraquecimento do Sine durante a desestruturação do mercado de trabalho e a utilização de outras estratégias de recrutamento por parte dos empregadores.

Para aprofundar a análise sobre o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, vale discutir quais providências de procura por trabalho são entendidas como válidas pelos desempregados. A Figura 8 apresenta algumas dessas providências no período 1992-2019, utilizando os microdados da PNAD e da PNAD-C. As duas bases de dados diferem em pontos importantes⁷⁸, e por isso, a série deve ser analisada com cautela.

⁷⁸ Na antiga PNAD, os desempregados eram instados a responder qual havia sido a última providência de procura por trabalho, enquanto na PNAD-C, o questionário se voltou à providência considerada mais importante no mês de referência. As opções de resposta também foram alteradas. Se a antiga PNAD incluía em uma mesma categoria a procura nas agências de emprego e sindicatos, a PNAD-C passou a contar com duas categorias de

Figura 8: Providências de procura por emprego (1992-2019)

Fonte: PNAD (1992-2012) e PNAD-C (2013-2019). Elaboração própria.

No período 1992-2003, a intermediação de mão de obra via sindicatos e agências de emprego saltou de 5,1% para 13,7% entre os desempregados. A consolidação do Sine e a expansão das agências privadas de emprego se somaram à reestruturação do sistema produtivo, o que intensificou a mobilidade intersetorial e tornou mais incerta a experiência de procura por trabalho. Nesse novo momento da economia nacional, muitos trabalhadores com registro em carteira se tornaram desempregados, e em um cenário atravessado por incertezas, as agências de emprego foram percebidas como capazes de centralizar as informações ocupacionais e mediar a entrada em novos nichos de emprego. Mas a intermediação profissional não acompanhou a pujança do mercado de trabalho formal entre 2004 e 2012, e a procura via sindicatos e agências de emprego se tornou menos frequente (de 13% para 7,6%). O uso de redes interpessoais também diminuiu nesse período (de 26,3% para 18,2%), pois a expansão do mercado de trabalho formal permitiu que muitos indivíduos

intermediação: a consulta em postos de atendimento do Sine e nas agências de emprego municipais e estaduais; e a consulta em agências privadas ou sindicatos. Para o período coberto pela PNAD-C, a Figura 8 apresenta os resultados somados dessas duas categorias, a fim de tornar os dados minimamente comparáveis com os da PNAD.

se sentissem seguros em procurar trabalho “*sem mediadores advindos seja da esfera privada seja do mundo mercantil*” (Guimarães et al., 2017, p. 19). O contato direto com os empregadores avançou de 48,2% para 55%, quando a formalização, a alta rotatividade e o baixo desemprego aberto tornaram a procura por trabalho uma atividade menos incerta.

Contudo, os anos seguintes impuseram uma situação inteiramente nova. Segundo os microdados da PNAD-C, o uso da intermediação profissional retrocedeu de 10% para 4% entre 2014 e 2019, enquanto a escolha pelos contatos informais diminuiu de 14,8% para 9,9%. Isso significa dizer que o uso de redes de apoio continuou a se enfraquecer durante a crise econômica de 2014-16 e a recuperação de 2017-19, períodos marcados por altos índices de desemprego e informalidade. Pode-se supor que a queda do número de vagas de emprego prejudicou a atuação das redes interpessoais, visto que muitas delas se tornaram incapazes de circular informações e contatos entendidos como decisivos para os processos seletivos. Já a intermediação profissional viu seu papel diminuir frente ao alto desemprego cíclico. A partir da crise, a intermediação pública revelou indicadores ainda mais baixos de colocação e admissão, com queda da atratividade para trabalhadores⁷⁹.

Ao final de 2015, a PNAD-C foi submetida a uma mudança metodológica importante. O quesito “*entrou diretamente em contato com o empregador*” deu lugar a “*entrou em contato com o empregador (pessoalmente, por telefone, por e-mail ou pelo portal da empresa, inclusive enviando currículo)*”. A inclusão do contato à distância fortaleceu essa opção de resposta, que saltou 17,2 p.p. na passagem 2015-16 (de 58,2% para 75,4%). A medida continuou a avançar nos anos seguintes, alcançando o valor surpreendente de 80,1% das respostas em 2019. Sem dúvidas, o desenho do questionário influi nos resultados. Mas para os propósitos deste capítulo, o mais importante é reconhecer que a procura por trabalho no Brasil se assenta em medidas com pouca ancoragem institucional, em que os trabalhadores tendem a recorrer ao seu “*universo próximo*” para acessar informações (Ramos; Lobo; Anze, 2015, p. 43). O contato direto com o empregador configura a forma mais simples e rotineira de manter contato constante com o mercado de trabalho, mesmo que à distância (como por e-mail, a partir de 2016) ou em face de rejeições. Ademais, a expansão do uso da internet facilitou o conhecimento sobre as vagas disponíveis, possibilitando que cada vez mais indivíduos entrassem em contato com empregadores, a fim de otimizar a participação em processos seletivos em um curto espaço de tempo⁸⁰.

⁷⁹ A decomposição da intermediação profissional, uma inovação da PNAD-C, revela que existe certo equilíbrio entre as instituições públicas e privadas na avaliação dos trabalhadores. Em média, 3,9% dos desempregados consideravam a primeira forma como a mais importante no período 2013-19, contra 3,3% para a segunda.

⁸⁰ Mesmo assim, essa providência costuma se assentar na circulação de informações e de recursos em redes interpessoais e institucionais, decisivas para o mapeamento de quais ocupações são adequadas e estão ao alcance dos indivíduos (Oliveira; Piccinini, 2011).

Para analisar a estratificação do acesso ao Sine, a Tabela 12 compara a composição da força de trabalho inscrita no Sine em 2019 com a composição da força de trabalho desempregada. Os dados demonstram que homens, com escolaridade intermediária e idade entre 18 e 24 anos estão sobre representados no Sine, quando em comparação às características médias dos desempregados.

Tabela 12: Características da força de trabalho inscrita no Sine e da força de trabalho desempregada (2019)

	Composição da força de trabalho inscrita no Sine (em %)	Composição da força de trabalho desempregada (em %)	% de empregados com carteira assinada
Sexo			
Homens	52,4	45,5	69,2
Mulheres	47,6	54,5	62,4
Idade			
Até 17 anos	2,2	8,4	25,8
18 a 24 anos	59,1	31,3	60
De 25 a 29 anos	10,3	14,2	70,3
De 30 a 39 anos	12,2	20,9	71,8
De 40 a 49 anos	9	13,6	67,7
De 50 a 64 anos	6,6	10,7	63,5
65 anos ou mais	0,6	0,9	44,2
Escolaridade			
Ensino Fundamental incompleto	13,1	22,8	48,8
Ensino Fundamental completo	29,8	22,3	60
Ensino Médio completo	56,1	45,1	72,7
Ensino Superior completo	1,1	9,9	77

Fonte: Boletins do Fundo de Amparo ao Trabalhador e PNAD-C (2019). Elaboração própria.

A Tabela 12 também apresenta a proporção de empregados com carteira assinada em cada grupo, a fim de sumarizar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho formal. Os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos, ainda sem redes de contato profissional e com baixa aderência aos nichos ocupacionais, costumam escolher o Sine como um dos primeiros ambientes de procura por trabalho. Além de mediar o encontro entre oferta e demanda por mão de obra, o Sine emite carteiras de trabalho, o que incentiva a presença de trabalhadores jovens. Contudo, entre os trabalhadores com até 17 anos de idade, a taxa de

formalização é muito baixa, o que enfraquece o uso da intermediação pública, restrita aos setores organizados da economia⁸¹.

A maior participação masculina no mercado de trabalho formal explica a sobre representação dos homens no Sine. Já entre os níveis escolares, a composição escolar dos usuários do serviço acompanha, até o Ensino Médio completo, a taxa de registro em carteira. Mas isso não ocorre entre os trabalhadores com formação universitária. A esse respeito, vale notar que o principal incentivo à inscrição no Sistema é o tipo de emprego ofertado. A Tabela 13 apresenta as 10 ocupações com mais vagas captadas pelo Sistema em 2019, contabilizando 34,6% do total. O setor de serviços abarcou 43% das vagas, seguido pelos setores de comércio (21%), indústria (16%) e construção civil (10%)⁸². As vagas contemplam ocupações elementares, com baixos salários e direcionadas a indivíduos com qualificação baixa ou intermediária, o que desincentiva a procura por parte dos trabalhadores com formação universitária.

Tabela 13: Ocupações com mais vagas captadas pelo Sine (2019)

Ocupação	Frequência (% do total)
Alimentador de linha de produção	7,4
Faxineiro	4,9
Vendedor de comércio varejista	4,9
Operador de caixa	2,5
Atendente de lojas e mercados	2,5
Auxiliar nos serviços de alimentação	2,6
Auxiliar de escritório	2,4
Operador de telemarketing	2,3
Servente de obras	2,6
Motorista de caminhão	2,5

Fonte: Boletim do Fundo de Amparo ao Trabalhador (2019). Elaboração própria.

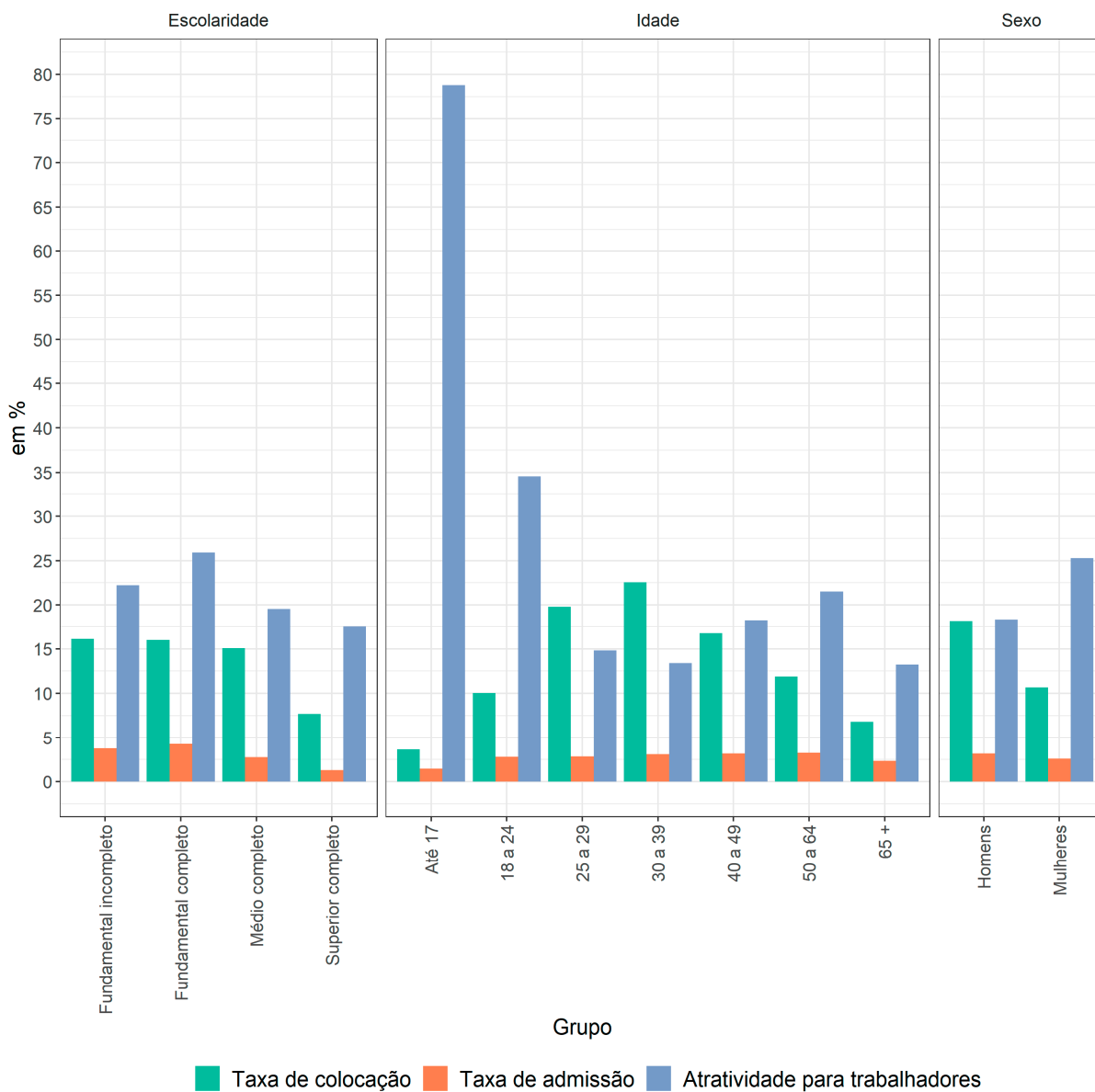
Mais uma vez, os índices relativos de performance do Sine são úteis, já que levam em conta a composição do mercado de trabalho⁸³. A Figura 9 atesta que o Sine é mais atrativo (trabalhadores inscritos / total de demissões no Brasil) para as mulheres do que para os homens. Ou seja, se os homens estão sobre representados no Sine, a tendência se inverte quando se considera o volume de desligamentos entre homens e mulheres, o que corrige a diferença de formalização entre os dois grupos.

⁸¹ Para os indivíduos com idade abaixo de 16 anos, a contratação via carteira de trabalho somente é permitida para a condição de aprendiz, o que limita a atuação do Sine.

⁸² Completando o *ranking*, constam as ocupações na agropecuária (3%), setor financeiro (1%), administração pública (1%) e informação e comunicação (1%).

⁸³ Não foi possível incluir a variável racial, já que o CAGED não informa o número de admitidos e desligados em cada categoria que compõe essa variável.

Figura 9: Colocação, admissão e atratividade para trabalhadores, por sexo, idade e escolaridade (2019)



Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

A taxa de atratividade também foi mais elevada entre os trabalhadores com até 17 anos de idade, indicador que recua nas faixas etárias seguintes e volta a crescer no grupo de trabalhadores com idade entre 40 e 64 anos. Já foi dito que os trabalhadores jovens são menos propensos ao uso de outras estratégias de procura, que dependem de contatos e experiências ocupacionais anteriores, ao que se soma o papel do Sine na emissão das

carteiras de trabalho⁸⁴. Entre os níveis educativos, o Ensino Superior completo possui a menor taxa de atratividade, o inverso ocorrendo no Ensino Fundamental completo. O Sine tem se constituído como um serviço dedicado aos trabalhadores menos escolarizados, com baixa capacidade de atrair indivíduos com formação universitária, dada a prevalência das ocupações elementares na captação de vagas.

Para o sexo e as faixas etárias, a taxa de colocação (trabalhadores contratados via Sine / total de trabalhadores inscritos) seguiu o caminho contrário. Os homens e os trabalhadores com idade intermediária possuem mais chance de conseguir emprego, pois os inscritos, durante a triagem e após o encaminhamento para as empresas, são avaliados pelo nível de qualificação profissional e por sua experiência anterior no mercado de trabalho formal. Ainda que sejam mais escolarizadas, as mulheres tendem a transitar com menos frequência e de maneira irregular entre as ocupações registradas, o que prejudica as chances de contratação. Além disso, a estrutura ocupacional é segregada entre homens e mulheres (Leite; Salas, 2014; Botassio; Vaz, 2020). As diferentes taxas de colocação indicam que a razão entre trabalhadores inscritos e vagas captadas é menos favorável nas ocupações femininas. Também é possível que essas ocupações sejam atravessadas por outras estratégias de recrutamento, como a partir das indicações pessoais e das agências privadas de colocação profissional, o que diminui a efetividade do Sine. O teste destas hipóteses e a influência de processos seletivos discriminatórios escapam ao alcance deste capítulo.

A taxa de colocação é mais alta entre os indivíduos com idade entre 25 e 39 anos. De um lado, os jovens possuem pouca experiência no mercado de trabalho formal, e muitos estão em busca do primeiro emprego, o que prejudica o “sucesso” nos processos seletivos. De outro, os trabalhadores mais velhos são vistos como incapazes de se adaptar às novas ferramentas tecnológicas e às demandas dos empregadores, o que os torna vulneráveis à reestruturação das firmas e pouco desejados nos processos seletivos (Lins; Tonelli; Aranha, 2013; Felix, 2016). Entre os níveis escolares, a taxa de colocação se mantém estável até o Ensino Médio completo, para então cair entre os trabalhadores com formação universitária. Isso ocorre porque esses trabalhadores, mesmo com alta escolaridade, tendem a transitar com menos frequência entre as ocupações que são oferecidas no Sine. Logo, possuem pouca experiência e um baixo nível de treinamento para o exercício dessas ocupações.

Finalmente, a taxa de admissão (trabalhadores contratados via Sine / total de trabalhadores contratados no Brasil) foi baixa em todos os grupos. O índice variou pouco entre homens e mulheres, sendo inferior entre os indivíduos com até 17 anos de idade. Isso se

⁸⁴ A utilização do volume de demissões como denominador da taxa de atratividade considera a participação desse grupo nas relações assalariadas, bem inferior às outras faixas etárias.

explica pela menor competitividade desse grupo nos processos seletivos, considerando a qualificação e a experiência profissional. Isso faz com que mais trabalhadores obtenham emprego por outras vias, como por exemplo, via apoio informal e procura avulsa por trabalho. No caso dos níveis escolares, a taxa de admissão é maior entre os indivíduos com Ensino Fundamental completo, e menor entre aqueles com formação universitária. Essa diferença se explica pelos tipos de vaga que são oferecidos no Sine e pela capacidade de os trabalhadores competirem nos processos seletivos⁸⁵. Apesar dessas variações, a taxa de admissão é residual em todos os grupos de trabalhadores.

3.3. Políticas ativas e gestão do mercado de trabalho no Brasil: um esforço de conclusão

No Brasil, a história da intermediação pública e da política de qualificação profissional pode ser dividida em seis etapas. Na primeira, ao final do século XIX, a força de trabalho era entendida como incapaz de se adaptar ao mercado livre, o que desresponsabilizou o Estado na preparação da mão de obra e limitou a intermediação pública à atração de trabalhadores europeus. Já a segunda etapa marca a disseminação do ensino técnico no início do século XX, frente ao avanço da indústria e ao refluxo da imigração europeia. Os “filhos dos desfavorecidos” se tornaram alvo de iniciativas moralizantes, cujo objetivo era disciplinar e preparar a força de trabalho para as ocupações urbanas. A terceira etapa consolida o modelo público de intermediação, que passou a integrar um projeto desenvolvimentista baseado na substituição de importações. Entre os anos 1930-50, se entendia que a mão de obra nacional era desprovida das características necessárias ao trabalho industrial. A política de qualificação deveria moldar, via treinamento profissional e regulação do comportamento, a força de trabalho inativa ou que permanecia submetida às relações tradicionais de trabalho. Os cursos eram direcionados aos jovens sem emprego e aos trabalhadores ocupados, servindo como porta de entrada para o assalariamento e, conseqüentemente, para um modelo restritivo de proteção social.

⁸⁵ A taxa de colocação é um pouco menor no Ensino Médio completo do que no Ensino Fundamental completo e incompleto, o mesmo valendo para a taxa de admissão. Possivelmente, isso se deve à composição etária desses públicos, o que interfere na experiência ocupacional anterior e nas chances de contratação. Muitos indivíduos afluem ao Sine logo após o término do Ensino Médio, o que tende a sobre representar os indivíduos com até 24 anos de idade nesse nível escolar. Entretanto, os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia não permitem o cruzamento dos perfis pessoais e a realização de análises mais precisas sobre o assunto.

Na quarta etapa, entre os anos 1960-70, a política de qualificação passou a se basear em programas massivos de treinamento, a partir de cursos rápidos e gratuitos, voltados aos trabalhadores dos setores secundário e terciário. Outra novidade foi a criação de um sistema de informações sobre o mercado de trabalho formal, ancorado na intermediação de mão de obra no Sine e na regulação da atuação dos agentes privados. O “demandante de emprego” figurou pela primeira vez no desenho das políticas ativas, mesmo que de maneira incipiente e desarticulada da oferta do seguro-desemprego.

Após um período de transição na década de 1980, o íterim 1990-2016 configura a quinta etapa. A política de qualificação foi redesenhada ao longo dos mandatos presidenciais, mas o período revela certa continuidade. O desemprego se consolidou na agenda pública, sobretudo após a criação do FAT e do Programa de Seguro-Desemprego em 1990. A política de qualificação focou no aumento da competitividade dos trabalhadores em um mercado flexível, com alta rotatividade e identidades profissionais pouco sólidas. As ações do Sine foram ampliadas e colocadas em interface com as outras políticas de emprego, a fim de reduzir os custos de recrutamento da mão de obra em face do avanço da mobilidade intersetorial. Já a intermediação privada se expandiu e consolidou uma clientela entre os trabalhadores com melhores condições socioeconômicas, cada vez mais engajados na procura à distância via aplicativos (Cacciamali; Ligiéro; Matos, 2008; Moretto, 2018). Também prevaleceu a formação de trabalhadores por meio de cursos rápidos, financiados com recursos públicos, sob gestão tripartite e ministrados por instituições particulares e governamentais.

O paradigma da empregabilidade passou a estruturar as políticas ativas. A preocupação de fundo se deslocou das características gerais da força de trabalho, como uma tentativa de assimilar a população inativa e os trabalhadores “tradicionais”, para o investimento no portfólio de cada trabalhador. O objetivo foi instrumentalizar a mão de obra, já bem retida nas atividades mercantis, para a competição por vagas de emprego. Mas os efeitos dos programas de treinamento foram limitados e sujeitos a propagandas “salvacionistas” (Vieira; Reis; Sobral, 2017), com implementação fragmentada, pouco articulada ao ensino propedêutico, vulnerável às mudanças de mandato presidencial e alheia às avaliações de impacto. Apesar de avanços normativos desde os anos 1990, bem como da expansão das relações assalariadas nos anos 2000, as políticas de emprego foram pouco capilares, acompanhando a baixa escolaridade média da população e as desigualdades de acesso a empregos.

Finalmente, a sexta etapa é mais curta e vai de 2017 a 2019, data do fim da coleta e análise dos dados. Suas características mais importantes foram *i)* a erosão da política de

qualificação profissional, limitada a uma plataforma interativa com cursos avulsos e sem viés profissionalizante; *ii*) o recuo da responsabilidade do Estado no treinamento da mão de obra; e *iii*) o aprofundamento de problemas já conhecidos, como uma interface insuficiente com o ensino propedêutico, o baixo número de beneficiários e a tomada de decisões de maneira desarticulada da avaliação de políticas públicas. No caso da intermediação de mão de obra, nota-se, na segunda metade dos anos 2010, uma aproximação entre o Estado e os atores privados na colocação profissional⁸⁶, bem como uma mudança no modelo de convênios.

No Brasil, os programas de qualificação incluíram apenas uma pequena parcela da força de trabalho, sendo que a absorção de trabalhadores depende da evolução da estrutura ocupacional, que se manteve estável entre 2006 e 2016 (Santos; Ottoni; Oliveira, 2019). Isso impediu a alocação da força de trabalho em ocupações não-manuais, a despeito da escolarização da população brasileira que ocorreu no período. Ou seja, a efetividade da qualificação profissional é condicionada pelos problemas estruturais do nosso mercado de trabalho, não se limitando ao efeito do desenho das políticas.

Também analisei os principais indicadores da intermediação pública de mão de obra. Vimos que a densidade do Sine caiu no período recente, sendo inferior em 2019 à observada em 2000, o que demonstra um recuo da capacidade da intermediação pública de regular o funcionamento do mercado de trabalho. Outros indicadores complementam esse panorama. Entre 2000 e 2019, cada vez mais trabalhadores eram encaminhados para entrevistas de emprego, mas não eram absorvidos pelo mercado de trabalho após os processos seletivos. Já a taxa de colocação apresentou uma tendência irregular, crescendo nos anos 2000 e caindo no período 2011-16, o que de certa forma, acompanha os períodos de pujança ou desaceleração econômica. Em seguida, registrou um novo aumento em 2017, logo após a crise econômica, e se manteve estável até 2019, quando ocorreram quedas tanto na quantidade de colocações quanto nas inscrições de trabalhadores. Por sua vez, a taxa de admissão revela que a participação do Sine no total de contratações é residual, algo observado em mercados de trabalho menos estruturados, como nos países latino-americanos (Mazza, 2013). A restrição da política de seguro-desemprego, como ocorrida no Brasil nos anos 2010, costuma ser vinculada ao desenvolvimento de um serviço ágil e eficiente de colocação profissional, como forma de impelir o trabalhador desempregado à atividade

⁸⁶ Não foi objetivo deste capítulo analisar a intermediação privada. Mas vale ressaltar a instituição da Resolução n. 826 do Codefat em 2019, que possibilitou o compartilhamento dos dados do Sine com entidades de direito privado (empresas, associações, entidades filantrópicas e sindicatos) dedicadas à intermediação profissional. Essas entidades se tornaram “parceiras” do Sistema e passaram a receber autorização para acessar um banco de dados desidentificado com o perfil dos trabalhadores inscritos. Em caso de adequação entre o perfil desses trabalhadores e as vagas em aberto, o Estado fornece o contato e a identificação dos trabalhadores selecionados. Após acessar todos esses dados, as entidades privadas devem informar se os trabalhadores foram contactados, e em caso afirmativo, se os trabalhadores foram convocados ou admitidos.

econômica (Immervoll; Scarpetta, 2012). Mas no Brasil, essa experiência foi acompanhada pela queda da performance do Sine, o que se aplica aos seus indicadores de colocação, admissão e efetividade.

A intermediação pública no Brasil é mais atrativa para trabalhadores do que para empregadores. Nos dois grupos, o indicador caiu de 2014 em diante, em face da crise do mercado de trabalho. Com a piora nas perspectivas de contratação e o aumento nos índices de informalidade, mais trabalhadores passaram a implementar estratégias de procura não medidas pelo Estado. A baixa captação de vagas, um problema estrutural do Sine, também se intensificou com a crise econômica de 2014-16, o que tornou o mercado de trabalho brasileiro ainda menos transparente. Vale lembrar que esses indicadores variam entre homens e mulheres, níveis escolares e faixas etárias, seguindo as desigualdades de inserção ocupacional e a adequação dos trabalhadores às vagas captadas pelo Sine.

O Sine segue uma fórmula aplicada no mundo capitalista, com o objetivo de reduzir os custos da procura por trabalho e dos processos de recrutamento no setor formal da economia. Cerca de 12,7% da força de trabalho brasileira contava com cadastro ativo no Sine em 2018. Esse número superava os indicadores registrados na Alemanha (10,2%), Portugal (9,9%) e Noruega (7,9%), mas era inferior aos da Espanha (20%), França (19,9%) e Finlândia (20,1%)⁸⁷. A proporção da força de trabalho inscrita na intermediação pública é influenciada pelo nível de desemprego e pela rotatividade da mão de obra. Em um país onde esses indicadores são elevados, o Sine tem absorvido muitos trabalhadores, a despeito da queda da atratividade a partir da crise econômica de 2014.

Contudo, o Sine é menos efetivo em atrair empregadores. Em 2015, enquanto 3,8% de todas as vagas de emprego haviam sido disponibilizadas no Sine, a mesma taxa era de 20% no Japão (OCDE, 2015b). Entre 2005 e 2010, aproximadamente metade das vagas de emprego na Alemanha foram registradas no serviço público de emprego (Holzner; Watanabe, 2015). Dados de um *survey* aplicado na França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Suécia atestam que 42% das firmas haviam utilizado o serviço de emprego para anunciar vagas (Raikes; Davies, 2015). De 2015 a 2017, 49,7% das firmas britânicas e 47,5% das firmas dinamarquesas inscreveram pelo menos uma vaga de emprego na intermediação pública

⁸⁷ Nos países europeus, o número de trabalhadores com registro ativo foi coletado na base de dados da *European Commission* (https://webgate.ec.europa.eu/empl/redisstata/databrowser/explore/all/Imp?lang=en&subtheme=Imp_indic&display=card&sort=category), enquanto o tamanho da força de trabalho encontra-se disponível na plataforma *OECD.Stats*. Já no Brasil, o estoque de trabalhadores com registro ativo no Sine, que difere do número de inscritos, pode ser visualizada na plataforma Sine Aberto (<https://sineaberto.economia.gov.br/dadosAbertos.html>). Já o tamanho da força de trabalho no ano de 2018 foi informada pela PNAD-C. Vale ressaltar que o cálculo não é feito de maneira individualizada, apenas representando a razão entre trabalhadores inscritos e o tamanho da força de trabalho.

(Ingold; Valizade, 2017). Os países europeus têm aumentado a oferta de vagas de emprego desde 2010, ainda que a inscrição de trabalhadores tenha diminuído entre 2015 e 2018, frente à redução das taxas de desemprego (UE, 2018).

A baixa capilaridade entre os empregadores, evidenciada pela razão entre o número de admissões e a quantidade de vagas captadas, ajuda a explicar por que a inscrição de trabalhadores é significativa no Brasil, mas a procura por trabalho via agências de emprego não é tão importante no cotidiano. Muitos desempregados costumam conciliar diferentes estratégias de procura, e a intermediação pública oferece poucas vagas, o que resulta em chances pequenas de colocação profissional, desincentivando a frequência diária no Sine.

Dados da OCDE (2015a) informam que, em 2012, cerca de 3/4 dos desempregados na Suécia, Alemanha e Eslováquia haviam contactado o serviço público de emprego em um período de quatro semanas, número que caía para 1/3 dos desempregados na Espanha e Itália. Em países como Bélgica, Alemanha, Noruega, Eslováquia e Suécia, a utilização do serviço público de emprego constituía a principal estratégia de procura por trabalho. No ano de 2016, 38% dos desempregados na União Europeia haviam contactado o serviço público de emprego no mês de referência da pesquisa (UE, 2018). Os microdados da PNAD e da PNAD-C revelaram que a procura via agências de emprego é pouco frequente no Brasil. Já um questionário aplicado pela Fundação SEADE⁸⁸ em 2018 revelou que, dentre os residentes da Região Metropolitana de São Paulo, apenas 1,5% dos desempregados haviam contactado o Sine no período de referência de quatro semanas. Ainda que os serviços públicos de emprego europeus possuam limitações⁸⁹, o papel do Sine é bem menos expressivo. No Brasil, boa parte das ocupações são informais e estão fora do alcance do serviço de emprego. Já as informações sobre as vagas disponíveis no mercado de trabalho formal não se encontram publicamente disponíveis, o que acentua as desigualdades de acesso aos postos de trabalho.

É difícil comparar a performance dos serviços públicos de emprego, sobretudo em países com níveis distintos de desemprego e com modelos diferentes de regulação do mercado de trabalho. Considerando essas dificuldades, que se somam aos poucos dados disponíveis, talvez a melhor forma de avaliar o Sine seja comparar sua taxa de colocação (trabalhadores colocados / trabalhadores inscritos) com a alcançada pela intermediação pública em outros países latino-americanos.

⁸⁸ A Pesquisa de Trajetórias Ocupacionais, que foi aplicada no último trimestre de 2019.

⁸⁹ Em 2015, dentre os indivíduos que haviam começado um trabalho no ano de referência, uma pequena parcela havia conseguido o emprego via intermediação pública, número que excedia a faixa dos 15% apenas na Eslovênia, Luxemburgo, Suécia, Hungria e Finlândia (OCDE, 2015a). Possivelmente, esse indicador reflete a baixa aderência à intermediação pública por parte dos indivíduos que experimentam as transições inatividade-ocupação e ocupação-ocupação, como reconhece o documento da OCDE. Ainda assim, demonstra os limites dos serviços de emprego nos países europeus.

Enquanto 11,1% dos trabalhadores inscritos no Sine foram colocados no mercado de trabalho em 2014, o mesmo indicador foi de 32% no Uruguai (OIT, 2015a), 25% no Chile (OIT, 2015b), 25% na Argentina (OIT, 2015c), 19% na Colômbia (OIT, 2015d), 34% no Equador (OIT, 2015e) e 10% no Paraguai (2015f). O Brasil começava a experimentar uma desaceleração econômica no ano de referência, mas o saldo no mercado de trabalho formal ainda era positivo⁹⁰. Ou seja, o Sine possui uma taxa de colocação muito baixa mesmo para os parâmetros latino-americanos, o que reflete um mercado de trabalho fragmentado e heterogêneo.

Considerando os baixos indicadores de performance e o alto índice de informalidade (que identifica uma parcela do mercado de trabalho alheia ao Sine), não é uma surpresa que o uso da intermediação profissional tenha perdido espaço para estratégias de procura por trabalho que são alheias à mediação estatal. É esperado que a centralização de informações ocupacionais em um sistema público seja capaz de, pelo menos no tocante à disponibilidade de contatos e recursos durante a procura por trabalho, nivelar grupos distintos de trabalhadores até um certo patamar. Existem gastos associados à procura por trabalho, que tendem a se amplificar com o uso de ferramentas privadas de intermediação e o deslocamento no espaço urbano, quando as informações ocupacionais se encontram pulverizadas no território. Ademais, ao combinar exclusão digital e difusão de informações ocupacionais via Internet, sem instituições capazes de mediar o contato entre o indivíduo e as vagas disponíveis, o cenário brasileiro é propício para a reprodução de desigualdades sociais no funcionamento do mercado de trabalho. Fechando esse quadro, uma competição muito intensa por empregos se soma à vigilância dos beneficiários do seguro-desemprego, demandados a frequentarem o Sine, e à profusão de mecanismos privados de intermediação profissional. Em decorrência, muitos ex-assalariados afluem ao Sine, mas poucas firmas entendem o Sistema como um meio válido ou necessário de recrutamento.

Para além da efetividade da intermediação pública, é preciso reconhecer o papel do Sine na segmentação do mercado de trabalho brasileiro, o que se aplica à regulação de um “lugar” específico desse mercado, caracterizado por ocupações formais de baixa ou média qualificação; e à estratificação dos trabalhadores via intermediação profissional, a partir da classificação dos atributos e das trajetórias ocupacionais no mercado formal, como forma de selecionar os trabalhadores aptos ao encaminhamento às entrevistas de emprego.

⁹⁰ Segundo o CAGED, em 2014, 20.661.059 trabalhadores foram admitidos no Brasil, contra 20.508.345 de desligamentos.

PARTE II

Mercado de trabalho, práticas de classificação e riscos do
desemprego

4. A mensuração do desemprego e suas fronteiras com a ocupação e a inatividade

Na Parte I, discuti como o desemprego se tornou um problema público no capitalismo central e no Brasil, levando em conta a formação dos mercados de trabalho e a elaboração das políticas de emprego. Vimos que a proteção ao desemprego, na forma de uma política de seguro, se limita aos trabalhadores assalariados, o que prejudica sua capilaridade no regime brasileiro de bem-estar. Esse problema é complementado pela restrição das políticas socioassistenciais aos extremamente pobres, o que produz uma lacuna no nosso sistema de proteção social. Já a qualificação profissional e a intermediação pública de mão de obra cumpriram um papel normativo importante na regulação do mercado de trabalho brasileiro, mas seus resultados são limitados. Isso faz com que o sucesso da procura por trabalho dependa, em grande medida, da capacidade de os trabalhadores agenciarem seus próprios recursos e contatos pessoais.

Esta Parte II se dedica às dinâmicas do mercado de trabalho, seguindo o plano de análise apresentado na Introdução. O primeiro passo é analisar a forma pela qual as posições desse mercado são classificadas e significadas por meio de estatísticas públicas. Até aqui, foi útil assumir uma definição usual de desemprego, que reúne os indivíduos sem ocupação e que estão ativamente procurando trabalho. Porém, o desemprego é uma categoria cujo significado foi disputado ao longo dos séculos XX e XXI. As pesquisas domiciliares dirigem esse rótulo apenas a algumas experiências de não-trabalho, o que traduz o reconhecimento social conferido ao trabalhador desempregado, que é assim dotado de legitimidade na sua reivindicação por emprego e/ou ajuda pública (Guimarães, 2002; Demazière, 2008). Na história das pesquisas domiciliares, a classificação dos desempregados mudou bastante, devido às dinâmicas do mercado de trabalho e à atuação de burocracias e grupos organizados da sociedade civil. Muito se tem discutido sobre o que fica de fora das estatísticas oficiais, e quais medidas são capazes de captar o funcionamento “real” dos mercados de trabalho. O desafio sempre foi equacionar a demanda por comparação internacional com as particularidades de cada país.

Para abordar o assunto, este capítulo investiga a história da mensuração do desemprego nas pesquisas domiciliares, tendo em vista as recomendações dos organismos internacionais e os debates travados no Brasil. Um primeiro tópico discute a importância de elucidar o desemprego como uma categoria socialmente produzida, enquanto o segundo tópico aborda a construção normativa do desemprego nas estatísticas sobre o mercado de

trabalho. Em seguida, o terceiro tópico discute as fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade, contribuição que é complementada por um tópico de síntese ao final do capítulo.

4.1. A categoria “desemprego” e as práticas de classificação no mercado de trabalho

No capitalismo central, a inscrição do desemprego na agenda pública resultou de fenômenos diversos, tais como a individualização da venda da força de trabalho, o fortalecimento da agenda social, a institucionalização das relações trabalhistas e a disseminação das estatísticas governamentais. Com a deterioração das capacidades familiares de geração de renda, os indivíduos se tornaram cada vez mais dependentes do assalariamento para satisfazerem suas necessidades materiais. A procura por emprego traduz a tentativa de vender a força de trabalho, e quando isso não é possível, parte dos trabalhadores é incluída nas políticas de auxílio financeiro.

Já no Brasil, onde a experiência da escravidão foi longa e a atuação do Estado assumiu um caráter seletivo, a mercantilização incompleta da força de trabalho impediu que muitos indivíduos desfrutassem dos contratos regulares de trabalho e da proteção social que acompanha o assalariamento (Kowarick, 1994; Ribeiro, 2010). No início do século XX, as iniciativas diretas de exclusão foram sucedidas pela tentativa de assimilar a força de trabalho potencial. Esse tipo de intervenção pública deu lugar, na década de 1990, à transmissão das vantagens competitivas via políticas ativas, a fim de adaptar os trabalhadores à participação em um mercado flexível. A fragmentação do mercado de trabalho e a instabilidade das trajetórias ocupacionais, por vezes evocadas como “novidades” do capitalismo central desde os anos 1980, sintetizam a formação das relações de trabalho no capitalismo periférico.

A aplicação de um mesmo conceito, em sociedades com histórias tão distintas, levanta dúvidas sobre o que se está explicando em cada caso. Vale lembrar das baixas taxas de desemprego que eram apontadas pelas pesquisas domiciliares brasileiras até o final dos anos 1970, em um cenário muito diferente do pleno-emprego dos países europeus. Mais do que contar os números frios, os estudos sociológicos devem analisar como as categorias são produzidas e operacionalizadas. Para discutir esses temas, pretendo examinar a classificação do desemprego nas pesquisas domiciliares. O foco no Brasil me permitirá destacar os consensos e conflitos entre os organismos internacionais, os institutos nacionais de pesquisa e os grupos da sociedade civil.

A produção de estatísticas públicas traduz uma série de disputas por legitimidade na produção de narrativas sobre o mercado de trabalho. Abordar esse tema é especialmente importante quando se pretende, como aqui, somar esforços em uma sociologia do desemprego. Segundo esse campo de estudos, os mercados de trabalho são formados por instituições que coordenam as relações de compra, venda e precificação das atividades humanas, o que estrutura a distribuição de recursos sociais nas sociedades capitalistas (Kalleberg; Sørensen, 1979). Dentre as instituições que atuam no mercado de trabalho, existem aquelas que elaboram diagnósticos sobre as condições socioeconômicas e as capacidades de absorção de mão de obra. Como uma marca da modernidade, o desenvolvimento da ciência estatística acompanhou a tentativa de coordenar e avaliar as decisões econômicas (Mennicken; Espeland, 2019). Sua aplicação no estudo das populações humanas envolve tanto iniciativas de qualificação (produção de categorias e técnicas de classificação) quanto de quantificação (contagem e uso da probabilidade) (Desrosières, 1995).

Debruçados sobre a codificação do mundo social, alguns estudos questionam como as convenções são criadas pelas estatísticas públicas (Diaz-Bone; Didier, 2016; Krenn, 2017). Ao longo do tempo, o conceito de desemprego foi convertido em um indicador capaz de sumarizar a performance das economias nacionais e as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias. As iniciativas isoladas de contagem de desempregados, no final do século XIX (Alberti, 2011), foram sucedidas pela produção de consensos nas estatísticas oficiais. A classificação dos desempregados assumiu um tom praticamente unívoco desde meados do século XX, ainda que tenha ganhado força, a partir dos anos 1980, o reconhecimento das zonas cinzentas entre o desemprego, a ocupação e a inatividade.

O desemprego não se limita a uma condição: abarca também uma expectativa (entender a inserção profissional como possível) e uma agência (procurar trabalho). Isso faz com que a classificação dos desempregados esteja atrelada às práticas caracterizadas pelo Estado como procura ativa por trabalho (Clouet, 2019). Essas práticas dependem de condições específicas, como a disponibilidade de dinheiro e a existência de canais que incluam o desempregado em circuitos de informações ocupacionais. Não surpreende que o trabalho informal, em países como o Brasil, absorva muitos desempregados pobres, que não possuem condições de financiarem a própria procura por trabalho (Neri; Fontes, 2010).

Veremos que a regulação tecnocrática do mercado de trabalho brasileiro, somada à ideia de que os países latino-americanos deveriam expandir suas capacidades de pesquisa, fomentou a implementação dos questionários domiciliares periódicos. Nos anos 1980, as disputas em torno da mensuração do desemprego acompanharam a abertura democrática e

a diversificação de narrativas sobre o mercado de trabalho, experiência que foi sucedida pela produção de alguns consensos em torno da classificação do desemprego. Essas etapas ilustram a construção normativa do desemprego na agenda pública, o tema do próximo tópico.

4.2 Breve histórico da mensuração do desemprego

4.2.1. As primeiras pesquisas domiciliares

Devido a fatores já explicitados, nos países capitalistas centrais, o final do século XIX deu início à constituição do desemprego como um problema público. Contar o número de desempregados se tornou cada vez mais importante, com o objetivo de elucidar as características do mercado de trabalho e o público-alvo das políticas de emprego, dotadas de cobertura nacional desde o início do século XX.

A OIT foi criada em 1919, e logo buscou apresentar uma plataforma unificada de enfrentamento ao desemprego. Em 1920, a Comissão Técnica sobre o Desemprego assumiu essa responsabilidade, mas se deparou com a inexistência de um conceito minimamente consensual de desemprego, o que impedia a realização de comparações internacionais. Isso justificou o uso de uma definição oficial de desemprego involuntário, que passou a caracterizar os trabalhadores aptos e dispostos a trabalhar, mas que não conseguiam emprego por causa das condições do mercado de trabalho (Cabezas; Bustamante, 2020). Contudo, as pesquisas domiciliares eram incipientes, o que fazia com que o desemprego fosse contabilizado apenas pelos registros administrativos, incluindo os beneficiários dos programas de seguro-desemprego (Sauthier, 2008). A Grande Depressão de 1929 revelou os limites dessa medida, quando o desemprego se tornou um fenômeno de massa e os sistemas de proteção social foram incapazes de absorver boa parte da força de trabalho.

Na década de 1940, a meta do pleno emprego se tornou indispensável para os Estados Nacionais, sobretudo no continente Europeu. As pesquisas domiciliares haviam ganhado fôlego nos últimos anos, e assim, as taxas de desemprego revelavam o sucesso ou o fracasso das políticas macroeconômicas. Ademais, as sociedades capitalistas começaram a se basear em um “governo de variáveis”, em uma tentativa de captar as tendências da vida econômica a partir da coleta e análise de indicadores (Donzelot, 1998). Foi nesse contexto que a Sexta Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (ICLS), sediada em 1946 na OIT, padronizou as pesquisas domiciliares. A recomendação da ICLS aponta para o que

Maruani e Reynaud (2004) chamam de legitimidade social da procura por trabalho, fenômeno que passou a definir quais formas de não-trabalho recebem o rótulo de desemprego involuntário, separando os desempregados dos inativos.

Um novo avanço ocorreu na década seguinte. Em 1954, a Oitava ICLS definiu os desempregados como os indivíduos em idade ativa que *i)* não exerciam qualquer tipo de trabalho remunerado; *ii)* estavam disponíveis para trabalhar; e *iii)* haviam tomado medidas efetivas de procura por trabalho, preferencialmente no período de uma semana. Essas recomendações foram seguidas por boa parte do mundo capitalista, viabilizando a comparação entre as pesquisas domiciliares. De certa forma, a escolha pelo período de uma semana fazia sentido no capitalismo central, pois os vínculos empregatícios costumavam ser longos e estáveis, e as experiências de desemprego eram rapidamente sucedidas por novas contratações.

No Brasil, até meados do século XX, as informações administrativas sobre os desempregados eram praticamente inexistentes. Isso porque o nosso serviço público de emprego foi criado apenas em 1975, e o seguro-desemprego em 1986, após uma curta experiência na década de 1960. Dados sobre as condições de trabalho estariam disponíveis apenas nas pesquisas domiciliares. Mas até o final dos anos 1960, nossos levantamentos se faziam em base censitária e decenal, o que impedia o acompanhamento das transformações conjunturais do mercado de trabalho. Para tornar ainda mais nebulosa a mensuração do desemprego, até a década de 1960, o Censo Demográfico se limitava a informar as características das ocupações (Singer, 1971)⁹¹.

Em 1965, durante um evento organizado pelo *Inter American Statistical Institute* (IASI), técnicos do *United States Census Bureau* apresentaram um modelo de pesquisa socioeconômica que poderia ser utilizado pelos governos latino-americanos (IBGE, 2015). Essa proposta foi sistematizada e passou a se chamar Plano Atlântida, voltado a subsidiar a aplicação de inquéritos de pesquisa populacional nos países em desenvolvimento (Travassos; Viacava; Laguardia, 2008). Em 1967, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seguiu as recomendações do Plano e criou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Com periodicidade anual a partir de 1971 e baseada em uma amostra probabilística de domicílios, a PNAD foi um marco na coleta de informações sobre a força de trabalho. Porém, a cobertura nacional foi alcançada apenas em 2004, quando a Pesquisa incluiu o meio rural da Região Norte em sua amostra.

Seguindo as recomendações da OIT, a PNAD definia a força de trabalho como a

⁹¹ A única exceção foi a década de 1950, que incluiu dados sobre o não-trabalho. Isso permitiu, mesmo que a partir de aproximações e adaptações metodológicas, o cálculo do número de desempregados (Singer, 1971).

parcela da população em idade ativa que estava ocupada ou desempregada, enquanto os desempregados eram considerados os indivíduos sem trabalho e que haviam tomado medidas efetivas de procura. A classificação do desemprego logo sofreu duas mudanças: a população em idade ativa foi fixada em 14 anos ou mais até 1969, e em 10 anos ou mais desde então; e o período de referência para captar a procura por trabalho diminuiu de dois meses em 1973 para uma semana em 1976⁹², em acordo com a sugestão da ICLS. Nessa e em outras pesquisas domiciliares, se entendia que o requisito da disponibilidade para o trabalho era preenchido pela procura efetiva.

Para os ocupados com jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais (o tempo mínimo do trabalho em tempo integral)⁹³, a PNAD indagava se essa condição decorria de motivos econômicos, como a escassez de trabalho e a falta de equipamentos; e se os respondentes almejavam um trabalho de tempo integral. Isso permitiu o cálculo da taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas⁹⁴, que em 1968, girava em torno de 7% da força de trabalho não-agrícola (O'Brien; Salm, 1970). Como um “desemprego disfarçado”, essa experiência é involuntária e informa a absorção da mão de obra excedente por ocupações de baixa produtividade e remuneração (Hoffmann, 1977). Desde a Nona ICLS, em 1957, a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas já figurava nos relatórios dirigidos aos países capitalistas periféricos, onde esse índice costumava ser elevado.

O conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas parte de uma divisão estrita entre a vida privada e o desempenho de ocupações remuneradas. Isso permite a contagem da jornada de trabalho, que não se confunde com o tempo dispendido nas atividades de descanso e lazer. Mas tal indicador deve ser utilizado com cautela. No Brasil, uma população inativa ou engajada em atividades econômicas tradicionais passou a ser incorporada no processo produtivo a partir do início do século XX. A absorção da força de trabalho potencial foi acompanhada pela difusão de uma lógica que orienta o cotidiano dos trabalhadores, fundada na monetarização e fiscalização do uso do tempo. Como uma medida capaz de sintetizar a absorção de mão de obra e as condições de vida dos trabalhadores, na PNAD, a operacionalização da subocupação ocorreu quando a forma moderna de trabalho estava em vias de expansão. A convivência entre tipos distintos de regulação do trabalho

⁹² Devido à realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), a PNAD não foi realizada nos anos de 1974 e 1975.

⁹³ A quantidade de horas que marca a subocupação varia de país a país. O Brasil continua a utilizar o limite de 40 horas semanais, enquanto em alguns países do capitalismo central, o valor adotado é de 35 horas semanais.

⁹⁴ O conceito de subocupação é recorrentemente dividido em subocupação visível, baseada na jornada de trabalho, e subocupação invisível, referida à produtividade e ao nível de renda. Considerando a forma pela qual o assunto foi apropriado pelas estatísticas oficiais, este capítulo se detém na dimensão visível da subocupação.

limitou o poder explicativo dessa medida, e em 1981, o conceito deixou de ser captado pelas estatísticas oficiais, após uma reformulação do questionário da PNAD.

Por sua vez, o papel do Estado na coordenação do mercado de trabalho sofreu algumas mudanças na década de 1970. Frente à desaceleração da economia brasileira em 1974, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) deixou entrever, como mostrado no Capítulo 1, a visão de que o país enfrentava um baixo aproveitamento de mão de obra. O Sine foi um produto desse período, criado em 1975 para facilitar o encontro entre trabalhadores e empregadores nos processos de recrutamento. As informações sobre o mercado de trabalho, profundamente transformado após a explosão demográfica dos grandes centros urbanos, se tornavam ainda mais importantes.

Mas as informações anuais divulgadas pela PNAD, relativas ao mês de setembro, eram incapazes de apreender as dinâmicas econômicas de curto-prazo. Para preencher essa lacuna, o IBGE criou em 1979 a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que por seu alto custo, foi limitada a algumas regiões metropolitanas. Estas concentravam parte expressiva da força de trabalho e reagiam quase que imediatamente aos impactos das políticas macroeconômicas (Guerra, 2015). O primeiro ano da Pesquisa serviu para testar os procedimentos de coleta, e a partir de janeiro de 1980, a PME passou a incluir duas regiões metropolitanas por trimestre⁹⁵. Para a população com 15 anos ou mais, a PME captava a procura por trabalho na semana e no mês de referência, mas utilizava apenas o primeiro período para calcular a taxa oficial de desemprego.

A adoção de um conceito único de desemprego possui suas vantagens. Além de possibilitar comparações internacionais e séries históricas, torna as pesquisas mais confiáveis e menos suscetíveis a interferências políticas (Husmanns, 2007). Entretanto, o Brasil realizou uma importação automática dos conceitos produzidos no capitalismo central, adotando medidas que foram pensadas para mercados de trabalho estruturados e com alto grau de institucionalização do desemprego.

Ao final dos anos 1970, havia certo descompasso entre as estatísticas oficiais e o acúmulo produzido pela literatura acadêmica (Pastore, 1976; Goodman; Oliveira, 1977; Cacciamali, 1983). Esta reconhecia que *i*) por causa de um sistema público de emprego incipiente, que não era complementado por políticas socioassistenciais e de seguro, os trabalhadores pobres e suas famílias precisavam procurar trabalho de maneira emergencial; e *ii*) como uma forma subordinada de geração de renda, o setor informal da economia absorvia boa parte da força de trabalho disponível. Logo, o conceito de informalidade era essencial

⁹⁵ Isso ocorreu até que as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre fossem contempladas. Já em 1999, a PME incluiu a região metropolitana de Curitiba.

para os estudos que analisavam as condições de vida dos trabalhadores “desfavorecidos” (Machado da Silva, 2002).

Por causa dos altos níveis de autoemprego, a procura por trabalho sistemática não era uma experiência relevante (Guimarães et al., 2004), o que dotava o desemprego aberto de baixo poder explicativo. Além disso, muitos indivíduos não conseguiam procurar trabalho com periodicidade semanal, devido aos altos custos da procura, o que acarretava a sua classificação como inativos. No Brasil, ainda que as primeiras iniciativas de classificação do desemprego tenham resultado da adoção de medidas internacionais, a partir da aplicação de inquéritos domiciliares bem estruturados, a operacionalização do conceito falhava em elucidar a articulação entre as experiências de trabalho e não-trabalho. Essa constatação deu início a disputas públicas que se arrastaram nas décadas seguintes, conjugando a atuação de organismos internacionais, da burocracia nacional e de grupos acadêmicos e de militância política.

4.2.2.A crise dos anos 1980 e a canalização de um debate

No centro do capitalismo, o fim do fordismo nos anos 1970 combinou crise fiscal, fragmentação dos mercados de trabalho e fortalecimento da competição internacional (Jessop, 2004; Mishra, 2004). Uma consequência importante foi o aumento das taxas de desemprego, sobretudo entre os trabalhadores jovens e com baixa qualificação (Nickell; Nunziata; Ochel, 2005). O desemprego de longa-duração se tornou um fenômeno relevante, e assim, era cada vez menos garantido que novos vínculos empregatícios iriam suceder a procura por trabalho, de maneira breve e previsível (Demazière, 2008).

Para acompanhar essas transformações, a Décima Terceira ICLS (1982) recomendou que as pesquisas domiciliares adotassem tanto uma medida restrita de desemprego (ausência de trabalho, disponibilidade para trabalhar e procura por trabalho) quanto uma medida ampliada. Esta deveria incluir alguns grupos de trabalhadores que não procuravam trabalho, e que por isso, eram classificados como inativos nas estatísticas oficiais: *i)* os indivíduos que desejavam trabalhar, mas que haviam desistido frente à falta de oportunidades, chamados de “desalentados”; *ii)* os indivíduos que não sabiam onde procurar trabalho; *iii)* os doentes; *iv)* os indivíduos que não procuravam trabalho por causa das condições climáticas; *v)* os que aguardavam retornar ao trabalho após *layoffs*; *vi)* os que aguardavam o resultado de tentativas anteriores de procura por trabalho; e *vii)* os indivíduos que não procuravam trabalho por razões similares, sem conflito com a disponibilidade para o

trabalho. A decisão fez coro às críticas ventiladas por parte da literatura acadêmica, que defendia a inclusão dos “desempregados inativos” nas pesquisas domiciliares (Steinke, 1969). Também buscou dar conta das mudanças impostas pela flexibilização do processo produtivo, tais como a diversificação das trajetórias profissionais, a opacidade dos mercados de trabalho e os riscos elevados de demissão.

Outro avanço da Décima Terceira ICLS foi a defesa de uma visão menos homogeneizante sobre os mercados de trabalho, reconhecendo que as estatísticas informavam pouco sobre a realidade dos países periféricos. A procura por trabalho, assim como operacionalizada nas pesquisas domiciliares, representa uma tentativa de acessar informações sobre as vagas disponíveis. No Brasil, boa parte da força de trabalho se encontrava no autoemprego, e os canais onde circulam as informações sobre o mercado de trabalho não eram bem desenvolvidos. No meio rural, a procura por trabalho não constituía uma experiência significativa, pois o assalariamento era restrito e as informações sobre as oportunidades de emprego eram obtidas mais facilmente. A adoção de uma medida ampliada de desemprego, complementando a definição adotada em 1954, seria capaz de preencher as lacunas das estatísticas oficiais.

No início dos anos 1980, o Brasil encerrava um ciclo de transformações. Após a expansão do mercado de trabalho formal, o período 1980-83 foi marcado por uma crise profunda da economia nacional, devido à combinação entre choques do petróleo, endividamento externo e aumento dos juros internacionais (Carneiro, 2002). Esses fatores acarretaram uma crise da dívida pública, e seus resultados foram logo sentidos no mercado de trabalho. Protestos de desempregados se tornaram comuns e amplamente noticiados pela imprensa (Ferreira, 2018).

Ainda assim, as estatísticas oficiais informavam taxas de desemprego muito baixas. Isso porque as coletas partiam de um período de referência curto, de apenas uma semana, e encaravam com rigidez a divisão entre a ocupação e o desemprego, o inverso do que era observado no nosso mercado de trabalho. Ganhou força a ideia de que novas ferramentas de pesquisa deveriam ser criadas, ajustadas às dinâmicas de um mercado de trabalho heterogêneo e com altos índices de informalidade (Montagner; Haga, 2003). Materializando a organização do movimento operário e de grupos progressistas acadêmicos e de pesquisa, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) deram início, em 1984, à Pesquisa

de Emprego e Desemprego (PED)⁹⁶. Nos primeiros anos, a PED foi realizada na Região Metropolitana de São Paulo, e logo foi aplicada em outras metrópoles e suas cidades satélites, em parceria com instituições estaduais de pesquisa.

A PED foi responsável por dois avanços. O primeiro diz respeito à captação do desemprego aberto, cujo período de referência para a procura por trabalho foi ampliado para um mês. Alguns problemas, como a falta de dinheiro e o desempenho de outras atividades cotidianas, podem impedir que um indivíduo procure trabalho na semana de referência. Por isso, a decisão de ampliar o período de referência propicia taxas de desemprego que são mais ajustadas às condições do mercado de trabalho. Diversos países já haviam seguido esse caminho, atendendo às sugestões da Décima Terceira ICLS e de um relatório, elaborado em 1983, pelo Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Emprego e Desemprego, que integrava a OCDE (Brandolini; Cipollone; Viviano, 2006).

Já o segundo avanço condiz com o reconhecimento de que o desemprego aberto traduz apenas uma parte da subutilização da força de trabalho. Muitos trabalhadores precisam se engajar em atividades avulsas de baixa remuneração, a fim de satisfazerem suas necessidades básicas, e outros até mesmo desistem de procurar trabalho, por causa das dificuldades de inserção profissional e dos altos custos da procura. Para a população com idade igual ou superior a dez anos, a PED adotou uma taxa restrita de desemprego (“desemprego aberto”) e uma ampliada, que incluía tanto o “desemprego aberto” quanto o “desemprego oculto”. Este último era subdividido em “desemprego oculto pelo trabalho precário” (indivíduos com autoemprego irregular e ocasional, ou que atuam sem remuneração em negócios de parentes, e que procuraram trabalho no mês de referência ou nos doze meses anteriores à entrevista) e “desemprego oculto pelo desalento” (indivíduos disponíveis para trabalhar e que procuraram emprego nos últimos doze meses, mas que não o fizeram no mês de referência, devido às dificuldades de inserção profissional, doença, problemas familiares ou falta de dinheiro).

A nova abordagem foi uma resposta institucional aos diagnósticos da literatura acadêmica que, nos anos anteriores, havia evidenciado a pouca estruturação do nosso mercado de trabalho e o baixo grau de institucionalização do desemprego. As críticas recaíam sobre as estatísticas que classificavam como ocupados os indivíduos com qualquer tipo de trabalho, sem especificar o tipo de ocupação, as condições de geração de renda, a periodicidade do trabalho e o desejo de mudar de ocupação (De Toni, 1991). Dada a

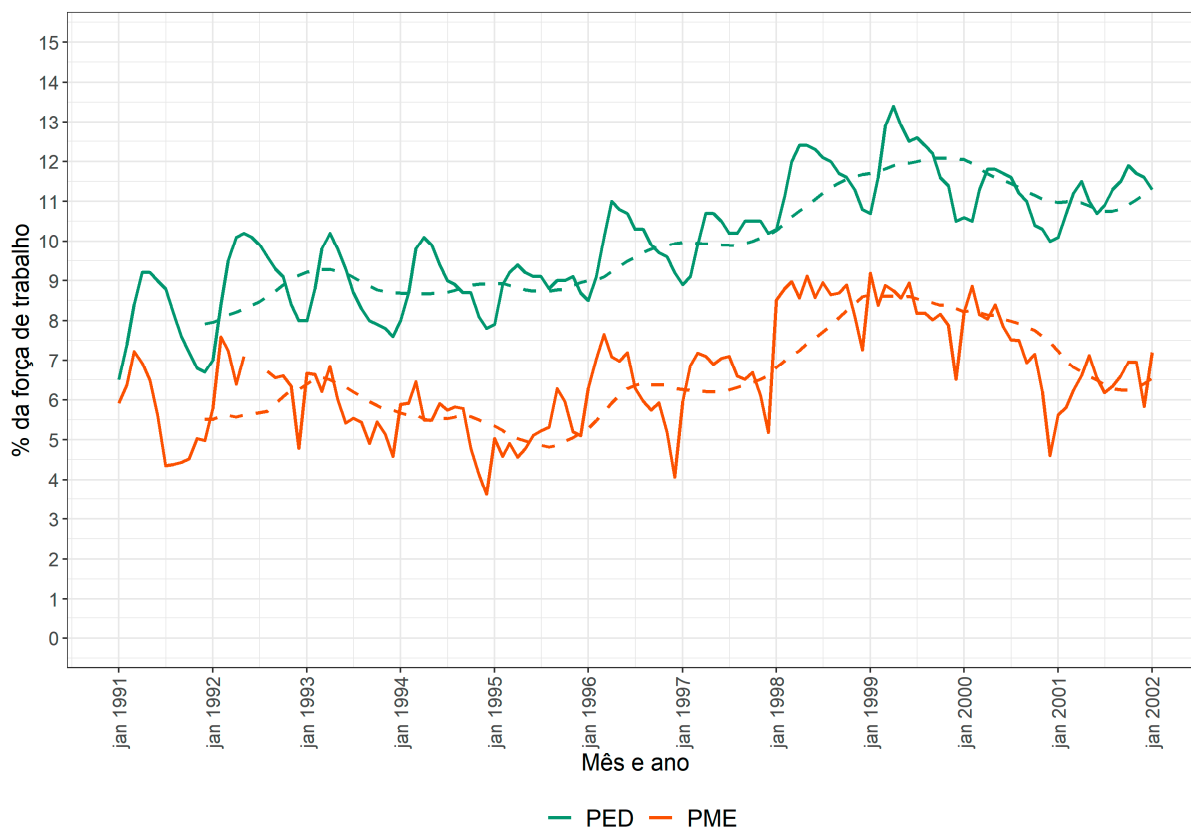
⁹⁶ A PED teve como ponto de partida a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE), aplicada pelo DIEESE em 1981 e 1982/83, e contou com apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

relevância das formas autônomas de trabalho e da pequena produção urbana, experiências que eram bem heterogêneas (Souza, 1981), a reformulação das estatísticas oficiais ganhou força no debate público.

Vimos que o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas aplicava uma medida padronizada de jornada de trabalho em todos os setores produtivos. Porém, esse procedimento faz mais sentido quando dirigido às relações assalariadas, pois o controle da jornada de trabalho e sua mensuração em horas diárias, e não pelos resultados do trabalho, é algo típico dos contratos regulares de trabalho (Hoffmann, 1977; Azevedo, 1985). Isso torna o conceito de trabalho precário mais adequado para captar a instabilidade e a baixa institucionalização das trajetórias dos trabalhadores pobres, que conciliam o desempenho de ocupações sub-remuneradas com a procura por novas fontes de renda. A operacionalização do desemprego oculto pelo trabalho precário sublinhava que, nos mercados de trabalho desiguais, as diferenças entre os tipos de atividade econômica não se limitam ao grau de aproveitamento da força de trabalho. São também diferenças qualitativas, que envolvem as características das ocupações (remuneração e produtividade) e a participação no sistema de proteção social (Troyano, 1990). Finalmente, as estatísticas oficiais dos países latino-americanos eram incapazes de explicar as baixas taxas de atividade, que pelo menos em parte, decorriam da desistência de procurar trabalho (Beller, 1970). O triunfo da PED foi quantificar essas situações fronteiriças entre a ocupação e o desemprego, no caso do trabalho precário, e entre a inatividade e o desemprego, no caso do desalento (Guimarães, 2006).

As taxas calculadas de desemprego aberto pela PED e pela PME foram bem diferentes. Até 2002, suas metodologias se mantiveram inalteradas, o que possibilita a elaboração de uma série histórica comparativa. A Figura 10 informa a taxa de desemprego aberto (desempregados / população economicamente ativa) e suas médias móveis na Região Metropolitana (RM) de São Paulo, que contou com a série mais longa na PED.

As transformações da economia brasileira nos anos 1990 já foram extensamente discutidas nos capítulos anteriores. Ainda assim, vale lembrar que, a partir de 1995, houve uma queda da demanda por força de trabalho, o que explica o aumento das taxas de desemprego. Essa queda se somou a uma crise internacional dos países emergentes, prejudicando o fluxo de capitais e a quantidade de contratações. Ao final da série, nota-se um recuo do desemprego, mais significativo segundo a PME, causado pela adoção do câmbio flutuante e da desvalorização do real, com efeitos benéficos sobre o nível de ocupação (Ramos; Britto, 2004).

Figura 10: Taxa de desemprego aberto na RM de São Paulo (1991-2002)

Fonte: PED e PME (1991-2001). Elaboração própria.

Nota: As linhas tracejadas identificam as médias móveis calculadas para um período de 12 meses. A PME não divulgou a taxa de desemprego nos meses de junho e julho de 1992.

As taxas de desemprego eram mais altas quando medidas pela metodologia da PED, em decorrência da ampliação do período de referência para captar a procura por trabalho (Dedecca, 1998). Ao final da série, a taxa de desemprego registrada pela PED era cerca de 1,6 vezes superior à da PME. Um período de referência curto potencializa o fluxo do desemprego para a inatividade, subdimensionando o primeiro grupo. Em ciclos econômicos positivos, as taxas de desemprego caíam mais na PME do que na PED, indicando que a procura por trabalho tende a ser menos intensa nesses períodos, possivelmente, devido aos melhores níveis de renda familiar, o que faz com que a procura “escape” da semana de referência utilizada para calcular as taxas de desemprego.

Se as metodologias da PED e da PME permaneceram inalteradas até o final dos anos 1990, o mesmo não aconteceu com a PNAD. Seu questionário foi reformulado em 1992, e dois novos grupos passaram a integrar a população ocupada, os “trabalhadores na produção para o próprio consumo” e os “trabalhadores na construção para o próprio uso”. Essa decisão afetou o tamanho da população economicamente ativa, e conseqüentemente,

o cálculo da taxa de desemprego. A PNAD também passou a captar a procura por trabalho em períodos diversos (semana de referência, 23 dias anteriores, mês anterior e ano de referência)⁹⁷, ainda que a taxa oficial de desemprego continuasse baseada na semana de referência.

A taxa de desemprego brasileira oscilou de 6,5% para 6,1% entre 1992 e 1995, subiu para 9,6% em 1999 e se manteve estável em 2001, alcançando 9,3% da força de trabalho. Na RM de São Paulo, essa taxa atingiu um nível muito maior em 2001 (13,2%), pois a competição por empregos é mais intensa nos grandes centros urbanos. E em comparação ao meio rural e às cidades de pequeno porte, a procura por trabalho nas regiões metropolitanas costuma ser uma experiência mais significativa, já que as informações se encontram dispersas no território e o autoemprego é menos frequente.

Apesar de utilizarem conceitos idênticos, variando apenas o tamanho da população em idade ativa, a taxa de desemprego aberto calculada pela PNAD era maior do que a da PME. Mas o que surpreende é que a taxa de desemprego na RM de São Paulo, segundo a PNAD, superava até mesmo a taxa calculada pela PED (11,5% em setembro de 2001), o inverso do que poderia sugerir a utilização de um período de referência mais curto. Essa tendência foi registrada desde 1992⁹⁸, em contraste ao início dos anos 1980, quando a PNAD apresentava taxas de desemprego muito baixas durante uma recessão econômica (Sabóia, 1986). Após as mudanças introduzidas em 1992, as possíveis razões que explicam as altas taxas de desemprego na PNAD, tais como o esquema amostral e o fluxo dos questionários, foram discutidas por Simões, Alves e Silva (2016) e IBGE (2015).

4.2.3. A produção de consensos na medição do desemprego

No início dos anos 2000, as estatísticas oficiais eram pressionadas a adotar um período de referência mais longo para captar a procura por trabalho. Isso se devia ao contexto interno, por causa dos debates provocados pela PED, que desafiavam a metodologia oficial; mas também ao contexto externo, devido ao desenho adotado pela maioria das pesquisas domiciliares. Em 1999, como informa o Anexo 7, 53 dentre 99 países utilizavam o período de

⁹⁷ Até a PNAD de 1992, a procura por trabalho era captada apenas na semana de referência e no período de dois meses.

⁹⁸ Em setembro de 1992, a taxa de desemprego da RM de São Paulo era de 10,4% segundo a PNAD, contra 9,3% de acordo com a PED.

referência de 1 mês para captar a procura por trabalho; 32 países, o período de 1 semana; e 14 países, o período acima de 1 mês. A mudança permitiria ao Brasil realizar comparações internacionais e elaborar um indicador mais robusto, incluindo indivíduos anteriormente classificados como inativos.

O cenário foi propício para que o IBGE (2002, p. 7) alterasse a metodologia da PME em 2002, levando em conta “*as profundas mudanças na estrutura produtiva do país*” e a demanda por “*comparabilidade internacional*”. O período de referência para a procura por trabalho foi ampliado de uma semana para um mês, e o desemprego passou a depender da disponibilidade para o trabalho na semana de referência. Já a idade ativa foi reduzida de 15 anos para 10 anos. A PME também passou a captar o desalento, relativo às pessoas em idade ativa que procuravam trabalho de maneira ininterrupta há pelo menos seis meses, e que haviam desistido por não vislumbrarem oportunidades de emprego. Além disso, a Pesquisa passou a calcular a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, incluindo os trabalhadores com jornada inferior a 40 horas semanais e que estavam disponíveis para trabalhar por mais tempo (Machado; Machado, 2010).

A subocupação já havia figurado em debates internacionais desde a década de 1950. Mas foi nos anos 1990 que o conceito ganhou força, devido a reconhecimento, por parte da literatura acadêmica, de que a terciarização da economia e a flexibilização das relações assalariadas haviam tornado os mercados de trabalho mais heterogêneos (Jensen; Slack, 2003). Em 1998, a Décima Sexta ICLS reafirmou a necessidade de as estatísticas oficiais incluírem medidas de subocupação, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde a ausência de políticas adequadas de proteção social impelia os trabalhadores a participarem de atividades econômicas de baixa intensidade e remuneração. O IBGE (2002) partiu dessas recomendações para captar o desejo e a disponibilidade dos trabalhadores ocupados mudarem de trabalho, o que permitiu o cálculo da taxa de subocupação, limitada à parcela de trabalhadores com uma jornada de trabalho inferior ao regime de tempo integral⁹⁹.

A fim de testar a qualidade do novo modelo, o IBGE manteve as duas metodologias entre março e dezembro de 2002. A Tabela 14 informa suas taxas de desemprego para seis regiões metropolitanas. O índice caiu de acordo com as duas medidas, acompanhando o comportamento sazonal do desemprego. Todavia, os valores calculados pela nova metodologia foram mais altos, devido à ampliação do período de referência para captar a procura por trabalho. Uma consequência importante foi a aproximação dos resultados da PME

⁹⁹ A Décima Sexta ICLS recomendou que a jornada de trabalho fosse utilizada para fins de classificação nacional, seguindo critérios das burocracias locais. Mas essa classificação deveria ser aplicada depois da captação do desejo e disponibilidade para o trabalho, permitindo a realização de classificações internacionais.

e da PED, cujas taxas médias de desemprego haviam alcançado, respectivamente, 12,3% e 12,9% da força de trabalho entre os meses de março de 2002 e 2003.

Tabela 14: Taxas de desemprego na antiga e na nova PME (em % da PEA)

	2002/3	2002/4	2002/5	2002/6	2002/7	2002/8	2002/9	2002/10	2002/11	2002/12
Antiga PME	7,1	7,6	7,7	7,5	7,5	7,3	7,5	7,4	7,1	5,2
Nova PME	12,9	12,5	11,9	11,6	11,9	11,7	11,5	11,2	10,9	10,5

Fonte: Antiga e nova PME (2002). Elaboração própria.

Nota: os dados incluem as RMs de São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Já a PNAD se manteve inalterada até o seu encerramento, em 2015. Mas em 2012, o IBGE deu início à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), cujos microdados são trimestrais. Essa iniciativa representou um ponto de inflexão nas pesquisas domiciliares.

Na PNAD-C, a taxa de desemprego aberto passou a se referir aos trabalhadores com 14 anos ou mais de idade que *i*) estavam sem trabalho na semana de referência; *ii*) haviam procurado trabalho no mês de referência; e *iii*) estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. A esse grupo, se somam os indivíduos em idade ativa que estavam sem trabalho e disponíveis para trabalhar na semana de referência, mas que não haviam procurado trabalho, pois aguardavam o início de uma ocupação. Ao contrário da PNAD, os trabalhadores na produção para o próprio consumo ou uso deixaram de ser classificados como ocupados, recebendo o rótulo de inativos ou desempregados a depender da procura por trabalho.

Entre 2012 e 2015, a PNAD e a PNAD-C foram realizadas simultaneamente, o que permite a comparação das suas taxas de desemprego. A Figura 11 informa as taxas calculadas pelas duas pesquisas, restringindo a força de trabalho aos indivíduos com idade igual ou superior a 14 anos.

O desemprego aumentou levemente até 2003, pois em um cenário internacional adverso, a política macroeconômica havia se voltado ao controle inflacionário, com corte de gastos e redução de investimentos públicos (Baltar et al., 2010). Entre 2004 e 2012, um *boom* internacional de commodities beneficiou a economia brasileira, que também contou com a expansão do consumo de bens duráveis e o aumento de investimentos em infraestrutura. Esses fatores impactaram positivamente a demanda agregada, possibilitando o avanço do assalariamento (Moretto; Proni, 2011). Até 2012, o desemprego caiu quase que

continuamente, exceto em 2005, devido ao recuo da atividade econômica frente ao aumento da taxa de juros, e em 2009, como resultado de uma crise econômica internacional. Uma rápida recuperação econômica permitiu a queda do desemprego em 2011 (ano da primeira PNAD após a crise) e em 2012.

Figura 11: Taxas de desemprego segundo a PNAD (2001-2015) e a PNAD-C (2012-2019)



Fonte: PNAD (2001-2015) e PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Nota: A PNAD não foi aplicada em 2010, devido à realização do Censo Demográfico. E em 2004, a amostra passou a incluir as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Entre 2012 e 2014, o desemprego aumentou de 6,2% para 6,9% na PNAD, tendência que antecipava a deterioração do mercado de trabalho e a turbulência econômica que o país viveria nos anos seguintes. Mas em outras pesquisas domiciliares, as taxas de desemprego se mantiveram baixas e estáveis, traduzindo o que se costuma chamar de “paradoxo do baixo desemprego”. De fato, a taxa de desemprego na PNAD-C oscilou de 7,3% para 6,9% entre 2012 e 2014, ano em que se igualou à PNAD, sendo ultrapassada no ano seguinte. Corseuil (2015) explica esse paradoxo pela queda da população economicamente ativa, o que significa dizer que menos pessoas estavam trabalhando e à procura por trabalho. Em toda a série, a taxa de atividade para as pessoas com 14 anos ou mais era consideravelmente mais

alta na PNAD do que na PNAD-C, e de 2013 a 2014, as duas pesquisas registraram movimentos contrários: na PNADC, a taxa de atividade caiu de 61,7% para 61,2%, enquanto na PNAD, aumentou de 64,3% para 65,3%.

Por um lado, surpreende que o desemprego calculado pela PNAD, utilizando um período de referência mais curto para captar a procura por trabalho, tenha sido próximo ou até mais alto do que o da PNAD-C. Por outro, as diferenças nas taxas de atividade cumprem um papel importante no cálculo do desemprego, sendo um indicador recorrentemente evocado para explicar divergências entre pesquisas domiciliares (Carvalho, 2016). Outros motivos podem explicar esse quadro: *i*) as amostras são distintas, incluindo 1.100 municípios na PNAD e 3.500 municípios na PNAD-C, e por isso, seria preciso examinar as características dos municípios presentes apenas nesta última pesquisa; *ii*) a PNAD-C adota um período de referência mais longo para captar a procura por trabalho, mas inclui uma nova condição para definir um trabalhador como desempregado (estar disponível para trabalhar na semana de referência). Até 2015, essa condição costumava ser descumprida por entre 2% e 3% dos demandantes de emprego; *iii*) em nota metodológica, o IBGE (2015) afirma que o fluxo de perguntas interfere na captação do desemprego. Alguns testes comprovaram que a PNAD-C capta mais fielmente a condição de ocupação dos respondentes do que a PME. Estudos adicionais devem ser feitos para verificar diferenças da mesma natureza entre a PNAD e a PNAD-C; e *iv*) exercícios contrafactuais das taxas de desemprego podem responder se a composição amostral interfere na medição do desemprego, calculando qual seria a taxa de desemprego na PNAD-C caso o peso de cada grupo demográfico fosse o mesmo da PNAD (Corseuil; Ramos, 2014).

De qualquer forma, as taxas de desemprego na PNAD-C são reveladoras. Após um período de baixo crescimento econômico, o Brasil entrou em recessão no segundo trimestre de 2014. Para isso, fatores como queda de produtividade, crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica, crise hídrica e redução de investimentos foram decisivos (Pires, 2016; Barbosa Filho, 2017). A época também marcou o fim do superciclo de commodities e o início de uma crise política, que elevou os custos da aprovação de medidas econômicas. O mercado de trabalho foi severamente afetado, e a taxa de desemprego cresceu de maneira expressiva em 2015, tanto na PNAD (2,7 p.p.) quanto na PNAD-C (1,9 p.p.). Nesta última, a tendência se manteve até 2017, quando a taxa de desemprego atingiu 12,5% da força de trabalho, um aumento de 5,6 p.p. durante a crise. Já uma lenta recuperação econômica fez com que o desemprego aberto caísse 0,8 p.p. entre 2017 e 2019.

No que se refere ao desemprego oculto, a PNAD-C seguiu o mesmo caminho da PME, ao incluir perguntas relativas à subocupação (indivíduos que trabalhavam menos de 40

horas semanais e que estavam dispostos a trabalhar por mais tempo no mês de referência) e ao desalento (indivíduos em idade ativa que não possuíam trabalho e que não haviam tomado medidas efetivas de procura no mês de referência, pois não vislumbravam oportunidades no mercado de trabalho).

Dos anos 2000 em diante, a operacionalização do desemprego aberto se tornou cada vez mais consensual nas pesquisas domiciliares, e o desemprego oculto se consolidou na agenda pública. Porém, em meados dos anos 2010, existiam quatro diferenças relevantes entre as pesquisas domiciliares: *i*) a disponibilidade para o trabalho era captada apenas pelas estatísticas oficiais (PNAD-C e PME); *ii*) a população economicamente ativa da PNAD-C (14 anos ou mais) destoava da PME e da PED (10 anos ou mais); *iii*) a PED media o desemprego oculto pelo trabalho precário, enquanto a PME e a PNAD-C adotavam a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas; e *iv*) o desalento prescindia da procura por trabalho na PNAD-C. Apesar dessas diferenças, a PNAD-C representou a criação de uma pesquisa abrangente, no que se refere à amostra e à cobertura temática, e com periodicidade curta, capaz de subsidiar análises conjunturais sobre o mercado de trabalho.

Após a extinção da PNAD, passou a se entender que as taxas de desemprego calculadas pela PED e pela PME, restritas a algumas regiões metropolitanas, eram muito próximas às informadas pela PNAD-C. A Fundação SEADE reconheceu que as distâncias das taxas de desemprego entre os inquéritos decorriam apenas de diferenças amostrais e da forma de operacionalização das pesquisas¹⁰⁰. Em um contexto atravessado por corte de gastos públicos, a produção de consensos na medição do desemprego justificou o encerramento da PME em 2016, o que ocorreu de maneira gradual com a PED até o ano de 2019.

4.3. As fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade

O histórico acima tornou evidente que as pesquisas domiciliares são demandadas a lidar com as fronteiras entre os desempregados e os ocupados, de um lado, e entre os desempregados e os inativos, de outro. O desempregado é o indivíduo que busca onde e como vender sua força de trabalho, ou de que forma pode gerar renda como trabalhador autônomo. Mas a procura por trabalho possui uma dimensão subjetiva (Freyssinet, 2004). Ao

¹⁰⁰ A esse respeito, ver: https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/07/PED_RMSP_encerramento.pdf.

mesmo tempo que depende das avaliações realizadas pelos indivíduos sobre seus recursos e chances no mercado de trabalho, existem critérios não tão simples para se classificar um indivíduo como desempregado, como o período de referência para captar a procura e a propensão para aceitar uma ocupação. Isso faz com que a procura por trabalho seja uma das principais fontes de controvérsia em pesquisas domiciliares.

No Brasil, níveis massivos de pobreza se combinam a uma baixa institucionalização do desemprego, configurando, como vimos na Parte I, um sistema limitado de intermediação de mão de obra e de auxílio financeiro aos desempregados. É comum que a procura por trabalho ocorra de maneira emergencial, como uma estratégia de sobrevivência de curto-prazo. Todavia, a atividade econômica não garante que as expectativas dos trabalhadores sejam atendidas, sobretudo quando o trabalho é sub-remunerado, desprotegido e/ou parcialmente ocioso. Outros indivíduos entram na inatividade porque não conseguem encontrar um trabalho ou porque os custos da procura são elevados. Como resultado, as fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade são fluidas. Lidar com essas “zonas cinzentas” e não muito bem definidas representa um desafio para as estatísticas sobre o mercado de trabalho. No Brasil, esse debate definiu os dilemas da relação entre o Estado e o mercado de trabalho, muito embora sua incorporação nas estatísticas oficiais tenha sofrido certo “atraso”.

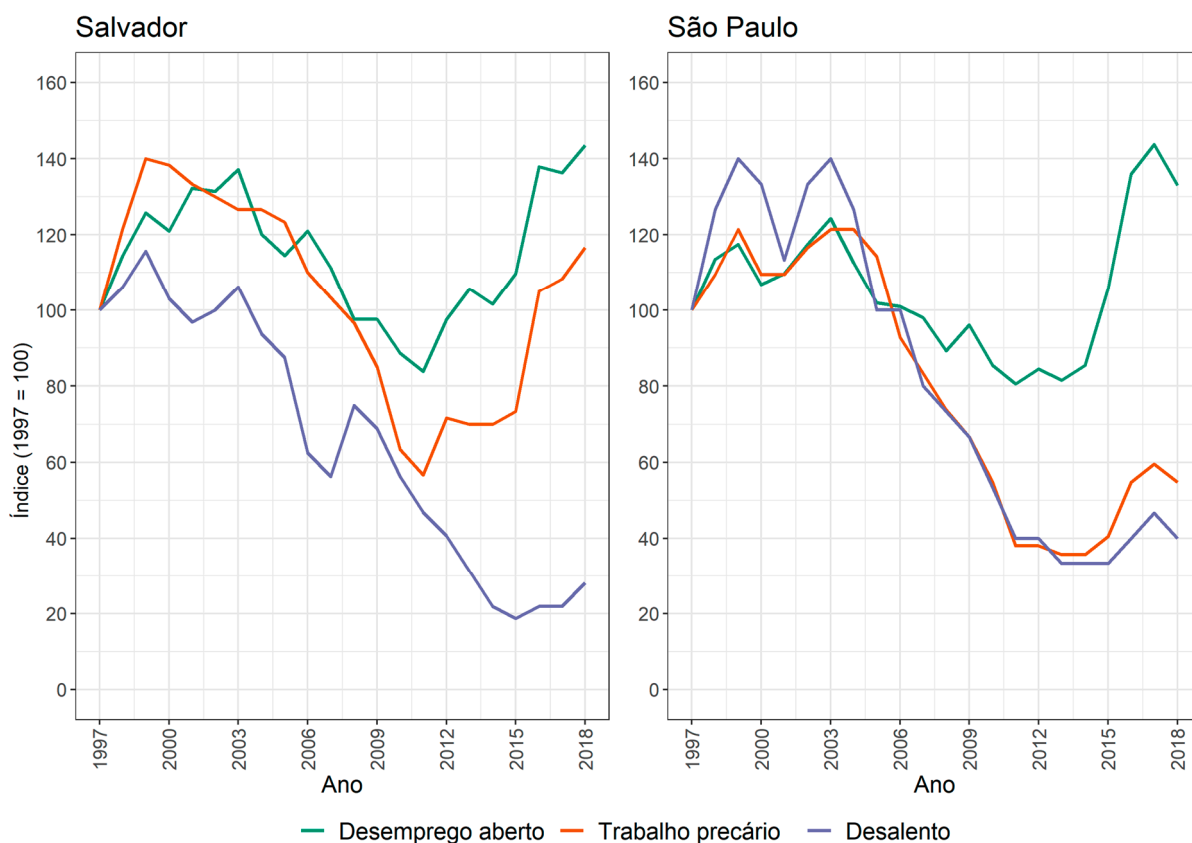
A análise do desemprego aberto e oculto ajuda a desvendar essas zonas cinzentas. Com esse objetivo, pretendo examinar os resultados de duas pesquisas domiciliares, a PED e a PNAD-C, que mobilizam estratégias distintas de classificação do desemprego. Se o último tópico discutiu as práticas de classificação que são implementadas pelas pesquisas domiciliares, agora passo a analisar o que as categorias resultantes informam sobre o mercado de trabalho brasileiro.

A Tabela 15 utiliza os dados da PED para apresentar os tipos de desemprego e um indicador agregado (desemprego aberto + desemprego oculto) nas RMs de São Paulo e Salvador. A comparação entre essas duas regiões, que são bastante desiguais entre si, ajuda a elucidar os possíveis arranjos entre os tipos de desemprego em cada período e local. De maneira complementar, a Figura 12 informa a evolução dos índices de desemprego aberto e oculto entre os anos de 1997 e 2018, período em que a PED foi aplicada na RM de Salvador.

Tabela 15: Tipos de desemprego em duas regiões metropolitanas (em % da PEA)

	1997	2004	2012	2018
Salvador				
Desemprego aberto	12,4	14,9	12,1	17,8
Trabalho precário	6	7,6	4,3	7
Desalento	3,2	3	1,3	0,9
Desemprego total	21,6	25,5	17,7	25,7
São Paulo				
Desemprego aberto	10,3	11,6	8,7	13,7
Trabalho precário	4,2	5,1	1,6	2,3
Desalento	1,5	1,9	0,6	0,6
Desemprego total	16	18,6	10,9	16,6

Fonte: PED (1985-2018). Elaboração própria.

Figura 12: Evolução das taxas de desemprego aberto e oculto (1997-2018)

Fonte: PED (1985-2018). Elaboração própria.

No início da série, o desemprego total avançou nas duas RMs, devido à reorganização da matriz produtiva e aos choques externos que foram impostos à economia brasileira. Os dados atestam um processo geral de desestruturação do mercado de trabalho metropolitano até o início dos anos 2000, conjugando menor absorção de mão de obra e

expansão dos segmentos não organizados da economia. Estes eram representados pelos trabalhadores por conta própria e pelos empregados sem carteira assinada do setor terciário, vulneráveis aos processos de terciarização e subcontratação (Posthuma, 1999; Cacciamali, 1999). Contudo, a RM de São Paulo era economicamente mais dinâmica e concentrava muitos postos de trabalho nos setores secundário e terciário. Já a RM de Salvador possuía um mercado de trabalho mais restrito e baixa capacidade de atrair investimentos (Carvalho, 2011), o que ocasionou as maiores taxas nacionais de desemprego aberto e total nos anos 1990. Na Figura 12, é possível notar um aumento desproporcional do trabalho precário em Salvador, onde a informalidade é mais frequente, e do desalento na RM de São Paulo, apesar deste último índice ter apresentado baixa magnitude.

Entre 2004 e 2012, o mercado de trabalho formal se expandiu, ainda que a contratação de mão de obra tenha sido condicionada por alguns fatores, como a escolaridade e a experiência profissional dos trabalhadores (Cardoso, 2016). As taxas de desemprego aberto e desalento diminuíram¹⁰¹, e o avanço do assalariamento reduziu o desemprego oculto pelo trabalho precário. A Figura 12 demonstra que, especialmente na RM de São Paulo, o desemprego oculto recuou de maneira mais significativa do que o desemprego aberto. Ademais, as taxas de desemprego oculto e total se tornaram ainda mais distantes de uma metrópole a outra¹⁰², o que indica que os frutos do crescimento econômico se exprimiram de modo diverso, dadas as desigualdades regionais.

Essas desigualdades se fortaleceram nos anos seguintes. O ano de 2012 marca o início do aumento contínuo das taxas de desemprego aberto e trabalho precário em Salvador, tendência que se iniciou em São Paulo apenas a partir de 2015, acompanhando a crise econômica de 2014-16. Por outro lado, a crise afetou profundamente o mercado de trabalho formal, o que provocou uma desorganização da indústria doméstica (Paula; Pires, 2017). Isso explica porque o desemprego total cresceu mais acentuadamente na RM de São Paulo do que em Salvador¹⁰³. Nesse período, a elevação do desemprego aberto foi uma experiência importante na metrópole paulista, enquanto a RM de Salvador combinou avanços no trabalho precário e no desemprego aberto. Essa disparidade reflete o grau de institucionalização do mercado de trabalho. Na RM de São Paulo, os níveis mais elevados de renda e assalariamento (com tudo o que acompanha este último, como o acesso a subsídios públicos após a perda do trabalho) favoreceram a consolidação do desempregado “tradicional”, sem

¹⁰¹ Com exceção da passagem 2008-09, marcada por uma crise econômica internacional.

¹⁰² Entre 2004 e 2012, a razão entre as taxas de desalento nas RMs de Salvador e São Paulo saltou de 1,58 para 2,17; entre as taxas de trabalho precário, de 1,49 para 2,7; e de desemprego total, de 1,37 para 1,62. Já a razão entre as taxas de desemprego aberto se manteve relativamente estável, de 1,28 para 1,39.

¹⁰³ Entre 2014 e 2016, o desemprego total aumentou 1,57 vezes na RM de São Paulo, e 1,37 vezes na RM de Salvador.

ocupações remuneradas e inteiramente dedicado à procura por trabalho. Já na RM de Salvador, a crise provocou o engajamento de indivíduos pobres e menos escolarizados em trabalhos informais e esporádicos, grupo que se somou aos trabalhadores na situação de desemprego aberto.

Em 2017, a economia brasileira começou a se recuperar. Mas isso se deu em um ritmo muito lento, e em 2018, três componentes da demanda agregada (consumo das famílias, consumo do governo e formação bruta de capital fixo) ainda possuíam valores inferiores aos observados em 2014, o que prejudicou o nível de ocupação (Braga; Lara, 2019)¹⁰⁴. Na RM de São Paulo, as taxas de desemprego aberto e oculto registraram leve queda em 2018, enquanto permaneciam em alta na RM de Salvador. Ao final da série histórica, o desemprego total afetava mais de ¼ da população economicamente ativa na capital baiana, índice 1,5 vezes superior ao registrado em São Paulo, devido à combinação entre altos níveis de desemprego aberto e trabalho precário.

A despeito dos índices elevados de desemprego total, pouco a pouco, o desemprego oculto perdeu espaço na composição do indicador agregado. A Tabela 15 revela que, entre 1997 e 2018, a razão entre o desemprego oculto e o desemprego total caiu de 0,36 para 0,17 em São Paulo, e de 0,42 para 0,31 em Salvador. A RM de São Paulo foi responsável pelos valores mais baixos, pois nesta, os trabalhadores circulam em um mercado de trabalho relativamente estruturado, o que tende a reduzir o nível do desemprego oculto pelo trabalho precário. O processo de enfraquecimento do desemprego oculto também pode estar associado a dois outros fenômenos: *i*) uma experiência de estruturação do mercado de trabalho, sobretudo nos anos 2000, com efeitos benéficos sobre a inserção produtiva e o acesso às políticas de emprego, responsáveis por incentivar a procura por trabalho; e *ii*) uma proteção mais robusta à perda de renda durante o desemprego, devido à criação e expansão das políticas socioassistenciais (com destaque para o Programa Bolsa Família) e à valorização real do salário-mínimo, que baliza o valor do seguro-desemprego e das políticas previdenciárias. Esses fenômenos ilustram a formação e a consolidação de um tipo de desempregado com reconhecimento institucional e que desfruta de condições mínimas para procurar trabalho.

Os trechos acima evidenciaram que a crise de 2014-16 intensificou a subutilização da força de trabalho no Brasil metropolitano. Para aprofundar esse assunto, os microdados da PNAD-C me são úteis, pois cobrem todo o território nacional e utilizam uma metodologia diferente da PED. Vale refletir como cada pesquisa domiciliar seguiu caminhos distintos na

¹⁰⁴ A única exceção foi o volume de exportações, que cresceu 18% entre 2014 e 2018 (Braga; Lara, 2019).

codificação do mercado de trabalho, e como essas decisões afetam a classificação e a mensuração das fronteiras entre os tipos de desemprego.

Na contagem do desemprego oculto, a PNAD-C substituiu o trabalho precário pela subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. O primeiro conceito dá conta do caráter esporádico e irregular do trabalho informal, como uma iniciativa circunstancial de acesso a recursos que é complementada pela procura por trabalho. Situados nas margens do mercado competitivo, em uma zona fronteira entre a ocupação e o desemprego, os indivíduos nessa condição possuem rendimentos escassos e não desfrutam de proteção pública. O tamanho desse grupo na composição do desemprego total revela a estratificação acentuada do nosso mercado de trabalho, que exclui boa parte dos trabalhadores pobres do assalariamento (Hoffmann; Mendonça, 2003). Já a subocupação rotula os trabalhadores que são parcialmente ociosos devido à baixa demanda por força de trabalho. Esses trabalhadores possuem jornadas inferiores ao trabalho de tempo integral e desejam trabalhar por mais tempo, com o objetivo de auferir renda.

A subocupação não capta necessariamente o trabalho precário, tal como disposto na PED, mas existem paralelos entre as duas medidas. Em 2019, por exemplo, 41,6% dos subocupados eram trabalhadores por conta-própria, 24,5% eram empregados do setor privado sem carteira assinada e 14,9% eram trabalhadores domésticos sem carteira. Ou seja, a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas pode ser criticada por se basear em uma medida única de jornada de trabalho, que é de certa forma arbitrária quando aplicada fora do mercado formal. Mas em um sentido prático, a categoria tende a captar as relações não-assalariadas, traduzindo a subutilização involuntária e subremunerada da força de trabalho entre os trabalhadores não-registrados¹⁰⁵.

A PNAD-C possui limites, contudo. Seu questionário não investiga a procura por trabalho durante a subocupação, um tema importante nas estatísticas sobre o mercado de trabalho (Greenwood, 1998). Dentre os indivíduos que procuram trabalho, a implementação do próprio-negócio¹⁰⁶ destoa do trabalho precário e capta projetos minimamente planejados de acesso a recursos. Não à toa, em 2019, 4% dos desempregados com Ensino Superior completo haviam tomado alguma medida para iniciar o próprio negócio, procedimento adotado

¹⁰⁵ No mercado de trabalho formal, existem algumas categorias de trabalhadores que atuam menos do que 40 horas semanais, como os trabalhadores de meio período, os “horistas” e os trabalhadores intermitentes (novo grupo criado pela Reforma Trabalhista de 2017). Além disso, em algumas ocupações, a jornada de trabalho não ultrapassa 40 horas semanais, a depender das convenções coletivas da categoria. Mesmo assim, a presença dos trabalhadores com carteira assinada é muito pequena entre os subocupados: em 2019, apenas 5,7% dos subocupados trabalhavam no setor privado com carteira assinada, índice que alcançava 38,3% entre os não-subocupados.

¹⁰⁶ Na PNAD-C, a opção de resposta abarca o indivíduo que “tomou medida para iniciar o próprio negócio (recursos financeiros, local para instalação, equipamentos, legalização etc.)”.

por apenas 1,1% dos desempregados sem Ensino Fundamental. A subocupação também prevê certa regularidade do trabalho, ao contrário do que caracteriza o trabalho precário, que capta a incerteza e a instabilidade das trajetórias ocupacionais. As escolhas adotadas na PNAD-C transparecem uma representação do mercado de trabalho como um campo mais ou menos coeso, o que justifica a adoção de um indicador sintético de absorção da mão de obra; e não como um campo internamente estratificado, e que por isso, é atrevesado por princípios distintos de uso do tempo e de mobilização de recursos. Com o fim da PED e a consolidação da PNAD-C na agenda pública, o resultado foi uma separação mais rígida entre a ocupação e o desemprego, o oposto do que informam as pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro. Nos capítulos 7 e 8, terei chance de aprofundar esse ponto de vista.

Se a subocupação evidencia uma zona cinzenta entre a ocupação e o desemprego, o desalento faz o mesmo para o desemprego e a inatividade. A procura por trabalho é uma iniciativa dirigida ao futuro, e as decisões sobre essa procura decorrem de julgamentos realizados pelos indivíduos e suas famílias sobre as oportunidades e recursos disponíveis. Tanto a procura por trabalho quanto o recrutamento de mão de obra precisam lidar com informações incompletas e dispersas em um território. Mortensen (1986) afirma que a entrada na atividade possui custos, que envolvem o uso estratégico de tempo e de dinheiro. O desalento acontece quando os custos da procura por trabalho excedem seus resultados esperados, o que é mais comum em períodos econômicos recessivos, quando as taxas de desemprego são altas e as perspectivas de inserção profissional não são positivas (Kesselring; Bremmer, 2015). Parte da população deixa de enxergar um propósito na procura por trabalho e se torna inativa. Essa decisão costuma se basear nas características do mercado de trabalho (ausência de trabalho e/ou ausência de oportunidades ajustadas ao perfil dos trabalhadores) e nos atributos dos próprios trabalhadores (possuir pouca qualificação e/ou ser considerado muito jovem ou idoso).

A PED rotulava como desalentados os indivíduos que haviam procurado trabalho nos doze meses anteriores, mas não no mês de referência, por motivos diversos. A PNAD-C abandonou o requisito da procura anterior e passou a considerar apenas a não-procura no mês de referência, devido às dificuldades de inserção profissional¹⁰⁷. Levar em conta a procura pretérita por trabalho garante que as estatísticas estejam tratando de indivíduos que desistiram de participar da população ativa. Mas essa restrição desconsidera os indivíduos que permaneceram longos períodos na inatividade, ou que transitaram da inatividade

¹⁰⁷ Desde o quarto trimestre de 2015, quando a PNAD-C foi submetida a uma mudança metodológica importante, o desalento é entendido como o resultado de quatro motivos de não-procura por trabalho: não conseguir trabalho adequado; não possuir experiência profissional ou qualificação; não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso; e ausência de trabalho na localidade.

voluntária para o desalento. Uma outra diferença é que a PED incluía os desalentados na população economicamente ativa¹⁰⁸, enquanto a PNAD-C classifica esse grupo como parte da força de trabalho potencial, ou seja, os indivíduos que não haviam procurado trabalho no mês de referência, mas que gostariam de trabalhar; e os indivíduos que haviam procurado trabalho no mês de referência, mas que não estavam imediatamente disponíveis para trabalhar. De fato, a inclusão ou não dos desalentados na força de trabalho foi motivo de muitas controvérsias na segunda metade do século XX, prevalecendo a ideia de que esse grupo representa indivíduos que estão involuntariamente inativos (Finegan, 1981).

Após essa discussão conceitual, a Figura 13 informa os principais indicadores do mercado de trabalho que se encontram disponíveis na PNAD-C: as taxas de desemprego aberto, desemprego ampliado (desemprego aberto + subocupação / força de trabalho), desalento (força de trabalho + força de trabalho potencial / força de trabalho ampliada¹⁰⁹) e a taxa composta de subutilização da força de trabalho (subocupados + desocupados + força de trabalho potencial / força de trabalho ampliada). Essas medidas foram agrupadas pelos seus denominadores, ou seja, a força de trabalho e a força de trabalho ampliada, com o objetivo de facilitar a leitura dos dados.

Entre 2015 e 2017, todas as medidas de subutilização da força de trabalho aumentaram no Brasil. Do ponto de vista relativo, o maior crescimento ocorreu no desalento, que mais do que dobrou entre 2014 e 2019 (de 1,6% para 4,1% da força de trabalho ampliada). Ao final da série, muitos trabalhadores migravam da ocupação para o desalento, sem passar ou transitando muito rapidamente pelo desemprego aberto (Lameiras et al., 2018)¹¹⁰. Isso revela uma percepção bastante negativa sobre a conjuntura econômica, pois quando as chances de contratação são remotas, a decisão de interromper a procura por trabalho ocorre mesmo sem um contato prolongado com o mercado.

Em 2019, 64% dos desalentados haviam desistido de procurar trabalho porque “*não havia trabalho na localidade*”, e 17,2% “*não conseguiram trabalho adequado*”. Já ser considerado muito jovem ou idoso abarcava 9,9% das respostas, enquanto 8% dos desalentados entendiam possuir pouca experiência ou qualificação profissional. Em outras palavras, o desalento se deve mais à percepção de escassez das oportunidades ocupacionais do que ao grau de competição por empregos. Com o afrouxamento do conceito de desalento

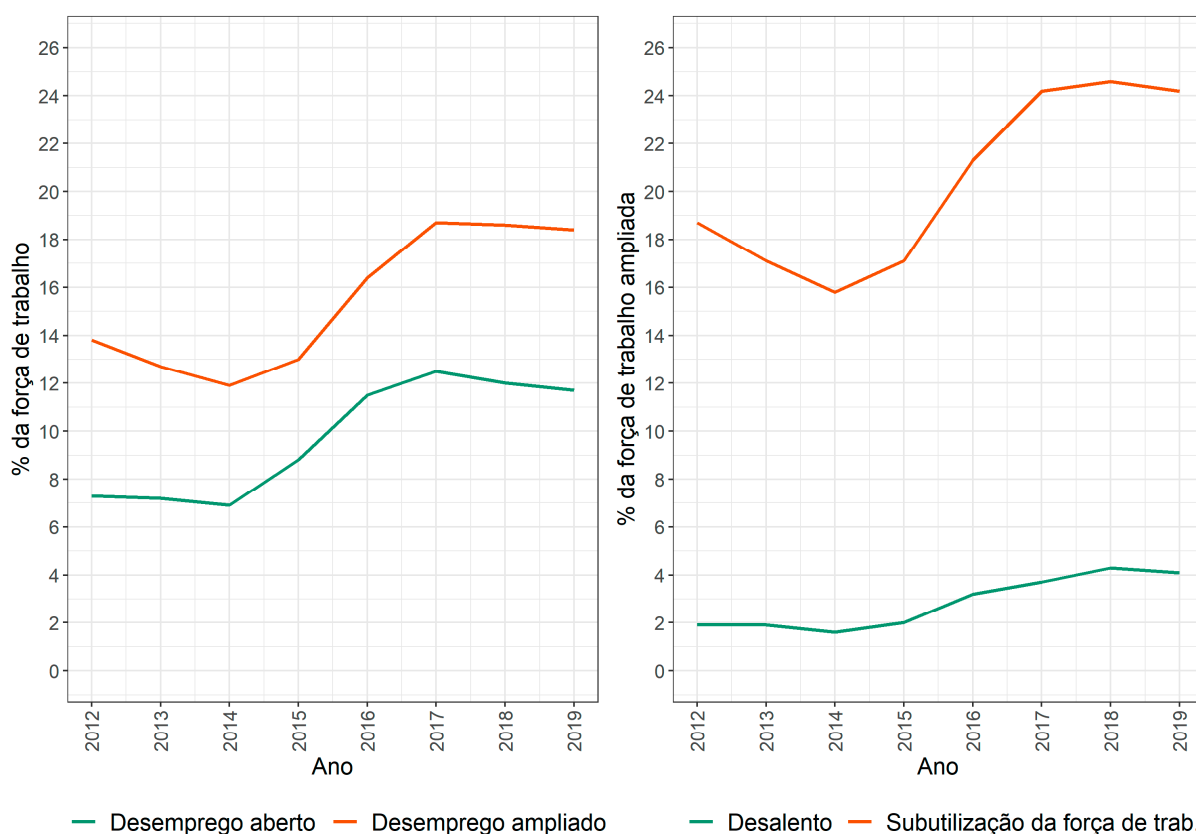
¹⁰⁸ O pressuposto era de que a necessidade de trabalhar pode não repercutir na procura efetiva, sobretudo quando as condições do mercado de trabalho são desfavoráveis. Assim, os indivíduos que procuraram trabalho no ano de referência, mas não no mês, eram classificados como parte da PEA. Essa decisão revelava que o foco da PED era a necessidade e disponibilidade para trabalhar, e não na procura efetiva (Troyano, 1990).

¹⁰⁹ A força de trabalho ampliada é a soma entre a força de trabalho e a força de trabalho potencial.

¹¹⁰ Na PNAD-C, existe um intervalo de três meses na aplicação de entrevistas consecutivas em um mesmo domicílio. Nesse curto período, o trabalhador pode transitar em outras posições no mercado de trabalho.

na PNAD-C, que passou a prescindir da procura por trabalho, o indicador passou a registrar números mais elevados do que na PED. Segundo a PNAD-C, em 2018, a taxa de desalento havia alcançado 4,2% da força de trabalho ampliada no Brasil. Na RM de São Paulo, o índice foi o dobro do registrado pela PED (1,3% da força de trabalho ampliada contra 0,6% da força de trabalho), e mais do que o triplo quando calculado para a RM de Salvador (2,7% da força de trabalho ampliada contra 0,9% da força de trabalho)¹¹¹. Ademais, a PNAD-C captou um avanço do desalento a partir de 2015, ao contrário da PED, que computou certa estabilidade do indicador.

Figura 13: Medidas de subutilização da força de trabalho (2012-19)



Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Nota: Até o terceiro trimestre de 2015, a subocupação traduzia a insuficiência de horas efetivamente trabalhadas. A partir do trimestre seguinte, o indicador passou a se referir à insuficiência de horas habitualmente trabalhadas. Neste capítulo, os dados da subocupação para 2015 se referem apenas aos três primeiros trimestres.

¹¹¹ Já foi dito que a procura por trabalho é uma experiência significativa dos grandes centros urbanos, onde as informações ocupacionais são vastas e de difícil acesso. No meio rural e em cidades de pequeno porte, o indivíduo pode rapidamente entender que já esquadrinhou todas as vagas disponíveis, e assim, desistiu de procurar por mais tempo, permanecendo em um estado latente entre a inatividade e o desemprego. Isso ajuda a explicar por que o desalento é menor nas regiões metropolitanas (1,9% da força de trabalho ampliada em 2019) do que em outras localidades (5,6% no mesmo ano).

A taxa de desemprego aberto aumentou durante a crise e caiu levemente entre 2017 e 2019 (0,8 p.p.), enquanto a taxa de desemprego ampliado permanecia estável. Isso porque a subocupação cresceu no período, saltando de 4,6% para 7,6% da população ocupada entre 2015 e 2019. Frente à desestruturação do mercado de trabalho e aos níveis historicamente baixos de demanda agregada, para muitos indivíduos, a participação econômica se deu através de ocupações de baixa intensidade e remuneração¹¹². Se sabe que a subocupação acompanha o dinamismo econômico, traduzindo a restrição das oportunidades de trabalho de tempo integral (Machado; Machado, 2010; Monsueto; Carrijo; Gouveia, 2017). Além disso, os subocupados tendem a ser menos escolarizados e a estar engajados em ocupações elementares de alta rotatividade. Em 2019, esse grupo era formado por indivíduos que transitaram do desemprego para a subocupação, ou que haviam experimentado redução da jornada de trabalho, tornando-se insatisfeitos e desejando trabalhar por mais tempo (Ikuta; Monteiro, 2020). Ao unificar o desemprego e a subocupação, o desemprego ampliado fornece um panorama mais robusto sobre o processo de desestruturação do mercado de trabalho, alcançando 18,4% da força de trabalho em 2019, 6,7 p.p. acima da taxa de desemprego aberto (11,7%).

Como último expediente, a Figura 13 apresenta a taxa composta de subutilização da força de trabalho, que saltou 8,4 p.p. de 2014 a 2017 (de 15,8% para 24,2% da força de trabalho ampliada). O indicador permaneceu estável no período seguinte, e por esse motivo, passou a ser evocado em análises pessimistas sobre as perspectivas do mercado de trabalho durante a recuperação econômica, ao contrário do que poderia supor um olhar exclusivamente pautado pelas taxas de desemprego aberto (Pamplona, 2018). É preciso refletir sobre o significado desses números. Em primeiro lugar, a subutilização da força de trabalho ocasiona perda de potencial produtivo. Isso faz com que o Brasil desperdice os últimos anos de bônus demográfico, com consequências negativas de longo-prazo para o desenvolvimento econômico (Alves; Cavenaghi, 2019)¹¹³. E em segundo lugar, o trabalho é a fonte mais importante de recursos e de *status* em sociedades capitalistas, o que faz com que a exclusão total ou parcial do mercado de trabalho provoque perda de bem-estar. Nos casos mais graves, as dificuldades de inserção profissional prejudicam todo o grupo familiar, devido à ausência de outras fontes de renda ou ao baixo valor das políticas socioassistenciais. A deterioração do mercado de trabalho desemboca na deterioração das condições de existência de inúmeros arranjos familiares. Não à toa, a subutilização da força de trabalho é um tema

¹¹² Em 2019, o rendimento médio dos trabalhadores subocupados era de 863,24 reais, contra 2.339,3 reais entre os empregados não-subocupados.

¹¹³ No Brasil, a expansão da população economicamente ativa se assentou na inserção feminina no mercado de trabalho. Logo, as condições de procura por trabalho experimentadas pelas mulheres configuram um tema importante para o debate público sobre o bônus demográfico e seus efeitos econômicos positivos.

recorrente em estudos sobre pobreza e vulnerabilidade social (Gallie; Paugam, 2000; Pedulla; Newman, 2011). Isso é ainda mais relevante em uma sociedade como a brasileira, marcada por graves desigualdades sociais, baixa institucionalização do desemprego e fronteiras porosas entre as situações ocupacionais.

4.4. Discussão

Vimos que as estatísticas sobre o mercado de trabalho, a depender das suas escolhas metodológicas, podem pintar cenários muito diferentes acerca da abrangência e da persistência do desemprego. Essas estatísticas possuem um caráter normativo, subsidiando o ordenamento do mercado de trabalho e a elaboração de políticas públicas (Demazière; 2008).

O primeiro propósito deste capítulo foi historicizar a mensuração do desemprego nas pesquisas domiciliares, considerando os debates institucionais e acadêmicos e a sua influência no Brasil. Foi possível destacar três períodos distintos: a criação das primeiras medidas de desemprego, bastante limitadas quando aplicadas ao caso brasileiro, dada a desregulação dos vínculos trabalhistas e a relevância do autoemprego; a eclosão de um debate na década de 1980, que colocou em xeque os parâmetros utilizados pelas estatísticas oficiais; e a produção gradativa de consensos dos anos 2000 em diante, processo que culminou na implementação de uma nova pesquisa domiciliar no ano de 2012. É verdade que, mesmo que exista uma estatística oficial de desemprego em cada época, os microdados das pesquisas domiciliares permitiam a produção de medidas alternativas, baseadas períodos de referência diversos para captar a procura por trabalho. Com a digitalização dos microdados e o fortalecimento do debate público sobre a transparência das estatísticas governamentais, pouco a pouco, se tornou mais fácil para os grupos de pesquisa produzirem informações por iniciativa própria, utilizando categorias que não necessariamente dependem do discurso oficial. Ainda assim, a existência de uma categoria oficial de desemprego, elaborada pelo poder público, evidencia uma série de representações sobre as dinâmicas do mercado de trabalho, e de modo complementar, quais são as medidas que legitimamente devem balizar as políticas públicas e a avaliação do desempenho econômico.

O segundo propósito foi analisar criticamente as medidas de desemprego, ao enfatizar as dinâmicas do nosso mercado de trabalho e as fronteiras entre a ocupação, o desemprego e a inatividade. Foram discutidas as variações temporais e espaciais da estruturação (ou desestruturação) do mercado de trabalho, reforçando a ideia de que o

desemprego aberto constitui uma experiência particular, que depende de algumas condições para que seja possível. Durante períodos de crescimento econômico e em locais economicamente mais dinâmicos, a estruturação do mercado de trabalho foi acompanhada por menores índices de desemprego oculto e pelo aumento da razão entre o desemprego aberto e o total. O texto também destacou o crescimento da subutilização da força de trabalho durante a crise de 2014-16, seguido por certa estabilidade na recuperação de 2017-19.

Algumas reflexões sociológicas devem enriquecer esse panorama. Dialogando com Fligstein e McAdam (2011), pode-se definir o mercado de trabalho como um “campo de ação estratégica”, onde seus participantes interagem, compartilham significados sobre o funcionamento do campo e disputam recursos materiais e simbólicos. O “lugar” ocupado pelo indivíduo no campo, a partir do nível de renda, dos atributos pessoais, da trajetória ocupacional e da participação em redes interpessoais e institucionais, define quais estratégias de procura por trabalho estão ao alcance desses indivíduos. A obtenção de uma ocupação assalariada depende da simetria de preferências entre trabalhadores e empregadores, que é influenciada pela distribuição de pessoas e postos de trabalho em um território (Steiner, 2017; Stovel; Fountain, 2011). Mas nem todos os indivíduos são absorvidos pelo mercado formal. Na RM de Salvador, como um caso exemplar, muitos indivíduos trabalham de maneira subremunerada e esporádica. A continuidade da procura por trabalho durante a prestação de “bicos” revela que essa não é uma posição estável. Para além do ajuste das expectativas entre trabalhadores e empregadores, o mercado de trabalho brasileiro é composto por um circuito informal de pessoas, bens e serviços. Então, o mercado de trabalho não configura um sistema homogêneo de compra e venda de força de trabalho, mas uma arena onde diferentes campos de práticas possuem regras e princípios diversos de valoração do trabalho. No caso do trabalho precário, as preferências e as necessidades pessoais (entre as famílias pobres, com destaque para o segundo fator) se combinam na implementação das estratégias individuais e familiares de geração de renda.

O desalento também merece considerações adicionais. Beckert (2013) afirma que os indivíduos, em cenários de incerteza, tomam decisões por meio da elaboração de imagens sobre o futuro. Essas imagens partem dos resultados prováveis dos eventos, que são acessíveis por meio de representações sobre a realidade. A desistência de procurar emprego envolve juízos de valor sobre as capacidades pessoais e as perspectivas do mercado de trabalho, desembocando em avaliações pessimistas sobre as chances de inserção ocupacional. Esses fatores estão imbricados no cotidiano, e as imagens negativas sobre o futuro, como representações mais ou menos informadas, levam à saída do mercado de trabalho ou à procura desorganizada, com interrupções ao longo do tempo (Carrera, 2011).

A operacionalização do desalento na PED e na PNAD-C traduz visões conflitantes a respeito da aderência dos desalentados ao mercado de trabalho. Na PED, nota-se a tentativa de captar a desistência recente da procura, quando, logo no momento da sua criação, os baixos índices de desemprego aberto deveriam ser explicados pela entrada dos indivíduos até então ativos na inatividade involuntária; já a PNAD-C classifica como desalentados os indivíduos que, independentemente das suas transições no (e fora do) mercado de trabalho, desistiram de procurar trabalho por razões alheias à sua vontade, compondo uma força de trabalho potencial que deve ser absorvida pela expansão das vagas de emprego. Nos próximos capítulos, espero demonstrar que a continuidade da procura por trabalho não se baseia em decisões de custo-benefício realizadas por indivíduos isolados, mas em ponderações de trabalhadores incluídos em redes de suporte público e privado, e que a todo momento, avaliam sua posição social em mercados competitivos.

O principal desafio deste capítulo foi combinar, em um mesmo estudo, as práticas de classificação e as tendências do mercado de trabalho. De um lado, as categorias constituem o objeto de análise, tendo em vista a produção de consensos e conflitos na elaboração de conceitos com validade institucional. De outro, as categorias servem como instrumento de análise, e assim, elucidam os problemas do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo em períodos econômicos recessivos. Para combinar essas duas dimensões, cabe reconhecer que as categorias e as “coisas” que elas descrevem encontram-se misturadas. Isso demanda um exame dos esquemas classificatórios a partir das suas ontologias e da sua relação com o mundo social (Roth, 2005). Ainda em diálogo com Roth (2005), penso que não seria útil pôr em paralelo as estatísticas oficiais com um conceito abstrato de desemprego, a fim de contrastar as categorias com o mundo “real”. O próprio conceito de desemprego foi elaborado por meio da interface entre as estatísticas públicas e as pesquisas acadêmicas, o que demanda o acompanhamento da elaboração das categorias institucionais e uma análise sobre o que elas revelam acerca do funcionamento do mercado de trabalho.

A construção normativa do desemprego nas estatísticas oficiais influenciou a construção normativa do desemprego nas políticas públicas. A legitimidade da procura por trabalho na classificação do desemprego, na primeira metade do século XX, foi acompanhada, décadas mais tarde, pela legitimidade da procura por trabalho na definição dos critérios de elegibilidade dos programas de seguro-desemprego. As políticas ativas passaram a ser utilizadas para impelir os trabalhadores à procura por trabalho, com base na regulação do tempo livre (Boland; Griffin, 2019). A legitimidade social da procura por trabalho (Maruani; Reynaud, 2004) serviu de modelo para as políticas de emprego, o que motivou, a partir da década de 1980, o monitoramento dos beneficiários nos países capitalistas centrais, experiência observada no Brasil desde os anos 2010. Portanto, a elaboração das estatísticas

oficiais caminhou junto com a gestão da população via normas e práticas que são aplicadas no mercado de trabalho formal.

Dois temas ainda merecem ser melhor analisados. O primeiro é a estratificação do mercado de trabalho brasileiro, o que traduz a distribuição desigual dos riscos do desemprego. O segundo é a forma pela qual indivíduos, unidades domésticas e características estruturais dos mercados de trabalho se interseccionam nas experiências de desemprego. O próximo capítulo, que fecha esta Parte II da Tese, discutirá esses assuntos.

5. Desemprego e distribuição dos riscos sociais: perfis individuais, composição do mercado de trabalho e dinâmicas dos arranjos domiciliares

As taxas de desemprego aberto figuram entre as estatísticas mais utilizadas em pesquisas sobre o mercado de trabalho. Por um lado, informam a capacidade de absorção de mão de obra, servindo para mensurar os ciclos econômicos. Por outro, rotulam uma parcela da população que está involuntariamente desprovida da principal fonte de recursos nas sociedades capitalistas. Após explorar a história da mensuração do desemprego, pretendo examinar mais profundamente a distribuição dos riscos do desemprego no Brasil. Isso porque as chances de experimentar o desemprego variam no interior da força de trabalho, o que também vale para seus impactos materiais e para as oportunidades de reinserção profissional. Em outras palavras, o desemprego é um fenômeno socialmente estratificado.

Nas pesquisas domiciliares, o cálculo da taxa de desemprego aberto se baseia no indivíduo, o que faz sentido, quando consideramos o processo de individualização da venda da força de trabalho que estruturou a formação dos mercados de trabalho. No Brasil, diversas pesquisas têm analisado a distribuição das chances de desemprego a partir das características dos indivíduos, sublinhando a estratificação do mercado de trabalho e as condições desiguais de inserção profissional. Buscarei dialogar com essas pesquisas ao longo do capítulo.

Contudo, as condições de existência e as decisões econômicas dos trabalhadores não podem ser dissociadas das relações de solidariedade e autoridade que ocorrem nas unidades domésticas. É verdade que a urbanização e a industrialização transformaram as relações de parentesco, afetando a maneira como se articulam laços familiares e a vida econômica (Arriagada, 1998; Farrell; Vandevusse; Ocobock, 2012). Ainda assim, as famílias retiveram atribuições importantes nas sociedades modernas, como a gestão do consumo, a regulação da sexualidade, a socialização primária e o desempenho das atividades de cuidado.

Em certa medida, o “sucesso” da procura por trabalho depende da disponibilidade e das características das redes interpessoais, incluindo aquelas centradas na família. Podemos pensar no papel das relações familiares e de afinidade no acesso a informações e oportunidades (Lin, 2000; Guimarães, 2017); na forma como as atividades produtivas e reprodutivas são divididas nos domicílios, o que permite, para alguns indivíduos, o investimento de tempo e recursos na procura por trabalho (Goldani, 2002; Guiginsky;

Wajnman, 2019); na transmissão intergeracional de oportunidades ocupacionais (Xavier; Neves, 2012; Ribeiro; Carvalhaes, 2020); e no papel protetivo das famílias durante o desemprego, a partir da circulação informal de bens e serviços (Binns; Mars, 1984; Bendassoli et al., 2015).

A fim de conectar as dimensões pessoais e familiares em uma reflexão sociológica sobre os riscos do desemprego, este capítulo se divide em mais três tópicos. O primeiro analisa a vulnerabilidade dos trabalhadores ao desemprego, com base nas características da força de trabalho (escolaridade, sexo, raça e idade) e nas formas típicas de inserção ocupacional (modalidades de vínculo empregatício e distribuição dos indivíduos em categorias ocupacionais). Já um segundo tópico discute como os riscos do desemprego atravessam os arranjos domiciliares. Nesses arranjos, as relações de parentesco estruturam sistemas de direitos e deveres, que condicionam a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Em seguida, o terceiro tópico aprofunda a etapa descritiva e apresenta os resultados de uma regressão logística com distribuição binomial da variável dependente. O objetivo é calcular a probabilidade de o indivíduo estar na situação de desemprego aberto ou compor a força de trabalho potencial (portanto, sem ocupação remunerada, mas com certa aderência ao mercado de trabalho), tendo em vista as características de perfil pessoal e dos arranjos domiciliares. Essa iniciativa me permitirá analisar, em diálogo com a literatura sociológica, a definição de posições sociais a partir da distribuição dos riscos do desemprego.

5.1. A estratificação do desemprego no Brasil contemporâneo

5.1.1. Os diferenciais de desemprego por escolaridade, sexo, raça e idade

No Brasil, estudos importantes já discutiram a associação entre desemprego e características da força de trabalho. Goodman e Oliveira (1977) analisaram o assunto de forma pioneira, e constataram que, em Belo Horizonte, as taxas de desemprego eram mais elevadas entre as mulheres, jovens e trabalhadores com escolaridade intermediária.

O tema não ressoou nos anos seguintes, pois o desemprego aberto era um problema pouco relevante. Isso mudou nos anos 1990, quando o assunto passou a ser revisitado de maneira sistemática, em um cenário marcado pelo aumento das taxas de desemprego durante a reestruturação produtiva. Bem assim, Bivar (1993) constatou a prevalência do desemprego

feminino, que tendia a ser mais breve do que o masculino, devido à transição corriqueira entre o desemprego e a inatividade. No mesmo ano, De Toni et al. (1993) afirmaram que mulheres, jovens, negros e trabalhadores pouco escolarizados eram, na Região Metropolitana de Porto Alegre, mais vulneráveis ao desemprego do que suas contrapartes.

Ao final da década de 1990, as pesquisas sobre o tema ainda eram escassas. Barros, Camargo e Mendonça (1997) buscaram preencher essa lacuna, analisando a distribuição das chances de desemprego por escolaridade, sexo e idade na Região Metropolitana de São Paulo. Os autores anotaram os altos índices de desemprego entre mulheres, jovens e trabalhadores com 5 a 7 anos de estudo, enquanto a procura por trabalho era mais duradoura entre as mulheres, de idade avançada e com Ensino Superior completo. Analisando um conjunto de regiões metropolitanas, Fernandes e Picchetti (1999) revelaram que as mulheres e os trabalhadores com 6 a 7 anos de estudo eram mais propensos ao desemprego. As chances de desemprego também eram maiores entre os trabalhadores com até 30 anos de idade e com 78 anos ou mais. Vale reconhecer que Fernandes e Picchetti (1999) incluíram nos testes a variável racial, mas sua influência no modelo foi considerada não-significativa.

Lavinas, Amaral e Barros (2000) analisaram o íterim entre as décadas de 1980 e 1990, e perceberam que a incidência do desemprego entre homens e mulheres havia se modificado nas regiões metropolitanas. As taxas de desemprego costumavam ser mais elevadas entre as mulheres, mas uma crise econômica, ao final dos anos 1980, acabou afetando os homens de maneira desproporcional. O desemprego masculino se tornou mais frequente do que o feminino no período 1990-95, mas nos anos seguintes, a taxa feminina passou a crescer de maneira expressiva, em parte, devido à entrada de mulheres na população economicamente ativa. Pouco tempo depois, Camargo (2003) atualizou a tendência de concentração do desemprego entre os trabalhadores com escolaridade intermediária.

Na segunda metade dos anos 2000, Menezes e Dedecca (2006) se detiveram nas regiões metropolitanas de Salvador e São Paulo, e confirmaram que o desemprego era mais duradouro entre as mulheres. Já Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) calcularam as chances de desemprego em diferentes grupos de trabalhadores. Como em boa parte das pesquisas anteriores, jovens, negros (agora como uma variável significativa), mulheres e trabalhadores com escolaridade intermediária eram mais vulneráveis ao desemprego.

A década de 2010 foi especialmente desafiadora para esse campo de estudos, devido à eclosão de uma crise econômica a partir de 2014. Alguns autores abordaram a estratificação do desemprego nesse período, como Pochmann (2015), que sublinhou o avanço da taxa de desemprego entre mulheres, trabalhadores mais velhos e com baixa

escolaridade. Reis (2019) estimou a probabilidade da transição desemprego-emprego entre 2013 e 2016, que era menor entre as mulheres, os trabalhadores mais velhos e aqueles com formação universitária. Em períodos econômicos favoráveis, as mulheres experimentam uma piora relativa de sua posição no mercado de trabalho, o que aumenta, em comparação aos homens, a probabilidade de entrada no desemprego (Reis, 2019). Já Corseuil, Popolonsky e Franca (2018) investigaram as diferenças etárias, e confirmaram que as chances de desemprego juvenil tendem a aumentar de maneira desproporcional em períodos econômicos recessivos. Finalmente, Simões, Alves e Silva (2016) analisaram o comportamento de diferentes grupos de trabalhadores durante a crise econômica. O desemprego feminino caiu mais lentamente do que o masculino até 2014, quando passou a crescer de maneira acentuada. O aumento do número de contratações até 2014 beneficiou os trabalhadores com até 24 anos, enquanto no início da crise, apenas entre os idosos a taxa de desemprego se manteve estável.

A remissão a esse campo de estudos não pretende ser exaustiva. Meu objetivo foi identificar as principais evidências sobre a estratificação do desemprego no Brasil, um debate que é historicamente recente, acompanhando a elaboração do desemprego aberto como um problema público. Pretendo contribuir com essa agenda investigativa ao analisar um momento instável do mercado de trabalho brasileiro (2012-19), o que me permite discutir, mesmo que examinando um curto espaço de tempo, como as posições relativas dos trabalhadores são transformadas ou consolidadas em diferentes conjunturas econômicas.

O primeiro passo é analisar as taxas de desemprego aberto segundo grupos da força de trabalho. Além de mudanças que facilitam a leitura dos indicadores de escolaridade e idade¹¹⁴, agreguei pretos e pardos em uma mesma categoria racial, iniciativa que dialoga com as contribuições de Hasenbalg e Silva (1990). Os autores afirmam que pretos e pardos apresentam características socioeconômicas muito próximas, o que justifica a unificação dessas duas categorias sob a denominação “negros” ou “não brancos”. Segundo Cardoso (2013), isso se deve ao fato de que, nas pesquisas domiciliares, um único indivíduo informa a raça de seus parentes, provocando um deslocamento não desprezível entre as

¹¹⁴ Classifiquei a escolaridade a partir de quatro níveis: *i*) os trabalhadores sem Ensino Fundamental; *ii*) com Ensino Fundamental completo; *iii*) com Ensino Médio completo; e *iv*) com Ensino Superior completo. O propósito foi reduzir as categorias existentes na PNAD-C, identificando a formação mais elevada que foi alcançada pelo trabalhador. Em seguida, transformei a idade, uma variável contínua, em uma variável categórica com sete valores possíveis: *i*) 18 a 24 anos; *ii*) 25 a 29 anos; *iii*) 30 a 39 anos; *iv*) 40 a 49 anos; *v*) 50 a 59 anos; e *vi*) 60 a 64 anos. Novamente, o objetivo foi facilitar a análise, produzindo grupos relativamente homogêneos e distintos entre si. Os indivíduos com idade entre 14 e 17 anos estão em uma condição particular no mercado de trabalho, pois são legalmente habilitados a atuar apenas como aprendizes. A procura laboral nesse grupo, que recorrentemente possui caráter esporádico e em conciliação com os estudos, difere da que ocorre entre os trabalhadores com idade acima de 18 anos. Isso me levou a restringir a análise aos trabalhadores maiores de idade, com o objetivo de garantir uma maior unidade à amostra. Por outro lado, a restrição da amostra à população com até 64 anos de idade visa focar o estudo nos indivíduos com maior aderência ao mercado de trabalho, excluindo os aposentados.

classificações raciais de uma coleta a outra, o que ocorre, sobretudo, entre as categorias “preto” e “pardo”. O procedimento foi extensamente replicado em pesquisas acadêmicas, e sua validade permanece atual (Lima, 2018).

A Tabela 16 apresenta as taxas de desemprego segundo grupos da força de trabalho. O indicador aumentou de maneira unívoca entre 2015 e 2017, durante uma crise econômica. Nos dois anos seguintes, é possível notar uma tendência de queda, ainda que sutil. A Tabela 16 informa que o desemprego é mais elevado entre as mulheres, negros, trabalhadores com escolaridade intermediária e jovens. As maiores diferenças foram observadas nos níveis etários: em 2019, a taxa de desemprego para os trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos era quase o dobro da registrada pelos trabalhadores com idade entre 25 e 29 anos, e cerca de 5 vezes superior à registrada pelos trabalhadores com idade entre 60 e 64 anos.

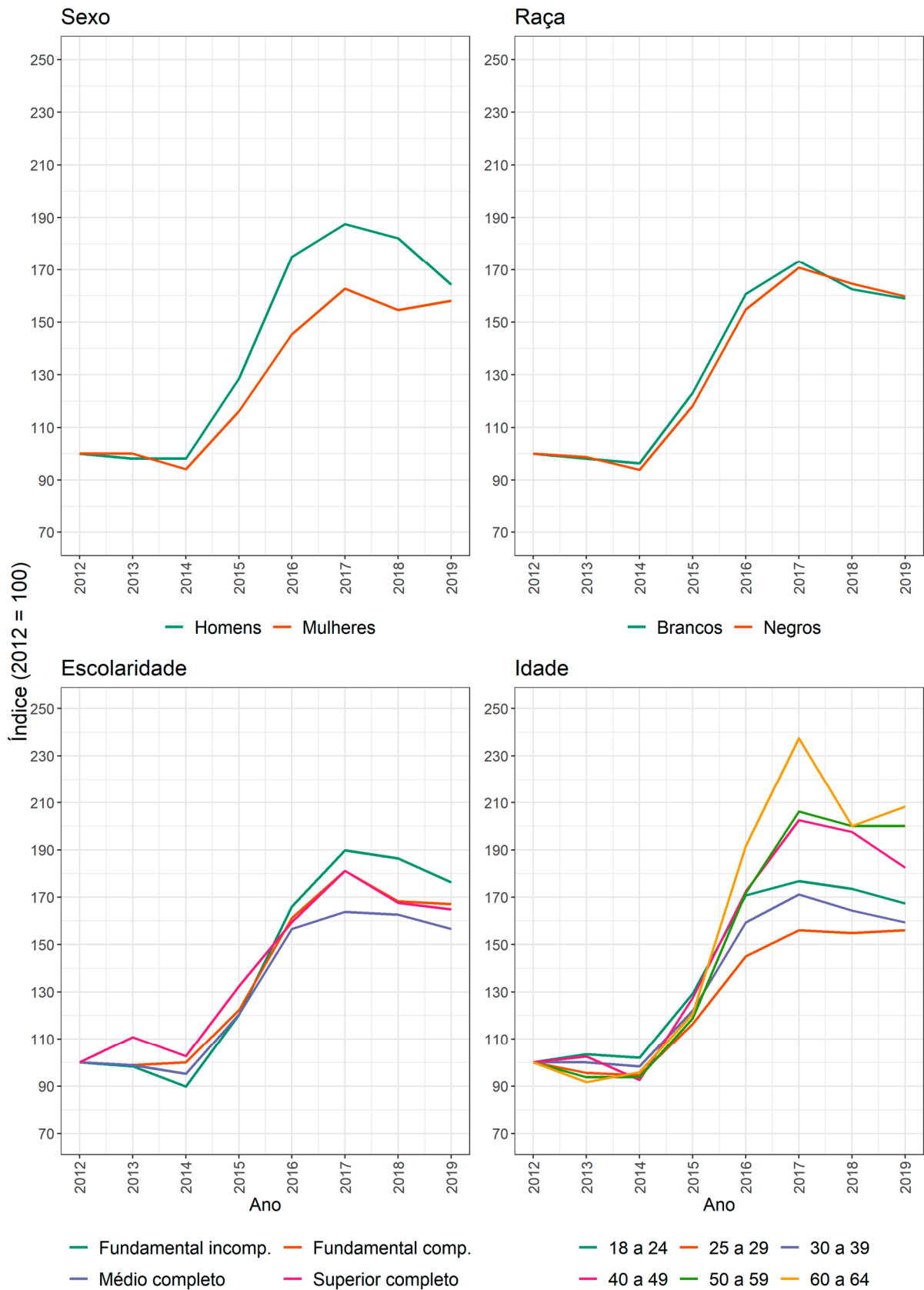
Tabela 16: Taxas de desemprego por características da força de trabalho (2012-2019) (em % da força de trabalho com idade entre 18 e 64 anos)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Sexo								
Homens	5,6	5,5	5,5	7,2	9,8	10,5	10,2	9,2
Mulheres	8,6	8,6	8,1	10	12,5	14	13,3	13,6
Raça								
Branços	5,6	5,5	5,4	6,9	9	9,7	9,1	8,9
Negros	8,2	8,1	7,7	9,7	12,7	14	13,5	13,1
Escolaridade								
Fundamental incompleto	5,9	5,8	5,3	7,1	9,8	11,2	11	10,4
Fundamental completo	8,5	8,4	8,5	10,4	13,7	15,4	14,3	14,2
Médio completo	8,3	8,2	7,9	10	13	13,6	13,5	13
Superior completo	3,7	4,1	3,8	4,9	5,9	6,7	6,2	6,1
Faixa etária								
18 a 24 anos	14,7	15,2	15	19	25,1	26	25,5	24,6
25 a 29 anos	9,1	8,7	8,6	10,6	13,2	14,2	14,1	14,2
30 a 39 anos	5,9	5,9	5,8	7,2	9,4	10,1	9,7	9,4
40 a 49 anos	4	4,1	3,7	5,1	6,9	8,1	7,9	7,3
50 a 59 anos	3,2	3	3	3,8	5,5	6,6	6,4	6,4
60 a 64 anos	2,4	2,2	2,3	2,9	4,6	5,7	4,8	5

Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

A Figura 14 complementa esse apanhado e informa a variação relativa das taxas de desemprego, tomando como referência o ano de 2012. O objetivo é verificar quais grupos foram os principais afetados pela crise econômica.

Figura 14: Variação relativa das taxas de desemprego (2012-2019)



Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Entre 2015 e 2017, o desemprego cresceu mais acentuadamente entre os homens do que entre as mulheres, mas essa tendência foi sucedida por um recuo do indicador entre 2018 e 2019, enquanto o desemprego feminino permanecia estável. Já a diferença entre brancos e negros se manteve inalterada. Também chama atenção que os trabalhadores sem Ensino Fundamental foram mais afetados pela crise econômica do que suas contrapartes. Isso vale para os trabalhadores mais velhos, ainda que a tendência não tenha sido suficiente para equilibrar a disparidade etária do indicador.

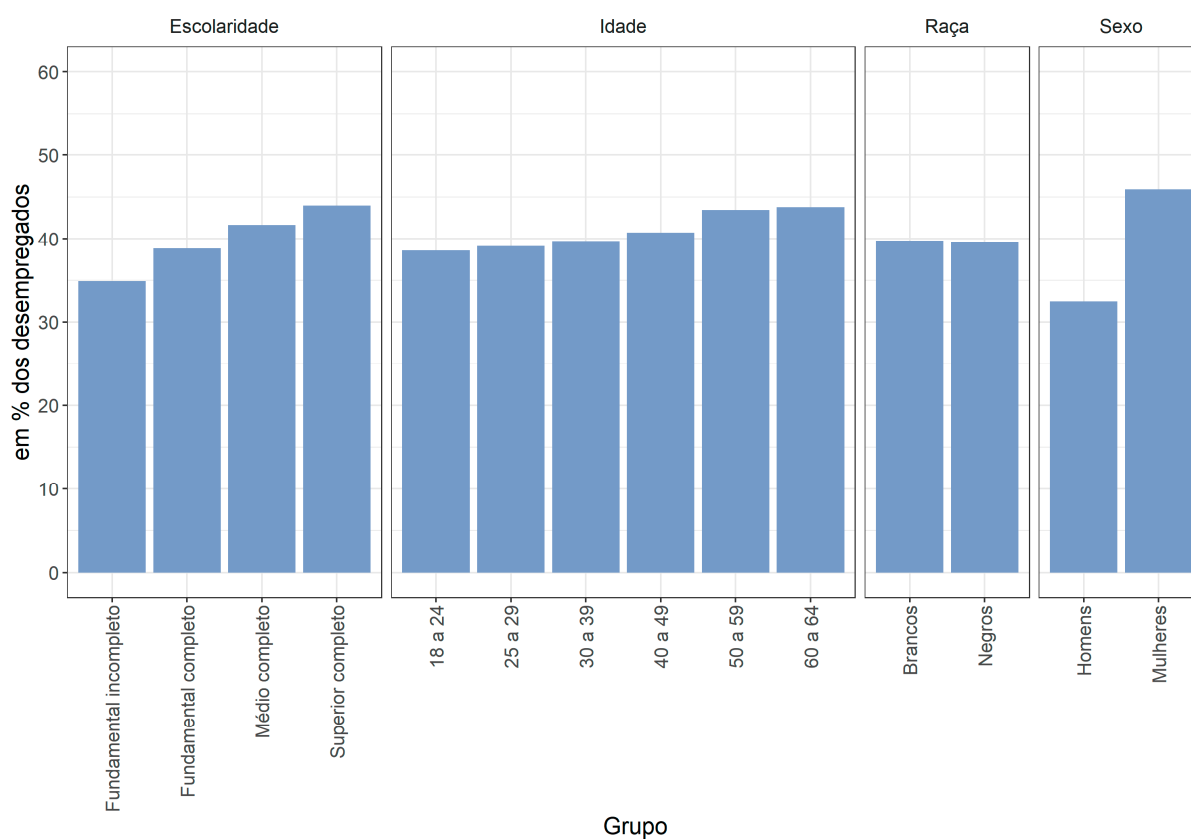
A proporção de desempregados de longa-duração responde se as taxas elevadas de desemprego em certos grupos se devem à rotatividade no mercado de trabalho (ou seja, a frequência pela qual os indivíduos adentram na condição de desemprego) ou à duração do desemprego. Se sabe que o desemprego de longa-duração prejudica as oportunidades econômicas futuras, devido ao enfraquecimento dos laços sociais profissionais, estigmatização e impossibilidade de acumular experiência ocupacional (Nichols; Mitchell; Lindner, 2013; Lindsay, 2009). O tema tem ganhado atenção do debate público, em face do aumento do indicador durante a flexibilização dos sistemas produtivos¹¹⁵. A Figura 15 segue a definição da OIT e informa a proporção média de desempregados que, entre 2012 e 2019, estavam procurando trabalho há 1 ano ou mais. O índice tende a ser maior entre as mulheres do que entre os homens, além de avançar com a formação escolar e a idade, enquanto revela certa similaridade entre brancos e negros. Comparando os dados da Tabela 16 e da Figura 15, chama atenção que apenas as mulheres combinam taxas elevadas de desemprego e de desemprego de longa-duração. Já nos níveis escolares e grupos etários, nota-se uma relação inversa entre os indicadores.

Vale refletir sobre a articulação entre o desemprego e o desemprego de longa-duração em cada grupo. É comum afirmar que a escolaridade determina o acesso a oportunidades econômicas. Diversas pesquisas sustentam que os níveis escolares condicionam as chances profissionais dos trabalhadores, a formação de expectativas e a tomada de decisões no mercado de trabalho (Kodde, 1998; Nickell; Bell, 2014). A escolaridade também está vinculada à aquisição de habilidades que são úteis ou necessárias à atuação profissional, particularmente em trabalhos técnicos e especializados (Mincer, 1991). Os trabalhadores com formação elevada são considerados “não redundantes”, ou seja, dotados de aptidões pouco comuns no mercado de trabalho. Isso os torna menos suscetíveis a demissões, ao contrário do que ocorre entre os trabalhadores com baixa escolaridade, que experimentam uma maior rotatividade ocupacional (Arkes, 2010). A escolaridade é um ativo

¹¹⁵ A partir da década de 1980, o desemprego de longa-duração cresceu no Brasil. Segundo a PED, na RM de São Paulo, o tempo médio dispendido na procura por trabalho entre os desempregados saltou de 22 para 48 semanas entre 1985 e 2018. Na RM de Salvador, o salto foi ainda mais expressivo: 33 para 61 semanas entre 1997 e 2018.

que diferencia internamente a força de trabalho, sendo que os trabalhadores mais escolarizados (com tudo que acompanha o processo de educação formal, como a pressuposição de criatividade, capacidade de adaptação a novas tecnologias, disciplina e incorporação de conhecimento “útil”) largam na frente na disputa por empregos (Lauer, 2005; Borges, 2006).

Figura 15: Taxa média de desemprego de longa-duração, por características da força de trabalho com idade entre 18 e 64 anos (2012-2019)



Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Entre os trabalhadores com escolaridade intermediária, as taxas mais altas de desemprego se devem a dois fatores (Camargo, 2002; Oliveira; Scorzafave; Pazello, 2009). Em primeiro lugar, os trabalhadores jovens estão sobrerrepresentados no grupo com escolaridade intermediária¹¹⁶, o que eleva as taxas de desemprego. E em segundo lugar, algumas circunstâncias diminuem a incidência do desemprego aberto entre os trabalhadores

¹¹⁶ Em 2019, 24,8% dos trabalhadores com Ensino Fundamental completo e 25,2% dos trabalhadores com Ensino Médio completo possuíam idade entre 18 e 24 anos, contra apenas 6,7% entre os trabalhadores sem Ensino Fundamental e 5,4% dos trabalhadores com Ensino Superior completo.

com formação universitária e com baixa escolaridade. No primeiro caso, o fenômeno é intuitivo, e resulta da estabilidade das trajetórias ocupacionais. Já os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade tendem a participar da economia informal. Esses trabalhadores não desfrutam de subsídios públicos ou de poupanças durante a procura por trabalho, e assim, experimentam o desemprego como uma situação emergencial de acesso a recursos, levando à entrada em ocupações sub-remuneradas e desprotegidas. Ainda assim, os trabalhadores menos escolarizados experimentaram o maior crescimento relativo do desemprego no período 2015-2017, devido à deterioração das ocupações elementares durante a recessão econômica. No último tópico deste capítulo, a aplicação de um modelo de regressão me ajudará a entender melhor a influência da escolaridade nas chances de desemprego.

Entre os menos escolarizados, as taxas de desemprego são influenciadas pela rotatividade laboral, e não tanto pelo desemprego duradouro. É menos custoso contratar trabalhadores pouco qualificados, que além disso, estão disponíveis e aptos a assumir um leque amplo de ocupações elementares, ao contrário do que ocorre entre os trabalhadores escolarizados (Kettunen, 1997). A essa “flexibilidade”, se soma o fato de que a procura por empregos entre os trabalhadores qualificados se desenrola em um cenário no qual é possível fazer planejamentos de longo-prazo, por causa do acesso a renda via familiares, poupanças e/ou seguro-desemprego. Com efeito, os trabalhadores qualificados são mais cautelosos e seletivos na procura por trabalho, o que quer dizer que o salário de reserva deste grupo é maior.

Por sua vez, o desemprego feminino ajuda a elucidar as transformações da nossa sociedade nas últimas décadas. Em 1970, menos de 20% das mulheres eram economicamente ativas, contra 71,8% dos homens (Brumer, 1988). A mulher ocupada “típica” era jovem e solteira, em uma espécie de transição entre a escola e a formação de novas famílias. Mas desde então, alguns fenômenos elevaram a atividade feminina (Saffioti, 1985; Bruschini, 2007): fatores econômicos, como o assalariamento no meio rural, a necessidade de complementar a renda doméstica e a intensificação da demanda por força de trabalho¹¹⁷; fatores sociodemográficos, como o aumento do número de arranjos familiares chefiados por mulheres, queda das taxas de fecundidade e modificação do papel feminino na família e no mercado de trabalho; e a expansão da formação universitária entre as mulheres, o que melhorou as suas oportunidades de carreira.

¹¹⁷ Os anos 1970 marcaram a expansão do trabalho feminino em subsetores da indústria metalúrgica, como os setores de equipamentos elétricos e eletrônicos e de autopeças, bem como no setor terciário, que já contava com forte presença de mulheres (Saffioti, 1985).

Esses fenômenos perduraram nas décadas seguintes. Segundo os microdados da PNAD, a atividade feminina aumentou 1,7 p.p. entre 1992 e 1999 (de 47,2% para 49%), ao passo que a taxa masculina recuava 2,8 p.p. (de 76,6% para 73,8%). Devido ao desemprego masculino e juvenil, a ocupação feminina se tornou ainda mais importante para a sobrevivência das unidades domésticas (Montali, 2003; Ramos; Soares, 1995). A mulher casada e com filhos despontou como uma figura relevante no mercado de trabalho, sobretudo, a partir das trabalhadoras que permaneciam economicamente ativas após o matrimônio, ainda que com jornada e salário inferiores aos dos homens. A terciarização da economia foi responsável por empregar parte significativa dessas “novas” trabalhadoras, em face do enfraquecimento do emprego industrial. Isso refletiu uma nova organização da renda familiar, voltada a amortecer a perda do poder de compra das famílias durante a reestruturação produtiva (Leone, 1999).

Alguns fatores contribuem para o alto desemprego feminino. Além da discriminação direta nos mercados, por meio de uma avaliação não-objetiva da contribuição econômica das mulheres (Niemi; Lloyd, 1975), o desemprego feminino combina uma baixa absorção da mão de obra e a busca pela geração de renda familiar. A maioria das mulheres assume posições auxiliares de provisão doméstica, o que costuma ampliar o período de procura por trabalho, devido ao aumento do salário de reserva e à necessidade de conciliar tarefas produtivas e reprodutivas¹¹⁸ (Blau; Kahn, 1981; Timberlake, 2005). As evidências se assemelham às encontradas por Montagner (2004) e Menezes e Dedecca (2006), mas curiosamente, se afastam dos resultados de Bivar (1993). A autora constatou que o desemprego era mais duradouro entre os homens no início dos anos 1990, pois as mulheres, em cenários desfavoráveis, migravam do desemprego para a inatividade. Mas com o aumento da participação econômica feminina, as mulheres passaram a assumir cada vez mais o papel de desempregadas, dedicadas integralmente à procura por trabalho. Quando somado às dificuldades de inserção profissional, esse engajamento contribui para que as altas taxas de desemprego estejam vinculadas ao desemprego de longa-duração.

A transição de “fora” para “dentro” do mercado de trabalho também é mais intensa entre as mulheres, como forma de amortecer os impactos do desemprego masculino (Silva; Cunha, 2018). Esse fenômeno é comum nos países em desenvolvimento, onde as mulheres desempenham um comportamento contracíclico em períodos econômicos recessivos, o que faz com que a distensão da procura por trabalho se combine a um movimento pendular entre

¹¹⁸ A conciliação entre a procura por trabalho, de um lado, e a dedicação aos afazeres domésticos e atividades de cuidado, de outro, constitui um obstáculo para o acesso às ocupações remuneradas. Além da restrição do tempo disponível para procurar trabalho, os empregos ao alcance das mulheres acabam se limitando àqueles de jornada parcial e/ou próximos do domicílio, sendo necessário, ainda, mobilizar parentes no cuidado de crianças. Os capítulos 6, 7 e 8 discutirão esses temas com mais profundidade.

a inatividade e a atividade (Sabarwal; Sinha; Buvinic, 2010). Porém, a taxa masculina de desemprego evoluiu mais rapidamente do que a feminina durante a crise de 2014-16. Isso se deve à diferenciação dos tipos de emprego entre homens e mulheres, assunto que discutirei mais a diante.

A raça traduz o acesso a oportunidades, informações e recursos, sintetizando as condições de vida dos trabalhadores. No Brasil, De Toni et al. (1993) e Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) constataram que os trabalhadores negros são mais vulneráveis ao desemprego do que os trabalhadores brancos. Isso expressa a correlação entre raça e formação escolar (Senkevics; Machado; Oliveira, 2016), ao mesmo tempo que identifica os nichos profissionais com piores condições de trabalho. Mas se sabe que a influência da raça independe das variáveis que compõem o capital humano (Zwerling; Silver, 1992). Mesmo em grupos homogêneos de trabalhadores, os negros são demitidos mais frequentemente do que os trabalhadores brancos, e quando desempregados, enfrentam maiores dificuldades de reinserção profissional. Logo, Kingdon e Knight (2004) defendem que as diferenças raciais decorrem tanto das desigualdades escolares entre brancos e negros quanto de procedimentos discriminatórios nos mercados de trabalho. No Brasil, os estudos de Silva (1980) e Hasenbalg e Silva (1998) apresentaram contribuições importantes sobre o assunto. Para além do efeito de covariáveis, como as relativas ao trabalho e à educação, as diferenças raciais do desemprego são creditadas a uma desqualificação de grupos não-brancos na disputa por benefícios materiais e simbólicos. Também é preciso reconhecer a influência de variáveis não captadas pelas pesquisas domiciliares, como as características das redes interpessoais.

A taxa de desemprego de longa-duração é quase idêntica entre brancos e negros. Ao contrário do registrado na força de trabalho feminina, os maiores níveis de desemprego entre os trabalhadores negros resultam da rotatividade no mercado de trabalho, e não da duração do desemprego¹¹⁹. No Brasil, os trabalhadores pobres, negros e com baixa qualificação precisam procurar trabalho de maneira urgente e pouco planejada. O desemprego elevado e recorrente ocorre em um cenário no qual os indivíduos transitam entre ocupações instáveis, pois um sistema incipiente de proteção social dificulta a sobrevivência “fora” das relações mercantis.

A Tabela 16 demonstra que as taxas de desemprego caem com a idade, atualizando o padrão discutido por Fernandes e Picchetti (1999) e Simões, Alves e Silva (2016). A idade capta o estágio da carreira e o nível de capital humano, pois a força de trabalho costuma

¹¹⁹ Em um trabalho seminal, Morgenstern e Barrett (1974) chegaram a uma conclusão semelhante, que passou a balizar a literatura nas décadas seguintes.

incorporar conhecimentos e habilidades com o passar do tempo. Muitos jovens precisam assumir empregos inseguros, cujos requisitos de contratação são menos exigentes, e por esse motivo, experimentam uma maior rotatividade ocupacional (Baranowska; Gebel, 2010). Já os trabalhadores com mais idade e experiência desfrutam de carreiras estáveis, e assim, se tornam menos vulneráveis às demissões. Também é comum que os trabalhadores idosos transitem do desemprego para a inatividade, o que contribui para a diminuição da taxa de desemprego.

Durante a crise de 2014-16, o aumento do desemprego juvenil foi provocado pelo enfraquecimento das contratações e da transição da informalidade para o desemprego (Corseuil; Popolonsky; Franca, 2018). Porém, o desemprego avançou de maneira mais intensa entre os trabalhadores com idade elevada. É verdade que a taxa inicial foi bem menor do que a utilizada para o cálculo da trajetória do desemprego juvenil, mas ainda assim, o fenômeno chama atenção. É possível que os trabalhadores mais velhos tenham experimentado uma piora relativa da sua posição no mercado de trabalho, frente à flexibilização do trabalho e à incorporação de novas tecnologias. Ademais, os trabalhadores pouco escolarizados estão sobrerrepresentados nos *coortes* mais antigos, o que afeta tanto a taxa de desemprego quanto sua evolução.

A maior parte dos jovens assume papéis auxiliares de geração de renda, o que repercute em um menor salário de reserva. A pressão pelo sustento do domicílio aumenta junto com a idade, o que permite que os jovens ingressem em ocupações por experiência e afinidade, ou apenas para complementar a renda dos principais provedores. Isso faz com que o desemprego de longa-duração seja pouco frequente. A saída do desemprego costuma ser menos intensa entre os trabalhadores com idade avançada, já que o salário de reserva é mais alto do que entre os trabalhadores jovens (Reis, 2019). Além disso, os trabalhadores mais velhos tendem a construir carreiras especializadas, o que torna rarefeita a oferta de empregos e distende a procura por trabalho. Ter vínculos empregatícios duradouros também aumenta a probabilidade de acessar as políticas de emprego e previdenciárias, o que contribui para a formação de planejamentos de longo prazo.

5.1.2. Mercado de trabalho e diferenciação ocupacional: um aspecto estrutural da estratificação do desemprego

Em linhas gerais, as taxas de desemprego informam a posição relativa do trabalhador na distribuição de recursos e oportunidades econômicas. Contudo, os riscos do desemprego não decorrem apenas de um *ranking* de trabalhadores, como se a procura por trabalho fosse uma competição geral por vagas de emprego. Existem incentivos e limites à participação dos trabalhadores em cada nicho ocupacional, considerando as condições de trabalho e as demandas que são impostas à mão de obra nos processos de recrutamento.

Dois fenômenos estruturais ajudam a explicar a estratificação do desemprego no Brasil. Em primeiro lugar, as relações de trabalho que são típicas variam a depender das características da mão de obra, o que afeta a estabilidade do trabalho e o acesso às políticas de emprego. Em segundo lugar, as oscilações conjunturais nos diferentes “lugares” do mercado de trabalho impactam grupos específicos de trabalhadores. Isso define a probabilidade de saída do emprego e as oportunidades de reinserção profissional. A ideia básica é que a estratificação do desemprego não pode ser separada da demanda por mão de obra (Ulyssea, 2007; Amorim et al., 2006).

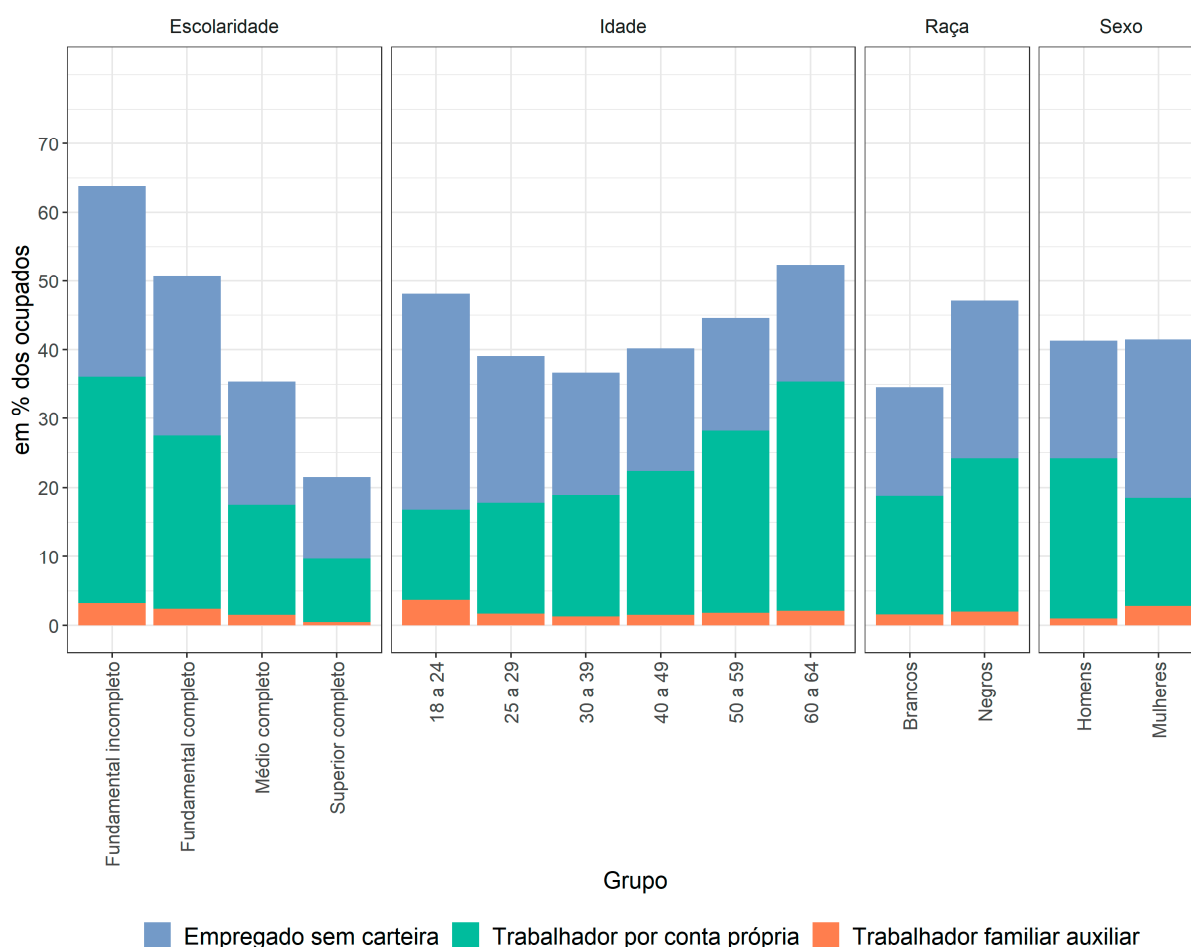
A Figura 16 aborda o primeiro aspecto e decompõe uma medida sintética de informalidade, composta pelos *i*) empregados sem registro em carteira; *ii*) trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); e *iii*) trabalhadores familiares auxiliares. Essas categorias produzem um índice agregado de informalidade, que costuma avançar em períodos de desestruturação do mercado de trabalho (Galeazzi, 2007). O foco na informalidade se justifica pela maior instabilidade das ocupações sem carteira, e pelo fato de que o trabalho informal, no Brasil, é um repertório importante de geração de renda para os trabalhadores pobres e menos escolarizados (Neri; Fontes, 2010). Além disso, devido à estabilidade dos empregos registrados, a transição da informalidade para o desemprego é mais comum do que a observada quando se toma o assalariamento como ponto de origem (Zylberstajn; Souza, 2015; Moreira; Foguel; Corseuil, 2017; Catelan; Cunha, 2020).

Os empregados sem carteira assinada são os trabalhadores com vínculo permanente e informal, e contam com baixos salários e vínculos instáveis, quando comparados aos trabalhadores com carteira¹²⁰. Esse tipo de vínculo prevalece entre os trabalhadores negros,

¹²⁰ Em 2019, no grupo compreendido pela Figura 16, 46,7% dos empregados sem carteira possuíam vínculo empregatício igual ou superior a 2 anos, enquanto o mesmo índice foi de 72,8% entre os empregados com carteira. Ademais, apenas 14,9% dos empregados sem carteira possuíam rendimento acima de 2 salários-mínimos, contra 43,1% dos empregados com carteira.

jovens, menos escolarizados e do sexo feminino, seguindo a tendência já discutida por Barbosa Filho e Moura (2015). Por causa da facilidade do rompimento do vínculo informal, que prescinde de indenizações, os trabalhadores sem carteira são mais vulneráveis ao desemprego. Isso faz com que a transição do emprego sem carteira para o desemprego seja mais intensa do que observada no emprego formal (Hirata; Machado, 2010).

Figura 16: Categorias de trabalho informal por características da força de trabalho, em % dos ocupados com idade entre 18 e 64 anos (2019)



Fonte: PNAD-C (2019). Elaboração própria.

O trabalho por conta própria inclui os trabalhadores que atuam em empreendimentos pessoais e que, ao contrário dos empregadores, não contam com auxiliares remunerados. Ainda que heterogênea, ao abarcar desde profissionais liberais até trabalhadores não-qualificados, a categoria traduz a instabilidade da renda e a dificuldade ou incapacidade de acessar mecanismos de proteção social (Holzman, 2013). Enquanto as fronteiras entre o

emprego sem carteira e o assalariamento são porosas, os trabalhadores por conta própria apresentam uma alta permanência na situação de informalidade, tendência discutida por diversas pesquisas ao longo das últimas décadas (Wajzman, 1995; Maciel, 2015). O trabalho por conta própria desponta entre os trabalhadores homens, negros, com baixa escolaridade e mais velhos. Também existem diferenças ocupacionais importantes entre as raças, revelando uma estratificação interna da informalidade¹²¹. Finalmente, os trabalhadores familiares auxiliares são aqueles que atuam gratuitamente no negócio de parentes. Essa categoria alcançou números muito baixos em 2019, ainda que as frequências tenham sido mais elevadas entre os trabalhadores sem Ensino Fundamental e com idade entre 18 e 24 anos.

A composição do trabalho informal é decisiva para a distribuição dos riscos sociais (Costa, 2010; Carvalhaes, 2015)¹²². Os grupos com maior proporção de empregados sem carteira também possuem as maiores taxas de desemprego, com exceção dos trabalhadores menos escolarizados, por razões já discutidas. Por sua vez, o trabalho por conta-própria combina as dificuldades de inserção ocupacional (o que explica sua maior incidência entre os trabalhadores negros e menos escolarizados) com a possibilidade de o trabalhador canalizar recursos individuais e familiares (o que impulsiona o indicador entre os trabalhadores homens e mais velhos, como consequência do modelo tradicional de divisão familiar do trabalho).

Para além da tipicidade dos vínculos empregatícios, a segmentação ocupacional afeta a vulnerabilidade dos trabalhadores aos ciclos econômicos. As pesquisas sobre o assunto focam no mercado de trabalho formal, visto que as ocupações registradas contam com dados administrativos sobre o estoque de empregos e o fluxo da mão de obra. O Anexo 8 apresenta a frequência relativa dos 20 grupos ocupacionais que mais absorveram mão de obra entre 2012 e 2019. Para isso, utilizo as categorias da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹²³, informadas nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses grupos ocupacionais incluem atividades no comércio, indústria, agropecuária, serviços e funções administrativas, e empregaram cerca de 91% da força de trabalho no

¹²¹ Em 2019, por exemplo, 10,2% dos trabalhadores brancos por conta-própria sem CNPJ eram “*profissionais das ciências e intelectuais*”, contra 3,6% dos trabalhadores negros. Por outro lado, 11,3% dos trabalhadores negros por conta-própria atuavam em “*ocupações elementares*”, contra 6,5% dos trabalhadores brancos.

¹²² Para além do índice agregado, o conceito de informalidade reúne experiências diversas. O indicador de trabalho informal manifesta certo equilíbrio entre homens (mais propensos ao trabalho por conta própria) e mulheres (absorvidas por ocupações sem carteira assinada, com destaque para o desempenho de serviços domésticos), enquanto prepondera entre negros (cuja incidência de todos os indicadores de informalidade é superior à registrada entre os brancos) e nos extremos etários. Os trabalhadores jovens são sobrerrepresentados entre os empregados sem carteira, e os mais velhos, entre os trabalhadores por conta própria, especialmente no caso dos trabalhadores sem renda de aposentadoria e sem participação anterior em ocupações formais (Mountian; Diaz, 2018). Também vale ressaltar a menor escolaridade dos *coortes* mais antigos, o que influi no indicador.

¹²³ Um grupo é relativamente frequente na RAIS, mas suas admissões e desligamentos não são informados no CAGED: os membros superiores e dirigentes do poder público, que reúnem o alto funcionalismo e representantes de mandatos eletivos.

período. Já a Tabela 17 informa o perfil da força de trabalho em cada grupo e no total de empregos registrados.

Tabela 17: Perfil dos trabalhadores nas principais ocupações do Brasil (2012-2019)

	Homens (%)	Médio completo (%)	18 a 29 anos (%)
Trabalhadores dos serviços	52,36	48,71	24,45
Escriturários	46,17	80,45	36,78
Trabalhadores de funções transversais	87,48	49,29	30,85
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	48,96	74,68	50,79
Trabalhadores de atendimento ao público	20,84	85,65	56,76
Profissionais do ensino	28,02	97,72	12,17
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	96,77	31,45	29,76
Professores leigos e de nível médio	19,46	94,82	17,04
Gerentes	58,79	86,02	22,18
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	92,73	56,73	33,27
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	20,63	91,05	22,45
Trabalhadores na exploração agropecuária	85,34	16,53	30,25
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	49,08	90,33	29,29
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	41,25	46,67	39,13
Profissionais das ciências sociais e humanas	37,71	96,66	26,55
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	34,46	99,82	19,59
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharias e afins	84,74	85,60	38,97
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	69,61	44,73	39,71
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	97,55	57,15	33,14
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	78,52	99,14	29,33
Total	56,46	67,80	31,83

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (2012-2019). Elaboração própria.

As ocupações dos setores primário e secundário costumam empregar mão de obra masculina¹²⁴, enquanto as mulheres assumem ocupações do setor terciário, sobretudo as atividades de ensino, funções administrativas, ocupações ligadas ao comércio e serviços domésticos (Pinheiro et al., 2016; Botassio; Vaz, 2020). O emprego técnico e especializado varia entre homens e mulheres, os primeiros concentrados nas disciplinas de exatas e engenharias, e as últimas, nas áreas sociais e de saúde. A proporção de trabalhadores que havia concluído o Ensino Médio é mais alta nas profissões especializadas e vinculadas ao saber técnico e/ou universitário. Já as ocupações extrativas, manuais e de construção civil, somadas aos serviços de baixa especialização, absorvem trabalhadores pouco escolarizados. A Tabela 17 informa que as ocupações no comércio e nos serviços de atendimento ao público absorveram muitos trabalhadores jovens no período 2012-19, ao contrário do que ocorreu nas atividades especializadas, que demandam formação universitária e/ou maior experiência profissional.

A variação na quantidade de vínculos ativos determina as chances de demissão e contratação. Bem assim, a Tabela 18 utiliza os dados da RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para apresentar o saldo relativo do emprego em cada grupo ocupacional. O saldo relativo é a razão entre o saldo absoluto (a diferença entre admitidos e desligados) e a média de vínculos ativos, contabilizando o final do ano de referência e o final do ano anterior.

Ainda que a crise econômica tenha provocado uma queda geral do nível de emprego, os grupos ocupacionais apresentaram comportamentos distintos. Em 2015, o recuo do saldo foi mais acentuado entre os “*trabalhadores da transformação de metais e compósitos*”, “*trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil*” e “*trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento do vestuário e das artes gráficas*”¹²⁵. O emprego industrial demonstrava sinais de enfraquecimento desde os anos 1990, conjugando perda de dinamismo e enxugamento dos postos de trabalho, que foram impulsionados pela crise política e econômica em meados dos anos 2010 (Comin, 2015; Morceiro; Guilhoto, 2019). Já os ocupados do setor terciário experimentaram uma menor variação do saldo relativo, o que provocou uma recomposição da força de trabalho¹²⁶. Nos anos seguintes, a recuperação econômica foi acompanhada pelo avanço da informalidade, com expansão do trabalho

¹²⁴ Uma exceção é o setor têxtil, que costuma empregar mais mulheres do que homens.

¹²⁵ Os “*gerentes*” se referem aos “*gerentes de produção e operação*” e “*gerentes de áreas de apoio*”. Essa categoria apresentou um saldo relativo negativo em todos os anos sob exame, particularmente durante a crise. É possível supor que essa tendência está associada ao processo de recrutamento de gerentes, realizado no interior das próprias empresas, e não a partir da contratação de agentes externos.

¹²⁶ Segundo os microdados da PNAD-C, de 2013 a 2014, a proporção de “*trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados*” se manteve relativamente estável no Brasil, entre 19,5% e 19,8% do total de ocupados. O indicador saltou para 20,6% em 2015, 21,5% em 2016 e 22,4% em 2017.

doméstico informal e do emprego sem carteira assinada no setor privado (Baltar, 2020). Em 2019, muitas ocupações assalariadas permaneceram com saldo decrescente ou relativamente estável, ainda que partindo de um estoque reduzido de mão de obra.

Tabela 18: Saldo relativo das principais ocupações no Brasil (2013-2019) (em %)

	2013	2015	2017	2019
Trabalhadores dos serviços	3,25	-0,9	0,35	1,93
Escriturários	1,55	-2,54	-0,34	1,11
Trabalhadores de funções transversais	5,6	-3,25	2,33	4,21
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	1,93	-2,3	1,37	2,96
Trabalhadores de atendimento ao público	3,14	-0,87	0,45	1,71
Profissionais do ensino	0,91	-0,73	-0,67	-0,26
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	1,51	-13,72	-5,83	3,24
Professores leigos e de nível médio	1,42	0,17	0,09	0,6
Gerentes	-3,93	-7,21	-6,37	-5,42
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	-1,39	-13,37	-2,55	-0,51
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	2,99	0,68	1,48	2,7
Trabalhadores na exploração agropecuária	-3,04	-0,66	2,08	0,59
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	0,44	-2,75	0,65	1,45
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	-1,37	-9,92	-0,86	-1,33
Profissionais das ciências sociais e humanas	-0,06	-2,6	-1,9	-0,59
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	2,74	1,26	1,38	2,02
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharias e afins	1,17	-5,56	-1,19	1,29
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	0,4	-2,21	-0,35	-0,44
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	-0,01	-5,36	-1,61	0,66
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	1,68	-4,13	-1,68	2,33

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (2012-2019). Elaboração própria.

Um paralelo entre as Tabelas 17 e 18 revela que os setores predominantemente masculinos, como a construção civil e a indústria de transformação, foram os principais afetados pela recessão econômica. Não à toa, durante a crise, a taxa masculina de desemprego evoluiu mais rapidamente do que a feminina, em linha com os resultados obtidos pela literatura internacional (Sahin; Song; Hobijin, 2010; Rica; Rebollo-Sanz, 2017; Karamessini; Koutentakis, 2014). Os períodos recessivos tendem a diminuir a distância das taxas de desemprego entre homens e mulheres, pois os setores “masculinos” são pró-cíclicos. Durante a recuperação econômica de 2017-19, a distância das taxas de desemprego entre homens e mulheres voltou a aumentar, fruto da recuperação nas ocupações com forte presença de homens, como os “*trabalhadores de funções transversais*” e os “*trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil*”. Ademais, o saldo relativo de homens no mercado de trabalho formal superou o de mulheres¹²⁷, o que indica que a força de trabalho masculina foi a principal beneficiada pela recuperação econômica.

O saldo do emprego recuou nas ocupações pouco qualificadas, como entre os “*trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil*”, “*trabalhadores da transformação de metais e de compósitos*” e “*trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas*”. A crise econômica agravou as desigualdades pré-existentes, e o aumento do desemprego entre os trabalhadores menos escolarizados, discutido no tópico anterior, combinou a menor absorção geral desses trabalhadores e a vulnerabilidade das suas ocupações típicas às oscilações econômicas (Catelan; Cunha, 2020). A exceção fica a cargo do setor de serviços¹²⁸, que conta com muitos trabalhadores de baixa escolaridade e permaneceu estável durante a crise.

A tendência mais notável é a manutenção do nível de emprego nas ocupações qualificadas, mas ainda assim, duas reflexões são importantes. Em primeiro lugar, as ocupações qualificadas com aderência ao setor secundário (como os trabalhadores especializados da química, engenharia e física) experimentaram um maior recuo das vagas de emprego, em face da desestruturação da matriz produtiva. E em segundo lugar, desde os anos 2000, as atividades não-rotineiras avançaram na composição do mercado de trabalho, como no caso dos profissionais de nível superior e dos técnicos de nível médio, denotando uma tendência de longo-prazo (Saboia; Kubrusly, 2021).

¹²⁷ Em 2017, -0,15% entre os homens contra -0,41% entre as mulheres; em 2018, 1% contra 0,77%; e em 2019, 1,25% contra 1,13%.

¹²⁸ Por ser uma das ocupações mais abrangentes e diversas da CBO, não é suficiente verificar a variação agregada, sendo necessário um acompanhamento mais cuidadoso de cada ocupação que compõe esse grande grupo.

Para além da participação dos trabalhadores em grupos ocupacionais, o papel da escolaridade na distribuição dos riscos do desemprego decorre da posição do trabalhador em um mercado competitivo. Em períodos econômicos recessivos, as firmas tendem a adotar posturas seletivas, demitindo os trabalhadores menos qualificados, pois seus custos de rotatividade são menores (Dedecca, 2002). É esperado que a competição por vagas de emprego eleve os requisitos educativos para o desempenho de uma mesma função. Logo, não surpreende que o aquecimento da economia em 2017-19 tenha beneficiado os trabalhadores mais escolarizados, enquanto o assalariamento permaneceu refratário aos trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse período, o saldo do emprego assumiu valores positivos apenas entre os trabalhadores com Ensino Médio e formação universitária, mais bem posicionados na disputa por empregos¹²⁹.

A respeito da raça dos trabalhadores, a qualidade das informações produzidas pelos registros administrativos tem sido posta em questão, o que justifica a ausência do dado nas principais plataformas do IBGE¹³⁰. Mas dada a correlação entre raça e escolaridade no Brasil, é plausível afirmar que os trabalhadores negros tendem a assumir ocupações elementares, marcadas por alta rotatividade¹³¹. No que diz respeito à idade, os dados são mais diversos. Alguns grupos ocupacionais, como os “*vendedores e prestadores de serviços do comércio*” e os “*trabalhadores de atendimento ao público*”, absorvem muitos trabalhadores jovens, e em comparação às outras ocupações da Tabela 18, não apresentaram variações expressivas do saldo relativo. Outras ocupações que absorvem trabalhadores mais velhos, como as atividades de ensino, também se mostraram bem-posicionadas nos últimos anos. Pode-se dizer que a influência da idade nas chances de desemprego é explicada mais pelo estágio da carreira e pela posição do trabalhador no interior de cada grupo, considerando a estabilidade que é conquistada ao longo das trajetórias (Guimarães; Brito; Comin, 2020), do que pela composição ocupacional.

¹²⁹ De 2017 a 2019, o saldo relativo dos trabalhadores com Ensino Médio foi de 1,1%, 2,1% e 2,6%; para os trabalhadores com Ensino Superior, os números respectivos foram 0,22%, 1,14% e 0,78%. Já entre os trabalhadores sem Ensino Fundamental, -4,1%, -2,32% e -1,88%; e entre os trabalhadores com Ensino Fundamental, -2,8%, -1,51% e -1,19%. Esses dados apontam tanto para as dificuldades enfrentadas por trabalhadores menos escolarizados quanto para a substituição da força de trabalho em face da escolarização da população brasileira, levando em conta a sobre representação dos trabalhadores mais velhos no estoque de mão de obra sem Ensino Fundamental.

¹³⁰ Um bom exemplo é o Sistema Dardo (<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>).

¹³¹ Em 2019, segundo os microdados da PNAD-C, apenas 6% dos trabalhadores negros com carteira assinada eram profissionais das ciências e intelectuais, contra 13,4% dos brancos. Por outro lado, 20,5% estavam engajados em ocupações elementares, contra 12,8% dos trabalhadores brancos.

5.2. Arranjos domiciliares e experiências de desemprego: mediações entre o indivíduo e o mercado de trabalho

5.2.1. Mudanças demográficas e composição dos arranjos domiciliares

Dentre as formas de convivência e compartilhamento de recursos, as relações familiares costumam ganhar destaque nos estudos dedicados aos diferenciais de bem-estar no mundo capitalista. Isso porque os trabalhadores não tomam decisões apenas a partir de cálculos utilitaristas, como se buscassem, de maneira isolada, equilibrar suas expectativas de realização profissional com as oportunidades disponíveis. As práticas cotidianas e os juízos de valor que “movimentam” o mercado de trabalho dependem da posição que os indivíduos assumem nas relações interpessoais. É comum, por exemplo, que a participação econômica seja mediada pelo engajamento do indivíduo em sistemas de direitos e deveres, pois essa participação define as responsabilidades dos trabalhadores e as atividades que são demandadas ou incentivadas por parentes. As relações interpessoais também determinam o tipo e a quantidade de suporte disponível durante o desemprego.

Em sociedades cada vez mais segmentadas, nas quais as instituições se especializam em arcar com necessidades pessoais específicas, as famílias congregam, em pequena escala e em contextos circunscritos, funções sexuais, econômicas e afetivas (Wolf, 1990). As famílias se somam ao Estado e ao mercado na alocação de recursos, cumprindo um papel importante na formação de expectativas e na disponibilização de suporte material e afetivo. Isso é ainda mais importante em países como o Brasil, onde a socialização pública dos riscos do desemprego é limitada. Considerando a importância do meio familiar para o acesso a recursos, a divisão de papéis sociais e a tomada de decisões, este tópico se detém nas transformações demográficas observadas no Brasil, como um primeiro passo no estudo do desemprego a partir da composição e funcionamento das unidades domésticas, a ser aprofundado na Parte III da Tese.

As famílias constituem um modelo de codificação e organização das relações interpessoais, cujos arranjos são variáveis e culturalmente determinados (Woortman, 1984; Bianchi et al, 2012). Além de regular e significar as necessidades de procriação e sexualidade, as famílias viabilizam a cooperação econômica entre seus membros (Jelin, 1984). É no meio familiar onde os indivíduos satisfazem suas necessidades básicas, o que ocorre via utilização

de bens e serviços variados, que são adquiridos nos mercados ou produzidos e transformados nos domicílios (Goody, 1972; Durham, 1980). A família é uma unidade de reprodução social, o que inclui o desempenho de trabalhos remunerados e não-remunerados, tais como o acesso a recursos monetários, o aprendizado de habilidades, o desempenho de tarefas domésticas e o cuidado de indivíduos dependentes. Apesar da individualização da venda da força de trabalho, um fenômeno típico das sociedades capitalistas, a participação econômica é mediada pelas responsabilidades materiais e imateriais que os indivíduos assumem nas relações de parentesco.

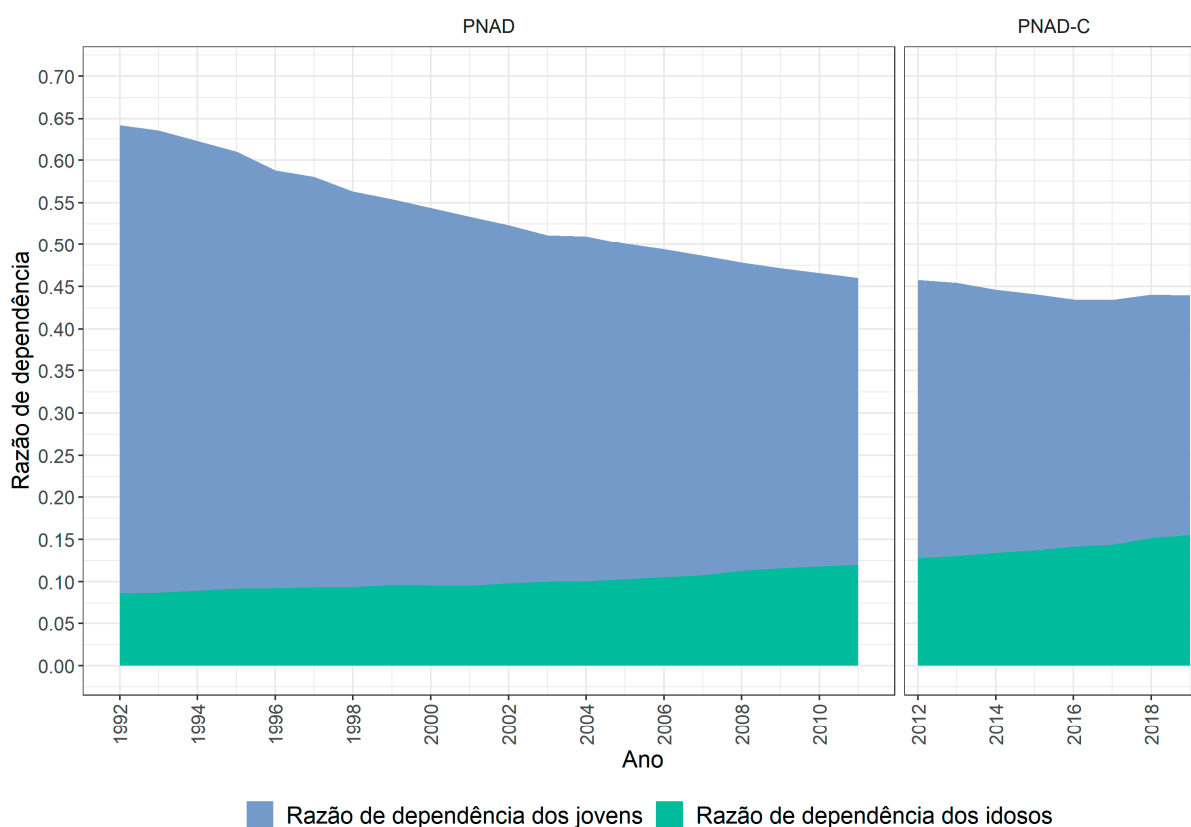
Nas últimas décadas, os modelos familiares têm refletido as mudanças observadas na sociedade brasileira, em face da evolução da medicina e da vigilância epidemiológica, do uso de métodos contraceptivos e de transformações nas relações entre os grupos de sexo e geracionais. Entre os anos 1940 e 1960, a queda da taxa de mortalidade foi acompanhada pela manutenção de altas taxas de fecundidade, o que provocou crescimento populacional (Carvalho; Rodríguez-Wong, 2008; Vasconcelos; Gomes, 2012). Na década de 1960, a taxa de fecundidade passou a cair, primeiro nas regiões economicamente mais desenvolvidas e nos grupos escolarizados. Esse fenômeno logo se generalizou e deu início a uma transição da estrutura etária, com envelhecimento e baixo nível de crescimento demográfico (Alves, 2008).

O Brasil experimentou uma “revolução” demográfica e cultural nos anos 1970, com queda nas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, elevação do número de divórcios e uniões consensuais e aumento da participação econômica das mulheres (Alves; Vasconcelos; Carvalho, 2010; Camarano; Kanso, 2009; Cavenaghi, 2014). Os arranjos domiciliares se diversificaram, e o enfraquecimento do modelo nuclear foi complementado pelo avanço da quantidade de casais sem filhos, de domicílios unipessoais e da monoparentalidade feminina (Saboia; Caillaux, 2003).

A transição etária da população brasileira modificou os arranjos domiciliares, com maior convivência intergeracional e redução da quantidade de indivíduos por geração (Camarano; Fernandes, 2014). A balança entre a população em idade ativa e a população jovem ou idosa ganhou força na agenda pública. Diversos estudos passaram a salientar os efeitos da transição demográfica no desenho e financiamento das políticas, bem como no volume de trabalho reprodutivo que recai sobre a força de trabalho (Wong; Carvalho, 2006; Oliveira, 2016). Nas décadas de 2000 e 2010, o Brasil continuou a combinar aumento da expectativa de vida e recuo da quantidade de filhos por casal, agora em um cenário de desaceleração do crescimento demográfico (Barros; Coutinho; Mendonça, 2014).

A Figura 17 sumariza essas transformações e apresenta a razão de dependência dos jovens (razão entre a população com 0 a 14 anos e a população em idade ativa) e a razão de dependência dos idosos (razão entre a população com 65 anos ou mais e a população em idade ativa) no período 1992-2019. Esses dois indicadores compõem a razão de dependência total, que informa a quantidade de encargos financeiros e de cuidados assumidos pela população em idade ativa, além de exprimir, no caso dos idosos, a possibilidade de acesso a recursos previdenciários nos domicílios.

Figura 17: Razão de dependência demográfica brasileira (1992-2019)



Fonte: Microdados da PNAD (1992-2011) e PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

A razão de dependência total caiu de maneira praticamente contínua entre 1992 e 2011, no período coberto pela PNAD. Essa queda havia sido registrada desde os anos 1970, e como resultado, o Brasil passou a experimentar bônus demográfico em 1995 (Alves, 2008). O motivo foi o recuo da razão de dependência dos jovens, enquanto o crescimento da razão de dependência dos idosos ainda não havia sido suficiente para fazer frente a essa tendência. Já entre 2012 e 2017, os microdados da PNAD-C revelam uma diminuição da razão de

dependência. Mas o indicador passou a crescer levemente a partir de 2018, visto que a queda da razão de dependência dos jovens foi acompanhada pelo avanço da razão de dependência dos idosos.

Além de representar um componente da estrutura etária da população, com efeitos sobre o crescimento econômico, a razão de dependência está associada à distribuição de renda domiciliar. De um lado, os componentes da razão de dependência variam entre os níveis socioeconômicos, o que se deve às diferenças na expectativa de vida e nas taxas de fecundidade. De outro, a razão de dependência define o peso e a responsabilidade financeira da população em idade ativa, cuja presença nos domicílios, como potenciais provedores, costuma elevar a renda domiciliar per capita (Wajnman; Turra; Agostinho, 2006; IPEA, 2006).

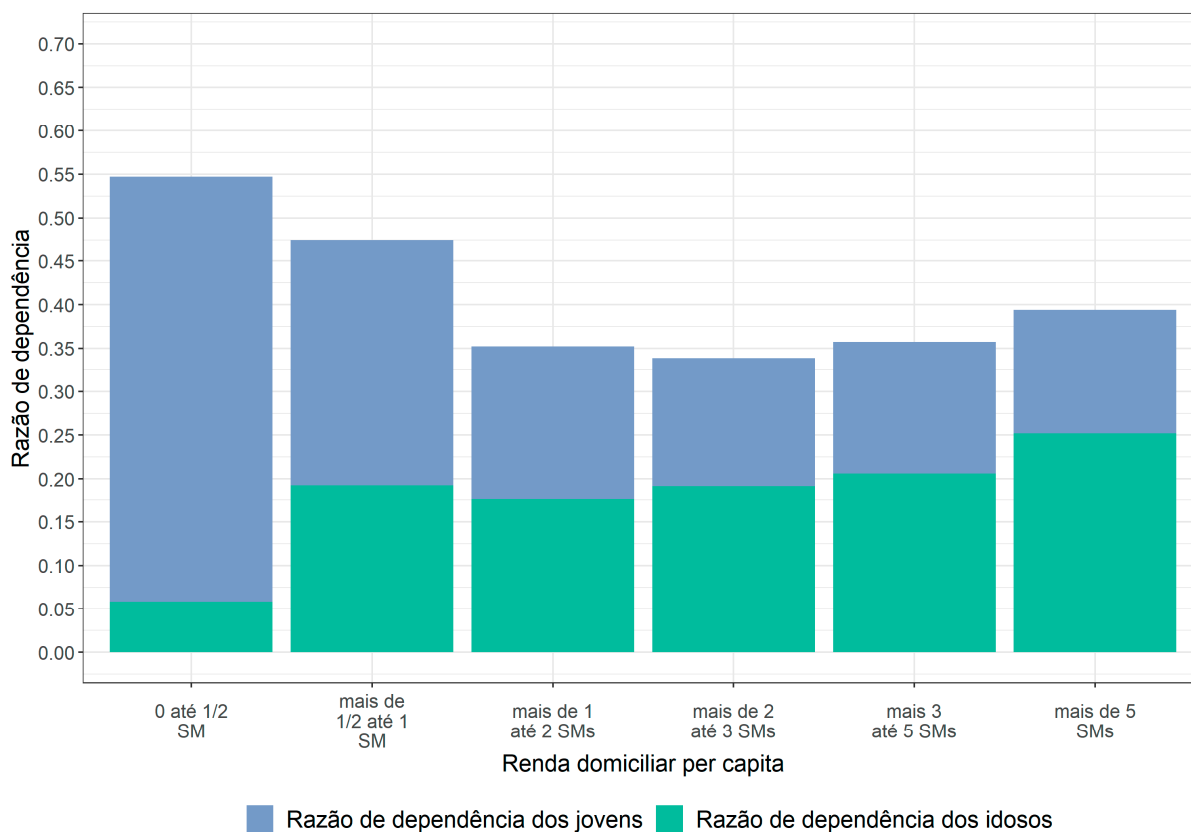
A Figura 18 complementa a análise histórica e foca no ano de 2019, apresentando os componentes da razão de dependência para seis níveis de renda. Os mais pobres possuem uma maior razão de dependência juvenil, o inverso ocorrendo para a razão de dependência dos idosos. A partir do terceiro estrato de renda, a razão de dependência dos idosos passa a ser maior do que a razão de dependência dos jovens, o que acarreta um aumento gradativo da razão de dependência total.

A diferença do indicador entre os níveis de renda era muito maior no período 1980-2000 (Brito, 2006), tendência que foi atenuada pelo recuo significativo da taxa de fecundidade entre os pobres (Camarano et al, 2014). Ainda assim, a implementação de creches públicas permanece como um assunto prioritário, visto que a disponibilidade de matrículas na educação infantil está positivamente associada à participação econômica feminina (Barros et al, 2011). A relevância da socialização pública do trabalho reprodutivo, ainda incipiente no Brasil, é reforçada pelo crescimento da razão de dependência dos idosos, assunto que tem adquirido espaço na literatura sociológica (Küchemann, 2012; Guimarães; Hirata, 2020).

A razão de dependência demográfica possui algumas distorções, pois nem todas as pessoas em idade ativa estão ocupadas, e existem pessoas com 60 anos ou mais que trabalham (Jacinto; Ribeiro, 2015). Isso é especialmente relevante em países com taxas elevadas de desemprego aberto, o que demanda um exame mais atento sobre a carga econômica que é imposta aos indivíduos ocupados (Brito, 2008). Para suprir essa lacuna, a taxa de dependência econômica informa quantos inativos, crianças menores de 14 anos e desempregados dependem dos trabalhadores remunerados (DIEESE, 2012). Os não-ocupados podem desfrutar de outras formas de subsistência, via reservas financeiras e benefícios públicos, que se tornaram especialmente relevantes a partir dos anos 1990. Contudo, a medida informa o grau de incorporação dos indivíduos pelo mercado de trabalho, ao calcular a balança entre a população economicamente dependente e os adultos

responsáveis pela provisão doméstica. A Figura 19 apresenta a razão de dependência econômica no Brasil entre 1992 e 2019, com linhas separadas para a PNAD e a PNAD-C.

Figura 18: Razão de dependência demográfica brasileira, por níveis de renda (2019)

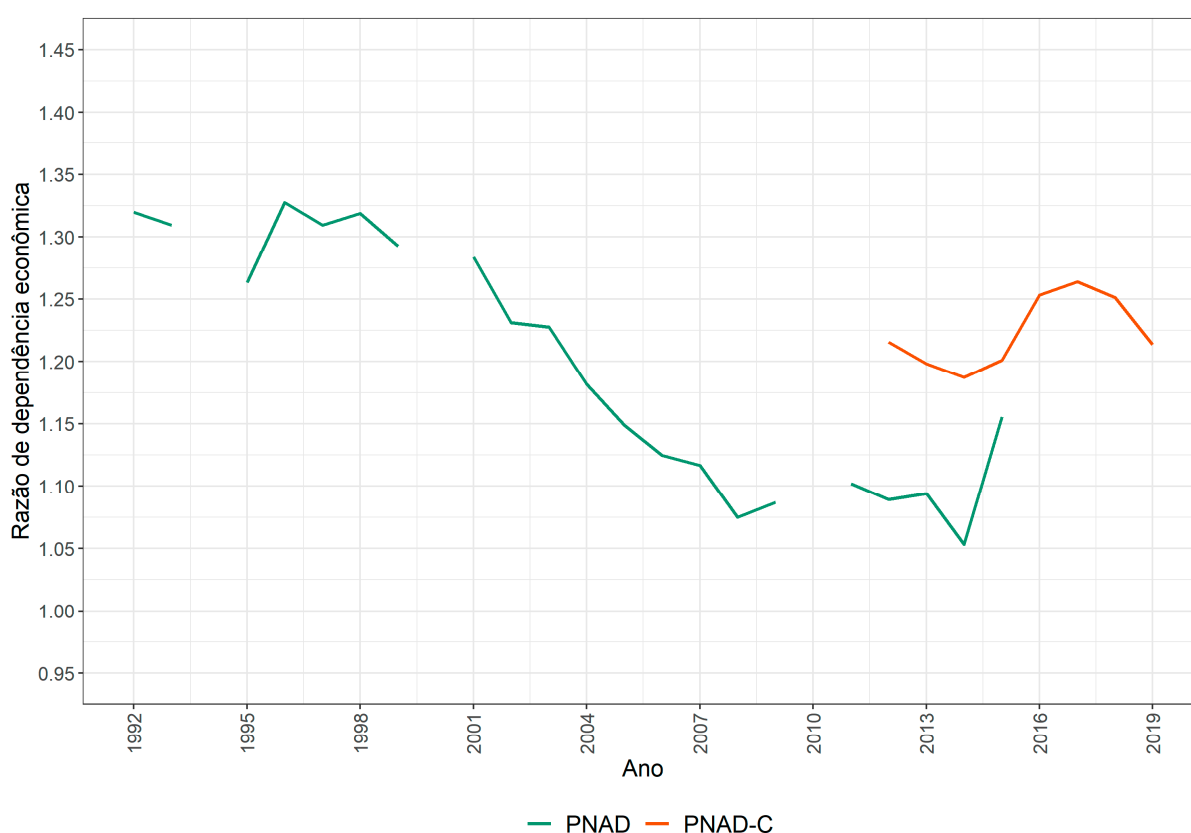


Fonte: Microdados da PNAD-C (2019). Elaboração própria.

No longo-prazo, algumas tendências demográficas propiciaram a redução gradativa da razão de dependência econômica, como o recuo da quantidade relativa de crianças com menos de 14 anos (Souza Júnior; Levy, 2014). O paralelo entre a razão de dependência econômica e a razão de dependência demográfica revela aspectos interessantes sobre a série histórica. A razão de dependência econômica é útil para identificar os efeitos de transformações no mercado de trabalho, como durante os choques externos e a desorganização da atividade econômica, na segunda metade dos anos 1990, e a crise de 2014-16. O avanço do desemprego aberto se fez sentir no aumento da razão de dependência econômica, o que não ocorreu com a razão de dependência demográfica, que refletia a queda do número de jovens. Já entre 2018 e 2019, a diminuição do desemprego aberto provocou uma queda da razão de dependência econômica, enquanto a dependência demográfica

crescia levemente, devido ao crescimento do número de idosos. Ou seja, quando analisados conjuntamente, os dois indicadores fornecem um panorama mais robusto sobre o desemprego: no caso da dependência econômica, ao unir os desempregados e os indivíduos dependentes em um mesmo índice; e no caso da dependência demográfica, ao traduzir a quantidade de indivíduos dependentes nos domicílios, o que afeta as chances de participação econômica, a pressão financeira sobre os adultos, o acesso a recursos previdenciários e as condições da procura por trabalho.

Figura 19: Razão de dependência econômica brasileira (1992-2019)



Fonte: Microdados da PNAD (1992-2015) e PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Os indivíduos não experimentam as transformações demográficas a partir de seus indicadores agregados, mas por meio da interface entre as dinâmicas populacionais e os padrões de organização familiar. As pesquisas que utilizam dados amostrais ou censitários tendem a focar nos arranjos domiciliares, visto que o domicílio possui limites bem definidos e suas características são facilmente mensuráveis. Ademais, residir em um mesmo domicílio não implica apenas dividir um teto. Ao formar unidades domésticas, os indivíduos

compartilham direitos e obrigações que estão associados à geração de renda, ao consumo, à distribuição de recursos e aos papéis produtivos e reprodutivos (Wallace, 2002; Araújo, 2017). O princípio mais importante de formação das unidades domésticas é o vínculo familiar, dotado de forte conteúdo normativo (Rapp 1978).

Optei por me deter na família domiciliar, ou seja, os arranjos de indivíduos unidos por laços de parentesco em uma mesma residência¹³². Esses arranjos são afetados por tendências demográficas, que definem o tamanho e a composição da população, e por incentivos socioeconômicos e culturais, que afetam os padrões de relacionamento interpessoal (Cunha; Wajzman; Turra, 2018). A Figura 20 apresenta a proporção da força de trabalho que vivia em cada modelo de arranjo domiciliar, fazendo uso da tipologia de Hasenbalg (2003). Em 1992, esses tipos abarcavam 95% da força de trabalho, índice que se manteve estável em 2005 e caiu para 92,1% em 2019¹³³. O cálculo da proporção da força de trabalho se justifica pela necessidade de verificar quais são os ambientes de socialização e compartilhamento de recursos experimentados pela população ativa¹³⁴.

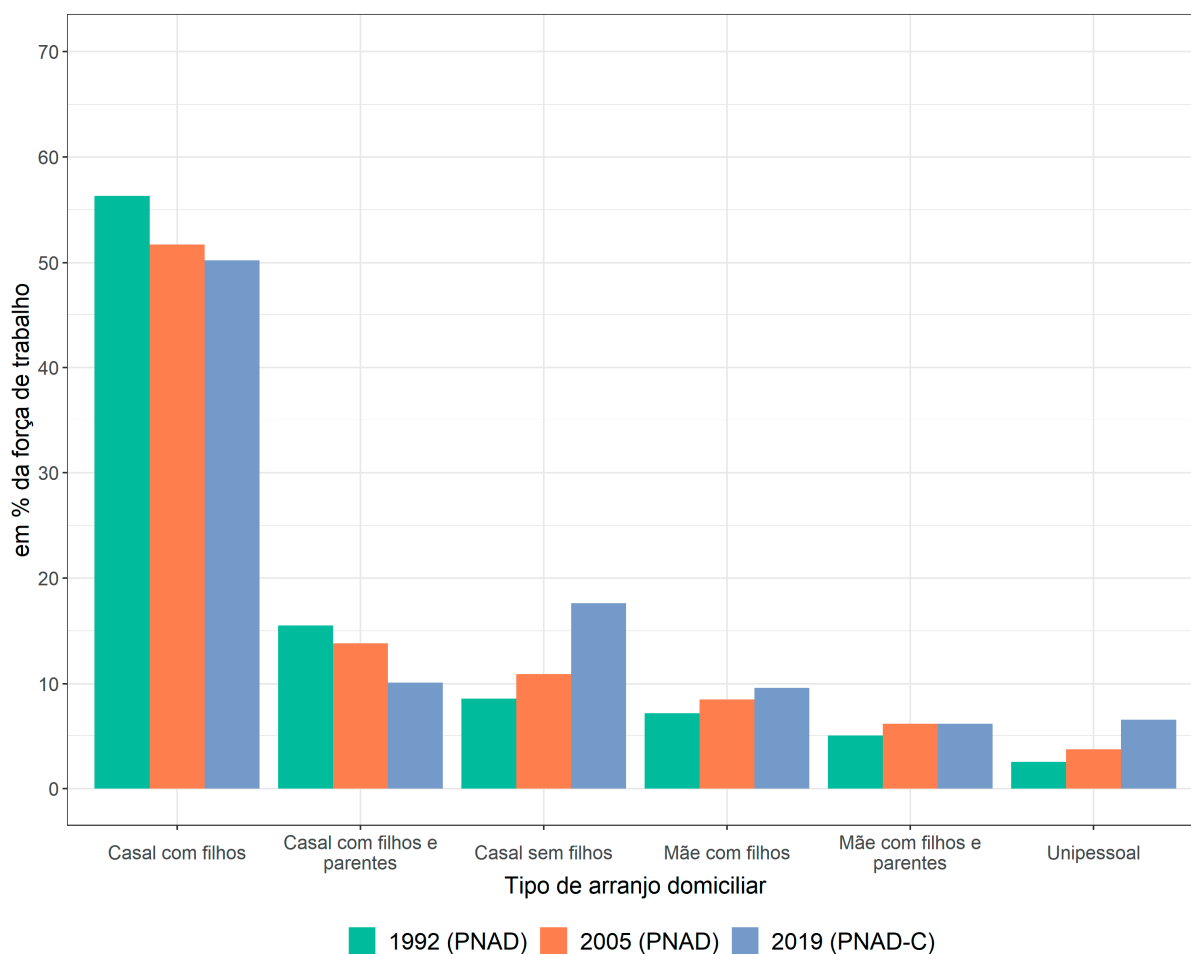
A principal mudança na série foi a redução da proporção da força de trabalho vivendo em domicílios formados por casais com filhos, sobretudo devido à queda da taxa de fecundidade. Por outro lado, a proporção de casais sem filhos cresceu de maneira significativa, uma categoria que reúne os casais que nunca tiveram filhos e os casais com filhos não-residentes. Esse modelo foi impulsionado pelo surgimento de novos padrões de relacionamento familiar, nos quais a fecundidade ocorre de maneira tardia ou não é percebida como uma consequência natural do matrimônio; e pelo aumento da expectativa de vida, com mais indivíduos idosos vivendo longe dos filhos¹³⁵. Já a monoparentalidade feminina havia se fortalecido nas décadas anteriores, o que persistiu entre 1992 e 2005, especialmente no modelo nuclear. Para isso, contribuíram o caráter mais frequente da dissolução dos matrimônios e da fecundidade fora do casamento, bem como a inserção gradativa das mulheres no mercado de trabalho (Minamiguchi, 2017; Cavenaghi; Alves, 2018). A proporção da força de trabalho vivendo em domicílios unipessoais também cresceu no ínterim, ainda que abarcando poucos indivíduos em 2019 (6,5% da força de trabalho).

¹³² Diversos estudos, como o de Fonseca (2007), apontam a importância dos laços não-consanguíneos para as estratégias familiares de acesso a bens e serviços. Contudo, as pesquisas domiciliares possuem certos limites, sobretudo no que diz respeito à captação das práticas e dos significados que são compartilhados pelos indivíduos em torno das relações não-consanguíneas e extradomiciliares. Por esse motivo, este capítulo foca nas relações de parentesco tal como operacionalizadas na PNAD e na PNAD-C, enquanto os capítulos seguintes da Tese assumem uma abordagem mais ampla, dialogando com estudos socioantropológicos.

¹³³ As mudanças metodológicas entre a PNAD e a PNAD-C exigem parcimônia na comparação dos resultados.

¹³⁴ Os arranjos domiciliares ausentes reúnem as não-famílias e outros modelos de família domiciliar, como por exemplo, irmãos conviventes e netos residindo apenas com os avós.

¹³⁵ No caso da Figura 20, a primeira experiência é a mais relevante, visto que os dados se referem à força de trabalho.

Figura 20: Proporção da força de trabalho por tipo de arranjo domiciliar (1992, 2005 e 2019)

Fonte: Microdados da PNAD (1992 e 2005) e PNAD-C (2019). Elaboração própria.

Os arranjos domiciliares são unidades de convivência e interdependência, e suas características traduzem o ciclo de vida das famílias, os padrões de relacionamento interpessoal e a quantidade de recursos disponíveis. Para sumarizar essas características, a Tabela 19 apresenta quatro indicadores para cada tipo de arranjo. A renda domiciliar per capita é uma medida usual em estudos sobre as condições de vida e bem-estar, pois os recursos tendem a ser distribuídos entre os membros do domicílio, condicionando o acesso a bens e serviços (Hoffman, 2000). Já a razão de dependência dos jovens e idosos, como vimos, define a demanda por trabalho reprodutivo nos domicílios e a proporção de indivíduos que são potenciais provedores. A taxa agregada de desemprego, para cada modelo de arranjo domiciliar, inclui os responsáveis e seus parentes com idade entre 18 e 59 anos, revelando as condições de inserção ocupacional da força de trabalho (Montali, 2012). Finalmente, a razão de dependência econômica conjuga a dependência demográfica (no caso dos idosos, ao incluir os inativos) e a taxa agregada de desemprego.

Tabela 19: Escolaridade média, renda per capita, razão de dependência e indicadores agregados do mercado de trabalho, por modelo de arranjo domiciliar (2019)

	Casal com filhos	Casal com filhos e parentes	Casal sem filhos	Mãe com filhos	Mãe com filhos e parentes	Unipessoal
Renda domiciliar per capita, em salários-mínimos (%)						
0 - ½ SM	31,9	35,8	13,9	40,5	40,4	11,3
> ½ SM - 1 SM	28,1	33	26,9	25,7	32,4	26,7
> 1 SM - 2 SM	24,1	22,2	31,2	21,4	20,2	27,5
> 2SM - 3SM	7,5	5	11,5	6	4	12,8
> 3SM - 5SM	4,8	2,7	8,3	3,8	2,1	10,3
> 5SM	3,7	1,2	8,3	2,6	0,8	11,3
Dependência demográfica						
Razão de dependência dos jovens	0,39	0,34	0,03	0,33	0,38	-
Razão de dependência dos idosos	0,04	0,14	0,35	0,1	0,16	-
Razão de dependência total	0,43	0,48	0,38	0,43	0,54	-
Taxa agregada de desemprego	10,3	13,6	8,1	16,8	18,5	7,5
Razão de dependência econômica	1,18	1,49	0,93	1,48	1,79	-

Fonte: Microdados da PNAD-C (2019). Elaboração própria.

A renda domiciliar per capita se associa à razão de dependência demográfica. O indicador é mais elevado nos domicílios unipessoais (34,4% com renda per capita acima de 2 salários-mínimos), pois nestes, a renda do trabalho não é compartilhada com indivíduos dependentes. Os casais sem filhos ocupam a segunda posição no *ranking* do indicador (28,1%), pois a presença de crianças é pouco expressiva, representada por netos e netas. Os casais com filhos (16%) e as mães com filhos (12,4%) configuram um padrão domiciliar distinto, quando os arranjos domiciliares possuem apenas duas gerações. Por sua vez, os casais com filhos e parentes (8,9%) e as mães com filhos e parentes (6,9%) incluem crianças e idosos na sua composição, e a maior convivência intergeracional é acompanhada por uma maior vulnerabilidade socioeconômica.

A taxa agregada de desemprego é mais elevada nas famílias monoparentais femininas, com parentes e sem parentes. Isso porque *i)* as taxas femininas de desemprego são superiores às masculinas; *ii)* as famílias monoparentais femininas são sobrerrepresentadas entre os pobres (Maia et al, 2015; Raiher, 2016), o que faz com que os seus membros, especialmente aqueles com menor escolaridade, se lancem ao mercado de trabalho de maneira pouco planejada; e *iii)* sobretudo na fase de formação das famílias, as

responsáveis pelos domicílios costumam enfrentar uma maior sobrecarga no equilíbrio entre trabalho produtivo e reprodutivo, o que prejudica o investimento de tempo e de recursos na procura por trabalho e na qualificação profissional.

A presença de filhos aumenta a taxa agregada de desemprego, devido à combinação entre os altos índices de desemprego juvenil e um maior salário de reserva por parte dos provedores auxiliares. Esse fenômeno contribui para uma maior taxa de desemprego nos arranjos extensos. Inversamente, os arranjos unipessoais apresentam uma menor taxa de desemprego, pois são compostos apenas pelos responsáveis domiciliares. Nesse caso, também vale destacar a presença de indivíduos aposentados, situação na qual o desemprego é suplantado pela inatividade; e de jovens no início da carreira profissional, que se tornaram financeiramente autônomos.

Em acordo com os padrões observados na taxa de agregada de desemprego e na razão de dependência demográfica, a razão de dependência econômica prevalece no arranjo “*mãe com filhos e parentes*”. Em seguida, os arranjos “*mãe com filhos*” e “*casal com filhos e parentes*” apresentam números quase idênticos de dependência econômica: o primeiro arranjo, mais afetado pela taxa agregada de desemprego, enquanto o segundo, pela dependência demográfica. Já os arranjos “*casal com filhos*” e “*casal sem filhos*” combinam baixo desemprego com uma menor quantidade de indivíduos dependentes.

Assim como a diferenciação ocupacional e as formas típicas de inserção no mercado de trabalho, o contexto familiar condiciona a participação econômica dos indivíduos, ao incluir o trabalhador em uma unidade de reprodução social. Os dados analisados neste tópico ilustram os contextos nos quais os indivíduos vivem, compartilham recursos e se engajam em relações de interdependência. No seu funcionamento, o mercado de trabalho intersecciona elementos propriamente mercantis, como a circulação de recursos monetários e os processos de compra e venda da força de trabalho; e não-mercantis, expressos nos padrões de relacionamento interpessoal, na divisão de papéis e no compartilhamento de projetos de subsistência e mobilidade socioeconômica.

A despeito do recuo histórico da dependência demográfica, a presença de crianças nas famílias pobres inspira reflexões sobre os efeitos da composição doméstica na procura por trabalho, também chamando atenção o aumento recente do número de idosos nos domicílios. Além disso, a queda da proporção da força de trabalho vivendo em domicílios compostos por casais com filhos foi complementada pela diversificação das unidades domésticas, com avanço dos arranjos formados por casais sem filhos, da monoparentalidade feminina e dos domicílios unipessoais. A monoparentalidade feminina ocupa a posição socioeconômica mais vulnerável, devido à estratificação do mercado de trabalho (com

prejuízo às mulheres e aos trabalhadores jovens) e a problemas a nível do domicílio, como uma menor renda per capita e o risco de sobrecarga do trabalho reprodutivo. No arranjo “*mãe com filhos e parentes*”, ainda que a dependência econômica seja elevada, se sabe que o suporte intergeracional cumpre um papel importante na socialização dos riscos por parte das famílias pobres. Especialmente, quando as avós cuidam dos netos, o que permite o ingresso das mães no mercado de trabalho (Vitale, 2015; Jesus; Wajnman; Turra, 2016).

Em suma, o desemprego não traduz, apenas, as capacidades individuais de inserção no mercado de trabalho, mas também *i*) a forma pela qual o trabalho remunerado é dividido nos domicílios; *ii*) os padrões de formação das unidades doméstica; e *iii*) o ciclo de vida das famílias. Sobre o ponto *i*, chama atenção a menor taxa agregada de desemprego nos domicílios formados apenas por um indivíduo ou casal, enquanto nos arranjos extensos, os provedores auxiliares são mais frequentes. Estes possuem um maior salário de reserva e, por isso, tendem a permanecer mais tempo na situação de desemprego (Menezes-Filho; Picchetti, 2000; Menezes; Cunha, 2013), o que eleva o indicador agregado. Uma hipótese complementar é que, nos arranjos extensos e marcados pela convivência intergeracional, a divisão de encargos domésticos, via salários e pensões, afeta a probabilidade de desemprego. Já o ponto *ii* se manifesta no baixo desemprego dos domicílios unipessoais. Nos capítulos 7 e 8, veremos que muitos jovens formam unidades domésticas e passam a morar sozinhos, mas ao perderem o emprego, retornam à casa dos pais, em uma espécie de movimento pendular. O desemprego não se limita a um indicador que é influenciado pelos tipos de arranjo domiciliar, pois ele mesmo afeta, ainda que de maneira não determinista, as relações familiares (Davies; Elias; Penn, 1994; Caleiras, 2015). Por fim, o ponto *iii* explica a diferença da taxa agregada de desemprego entre os casais sem filhos e os casais com filhos. Como demonstrado pela razão de dependência dos idosos, o primeiro modelo costuma ser formado por indivíduos mais velhos, cujas taxas de desemprego são menores, devido à combinação entre carreiras estáveis e alta inatividade, enquanto o segundo arranjo reúne casais em idade produtiva, mais propensos ao desemprego.

5.2.2. Arranjos domiciliares e inserção no mercado de trabalho

Os arranjos domiciliares embasam a transferência de tempo e recursos monetários entre os indivíduos, se mostrando essenciais para as estratégias de inserção ocupacional (Jatobá, 1994; Medeiros; Osório, 2002; Borges, 2010). Contudo, se as famílias domiciliares

representam o meio pelo qual os indivíduos tomam decisões e mobilizam recursos, a experimentação da vida familiar depende das posições nas redes de parentesco.

De um lado, o gênero traduz um sistema binário que organiza as condutas esperadas em homens e mulheres (Conway; Bourque; Scott, 1996). Esse sistema reproduz padrões de divisão sexual do trabalho, que ao mesmo tempo separam (discriminando as esferas do masculino e do feminino) e hierarquizam (valorizando de maneira desigual) as atividades e ocupações direcionadas a homens e mulheres (Hirata; Kergoat, 2007). De outro, o conceito de geração informa as categorias etárias decorrentes da filiação (Motta; Weller, 2010). Em um nível macro, as gerações podem ser entendidas como *coortes* de idade, e em uma escala mais circunscrita, configuram linhas familiares descendentes, que ordenam e classificam os direitos e obrigações entre parentes (Goldani, 2004).

Como primeiro passo, a Tabela 20 visa complexificar as taxas agregadas de desemprego. Ao focar nos indivíduos com idade entre 18 e 59 anos, apresenta as taxas de inatividade e de desemprego dos responsáveis domiciliares, seus cônjuges e filhos ou filhas¹³⁶, por ano de coleta e tipo de arranjo domiciliar. O conceito de “responsável” pode sofrer diferentes interpretações por parte dos indivíduos que respondem o questionário da PNAD-C. Em linhas gerais, significa maior renda e/ou responsabilidades de provisão financeira. Sua utilidade é estabelecer um ponto de referência para as relações de parentesco.

Não surpreende que a inatividade seja mais alta entre os cônjuges e filhos, pois estes costumam assumir papéis auxiliares de provisão domiciliar. Entre os primeiros, o indicador recuou nos três tipos de arranjo que são formados por casais. Uma hipótese é que esse fenômeno combinou o aumento da participação econômica feminina¹³⁷, evidente no Brasil desde os anos 1970, com a necessidade de complementar a renda doméstica, frente ao avanço do desemprego entre os responsáveis. Já no caso dos filhos e filhas, a variação da inatividade foi pouco significativa.

Ainda que próxima entre os tipos domiciliares, a inatividade dos filhos e filhas é um pouco menor nos arranjos monoparentais, o que se deve, pelo menos em parte, à necessidade de os jovens contribuírem com o sustento dos domicílios (Cioffi, 1998; Brito, 2018). Já os cônjuges e responsáveis tendem a ser mais inativos, respectivamente, nos arranjos “*casal com filhos e parentes*” e “*mãe com filhos e parentes*”. No caso da monoparentalidade feminina, o fenômeno combina a alta inatividade registrada entre as mulheres, a sobrecarga do cuidado de crianças e o compartilhamento da renda doméstica

¹³⁶ Essa categoria inclui filhos e enteados.

¹³⁷ No Brasil, em 2019, 64,4% dos indivíduos classificados como cônjuges eram mulheres.

com outros indivíduos adultos, visto que boa parte desses arranjos dependem de redes de apoio (Fontes, 2014; Maia et al, 2015).

Tabela 20: Taxas de inatividade e desemprego, por posição no domicílio e tipo de arranjo domiciliar (2013-2019)

	Inatividade (em % da população)			Desemprego (em % da força de trabalho)		
	2013	2016	2019	2013	2016	2019
Casal com filhos						
Responsável	12,3	13,9	17,9	3,4	6,5	7,3
Cônjuge	35,5	31,2	24,7	6	8	7,5
Filho/filha	26,5	27,4	25,9	12,8	21,6	21,4
Casal com filhos e parentes						
Responsável	19,7	22,1	24,6	3,3	7,1	7,4
Cônjuge	40,8	38,1	31,2	5,6	7,9	7,1
Filho/filha	26,2	26	26,6	12,6	21,8	20,2
Casal sem filhos						
Responsável	15,1	16	18,8	3,2	6,6	7,5
Cônjuge	34,2	29,4	25,6	6,3	8,2	7,9
Mãe com filhos						
Responsável	24,6	23,1	23,6	7,5	10,1	12,4
Filho/filha	25,3	24,8	24,8	14,2	22,2	21
Mãe com filhos e parentes						
Responsável	35,1	34,8	31,7	6,7	9,5	13,1
Filho/filha	24,3	25	24,2	12,6	20,7	20,9
Unipessoal						
Responsável	17,1	16,5	17,3	4,2	7	7,5

Fonte: Microdados da PNAD-C (2013-2019). Elaboração própria.

De fato, a Tabela 20 demonstra que a coresidência com os parentes de “fora” do núcleo familiar costuma elevar a taxa de inatividade. Quando esses parentes são crianças (por exemplo, netos e netas que vivem com as avós), o fenômeno é explicado pela intensificação do trabalho reprodutivo. No caso da coresidência com idosos, as atividades de cuidado são acompanhadas pelo acesso a recursos previdenciários e socioassistenciais, que subsidiam transferências intergeracionais e amortecem a pressão financeira sobre os domicílios (Leone; Maia; Baltar, 2010; Guiginsky; Wajnman, 2019; Debert; Guimarães; Hirata, 2020).

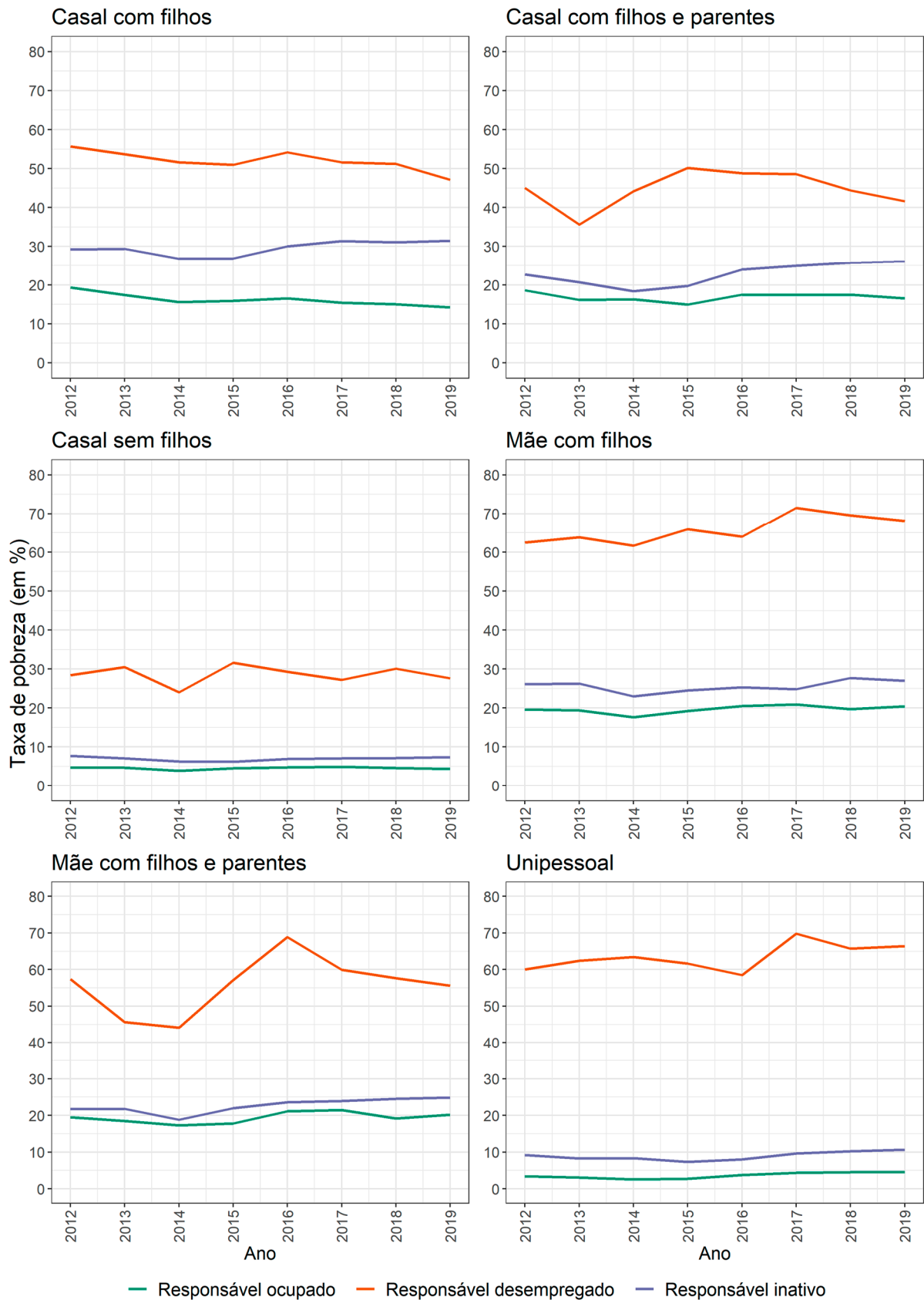
A taxa de desemprego é mais alta entre as responsáveis dos arranjos monoparentais. Essa tendência intersecciona experiências individuais e familiares, como as trajetórias típicas das mulheres no mercado de trabalho, as características socioeconômicas dos arranjos e a

dificuldade de conciliar trabalhos produtivos e reprodutivos (Montali; Lima, 2014). Enquanto o desemprego das responsáveis nos arranjos monoparentais femininos avançou no período 2016-2019, variou pouco nos demais arranjos. Já vimos que as mulheres e os trabalhadores menos escolarizados pioraram sua posição relativa durante a recuperação econômica, o que ajuda a explicar o fenômeno. Outro ponto de atenção é o desemprego elevado entre os filhos e filhas, que chega a ultrapassar 1/5 da força de trabalho em alguns arranjos. Os indivíduos jovens e no início das carreiras costumam ser mais vulneráveis a demissões, ao que se soma a condição de provedor auxiliar, que prolonga a procura por trabalho (Menezes; Cunha, 2013). Os jovens desempregados também adiam a saída da casa dos pais, usufruindo de uma espécie de salvaguarda financeira em períodos difíceis (Morais; Rego, 2017). Entre os cônjuges e filhos ou filhas, a taxa de desemprego não destoa muito quando se compara os tipos de arranjo.

Para complementar a análise dos riscos de estar desempregado, vale analisar quais são os impactos materiais do desemprego, manifestos na capacidade familiar de garantir patamares mínimos de bem-estar quando o provedor principal não consegue se inserir no mercado de trabalho. A Figura 21 apresenta a taxa de pobreza por tipo de arranjo e condição do responsável. A condição de pobreza se refere aos indivíduos com renda per capita domiciliar abaixo de 1/3 do salário-mínimo, cujo valor foi fixado em 2019 e deflacionado para os anos anteriores, em acordo com a proposta de Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019).

Além dos altos índices de pobreza, um problema crônico no Brasil, os dados da Figura 21 ilustram um sistema limitado de proteção social. A proteção trabalhista se dirige a uma pequena parcela de trabalhadores assalariados, enquanto uma massa de indivíduos, nas piores posições socioeconômicas, acessa benefícios com valores inferiores ao mínimo necessário para a compra de bens e serviços essenciais. Um outro aspecto do problema é o fato de que, no Brasil, o desemprego constitui um fenômeno coletivo. A seleção marital e a homogamia educacional fazem com que o desemprego e a inatividade se concentrem em alguns domicílios (Brito; Oliveira, 2021). Por conseguinte, o desemprego de um indivíduo costuma ser seguido pelo desemprego de outros parentes, como ilustra a taxa agregada de desemprego da Tabela 19, mais elevada nos arranjos monoparentais.

Figura 21: Pobreza por condição do responsável e tipo de arranjo domiciliar (2012-2019)



Fonte: Microdados da PNAD-C (2019). Elaboração própria.

Em comparação aos arranjos nos quais os responsáveis estão ocupados, a inatividade aumenta pouco a taxa de pobreza, pois esse grupo inclui os aposentados e pensionistas. Porém, o impacto da inatividade parece ser mais significativo nos arranjos formados por casais com filhos, visto que a renda disponível, via poupanças ou pensões, é dividida com indivíduos potencialmente dependentes. Já nos arranjos unipessoais, a renda não precisa ser compartilhada, o que faz com que a ocupação do responsável seja capaz de garantir, com certa facilidade, o sustento do domicílio. O inverso ocorre nos arranjos monoparentais, quando uma provedora compartilha o salário com os filhos e filhas, e assim, depende da contribuição de provedores auxiliares.

A maior distância entre as taxas ocorre nos arranjos unipessoais, pois a segurança financeira dos ocupados é contrastada por uma certa dificuldade de os desempregados acessarem recursos externos. Já no arranjo “*mãe com filhos*”, os três indicadores de pobreza são bem altos. Quando as mulheres são as únicas provedoras, o desemprego das responsáveis prejudica a satisfação das necessidades básicas do domicílio. Vale lembrar que as mulheres são subrepresentadas entre os beneficiários do seguro-desemprego, e que suas taxas de desemprego de longa-duração são significativas. O resultado é a ocorrência do desemprego desprotegido, devido à combinação entre trajetórias ocupacionais instáveis e a impossibilidade de as responsáveis compartilharem os encargos financeiros.

A separação entre os dois tipos de monoparentalidade feminina revela que a presença de parentes, para além dos filhos e filhas, diminui a taxa de pobreza quando as responsáveis estão desempregadas. O motivo é o papel assumido por outros adultos na distribuição dos recursos familiares, via participação no mercado de trabalho e acesso a benefícios previdenciários. Ainda assim, a taxa de pobreza no tipo “*mãe com filhos e parentes*” cresceu de maneira desproporcional durante a crise econômica de 2014-16, até mesmo ultrapassando o indicador no tipo “*mãe com filhos*”. O avanço do desemprego diminuiu a capacidade domiciliar de geração de renda, e o pouco dinheiro disponível passou a ser dividido com muitos indivíduos. Isso traduz a instabilidade da balança entre a extensão do arranjo e a socialização dos riscos do desemprego.

Um último procedimento descritivo deve enriquecer esse panorama. Os arranjos domiciliares experimentam períodos de formação e dissolução, a depender dos padrões de nupcialidade, fecundidade e relacionamento interpessoal (Barquero; Trejos. 2004). Esses ciclos sumarizam a quantidade de trabalho disponível e as necessidades materiais do domicílio (Retamoso, 2002). Vale questionar se os indivíduos, a depender do ciclo de vida das famílias e das posições domiciliares, experimentam padrões distintos de inserção no mercado de trabalho.

A Tabela 21 utiliza a tipologia de Arriagada (2004) para apresentar, por sexo e em diferentes etapas da vida familiar, as taxas de inatividade, desemprego e inatividade decorrente do trabalho reprodutivo. A tipologia é composta por cinco categorias, que abarcavam 77,9% da força de trabalho brasileira em 2019: *i*) os casais jovens sem filhos correspondem aos casais sem filhos no domicílio, quando a mulher possui menos de 40 anos de idade; *ii*) a etapa de constituição da família se refere aos casais com filhos de 5 anos ou menos; *iii*) a etapa de expansão ou crescimento da família, aos casais com filhos com idade entre 6 e 12 anos, independentemente da idade do filho mais novo; *iv*) a etapa de consolidação e saída, aos casais com filhos com 13 anos ou mais; e *v*) o ninho vazio, aos casais sem filhos nos quais a mulher possui 40 anos ou mais. A tipologia se baseia na coresidência com crianças, pois estas demandam um maior investimento de trabalho reprodutivo (Arriagada, 2004)¹³⁸.

Tabela 21: Taxas de desemprego, de inatividade e de inatividade por trabalho reprodutivo, entre os responsáveis e cônjuges, por ciclo de vida familiar e sexo (2013-2019)

	Inatividade (%)			Desemprego (%)			Inatividade pelo trab. reprodutivo (%)		
	2013	2016	2019	2013	2016	2019	2013	2016	2019
Homens									
Casal jovem sem filhos	4,5	3,8	4	2,9	5	5,3	-	1	1,9
Constituição	4	3,2	3,9	3,5	6,2	4,5	-	6,9	4,6
Expansão ou crescimento	6,1	5	5	3,2	5,8	5,2	-	2,1	2,9
Consolidação e saída	20,7	20,5	21,4	2,8	5,5	5,1	-	2,5	2,7
Ninho vazio	45,5	45,2	45,6	2,5	5,1	4,9	-	1,7	3,3
Mulheres									
Casal jovem sem filhos	24,9	22,1	18,7	9	12,8	12,9	-	13,5	12,1
Constituição	44,1	40,4	37,3	9,8	12	13,8	-	61,5	62,6
Expansão ou crescimento	39,3	36,1	33,3	7,7	11,3	11,3	-	52,4	48,5
Consolidação e saída	46,8	45,7	43	5	7,3	9	-	39,2	35,6
Ninho vazio	65,5	63,5	62,5	3,4	5,7	6,2	-	20,5	20,3

Fonte: Microdados da PNAD-C (2013-2019). Elaboração própria.

Nota 1: O denominador da taxa de desemprego é a força de trabalho; o denominador da taxa de inatividade é a população; e o denominador da taxa de inatividade por trabalho reprodutivo é o grupo de indivíduos que não procuraram trabalho no período de referência, mas que gostariam de trabalhar.

Nota 2: O quesito sobre o motivo para a não-procura por trabalho foi alterado no quarto trimestre de 2015. Por esse motivo, optei por apresentar os dados da inatividade pelo trabalho reprodutivo a partir de 2016.

A inatividade feminina é muito superior à masculina em todos os ciclos familiares. Isso se manteve no ínterim, a despeito do avanço da participação econômica das mulheres. No caso destas, o indicador é especialmente alto entre os casais que possuem filhos pequenos no domicílio, enquanto os homens se comportam de maneira contrária. Guiginsky

¹³⁸ O fato de a tipologia se restringir aos casais constitui uma limitação, já que exclui as famílias monoparentais. Por outro lado, a tipologia é útil, por facilitar a comparação entre homens e mulheres em cada ciclo familiar.

e Wajnman (2019) calcularam os efeitos da paternidade e da maternidade nas chances de atividade econômica, com foco nos responsáveis e cônjuges com idade entre 25 e 49 anos. Em linhas gerais, as chances de inatividade aumentam com a maternidade (sobretudo, de crianças em idade escolar) e diminuem com a paternidade. Maron e Meulders (2008) também anotaram o efeito inverso da paternidade e da maternidade na participação econômica, o que os levou a discutir como o tempo e os recursos são distribuídos entre homens e mulheres. Outras pesquisas sublinharam o efeito negativo da maternidade na atividade econômica feminina (Scorzafave; Menezes-Filho, 2001; Souza; Rios-Neto; Queiroz, 2011; Ramos; Aguas; Furtado, 2011).

Os dados refletem os diferentes encargos domésticos assumidos por homens e mulheres. A paternidade tende a provocar uma maior responsabilização financeira dos homens. Já a maternidade está vinculada à sobrecarga de trabalho reprodutivo, o que aumenta com a quantidade de crianças, particularmente aquelas em idade pré-escolar. A influência da maternidade na participação econômica é mediada pela socialização de trabalho reprodutivo por meio das políticas públicas (Cipollone; Patacchini; Vallanti, 2013). No Brasil, a baixa provisão de serviços públicos de cuidado cria obstáculos à participação econômica feminina, com prejuízos à geração de renda (Moreno, 2019).

O ciclo de vida das famílias parece não interferir muito na taxa masculina de desemprego, ainda que o indicador seja menor entre os homens que residem no tipo “*ninho vazio*”, que incluem os indivíduos mais velhos. Já o desemprego feminino foi mais elevado entre as mulheres que não possuem filhos ou que possuem filhos pequenos. Além de fatores associados à idade dessas trabalhadoras, que costumam ser mais jovens¹³⁹, é possível que a Tabela 21 esteja captando dois fatores que promovem a permanência no desemprego: o aumento do salário de reserva provocado pela ausência de filhos; e a dificuldade de conciliar atividades produtivas e reprodutivas por parte das trabalhadoras com filhos pequenos. Evidências semelhantes foram discutidas pela literatura nacional e internacional (Oliveira; Scorzafave; Pazello, 2009; O’Connell; McGuinness; Kelly, 2012; Grzenda, 2019).

A inatividade é uma experiência heterogênea (Vansteenkiste et al, 2004), e muitos indivíduos, embora classificados como inativos, possuem uma “ligação marginal” com o mercado de trabalho (Gray; Heath; Hunter, 2005). Como vimos no Capítulo 4, isso evidencia uma zona cinzenta entre o desemprego e a inatividade, tendo em vista a limitação da procura

¹³⁹ Em 2019, as mulheres responsáveis e cônjuges no tipo “*casal jovem sem filhos*” possuíam, em média, 29,7 anos; e 29,3 anos no tipo “*constituição*”. Nos tipos seguintes, as médias de idade foram, na ordem de apresentação da Tabela 21, 34,4 anos, 47,9 anos e 59,2 anos.

por trabalho como um comportamento capaz de sintetizar as expectativas de acesso a recursos.

Os motivos para a ausência de procura são diversos, conjugando a avaliação do indivíduo sobre a disponibilidade de tempo, recursos e oportunidades (Radziukiewicz, 2020). O trabalho reprodutivo pode prejudicar ou inviabilizar o engajamento dos indivíduos em atividades remuneradas, e assim, é esperado que o ciclo de vida familiar cumpra um papel importante nas condições de procura por trabalho e na delimitação das fronteiras entre a inatividade e o desemprego (Barham, 2003; Leaker, 2009; Boswell; Zimmerman; Swider, 2014). Para calcular a inatividade involuntária pelo trabalho reprodutivo, as proporções da Tabela 21 utilizam como numerador a quantidade de cônjuges ou responsáveis que não procuraram trabalho porque precisavam cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes dependentes; e como denominador, a quantidade de cônjuges ou responsáveis que não procuraram trabalho, mas que gostariam de trabalhar na semana de referência. Ainda que a classificação familiar seja baseada na presença de crianças, o cuidado também pode ser direcionado a idosos, uma atividade que costuma recair sobre as mulheres (Camarano, 2014; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011).

A inatividade pelo trabalho reprodutivo é um fenômeno que quase inexistente entre os homens, mas atinge boa parte das mulheres que estão involuntariamente inativas. A sobrecarga pelo trabalho reprodutivo também é mais intensa entre as mulheres com filhos pequenos, devido à lacuna deixada pelo Estado na oferta de creches públicas. Essa responsabilidade se soma às tarefas domésticas, e muitas mulheres, inclusive as que desejam participar do mercado de trabalho, são demandadas a conciliar atividades remuneradas e não-remuneradas (Sorj, 2014). A procura por trabalho precisa lidar com tempo e recursos escassos, e em um modelo tradicional de divisão familiar do trabalho, as atividades reprodutivas acabam elevando os custos da procura, provocando a entrada de mulheres na inatividade.

Não é trivial questionar se os indivíduos que gostariam de ter uma ocupação remunerada, mas que não procuram trabalho em um período de referência, deveriam ser classificados como desempregados ou inativos. Examinando criticamente as estatísticas sobre o mercado de trabalho, Maruani e Reynaud (2004) afirmam que a classificação do não-trabalho remunerado feminino afeta os indicadores de desemprego. Isso é válido para o caso brasileiro: em 2019, caso todas as mulheres involuntariamente inativas por causa do trabalho reprodutivo fossem classificadas como desempregadas, a taxa feminina de desemprego aumentaria 3,5 p.p., de 14,1% para 17,6%. Já a diferença para os homens não seria

expressiva¹⁴⁰. Esse fenômeno combina um modelo típico de organização familiar e a baixa socialização pública do trabalho reprodutivo, dificultando a entrada de muitas mulheres na situação de desemprego aberto.

5.3. Indivíduos, arranjos domiciliares e mercado de trabalho: as dinâmicas desiguais em homens e mulheres

Até aqui, o capítulo analisou a distribuição dos riscos do desemprego em diferentes grupos de trabalhadores, considerando tanto a demanda por força de trabalho (trajetória dos setores ocupacionais e exposição dos vínculos empregatícios ao desemprego) quanto a oferta da força de trabalho (atributos pessoais e características das famílias domiciliares). Este tópico busca sintetizar os achados empíricos e fornecer evidências mais robustas sobre os riscos do desemprego a partir da implementação de um modelo inferencial.

Apesar de o desemprego aberto captar aspectos significativos da vida familiar, essa categoria exclui algumas experiências que são importantes, visto o caráter restritivo da combinação entre a procura ativa por trabalho e a disponibilidade para trabalhar. Vale lembrar dos indivíduos que não procuram trabalho por avaliarem negativamente suas chances de sucesso, ou das mulheres que não procuram trabalho por estarem sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo nos domicílios. O uso de uma categoria mais abrangente me permite captar as dificuldades de inserção profissional, que podem ou não ser acompanhadas pela procura ativa.

Em acréscimo aos indivíduos na situação de desemprego aberto, existem os indivíduos que não procuraram trabalho no mês de referência, mas que gostariam de ter uma ocupação remunerada; e os indivíduos que procuraram trabalho no mês de referência, mas que não estavam disponíveis para trabalhar na semana seguinte à coleta de dados. Como vimos no último capítulo, esses dois últimos grupos representam a força de trabalho potencial, que junto com a força de trabalho, compõe a força de trabalho ampliada. A soma entre o desemprego aberto e a força de trabalho potencial (que chamarei, para fins de simplificação, de “desemprego aberto ou potencial”) combina a ausência de ocupações remuneradas com certa aderência ao mercado de trabalho.

¹⁴⁰ Nesse cenário hipotético, o desemprego masculino aumentaria apenas 0,2 p.p., de 9,6% para 9,8% da força de trabalho.

O desemprego aberto ou potencial constitui a variável dependente de um modelo de regressão logística binomial, que se dirige, separadamente, para homens e mulheres. O objetivo dessa separação é averiguar se as variáveis explicativas, sobretudo aquelas associadas à vida familiar, exercem influências dissonantes em cada sexo. Dentre as variáveis explicativas, constam um primeiro grupo de indicadores, relativos às características da força de trabalho (escolaridade, raça e faixa etária). Já um segundo grupo de indicadores trata das características das famílias domiciliares (posição no domicílio, logaritmo natural da renda domiciliar líquida per capita¹⁴¹, coresidência com crianças e coresidência com idosos), enquanto um terceiro grupo, utilizado para controlar os resultados, informa a localização do domicílio (Unidade da Federal e área da moradia, se urbana ou rural).

Algumas variáveis merecem uma apresentação mais cuidadosa. A renda domiciliar líquida per capita é a renda domiciliar sem contar a renda do próprio indivíduo, dividida pela quantidade de moradores do domicílio¹⁴². Esse indicador denota o nível de suporte material que a família teria acesso caso o indivíduo não estivesse empregado (Fernandes; Picchetti, 1999), bem como a quantidade de recursos disponíveis aos indivíduos durante a procura por trabalho. Por sua vez, a coresidência com crianças foi operacionalizada a partir de uma variável categórica com 6 opções de resposta, inspirada na proposta de Guiginsky e Wajnman (2019): *i*) arranjos com crianças com idade entre 0 e 6 anos; *ii*) arranjos com duas ou mais crianças com idade entre 0 e 6 anos; *iii*) arranjos sem crianças na faixa etária inicial, mas com crianças com idade entre 7 e 12 anos; *iv*) arranjos sem crianças na faixa etária inicial, mas com duas ou mais crianças com idade entre 7 e 12 anos; *v*) arranjos com crianças com idade entre 13 e 17 anos, mas sem crianças nas faixas etárias anteriores; e *vi*) arranjos sem crianças e jovens, categoria que é utilizada como referência no modelo de regressão. Já a identificação de idosos no domicílio possui apenas duas opções de resposta, contrastando os domicílios com idosos e os domicílios sem idosos. Para a identificação das crianças e dos idosos nos domicílios, considere apenas os indivíduos que possuem relação de parentesco com o responsável do domicílio.

A implementação do modelo de regressão atende a um objetivo simples, considerando seu papel no escopo da Tese: verificar como os atributos individuais e as características familiares afetam a inserção ocupacional, em um contexto marcado por transformações conjunturais de curto-prazo e por mudanças de longo-prazo na composição populacional, com aumento da quantidade de idosos e redução das taxas de fecundidade.

¹⁴¹ A transformação logarítmica é um procedimento usual na aplicação de modelos de regressão, a fim de garantir que as variáveis explicativas contínuas possuam uma distribuição normal.

¹⁴² Para isso, foi necessário recalcular a renda domiciliar na PNAD-C, que em seguida, foi dividida pelo número de moradores do domicílio.

Optei por não incluir outros indicadores familiares, como aqueles associados à composição doméstica, visto que essas categorias iriam se sobrepôr à identificação de crianças no domicílio.

O modelo de regressão, que considera o desenho amostral complexo da PNAD-C, calcula a probabilidade de o indivíduo i estar na situação de desemprego aberto ou potencial em cada ano de coleta. A amostra foi restrita à força de trabalho ampliada, com idade entre 18 e 59 anos e que compõe as famílias domiciliares. O modelo foi replicado nos anos de 2013 (o ano imediatamente anterior à crise de 2014-16) e 2019 (quando o Brasil experimentava uma leve recuperação econômica)¹⁴³. Complementando as variáveis explicativas, ε constitui o termo de erro do modelo de regressão:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Escolaridade}_i + \beta_2 \text{Raça}_i + \beta_3 \text{Idade}_i + \beta_4 \text{Posição domicílio}_i + \beta_5 \text{Arranjos}_i \\ + \beta_6 \text{Idosos no domicílio}_i + \beta_7 \ln_rdpc_i + \beta_8 \text{UF}_i + \beta_9 \text{Área}_i + \varepsilon_i$$

A replicação de modelos de regressão em diferentes anos de coleta é um procedimento comum em pesquisas sociológicas, pois permite elucidar, de maneira mais simples, como a influência das variáveis de interesse muda com o passar do tempo (Comin; Barbosa, 2011; Marteleto, 2012). Contudo, a comparação dos resultados exige certos cuidados. Quando um modelo logístico é aplicado em amostras ou períodos distintos, seus coeficientes são inscritos em escalas diferentes, o que impossibilita a comparação direta dos resultados. Em decorrência, os coeficientes e as razões de chance refletem não apenas as possíveis mudanças nos efeitos das variáveis, mas também diferenças na heterogeneidade não observada (Mood, 2010). É recomendado que quaisquer comparações sejam baseadas nas probabilidades, e para isso, um dos métodos mais indicados é o cálculo dos efeitos marginais médios (Best; Wolf, 2015). Em uma regressão logística, esse efeito informa a diferença média na probabilidade da variável dependente, em pontos percentuais, para a alteração de cada variável explicativa em todas as unidades da amostra, mantendo os outros indicadores constantes.

¹⁴³ Os cálculos foram feitos no *software* R v. 4.1.3. Utilizei o pacote “*PNADc/BGE*” para realizar o download dos microdados; o pacote “*survey*” para incluir a amostra complexa da PNAD-C e calcular o modelo de regressão, por meio do comando *svyglm*; o pacote “*margins*”, para calcular os efeitos marginais médios; e o pacote “*WeightedROC*”, para calcular a Curva ROC dos modelos, incluindo o plano amostral da PNAD-C. É importante ressaltar que as subamostras foram selecionadas após a inclusão do plano amostral, por meio do comando “*subsef*”.

A Tabela 22 apresenta os efeitos marginais médios e sua significância para cada variável. A fim de simplificar a apresentação dos resultados, os arranjos formados por crianças são identificados por números, seguindo a ordem da apresentação anterior. Os resultados da Área sob a Curva (AUC) das Curvas ROC (*Receiver Operating Characteristic*) atestam uma boa capacidade preditiva do modelo, para ambos os sexos e anos de coleta.

Para homens e mulheres, a probabilidade de desemprego aberto ou potencial é maior nos estratos educativos mais baixos, comparados aos indivíduos com Ensino Superior completo. Essa tendência se fortaleceu na passagem de 2013 para 2019, devido à erosão das ocupações elementares durante a crise econômica e à menor competitividade dos trabalhadores pouco qualificados, em um mercado cada vez mais restrito. Os dados reforçam a interpretação de que houve uma piora da posição relativa dos indivíduos menos escolarizados durante a década de 2010. Em 2019, não ter o Ensino Fundamental elevava, em comparação aos indivíduos com formação universitária, a probabilidade de desemprego aberto ou potencial em 18,7 p.p. entre as mulheres e 9,9 p.p. entre os homens. A baixa escolaridade prejudica especialmente a população feminina, o que indica que a influência da segmentação ocupacional por escolaridade tende a ser mais severa nesse grupo.

No primeiro tópico deste capítulo, vimos que as taxas de desemprego costumam ser mais elevadas entre os indivíduos com escolaridade intermediária, efeito que, segundo boa parte da literatura, se mantém nos modelos inferenciais. Partindo dos achados apresentados na Tabela 22, valeria investigar se a maior vulnerabilidade dos indivíduos menos escolarizados se deve às especificidades do desemprego aberto ou potencial; às mudanças na série histórica, com prejuízo às chances de inserção ocupacional dos indivíduos menos escolarizados; ou à combinação entre esses dois fatores.

Já os negros enfrentam uma maior probabilidade de desemprego aberto ou potencial do que os brancos, o que permanece ao controlarmos os efeitos da escolaridade e do logaritmo natural da renda domiciliar líquida per capita. No caso das mulheres, a probabilidade de as negras experimentarem o desemprego aberto ou potencial, em comparação às brancas, aumentou no ínterim (de 1,9 p.p. para 3,5 p.p.), enquanto continuou praticamente constante entre os homens negros. O efeito da variável racial passou a impactar mais as mulheres do que os homens, o que deve estar associado aos tipos de emprego que costumam absorver cada grupo; e à retenção das mulheres negras na força de trabalho potencial, dada a dificuldade de conciliar a procura por trabalho com outras atividades cotidianas, notadamente aquelas associadas à vida familiar. Por sua vez, os amarelos e indígenas demonstraram tendências mais difíceis de serem visualizadas, sendo que o elevado erro-padrão dessas categorias exige parcimônia no exame dos resultados.

Tabela 22: Efeitos marginais médios sobre o desemprego aberto ou potencial (2013-2019)

	Homens		Mulheres	
	2013	2019	2013	2019
Escolaridade (ref.: Superior completo)				
Fundamental incompleto	0,046 *** (0,004)	0,099 *** (0,005)	0,111 *** (0,005)	0,187 *** (0,006)
Fundamental completo	0,037 *** (0,004)	0,069 *** (0,005)	0,087 *** (0,005)	0,159 *** (0,006)
Médio completo	0,023 *** (0,004)	0,038 *** (0,004)	0,051 *** (0,004)	0,090 *** (0,004)
Raça (ref.: Brancos)				
Negros	0,013 *** (0,002)	0,018 *** (0,003)	0,019 *** (0,003)	0,035 *** (0,004)
Amarelos	0,022 (0,025)	-0,032 * (0,014)	0,037 (0,029)	0,020 (0,021)
Indígenas	0,057 (0,031)	-0,027 * (0,014)	0,015 (0,035)	0,094 ** (0,029)
Idade (ref.: 50 a 59 anos)				
18 a 24 anos	0,049 *** (0,004)	0,082 *** (0,006)	0,146 *** (0,007)	0,198 *** (0,007)
25 a 29 anos	0,019 *** (0,004)	0,029 *** (0,006)	0,072 *** (0,006)	0,095 *** (0,007)
30 a 39 anos	0,001 (0,003)	-0,002 (0,004)	0,035 *** (0,005)	0,049 *** (0,005)
40 a 49 anos	-0,005 (0,003)	-0,013 *** (0,004)	0,014 ** (0,005)	0,016 ** (0,005)
Posição no domicílio (ref.: Responsáveis)				
Cônjuges	0,010 ** (0,003)	-0,013 *** (0,003)	0,027 *** (0,004)	-0,011 * (0,005)
Filhos	0,075 *** (0,004)	0,112 *** (0,006)	0,058 *** (0,005)	0,064 *** (0,006)
Outros	0,046 *** (0,005)	0,076 *** (0,006)	0,051 *** (0,007)	0,017 * (0,008)
Composição doméstica (ref.: Sem crianças e jovens no domicílio)				
Arranjo i	-0,009 ** (0,003)	-0,021 *** (0,004)	0,025 *** (0,004)	0,032 *** (0,005)
Arranjo ii	-0,010 * (0,004)	-0,017 ** (0,006)	0,031 *** (0,006)	0,047 *** (0,009)
Arranjo iii	-0,009 ** (0,003)	-0,014 ** (0,004)	0,017 *** (0,005)	0,022 *** (0,006)
Arranjo iv	-0,009 (0,006)	0,001 (0,009)	0,021 * (0,008)	0,037 *** (0,011)
Arranjo v	-0,006 * (0,003)	-0,005 (0,004)	0,007 (0,005)	0,003 (0,006)
Idosos no domicílio (ref.: Sem idosos no domicílio)				
Com idosos no domicílio	0,006 (0,003)	0,017 *** (0,004)	0,001 (0,005)	0,027 *** (0,006)
Logaritmo natural da renda domiciliar líquida per capita				
	0,001 (0,000)	-0,001 (0,000)	-0,003 *** (0,000)	-0,004 *** (0,000)
AUC das Curvas ROC	0,721	0,737	0,763	0,717

Fonte: Microdados da PNAD-C (2013-2019). Elaboração própria.

Notas: Resultados controlados por Unidade da Federação e área do domicílio. Erros-padrão entre parênteses.

*** p < 0,001, ** p < 0,01, * p < 0,05.

As faixas etárias também exercem um efeito significativo sobre a probabilidade de desemprego aberto ou potencial. No caso dos homens, essa probabilidade é maior no grupo

com idade entre 18 e 29 anos do que na categoria de referência (50 a 59 anos), enquanto nas mulheres, o efeito marginal é positivo e significativo em todos os grupos com idade até 49 anos. Esses resultados corroboram os dados descritivos do primeiro tópico, visto que os indivíduos mais jovens experimentam uma maior rotatividade ocupacional. Além disso, muitos jovens não procuram trabalho por estarem dedicados aos estudos, e caso afirmem que desejam trabalhar, passam a integrar a força de trabalho potencial. Complementando esse quadro, o fato de não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem integra a experiência de desalento, categoria que compõe o desemprego oculto.

Um outro grupo de variáveis diz respeito à esfera familiar. Uma tendência interessante é a mudança do efeito de ser cônjuge, que aumentava a probabilidade de desemprego aberto ou potencial em 2013 quando em comparação aos responsáveis domiciliares, mas que passou a exercer um efeito negativo em 2019. Algumas hipóteses podem explicar esse fenômeno. É plausível que a transição do desemprego para a inatividade (excluindo a força de trabalho potencial), entre os indivíduos na posição de cônjuge, tenha se intensificado no ínterim, o que levou menos desses indivíduos a experimentarem o desemprego aberto ou potencial. E como demonstrou a Tabela 20, os responsáveis das famílias monoparentais possuem as maiores taxas de desemprego. Logo, uma hipótese adicional é que os resultados de 2019 tenham passado a captar a influência da composição doméstica na inserção ocupacional. Por sua vez, o efeito de ser filho aumenta, de maneira mais pronunciada nos homens do que nas mulheres, a probabilidade de desemprego aberto ou potencial. Em 2019, em comparação aos responsáveis domiciliares, essa posição acarretava um aumento de 11,2 p.p. na probabilidade masculina, contra 6,4 p.p. entre as mulheres. Vale reconhecer que muitas das responsáveis do sexo feminino são desempregadas, o que ajuda a explicar as diferenças menos acentuadas em relação às provedoras auxiliares¹⁴⁴.

O ciclo de vida familiar afeta homens e mulheres de maneira desigual, assim como discutido anteriormente a respeito da inatividade. No que diz respeito à coresidência com crianças, o maior efeito marginal médio fica a cargo do arranjo *iii* (unidades domésticas com duas crianças com até 6 anos de idade), que em 2019, elevava em 4,7 p.p. a probabilidade de desemprego aberto ou potencial entre as mulheres, mas reduzia em -1,4 p.p. essa probabilidade entre os homens. Esse fenômeno é provocado por uma forma típica de divisão das atividades produtivas e reprodutivas nos domicílios. Enquanto os homens experimentam uma redução do salário de reserva, devido à centralidade da sua renda para o sustento

¹⁴⁴ Uma hipótese adicional é que as filhas mulheres transitam com mais intensidade da ocupação para a inatividade fora da força de trabalho potencial, enquanto os filhos homens permanecem retidos na força de trabalho ampliada. A confirmação ou refutação dessa hipótese depende de esforços que escapam ao alcance deste capítulo.

familiar (o que os empurra para a entrada imediata em uma ocupação), as mulheres costumam arcar com a maior parte das atividades de cuidado. Isso faz com muitas mulheres precisem prolongar o desemprego ou não tenham tempo livre para procurar e assumir trabalhos remunerados, frente à impossibilidade de socializar os custos do cuidado por meio de instituições públicas ou via redes de parentesco. A sobrecarga do trabalho reprodutivo é mais intensa nos arranjos formados por crianças pequenas, o que explica, entre as mulheres, os efeitos marginais positivos e estatisticamente significativos até o arranjo *iv* (domicílios sem crianças em idade pré-escolar, mas com duas ou mais crianças com idade entre 7 e 12 anos).

As duas últimas variáveis fecham a caracterização da vida familiar e sua associação com a inserção ocupacional. A presença de idosos passou a ser estatisticamente significativa em 2019, aumentando a probabilidade de desemprego aberto ou potencial em 1,7 p.p. entre os homens e 2,7 p.p. entre as mulheres. Como já vimos, isso se deve à circulação intergeracional de recursos, por meio de pensões e aposentadorias, o que eleva o salário de reserva dos indivíduos em idade ativa. Essa tendência se soma ao desempenho das atividades de cuidado, particularmente no caso da força de trabalho ampliada feminina. O fato de que a coresidência com idosos tenha se tornado significativa apenas em 2019 assinala que a influência das relações familiares depende, em certa medida, do contexto do mercado de trabalho¹⁴⁵.

Finalmente, a renda domiciliar líquida per capita não influi na probabilidade de desemprego aberto ou potencial entre os homens, mas diminui essa probabilidade entre as mulheres, tanto em 2013 quanto em 2019. Em outras palavras, as mulheres são mais afetadas pelo nível de renda dos domicílios do que os homens, considerando a forma como são tomadas as decisões a respeito da procura por trabalho. Essa interpretação se aproxima da apresentada por Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009), acerca do impacto da mesma variável nas probabilidades de inatividade e desemprego entre homens e mulheres. Outra interpretação promissora é que as mulheres, em face da insuficiência dos recursos domiciliares, tendem a transitar com mais intensidade da inatividade para a atividade econômica, o que eleva o desemprego friccional.

Os resultados da regressão consolidam o debate, apresentado ao longo do capítulo, voltado à interface entre o indivíduo, a estrutura do mercado de trabalho e as unidades domésticas. Seguindo o plano de análise, este capítulo fecha a Parte II da Tese, o que

¹⁴⁵ É possível, por exemplo, que os indivíduos tenham passado a vislumbrar piores chances de inserção ocupacional em 2019, e assim, a transferência intergeracional passou a impulsionar a decisão por aguardar melhores empregos ou o entendimento da procura por trabalho como uma necessidade menos imediata.

demanda alguns apontamentos conclusivos sobre como os diferentes tipos de desigualdade se combinam na estratificação dos riscos de desemprego.

De maneira mais simples, as características da força de trabalho afetam a capacidade de competir por empregos. Além de fatores como os recursos e as habilidades disponíveis, a estratificação do desemprego está associada à inscrição dos trabalhadores em uma escala valorativa, a partir de uma avaliação da produtividade esperada e das características das vagas de emprego (Sørensen; Kalleberg, 2018)¹⁴⁶. Esse processo é bem compreendido quando reportado à estrutura do mercado de trabalho, visto que a participação econômica dos indivíduos ocorre em um contexto de competitividade limitada. O mercado de trabalho é formado por campos interdependentes e qualitativamente distintos, e a mobilidade entre esses campos não depende apenas da vontade pessoal (Fields, 2011). Cada trabalhador experimenta uma estrutura de oportunidades econômicas, que alicerça a procura por trabalho. No Brasil, além dos processos de recrutamento que são desempenhados pelas firmas, também é preciso considerar a capacidade de os indivíduos canalizarem e investirem recursos em atividades informais, por escolha própria ou quando as ocupações registradas são escassas. Devido aos processos de segmentação ocupacional e à hierarquização dos trabalhadores no interior de cada nicho profissional, os trabalhadores negros e pouco escolarizados encontram-se em uma posição mais vulnerável, o que se intensificou com a crise econômica. O modelo de regressão demonstrou que os efeitos da raça e da escolaridade, sobretudo quando consideramos a mudança desse efeito ao longo do tempo, destoam entre homens e mulheres.

Em um cenário no qual os indivíduos são desigualmente avaliados pelo mercado de trabalho e transitam em campos específicos de atuação profissional, as famílias mediam a participação econômica e amortecem os impactos do desemprego nas condições de vida. Isso me levou a analisar as tendências demográficas brasileiras ao longo das últimas décadas; as experiências mais recentes de composição domiciliar; e a associação entre a posição no domicílio e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Dediquei atenção especial às famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com ou sem outros parentes, devido às suas maiores taxas agregadas de desemprego e à vulnerabilidade dessas famílias à pobreza. Também vimos que as demandas familiares costumam sobrecarregar as mulheres no desempenho de atividades não-remuneradas, o que diminui o tempo disponível para a procura por trabalho. No Brasil, a divisão familiar do trabalho se soma ao caráter residual da socialização pública do trabalho reprodutivo, produzindo efeitos desiguais em homens e

¹⁴⁶ A avaliação da produtividade típica dos trabalhadores pode dar vazão a processos seletivos discriminatórios, o que condiciona as chances de participação individual nas relações produtivas (Stovel; Fountain, 2011).

mulheres. Bem assim, estas últimas tendem a ser mais vulneráveis ao desemprego e/ou à inatividade involuntária quando residem em domicílios com crianças pequenas.

Alguns temas foram apenas aludidos, pois os dados não apoiavam afirmações mais substantivas sobre as negociações familiares e os processos de procura por trabalho em diferentes grupos sociais. A Parte III da Tese busca aprofundar esses assuntos. Seu objetivo é analisar, a partir de dados qualitativos, a circulação de bens e serviços em redes amplas de parentesco, bem como os repertórios individuais e familiares de acesso a recursos. Espero problematizar a relação de mão dupla entre a família e o fenômeno do desemprego. De um lado, o desemprego afeta a vida familiar, ao redefinir a rotina de seus membros e a quantidade de recursos disponíveis às famílias. De outro, as experiências de desemprego dependem das relações familiares de interdependência, baseadas na distribuição de papéis sociais, na formação de expectativas e em diferentes formas de suporte material e afetivo.

PARTE III

Desemprego, esfera familiar e socialização informal dos riscos

6. Os impactos do desemprego e as estratégias familiares de acesso a recursos

Vimos que, nas sociedades capitalistas, a participação no mercado de trabalho é a principal estratégia de acesso a recursos. Isso pode ocorrer por meio de empregos registrados, evidenciando um sistema de compra e venda da força de trabalho, ou a partir de iniciativas informais de geração de renda, como no caso do autoemprego. Ademais, as instituições públicas tendem a assumir parte dos riscos sociais, através da provisão de bens e serviços. Uma consequência importante é a minimização dos impactos do desemprego, ainda que o papel do Estado varie bastante de um país a outro e no decurso do tempo.

As pesquisas sobre o Estado e o mercado de trabalho têm merecido destaque na literatura sobre os regimes de proteção. Mas, para bem entender como os recursos circulam e são apropriados por indivíduos e grupos, é preciso examinar o que acontece no interior das famílias. Este capítulo introduz a Parte III da Tese, dirigida aos impactos do desemprego nas condições de existência e aos repertórios familiares de reprodução e mobilidade socioeconômica. O objetivo é verificar como essas experiências ocorrem de maneira desigual no interior da população brasileira, o que faz com que contextos circunscritos sejam especialmente interessantes para a coleta de dados. Espero que isso me permita apresentar novas reflexões sociológicas sobre a estratificação do desemprego, agora sob o prisma da proteção familiar e das relações sociais cotidianas.

A despeito de teorias que apregoavam o seu enfraquecimento¹⁴⁷, as famílias são indispensáveis para a satisfação das necessidades pessoais em sociedades capitalistas, conectando indivíduos por meio de relações de interdependência¹⁴⁸. Estas decorrem do direcionamento de indivíduos para tarefas produtivas (atividades remuneradas em mercados) e reprodutivas (tarefas domésticas e de cuidado) (Durham, 1980; Melo; Castilho, 2009; Picanço; Araújo, 2020). Quando um dos membros da família não consegue se inserir no mercado de trabalho, tensões são geradas nos projetos de subsistência e mobilidade socioeconômica, em uma relação de mão dupla entre o desemprego e a vida familiar. Assim,

¹⁴⁷ A esse respeito, a principal formulação foi apresentada por Wilensky e Lebeaux (1965). Para os autores, a nuclearização das famílias, bem como o enfraquecimento do seu papel na circulação de bens e serviços, produziria um vácuo a ser ocupado pelos Estados de Bem-Estar.

¹⁴⁸ A unidade familiar foi decisiva para a organização das sociedades industriais, por meio do suporte à moradia e à procura por trabalho (Segalen, 1986). Sobre o caso brasileiro, Paoli (1992) ressalta a atuação das famílias na proletarização da força de trabalho, o que ocorreu a partir do recrutamento familiar da mão de obra, baseado na autoridade masculina sobre mulheres e crianças. O fenômeno revela o vínculo entre moralidade e unidade doméstica, comumente reforçado pelas políticas de Estado. A manutenção e atualização da família como uma categoria ideológica, fundada em papéis minimamente estáveis de provisão e cuidado, cumpriu um papel importante no desenvolvimento do capitalismo competitivo (Telles, 1992).

de um lado, examinar o desemprego lança luz sobre os repertórios familiares, tanto materiais quanto afetivos, que visam lidar com a perda de rendimentos. De outro, o ambiente familiar torna-se útil para observarmos os impactos do desemprego no cotidiano de indivíduos e grupos, pois as famílias representam unidades básicas de consumo e circulação de rendimentos (Bilac, 2014). Esse tema é ainda mais importante no regime brasileiro de bem-estar, devido à instabilidade do mercado de trabalho e à baixa efetivação de direitos via Estado, assim como vimos nas partes I e II da Tese. Como afirma Paugam (2016, p. 42), em sociedades com sistemas incipientes de proteção social, as relações familiares são uma “resposta coletiva lógica” aos riscos que acompanham a participação no mercado de trabalho.

Para abordar o assunto, este capítulo irá se deter nos repertórios vocabulares de 245 indivíduos, que foram entrevistados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre os anos de 2015 e 2016. Discuto como o desemprego se manifesta em grupos sociais distintos, particularmente no que diz respeito aos seus impactos e às medidas mobilizadas pelas famílias para contorná-los. A utilização de uma técnica estatística aplicada a dados textuais me possibilitou agrupar e contrastar os léxicos destinados a essa temática, salientando o caráter desigual das experiências de desemprego no Brasil.

Este capítulo se divide em mais cinco seções. A primeira organiza a produção sociológica que se dedicou à intersecção entre o desemprego e a esfera familiar. Já a segunda e a terceira seções tratam da construção do *corpus* e da metodologia adotada. Na quarta seção, o capítulo apresenta as classes vocabulares, produzidas pelo cruzamento entre as palavras e as suas entrevistas de origem. Finalmente, uma conclusão destaca os resultados mais importantes da pesquisa e os coloca em diálogo com a literatura acadêmica.

6.1. Desemprego e esfera familiar em estudos sociológicos

Ao investigar os efeitos do desemprego nas relações familiares de autoridade, Kamaravosky (1940) ponderou como a perda do trabalho incidia sobre o *status* do chefe de família, com possíveis consequências aos vínculos maritais e de filiação. A seu ver, a tendência disruptiva ocasionada pelo desemprego poderia ser creditada à incapacidade masculina de controlar economicamente os parentes, adensada pela diminuição de prestígio por parte do chefe de família e pela redução da “margem de manobra” familiar em satisfazer interesses conflitantes.

Em uma abordagem também seminal, Eisenberg e Lazarsfeld (1938) ressaltaram as

consequências do desemprego nos traços individuais de personalidade, com destaque para a instabilidade emocional, a perda de rotina, a diminuição de autoestima e o rebaixamento das aspirações pessoais. O enfraquecimento das atividades associativas e a deterioração das condições materiais eram entendidas como experiências típicas de uma “comunidade desempregada” (Jahoda; Lazarsfeld; Zeisel, 2002 [1933]). Esta seria vítima de um ciclo mais ou menos generalizável, que em última instância, acarretava a deterioração das relações familiares.

A conexão entre desemprego e ruptura de vínculos persistiu como um entendimento hegemônico até a década de 1970, do que dão testemunho as obras de Moen (1979) e Schlozman e Verba (1979). Boa parte dos estudos enfatizou o papel do desemprego na privação de recursos, bem como na negação do senso de autoestima decorrente do engajamento ocupacional. A partir desse olhar, a fragilização econômica e a ruptura de vínculos, do tipo familiar ou comunitário, poderiam ser entendidas como faces da mesma moeda, resultantes em grande medida da desocupação em uma sociedade de mercado.

A década de 1980 trouxe consigo a eclosão de novos olhares interpretativos. Thomas, McCabe e Berry (1980) argumentaram que os conflitos familiares, tanto no casamento quanto na convivência intergeracional, não deveriam ser tomados como necessariamente resultantes da perda do trabalho. O menor peso disruptivo do desemprego foi creditado a fatores típicos da segunda metade do século XX, como a emergência de uma nova condição de desempregado, passível de auxílios governamentais, e a diversificação das identidades pessoais, não dependentes em sua totalidade da esfera do trabalho. Ideia semelhante foi apresentada por Gallie e Marsh (1994). Os autores identificaram diferenças importantes nas consequências sociais do desemprego entre as décadas de 1930 e 1980, fruto do desenvolvimento dos sistemas de proteção social, da redução das jornadas de trabalho e do avanço de outras atividades na organização das rotinas, fenômenos que facilitaram a adaptação do indivíduo ao desemprego. Já Binns e Mars (1984) sublinharam a importância do amparo familiar a casais desempregados, bem como os efeitos do desemprego nas relações conjugais. Os autores evidenciaram a manutenção de um padrão tradicional de divisão sexual do trabalho durante o desemprego, a despeito de possíveis negociações conjugais.

A partir da década de 1990, a correlação entre desemprego e dinâmicas da vida familiar ganhou maior complexidade. Lampard (1994) inovou ao identificar o impacto negativo das separações na perda do trabalho. Já Broman, Hamilton e Hoffman (1996) sustentaram que a influência do desemprego nos conflitos familiares se devia à deterioração das condições financeiras. Mais recentemente, Taylor (2002) defendeu que as transformações na vida

familiar dependeriam da duração do desemprego e das características dos perfis pessoais, enquanto Lippe, Treas e Norbutas (2017) revisitaram a temática da divisão sexual do trabalho.

A Sociologia brasileira não se mostrou alheia a esse debate. Os escritos de Bilac (1978) e Durham (1980), ao conferirem relevo às estratégias familiares de sobrevivência, talharam uma abordagem que se tornou bastante difundida. Por essa perspectiva, as famílias empobrecidas tenderiam a redefinir a divisão de encargos entre parentes, direcionando mulheres e jovens ao mercado de trabalho. Diante da necessidade de adaptação às incertezas e depressões financeiras, em parte decorrentes da desocupação dos provedores masculinos, estas famílias “jogariam” com a mão de obra disponível, maximizando os ganhos econômicos.

Porém, essas investigações se concentraram em agrupamentos cujos chefes de família eram submetidos a trabalhos instáveis. Hirata e Humphrey (1989), examinando famílias operárias paulistas, objetivaram uma aproximação alternativa, alicerçada em três outros determinantes: os efeitos da “identidade operária” na duração do desemprego, levando em conta a busca por tipos específicos de ocupação; a existência de diferentes níveis de qualificação e experiência entre os desempregados; e a posição do indivíduo sem trabalho na esfera familiar. Segundo Hirata e Humphrey (1989), o desemprego de filhos e filhas que residiam com os pais não acarretava grandes infortúnios, devido à baixa participação dos salários nos rendimentos totais do grupo domiciliar. Já o desemprego dos provedores era evocado como um obstáculo à subsistência doméstica, provocando fortes pressões econômicas, prejuízo emocional e aceitação de empregos não desejados.

Posteriormente, Sarti (1994) sugeriu novas pistas para a ligação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade das famílias. O desemprego, somado às baixas remunerações, deveria ser entendido como um obstáculo ao padrão esperado de divisão sexual do trabalho, fundado na provisão masculina e no cuidado feminino. Se, pelo lado da mulher, frustrava-se a perspectiva de ascensão socioeconômica pelo casamento, a incapacidade masculina de sustentar o domicílio repercutiria em um intenso sentimento de fracasso, seguido ocasionalmente por modificações na hierarquia familiar ou por episódios de abandono e fragmentação da unidade doméstica (Sarti, 1994).

Na virada de século, é possível notar a emergência de outros vetores de análise. Conquanto a associação entre desemprego e fragmentação do ambiente familiar continuasse sendo suscitada, os estudos atingiram outros objetivos, reforçando o caráter estratégico da vida em família. Nessa linha, Borges (2006) e Montali (2006) analisaram o comportamento das famílias em contextos econômicos desfavoráveis, sobretudo no que diz respeito à disponibilização laboral de mulheres e jovens. Debruçadas sobre os efeitos adversos da

reestruturação produtiva, as pesquisas assumiram as famílias empobrecidas como objeto privilegiado de análise, visto que fortemente afetadas pela instabilidade ocupacional e pela deterioração dos salários. Essas pesquisas revelavam a “plasticidade” dos arranjos familiares, que visam contornar os efeitos adversos gerados pelo desemprego dos chefes de família, tais como o rebaixamento dos padrões de consumo, a erosão das identidades pessoais e a ruptura das rotinas (Goldani, 2002). Mas a diminuição da inatividade familiar, ocorrida na década de 1990, teve lugar em um contexto de baixa oferta de trabalhos, o que provocou altos índices de desocupação entre as gerações mais novas. Inversamente, o período registrou o incremento da ocupação feminina, o que serviu, na maior parte dos casos, apenas para atenuar o declínio dos rendimentos (Montali, 2006).

Já nos últimos anos, tem sido possível notar o surgimento de uma nova plataforma de estudos, responsável por aprofundar a compreensão da esfera familiar durante experiências de desemprego. Alguns aspectos, como o papel das relações interpessoais no acesso a ocupações, ganharam destaque.

Para Guimarães et al. (2010), o desemprego deve ser entendido como um fenômeno multifacetado. Se, por um lado, ele suscita uma tragédia pessoal, através do sentimento de culpa, da supressão de recursos e da desestabilização de identidades, por outro, é balanceado por iniciativas que visam remediar situações de incerteza. Certas instituições e mecanismos, como os serviços estatais e as redes centradas na família, terminam por amortecer os riscos que são inerentes aos períodos de desemprego. Por esse motivo, Guimarães (2009) se dedicou a examinar o acesso às oportunidades ocupacionais, verificando a confluência entre as empresas contratantes, os trabalhadores desempregados e os intermediadores de emprego. Para o sucesso dessa confluência, ganha preponderância no Brasil a mobilização de estratégias não mercantis, a partir de redes privadas baseadas na família, nas relações de afinidade e em contatos profissionais. Essas redes seriam fundamentais para o conhecimento dos postos de trabalho disponíveis, bem como para a garantia das condições, do *timing* e dos recursos necessários para a competição no mercado de trabalho (Guimarães, 2017). Por conseguinte, passou a ganhar relevo a forma pela qual os desempregados avaliam as oportunidades e os constrangimentos que permeiam os seus relacionamentos interpessoais e/ou institucionais (Guimarães, 2012).

Um olhar transversal à literatura aludida, embora não seja exaustivo, permite observar tendências importantes do campo sociológico. Chama atenção uma diversificação de enfoques, que levou a que o lugar conferido à esfera familiar fosse sendo gradualmente revisto: de um ambiente no qual apenas transpareciam as consequências deletérias do desemprego, a família se torna um objeto sociológico relevante para o entendimento dos

repertórios de proteção e alavancagem de recursos, variáveis segundo as classes e os regimes de bem-estar. Com isso, ficaram evidentes as limitações de uma associação necessária entre o desemprego e os conflitos/desordens familiares, marcante nas postulações mais antigas.

A fim de contribuir com a ampliação dessa agenda de pesquisa, usei dados novos para o Brasil de modo a avançar em quatro eixos temáticos: *i)* as dinâmicas de amparo familiar, tanto material quanto afetivo; *ii)* a mobilização de vínculos familiares para a procura laboral; *iii)* os impactos do desemprego no bem-estar familiar; e *iv)* o desemprego resultante de demandas familiares, devido ao engajamento em tarefas de cuidado. Também pretendo introduzir algumas inovações em relação a estudos anteriores. A maior parte destes se dedicou a grupos com relativa homogeneidade interna, em especial os mais pobres, investigando quais aspectos (atributos, experiências ou relações) os distinguiam. Ao examinar uma base de dados de grande amplitude, reuni informantes com perfis deliberadamente variados, o que me permitiu salientar a marca heterogênea do desemprego. Em decorrência, o capítulo evidencia como as experiências de desemprego são estratificadas a partir do acesso desigual a recursos e oportunidades, levando em conta os projetos familiares de subsistência e mobilidade socioeconômica.

Além disso, lanço mão de um olhar estatístico, ainda pouco usual em pesquisas que se valem de relatos pessoais para o estudo do desemprego. Por esse caminho, me detenho nos repertórios vocabulares evocados nas entrevistas, em um esforço de caráter indutivo e classificatório. Mas antes de adentrar na análise dos dados propriamente dita, o tópico seguinte caracteriza o *corpus* que foi objeto de análise.

6.2. Construção do *corpus*

Entre os anos de 2015 e 2016, o Ipea desenvolveu a pesquisa “Radiografia do Brasil Contemporâneo”, voltada à realização de entrevistas biográficas em cidades brasileiras de médio e grande porte. As entrevistas alcançaram indivíduos com perfis diversos, os inquirindo sobre a esfera familiar, o trabalho, a educação, o consumo, as experiências religiosas e as opiniões políticas. Informações adicionais sobre a amostra e o roteiro das entrevistas estão disponíveis em Natalino e Lopes (2020).

O saldo mais importante da pesquisa, da qual participei coletando dados e produzindo relatórios periódicos e artigos acadêmicos (Menezes, 2018; 2020; 2022), foi a

construção de um banco de dados com 625 entrevistas transcritas. Partindo desse banco, selecionei as entrevistas nas quais os interlocutores, ao relatarem períodos de procura por trabalho, descreveram e significaram o ambiente familiar. O esforço resultou em um *corpus* próprio, composto por trechos de 245 entrevistas, que foram classificadas por sexo, raça e escolaridade.

Para dialogar com Crenshaw (1991), a análise conjunta desses indicadores enfatiza a intersecção entre as múltiplas formas de diferença e desigualdade, que se acumulam e se combinam durante as experiências de desemprego e proteção familiar. Contudo, dentre as variáveis que compõem os perfis dos trabalhadores, a idade acabou perdendo espaço na classificação dos indivíduos e de seus relatos, visto que boa parte dos acontecimentos comunicados nas entrevistas não se situavam no tempo presente. Isso vale para a cidade de residência, considerando as experiências de circulação territorial. Mas ainda que idade e local de residência não tenham sido utilizados nos testes estatísticos, ajudam a complementar o perfil dos interlocutores.

No *corpus*, 51,4% dos entrevistados são do sexo feminino e 48,6% do sexo masculino. 43,6% possuíam idade entre 25 e 39 anos, seguidos de perto pelos indivíduos com idade entre 40 e 59 anos (40,4%), e com frequências reduzidas, pelos indivíduos na faixa etária acima de 60 anos (8,6%) e com idade entre 18 e 24 anos (7,4%). No que se refere à composição racial, 16,7% dos entrevistados se declararam pretos, 40% pardos, 38,8% brancos, 2,8% amarelos e 1,7% indígenas¹⁴⁹. Finalmente, o *corpus* se concentra nos níveis intermediário e alto de escolaridade, refletindo as características do banco de dados: 34,7% dos entrevistados haviam concluído o Ensino Médio, enquanto 32,7% detinham uma formação universitária, 15,5% possuíam o Ensino Fundamental completo e 17,1% não revelaram qualquer formação escolar, sendo enquadrados no Ensino Fundamental incompleto.

A Tabela 23 identifica o local de residência dos interlocutores na época de realização das entrevistas. Para garantir a comparabilidade entre as falas, foram utilizadas apenas entrevistas conduzidas nas regiões metropolitanas, escolha que também se justifica pelo protagonismo dos grandes centros urbanos na circulação de recursos e de pessoas, com concentração de infraestrutura e postos de trabalho. Ademais, as metrópoles apresentam taxas mais elevadas de desemprego, afirmação ancorada nos microdados da PNAD-C: enquanto 10,9% da força de trabalho nacional estava desempregada no primeiro trimestre de 2016 (data de término das entrevistas), o mesmo ocorria para 12% da força de trabalho em regiões metropolitanas.

¹⁴⁹ Uma caracterização racial não consta no banco de dados. Desse modo, as porcentagens dizem respeito às 244 entrevistas com autodeclarações válidas.

Tabela 23: Quantidade de entrevistas por região metropolitana ou região integrada

Local de residência	Quantidade de entrevistas (em % do total)
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal ¹⁵⁰	7,7
Região Metropolitana de Natal	11
Região Metropolitana de Recife	15,9
Região Metropolitana de São Paulo	18,3
Região Metropolitana de Salvador	7,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	6,5
Região Metropolitana de Manaus	7,3
Região Metropolitana de Belém	12,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	13,4

Fonte: *Corpus* próprio desenvolvido a partir do banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo (Ipea, 2016). Elaboração própria.

O *corpus* se afasta de algumas características da população desempregada, em especial, no tocante à escolaridade. De acordo com os microdados da PNAD-C para o primeiro trimestre de 2016, o *ranking* educativo para esse grupo era formado, nas regiões metropolitanas, pelos indivíduos com Ensino Fundamental incompleto (36,6%), Ensino Médio completo (32,3%), Ensino Fundamental completo (16,3%) e Ensino Superior completo (14,7%). Ou seja, entre as duas amostras, há equilíbrio na faixa escolar intermediária e desvio nos dois extremos, subrepresentando no *corpus* os indivíduos sem Ensino Fundamental e apresentando valores consideravelmente altos para a formação universitária. O reconhecimento desse desequilíbrio deve acompanhar a leitura e a interpretação dos resultados, o que farei a partir da realização de testes estatísticos que mensuram a associação entre cada indicador de perfil e as classes lexicais.

Após a seleção dos casos, adaptei o *corpus* à leitura de um *software* de análise textual denominado Iramuteq¹⁵¹. Já que almejo apreender os léxicos dos entrevistados, excluí as falas dos entrevistadores, bem como abandonei os trechos nos quais os interlocutores repetiam, apenas em concordância, as palavras evocadas pelos pesquisadores de campo. Com o *corpus* formatado, realizei dois ajustes adicionais: eliminei as variações de grafias que marcam a oralidade, já que estas provocariam leituras diferentes pelo *software*; e excluí os

¹⁵⁰ Uma região integrada de desenvolvimento possui as mesmas características de uma região metropolitana, mas inclui mais de uma Unidade Federativa em sua composição.

¹⁵¹ O Iramuteq, ou *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Interface de R para Análise Multidimensional de Textos e Questionários), é um *software* gratuito e aberto que foi criado em 2008 por Pierre Ratinaud. É distribuído sob os termos da licença GNU GPL (v2), e está ancorado no software R e na linguagem *Python*. O dicionário em português foi incluído em 2013, e atualmente é reconhecido como robusto e confiável.

nomes de cidades que eram recorrentemente evocados, visto que afetavam, em testes iniciais, os resultados da análise¹⁵².

Superada a descrição do *corpus*, a próxima seção apresenta a técnica adotada na análise dos dados, iniciando por algumas informações sobre sua origem. Seu principal objetivo é produzir classes lexicais a partir de um modelo indutivo e estatístico, o que é muito útil na análise de grandes bancos de dados, como é o caso deste capítulo.

6.3. Fundamentos e parâmetros da Classificação Hierárquica Descendente

Na década de 1950, o linguista Zellig Harris introduziu uma nova abordagem na análise de dados textuais. Em seu entendimento, os discursos deveriam ser examinados a partir da distribuição de suas menores unidades identificáveis, os morfemas. Ao focar no aspecto estrutural da linguagem, a proposta de Harris (1952) foi marcada por uma preocupação formal, vinculada às possibilidades combinatórias na produção de enunciados. Se os significados particulares dos vocábulos perdiam importância, a ocorrência e a interação entre os morfemas ganhavam destaque na linguística de matriz distribucional (Harris, 1952).

Dialogando com a perspectiva harrissiana, o estatístico Jean-Paul Benzécri desenvolveu, na década de 1960, o método conhecido como Análise Fatorial de Correspondências, que se associa à análise formal da linguística distribucional. Voltado inicialmente à elaboração de um método indutivo para a análise de dados textuais, Benzécri (1977) se dedicou à criação de testes matemáticos que permitiam verificar a distribuição contextual dos vocabulários. Essa proposta se baseou na conversão dos dados brutos em abstrações quantitativas, fundadas na interação entre variáveis do tipo categórico (Beaudouin, 2016).

Em síntese, Benzécri (1992) logrou a inscrição dos dados textuais em tabelas de contingência, representando o cruzamento entre linhas (variáveis, como palavras) e colunas (observações, como em documentos ou discursos). Além de criar um algoritmo capaz de realizar essa análise, inserindo as variáveis em um plano fatorial a partir da distância distribucional, o autor inovou ao defender a utilização de *softwares* computacionais na análise

¹⁵² Tomei essa medida porque a evocação não foi controlada na condução das entrevistas, sendo impossível mensurar o grau de relevância das cidades através da técnica estatística adotada. Sem a exclusão, entrevistas com conteúdo discrepante seriam entendidas como semelhantes, apenas por suscitarem o nome de grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

linguística. Benzécri (1977) também sustentou a importância heurística da classificação, baseada em uma abordagem indutiva.

Já no final da década de 1970, o sociólogo Max Reinert criou o método conhecido como *Alceste* (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*), um prolongamento das proposições de Harris e Benzécri. No entanto, se afastando da linguística distribucional harrissiana, Reinert (1990) não buscou verificar a combinação entre morfemas em estruturas sintáticas, mas examinar a ocorrência de vocábulos em diferentes enunciados, tratados como unidades de contexto. A escolha de palavras na veiculação de discursos, independentemente da organização particular das frases, traduziria a manifestação de visões de mundo subjacentes.

Um conteúdo textual assim concebido, além de traduzir representações singulares sobre um tema, reporta-se, em última instância, a quadros perceptivos e cognitivos com relativa coerência interna (Reinert, 1987). A partir do tratamento estatístico e classificatório de uma grande quantidade de enunciados, caberia ao analista verificar as regularidades na distribuição vocabular, a partir da busca por parâmetros explicativos. Segundo Reinert (1987, p. 55, tradução minha), tais regularidades derivariam da “estrutura social da população”, visto as condições “psíquicas, sociais, culturais e narrativas” que se conectam à produção dos enunciados.

É com esse entendimento que o autor desenvolveu a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), uma técnica capaz de cindir um *corpus* textual a partir da ocorrência vocabular. Para isso, inicialmente as palavras são lematizadas, ou seja, convertidas em suas formas reduzidas¹⁵³, maximizando o potencial de agregação e comparação. Em seguida, os dados textuais são inscritos em tabelas de contingência, cruzando as linhas (enunciados) com as colunas (vocábulos). Aqui, nota-se uma diferença em relação aos escritos de Benzécri: se, para este último autor, as tabelas deveriam conter a frequência das palavras em um conjunto de observações, em Reinert (1987; 1990), anotam apenas a existência (marcada com o número 1) ou ausência (0) dos vocábulos em cada unidade de contexto. Nas tabelas, a técnica visa agrupar os enunciados com ocorrências vocabulares semelhantes, por meio de sucessivas bipartições.

No presente capítulo, utilizei uma versão mais atual do algoritmo da CHD, com base nas sugestões de Ratinaud (2018). O primeiro passo consiste em dividir a tabela total do *corpus* em duas, visando a realização de testes qui-quadrado (χ^2) em cada submatriz resultante. Assim, torna-se possível mensurar a distância entre a quantidade de ocorrências

¹⁵³ Partindo dos radicais, com verbos no infinitivo e substantivos e adjetivos na inflexão singular e masculina.

em cada vocábulo (qo)¹⁵⁴ e a quantidade esperada de ocorrências em caso de confirmação da hipótese nula (qe)¹⁵⁵. Sob esses termos, a fórmula pode ser expressa da seguinte forma:

$$x^2 = \frac{\sum(qo - qe)^2}{qe}$$

Em seguida, o valor do teste é dividido pelo número total de ocorrências na matriz (N), representando a soma ponderada das distâncias qui-quadrado (Guedes et al., 1999). Desse modo, o algoritmo seleciona uma bipartição nas quais as tabelas resultantes maximizam os valores finais. Cada linha em seguida é “trocada” entre uma tabela e outra, e repetindo-se os cálculos, são conservadas as alterações que originam valores superiores para o teste. Vale notar que os vocábulos pouco representativos¹⁵⁶ são suprimidos.

Após esses procedimentos, mensura-se um índice de homogeneidade (C) em cada partição, e as tabelas com menores resultados (ou seja, mais heterogêneas) são alvo de novas divisões. A iniciativa inclui o número total de ocorrências na matriz (N) e os atributos da tabela de contingência:

$$C = x^2 \cdot \left(\frac{N}{(\text{número de linhas} \cdot \text{número de colunas})} \right)$$

Os cálculos anteriores são realizados até que uma dada quantidade de classes terminais seja obtida, sendo este um parâmetro variável que comumente é escolhido pelo pesquisador a partir de testes exploratórios. Finalmente, calcula-se o valor do qui-quadrado para a associação entre cada palavra e as classes resultantes. Para isso, leva-se em conta o cruzamento entre os vocábulos, inscritos em linhas nas tabelas de contingência e aferidos por meio das suas frequências absolutas; e as classes, contrastando uma classe sob exame e todas as outras tomadas em conjunto (Pélissier, 2017). Também é possível cruzar as classes com as características das unidades de contexto, que sintetizam, no caso desta pesquisa, o

¹⁵⁴ Nas tabelas resultantes, os valores de ocorrência para cada vocábulo são somados. Ou seja, se três segmentos de texto apresentam a palavra “trabalho”, a célula destinada a esse vocábulo passa a ter valor 3. Com isso, são realizados os cálculos do qui-quadrado a partir da comparação entre as frequências observadas e as frequências esperadas em caso de confirmação da hipótese nula.

¹⁵⁵ As frequências esperadas são números hipotéticos, como estimativas para as frequências em caso de independência entre as variáveis. São calculadas a partir da multiplicação do total das frequências em uma linha pelo total das frequências em uma coluna, dividido pelo tamanho total da amostra.

¹⁵⁶ Com base nos resultados dos testes qui-quadrado.

perfil dos entrevistados. Sendo que o qui-quadrado e os graus de liberdade¹⁵⁷ definem um valor-*p*, usualmente, uma associação entre variáveis é considerada significativa quando tal índice é inferior a 0,05. A abordagem se mostrou capaz de sublinhar a estratificação do desemprego e da proteção familiar, sublinhando a justaposição entre diferentes tipos de desigualdade socioeconômica, em linha com o debate teórico apresentado nos tópicos anteriores.

Ao reconhecer os procedimentos acima como ajustados aos objetivos deste capítulo, especifiquei como léxicos ativos¹⁵⁸ os substantivos, os verbos e as “formas não reconhecidas” (que no caso do estudo, atingiram as palavras hifenizadas). Foram atribuídas 8 classes terminais na Fase 1 da classificação, escolha tomada com base em testes exploratórios, evitando uma fragmentação excessiva dos léxicos e visando um bom aproveitamento das ocorrências.

Uma particularidade desta pesquisa é digna de nota. São mais recorrentes os estudos que assumem os enunciados como independentes entre si, restringindo os testes estatísticos às frases delimitadas por pontuação. Em contrapartida, optei por tomar as entrevistas enquanto unidades de análise, compreendendo o discurso de cada indivíduo como dotado de relativa coerência interna. Os cruzamentos em tabelas de contingência consideraram, então, a presença ou ausência dos léxicos em cada entrevista, seguindo de resto os parâmetros já explicitados. Como observado em testes iniciais, a classificação por enunciados privilegia um levantamento temático (quais os principais assuntos evocados nas falas), enquanto a análise por entrevistas elucida as diferenciações de conteúdo (como, no cerne de cada temática, ocorrem experiências pessoais distintas). As potencialidades desta última abordagem, mais afinadas à pesquisa, justificam a sua escolha.

Essa iniciativa me permitiu chegar a um modelo de classificação do desemprego, a partir de uma técnica estatística e direcionada aos discursos orais. Os tópicos seguintes apresentam os achados da pesquisa, revelando como os indivíduos articulam as temáticas do desemprego e da esfera familiar em seus relatos.

6.4. As classes lexicais

A CHD classificou 96,73% das 245 entrevistas presentes no *corpus*, anotando 2.855

¹⁵⁷ Quantidade de linhas menos 1, dividido pela quantidade de colunas menos 1. Ou seja, $gl = (l - 1) / (c - 1)$.

¹⁵⁸ Os léxicos ativos são os que servem de base para os cálculos.

formas vocabulares e 25.069 ocorrências. Como resultado de sucessivas bipartições, foram produzidos dois grupamentos: um formado pelas classes 1 (abarcando 22,8% das entrevistas) e 2 (26,2%), e outro pelas classes 3 (30,4%) e 4 (20,6%). Para cada classe, a Tabela 24 informa os 30 vocábulos com os maiores valores do teste qui-quadrado¹⁵⁹.

Tabela 24: Palavras mais representativas de cada classe lexical, valor do qui-quadrado entre parênteses

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
Indicar (16,24)	Sustentar (12,95)	Deus (19,98)	Concurso (57,09)
Dono (12,83)	Terreno (11,48)	Comer (18,64)	Bolsa (34,7)
Ligar (10,94)	Mão (11,48)	Casa (16,58)	Manter (22,75)
Advogado (10,3)	Faxina (11,48)	Necessidade (15,14)	Começo (22,54)
Esposo (9,98)	Tio (11,18)	Dinheiro (13,09)	Direito (19,6)
Escritório (9,7)	Profissão (10,42)	Luz (12,77)	Ajuda (18,68)
Serviço (9,2)	Aposentar (10,42)	Rua (11,71)	Melhorar (18,6)
Deixar (9,13)	Bar (7,66)	Água (11,71)	Estudar (18,26)
Colocar (9,08)	Montar (7,66)	Sobreviver (11,71)	Cobrar (15,61)
Vir (8,6)	Entrar (6,8)	VeZ (11,22)	Acabar (15,1)
Arrumar (8,6)	Casar (6,77)	Mês (10,59)	Tender (14,9)
Mulher (7,22)	Primo (6,19)	Graça (10,44)	Estudo (14,9)
Mesada (6,31)	Prefeitura (5,23)	Preocupar (9,32)	Conflito (11,66)
Monte (6,31)	Educação (5,23)	Bolsa Família (9,32)	Situação (11,45)
Bico (6,31)	Barraca (5,02)	Dar (8,97)	Final (11,33)
Cunhado (5,71)	Processo (5,02)	Tirar (8,16)	Fossar (11,33)
Lugar (5,71)	Início (5,02)	Faltar (7,75)	Termo (10,96)
Entrevista (5,71)	Beber (5,02)	Despesa (7,75)	Estabilidade (10,96)
Trabalho (4,98)	Seguida (5,02)	Nascer (7,75)	Decidir (10,96)
Cidade (4,84)	Menina (5,02)	Pagar (7,69)	Mudar (10,93)
Causa (4,27)	Completar (5,02)	Viver (7,6)	Oportunidade (10,93)
Surgir (4,02)	Continuar (4,81)	Mainha (6,96)	Meio (9,08)
Salão (4,02)	Negócio (4,18)	Mexer (6,96)	Área (8,83)
Formação (4,02)	Virar (4,18)	Telefone (6,96)	Formar (8,07)
Ensinar (4,02)	Época (4,15)	Moço (6,96)	Mestrado (7,94)
Bancar (4,02)	Vender (3,94)	Querer (6,88)	Relação (7,94)
		Mãe (6,83)	Professor (7,94)
		Gente (6,74)	Passo (7,94)
		Pegar (6,64)	Carro (7,94)
		Vida (6,25)	Hora (7,8)

Fonte: *Corpus* próprio desenvolvido a partir do banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo (Ipea, 2016). Elaboração própria.

Pela simples visualização, é possível afirmar que as classes são bastante diferentes entre si. Ao pensarmos nas experiências de desemprego, e tomando a família como referência discursiva, a primeira ramificação (classes 1 e 2) opõe a advocacia e a faxina, o escritório e o bar. Já a segunda ramificação (classes 3 e 4) contrasta a necessidade e a estabilidade, bem como a insegurança alimentar e o engajamento em concursos públicos.

Porém, para um exame mais acurado, outros expedientes mostram-se necessários.

¹⁵⁹ Foram apresentadas apenas as palavras com valor- $p < 0,05$, sendo que as classes 1 e 2 não possuem vocábulos suficientes para preencher toda a tabela.

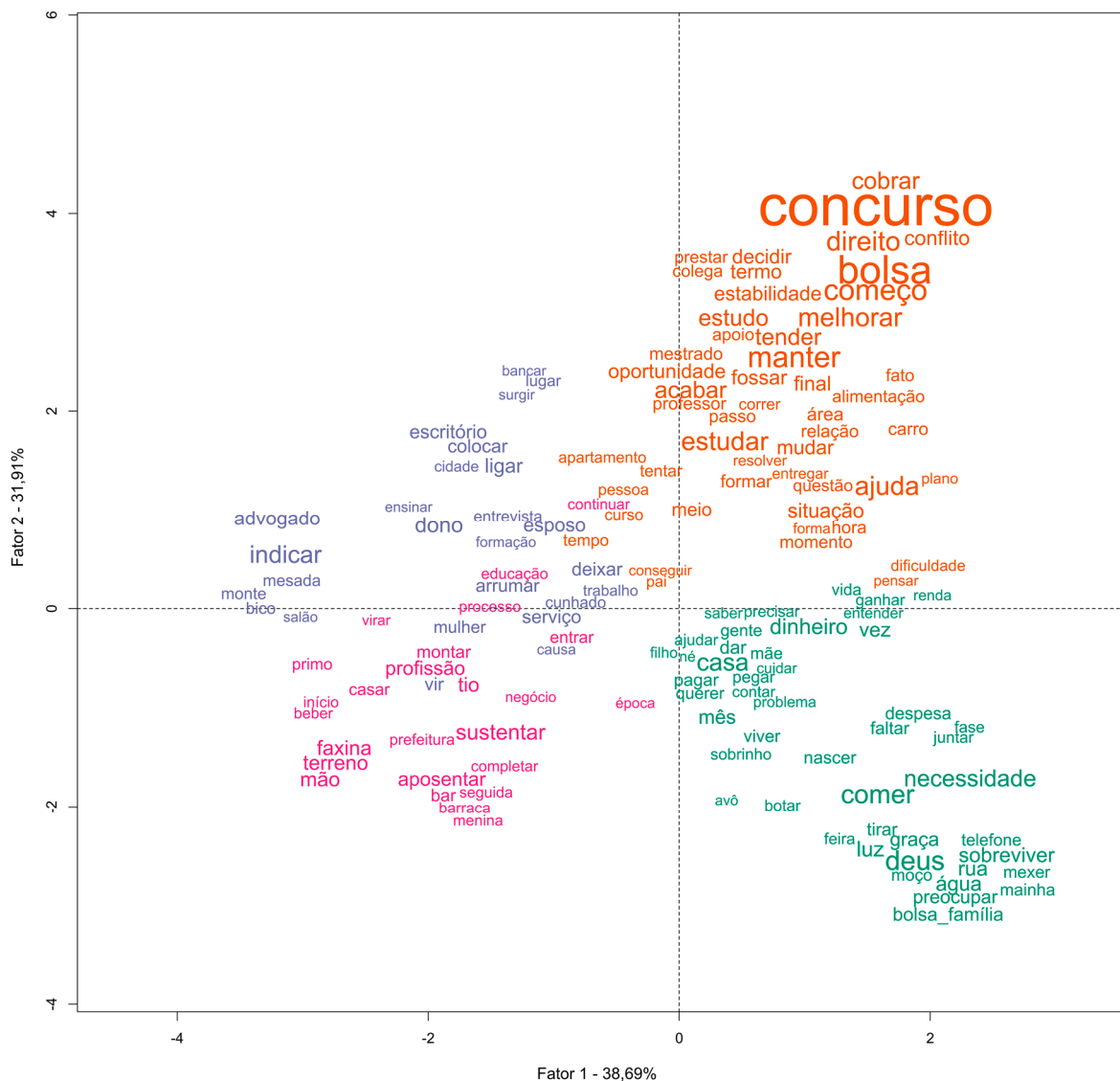
O próximo passo consiste em inserir os léxicos em um plano cartesiano, a partir de uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Na Figura 22¹⁶⁰, o tamanho das palavras condiz com os valores do teste qui-quadrado para as classes, enquanto a definição das coordenadas advém da chamada distância distribucional. Esta é calculada da seguinte forma: entre dois léxicos $L1$ e $L2$, definidos por colunas em uma tabela de contingência, anotam-se os valores referentes ao cruzamento com as unidades de análise, no caso as entrevistas, definidas por linhas (i). Para cada cruzamento, é contabilizado o quadrado da diferença dos valores entre os léxicos. A diferença é representada por $fL1_i - fL2_i$, sendo $fL1_i$ o valor obtido para o léxico $L1$ na linha i . Em seguida, o resultado é multiplicado por um coeficiente que deve contemplar o princípio da equivalência distribucional, assumindo o valor de $1 / f_i$, sendo f_i a soma dos valores de todos os léxicos na linha i . Ao analisar a tabela em sua totalidade, a distância ao quadrado entre os léxicos $L1$ e $L2$, já que direcionada a uma dupla resposta para cada cruzamento, é assim representada:

$$d^2(L1, L2) = \sum \left\{ \frac{(fL1_i - fL2_i)^2}{f_i} \right\}$$

Como resultado, na Figura 22, a ramificação composta pelas classes 1 (roxo) e 2 (rosa) localiza-se à esquerda do plano, e as classes 3 (verde) e 4 (laranja) encontram-se no lado contrário. As linhas tracejadas delimitam os diferentes temas comunicados nas entrevistas. Pelo Fator 1 (cisão vertical), os vocábulos situados no lado direito do plano evocam aspectos da vida familiar, privilegiando as atividades do dia a dia e o acesso a bens, enquanto no lado esquerdo, ocorrem remissões aos períodos de entrada e saída do mercado de trabalho. Já a cisão horizontal (Fator 2) diferencia a quantidade de recursos envolvidos nas experiências de desemprego, indo do extremo inferior do plano (menos recursos) ao extremo superior (mais recursos).

¹⁶⁰ Na Figura 22, constam os léxicos que, em associação com as classes, apresentaram valores para o teste qui-quadrado iguais ou superiores a 4. Visto que o Iramuteq não permite números decimais, este valor é o que mais se aproxima dos valores mínimos do qui-quadrado encontrados na composição das classes, evitando que palavras sem associação significativa fossem incluídas. No entanto, algumas palavras apresentaram valores inferiores a 4 para o qui-quadrado e, mesmo assim, revelaram valor- $p < 0,05$: “tomar” na Classe 1; “vender” na Classe 2; “levar” na Classe 3; e “história”, “fonte”, “prazo”, “maneira”, “fevereiro”, “vestibular”, “poupança”, “piorar”, “pesquisa”, “pesar”, “graduação”, “folga” e “exercer” na Classe 4.

Figura 22: Inserção dos léxicos em um plano cartesiano a partir da Análise Fatorial de Correspondência (AFC)



Fonte: *Corpus* desenvolvido a partir do banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo (Ipea, 2016). Elaboração própria.

Após esse panorama, convém observar os pares lexicais indicados pelo Fator 1 (temas comunicados nas entrevistas), de modo a verificar como são atravessados pelo Fator 2 (quantidade de recursos). Com esse objetivo, os tópicos seguintes tratam das ramificações das classes, opondo os léxicos nas posições superior e inferior do plano. Privilegiarei os léxicos com maior poder explicativo, e cujos sentidos foram minimamente compartilhados

pelos entrevistados. Isso evita a utilização de palavras com significados muito diversos, o que prejudicaria a comparabilidade intra e interclasses.

Na apresentação dos resultados, nomearei as classes por expressões curtas, sintetizando as suas principais características. Também incluirei excertos das entrevistas na descrição de cada classe, pois seria difícil, apenas pela constatação das ocorrências vocabulares, apreender o significado das palavras e os contextos de emissão dos enunciados.

6.4.1. Desemprego e vida familiar

Como demonstra a Figura 22, o lado direito do nosso “mapa” está apartado em diferentes polos de condições de existência, revelando como a esfera familiar é afetada pela perda do trabalho, ou se organiza em decorrência desta.

Na parte inferior do plano e na cor verde, os léxicos da Classe 3, agora denominada *em disputa por necessidades básicas*, descrevem a obstrução no acesso a recursos essenciais, sobretudo no tocante à moradia e à alimentação. Despontam palavras como “comer” e “sobreviver”, da mesma forma que as entrevistas listam os gastos da “casa”, como em “pagar”, “água”, “luz”, “telefone” e “feira”. Pelo teste qui-quadrado, é possível anotar uma associação significativa entre esta classe e o sexo feminino, ocorrendo o mesmo para a categoria racial preta (ambos com $p < 0,01$).

Ainda que sejam registradas redes de troca entre parentes, a classe *em disputa por necessidades básicas* assume os contornos da precariedade e da escassez, reunindo léxicos nos quais as demandas familiares mais fundamentais não são percebidas como garantidas, mas passíveis de disputa cotidiana. Esta direciona-se especialmente à dimensão material, como em “faltar”, “renda” e “dinheiro”, enfatizando também sua interface com o Estado, a partir do usufruto de benefícios socioassistenciais (“Bolsa Família”).

As dificuldades de inserção profissional ultrapassam períodos circunscritos, acompanhando o decurso das biografias. Da mesma forma, extrapolam os limites da experiência individual, o que evidencia a formação de redes de desempregados.

É, o pior é eu sozinho, né? Que minha mulher não está trabalhando mais, né, meu, ela não está trabalhando. Ela está desempregada. Meu enteado também, que eu tenho outra mulher, um enteado também está desocupado, não tem como trabalhar. Então eu vou vivendo a vida, então pago um, pego outro, pago outro, e assim vou pagando. Água, luz, isso aquilo e aquilo outro, daí o negócio do telefone, tudo. Eu

mando guardar. Deixo guardado, deixa guardado. Quando precisar, a gente, né, a gente gasta só um pouquinho.

Homem, pardo, 53 anos, Ensino Fundamental incompleto, São Paulo (SP)

Porque o meu aperreio todinho, vou te dizer agora, é faltar dentro da minha casa alimentação, né? [...] Sem emprego, sem renda, só o Bolsa Família, que é fixo, mas qualquer hora pode perder, está entendendo? Que eles [filhos] já estão ficando tudo grande, essas coisas [...] Sem casa, de aluguel, só no Bolsa Família, pensando dia e noite no que vai ser e ter hoje e amanhã. Às vezes eu peço esmola porque não tem jeito, quando eu peço eu estou dizendo para mim e para o povo que fracassei, né?

Mulher, preta, 44 anos, Ensino Fundamental incompleto, Natal (RN)

A respeito das estratégias familiares de acesso a recursos, os relatos se guiam por uma temporalidade imediata, sendo o “mês” a mais recorrente unidade de referência. Além de enfatizar a preocupação com as “despesas”, este aspecto revela a limitada eficácia das entreajudas, que exprimem uma tentativa de “sobreviver” (ou “viver”) em meio a um cenário econômico adverso. Entre o “pedir” e o “ajudar”, como consequências do “precisar” e do passar “necessidade”, os indivíduos tentam o acesso a bens e a oportunidades de trabalho. Chama atenção, ainda, a farta utilização de expressões religiosas, como em “Deus” e “graça”.

Eu não estou trabalhando mais, está só o meu marido, mas está ruim de trabalho. Ele trabalha na oficina ajudando, está aprendendo ainda a mexer em carro, a consertar, aí o dono só chama e paga quando tem mais serviço, aí é mês com mais, é mês com menos dinheiro. Se tivesse a casa mudava muito, porque o que a gente tem não dá para muita coisa, ou você paga o aluguel e come, ou não faz nada [...] quero trabalhar para ajudar, ter minha condição, comprar as coisas pro meu filho, sair do aluguel. Pode até parecer pecado, Deus me perdoe se eu estiver pecando, mas você levar uma vida só de ter condição, morar e comer, não é vida, porque vocês só conseguem isso e mal, sofrendo, pedindo emprestado, sem perspectiva, ah sei não, viu. A gente fica sobrevivendo como se estivesse numa guerra.

Mulher, parda, 26 anos, Ensino Fundamental completo, Natal (RN)

Eu disse, “mano, é que a minha família é muito grande e nós estamos sofrendo muito. Saiu eu e mais dois irmãos e nós viemos pra cá, e nós estamos precisando da tua ajuda. Eles são de maior, mas eu não sou. E eu preciso de trabalho pra poder mandar um dinheiro. Meu irmão, eu estou lhe falando a verdade, porque eu quero trabalhar”.

Homem, branco, 52 anos, Ensino Fundamental incompleto, Manaus (AM)

O apoio familiar assume um caráter limitado, concentrando-se nas demandas emergenciais. De um lado, o “juntar” condiz com a reunião das economias familiares e a formação de poupanças modestas. De outro, nota-se o “cuidar” de indivíduos dependentes, particularmente de crianças. Se, por vezes, a solidariedade intergeracional é capaz de prover recursos básicos, em outras, o desemprego aparece como um obstáculo incontornável. Ademais, a maternidade (“nascer” e “filho”) assume posição de relevância, como uma experiência fortemente afetada pelas incertezas do desemprego. Também é importante o

papel das “mães”¹⁶¹ nos relatos, como figuras que demandam ou que proveem cuidado.

Aí eu fui e, aí estava com essa ideia, aí fui, cheguei para minha esposa, aí na época a gente estava namorando, aí cheguei, aí ela disse “olha, eu estava querendo abrir outra coisa, não sei o quê”. Aí eu digo “olha, estou com a, tu te interessa? Eu estou, eu estou juntando pra, para abrir uma *temakeria* futuramente, daqui uns 2, 3 anos”

Homem, pardo, 30 anos, Ensino Médio completo, Recife (PE)

Quando a minha neta nasceu eu fiquei cuidando dela, antes eu já tive uma lojinha, aí eu parei porque eu não estava podendo viajar mais, e aí não deu muito certo, passei 3 anos dentro de casa, e devido a minha idade, você sabe... Eu não tenho nem o segundo grau completo, então assim, as coisas ficam difíceis você sabe, o mercado de trabalho e a minha filha mais nova, estudo... a mãe da bebê, disse “não mainha” ela sempre trabalhou, só ficou parada o período que teve a [nome da neta], 8 meses, ela disse “ não mãe, eu vou trabalhar e tu fica cuidando de [nome da neta]”, tudo bem, aí depois de 3 anos ela e meu outro filho me ajudaram.

Mulher, parda, 44 anos, Ensino Fundamental incompleto, Natal (RN)

Já os vocabulários da Classe 4, situados na posição oposta do plano e na cor laranja, associam o desemprego a outros desafios cotidianos. Nesta classe, intitulada *investimento e circulação de recursos*, a vida familiar passa a ser associada ao suporte material e à projeção do indivíduo para ocupações entendidas como adequadas, revelando uma associação significativa com o Ensino Superior Completo ($p < 0,01$), com a categoria racial branca ($p < 0,05$) e com o sexo masculino ($p < 0,05$).

Vale notar a tentativa de “manter” as despesas individuais ou domiciliares durante a privação do trabalho, o que confere à “estabilidade” um caráter decisivo nas biografias. Todavia, as oscilações nas condições financeiras (que podem “melhorar” ou “piorar” em momentos de “dificuldade”) demandam o reordenamento de expectativas e a realização de certos ajustes, mas sem riscos à sobrevivência do grupo¹⁶². O mapeamento das “oportunidades” integra o plano das escolhas, em trajetórias nas quais estão assegurados os recursos básicos. Logo, as falas ressaltam a importância do “decidir” na procura por empregos, levando em conta a “área” de atuação profissional.

Por causa do desemprego, ocorrem mudanças nos padrões familiares de consumo. Os gastos suplementares e não imperativos, como em “carro” e “apartamento”, tendem a se distanciar dos entendidos como ideais. Em complemento, o acesso ao “seguro-desemprego” e a “bolsas” decorre, respectivamente, do caráter formal de empregos anteriores e do engajamento educativo.

¹⁶¹ Ou “mainha”, como uma palavra carinhosa e informal utilizada nos estados nordestinos.

¹⁶² O léxico “alimentação”, ao contrário do observado na classe anterior, se refere a uma caracterização mais genérica das despesas pessoais e domiciliares, que não estão sob ameaça.

Então assim foi uma época bem dura, eu não conseguia guardar dinheiro, não conseguia, não conseguia comprar um carro, não conseguia nem pensar em dar uma entrada num imóvel, não conseguia juntar dinheiro e muito menos pagar um aluguel pra sair da casa dos meus pais, porque o ideal teria sido alugar um lugar pra gente morar, eu e ele, mas enfim, na época sozinha eu não conseguia, ele demorou pra arrumar emprego

Mulher, branca, 39 anos, Ensino Superior completo, Manaus (AM)

Não dá pra ficar num apartamento que é realmente caro pra quem está desempregado, atualmente eu ainda consigo manter isso, a minha parte da divisão dos gastos entre meus pais, porque eu estou com seguro-desemprego. Mas em abril ele acaba, em abril é 1100 reais a menos. E aí eu só vou ficar com a bolsa. Com a bolsa de 600 reais eu não vou conseguir manter aluguel e manter os gastos que a gente acaba tendo, com transporte pra vir pra UFBA, com alimentação [...] Então, manter esses gastos não vai ser viável com esse valor.

Homem, 24 anos, Ensino Superior completo, Salvador (BA)

Em geral, as falas expressam o papel do suporte familiar, especialmente por via intergeracional, com vistas a amortecer os efeitos adversos do desemprego e salientando a forte participação da figura paterna (“pai”). Tal “apoio” ou “ajuda”, ainda que sujeito a “conflitos” no ambiente familiar, permite a dedicação pessoal a atividades que escapam de uma tentativa imediatista de inserção laboral, o que sintetiza a experiência do desemprego nos estratos escolarizados. Esse elemento se vincula ao papel das “poupanças”, no sentido de atenuar, pelo menos de maneira passageira, os efeitos negativos do desemprego. Já o léxico “cobrar” revela tanto sua afirmação, como uma interferência externa às trajetórias, quanto sua negação, a partir da desobrigação do indivíduo em prover rendimentos.

E aí eu comecei a pensar em fonte de renda, eu preciso de fonte de renda, eu preciso de fonte de renda, o que é que eu vou fazer? Engraçado que eu tinha pedido apoio para o meu pai na parte que eu tinha ficado sem trabalhar, para ele me ajudar com os livros. E aí ele disse, “e aí minha filha, como é que você está, o que você está achando?”. Eu disse, “pai é o seguinte, eu estou estudando para concurso e o meu limite são 3 anos, se em 3 anos eu não passar eu vou abrir o meu escritório”.

Mulher, branca, 37 anos, Ensino Superior completo, Natal (RN)

Consegui por um tempo né, ontem depois que eu terminei o meu curso, essa poupança já foi né, com os gastos diários [...] Olhe, eu acho que é bem melhor hoje em dia, bem melhor hoje em dia, porque eu acredito que é a valorização, principalmente, do salário do meu pai, porque ele é a única fonte de renda da casa, ele hoje em dia, vale muito mais, do que valia a vários anos atrás.

Homem, branco, 29 anos, Ensino Superior completo, Recife (PE)

O suporte familiar se dirige às experiências educativas, como em “estudar”, “curso”, “estudo”, “formar”, “graduação” (com destaque para o curso de “Direito”) e “mestrado”; e ao ingresso laboral planejado, como em “concurso” (associado à palavra “prestar”). As iniciativas assumem uma temporalidade mais ampla, baseada em investimentos pessoais e familiares

de longo prazo, muito embora a não garantia de sucesso (o não “conseguir”) acarrete o “tentar” e o “correr” atrás. Nesses casos, outras medidas podem ser implementadas, como o ato de “entregar” currículos, e os léxicos passam a evocar as dificuldades de inserção profissional por indivíduos com formação universitária.

Eu já tinha sondado um emprego em Porto Alegre, tinha feito umas dinâmicas para trabalhar em qualquer coisa. Aí ele [pai] me falou: “a gente paga um cursinho e você faz um concurso e vamos te ajudar nisso, se é isso que tu queres”. Beleza! Já estávamos no mês de dezembro, quando foi em fevereiro fui para Porto Alegre e fiquei na casa de uma amiga de minha mãe; fiz o cursinho para prestar concurso
Homem, branco, 34 anos, Ensino Médio completo, São Paulo (SP)

Então eu acabo tendo que sempre ter um pouco de dois planos, um que seria a longo prazo e que teria mais tempo de o executar e outro que é assim “bom, ou eu vou estudar pra concurso ou eu vou entregar meu currículo nas lojas” [...] Ao mesmo tempo ela [mãe] é muito carinhosa comigo e muito parceira, por dizer “eu sei que você quer estudar e eu apoio que você continue estudando, que você continue tentando, se você quer estudar pra concurso, se você quer estudar pra o mestrado, continuar estudando na universidade” [...] E também tenho recebido muita ajuda, das pessoas que estão perto de mim, de parentes mais distantes, mas que me ajudam de uma certa forma e que conseguem bancar as despesas pra que eles não tenham, que os de casa não tenham despesa comigo [...] os cursos eu ganho de presente de um parente meu, e ele falou que ele ia me dar os cursos pra eu continuar, que quer investir.
Mulher, parda, 24 anos, Ensino Superior completo, Natal (RN)

6.4.2. Família e inserção no mercado de trabalho

Os léxicos localizados no lado esquerdo do plano traduzem os períodos de entrada e saída do mercado de trabalho, informando as medidas de inserção laboral. Em contraste à forte oposição observada no tópico anterior, aqui as classes se encontram mais interligadas, sendo que um ou outro léxico se deslocam para o quadrante da classe oposta.

Na posição inferior do plano e na cor rosa, a Classe 2, rotulada de *inserção laboral precária*, congrega ocupações com baixos rendimentos, como em “faxina”, “bar” e “barraca”. Já o léxico “educação”, localizado no quadrante superior do plano, inclui as experiências profissionais de indivíduos com formação universitária, embora estes também tenham relatado salários insuficientes e uma alta rotatividade de empregos. Cabe ressaltar que a Classe 2 expressou uma associação significativa com o Ensino Fundamental completo ($p < 0,05$).

E nessa época que a [nome da filha] nasceu eu estava desempregada. Então fui pra casa da minha mãe [...] Olha, financeiramente foi muito difícil. O início, então, foi complicado demais, porque eu, desempregada, vivia dependendo dos outros [...] Só

que eu não abri mão da minha filha por nada. Se eu tivesse que comer feijão puro, ela ia comer feijão puro junto comigo. E eu não tenho vergonha de falar: eu fiz até faxina.
Mulher, branca, 51 anos, Ensino Médio completo, Rio de Janeiro (RJ)

Eu saí da Cooperativa e fui trabalhar com educação de adultos à noite, e na escolinha era de dia. Antes de começar nessa escolinha eu estava desempregada e um amigo me indicou para fazer faxina na casa de um rapaz, porque eu tinha meu filho pequeno e a pensão era pouca. Meu pai achava aquele trabalho, um absurdo! Ele dizia “filha, você é professora, e vai para esse trabalho”. Eu respondia “pai, diploma não paga contas”.

Mulher, branca, 45 anos, Ensino Superior completo, Osasco (SP)

Ganha ênfase o caráter incerto das ocupações, sendo que a escolha de uma “profissão”, de caráter emergencial, extrapola o desejo dos entrevistados. Desponta uma alta incidência do setor informal, que se traduz na tentativa de “montar” o próprio “negócio”, enquanto a atuação no comércio é evocada pelo ato de “vender”. E reportado ao risco nas trajetórias, o léxico “aposentar” demonstra tanto a dificuldade de acessar benefícios previdenciários quanto a necessidade de procurar trabalho após a aposentadoria.

Mas depois a gente [entrevistado e a esposa] foi se endireitando e eu sempre fui de ir atrás, se eu não conseguia emprego naquela profissão eu pegava qualquer outra coisa, não escolhia muito.

Homem, pardo, 57 anos, Ensino Fundamental completo, Porto Alegre (RS)

Porque o meu pai trabalhava em obra, aí ele teve tipo um derrame, ele ficou um tempo sem trabalhar, daí ele se aposentou por invalidez. Mas como o dinheiro da aposentadoria é muito pouco, aí ele fazia uns biscates, vendia doce, picolé, aí os meus irmãos iam com ele, desde pequeninhos, vender picolé, vender rapadura.

Mulher, branca, 40 anos, Ensino Fundamental completo, Porto Alegre (RS)

A classe *inserção laboral precária* também revela certas iniciativas familiares durante períodos de constrangimento material. Alguns provedores se responsabilizam por “sustentar” as unidades domésticas frente ao desemprego de parentes, a partir de acordos não necessariamente harmoniosos. Por sua vez, a expressão se “virar” aponta para projetos emergenciais de acesso a recursos, quando indivíduos e suas famílias, sem muitas alternativas, tentam se adaptar às oportunidades disponíveis.

Dois tios que vieram trabalhavam. Sustentavam a casa [...] Meus tios arrumaram emprego, ficaram pagando aluguel e teve as coisas. Aí com meus 18 anos em comecei a trabalhar, quando eu tirei identidade, carteira, aí comecei a trabalhar [...] Um tio meu que eu tinha que ele reclamava muito. Ele ficava jogando na cara pra ir trabalhar.

Homem, pardo, 45 anos, Ensino Fundamental completo, Brasília (DF)

Então hoje eu estou aqui [trabalha no setor de limpeza da Universidade Federal do Amazonas], devido eu me desempreguei lá do restaurante, fiquei acho que uns 6 meses sem trabalhar. Eu também sou só, tenho 2 filhos e já agoniada, agoniada, fazia minhas extras por aí, fazia faxina, tudinho, mas minha mãe graças a Deus, junto com

meus irmãos, sempre me ajudando e até que eu consegui aqui, de tanto correr atrás, correr atrás eu vim pra cá [...] Eu que vendo pra ajudar ela a pagar a faculdade, também tá desempregada, né? E a gente tá se virando aí.

Mulher, indígena, 35 anos, Ensino Fundamental completo, Manaus (AM)

Já a Classe 1, denominada *trajetórias laborais alavancadas por auxílios*, aparece na posição superior do plano e na cor roxa. Reunindo experiências mais estáveis no mercado de trabalho, a classe não revelou uma associação significativa com nenhum dos perfis examinados, embora a Figura 22 tenha demonstrado uma proximidade, no plano cartesiano, entre as *trajetórias laborais alavancadas por auxílios* e os indivíduos escolarizados.

Como em “advogado” e “escritório”, os testemunhos dão conta de ocupações com proventos mais altos. Mas a diversidade da classe se faz perceber em outros tipos de trabalho, como no “salão” (no caso, salões de beleza), na realização de “bicos” e na prestação de “serviços” diversos. Esses três léxicos, embora integrem a presente classe, estão localizados no quadrante inferior do plano, em posições mais próximas da classe *inserção laboral precária*.

Terminei a faculdade e logo me casei com [nome]. Trabalhava em um escritório pequeno e atendia algumas empresas. Aí o [nome do esposo] recebeu uma proposta de um primo dele que tinha uma transportadora aqui em São Paulo, em 2007, e a gente veio para cá. E eu disse “vamos, eu sou advogada e posso trabalhar em qualquer lugar”. A gente veio e logo eu comecei a trabalhar em um escritório que a [nome da irmã] me indicou.

Mulher, branca, 32 anos, Ensino Superior completo, São Paulo (SP)

A minha mãe está desempregada, mas ela era cozinheira. E o meu pai também está desempregado, ele era mestre de obra, mas ele não tem nenhuma formação e como hoje procuram mais Engenheiro ele perdeu muito serviço por causa disso. Ele faz bico de pedreiro.

Mulher, parda, 23 anos, Ensino Médio completo, Natal (RN)

Os atos de “indicar”, “arrumar” e “ligar” informam a mobilização das redes familiares no acesso a ocupações, a partir do auxílio do núcleo familiar ou da rede extensa. Já a oferta de “mesadas” e o ato de “banicar” tratam do suporte familiar durante a procura por trabalho, amortecendo os efeitos do desemprego e diminuindo as pressões por geração de renda.

Aí trabalhei, fui indicado por quem indica, pelo meu tio-avô que é político, que virou presidente de um órgão aqui em Belém, administrar, um órgão vinculado à [nome do órgão] e ele me colocou pra estagiar por lá, na época, quatro horas por dia, ganhava um salário e não fazia nada.

Homem, branco, 29 anos, Ensino Superior completo, Belém (PA)

Meu filho é estudante de cinema, vai entrar pro terceiro ano de cinema, então agora mesmo hoje ele já me ligou perguntando, que ele está sem trabalho, tal, dizendo que

está aperreado e tal. E aí eu já indiquei pra ele dois cursos de fotografia e de desenho, porque ele sempre foi exímio desenhista, e eu vou bancar esses cursos pra ele, porque eu acredito que possibilitando e ajudando na sua formação, ele possa ter mais oportunidades.

Mulher, branca, 51 anos, Ensino Superior completo, Recife (PE)

As falas também destacam a atuação de parentes no acesso a ocupações, tendo em vista o usufruto de contatos. Então, nota-se a intermediação familiar junto aos “donos” de empreendimentos, sendo que a participação em “entrevistas” de emprego, como a etapa final de processos seletivos, decorre do contato prévio de parentes.

Eu fiquei um ano sem fazer nada. Sem estudar, sem trabalhar. E depois, no outro ano consegui um emprego nesse escritório, na minha prima que trabalhava nesse escritório de contabilidade [...] Aí ela [mãe] achou outro emprego para mim, que é esse emprego que eu tenho hoje. Porque a dona do escritório que eu trabalho, na verdade já conhecia ela há muito tempo por causa que a filha dela era amiga de uma vizinha minha, então a gente tinha amiga em comum.

Mulher, branca, 26 anos, Ensino Médio completo, Porto Alegre (RS)

6.5. Discussão

Este capítulo se dedicou à interface entre o desemprego e a esfera familiar, com foco no cenário metropolitano e analisando relatos biográficos a partir de um olhar estatístico. Pela elaboração indutiva de classes lexicais, os escritos evidenciaram as múltiplas formas de experimentar o desemprego em um contexto de graves disparidades socioeconômicas, levando em conta o acesso a bens, serviços e oportunidades. Foram debatidos tanto os impactos da exclusão laboral no dia a dia de indivíduos e grupos quanto as estratégias, em grande parte familiares, de persecução de recursos.

De início, apresentei um panorama das regularidades presentes nos relatos, confrontando, logo em seguida, os pares de classe a partir dos léxicos e dos perfis pessoais. Os resultados atestam um *continuum* no acesso a recursos que segue os extremos inferior e superior do plano. Em resumo, as desigualdades socioeconômicas se justapõem, o que evidencia que a estratificação da proteção familiar durante o desemprego decorre de um sistema multidimensional de diferenças econômicas (os recursos disponíveis e os ativos que podem ser mobilizados no mercado de trabalho) e hierarquias simbólicas (como os indivíduos são avaliados pelo mercado de trabalho e assumem posições nas redes interpessoais).

A primeira oposição, no lado direito do plano cartesiano, abarca aspectos mais

amplos da vida em família. A classe *em disputa por necessidades básicas* é representada por indivíduos com baixa escolaridade (embora de forma dispersa, sem associação significativa com os níveis educativos), com participação importante de mulheres e pretos. Nesses grupos, foram verificadas deteriorações mais graves das condições financeiras durante experiências de desemprego, atualizando os achados de Guimarães, Silva e Farbelow (2004).

Vimos que o desemprego representava uma ameaça à sobrevivência do grupo doméstico, devido aos longos períodos de procura por trabalho, à escassez de recursos complementares e à existência de redes de desempregados, o que dificultava a circulação de entreajudas. Nesses casos, o desemprego não constitui uma experiência datada, mas um problema que acompanha as biografias pessoais, traduzindo períodos recorrentes nos quais os recursos básicos são alvo de disputa cotidiana.

Os testes estatísticos revelaram que o desemprego feminino repercute em impactos mais profundos sobre o bem-estar familiar. Isso acontece especialmente nos arranjos formados por uma única provedora com filhos, que são sobrerrepresentados entre os pobres (Costa et al., 2005). As mulheres também enfrentam maiores chances de desemprego de longa duração, acessam políticas de emprego com menos frequência, conjugam tarefas produtivas e reprodutivas e se engajam em ocupações com piores salários, o que prejudica a formação de poupanças (Hirata, 2014; Montagner, 2004; Menezes; Cunha, 2013). Vale lembrar que a maternidade é descrita como uma experiência incerta, por causa da escassez de recursos e do aumento da demanda por cuidado. Nos estratos empobrecidos, esta demanda costuma ser sanada pelas relações informais de parentesco, sobretudo a partir da atuação de parentes do sexo feminino (Guimarães, 2020). Tudo aponta para uma associação significativa entre o desemprego feminino e a precariedade das condições materiais, o que define, em grande parte, a classe *em disputa por necessidades básicas*.

Também foi registrada uma forte diferenciação dos discursos dos entrevistados, a depender da autoidentificação racial: os indivíduos que se declararam “pretos” vincularam o desemprego a experiências de precariedade e escassez, de maneira muito mais frequente do que os outros grupos raciais. No Brasil, a raça representa um indicador sintético das condições de vida, o que se aplica às experiências no mercado de trabalho, estando os trabalhadores pretos nas piores posições da estrutura ocupacional (Hasenbalg; Silva, 1998; Cardoso, 2013). Em decorrência, os impactos do desemprego tendem a ser mais severos, pois na impossibilidade de juntar poupança ou acessar recursos via parentes, a satisfação das necessidades básicas está atrelada ao trabalho diário. Segundo dados da PNAD-C, no início de 2016, 29,1% dos indivíduos autodeclarados pretos nas regiões metropolitanas habitavam em domicílios com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo, contra 13,3% dos brancos.

Em outras palavras, pretos e brancos vivem em cenários econômicos bastante diferentes, sendo que os primeiros, ao contrário dos segundos, tendem a relatar o desemprego como uma ameaça à sobrevivência do grupo doméstico. A isso se soma o fato de que os trabalhadores pretos costumam atuar em setores com alta rotatividade profissional (o grau de substituição da mão de obra em um certo período), como a construção civil e os serviços domésticos, o que torna o desemprego um problema recorrente nas biografias pessoais e prejudica projetos duradouros de obtenção de recursos.

Em retrospecto, na classe *em disputa por necessidades básicas*, as estratégias familiares de acesso a bens e serviços assumem um caráter difuso, direcionadas às demandas mais imediatas e essenciais, especialmente o pagamento de contas e a compra de alimentos. No lado oposto do plano cartesiano, os indivíduos que compõem a classe *investimento e circulação de recursos* (com formação universitária, notadamente homens e brancos) associam o desemprego a certas mudanças nos padrões de consumo, provocando a redução de gastos suplementares e não imperativos. As estratégias familiares movimentam quantidades significativas de recursos, a partir do investimento educativo e visando o ingresso em melhores empregos. Para isso, o apoio material e afetivo desempenhado por parentes é muito importante, principalmente por via intergeracional, o que dialoga com os achados de Binns e Mars (1984) sobre os estratos médios.

Essa classe lexical pode ser definida como o contrário da primeira, tanto no que diz respeito aos seus léxicos quanto aos perfis pessoais. Os homens brancos experimentam a justaposição de duas das posições mais seguras no mercado de trabalho, devido a fatores como maior estabilidade e formalização ocupacional (o que beneficia, ao mesmo tempo, os projetos de acesso a recursos e o acesso às políticas de emprego), períodos mais breves de desemprego e baixa demanda pelo desempenho de trabalho reprodutivo (Sorj, 2013; Guimarães; Britto, 2008; Hirata, 2014). Quando muito, o desemprego aparece como um desvio de percurso, provocando mudanças na rotina do desempregado e de seus familiares.

Por duas razões, a escolaridade elevada aparece como uma marca importante dessa classe lexical. Em primeiro lugar, a despeito de mudanças historicamente recentes, o nível escolar revela, no Brasil, uma alta capacidade de predizer a origem social (Ribeiro, 2017). Os indivíduos com formação universitária, como os que integram a classe *investimento e circulação de recursos*, tendem a desfrutar de montantes de recursos mais significativos no seio da esfera familiar. E em segundo lugar, a escolaridade constitui um importante ativo no mercado de trabalho, determinando quais as chances econômicas dos trabalhadores (Lauer, 2005; Borges, 2006). Com efeito, os impactos do desemprego tendem a ser reduzidos entre os trabalhadores com nível superior, pois não é raro que estes desfrutem de poupança, acesso

a seguros (em particular, devido à participação em empregos formais) e auxílios de parentes mais bem posicionados no mercado de trabalho. Em vez de despontar como um período de angústia e privação, o desemprego condiz com uma tentativa de recolocação no mercado de trabalho, de forma planejada e a longo prazo. Enquanto isso, a identidade profissional é conservada, e a procura por trabalho costuma se concentrar em determinados nichos ocupacionais, experiências que são típicas dos trabalhadores qualificados (Hirata; Humphrey, 1989).

Por sua vez, a segunda ramificação exprimiu os períodos de entrada e saída do mercado de trabalho, reforçando o papel da família nas estratégias de acesso a recursos. Aqui, ainda que as diferenças entre as classes mereçam realce, suas fronteiras são porosas, ao contrário da ramificação anterior, marcada por uma divisão muito nítida.

A classe *inserção laboral precária* reúne ocupações instáveis e com baixos rendimentos, e apresentou uma forte associação com o Ensino Fundamental completo. Nessa classe, o suporte familiar está orientado ao sustento básico e às tentativas de inserção profissional, comumente no setor informal da economia. Os trabalhadores tendem a possuir baixa escolaridade e poucos recursos, e seus relatos traduzem muito bem o que Telles (2006) denomina por “viração”. A partir de empreendimentos variados, o “se virar” retrata soluções temporárias e emergenciais, em resposta às demandas de curto prazo e ao fechamento do mercado de trabalho. Para isso, o suporte familiar se revela indispensável.

Já na classe *trajetórias laborais alavancadas por auxílios*, os léxicos identificam ocupações com melhores salários, a despeito de uma grande diversidade interna. Os investimentos familiares assumem a intermediação laboral e a desobrigação financeira como alvos principais, com o objetivo de melhorar as condições de procura por trabalho. Vale notar que algumas iniciativas, como a circulação de informações ocupacionais e a criação de canais de comunicação entre empregadores e desempregados, são decisivas para o “sucesso” dessa procura. Isso é ainda mais importante no Brasil, onde o mercado de trabalho é opaco e pouco institucionalizado, o que faz com que os trabalhadores dependam fortemente de contatos informais para se tornarem competitivos. Os relatos, sobretudo de indivíduos escolarizados, enfatizam o papel das famílias na facilitação do acesso a ocupações, bem como na garantia das condições de procura.

Ao contrapor desempregados com perfis socioeconômicos diversos, os escritos avançaram em um terreno ainda pouco explorado em nossa literatura, abordando as experiências de desemprego a partir do tratamento estatístico de dados qualitativos, oriundos de entrevistas. Com foco no ambiente familiar, a classificação mostrou-se útil para elucidar os impactos do desemprego em diferentes grupos de trabalhadores, bem como as estratégias familiares de acesso a bens e serviços. Esses fenômenos variam entre as classes lexicais, sublinhando as desigualdades que são características do caso brasileiro.

7. Desemprego e proteção familiar na base do mercado de trabalho: as experiências dos trabalhadores inscritos no SineBahia

A análise lexical identificou padrões em um grande banco de dados. Entretanto, por meio desse expediente, não foi possível discutir as trajetórias individuais com a profundidade que seria adequada. Isso me levou a alargar o estudo em direção a uma análise centrada nas experiências dos trabalhadores, com amostras reduzidas e roteiros de entrevista inteiramente dedicados ao tema. Apostei que tal estratégia poderia vir a elucidar os processos de negociação e transformação da proteção familiar durante períodos de desemprego.

Com esse objetivo, desenvolvi uma pesquisa qualitativa em Salvador (BA) no ano de 2019, cidade que figurava entre as cinco capitais estaduais com as maiores taxas de desemprego aberto e com fronteiras especialmente tênues entre as situações no (e fora do) mercado de trabalho¹⁶³. O ponto de partida foi a seleção de dois grupos de trabalhadores, marcadamente desiguais em seus níveis de renda e repertórios de procura por emprego: *i*) os trabalhadores que frequentam a Unidade Central do Serviço de Intermediação para o Trabalho em Salvador (SineBahia), voltados a realocar-se no mercado por meio de ocupações de baixa qualificação; e *ii*) os bacharéis em Direito que frequentaram os cursos preparatórios na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), cujo objetivo é o ingresso na carreira jurídica. Os demandantes de trabalho que acorrem ao Sine tendem a ser pobres e possuir escolaridade baixa ou intermediária (Guimarães et al, 2017), enquanto os que buscam na EMAB oportunidades do mercado jurídico frequentam cursos preparatórios dispendiosos e que exigem formação universitária.

Partindo desses dois grupos, pretendo discutir os impactos do desemprego no bem-estar individual e familiar, bem como o papel das famílias frente a esse “problema”. Vale lembrar que os trabalhadores brasileiros contam com oferta insuficiente de apoio estatal via políticas de emprego e assistência, assunto discutido na Parte I da Tese, e participam de um mercado de trabalho desigual e fragmentado, o tema da Parte II. Por conseguinte, o apoio familiar é indispensável para a sobrevivência e bem-estar de boa parte da força de trabalho, completando o tripé do nosso regime de proteção (Esping-Andersen, 1990). A própria constituição do desemprego como um problema (como algo a ser resolvido e superado, ou

¹⁶³ Segundo a PNAD-C, Salvador registrou uma taxa de desemprego de 15,5% em 2019, ano de realização das entrevistas. A média entre as capitais foi de 12,6%.

por vezes, apenas lamentado) varia bastante, considerando o acesso a oportunidades econômicas, apoio social e subsídios públicos.

Este capítulo analisa as entrevistas realizadas no SineBahia, se desdobrando em quatro tópicos. O primeiro tópico apresenta o campo de estudo, os procedimentos metodológicos e o perfil dos entrevistados. Já o segundo e o terceiro tópicos, separados em eixos temáticos, apresentam os resultados da pesquisa. Finalmente, uma breve conclusão salienta as contribuições mais importantes do capítulo.

7.1. O SineBahia e a procura por trabalho entre os pobres

Em 2007, um convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia deu início ao Serviço de Intermediação para o Trabalho (SineBahia), subordinado à Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Em 2018, Salvador contava com 757.839 trabalhadores cadastrados, distribuídos em doze unidades de atendimento. A Unidade Central, que abarca aproximadamente 16,2% dos cadastros da capital baiana, foi escolhido como o campo de estudo deste capítulo, pois possui a capacidade de atrair desempregados de diferentes bairros, ao contrário das outras unidades, que se limitam aos seus territórios mais imediatos.

O primeiro passo para a operação do serviço é a inscrição das empresas no sistema virtual do SineBahia (chamado apenas de Sine a partir daqui), o que as habilita a cadastrar vagas de emprego. As empresas devem registrar a função a ser desempenhada, os requisitos para o seu exercício e as características do trabalho. Para atrair empresas, o Sine conta com uma equipe de captação de vagas, que contacta as empresas por telefone ou a partir de visitas presenciais. Em seguida, a equipe de comunicação divulga as vagas disponíveis em mídias sociais, televisão, rádio e no sítio eletrônico do Governo do Estado. Os trabalhadores que frequentam o serviço não necessariamente almejam essas vagas, pois é comum que façam pesquisas no próprio local. No entanto, a divulgação atrai trabalhadores adicionais, que se dirigem ao Sine já com algumas oportunidades em mente.

A Unidade Central está localizada na Avenida Antônio Carlos Magalhães, uma das vias mais movimentadas de Salvador, próxima a uma importante estação de metrô, à Estação Rodoviária e um dos principais centros comerciais da cidade. No entorno, existem diversos bairros populares, como Pernambués e Cosme de Farias, que são origens comuns dos desempregados. A maior parte destes chega logo pela manhã, iniciando uma fila na porta da Unidade a partir das 5 horas. Às 7 horas, os candidatos retiram senhas na recepção, e passam

a aguardar a vez em uma sala ampla, moderna e relativamente confortável, com cadeiras acolchoadas, bebedouros e banheiros de fácil acesso. Do lado de fora, comerciantes vendem mercadorias para os usuários do serviço, sobretudo alimentos.

Quando a senha é chamada em um dos painéis eletrônicos, o trabalhador se dirige a uma equipe de convocação e administração de vagas, que realiza a triagem dos currículos. Essa equipe se posiciona em outra sala, também ampla e no lado oposto da entrada principal, onde cada funcionário ocupa um guichê com um computador. Ao chegar ao guichê, o trabalhador apresenta sua carteira de trabalho e os documentos que comprovam sua formação escolar. É com base nesses documentos que o funcionário, fazendo uso de um algoritmo computacional, cruza o perfil dos trabalhadores com os requisitos exigidos pelos empregadores para as vagas em aberto. Em caso de *matching*, os trabalhadores recebem uma carta de encaminhamento, e são indicados a um novo processo seletivo, agora sob responsabilidade das empresas.

Os processos seletivos podem ocorrer nas sedes das empresas, mas é comum que a Unidade Central disponibilize salas para isso. Nesses casos, as seleções são realizadas nos andares superiores da Unidade, acessados por escada ou elevador, e contam com o apoio de uma equipe de psicólogos e psicólogas que atuam no Sine. Por meio da aplicação de questionários, provas, entrevistas e dinâmicas de grupo, essa equipe visa auxiliar as empresas nas contratações.

O meu acesso ao campo de pesquisa foi muito bem aceito pela direção da Unidade Central, o que me permitiu superar alguns desafios. Vez ou outra, os funcionários do Sine comunicam em um microfone vagas que não constam no sistema, já que foram informadas naquele momento pelas empresas. Quando isso ocorre, os desempregados se aglutinam na mesa de recepção, aguardando serem avaliados e cadastrados. Isso impossibilitava a realização de entrevistas na sala de espera, pois a divulgação de uma vaga desejada provocaria o fim da entrevista, ou até mesmo poderia prejudicar trabalhadores que se sentissem acanhados de pedir o encerramento da conversa. E embora a sala principal seja organizada, e os desempregados permaneçam na maior parte do tempo sentados, os trabalhadores conversam durante a espera, o que cria um burburinho constante. Portanto, não seria possível conduzir entrevistas na sala principal, pois além do barulho, alguns tópicos das conversas são delicados e íntimos, e a presença de outras pessoas inibiria os entrevistados.

O diálogo com os gestores e funcionários do Sine me permitiu contornar esses problemas. Nas inúmeras visitas feitas à Unidade Central, me sentei em uma cadeira posicionada na entrada da sala onde os trabalhadores são pré-selecionados pela equipe de

admissão e administração de vagas. Quando um trabalhador se retirava do guichê, eu o abordava e apresentava a pesquisa, perguntando sobre o seu interesse em participar. As entrevistas ocorreram de forma aleatória, seguindo apenas cotas de sexo para garantir o equilíbrio entre homens e mulheres. Em caso de resposta positiva, o que ocorria em cerca de um a cada quatro trabalhadores, me dirigia a essa pessoa para uma sala reservada pela direção do Sine, localizada no segundo andar da Unidade. Lá, foi possível realizar as entrevistas de maneira confortável, gravando o áudio das conversas com silêncio e privacidade.

Entre os meses de janeiro e setembro de 2019, entrevistei 30 trabalhadores que haviam sido atendidos na Unidade Central. Esse número foi definido como minimamente razoável já no início da investigação, e uma vez alcançado, avaliei a qualidade e a robustez dos dados. Em caso de lacunas, iniciaria uma nova rodada de entrevistas, o que não se mostrou necessário, já que os dados foram bastante expressivos. As entrevistas compõem uma amostra qualitativa do tipo contraste-saturação, indicada para pesquisas debruçadas sobre um número intermediário de casos e cujo objetivo é a análise de relatos orais e temáticos (Pires, 2014). Com efeito, a pesquisa privilegia o agrupamento dos discursos em torno de assuntos considerados significativos, tendo em vista as semelhanças ou diferenças das experiências pessoais comunicadas nas entrevistas.

Ao conduzir as entrevistas, apliquei um questionário socioeconômico, disponível no Anexo 9, e segui um roteiro semiestruturado, disponível no Anexo 10. Também assinei, junto com cada participante da pesquisa, um Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido, disponível no Anexo 11. O Termo descreve os propósitos da Tese e o modo de divulgação dos achados, firmando algumas garantias essenciais, como o direito ao anonimato. Já os resultados do questionário socioeconômico constam no Anexo 12, e para eles, dedicarei os trechos a seguir.

Ao todo, constam 14 homens e 16 mulheres na amostra do Sine, com idades que variam entre 20 e 53 anos. Boa parte dos entrevistados havia finalizado o Ensino Médio (20)¹⁶⁴, seguidos pelos trabalhadores com formação universitária (4), com Ensino Fundamental completo (3) e sem qualquer formação escolar (3). Quase todas as vagas oferecidas no Sine exigem experiência prévia no mercado de trabalho formal, bem como diploma do Ensino Fundamental ou Médio. Esses requisitos constituem um incentivo a um perfil específico de desempregado, dotado de ativos não tão presentes na força de trabalho como um todo, dada a sobre-representação na amostra de indivíduos que terminaram o

¹⁶⁴ Os números entre parênteses se referem à quantidade de entrevistados.

Ensino Médio, quando em comparação ao mesmo indicador na capital baiana¹⁶⁵. Ainda assim, o serviço é bastante frequentado por desempregados menos escolarizados e advindos de ocupações informais, como veremos no próximo tópico.

Quase metade dos entrevistados (14) se declarou de cor preta, e 13 se reconheceram pardos¹⁶⁶, categorias que apresentaram uma frequência mais elevada do que entre os desempregados soteropolitanos¹⁶⁷. A maior parte dos trabalhadores morava em bairros populares, no entorno do Sine ou até em locais distantes, em geral, com pouca infraestrutura urbana e baixa oferta de empregos. Devido ao alto custo do transporte público, alguns trabalhadores se dirigiam a pé até o Sine, caso morassem nos bairros adjacentes. Quando isso não era possível, os entrevistados relataram a ajuda de parentes no custeio de passagens de ônibus e metrô.

Já a duração do desemprego foi bastante elevada, visto que a maior parte dos trabalhadores relatou estar sem trabalho há pelo menos 1 ano. Antes, o setor terciário absorvia quase todos os entrevistados, e os salários raramente alcançavam dois salários-mínimos. As rendas familiares também eram baixas, e somente 2 entrevistados informaram rendimentos acima de dois salários-mínimos, congregando o acesso a benefícios, recursos de parentes corresidentes e auxílios financeiros enviados por outras unidades domésticas. Em alguns casos, os entrevistados moravam sozinhos e estavam procurando trabalho logo após o fim do seguro-desemprego, e por isso, afirmaram não possuir qualquer rendimento. Em outros casos, revelaram não saber a renda dos parentes com os quais corresidiam.

Os tópicos seguintes analisam o conteúdo das entrevistas. De início, ênfase as experiências dos interlocutores no mercado de trabalho e em seu contato com as instituições do Estado. Logo após, abordarei o tema das relações familiares, com foco nos repertórios de amparo material e afetivo. As citações das entrevistas serão complementadas pelo número de identificação dos entrevistados, sexo, idade, escolaridade, raça e bairro de moradia.

¹⁶⁵ Se 2/3 dos entrevistados completaram o Ensino Médio, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) informa que, em Salvador no início de 2019, 61,7% dos desempregados se enquadravam nesse grupo.

¹⁶⁶ Um entrevistado se recusou a escolher uma das categorias listadas, se reconhecendo como “moreno”. Já outro entrevistado se declarou amarelo, embora estivesse se referindo a sua cor de pele, não possuindo ascendência asiática.

¹⁶⁷ Em 2019, 42,5% dos desempregados em Salvador se declararam pretos, e 39,3% se declararam pardos.

7.2. Desemprego, Estado e mercado de trabalho

A primeira dúvida é o que leva os trabalhadores a frequentarem o Sine. Assim como discutido no Capítulo 5, a respeito dos processos de recrutamento, as decisões sobre a procura por trabalho decorrem dos processos de valoração e avaliação, que são elaborados pelos indivíduos e se aplicam às oportunidades de emprego e à autoimagem dos trabalhadores (Lamont, 2012). As entrevistas revelaram que esses processos variam a depender dos atributos dos trabalhadores e da quantidade de recursos disponíveis durante a procura por trabalho.

O Sine direciona trabalhadores a ocupações formais com salários que variam entre 1 e 3 salários-mínimos, e cujo requisito educativo mais alto é o diploma de Ensino Médio. Todos os trabalhadores entendiam, com maior ou menor entusiasmo, que valia a pena frequentar o serviço, buscando a intermediação profissional na base do mercado de trabalho. Uma escolha que, logo de partida, distingue esses trabalhadores daqueles mais escolarizados, para os quais os empregos que circulam na intermediação pública são entendidos como inadequados à experiência profissional, formação escolar e expectativas de retorno econômico. No caso dos poucos trabalhadores que estavam registrados no Sine e que possuíam formação universitária, a frequência no serviço configurava uma experiência transitória, até que o acesso a melhores empregos fosse possível. Pode-se dizer que a avaliação das características ocupacionais e das chances econômicas embasa valorações distintas sobre o papel do Sine nas trajetórias.

Os trechos a seguir aprofundam esse cenário. Muitos entrevistados já haviam frequentado o Sine, até mesmo *“em vários Sines, de outras cidades”* (Interlocutor 5). Já os trabalhadores que estavam em sua primeira visita demonstraram conhecer o serviço há um bom tempo, reforçando a ideia de que o serviço constitui um espaço já consolidado de procura por empregos em Salvador. Também chama atenção o engajamento dos desempregados em *“cursos que são oferecidos aqui no Sine”* (Interlocutora 6), todos voltados para habilidades valorizadas pelos empregadores, como técnicas de redação e uso de computador.

A divulgação das vagas acontece por meios diversos, conjugando relações interpessoais, veículos de mídia e outras políticas de emprego. Ou seja, a capilaridade do serviço de intermediação é mediada pela atuação de certos grupos e redes, o que garante que o desempregado reconheça o Sine como um ambiente válido de procura por trabalho.

Depois que eu vim saber, que eu saio do Sesc, eu pego o seguro-desemprego, mandaram eu vir para cá. Me deram a carta, eu vim. Depois daí que eu conheci, tinha de se cadastrar, cadastrei, aí eu confio muito aqui

Interlocutor 1, homem, 32 anos, Ensino Médio incompleto, preto, Paripe

Na primeira vez eu vim por um anúncio que tinha no jornal, aí quando eu vim não tinha. Aí depois eu vim de novo, que eu sempre fico pesquisando na Internet. Aí sempre que eu vejo uma vaga que eu acho, com possibilidade, eu sempre estou aqui

Interlocutora 6, mulher, 39 anos, Ensino Médio completo, preta, Alto do Cabrito

Essa é a terceira vez que eu venho no Sine, indicado por uns amigos meus, uns amigos meus mesmo, fala, “vá lá no Sine, corre atrás, não sei o que”, porque ficar em casa de braços cruzados não dá né? Tem que estar correndo. Mesmo que receba um não, mas pelo menos você tentou. É meu caso, entendeu? Que nem ontem, falei, ó filha, ora por mim porque amanhã vou lá no SineBahia, tomara que eu saia de lá com uma coisa boa, né?

Interlocutor 28, homem, 34 anos, Ensino Fundamental incompleto, pardo, Fazenda Grande do Retiro

As avaliações do serviço costumam ser positivas, considerando a qualidade do atendimento e as condições do espaço físico. Mas a capacidade do Sine de direcionar trabalhadores a empregos formais possui certos limites, e as chances de contratação não são tão elevadas. Alguns entrevistados afirmam que “*você acaba se frustrando, porque você não encontra vagas pra nada*”, e ao fim, “*não tem vontade de voltar*” (Interlocutora 9). Muitos trabalhadores afluem ao Sine após serem informados de uma vaga de emprego, e durante o dia, ouvem outras tantas serem divulgadas na recepção do posto de atendimento. Depois de uma longa espera, não receber uma carta de encaminhamento soa como uma derrota, atestando que o trabalhador não é desejado pelas firmas.

Dentre os entrevistados, apenas dois haviam sido encaminhados para processos seletivos nas empresas. De fato, em 2019, o Brasil enfrentava uma desestruturação gradativa do mercado de trabalho, sendo que a queda do desemprego aberto entre os primeiros trimestres de 2017 e 2019 foi acompanhado pelo fortalecimento da subocupação, da informalidade e da inatividade (Lameiras et al, 2019). Não à toa, as críticas às condições do mercado de trabalho foram comuns, especialmente por parte dos entrevistados que estavam sem ocupação há um bom tempo, dependendo de subsídios públicos ou do apoio informal para sobreviverem. 19 dos 30 trabalhadores estavam sem trabalho há 1 ano ou mais, e alguns até mesmo haviam atingido 3 anos de desemprego, o que os levava a assumir uma visão bastante negativa sobre o futuro profissional.

Visto que o trabalhador “*precisa de experiência*” para passar pela triagem (Interlocutora 24), muitos retornam para casa “*sem solução nenhuma*” (Interlocutor 11), ao que se soma o esgotamento dos contatos informais que auxiliam a procura por trabalho. Essa procura é descrita como um esforço rotineiro, que deve conciliar medidas diversas e em um período relativamente longo. Assim, se “*a gente chega pra ver a vaga, e no momento não*

tem”, a solução é “*continuar vindo. Não pode desistir*” (Interlocutor 26). Muitos trabalhadores frequentam o Sine quase todos os dias, só faltando “*trazer o meu travesseiro e o meu lençol*” (Interlocutora 18), e por isso, já são conhecidos por alguns funcionários, que os tratam com intimidade e informam, em caso de triagem negativa, quais outros serviços na cidade podem oferecer vagas adequadas ao seu perfil.

As expectativas sobre a efetividade do Sine variam bastante. Alguns entrevistados eram pessimistas, pois para eles, as contratações só ocorriam após a indicação de pessoas próximas aos empregadores. Como disse a Interlocutora 24, “*até para eu fazer faxina tem que ser por indicação, porque é uma área que tem que ter bastante confiança*”. Outros trabalhadores, em particular os que já haviam recebido cartas de encaminhamento, entendiam que as chances de contratação eram significativas, o que justificava a assiduidade no serviço. O Sine acaba servindo como um ponto de apoio em um mercado de trabalho fechado e cujos procedimentos de contratação não são tão transparentes. Segundo a Interlocutora 18, “*a gente vem pra cá e sai pra botar currículo lá fora [...] O único lugar que está dando oportunidade pra gente ter essa chance de pegar uma carta ainda é aqui*”.

Vale sublinhar a incapacidade do Sine, como qualquer serviço público de emprego, de lidar com o desemprego cíclico, provocado pela queda da oferta de trabalho em períodos recessivos (Holzner; Watanabe, 2015). Isso aumenta o descompasso entre as expectativas dos trabalhadores e o papel do serviço, que ao captar poucas vagas, encaminha um número reduzido de desempregados aos processos seletivos. Ademais, se o serviço de emprego é capaz de facilitar o encontro entre trabalhadores e empregadores, às vezes, o encaminhamento esbarra na incompatibilidade entre as demandas das firmas e as habilidades dos trabalhadores, o que prolonga o tempo de desemprego para os indivíduos com baixa qualificação profissional (McQuaid, 2006).

Além da inscrição no serviço, muitos trabalhadores destacaram o acesso ao seguro-desemprego como um tema relevante. Devido à duração do desemprego, que geralmente era elevada, a maior parte dos entrevistados já havia esgotado suas parcelas, e por isso, os relatos se referem aos meses ou anos anteriores à entrevista. O acesso ao seguro também é prejudicado pela brevidade dos vínculos empregatícios e pelo engajamento anterior em trabalhos informais. A Interlocutora 25, por exemplo, afirma que “*a última vez que eu tive acesso ao seguro-desemprego foi em 2015. Que os 2 últimos empregos após isso, foram pouco tempo, foi num call center, que eu fiquei 6 meses, e essa empresa, que eu fiquei 3 meses apenas*”. Sobre o valor dos benefícios, os entrevistados revelaram arcar com despesas diversas, intercalando gastos domésticos e projetos pessoais.

O valor que eu recebi de seguro, essas coisas, eu quitei a faculdade, que era a minha prioridade

Interlocutora 3, mulher, 23 anos, Ensino Superior incompleto¹⁶⁸, preta, Sussuarana

O que veio segurando foi o seguro. O seguro acabou mês passado, e agora tá preocupante. Agora em diante vai ficar preocupante [...] Como eu já disse, estava segurando com o seguro, está suprimindo as necessidades com ele. Mas de agora em diante está preocupante, porque já acabou o que, saiu agora esse mês. Aí está difícil [...] Foi só despesa de casa mesmo. Fiz reserva nenhuma não.

Interlocutora 14, mulher, 40 anos, Ensino Médio completo, preta, Calabetão

Uma parte [do seguro] eu destinava pra aluguel, alimentação, e a outra eu tirava também um valor, dava pra minha mãe, e o que sobrava eu colocava na poupança [...] Exato, uma partezinha já, depois que acabou o seguro-desemprego, foi 5 meses, já tenho 8 meses, então tenho que mexer né?

Interlocutor 17, homem, 33 anos, Ensino Médio incompleto, preto, Rio Vermelho

Os trabalhadores divergem no que diz respeito à postura adotada durante o recebimento do benefício. Alguns, como a Interlocutora 27, associam o seguro a um período de *“procurar emprego”*. Já outros contam que *“eu estava no seguro-desemprego, agora que acabou que eu estou procurando, tenho algum dinheirinho guardado [...] mas está acabando”* (Interlocutor 17); ou até mesmo revelam a conciliação entre o seguro e ocupações informais, como em *“eu tive o seguro durante 5 meses, mesmo assim eu fazia e faço alguns bicos. Faço faxina, até conseguir algo fixo novamente”* (Interlocutora 24). Essas falas ilustram a interface frágil entre o auxílio financeiro e a intermediação profissional no Brasil (Teixeira; Neto, 2014; Lobo; Anze, 2015; Chahad; Pozzo, 2013). Não raras as vezes, os postos de atendimento do Sine são frequentados ao final do benefício, e não durante, o que faz com que os trabalhadores se inscrevam no serviço na iminência de perderem sua única fonte de renda. A combinação entre o acesso ao seguro e o desempenho de atividades informais, com o objetivo de complementar o valor do benefício, é uma tendência conhecida (Marinho; Balestro; Walter, 2010; Barros; Corseuil; Foguel, 2001). Nos casos em apreço, isso ocorria porque os segurados eram os únicos provedores das unidades domésticas, o que tornava o benefício insuficiente para custear as despesas pessoais e familiares.

O cenário ilustra um distanciamento entre os objetivos do seguro, que se volta à garantia das condições de procura por trabalho no mercado formal, e a prática de boa parte dos desempregados, que entendem o seguro como uma renda ordinária, somada a outras fontes. A baixa efetividade do Sine constitui um obstáculo para a superação desse problema, pois é difícil sustentar a obrigatoriedade de frequentá-lo quando a política de intermediação

¹⁶⁸ Nos casos em que os entrevistados possuíam o Ensino Superior incompleto, a graduação ainda estava em curso.

foi responsável, no ano de 2019 em Salvador, por apenas 6% do total de contratações em empregos registrados¹⁶⁹.

Sobre o acesso a benefícios públicos, o Programa Bolsa Família assume centralidade, configurando a maior política brasileira de transferência de renda. Em um padrão já descrito por Ahlert (2013) e Chaves, Souza e Pereira (2019), o pagamento das contas e o gasto com os filhos constituem as principais despesas dos beneficiários. A Interlocutora 2 afirma que *“meu filho recebe o Bolsa Família”,* e os gastos são *“para ele, curso, tudo é para ele. Aí quando precisa de alguma coisa, já tem aquele dinheiro ali”.* Já o Interlocutor 11 diz ter se cadastrado no Programa após o incentivo de um vizinho, pois ele *“nem estava sabendo disso aí [...] É uma ajuda, para pagar [...] quando receber tenho uma conta de água em casa, parece que de 50 e poucos reais. E parece que eu tenho uma conta de luz, 30 e pouco”.* Por outro lado, alguns trabalhadores relataram suas tentativas fracassadas de acessar ou permanecer no Programa. Esse foi o caso da Interlocutora 19, que *“botou o Bolsa Família para o nome desse meu sobrinho. Mas como tem que ter frequência escolar, aí está lá, perdeu, já foi eliminado”.* Sem o benefício, *“é preciso se virar com o que tem”,* o que deixa a entrevistada impaciente por viver apenas com o *“básico”* e não encontrar vagas de emprego.

Ao contato dos trabalhadores com o Estado, considerando o acesso a benefícios e a frequência no Sine, vale acrescentar as experiências dos entrevistados no mercado de trabalho. Via de regra, os trabalhadores inscritos no Sine ocupam posições instáveis na economia urbana, com desemprego recorrente e baixo acesso a recursos. As ocupações anteriores eram suficientes, quando muito, apenas para o sustento doméstico. Se *“a gente vive mais pra pagar as contas”* (Interlocutor 20), é incomum ouvir aspectos que remontem à satisfação pessoal, através de decisões que extrapolam os ganhos econômicos mais emergenciais. Nos casos em que isso ocorre, os desempregados, sobretudo os jovens, descrevem essa satisfação como um projeto futuro, ainda não possível no presente, e que pode ser alcançado pela formação universitária ou pelo início do próprio negócio.

O mercado de trabalho brasileiro possui alta rotatividade (DIEESE, 2017; Nery, 2015), e assim, não foi uma surpresa que os trabalhadores tenham desempenhado inúmeras profissões em suas trajetórias. O trânsito entre ocupações diferentes, bem como entre o emprego e o desemprego, costuma ocorrer diversas vezes em um mesmo ano. A Interlocutora 2 revela que sempre fez *“de tudo um pouquinho”,* e chegou a atuar *“como auxiliar de secretária na faculdade, matrícula, aditamento, atendimento ao aluno, fiscal de prova”* e em *“loja de*

¹⁶⁹ Esse número condiz com a razão entre a quantidade de trabalhadores colocados no mercado de trabalho formal via Sine (11.348, como informou o Ministério da Economia, em resposta a um pedido via Lei de Acesso à Informação); e o total de trabalhadores contratados no mercado de trabalho formal (188.270, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED).

shopping com atendimento ao cliente, caixa, operador de serviço, promotor de cartão, vendedor de consórcio". Relatos desse tipo são comuns, nos quais o acesso ao trabalho não traduz uma identidade profissional, mas sim a capacidade de aproveitar as poucas oportunidades disponíveis. A política de intermediação atrai trabalhadores sem muitos recursos e dispostos a qualquer tipo de emprego, traduzindo uma estratégia de geração de renda no curto-prazo. Como bem sintetiza a Interlocutora 25, *"quando a gente está precisando trabalhar, não escolhe o que vai fazer"*.

No entanto, algumas trajetórias eram menos erráticas, e os entrevistados permaneciam em ocupações que se mostravam mais adequadas aos seus perfis. Isso consolidava uma posição mesmo se na base do mercado de trabalho, sem propiciar carreiras estáveis e valorizadas. O fenômeno ilustra a especialização em certos nichos profissionais, vinculada ao campo das possibilidades, levando em conta as poucas oportunidades encontradas por indivíduos menos escolarizados e com baixo acesso a recursos familiares (Teixeira; Saraiva; Carrieri, 2015; Cockell, 2008). Esse foi o caso da Interlocutora 19, que atuou durante muitos anos como empregada doméstica, pois *"a pessoa quando vem do interior, fica muito difícil ser inserido no mercado de trabalho [...] o trabalho que se abre pra essas pessoas [...] é em casa de família"*. O mesmo pode ser dito sobre o Interlocutor 1, cuja *"primeira experiência de emprego foi em serviços gerais [...] de lá pra cá foi trabalhando em obra, de ajudante comum, depois eu me qualifiquei para pintor"*.

No Capítulo 3, vimos que um número expressivo de desempregados brasileiros, pouco mais de 80%, entende que o contato direto com o empregador é a medida mais importante de procura por trabalho. Após as entrevistas, esse cenário assume nuances importantes. Os trabalhadores inscritos no Sine costumam conjugar medidas avulsas, em diferentes ambientes de procura, como uma tentativa de cobrir todas as oportunidades disponíveis. Esse padrão se aproxima do descrito por Guimarães et al. (2012) em pesquisa dedicada à forma pela qual indivíduos interpretam suas chances no mercado de trabalho e mobilizam estratégias de obtenção de empregos. Com efeito, o Interlocutor 15 afirma que se utiliza do Sine e de *"amizades, com os parentes que ajudam, currículo, porta em porta. Você sai, passa nas empresas, que recebem o currículo"*. Alguns entrevistados também acessam a internet e outros serviços de intermediação, como em *"eu vou no SIMM¹⁷⁰, aproveito também para enviar currículo pela internet, né? E algumas pessoas que eu conheço também, eu dou*

¹⁷⁰ O SIMM (Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra) é um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer da Prefeitura de Salvador.

currículo [...] Vou ver se pretendo, agora depois do carnaval, me inscrever novamente na Catho¹⁷¹” (Interlocutor 10).

Mas a procura por trabalho tem seus custos. A Interlocutora 9 lamenta que “os sites de busca de emprego são pagos [...] aí você acaba tendo que ter uma renda, para poder conseguir um emprego para ter renda”. E para muitos, a continuidade da procura depende do custeio da alimentação e do transporte por parte das famílias. É por isso que se imagina o Sine como tão importante, ao prover um serviço gratuito e capaz de centralizar as informações sobre o mercado de trabalho, potencialmente, reduzindo os custos da procura por trabalho (Cacciamali, 2005). Porém, sua performance limitada faz com que o Sine seja apenas um dentre muitos outros ambientes de busca por trabalho. Para maximizar suas chances de contratação, os desempregados precisam implementar estratégias variadas, como a inscrição em serviços privados de emprego, a entrega de currículos em lugares diversos e a ajuda de antigos colegas de profissão. Tais estratégias dependem dos recursos e dos contatos disponíveis, e como saldo, os trabalhadores pobres se tornam ainda menos competitivos, visto que incapazes de financiar a procura laboral. Em caso de insucesso, a continuidade do desemprego se associa a um sentimento de fracasso pessoal, quando “*eu estou me sentindo uma pessoa incapaz de passar por tantas seleções aqui no Sine, fora do Sine, e não conseguir passar numa seleção*” (Interlocutora 18).

Entre os trabalhadores inscritos no Sine, as fronteiras entre o emprego e o desemprego são fluidas, e é frequente a conciliação entre a procura por trabalho e a realização de atividades temporárias e informais, os chamados “*bicos*” ou “*biscates*”. Os relatos abaixo atestam que essas atividades não substituem o trabalho formal, mas são uma forma de preencher os períodos nos quais o assalariamento encontra-se indisponível. Isso exige certa flexibilidade por parte do trabalhador, que passa a conviver com longos períodos de incerteza ou a se engajar em profissões indesejadas.

Desde que eu perdi o emprego, eu faço uma prestação de serviço numa empresa de tecnologia, mas também na área de RH, departamento de pessoal. Mas não é uma coisa fixa, que também não é todo dia. Eu vou mais no período de fechamento de folha, quando há alguma demissão, aí que eu vou. E vou levando. Aí nos dias que eu não vou, eu venho pra aqui, ou no Simm também. E aí estou correndo atrás [...] aí eu venho pra procurar um emprego fixo [...] Veja bem, eu estou achando que tá mais demorado [pra conseguir um emprego], mas eu também, mas entendo também que a minha procura não está sendo tão insistente como foi antes, como era antes. Mas dessa vez, também porque eu estou, eu arrumei esse bico, eu fico mais pelo bico, então eu não fico correndo atrás tanto quanto eu ficava das outras vezes [...] Mas eu

¹⁷¹ A Catho Empregos é um site brasileiro, cujo acesso é pago, que funciona como um classificado eletrônico de empregos.

imaginava que no bico eu iria me cadastrar. Entendeu? Pra ficar fixo. Como não ficou, e eu estou vendo que não vai ficar, eu comecei a correr atrás.

Interlocutor 10, homem, 52 anos, Ensino Superior completo, pardo, Cosme de Farias

Eu tenho feito diárias em hotéis e em casa de família. Avulso, sem nenhuma empresa também. Só eu e empregador [...] [se gostaria de continuar fazendo diárias] não, porque o preço só abaixa. Antigamente já foi, 80 reais a diária, e ainda tem risco de abaixar mais, por isso que eu estou aqui pra procurar emprego. Porque não tem como, não rende, é o mesmo que nada.

Interlocutora 12, mulher, 20 anos, Ensino Médio completo, parda, Plataforma

Eu tive que me desdobrar, até o momento. Como eu estou me desdobrando. Às vezes, coisas que eu nunca pensei em fazer na vida, tinha que fazer, hoje se tiver um serviço de elétrica, de manutenção hidráulica, essas coisas, uma pintura, qualquer coisa, eu estou me jogando. Ou seja, de ambulante a vendedor.

Interlocutor 23, homem, 34 anos, Ensino Superior incompleto, pardo, Engenho Velho de Brotas

É comum que os entrevistados situem a informalidade em um segundo plano, em períodos nos quais alguém vai *“ser autônomo por necessidade, de não ficar parada sem fazer nada”* (Interlocutora 2). Ao frequentar o Sine, a meta do trabalhador é *“assinar minha carteira, que é muito importante, para mim e para todo mundo”*, pois *“é muito ruim a pessoa viver de bico, é um negócio muito chato, você tem que estar trabalhando fixo, numa empresa fixa”* (Interlocutor 28). As falas reforçam a ideia de que a absorção do setor formal é limitada, e frente à demora ou impossibilidade de contratação via empregos registrados, os trabalhadores, especialmente os menos qualificados e com pouca experiência profissional, são obrigados a implementar estratégias alternativas de geração de renda (Soares, 2004). Ainda que isso seja mais frequente entre os trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação, aqueles com formação universitária também descreveram a inserção profissional como uma necessidade imediata. Esse foi o caso da Interlocutora 9, que diz que *“enquanto aguardo [um emprego na área do Direito] eu tenho marido, eu tenho filha, e aí as contas chegam, e a gente tem que encarar o mercado de trabalho e pegar a vaga que surgir”*.

A combinação entre ocupações formais e informais, nesse ato de *“encarar”* as oportunidades econômicas, aponta para uma característica mais geral das trajetórias dos entrevistados. Nestas, a participação no mercado de trabalho aparece como algo urgente, em que o trabalhador *“tem até que deixar o orgulho de lado e encarar a realidade”* (Interlocutora 19), ao aceitar *“qualquer [trabalho] que vier”* (Interlocutor 20). Não existe muito espaço para os desejos pessoais, e os trabalhadores precisam implementar estratégias de curto prazo de acesso a recursos, um tema clássico da sociologia do trabalho bastante discutido por Telles (2006) e Rizek (2006). Se o registro em carteira permanece como o principal objetivo dos entrevistados, o trabalho informal preenche os vazios das trajetórias profissionais, garantindo

a sobrevivência do grupo doméstico. Ainda assim, alguns entrevistados lograram carreiras relativamente homogêneas, e buscam a continuidade dessas ocupações.

Um dia, a pessoa está precisando, limpo até coisa que aparecer, não escolho negócio de trabalho não, entendeu? Minha área mesmo, que é em pedreiro, não acho negócio, vou e faço qualquer coisa. Para limpar um quintal, se tiver uma pessoa pra pintar uma parede, eu vou e pinto a parede, entendeu? [...] Qualquer coisa que aparecer eu quero [...] Não escolho negócio de trabalho não. É trabalho, é qualquer coisa, eu faço. O importante é ganhar o trocado da gente, honesto, né? O importante é isso [...] Eu querendo, estava até me planejando, estava botando na minha mente em casa, nesse período de carnaval, estou sem nada, vou sair na rua catando lata, velho. Entendeu? [...] Que eu queria sair na rua assim, para catar uma lata né? É dinheiro também né? Tudo é trabalho

Interlocutor 11, homem, 51 anos, analfabeto, pardo, Jardim Santo Inácio

Quando eu vou para as empresas, na rua, eu só vou procurar uma vaga ou de auxiliar de serviços gerais ou chefe de limpeza, ou uma coisa ou outra [...] O povo não entende que eu quero trabalhar, eu quero sair de manhã, eu quero chegar no final do mês e ter como suprir as minhas necessidades [...] E a gente [entrevistada e as amigas] não está focando em uma área, a gente está focando nas nossas experiências. Entendeu? É para faxineira, é para passadeira, é para tomar conta de idoso.

Interlocutora 18, mulher, 48 anos, Ensino Médio completo, parda, Bela Vista

Eu nunca conheci carnaval em Salvador, nunca sabia o que é uma festa de largo. Eu vim descobrir por que eu tive que viver como ambulante, trabalhar para os outros, para ganhar 30, 40, 50 reais. Ou seja, até que ponto eu cheguei. Eu fui para o carnaval esse ano, porque eu tive que vender alguma coisa para mandar pra meu filho, pra eu conseguir mandar 150 reais, e hoje eu fico imaginando, o que é que eu vou fazer pra amanhã?

Interlocutor 23, homem, 34 anos, Ensino Superior incompleto, pardo, Engenho Velho de Brotas

Já foi dito que o Sine se dirige às relações assalariadas, avaliando os trabalhadores a partir do registro em carteira e os encaminhando para processos seletivos nas empresas. Ao examinar o percurso desses trabalhadores no mercado formal, a triagem realizada pelo Sine garante que a mão de obra esteja minimamente ajustada às demandas dos empregadores, o que ilustra uma relação de confiança entre o Sine e o setor privado (Azeredo; Ramos, 1995). Isso ocorre de maneira automatizada, quando a equipe de convocação e administração de vagas insere em uma plataforma digital as informações sobre os trabalhadores e as vagas em aberto, fazendo uso de algoritmos de *matching*. Nessa triagem, as atividades informais são desconsideradas, e assim, longos períodos na informalidade prejudicam as chances de contratação.

Os trabalhadores reconhecem e lamentam esse critério, como em “*eu estou procurando o que eu conseguir. O negócio é que tudo tem negócio de experiência, e eu não tenho nenhuma experiência*” (Interlocutor 13). Nos últimos anos, os processos seletivos se tornaram ainda mais exigentes, mesmo para o desempenho de “*funções simples*” (Interlocutora 25). Esse fenômeno acompanha a demanda por trabalhadores qualificados, em

crescimento desde os anos 1990 (Ramos; Lobo; Anze, 2015), sendo que algumas entrevistas relatam a exigência do diploma de Ensino Médio e o engajamento em cursos de qualificação como barreiras importantes à inserção profissional. Ademais, vimos no Capítulo 5 que os trabalhadores com baixa qualificação tendem a ser duramente afetados pelos períodos recessivos. Realizadas em um momento de lenta recuperação econômica, logo após a crise, as entrevistas revelam como esses indivíduos, posicionados na base do mercado de trabalho, atribuem sentidos às suas condições de inserção profissional.

Os trabalhadores mais escolarizados e com experiência no mercado formal também entendem que as chances de encaminhamento são baixas. A Interlocutora 8, por exemplo, afirma que *“eles [os empregadores] preferem mais esses jovens do que a gente”*. Essa opinião foi reforçada pela Interlocutora 25, que *“até hoje estou procurando emprego ainda, porque é questão da idade também, por conta da idade, eu tenho 40 anos, não é todo mundo que quer empregar alguém com uma idade avançada”*. Ou seja, ainda que a preocupação com o registro em carteira seja o dado mais recorrente, existe uma impressão geral de fechamento do mercado de trabalho. Nas palavras da Interlocutora 9, *“antes, quando eu saía de uma empresa, era mais fácil conseguir outras vagas e abria muitas seleções”*, mas agora, *“a gente procura, procura e não acha”*. Procurar emprego e tentar outras estratégias de geração de renda configuram atividades dotadas de uma forte obrigação moral, com um valor em si, pois caracterizam o desempregado como um indivíduo ativo que não se contenta em *“ficar parado”* (Interlocutor 23), nem em casa *“olhando para as paredes, olhando para meus filhos precisando de mim”* (Interlocutor 1).

Uma vez apresentado esse panorama sobre as experiências dos entrevistados no mercado de trabalho e em seu contato com o Estado, a seção seguinte se volta à proteção familiar durante períodos de desemprego. Considerarei seis aspectos: *i)* os efeitos do desemprego nas condições materiais das unidades domésticas; *ii)* a existência e as características das entreatudas financeiras entre parentes; *iii)* as entreatudas familiares por meio da provisão de serviços; *iv)* a indicação a vagas de emprego; *v)* a retribuição do apoio familiar; *vi)* o impacto das demandas familiares na procura por emprego; e *vii)* a divisão sexual do trabalho.

7.3. Experiências de desemprego e proteção familiar: entre a busca pela sobrevivência e os projetos mais seguros de reprodução social

Mesmo entre os indivíduos que compartilham uma experiência no mercado de trabalho, no caso, a partir da procura por trabalho via Sine, os significados atribuídos ao desemprego são diversos. Em geral, os relatos associam o desemprego à precarização das condições de vida, com prejuízo ao acesso a bens e serviços. Mas os efeitos do desemprego dependem do papel desempenhado na provisão doméstica antes da perda do trabalho, bem como da capacidade de formar poupanças, da duração do desemprego, do acesso a recursos familiares e da elegibilidade a subsídios públicos.

Quando os efeitos do desemprego são brandos, ocorre uma desorganização das finanças familiares, e os entrevistados enfrentam dificuldade para colocar as despesas em dia. Normalmente, isso acontece quando o desemprego é rápido e os entrevistados desempenham papéis auxiliares de provisão doméstica, como entre os trabalhadores mais jovens ou que contavam com a ajuda de cônjuges. Como sintetiza o Interlocutor 15, “os projetos mudam. O que se tinha planejado, tem que ser repensado”. Nesses casos, as necessidades elementares encontram-se garantidas, mas na tentativa de se adaptar ao desemprego, é preciso “deixar de comprar alguma coisa e comprar só o essencial, que é o alimento” (Interlocutor 5). Também chama atenção o dispêndio com o aluguel, que consome boa parte dos recursos familiares, o que faz com que os trabalhadores fiquem ansiosos e “paguem hoje pensando no mês que vem” (Interlocutora 16).

Em um cenário de austeridade forçada, os desempregados e seus familiares cortam os gastos entendidos como supérfluos, como a compra de eletrodomésticos e o acesso a espaços de lazer, como em passeios familiares. Também é comum que o desemprego provoque o endividamento das famílias, o que constitui uma pressão adicional sobre a procura por trabalho. Se é “menos um pra ajudar na despesa” (Interlocutora 16), as famílias precisam manejar os recursos disponíveis, contraindo empréstimos e atrasando o pagamento de contas.

A gestão das contas da casa, por meio de acordos entre parentes para equilibrar as receitas e as despesas domésticas, constitui um fenômeno significativo nas classes populares (Araújo, 2017). Esse foi o caso da Interlocutora 25, que junto com o marido, “teve que se desfazer de alguns bens, carro que a gente [ela e o marido] tinha, bem simplesinho, mas servia. A gente teve que se desfazer, e a gente ainda está com muitas dívidas, por conta

desse meu desemprego”. A formação e o usufruto de poupanças, tanto pessoais quanto familiares, podem atenuar a queda dos padrões de consumo, como uma espécie de substituição da renda do trabalho. É por esse motivo que a Interlocutora 6 *“busca sempre ter uma reserva, que a gente não sabe quando a gente sai do emprego, quanto tempo a gente vai levar pra encontrar outro”*. Entretanto, *“devido ao tempo que a gente leva esperando entrar novamente no mercado de trabalho, o dinheiro que você acaba tirando e não repondo, ele vai acabando”*.

As falas acima revelam trajetórias nas quais o desemprego provoca uma piora das condições de vida, muito embora sem ameaças à sobrevivência do grupo. Mas para outros trabalhadores, o desemprego acaba impedindo a satisfação das necessidades elementares, e o acesso a alimentos passa a ser alvo de disputa cotidiana.

Primeiro momento, que meus filhos pediam coisa para eu comprar, pedia um queimado, um picolé. Eu ia para a praia com ele, não tinha como dar, ficava olhando os meninos brincando, ele ficava olhando para mim, pedia, meus olhos enchiam de água [...] porque eu estou precisando muito de um trabalho mesmo, porque até fome minha família está passando. Às vezes, eu troco meu café da manhã por da noite, às vezes, ou da tarde, o almoço. Deixo para eles e a esposa comerem. Para não ter problemas, e saio para a rua atrás de trabalho, chego lá em casa de noite, às vezes deixava até de chegar em casa para eles comerem, aí eu fui, ligava para casa, falava pra ela “pode botar pra eles de novo comer aí mais tarde, que eu estou chegando só mais tarde”. Chegava em casa, tomava o banho e dormia de barriga vazia.

Interlocutor 1, homem, 32 anos, Ensino Médio incompleto, preto, Paripe

Dificuldade de encontrar alimentação, roupa, vestuário, sapatos, para higiene pessoal. A pessoa faz, toma banho, a pessoa não deve andar sem tomar banho, de vestuário, essa dificuldade que eu estou tendo. E eu estou buscando, buscando arranjar um emprego agora para suprir todas essas necessidades.

Interlocutor 30, homem, 53 anos, Ensino Superior incompleto, preto, Brotas

Essas trajetórias combinam uma posição frágil no mercado de trabalho antes do desemprego, o prolongamento da procura por trabalho e a dificuldade de obter ajuda financeira de parentes que residem com o entrevistado. Quando estão ocupados, os trabalhadores apenas conseguem fazer frente às demandas familiares imediatas, o que representa um alívio para os mais pobres. Mas devido à instabilidade dos vínculos empregatícios, as famílias são constantemente ameaçadas pela insegurança alimentar e por uma deterioração mais grave das condições de vida. Com efeito, o que está ao alcance dessas famílias é mobilizar estratégias de sobrevivência de curto-prazo, sobretudo por meio da circulação de entreajudas e do compartilhamento da renda disponível, nos termos discutidos por Stack (1974) e Eguía (2003). A procura por trabalho se manifesta como um assunto urgente, em uma espécie de *“guerra”* cotidiana, como bem descreve o Interlocutor 1.

Os achados apontam para as desigualdades socioeconômicas registradas entre os

usuários do Sine. Trato aqui de uma estratificação interna da amostra, evidenciando a capacidade desigual de gerar e obter recursos durante a procura por emprego. As evidências se assemelham às encontradas por Caleiras (2015), que dentre outros assuntos, abordou a capacidade de os trabalhadores portugueses acessarem bens e serviços durante o desemprego. Se, para uns, o desemprego ocasiona uma transformação nos padrões de consumo, para outros, o desemprego inicia ou aprofunda uma “trajetória de empobrecimento”, com consequências mais graves ao bem-estar individual e familiar.

Nos relatos sobre as despesas domésticas, os entrevistados entendem que os gastos com os filhos são os mais sensíveis, e se esforçam para evitar que a perda do trabalho afete o bem-estar das crianças e adolescentes. Quando os impactos do desemprego são severos, os entrevistados lamentam submeter os filhos à falta de comida e a moradias impróprias. Em outros casos, as necessidades elementares se encontram mais ou menos resolvidas, e as falas destacam a incapacidade de investir na educação privada ou em cursos suplementares. A Interlocutora 16, por exemplo, precisou transferir os filhos para uma escola pública, além de *“retirar o menino da bola, do futebol, e a menina do inglês. E aí corta algumas coisas, porque você tem filho, você quer dar o melhor, tenta dar o melhor. Mas desempregado, você infelizmente tem que cortar algumas coisas”*. O Interlocutor 23 apresentou uma percepção semelhante, pois *“eu coloquei dentro de mim que eu queria que meu filho estudasse em colégio particular, abrir a mente, abrir novos horizontes. Mas infelizmente, no momento eu não tenho como. Ele foi para o colégio público, e isso é o que mais me dói”*.

Em resumo, os riscos associados ao desemprego são diversos, mas o prejuízo ao bem-estar das crianças e adolescentes irrompe como uma crise familiar, considerando a incapacidade de os provedores arcarem com a compra de bens essenciais e investimentos na educação. Entre os pobres, a compra de alimentos e de outros produtos elementares representa o principal desafio cotidiano, algo já constatado no Brasil pela literatura acadêmica (Saglio-Yatzimirsky, 2006; Hoffmann, 2014; Véras, 2016). Já nas famílias que são menos vulneráveis às flutuações do mercado de trabalho, e cujos provedores tendem a ser mais escolarizados, o investimento escolar é uma estratégia importante de mobilidade socioeconômica na transição entre as gerações (Bertoncelo, 2016). Por esse motivo, retirar as crianças de cursos suplementares e da rede privada de ensino, tendo em vista as percepções negativas atribuídas à rede pública, equivale a limitar suas oportunidades econômicas futuras.

A queda do nível de renda foi um dos assuntos mais evocados nas entrevistas, e para contornar ou atenuar esse problema, o apoio financeiro entre parentes é um expediente necessário. Sem a circulação de recursos materiais via esfera familiar, muitos trabalhadores

seriam incapazes de comprar mantimentos, pois não possuem outra fonte de renda e são inelegíveis ao seguro-desemprego. Essas ajudas se baseiam em um sistema de classificação de indivíduos, a partir da afinidade, da consanguinidade e da descendência, o que pode se limitar à família nuclear ou incluir a rede extensa de parentesco (Segalen, 1986). Assim, a proteção familiar traduz um modelo específico de organização das relações pessoais, em que a distribuição de direitos e deveres entre os parentes, um fenômeno que considera a posição do indivíduo na rede familiar e que possui um forte componente afetivo, combina necessidades pessoais e disponibilidade de recursos.

Quando a proteção inclui apenas os membros do domicílio, se limitando à família nuclear, as falas relatam a reorganização das contas da casa durante o desemprego, com vistas a cobrir a perda temporária da renda. O Interlocutor 15 aponta que “*até então, graças a Deus*”, não precisou recorrer a parentes fora do domicílio, pois consegue se manter com o salário da companheira, que recebe pensão por viuvez. Já o Interlocutor 10 informa que “*a gente [seu núcleo familiar] consegue se manter, nós mesmos [...] Atrasa uma [conta], quita outra, no mês seguinte quita a que ficou atrasada, e aí vou levando*”. Para que isso seja possível, o entrevistado presta bicos em uma empresa de tecnologia até que encontre um emprego fixo, enquanto sua filha trabalha em um pequeno comércio.

O núcleo familiar se basta quando consegue arcar com as necessidades mais imediatas do grupo, sem acionar outros parentes. É até mesmo comum que os desempregados enfatizem o apoio financeiro de pais, cônjuges e irmãos com quem residem, para logo em seguida, negarem receber qualquer tipo de ajuda familiar. A Interlocutora 27, por exemplo, se mantém atualmente com o salário de seu marido, mas diz recusar qualquer tipo de suporte, por estar “*bem mais velha para ficar recorrendo a familiares*”. Isso ocorre porque as entrevistas compartilham um imaginário comum, segundo o qual cada unidade doméstica é responsável por gerir suas receitas e despesas, como um grupo autossuficiente. Embora apareça como um fenômeno negativo, o desemprego provoca uma readequação no âmbito privado, em que é possível “*administrar*” a renda disponível (Interlocutor 19). Esse expediente representa uma forma de organizar e adequar os papéis familiares de provisão, diferindo bastante do envio de remessas de dinheiro de fora do domicílio, em especial da família de origem.

Nas sociedades modernas, as unidades domésticas constituem o ambiente por excelência onde os recursos são mobilizados e distribuídos. Ainda que a formação de redes extensas de parentesco seja um fenômeno comum, os domicílios configuram um ponto de partida para a organização das rotinas e para a realização de balanços financeiros. Rapp (1978) entende que as famílias são o princípio normativo mais importante de recrutamento

das unidades domésticas, como um conteúdo cultural que orienta as sociabilidades cotidianas. Esses conceitos já foram bastante revisitados por pesquisas sociológicas na América Latina, e elucidam a distinção entre o apoio material oferecido pelos familiares que corresidem e pelos familiares que não corresidem com os desempregados.

De um lado, os membros da unidade doméstica, que em todos os casos observados eram cônjuges ou parentes consanguíneos, tendem a compartilhar recursos e a decidir sobre o destino dos salários de seus membros, como uma espécie de unificação da renda familiar (Durham, 1980). É possível que rearranjos financeiros sejam capazes de cobrir a perda de renda provocada pelo desemprego, e nesses casos, o apoio familiar acompanha a própria experiência de coresidência. De outro lado, o envio de remessas financeiras por parentes de fora do domicílio é um expediente secundário, a ser utilizado quando a unidade doméstica falha em arcar com as despesas de seus membros. Dependendo dessas ajudas pode ser algo incômodo para os trabalhadores, mas que por vezes, não vislumbram alternativas para garantir a própria sobrevivência.

As entrevistas evidenciam tanto os mecanismos que garantem a circulação de entreajudas quanto a forma pela qual os indivíduos são classificados nas redes de parentesco (Kellerhals; McCluskey, 1988; Vasconcelos, 2002). É essa classificação que define, como prioridade ou condição, quem deve ser ajudado e quais indivíduos devem contribuir com o apoio financeiro. Durante o desemprego, existem arranjos considerados corriqueiros pelos indivíduos, como uma forma dentre tantas outras de garantir o sustento doméstico. Mas quando o desemprego se torna mais duradouro do que o esperado, e as outras fontes de renda se esgotam, a rede de apoio familiar é demandada a se ampliar, incluindo vínculos que anteriormente não eram responsáveis pelo trabalhador e por sua família, como tios distantes ou pais de indivíduos adultos que já formaram novas unidades domésticas.

A busca pelo apoio externo pode decorrer da própria composição doméstica, como no caso da Interlocutora 8, que é “*uma mulher solteira, sozinha*” e que depende da “*ajuda da minha mãe*” para comprar alimentos e “*pagar o aluguel*”. Mas também não é raro que núcleos familiares compostos por mais de um indivíduo dependam de recursos externos. A Interlocutora 18 afirma que “*a gente [ela, o esposo e o filho] precisa de ajuda de fora, porque semana passada meu esposo ligou para mãe dele e pediu 500 reais emprestado. Para suprir as despesas de casa. Porque o salário dele não dá*”. A fronteira que marca o lado “*de fora*” é cruzada somente em momentos de necessidade, ou quando a entrevistada, contando com um emprego registrado no ano anterior, enviava cestas básicas para parentes desempregados. Nessa época, “*quem ajudava a família era eu*”, o que a faz agora se sentir “*incapaz*”, sem poder ajudar e dependendo do apoio de parentes. O suporte material extrapola

a oferta de dinheiro, se ancorando na circulação de produtos, como em *“a minha mãe, ela sempre vai pro interior, ela manda produtos alimentícios de lá, por pessoas conhecidas, eles me ajudam nessa parte”* (Interlocutora 24).

As fronteiras entre o núcleo familiar e a rede extensa, além de variáveis, são negociadas pelos indivíduos, que consideram a intensidade e os objetivos do apoio financeiro. A Interlocutora 3 conta que, pelo menos *“até então”*, ela e o marido não permitem que seu pai pague coisas *“de dentro de casa”*. Contudo, *“ele sempre ajuda”* em outros assuntos, como o custeio da faculdade da entrevistada enquanto ela procura um emprego. A separação entre o que pode ser incluído no apoio externo merece ser enfatizada, pois antes de tudo, a formação de uma nova unidade doméstica responsabiliza o indivíduo, que deve arcar com o próprio sustento. Para aceitar ou não a ampliação da ajuda do pai, a Interlocutora 3 revela conversar diariamente com o marido, pois apenas um salário talvez não seja suficiente para sustentar o domicílio. Por enquanto, *“vai se organizando que dá tudo certo”*.

Os achados reforçam a ideia de que a esfera familiar experimenta ciclos de contração e expansão, o que se aplica a fenômenos variados, como a coresidência, o apoio financeiro e os vínculos afetivos. Essa perspectiva encontra eco em boa parte da literatura (Jelin, 1984; Stone, 2001; Hamberger, 2005; Couto, 2005), e tive chance de defendê-la em uma investigação recente, dirigida à socialização familiar entre os trabalhadores pobres (Menezes, 2018). O desemprego tensiona os projetos familiares de subsistência e mobilidade socioeconômica, o que provoca a reorganização (quando isso é possível) das estratégias de acesso a bens e serviços. Neste capítulo, o assunto traduz a forma pela qual os riscos do desemprego são socializados pelas famílias, a partir de acordos informais entre parentes, com o objetivo de diluir os impactos da perda do trabalho na rede familiar.

À cisão entre o uso da família nuclear e da rede extensa de parentesco, se soma outra, reportada à frequência das entreajudas. Por vezes, o apoio familiar ocorre de maneira pontual, e os desempregados recebem uma quantia para fazer frente às despesas. A Interlocutora 19 afirma que consegue se manter com a renda da *“minha mãe que é aposentada, e tem uma sobrinha minha que é órfã e recebe pensão por morte da minha irmã”*. Mas *“quando a gente passa por um certo aperto financeiro”*, seus irmãos *“emprestam um determinado valor, mesmo que seja pouco”*. Já a Interlocutora 25 revela que *“o pai dele [esposo] contribuiu financeiramente [...] ele fez um empréstimo, porque ele é aposentado, ele fez um empréstimo consignado no banco, e passou o valor para a gente pagar as dívidas”*. As falas vinculam o desemprego a um período de adaptação ou ajuste, quando o apoio familiar, especialmente de fora do domicílio, possibilita a reorganização das contas da casa. Mas esses favores também podem ocorrer de maneira regular, visto que as dificuldades financeiras são

persistentes e não são superadas com apenas uma remessa de dinheiro. Por estar sem emprego, o Interlocutor 26 diz que seu irmão “*sempre dá o cartão do ticket de alimentação para a gente [ele e sua esposa]. Aí ele ajuda bem, né?*”. A proteção familiar se distende no tempo e ocorre periodicamente, normalmente a cada mês, para acompanhar o pagamento das contas da casa.

É nítido que boa parte das falas toca no acesso a recursos básicos, em trajetórias nas quais a ajuda familiar serve “*para não ficar passando necessidade, passando fome*” (Interlocutor 1). Desde muito tempo, a exemplo das pesquisas mais antigas de Macedo (1979) e Woortman (1978), a literatura acadêmica brasileira tem confirmado a centralidade da alimentação para o consumo e para as relações familiares dos pobres urbanos. Se a participação no mercado de trabalho e o acesso a subsídios públicos não bastam, a vida familiar precisa mobilizar um conjunto de estratégias de sobrevivência, mirando o acesso a bens essenciais. Além de ajudarem com a compra de alimentos, as famílias são demandadas a disponibilizar ou custear moradias, em um cenário no qual o ônus excessivo com aluguel¹⁷² registrava crescimento nos grandes centros urbanos (Viana et al., 2019). A Interlocutora 22 lembra que, “*no momento do desemprego, a gente continua a pagar aluguel [...] chegou a ponto dele [o marido] ir para a casa da mãe, né? E eu ir para a casa dos meus familiares*”. A decisão se manteve até que o marido conseguisse um emprego, e a partir daí, “*a coisa se desapertou um pouco, e a gente veio se unir novamente*”. Outros arranjos são possíveis, como no caso da Interlocutora 9, que após ter perdido o emprego junto com o marido, “*minha irmã de Brasília passou a pagar nosso aluguel*”. Sem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho, a entrevistada precisou contar com uma solução definitiva, e foi aí que “*a minha cunhada me cedeu a casa dela, eu moro na casa da minha cunhada, para não pagar aluguel*”.

As falas anteriores são bons exemplos dos repertórios que estão ao alcance dos desempregados e suas famílias, com destaque para o compartilhamento de moradias e o envio de remessas de dinheiro. Dentre os objetivos do apoio familiar, o subsídio à procura por trabalho merece um exame especial. Nesse sentido, os parentes “*me dão transporte para vir*” (Interlocutora 6) e “*de vez em quando, ele [o irmão] me dá uma ajuda, quando ele descobre que eu estou vindo para o Sine andando, ele me dá o transporte*” (Interlocutora 8). Além do deslocamento, o apoio familiar possibilita a “*entrega de currículo, impressão e tudo mais*” (Interlocutora 29), elementos que são decisivos para que a procura por trabalho seja bem-sucedida. Ainda que os desempregados estejam inscritos em um serviço público, que concentra a oferta de empregos em uma instituição central e padroniza os processos

¹⁷² O ônus excessivo com aluguel é um dos componentes do déficit habitacional, junto com as habitações precárias, a coresidência familiar e o adensamento excessivo de moradores nos domicílios.

seletivos, a participação nesse serviço está condicionada às (ou pelo menos, é alavancada pelas) relações informais que se dão no ambiente familiar. Através do apoio financeiro, é justamente a família que permite que o indivíduo assuma o rótulo de desempregado, como um demandante de trabalho, e não como inativo, sem trabalho e sem condições de patrocinar a própria procura.

Algumas falas escapam dos contornos mais gerais dessa amostra, e a ajuda financeira se volta ao investimento educativo, como uma demanda de longo-prazo que ultrapassa as necessidades básicas. A Interlocutora 9 afirma que *“meu pai paga a escola da minha filha, para ela não ir para a escola pública. Ele é capaz de não aceitar”*, enquanto a Interlocutora 2 informa que *“minha irmã não tem filho, ela que custeia os cursos que meu filho está fazendo, qualquer coisa é sempre ela que está custeando”*. Já foi dito que a educação privada, via formação propedêutica e cursos suplementares, é almejada por parte dos entrevistados, e com a queda do nível de renda, o apoio de parentes serve para evitar que o desemprego afete a educação dos mais jovens. Também é possível que o investimento educativo se dirija ao próprio desempregado, como no caso da Interlocutora 25, cuja *“irmã mais velha me ajudou quando eu precisei fazer uma renegociação com a faculdade, que eu não consegui quitar”*. Se não existe apoio, e o desemprego dura muito tempo, se torna difícil, até mesmo inviável, persistir com a formação universitária. Com o *“sonho de fazer uma faculdade”*, o Interlocutor 23 não conseguia um novo emprego, e nesse período, seus familiares *“não ajudam muito”*, apenas *“com alimentação, com alguma coisa”*. Isso levou o entrevistado a cancelar a matrícula, o que o fez se sentir *“de mãos atadas”*, pois *“não tive como pagar”* a continuidade dos estudos.

Os escritos acima abordaram a circulação de recursos materiais, e de fato, a perda da renda se mostrou a maior preocupação dos entrevistados. Contudo, para além da ajuda financeira, foi possível registrar a existência de apoio não monetário, que envolve o suporte afetivo e a provisão de serviços. Sobre a primeira modalidade de ajuda, chama atenção a oferta de *“apoio emocional”*, quando parentes *“dizem que o mercado está difícil, mas que é para eu continuar buscando, tentando, que eu vou conseguir”* (Interlocutora 6). Isso foi recorrente nas entrevistas, pois o desemprego desestabiliza os trabalhadores *“tanto psicologicamente quanto financeiramente”*, e para contornar esse problema, *“meu esposo, a minha cunhada, meus pais, minhas irmãs, eles foram fundamentais”* (Interlocutora 25). Já a Interlocutora 18 afirma que permaneceu economicamente ativa desde a infância, e atualmente, por estar desempregada e não enxergar perspectivas de contratação, *“tem dia que eu me pego chorando do nada, eu estou em casa, daqui a pouco eu dou pra chorar”*. Ao se referir à presença do marido no Sine no dia da entrevista, destaca que *“ele está aqui, veio me trazer, está aqui, sentadinho mais eu. Ele só vai embora quando eu for. Então esse lado,*

da minha parceria com meu esposo, me dá uma fortaleza, me dá uma segurança, um suporte”.

Diversas pesquisas se dedicaram aos efeitos negativos do desemprego no bem-estar psicológico dos trabalhadores (Eisenberg; Lazarsfeld, 1938; Sharmir, 1986; Mousteri; Daly; Delaney, 2018). Dentre os problemas mais estudados, constam a diminuição de autoestima e da satisfação pessoal, bem como o surgimento de episódios de estresse, depressão e ansiedade, associados a um sentimento de culpa e fracasso. A literatura aponta que o suporte familiar é capaz de atenuar esses efeitos negativos, ao prover um ambiente seguro e acolhedor, incutindo nos trabalhadores um senso de comunidade (Huffmann et al., 2015; Blustein; Kozan; Connors-Kellgren, 2013). Os dados reforçam essa interpretação, merecendo ênfase o apoio frente ao desemprego de longa duração, que costuma apresentar impactos mais severos no nível de renda e nas perspectivas de futuro, além de desestruturar as rotinas pessoais.

A provisão de serviços constitui outra medida importante, sobretudo, a ajuda de parentes no cuidado de crianças, o que possibilita que os entrevistados participem de atividades fora do domicílio. Isso se aplica à procura por trabalho, pois muitos desempregados dependem desse tipo de apoio familiar para que consigam frequentar o Sine.

15 dias eu sozinha [porque o marido trabalha viajando], minha irmã fica com o bebê um pouco pra eu poder fazer as coisas [...] Aí eu tenho que me organizar com minha irmã. Bem antes, digamos, dois, três dias antes, pra ela poder ficar. Aí ela fica [...] Ela tem que se organizar, pra deixar tudo pronto, pra no dia que eu levar ele [o filho], não ter tanto transtorno, porque é uma criança, é um bebê.

Interlocutora 3, mulher, 23 anos, Ensino Superior incompleto, preta, Sussuarana

Quando eu estou aqui [no Sine], meu irmão mora próximo, entendeu? Aí eu deixo com ele [...] Que a esposa dele, quando eu saio, às vezes ela olha o menino, olha assim, mas eu não pago nada não que eu não tenho como pagar [...] Quando eu acho umas besteirinhas que eu, tenho um dinheiro pra comprar umas besteiras, deixo lá pra ela fazer a comidinha dele, entendeu?

Interlocutor 11, homem, 51 anos, analfabeto, pardo, Jardim Santo Inácio

Se for um caso assim, de ficar muito tempo, 1 semana, aí eu levo para a casa da minha irmã. Porque esse do vizinho é quando eu vou e volto logo [...] Às vezes foi trabalho, como agora mesmo, no carnaval [trabalhando no carnaval como autônoma]. Foi de dia a noite, só voltei na quarta feira mesmo para casa. Aí eles ficaram com minha irmã.

Interlocutora 14, mulher, 40 anos, Ensino Médio completo, preta, Calabetão

Vale lembrar que o Brasil conta com uma oferta insuficiente de creches públicas, o que faz com que boa parte das famílias precise contratar serviços privados em instituições ou via cuidado domiciliar (Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2020; Moser; Dal Prá, 2016). Sem condições de arcar com o cuidado profissional, muitos trabalhadores passam a depender da ajuda de parentes (Sorj, 2013; Guimarães; Vieira, 2020). Essa ajuda preenche uma lacuna

entre o Estado e o mercado, como uma espécie de proteção informal e não-monetária, e possui um forte componente afetivo, se assentando na responsabilidade familiar de ajudar e acompanhar os seus membros. Para Guimarães (2020, p. 27), as atividades de cuidado tendem a extrapolar a coresidência e a mobilizar “*formas de solidariedade tecidas em redes mais amplas*”, a partir do desempenho de trabalho reprodutivo feminino. As entrevistas corroboram com essa perspectiva e revelam a importância da socialização do cuidado para o desempenho de atividades produtivas.

Além da fluidez da fronteira entre o desemprego e a inatividade, um tema clássico na literatura sociológica (Freyssinet, 2004; Demazière, 2008), os dados revelam que as categorias “desemprego” e “família” estão interligadas nos estratos empobrecidos. Por um lado, a existência do desemprego aberto, tal como operacionalizado pelas pesquisas domiciliares, depende das entreatudas materiais e imateriais que são mobilizadas pelas famílias. Isso permite que o componente ativo do desemprego (a procura por trabalho, que possui certos custos) seja possível. Por outro lado, não é raro que o desemprego reconfigure as relações entre o indivíduo e sua família, que passa a prover renda e serviços durante a procura por trabalho. Nesse período, ocorrem ciclos de expansão ou contratação das redes familiares de entreatuda, a depender da disponibilidade de recursos e dos vínculos afetivos ao alcance dos indivíduos. No primeiro caso, a categoria “desemprego” é sempre tensionada pela inatividade e resulta das dinâmicas do mercado de trabalho e das relações familiares; já no segundo caso, o desemprego é um evento que pode vir a transformar as famílias, considerando os impactos sobre o bem-estar e as expectativas individuais e familiares de reprodução social e mobilidade socioeconômica.

Muitas famílias fornecem um suporte mais geral à procura por trabalho, garantindo as condições mínimas (dinheiro e tempo, principalmente) para que o desempregado consiga mapear as oportunidades econômicas e contactar os empregadores. A Interlocutora 12 afirma que sempre seus parentes vão “*indicando os locais para procurar trabalho, ajudando com indicação, do jeito que pode*”. Outros bons exemplos foram apresentados pelo Interlocutor 1, segundo o qual, “*minha tia trabalhava no Fórum, tinha um rapaz precisando de um rapaz para trabalhar de serviços gerais, aí ela arranhou para mim*”; e pelo Interlocutor 6, que “*tive [ajuda] de minha irmã uma vez, uma vez que eu saí daqui e não consegui oportunidade, aí fui visitar ela no ambiente de trabalho*” e foi indicado a uma vaga de emprego. Em um cenário marcado por poucas oportunidades de emprego, a contratação via trabalho familiar também se mostra um expediente relevante. O Interlocutor 17 afirma que seus tios “*são donos de bar, e eu ajudo eles enquanto não consigo uma coisa fixa*”. Em troca, o entrevistado recebe uma pequena quantia mensal, sua única fonte de renda durante a procura por trabalho.

Partindo da clássica discussão de Granovetter (1973) sobre a força dos laços¹⁷³, poderíamos entender que a família, como a representante mais importante dos laços fortes, desempenha um papel marginal na procura por trabalho, devido à “redundância” das informações que circulam entre seus nós. Por outro lado, os indivíduos relacionados por laços fracos se movem, quando comparados entre si, por ambientes distintos, o que amplia o leque de informações passíveis de mútuo conhecimento, facilitando o acesso a ocupações. Seriam os laços fracos, em contatos mais “distantes” do ego, os responsáveis por subsídios decisivos à participação no mercado de trabalho, propiciando janelas de mobilidade socioeconômica (Granovetter, 1973). Mas em texto posterior, o próprio Granovetter (1983) reconheceu que os indivíduos unidos por laços fortes se encontram mais motivados à cooperação, ao contrário do que ocorre nos laços fracos, que são dotados de recursos úteis e bem quistos, mas que não garantem o estabelecimento de entreajudas. Isso faz com que os laços fortes sejam especialmente importantes em emergências, como no caso do desemprego.

Por conseguinte, dois aspectos interseccionam as famílias e a procura por trabalho. Em primeiro lugar, se os laços fortes são, em geral, menos úteis do que os laços fracos para o acesso a informações, eles são mais seguros. Por se basearem em relações de confiança e responsabilidade, dotadas de um forte conteúdo moral, os laços fortes diminuem a resistência à circulação de recursos, propiciando conforto em cenários de incerteza (Krackhardt, 2003). E em segundo lugar, a procura por trabalho não se assenta apenas na divulgação de informações ou na facilitação de processos seletivos. Vimos que o apoio financeiro de parentes visa garantir as condições mínimas de procura por trabalho, em particular, no que se refere ao deslocamento urbano, enquanto o cuidado de crianças socializa uma demanda importante do dia a dia, o que possibilita que os desempregados saiam de casa em busca de trabalho.

Porém, o suporte familiar não é visto apenas como algo positivo. A participação no mercado de trabalho está intrinsecamente associada aos significados da vida adulta, e ao alcançar essa etapa, se espera que os indivíduos sejam autossuficientes e reconhecidos como trabalhadores produtivos. Quando isso não ocorre, e é preciso recorrer à ajuda de parentes, é comum que o suporte familiar seja acompanhado por palavras como “*vergonha*” (Interlocutor 13), “*exploração*” (Interlocutora 8), “*constrangimento*” e “*abuso*” (Interlocutor 23).

Em geral, esse fenômeno acontece quando o trabalhador se vê “*dependente de alguém*”, e precisa esperar “*que alguém me dê, que alguém faça por mim. Eu tenho que pedir [...] não é o que você queria no momento*” (Interlocutora 3). Quando a dependência é mais

¹⁷³ Para Granovetter (1973), a “força” dos vínculos reside na combinação entre o seu tempo de duração, sua intensidade emocional, a intimidade dos participantes e a quantidade dos serviços e favores incluídos nas trocas.

aguda, os trabalhadores se sentem frustrados por precisarem de suas famílias para comprar mantimentos e custear a moradia. Isso leva alguns indivíduos a evitarem “*passar algum tipo de preocupação*” (Interlocutora 24), para “*não pesar mais do que já está*” (Interlocutor 13). Ainda que o tema da dependência seja relevante nas falas dirigidas à rede extensa de parentesco, alguns desempregados lamentam sobrecarregar financeiramente os cônjuges, e somada à perda de autonomia, a dependência traduz a incapacidade de se realizar profissionalmente. Nas palavras da Interlocutora 27, sua saída do mercado de trabalho não foi acompanhada por perda da qualidade de vida, pois seu marido “*recebe muito bem*” e a balança entre receitas e despesas domiciliares continua positiva. Por outro lado, se a situação está “*tranquila para ele [o marido]*”, o mesmo não ocorre com a entrevistada, que “*ainda tenho meus sonhos, meus objetivos para concluir*”. Esse tipo de discurso trata do aporte financeiro, mas não da provisão de serviços, o que confere um estatuto particularmente negativo à incapacidade de gerar renda e de prosseguir com uma carreira estável.

Com o objetivo de equilibrar esse cenário, parte dos entrevistados se dedica a retribuir o apoio familiar, como forma de demonstrar reconhecimento e gratidão. Esse é o caso do Interlocutor 1, que “*limpava [a casa], ajudava minha mãe. Que tinha que ajudar mesmo, para agradar ela, para ela me dar uma força também*”. Ao reconhecer que seus familiares “*também não são de ferro*”, o entrevistado assegura que “*o que precisa em casa eu faço, pintar a casa, quando vejo que a casa está suja, está precisando de uma pintura*”. Essa troca entre o apoio familiar e a prestação de pequenos serviços ocorre a partir de acordos informais e implícitos, que envolvem uma compensação difusa para “*meu pai que me ajudou tanto, minha mãe que me ajudou tanto*”. Já em outros registros, a retribuição assume um sentido mais direto, e os desempregados realizam tarefas em troca do apoio financeiro. Recebendo um pagamento modesto, o Interlocutor 4 conta que “*minha tia que [me] ajuda, porque ela trabalha, e eu fico olhando meu primo*”, atividade que costuma acontecer 3 vezes por semana.

Às vezes, o desempregado se sente na obrigação de prestar contas aos parentes que lhe ajudam, como forma de evitar julgamentos depreciativos:

As pessoas acham que você está em casa, dormindo, relaxando. Então às vezes você tem que dar uma resposta, uma satisfação, tanto àqueles que te ajudam, quanto para a própria sociedade. Não, a gente está aqui, a gente está tentando, a gente não está de braços cruzados, só recebendo ajuda. Então assim, eu não vou mentir para você, eu tirei foto na frente do SineBahia às 5 da manhã, postei no grupo da família, postei no grupo dos amigos, no *Whatsapp*, no *Instagram*, nas redes sociais. ‘Ó, estou aqui, no SineBahia’.

Interlocutora 9, mulher, 38 anos, Ensino Superior completo, parda, Engenho Velho de Brotas

Sem dúvidas, a condição de desemprego é acompanhada por uma moralidade, o que demanda do trabalhador uma postura ativa em relação ao mundo que o rodeia. Isso se aplica à procura por trabalho, quando em troca do apoio material, é preciso comprovar que algumas medidas estão sendo tomadas para se inserir profissionalmente; e ao desempenho de tarefas no ambiente familiar, a partir da manutenção do domicílio e do cuidado de indivíduos dependentes. Sendo a reciprocidade um elemento fundante da vida familiar, o apoio financeiro é acompanhado por uma espécie de contraprestação, que ocorre de maneira direta ou a partir de uma postura mais geral do trabalhador, ainda que esse apoio apareça como desinteressado e associado ao vínculo afetivo que une o desempregado e seus parentes (Renaut, 2003).

Mas nem sempre a esfera familiar é capaz de amortecer os impactos da perda do trabalho, sobretudo nos casos em que o indivíduo está imerso em uma rede familiar na qual os parentes também estão desempregados. Ao tratar da falta de apoio do irmão, o Interlocutor 11 reconhece a dificuldade de *“um homem desempregado ajudar outro desempregado”*. A Interlocutora 18 apresenta queixa semelhante, pois *“quando eu estou desempregada, ninguém consegue me empregar”*. A entrevistada entende que esse problema piorou há alguns anos, e como resultado, *“o pessoal está mais restrito [...] ninguém está botando ninguém para trabalhar”*. Essa e outras falas lembram que o nível de proteção familiar depende de fatores que extrapolam o alcance direto das famílias, como os ciclos econômicos, a absorção da força de trabalho e a disposição de bens e serviços em um território (Bott, 1976; Carvalho; Almeida, 2003).

O apoio familiar à inserção profissional tende a ocorrer de maneira circunstancial entre os trabalhadores pobres, quando as oportunidades de emprego (sobretudo, no ambiente de trabalho dos parentes) são visualizadas e rapidamente compartilhadas. Em períodos nos quais as informações e as vagas de emprego estão escassas, a capacidade de intermediação familiar tende a se enfraquecer ou até mesmo a deixar de existir, pois na maior parte dos casos, os parentes não exercem uma grande influência nos processos seletivos e não possuem capacidade de obter informações privilegiadas sobre as contratações.

Além do nível de emprego e da capacidade de os parentes atuarem como intermediadores, os significados atribuídos à vida adulta condicionam o acesso ao suporte familiar. Segundo parte dos entrevistados, a vida adulta tem início com o término da escola e a entrada no mercado de trabalho. Esse foi o caso da Interlocutora 12, que durante a adolescência, *“dependia deles [familiares], estava sendo sustentada por ela [mãe], agora é diferente. Porque se eu não conseguir [um emprego], é por minha conta e risco”*. Já a Interlocutora 27 entende que não deve recorrer a parentes fora do domicílio, pois hoje ela *“tem*

sua família”, formada pelo cônjuge e filhos. A ideia de que a formação de novos arranjos familiares afasta os indivíduos da rede extensa de parentesco também foi apresentada pela Interlocutora 29, que diz não esperar o apoio do irmão, “*porque ele já é casado, ele mora mais distante de mim, e eu não incomodo tanto ele*”.

É possível que a entrada na vida adulta marque a independência, desejada ou não, do indivíduo em relação à família de origem. Entre os trabalhadores pobres, essa associação entre maioridade e autonomia individual, tal como formulada por Melser e Bock (2015), se associa tanto à escassez de recursos familiares quanto a uma moralidade específica sobre a esfera familiar durante a vida adulta. Em alguns casos, a cisão entre a família nuclear e a rede extensa traduz a capacidade dos domicílios serem autossuficientes. Mas em outros, algumas unidades domésticas possuem poucos recursos e apenas recebem ajudas esporádicas de parentes, que são insuficientes para evitar a “*barriga vazia*” (Interlocutor 1) no médio e longo prazo.

Os entrevistados atribuem significados distintos à impossibilidade de contarem com a ajuda de parentes de fora do domicílio, algo que pode ser considerado natural, típico do ciclo de vida, ou uma ameaça ao bem-estar dos desempregados. Segundo o Interlocutor 11, “*não acho ajuda de ninguém*” enquanto procura trabalho, mas isso não o leva a culpar os seus familiares, pois o homem adulto “*não pode se garantir pelos outros. Quem está lá de fora [seus parentes, além dele e da esposa] não tem nada a ver*”. Já o Interlocutor 30 relata que “*às vezes [os parentes] não olham pela gente, não olha pela sobrevivência da gente, entendeu? Para a gente se manter, não pergunta o que a gente está precisando*”. Ele prossegue, dizendo que “*cada um tem sua vida*”, mas a “*maneira correta dos irmãos*” seria “*chegar e conversar*”, e por isso, se queixa que em sua família “*ninguém procura ajudar o outro*”. Ao não contar com o apoio familiar, e sem perspectiva de conseguir um trabalho remunerado, o Interlocutor 30 lamenta que “*a fome não espera, você desempregado*”. Nessas e em outras entrevistas, existe um distanciamento entre o que a família é (o suporte material e afetivo que se encontra disponível aos trabalhadores) e o que ela deveria ser (uma visão ideal sobre a vida em família, expressa na reciprocidade e no apoio incondicional entre seus membros), o que provoca uma fragilização das condições de existência.

Até aqui, o apoio familiar assumiu uma via de mão única, que no máximo, espera uma retribuição por parte do trabalhador. Mas às vezes, as famílias demandam a atuação dos desempregados na provisão de bens e serviços. Isso ocorre a partir da ajuda financeira e do cuidado de indivíduos dependentes, com efeitos diversos sobre o nível de renda do desempregado e sua capacidade de procurar trabalho.

Mas quem mais eu ajudo é a minha mãe. Inclusive eu tenho uma casa lá em Valéria, tenho uma casa que está alugada, e o dinheiro é dela [...] Ajudar mais para remédio, médicos, que pelo SUS tá um caos, tem que pagar, alguns médicos pra exames, essas coisas. Alimentação também [...] Eu tenho uma casa própria em Valéria, só que é distante do meu ramo de emprego, aí achei melhor alugar uma casa no Rio Vermelho. Aí essa que eu tenho em Valéria está alugada e o dinheiro vai pra ela.

Interlocutor 17, homem, 33 anos, Ensino Médio incompleto, preto, Rio Vermelho

Ficou muito mais difícil [ajudar a filha durante o desemprego], então ela [a filha] está trabalhando que nem uma louca para suprir as necessidades dela, ela fez uma compra no meu cartão, não pôde pagar, meu cartão virou uma bola de neve. Eu estou fazendo acordo, mas eu sei também que ela não vai ter condições de pagar. Eu não sei como é que eu vou fazer para poder quitar esse cartão, mas eu preciso fazer isso, meu desespero mais é esse, porque eu quero ajudar a minha filha.

Interlocutora 18, mulher, 48 anos, Ensino Médio completo, parda, Bela Vista

Porque eu sigo o Sine no Insta [Instagram], e tem algumas vagas dentro do meu perfil, só que na semana passada, tem uns 15 dias, que tinha vaga, tipo, de atendente, acho que umas outras vagas, para operador de caixa, que eu tenho experiência, mas eu não tive como vir, foi uma semana que minha mãe estava doente, eu não tive como vir [...] Ela passou 15 dias aqui. Aí esses 15 dias praticamente eu não fiz nada, nem para a faculdade. Que ela não sabe andar aqui, todo médico que ia, tinha que acompanhar

Interlocutora 24, mulher, 32 anos, Ensino Superior incompleto, parda, Tancredo Neves

Nos casos observados, o cuidado de crianças é uma atividade que costuma ser compartilhada nas redes de parentesco, o que permite que o desempregado se engaje em atividades produtivas. Mas o mesmo não ocorre com o cuidado de idosos, uma responsabilidade que é entendida como intransferível, devido a dois fatores. Em primeiro lugar, quando os pais se tornam idosos, se espera que os filhos retribuam o cuidado que foi dispendido por eles no passado, e apenas ocasionalmente, essa demanda é estendida aos netos. E em segundo lugar, muitos idosos possuem rendimentos via trabalho, aposentadoria ou poupanças. Nos casos em apreço, esses recursos acabavam amortecendo os impactos das obrigações de cuidado, servindo como um arrimo para os núcleos familiares. Se o acesso a esses recursos se limitava aos descendentes diretos, o mesmo ocorria com as atividades de cuidado.

Tratando do assunto, já apontei que os descendentes diretos são os principais responsáveis pelo cuidado de idosos, particularmente as mulheres, como netas e filhas (Menezes, 2021). É preciso reconhecer a sobrecarga familiar no cuidado de idosos, em um contexto marcado pelo envelhecimento populacional, baixa participação do Estado na oferta de serviços públicos e altos custos da contratação de cuidadores profissionais (Guimarães; Hirata; Sugita, 2011; Küchemann, 2012). Sem condições de arcar com os serviços privados, os trabalhadores pobres absorvem os custos dessas atividades reprodutivas. Isso faz com que a solidariedade intergeracional, em alguns casos, prejudique a participação dos cuidadores no mercado de trabalho, devido à dificuldade de desempenhar empregos de tempo integral e de investir tempo e energia na procura por trabalho.

A proteção familiar se baseia na separação e hierarquização das tarefas produtivas e reprodutivas atribuídas a homens e mulheres (Hirata; Kergoat, 2007). No modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, os homens assumem atividades remuneradas fora do domicílio, enquanto as mulheres arcam com as tarefas reprodutivas no ambiente doméstico. No Brasil, ainda que esse padrão tenha sofrido transformações importantes a partir da segunda metade do século passado, os afazeres domésticos e de cuidado tendem a ser desempenhados pelas mulheres, que conciliam atividades remuneradas e não-remuneradas (Melo; Castilho, 2009; Sorj, 2014)¹⁷⁴. Enquanto isso, a provisão masculina conserva sua centralidade em boa parte das famílias, ao que se associa o desempenho de carreiras mais estáveis e a tomada de decisões no ambiente familiar.

Vale questionar como o desemprego afeta a divisão sexual do trabalho, ao desestruturar as rotinas pessoais e a capacidade familiar de geração de renda. A despeito de negociações pontuais entre os cônjuges, chama atenção a continuidade do modelo tradicional, mesmo durante o desemprego masculino. Evidências parecidas foram discutidas por Binns e Mars (1984) e Gush, Scott e Laurie (2015) a respeito do caso europeu.

O Interlocutor 5 sempre foi incumbido de “*manter a família*”, e agora está “*correndo atrás*” de um novo emprego. Sua esposa é a única da casa a possuir uma ocupação remunerada, como diarista, mas mesmo nesse novo cenário, o entrevistado nega assumir qualquer tarefa doméstica. Como conta, “*lá quem faz é a mulher e os meninos [...] Eu ajudo quando eu posso [...] sempre eu estou fazendo outras coisas*”. Ele explica que algumas atividades “*não tem como eu fazer, assim, comida, esses negócios assim. Não tem como, porque eu não sei muito cozinhar nem lavar roupa. Aí deixo para eles mesmos, que sabem*”. Já o Interlocutor 10 afirma que sua esposa “*trabalha dentro de casa mesmo*”, enquanto sua filha “*ajuda a fazer comida, ajuda na limpeza da casa, na arrumação, essas coisas*”. O Interlocutor 2 segue padrão semelhante e afirma que as tarefas domiciliares ficam a cargo da sua mãe, que “*é dona de casa*”, enquanto “*minha irmã ajuda na arrumação, minha esposa ajuda também*”. Seu pai é o único provedor da casa, e o entrevistado e o seu irmão, ambos desempregados, se dedicam integralmente à procura por trabalho.

Durante o desemprego feminino, o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho tende a se fortalecer, e as trabalhadoras se limitam cada vez mais às atividades domésticas e de cuidado. Essa sobrecarga das mulheres desempregadas, discutida anteriormente por

¹⁷⁴ Sorj (2014) acrescenta que a participação feminina no trabalho reprodutivo e não-remunerado possui uma clivagem de classe, visto que as mulheres que vivem em famílias com renda per capita elevada dedicam menos horas semanais aos afazeres domésticos. Isso acontece porque essas mulheres usufruem de bens tecnológicos e da prestação de serviços remunerados por empregadas domésticas, além de possuírem menos filhos do que as mulheres pobres.

Lippe, Treas e Norbutas (2017), revela que a participação feminina nas atividades produtivas é condicionada à geração de renda. Quando esta é obstruída, as mulheres são demandadas a restringirem a procura por trabalho e a assumirem funções reprodutivas. É assim que o cotidiano da Interlocutora 3 “*está se resumindo no bebê, se resumindo na casa. Não era o que eu queria [...] Eu acho que a gente precisa separar as coisas também, você precisa ter outras atividades*”. A Interlocutora 27 trata do mesmo assunto, e diz que seu marido “*não quer que eu trabalhe [...] Ele quer que eu fique dentro de casa o tempo todo. E eu não sou assim*”. Se as mulheres se dedicam ao trabalho doméstico durante o desemprego, o mesmo ocorria quando exerciam ocupações remuneradas, e muitas precisavam conciliar o “*trabalho, o estudo e os afazeres domésticos*” (Interlocutora 25).

Durante o desemprego masculino, os trabalhos remunerados tendem a não ser substituídos pelas atividades domésticas e de cuidado, e o tempo excedente é dedicado à procura por trabalho. Mas se tornar dependente da família, tanto a de origem quanto a produzida pelas relações conjugais, destoa do imaginário masculino sobre os papéis doméstico, o que intensifica a perda de autoestima durante o desemprego. O Interlocutor 28 desabafa que “*um cara desse, estar bancado por mulher, eu não gosto [...] homem tem que estar trabalhando. Homem, se não trabalhar, não é nada. Não é nada. Esse é o meu caso*”. Ao formar uma nova unidade doméstica, o Interlocutor 11 entende que “*você tem que se garantir, entendeu? Você tem uma família, tem uma mulher, tem filho, você tem que se garantir [...] quem é o cabeça da casa é o homem, a gente tem que correr atrás*”, caso contrário, “*não tem nada feito*”. Se o papel masculino está diretamente associado ao desempenho da provisão doméstica, o desemprego provoca perda de identidade e se manifesta como uma derrota pessoal, quando um homem adulto é incapaz de prover para si e para sua família (Forret; Sullivan; Mainiero, 2010).

Vale ressaltar que os papéis familiares são passíveis de negociação cotidiana, em uma interface entre as relações de autoridade e solidariedade (Couto, 2005). Ainda que represente um padrão minoritário, alguns homens e mulheres relataram a participação masculina nos encargos domésticos. O Interlocutor 28 afirma que sua esposa só tem tempo para “*trabalhar e dormir*”, e por isso, “*eu faço tudo*” em casa. Já a Interlocutora 9 conta que “*eu estudo o dia inteiro*”, enquanto o seu esposo, que também está desempregado, “*fica com as coisas da casa. Ele faz a comida, limpa a casa, leva a nossa filha na escola, pega ela na escola. E aí quando é umas 5 horas da tarde, eu ensino o dever*”.

Nas falas acima, o desemprego provocou uma inflexão na vida conjugal, e visto que as mulheres estão ocupadas ou possuem maiores chances de inserção profissional, por serem mais escolarizadas, os homens foram levados a assumir o trabalho reprodutivo. Esses

casos ilustram decisões práticas sobre como maximizar a renda familiar, bem como mudanças no campo dos costumes, que propiciaram o surgimento de novos modelos de organização doméstica. Para algumas famílias, a maximização da renda é o objetivo mais importante, o que leva os casais a mapearem as oportunidades econômicas ao alcance de cada cônjuge. Isso explica por que alguns homens, que vislumbram piores perspectivas de contratação do que suas esposas, absorvem a demanda pelo trabalho reprodutivo.

7.4. Considerações finais

Este capítulo analisou uma série de entrevistas realizadas em 2019 na agência central do SineBahia em Salvador, com o objetivo de discutir as experiências de desemprego e suporte familiar entre os trabalhadores pobres. De início, afirmei que os significados atribuídos ao desemprego variam bastante no interior da força de trabalho, fenômeno que se tornará especialmente visível na medida em que ganhe corpo a comparação entre os trabalhadores inscritos no Sine e os indivíduos matriculados na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB). Mas mesmo neste capítulo, em que as distâncias na hierarquia social não eram tão proeminentes, vimos como as falas divergiram em pontos importantes, tanto no que diz respeito aos impactos do desemprego quanto no que se refere aos repertórios (via Estado, mercado de trabalho e esfera familiar) que são mobilizados após a perda do trabalho.

As trajetórias dos trabalhadores inscritos no Sine são irregulares, e é rara a construção de identidades profissionais. Por sua vez, a procura por trabalho costuma aparecer como uma iniciativa emergencial, pela qual o trabalhador implementa medidas diversas e precisa aceitar qualquer tipo de emprego, devido à ausência de reservas financeiras e à baixa capacidade familiar de geração de renda. O Bolsa Família e o seguro-desemprego representam subsídios importantes, ainda que o desempenho de trabalhos informais, uma experiência característica dos grupos menos escolarizados, prejudique a elegibilidade a este último. Também foi comum a conciliação entre a prestação de “bicos” e a procura laboral, o que evidencia a existência de uma fronteira porosa entre o trabalho e o desemprego na base do mercado de trabalho.

No que concerne à circulação familiar de bens e serviços, a pesquisa dedicou atenção especial ao caráter estratégico das relações familiares, com ênfase na coordenação de recursos e na satisfação de necessidades pessoais em contextos de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. Se o desemprego traduz a precarização das condições de vida, a magnitude desse efeito é desigual. Não é exagero afirmar que o desemprego

apresenta facetas diversas a depender o perfil do trabalhador. Nos casos mais “brandos”, os entrevistados relataram uma desorganização das finanças familiares, atestando mudanças nos padrões de consumo, endividamento e incapacidade de investir na educação privada. Já nos casos mais graves, o desemprego foi acompanhado pelo prejuízo à compra de bens essenciais, como alimentos. Esta última experiência afetou os desempregados que eram os principais provedores das unidades domésticas e enfrentavam obstáculos no acesso a subsídios públicos e recursos familiares.

A proteção familiar difere tanto em sua extensão, ao abarcar apenas a família nuclear ou incluir a rede extensa de parentesco, quanto em sua duração, ao ocorrer periodicamente ou de maneira pontual. O auxílio financeiro foi a modalidade de apoio mais evocada, com vistas a cobrir a perda de renda por meio do suporte à compra de bens essenciais, do custeio de moradias e do patrocínio à procura por trabalho. Já a prestação de serviços possibilitou o engajamento dos desempregados em atividades externas ao domicílio, merecendo destaque o cuidado de crianças, face a inexistência ou insuficiência dos serviços públicos de cuidado. O apoio emocional e a indicação a empregos complementam esse panorama, ainda que esta última iniciativa tenha assumido um alcance limitado em algumas trajetórias, devido ao fechamento de postos de trabalho e ao caráter circunstancial dessas indicações.

As entrevistas evidenciaram a preponderância de um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, fundado na provisão masculina e no trabalho reprodutivo feminino, ainda que tenha sido possível anotar a existência de arranjos familiares alternativos. No caso das mulheres, o desemprego foi acompanhado por uma intensificação do trabalho reprodutivo, visto uma associação, para esse grupo, entre o trabalho produtivo e a geração de renda. Por outro lado, ainda que a renegociação dos papéis familiares tenha sido pouco frequente, essas experiências são analiticamente interessantes, na medida em que elucidam o mapeamento familiar dos recursos e oportunidades disponíveis. Vimos que o desempenho de tarefas domésticas e de cuidado por parte dos desempregados homens aconteceu, sobretudo, quando suas esposas estavam ocupadas ou possuíam maiores chances de inserção profissional. Em suma, o suporte familiar, material e afetivo, se baseia em uma (re) divisão familiar de tarefas, ancorada nos papéis de gênero.

8. Desemprego e proteção familiar entre profissionais com formação superior: os ex-alunos da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB)

Vimos, até aqui, que o desemprego constitui uma ameaça ao bem-estar das famílias. Entre os pobres, pode inviabilizar o acesso a bens e serviços básicos, sobretudo quando a proteção pública falha em amortecer os impactos socioeconômicos das demissões e do desemprego duradouro. Não à toa, os estudos sociológicos sobre o desemprego costumam focar nas classes populares, que são especialmente vulneráveis às flutuações do mercado de trabalho e à deterioração das condições de vida. O outro lado da moeda tem sido a pouca atenção dada ao desemprego entre os profissionais especializados e com renda elevada. Ainda que esse grupo não seja suscetível às consequências mais severas do desemprego, sua inclusão como objeto de pesquisa amplia o campo de estudos sobre estratificação social.

Com isso em mente, desenvolvi entrevistas semiestruturadas com bacharéis em Direito que haviam frequentado a Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e que buscavam ingressar na sua carreira profissional. Apesar de certa diversidade na construção da amostra, os entrevistados contam com alto investimento educativo e acesso estável a recursos. Os significados atribuídos ao desemprego assumem peculiaridades em relação aos trabalhadores pobres. Isso vale tanto para os impactos do desemprego no cotidiano dos trabalhadores e suas famílias quanto para os projetos familiares de reprodução social.

É tentador classificar esses indivíduos como de classe média, um conceito que costuma ser fugidio. Estanque (2017) define a classe média como um agregado heterogêneo de categorias sociais, reunindo indivíduos em trabalhos não-manuais e que desfrutem de bens culturais e boas oportunidades econômicas. No Brasil, o senso de pertencimento à classe média decorre da experimentação de “um padrão de vida estável”, que se traduz na formação universitária, em rendimentos expressivos e no acesso a ambientes de lazer e casa própria (Salata, 2015, p. 131). O emprego exerce um papel decisivo na classificação objetiva da classe média, ao definir os salários, o conteúdo do trabalho e a posição hierárquica na estrutura ocupacional (Cardoso; Préteicelle, 2017).

Neste capítulo, todos os entrevistados possuem formação superior na área do Direito, pleiteavam vagas em concursos públicos e haviam estudado em uma instituição privada com alto valor de matrícula. Contudo, a origem familiar e as trajetórias ocupacionais variam bastante, o que permite enquadrar os entrevistados em um leque relativamente amplo

de estratificação socioeconômica, que inclui desde uma classe média baixa até as camadas superiores da sociedade soteropolitana. Isso não diz tanto respeito às suas ocupações, que por vezes, são transitórias e visam garantir alguma experiência profissional durante a preparação para concursos públicos; mas às condições de existência que são fomentadas pelas famílias, em particular, via ocupação dos pais e transmissão intergeracional de recursos.

Em vez de delimitar uma classe específica, que serviria como ponto de partida para o estudo, me pareceu mais útil adotar uma perspectiva indutiva, apontando quais experiências eram compartilhadas pelos entrevistados. Na amostra, três experiências sintetizam as condições de vida durante o desemprego: *i*) a satisfação das necessidades básicas é algo garantido pelas famílias, sem nenhum prejuízo provocado pela perda do trabalho ou pelo desemprego prolongado; *ii*) o investimento educativo realizado pelas famílias é significativo e acompanha as trajetórias, mesmo durante a vida adulta; e *iii*) a dedicação profissional representa um projeto palpável de reprodução e mobilidade socioeconômica. Já outros fatores ilustram a diversidade interna da amostra, como o alcance dos investimentos familiares, as posições nas redes de parentesco e os tipos de suporte familiar ao alcance dos entrevistados.

De início, o capítulo introduz o campo da pesquisa, o perfil dos entrevistados e as escolhas metodológicas. Em seguida, as falas são analisadas a partir de dois grandes temas, abordados em tópicos separados. O primeiro trata do investimento na formação superior e as trajetórias dos trabalhadores no mercado jurídico, enquanto o segundo discute o suporte familiar durante a procura por trabalho. Esses temas elucidam como desempregados com formação universitária e que compõem um nicho profissional agenciam o acesso a oportunidades econômicas, apoio social e subsídios públicos, e qual o papel das famílias nesse processo. Um último tópico sumariza as contribuições mais importantes do capítulo.

8.1. A EMAB e a procura por trabalho entre os profissionais do Direito

A Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) foi fundada em 1982, por meio de um convênio entre o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e a Associação de Magistrados da Bahia (AMAB). Seu objetivo é aperfeiçoar a formação dos magistrados e preparar os bacharéis em Direito para o ingresso na carreira jurídica via concursos públicos. Desde a sua

fundação, a EMAB sedia suas atividades em Salvador (BA), em Nazaré, um bairro de classe média afluyente onde se localiza o Fórum Ruy Barbosa¹⁷⁵.

Meu primeiro contato com a EMAB ocorreu no final de 2018, quando apresentei o projeto de pesquisa e me reuni com representantes da Escola. Em janeiro de 2019, após o retorno positivo da presidência e de membros do corpo técnico, obtive uma lista com o nome e o *e-mail* de todos os estudantes matriculados em cursos preparatórios nos anos de 2017 e 2018¹⁷⁶. Esses 148 indivíduos foram informados dos objetivos da pesquisa e dos temas que seriam abordados nas entrevistas. Nos casos em que obtive uma resposta positiva, perguntei qual seria o ambiente mais confortável para a realização das entrevistas, o que levou os bacharéis a escolherem espaços públicos, o ambiente de trabalho ou a própria residência.

Ao todo, 21 indivíduos demonstraram interesse em participar da pesquisa. Considerei esse número satisfatório, tendo em vista as dificuldades de um primeiro contato virtual, mesmo que mediado pela Escola. As entrevistas foram menos numerosas do que as desenvolvidas no Sine, mas costumaram ser mais longas, pois as condições foram propícias para que os entrevistados se sentissem preparados e à vontade¹⁷⁷. Todas as entrevistas foram transcritas e avaliadas após a coleta de dados, o que me permitiu constatar a densidade do material coletado, sem a necessidade de buscar outros interlocutores. O saldo foi a produção de uma amostra qualitativa do tipo contraste-saturação, formada por um número intermediário de relatos orais que foram agrupados em torno de eixos temáticos (Pires, 2014).

No Sine, havia sido possível conduzir as entrevistas durante a procura por trabalho. Já neste capítulo, os trabalhadores foram entrevistados um certo tempo após a procura, quando muitos já exerciam ocupações remuneradas. Isso me levou a adotar um olhar narrativo, abordando a trajetória dos trabalhadores desde a formação universitária. Os períodos de desemprego eram enfatizados ao longo da conversa, quando eu aproveitava para indagar sobre as estratégias de procura por trabalho, as expectativas profissionais, o investimento educativo e as relações familiares.

As narrativas atribuem significados às experiências pessoais a partir do lugar que os indivíduos ocupam (ou imaginam ocupar) no presente. Isso confere uma certa unidade aos discursos, que transmitem identidades pessoais e visões de mundo (Ricoeur, 1997; Lechner, 2009). Veremos que algumas identidades “típicas” são recorrentes, como o advogado

¹⁷⁵ Até 2000, o Fórum Ruy Barbosa era o centro do Poder Judiciário da Bahia. Desde então, passou a sediar apenas a primeira instância e algumas unidades judiciárias.

¹⁷⁶ Em 2019, a EMAB não ofereceu cursos, pois sua sede estava passando por reformas.

¹⁷⁷ Nesse caso, a partir de entrevistas conduzidas em um horário marcado e no local de escolha dos entrevistados, enquanto as entrevistas do capítulo anterior foram realizadas em um local público e durante a procura por trabalho.

excluído do mercado de trabalho ou o indivíduo que, com esforço e auxílio da família, conseguiu ser aprovado em um concurso público.

Ao conduzir e analisar as entrevistas, me interessei em como os indivíduos mobilizam o tema do desemprego para elaborar suas identidades. Era comum que a advocacia fosse exercida durante a preparação para concursos públicos, e alguns entrevistados não possuíam clientes ou renda, mas se definiam como advogados ativos. Nesses casos, uma forte identidade profissional pode suplantar o reconhecimento de si como desempregado. O assunto evidencia a fluidez das fronteiras entre o trabalho e o desemprego, no caso dos trabalhadores por conta-própria com formação superior. O mesmo pode ser dito sobre a separação entre o desemprego e a inatividade, considerando as dificuldades de se observar a procura por trabalho durante a captação de clientes e a preparação para concursos públicos.

Os entrevistados responderam um questionário socioeconômico, disponível no Anexo 9, e um roteiro semiestruturado, disponível no Anexo 10. Já o Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido pode ser lido no Anexo 11, enquanto o Anexo 13 apresenta os resultados do questionário socioeconômico. A amostra foi composta por 12 homens e 9 mulheres, com idade entre 27 e 63 anos. Como era de se esperar, todos os entrevistados possuem Ensino Superior completo, pois esta é uma condição para a matrícula nos cursos preparatórios da EMAB. A maior parte dos entrevistados (12) se declarou de cor parda, 6 se reconheceram como brancos, 2 como pretos e 1 como indígena. Ao contrário do observado entre os trabalhadores do Sine, chama atenção a existência de brancos e a baixa frequência de pretos, devido à associação entre raça e indicadores socioeconômicos. Já a sobre representação de pardos, na cidade de Salvador, explica a frequência elevada desse grupo na amostra¹⁷⁸.

As residências possuem boa infraestrutura, e nos bairros com alta desigualdade interna, como Mata Escura e Cabula, os entrevistados moravam em locais bem equipados, como condomínios fechados e prédios novos. Apenas dois trabalhadores se reconheciam como desempregados no momento de realização das entrevistas, ainda que muitos, classificados como advogados, não possuíssem uma clientela permanente, o que explica o salário “variável” informado no Anexo 13. Outros entrevistados estavam mais bem posicionados no mercado de trabalho, exercendo funções como profissionais liberais e empregados do setor público. As diferenças no tipo de emprego e na composição familiar resultaram em uma renda domiciliar bem diversa, com variação entre R\$3.300 (que, nesse caso, se somava aos recursos familiares externos à unidade doméstica) e R\$60.000. Mesmo

¹⁷⁸ Segundo os microdados da PNAD-C, no primeiro trimestre de 2019, 48% da força de trabalho soteropolitana com formação universitária era parda, contra 28,9% no restante do país.

nos piores cenários, quando os entrevistados ocupavam posições instáveis no mercado de trabalho e não desfrutavam da renda de outros parentes, os valores superaram os rendimentos familiares dos trabalhadores inscritos no Sine¹⁷⁹.

8.2. Trajetórias educacionais e participação no mercado de trabalho

As sociedades modernas promoveram um fenômeno historicamente novo: o estabelecimento da carreira profissional como um meio de gerar renda e ascender socialmente (Barbosa, 1998). A profissionalização passou a ser decisiva para a estratificação social e demandou a criação de um sistema educacional inteiramente dedicado à moderna divisão do trabalho (Larson, 2013). É a partir desse modelo alocativo (no caso, ao direcionar indivíduos às carreiras profissionais) que a escolarização das camadas médias e superiores ganha significado. O resultado é uma forma típica de reprodução e mobilidade socioeconômica entre as famílias não-proprietárias, que embora possuam recursos e sejam capazes de investir na trajetória dos seus membros, não detém os meios de produção de riquezas.

Os ex-alunos da EMAB descrevem a formação universitária como uma sucessão natural do Ensino Médio. Com poucas exceções, foi isso o que seus parentes fizeram quando estavam prestes a atingir a maioridade. Além disso, o meio universitário atesta a passagem da adolescência para a vida adulta, o que explica a naturalização e aparente inevitabilidade desses percursos. O investimento educativo persiste até mesmo após a obtenção do diploma, por meio de cursos preparatórios e de qualificação profissional, a fim de garantir que os entrevistados logrem trajetórias bem-sucedidas no mercado de trabalho.

Em pesquisa anterior, afirmei que as trajetórias nos estratos médios assumem um caráter “etapista”, com sentidos e papéis bem específicos atribuídos à infância, à adolescência e à vida adulta (Menezes, 2022). As entrevistas corroboram essa afirmação, mas apresentam nuances sobre o assunto. A formação escolar é a única responsabilidade dos entrevistados até que a inserção profissional seja possível, o que marca uma nova etapa nas biografias pessoais e nos projetos familiares de acesso a recursos. Mais do que qualquer outro fenômeno, o investimento educativo fundamenta a distribuição de direitos e responsabilidades nas redes de parentesco. A desobrigação financeira permite que os jovens adultos se

¹⁷⁹ Com exceção de um único entrevistado no Sine, que possuía renda familiar de aproximadamente R\$5.000, superior a cinco ex-alunos da EMAB.

dediquem integralmente à obtenção de diplomas e certificados, bem como ao acúmulo de conhecimentos entendidos como úteis. Ainda que os entrevistados desejem percursos lineares entre a formação escolar, a entrada no mercado de trabalho e a independência financeira, existem movimentos pendulares entre o mercado de trabalho e as instituições educativas, sobretudo quando o indivíduo precisa investir em seu currículo para se tornar mais competitivo.

Muitas famílias incentivaram a matrícula em cursos de Direito, devido ao renome do campo jurídico e à percepção de que esse mercado oferece boas oportunidades. A Interlocutora 45 conta que *“eu não queria fazer Direito, não queria de jeito nenhum. Aí minha mãe me encheu o saco [...] aí de tanto ela ficar me enchendo meu saco, eu ‘tá, vou botar em uma faculdade”*. Diversas falas sublinharam a importância das famílias na escolha do curso. Por vezes, essa escolha representa a continuidade de uma tradição familiar, quando parentes *“já tem histórico no Direito”* e exercem *“uma influência muito grande para seguir”* no curso (Interlocutor 50). Um grupo menor de entrevistados decidiu iniciar a carreira jurídica após exercerem outras ocupações, prezando pela satisfação pessoal ou por melhores salários, como uma forma de *“não ficar por baixo”* (Interlocutor 51).

Dentre os fatores que determinam a escolha profissional, talvez o mais importante seja a elaboração de mapas cognitivos sobre o mundo do trabalho (Cohen-Scali, 2003). Esses mapas são formados durante as biografias e conjugam representações sobre as carreiras profissionais. As famílias e as instituições escolares influenciam não apenas o momento específico da escolha de uma profissão, pois fomentam, ao longo das trajetórias, a transmissão de valores sobre as possibilidades de se obter prestígio, satisfação pessoal e retorno financeiro no mundo do trabalho. A escolha de carreira, sucedida por uma forte identidade profissional, é uma ideia decisiva para o planejamento das rotinas pessoais e familiares nas camadas médias e superiores. O mesmo não ocorre entre os trabalhadores pobres, para os quais a inserção ocupacional atende a outros imperativos, como o acesso emergencial a recursos e o aproveitamento das poucas oportunidades disponíveis.

As famílias arcam com a matrícula em escolas particulares, a inscrição nos cursos preparatórios da EMAB e o pagamento de mensalidades em cursinhos pré-vestibulares e em faculdades privadas. Como uma estratégia de reprodução de classe, essa conversão de capital econômico em capital cultural configura um tema já clássico na literatura sociológica (Bourdieu, 2001; 2007). As evidências sugerem um tipo específico de socialização familiar, no qual a circulação de recursos se combina com uma ideia prospectiva de projeto profissional, garantindo o sustento dos bacharéis e sua dedicação em carreiras capazes de viabilizar retornos econômicos futuros. Como diz a Interlocutora 33, é preciso que *“a gente”*

(no caso, ela e sua mãe) persista investindo na sua própria trajetória, para que possa “colher os frutos” e ver “sair o nome no Diário Oficial”¹⁸⁰.

Durante o curso superior, muitos entrevistados conciliavam os estudos com estágios “remunerados e sem remuneração”, que eram oferecidos por órgãos públicos e escritórios de advocacia (Interlocutora 40). Esses estágios quase não eram relevantes para a renda doméstica, servindo apenas para melhorar o currículo e garantir uma pequena quantia, a ser gasta com o que os entrevistados bem desejassem. Os estágios costumavam refletir empregos precários que são definidos pejorativamente como “office boys de luxo” (Interlocutor 31), visto que demandavam o transporte de documentos entre os escritórios de advocacia e as instituições do Sistema Judiciário. Mesmo assim, esses estágios constituíam uma iniciação no mundo jurídico, ao permitir o aprendizado prático e o acesso aos primeiros contatos profissionais.

Quando os bacharéis percebiam que esses estágios “iriam me consumir muito tempo”, acabavam pedindo o desligamento, a fim de permanecer “me dedicando exclusivamente para a faculdade” (Interlocutor 38). A disponibilidade de recursos familiares tornava essa escolha possível. A formação educacional costuma se basear na desobrigação financeira, o que nas camadas médias e superiores, configura uma estratégia de longo-prazo de acesso a recursos, com o objetivo de garantir o sucesso profissional dos jovens e boas posições no mercado de trabalho (Romanelli, 1995; Nogueira, 2010; Massi; Muzzeti; Suficier, 2017). Mas ilustrando a diversidade da amostra, alguns entrevistados precisaram trabalhar durante a formação universitária. Isso acontecia quando esses indivíduos exerciam funções importantes de provisão doméstica, por serem mais velhos e possuírem filhos, o que tornava a conciliação entre o trabalho e os estudos “bem complicada” (Interlocutora 47).

A maior parte dos entrevistados avaliou negativamente as condições do mercado de trabalho. Existe certa dissociação entre as expectativas elaboradas durante a formação universitária e as oportunidades reais do mercado jurídico. Se as carreiras são dotadas de *status* e permitem, pelo menos para alguns, a obtenção de bons proventos, os bacharéis de Direito também têm se deparado com um cenário altamente competitivo e com poucas oportunidades.

No Brasil, tem quase uma população de advogados mundial. Então hoje tem mais demanda de massa, então alguns escritórios ficam incumbidos de pegar a maioria das causas. A perspectiva da advocacia não é boa, não é boa. É muito difícil na verdade, agora claro, o Direito é um patrimônio cultural, pode vir um cara brilhante e vai crescer e vai fazer firma de advocacia.

Interlocutor 36, homem, 32 anos, Ensino Superior completo, pardo, Pituba

¹⁸⁰ Ou seja, ser aprovada em um concurso público.

Oportunidade, assim, para você trabalhar para alguém é um pouco complicado. Porque você não tem uma carteira assinada, uma garantia de nada. Você não pode tirar férias e tal. Eu acho que o mercado, ele está bem saturado de advogado, mas eu acho que tem muito campo [...] Eu vejo um campo bom. Apesar da crise ter chegado com força. Tem muitos escritórios bons que estão fechando as portas. Muita gente alugando sala porque tinha uma estrutura muito grande, aí foram perdendo cliente por conta da crise. Quem trabalha com empresa de médio e pequeno porte que está falindo, complicado.

Interlocutora 44, mulher, 35 anos, Ensino Superior completo, parda, Rio Vermelho

Hoje tem muitas faculdades de Direito, em cada esquina tem uma faculdade de Direito, então o mercado está se enchendo de profissionais bacharéis em Direito [...] Eu comecei a participar dos concursos ano passado, é loucura, você vai para São Paulo, fazer Tribunal de Justiça de São Paulo, é 20.000 candidatos pra pouquíssimas vagas. Aqui no tribunal acho que foram 10.000 candidatos, 12.000 candidatos. Então a quantidade de concurseiros hoje é muito grande. E é o que o pessoal está tentando, não dá certo na área da advocacia, porque o mercado realmente não está comportando, os valores são muito baixos, entendeu? E aí estão indo para a área do concurso. Que são as duas vertentes hoje que dá para fazer.

Interlocutora 49, mulher, 29 anos, Ensino Superior completo, parda, Pituba

Em linhas gerais, os entrevistados enfatizam a oferta massiva de força de trabalho, ao que se soma uma queda da demanda por mão de obra durante a crise econômica de 2014-16. Palavras como “*inchado*” (Interlocutor 38) e “*saturado*” (Interlocutora 49) são utilizadas para descrever as condições do mercado jurídico. Os advogados recém-formados costumam enfrentar dificuldades adicionais, sendo preteridos nas contratações. Esse foi o caso do Interlocutor 46, que ao procurar trabalho, era indagado pelas firmas de advocacia sobre sua experiência profissional. Por estar no início da carreira, ouvia que “*você não serve para a gente*”. Ainda assim, as falas ponderam que o campo jurídico é bem estruturado, oferecendo boas oportunidades para os profissionais em ascensão, via concursos públicos ou criação de firmas.

As relações de trabalho nos escritórios de advocacia são bastante criticadas. A Interlocutora 33 afirma que “*é impossível você trabalhar e viver com dinheiro de escritório*”, o que a obriga a empreender “*causas por fora*”. Como segue, “*a gente acha que vai arranjar emprego rápido e não é assim, os escritórios cada dia mais estão escravizando, se essa é a palavra, pagando salários ínfimos*” (Interlocutora 44). As firmas também “*não pagavam os direitos trabalhistas*”, e após a demissão, o advogado “*sai com uma mão na frente e outra atrás*” (Interlocutor 46). Esses fatores tornam a carreira jurídica “*extremamente decepcionante*”, pois o estudante é levado a acreditar que o mercado de trabalho possui uma “*aceitação muito grande*” de novos profissionais (Interlocutor 50). Mas ao obter o diploma, o recém-formado precisa aceitar “*subempregos qualificados*”, que não oferecem nenhum tipo de proteção ou garantia. Isso surpreende os jovens, que desfrutaram de tanto investimento familiar durante a formação universitária.

Frente ao avanço da formação universitária, muito tem se discutido sobre a redução dos prêmios educacionais, o aumento da desigualdade socioeconômica entre os graduados e o desajuste entre as expectativas profissionais e a participação no mercado de trabalho (Figueiredo et al, 2015; Costa; Ferri, 2018). É nesse cenário que os entrevistados avaliaram negativamente suas chances de inserção profissional. Por outro lado, muitos entrevistados eram oriundos de famílias abastadas, e por isso, podiam recusar empregos indesejados e planejar cuidadosamente a entrada no mercado de trabalho. O desemprego não põe em xeque a sobrevivência do grupo doméstico, e nem submete os padrões familiares de consumo a mudanças substanciais, despontando mais como uma dificuldade pessoal e passageira, que demanda tempo e investimentos para ser suplantada.

Ainda que boa parte das falas tenha criticado o mercado jurídico, o que explica a matrícula na EMAB e a tentativa de ingressar no funcionalismo público, alguns entrevistados conseguiram obter bons empregos. O Interlocutor 39 afirma que um cargo no Tribunal de Justiça da Bahia *“me deu outra perspectiva de vida, tenho condições de trabalho muito melhores. Primeiro, a nível de remuneração. Segundo, a nível de produção mesmo, porque me dá a tranquilidade de não trabalhar com prazos”*. Já a Interlocutora 49 entende que *“meu salário é bom, comparado à média nacional”*, mas lamenta o fato de que seu emprego comissionado como assessora do Tribunal de Justiça *“não tem segurança, não passa essa segurança para a gente”*. Sem dúvidas, os vínculos empregatícios são diversos, o que evidencia as diferentes perspectivas de carreira, a capacidade de fazer planejamentos de longo prazo e o acesso (ou não) às políticas de proteção que acompanham o assalariamento.

No Brasil, as ocupações informais funcionam como um “colchão” para os indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal (Neri; Fontes, 2010; Barbosa, 2019). Sobre o assunto, boa parte da literatura acadêmica tem focado nas experiências dos trabalhadores pobres e menos escolarizados, que em face da ausência ou insuficiência de subsídios públicos durante o desemprego, precisam exercer ocupações sub-remuneradas e menos produtivas. Mas também nos estratos médios, a informalidade constitui um meio de gerar renda no curto prazo,

Esse foi o caso do Interlocutor 34, que após terminar a faculdade, atuou como advogado para adquirir autonomia e não sobrecarregar os pais. Após alguns anos, percebeu que *“o pessoal [seus colegas] que estava estudando para concurso público estava em situação melhor”*, o que o levou a *“focar e estudar só para concurso, que é melhor para mim”*. A Interlocutora 41 se deparou com condições um pouco diferentes, e conta que *“eu tive que começar a trabalhar, porque precisava me sustentar. Porque meu pai faleceu quando eu estava entrando na faculdade”*. Como complementa, *“todo mundo ia fazer concurso, as*

peças que tinham mais condições, e eu, infelizmente, tive que entrar no mercado de trabalho jogada, né? Precisava ganhar dinheiro. E aí me advoguei logo". Nesses casos, a advocacia representa uma tentativa imediata de obtenção de renda. Ainda assim, as trajetórias se desenrolam de maneira relativamente confortável e previsível, o inverso do que costuma ocorrer entre os trabalhadores pobres, cujas trajetórias profissionais são constantemente atravessadas por rupturas e experiências de privação material.

O trabalho por conta-própria materializa uma ideia prospectiva de carreira, que conjuga especialização profissional (responsável por formar um nicho de mercado, vedado aos indivíduos sem formação universitária) e um investimento gradativo no próprio-negócio. De fato, o trabalho por conta-própria não se limita à renda que pode ser auferida no presente, traduzindo, de maneira mais ampla, a consolidação do lugar do bacharel no mercado jurídico. Exemplos ilustrativos podem ser lidos em "*you tem que plantar, regar, para depois colher [...] eu comecei com consumidor e fui indo pra outras áreas, no direito civil, quando eu fui ver, já estava fazendo coisa eleitoral, até situações criminais eu faço*" (Interlocutor 46); e "*eu fui devagarinho, fazendo algo mesmo para mim, alguns processos aqui, outras indicações, parcerias com alguns colegas*" (Interlocutora 44).

O trabalho informal é uma experiência heterogênea, no que diz respeito aos níveis de renda e às condições de trabalho (Vianna, 2006; Santiago; Vasconcelos, 2017). Isso se aplica às diferenças observadas entre os trabalhadores inscritos no Sine e os ex-alunos da EMAB, bem como à pluralidade de experiências neste último grupo. Sob o rótulo do trabalho informal, são reunidos os indivíduos com empregos não-registrados em escritórios e os trabalhadores por conta-própria sem formalização. Também são classificados como informais os projetos de carreira de longo-prazo e as iniciativas provisórias, como no caso dos advogados que buscam alguns poucos clientes enquanto estudam para concursos públicos. Com efeito, os rótulos que são aplicados às ocupações, como por meio das pesquisas domiciliares, não esgotam as desigualdades que caracterizam as trajetórias individuais no mercado de trabalho.

A advocacia recebeu significados destoantes por parte dos bacharéis. A Interlocutora 42 confessa que "*a advocacia não me encanta, quero minha estabilidade ainda, sonho com o meu concurso, só não estou conseguindo estudar pra ele [...] eu detesto a instabilidade da advocacia, eu não gosto mesmo*". Outras falas foram positivas, pois consideravam que o mercado de trabalho oferecia boas oportunidades para os jovens advogados, como em "*quando você faz um nome nessa área, vai todo mundo atrás*" (Interlocutor 51). Já a crítica à instabilidade da profissão foi confrontada pela ideia de que o trabalhador por conta-própria possui uma maior autonomia para organizar sua rotina. Assim, "*sobra mais tempo pra você*

ter sua vida [...] graças ao trabalho autônomo, eu tinha mais tempo para estudar em casa" (Interlocutor 31). Os discursos sobre a informalidade variam a depender do seu papel nas trajetórias profissionais, se como um expediente indesejado, quando os escritórios são refratários à mão de obra disponível; se como um investimento mais duradouro e planejado na advocacia. Entretanto, vale lembrar que as entrevistas foram conduzidas com bacharéis que haviam prestado concursos nos últimos anos, e por esse motivo, as falas tendem a enfatizar o desejo de usufruir da estabilidade e dos melhores salários do funcionalismo público.

Existem duas experiências de desemprego que são típicas. A primeira ocorre entre os advogados que não possuem clientes ou que estão em busca de um escritório. Nesses casos, *"você sai [da Faculdade] com uma vontade de trabalhar, você também fica com uma ansiedade. Mas minha rotina era: acordava, saía para botar currículos e não tinha retorno, voltava para almoçar em casa, de tarde a mesma coisa"* (Interlocutor 46). Durante a procura sistemática por trabalho, restrita ao mercado jurídico, os entrevistados precisam gerir a disponibilidade de tempo e dinheiro.

Foi um período bem diferente mesmo, a partir de 20 de dezembro, porque entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, praticamente não tem expediente forense, e conseqüentemente, cliente também não chegou a aparecer nesse momento. A partir de fevereiro que começou a voltar. Essa realidade é uma realidade que é diferente, ou seja, você cobra os valores, mas você tem que fazer uma gestão da tua grana, o que você ganha. Você tem que fazer o que? Dividir por 12 [...] No início desse ano não foi fácil. Foi um ano de certa forma complicado, pode ter sido por causa da mudança de governo, alguma conjectura geral [...] Aí, se você perguntar, você fazia o que? Estudar. Estudar, não tem outra coisa para se fazer.

Interlocutor 35, homem, 41 anos, Ensino Superior completo, pardo, Vila Laura

Então eu tinha uma impressão de que o mercado era realmente muito receptivo. Só que isso mudou drasticamente quando eu fui admitido como advogado, que aí eu vi que o mercado estava difícil, levei 6 meses para conseguir ingressar no mercado como advogado [...] Entregando currículos, disparando muitos currículos por e-mail, ou escritórios que eu tinha conhecimento de onde ficavam, entregando pessoalmente. Mas foram 6 meses realmente áridos, de não ter nenhuma resposta.

Interlocutor 50, homem, 27 anos, Ensino Superior completo, branco, Vilas do Atlântico

É até mesmo comum que a identidade profissional suplante o reconhecimento do trabalhador como desempregado. O Interlocutor 31 critica a ilusão provocada pelo diploma universitário, visto que *"eu estudei, eu imaginava que quando eu terminasse o curso de Direito, eu fosse entrar em um escritório de advocacia, fosse trabalhar [...] ter a minha independência"*. Mas após concluir o bacharelado, viveu os *"piores anos da minha vida [...] eu praticamente me sentia um desempregado"*. Nessa e em outras narrativas, não ter renda aparece mais como um problema de fluxo, decorrente da necessidade de captar novos clientes, do que

como uma exclusão propriamente dita do mercado de trabalho. Ser desempregado (estar involuntariamente sem trabalho) difere de “*se sentir um desempregado*” (ter uma carreira bem definida, mas ainda sem estabilidade profissional).

Pesquisas importantes se dedicaram a analisar a dimensão subjetiva do desemprego, assunto que congrega os padrões de carreira, as transformações estruturais do mercado de trabalho e o reconhecimento institucional dos trabalhadores desempregados (Guimarães, 2002; Demazière, 2008; Daskalaki; Simosi, 2017). Entre os profissionais de nível superior, a centralidade conferida às carreiras, e não apenas às posições no mercado de trabalho, faz com que a categoria “desemprego” perca espaço nas biografias (Little, 1976). A identidade profissional pode esvaziar essa categoria nos discursos, quando a incapacidade de gerar renda ilustra a situação transitória do profissional liberal com formação superior. A falta de clientes e de renda configura um “*período atípico*” (Interlocutor 35) no percurso de indivíduos que estão em uma zona cinzenta entre o trabalho e o desemprego, mas que possuem um lugar bem definido no mercado de trabalho, oriundo do diploma universitário e da aprovação no Exame da Ordem. A isso se soma o fato de que os bacharéis, na maior parte das vezes, se encontram alheios ao sistema de proteção social que acompanha o mercado de trabalho formal, pois atuam como trabalhadores por conta-própria ou em empregos não-registrados.

A segunda experiência típica de desemprego atinge os “concurseiros”, ou seja, os bacharéis que se dedicam ao ingresso no funcionalismo público. Por contarem com recursos familiares significativos, muitos entrevistados optaram pelo desemprego voluntário. A Interlocutora 33 conta que “*eu fiquei em escritório trabalhando uns 2 anos, até o momento que eu tive a decisão de parar para começar a estudar para concurso. Aí entre 2016 e 2018, eu só fiquei estudando para concurso*” (Interlocutora 33). São comuns os casos nos quais “*eu faço coisas que posso, que não vão atrapalhar meus estudos, já tem uns 2 anos que eu só estudo*” (Interlocutora 41). A literatura acadêmica discute o desemprego voluntário a partir da espera do trabalhador por ocupações desejadas, destacando os efeitos da seletividade da força de trabalho e dos subsídios públicos na duração da procura por trabalho (Standing, 1981; Lalive, 2007; Altindag; Dursun; Filiz, 2022). Mas pouco se tem debatido sobre o fenômeno nas camadas médias e superiores, cujos repertórios de acesso a recursos podem se dar ao luxo de serem ambiciosos, por disporem do suporte material no nível das famílias. Nesses casos, vale a pena abdicar de um trabalho remunerado e se dedicar exclusivamente aos estudos. As decisões durante o desemprego se reportam aos projetos familiares de reprodução social, quando as famílias garantem a subsistência dos seus membros e o investimento contínuo nas carreiras.

Muitos indivíduos permanecem em um estado latente no mercado de trabalho, estudando e aguardando a publicação dos editais. Apesar das incertezas, *“não pode desistir, tem que estudar todo dia, aquela rotina, até conseguir passar [...] não é fácil, porque estudar é solitário”* (Interlocutora 45). Essa zona cinzenta entre o desemprego e a inatividade deriva de um tipo específico de procura por trabalho, e não das causas mais propagadas, como os altos custos da procura e as perspectivas ruins de contratação (Beller, 1970; Kesselring; Bremmer, 2015). A PNAD-C contabiliza a prestação ou a inscrição em concursos públicos durante o mês de referência, o que subestima a frequência dos “concurseiros” nas estatísticas oficiais. No primeiro trimestre de 2019, apenas 9,9% dos desempregados que residiam nas regiões metropolitanas, com até 59 anos de idade e que detinham diploma universitário, haviam sido incluídos nessa categoria. Contudo, muitos indivíduos costumam estudar entre a publicação dos editais e não se limitam a *“um concurso específico [...] o que pintar naquele tempo, de edital em aberto, você vai se inscrevendo”* (Interlocutor 46). Quando desempenham apenas essa modalidade de procura por trabalho, são classificados como inativos, escapando das estatísticas oficiais. Chama atenção que, em 2019, entre os inativos com idade entre 14 e 59 anos, formação universitária e que residiam em regiões metropolitanas, 17,6% não procuraram trabalho porque estavam dedicados aos estudos.

A preparação para concursos envolve uma *“rotina de abdicação e de gasto [...] Mas a gente encara como um investimento, porque uma vez que consegue um cargo, o salário melhora bem. Então é um momento de abdicação para colher no futuro”* (Interlocutor 34). Além dos acordos familiares, que visam garantir suporte material e afetivo durante o desemprego, esse investimento traduz a associação entre o desemprego e o planejamento das carreiras, em grupos com acesso estável a recursos. Ao contrário do observado nas ocupações elementares, que costumam expressar o engajamento dos indivíduos em atividades difusas, os indivíduos das camadas médias e superiores podem focar em um nicho profissional. Isso produz trajetórias relativamente coesas, em que o desemprego não configura uma ruptura, mas uma situação transitória. O desemprego pode, até mesmo, significar a oportunidade de impulsionar a própria carreira, quando se acredita que é possível ingressar em ocupações mais valorizadas e com melhores salários (Little, 1976). Essas carreiras são compostas por ocupações bem conectadas, cujo acesso é validado pelo diploma universitário, a despeito da ocorrência de mobilidade entre firmas e entre tipos distintos de vínculo empregatício (Remillon, 2019).

Alguns entrevistados permanecem *“trabalhando de forma esporádica [...] Então eu peço algumas ações, mas são ações menos complexas. São ações que facilitam, e que não vão demandar certo tempo”* (Interlocutor 38). Nesses casos, a advocacia é um meio de acumular experiência profissional e conseguir pequenas quantias. Já outros entrevistados

escolheram se dedicar integralmente aos estudos, como forma de aumentar as chances de aprovação.

Muitos [advogados] estão virando concurseiros, que abrem mão até de trabalhar para ficar só estudando para concurso. Que é para ter um retorno melhor, é um tempo investido [...] você não tem uma certeza de quando vai passar. É uma coisa que você vai dedicando a vida, e vai dedicando até o momento que surge um concurso específico, que você pega uma prova boa, você se dá bem, consegue passar [...] colegas meus, por exemplo, juntam dinheiro, bastante, para ficar 1 ano, 2 anos, só estudando [...] porque não estão satisfeitos com o emprego.

Interlocutor 34, homem, 30 anos, Ensino Superior completo, pardo, Canela

O desemprego demanda certos gastos, pois os trabalhadores precisam comprar “livros, vestimentas, os cursos que você tem que fazer [...] a cada ano, você tem que sempre estar estudando, se atualizando, e aí você tem que estar investindo, o investimento é alto” (Interlocutor 31). A preparação para concursos é complementada pela matrícula em cursos de pós-graduação, como uma forma de incluir “alguns títulos” (Interlocutor 50) nos currículos. Além disso, os concursos exigem o dispêndio de dinheiro por parte das famílias, como no caso da Interlocutora 40, que “quando precisava viajar para concurso, elas [sua mãe e avó] me ajudavam a pagar a passagem, hospedagem, nesse sentido”. Os entrevistados enfatizam o acúmulo de conhecimento e formação com validade institucional, uma estratégia que costuma ser patrocinada pelas famílias das camadas médias e superiores. Essa estratégia combina as práticas que são transmitidas via socialização familiar e as avaliações, negociadas e compartilhadas nas famílias, sobre os custos e as oportunidades envolvidos na reprodução social (Lareau, 1987; Goldthorpe, 2010b).

A preparação para concursos públicos, a distribuição de currículos e a captação de clientes são as medidas mais importantes de procura por trabalho. Ainda que privilegie um nicho profissional, essa procura é nebulosa e incerta, sobretudo no início das carreiras. A Interlocutora 42 conta que, após ser aprovada no Exame da Ordem, “eu apenas tinha uma carteira, mas eu não sabia nem para onde ir”. Nessa mesma etapa, o Interlocutor 32 lembra que “eu pulei dentro de uma floresta, e não sabia aonde ir [...] Eu estava andando, procurando encontrar saídas”. As falas associam a procura por trabalho a um saber técnico, que fundamenta a decisão sobre como circular no mercado jurídico. O mercado de trabalho é atravessado por campos que possuem suas próprias regras e recompensas, o que define a relevância de cada estratégia de procura por trabalho (Kalleberg; Sørensen, 1979; Marsden; Gorman, 2001; Cheng; Park, 2010). Em um campo profissional altamente especializado, a procura avulsa por trabalho perde importância, pois as informações e oportunidades

relevantes não estão pulverizadas no espaço urbano, mas concentradas em instituições e atores específicos.

Uma forma de contornar esse problema é participar de redes de apoio, já que é difícil acessar oportunidades de emprego sem contar com a indicação de amigos, colegas de profissão, familiares e clientes. Nesses casos, a criação de uma rede de clientes se assenta em valores como confiança e eficiência, permitindo ao advogado partir da rede familiar e expandir pouco a pouco a sua atuação profissional. Em um contexto bastante competitivo, é indispensável mobilizar contatos bem-posicionados no mercado jurídico, capazes de facilitar o acesso a informações privilegiadas e influenciar o recrutamento da mão de obra. Isso destoa do que observei no Sine, onde trabalhadores procuravam ocupações elementares e com baixos requisitos educativos, e assim, o usufruto de informações podia se dar via contatos familiares e na vizinhança. Os contatos pessoais precisam penetrar o meio jurídico para se tornarem relevantes, o que confere ainda mais importância à origem familiar e aos vínculos profissionais.

Você sempre começa a trabalhar com os amigos, as pessoas próximas que vão indicando, e aí vão surgindo outras, que vão indicando, e aí partir daí você vai ampliando a sua rede de clientes [...] esse primeiro cliente foi indicação de família.

Interlocutor 32, homem, 59 anos, Ensino Superior completo, pardo, Rio Vermelho

Aí nesse meio tempo, quando eu decidi me inserir no mercado de trabalho, procurar um escritório de advocacia, ou começar na própria empresa de meu pai, surgiu uma oportunidade de vir para o Tribunal de Justiça como assessora, porque o marido da juíza que eu estagiei me fez esse convite. Na época, ele estava como juiz no tribunal de justiça, ela me indicou, aí ele me chamou para vir com ele aqui.

Interlocutora 43, mulher, 28 anos, Ensino Superior completo, parda, Paulo Afonso

Eu não fui para o Sine, eu não botei currículo em nenhum lugar desses, porque eu conhecia muita gente no âmbito do estado e do município, e aí eu tive algumas promessas. Falei com algumas pessoas que eu já tinha trabalhado, a doutora [promotora municipal] também, ela não queria abrir mão do que ela achava que iria conseguir, algum cargo no Ministério Público [...] Eu não cheguei a sair em órgãos procurando não, eu falei com algumas pessoas, e tive algumas promessas que eu fiquei esperando.

Interlocutora 47, mulher, 45 anos, Ensino Superior completo, branca, Itinga

A posição do trabalhador nas redes interpessoais, formadas por laços profissionais e comunitários, produz uma estrutura de oportunidades econômicas e condiciona o acesso a empregos (McPherson; Smith-Lovin, 1982; Lin, 2000; Oesch; Van Oo, 2017). Os arranjos possíveis (e necessários) para o sucesso da procura por trabalho variam entre os grupos sociais. Nas ocupações elementares, devido à alta rotatividade da mão de obra e aos baixos requisitos educativos, é comum que as informações relevantes sejam obtidas de maneira

difusa, com forte participação dos arranjos familiares e relações de vizinhança. Já os postulantes à carreira jurídica precisam construir redes especializadas com influência no mercado jurídico. Essas redes costumam ser criadas durante a formação universitária e a trajetória profissional. Ainda assim, os familiares e amigos cumprem um papel importante na indicação de clientes, pois dada a forte homogamia das redes interpessoais, os seus atores possuem os recursos necessários para a contratação de advogados.

8.3. Desemprego, esfera familiar e acesso a recursos: os tipos de suporte familiar e o investimento nas trajetórias

Os efeitos do desemprego nas condições materiais costumam ser pouco expressivos. A perda do trabalho é interpretada mais como um problema pessoal do que como uma ameaça às condições de existência. No caso dos jovens, isso se deve a uma forte divisão intergeracional da provisão doméstica, por meio da qual os entrevistados se dedicam exclusivamente a procurar trabalho. O Interlocutor 31, por exemplo, não vivenciou grandes dificuldades financeiras quando estava desempregado, pois *“a renda da minha mãe mais meu padrasto dava um padrão de vida para gente bom [...] na nossa casa nunca faltou absolutamente nada”*. O Interlocutor 34 segue a mesma linha, ao lembrar que *“tive apoio dos meus pais [...] Meus pais que me sustentavam, pode-se dizer assim”*, quando *“eu ainda não exercia”* a advocacia de maneira satisfatória.

Nas camadas médias e superiores, é um fenômeno intuitivo que os impactos do desemprego não são tão severos quanto os que afligem os trabalhadores pobres (Payne; Warr; Hartley, 1984; Dougherty; Rick; Moore, 2017). Nenhum dos bacharéis recebia benefícios socioassistenciais, por extrapolarem a linha de pobreza estabelecida pelo poder público, nem eram elegíveis ao seguro-desemprego, devido aos longos períodos sem trabalho e ao engajamento anterior em ocupações não-registradas. A geração de renda se devia unicamente ao apoio familiar e ao usufruto de poupanças, e em menor grau, a trabalhos esporádicos como advogados e consultores. Nos casos em que a provisão familiar era compartilhada, ou quando os desempregados arcavam apenas com o próprio sustento, algo que era especialmente observado entre os jovens que residiam com os pais e estavam no início de suas carreiras, a perda do trabalho ou o prolongamento do desemprego não repercutiam em quaisquer mudanças nos padrões de consumo.

O cenário é um pouco diferente quando miramos os indivíduos que desempenhavam papéis importantes de provisão doméstica. Nesses casos, o desemprego demanda uma reorganização das finanças familiares, sendo necessário equilibrar as receitas e as despesas para que a família termine o mês com certa tranquilidade. Assim, *“você tem que enxugar despesas, você tem que fazer uma gestão financeira boa [...] ficar mesmo só com aquilo que você não pode cortar, cortar um monte de supérfluos, farras, viagem, essas coisas”* (Interlocutor 32). Ao passar por uma situação semelhante, o Interlocutor 35 precisou *“zerar despesas que tinha, zerei parcela de cartão, carro quitado [...] Aí fica o que, a despesa normalmente, as despesas de custo fixo, todo mês [...] E tem despesa extra, aí tira da reserva que já foi montada lá atrás, que é para conseguir equacionar”*. Nesses casos, o núcleo familiar foi capaz de lidar com a queda do nível de renda, pois além de um dos cônjuges trabalhar, havia sido possível juntar poupanças e contar com o apoio de outros parentes.

Nos piores cenários, o desemprego representa um desafio de gestão financeira, mas que não coloca em risco a sobrevivência familiar e o futuro profissional dos entrevistados. Enquanto distribuía currículos e estudava para concursos públicos, a Interlocutora 47 se tranquilizava ao pensar que *“eu não vou ficar desempregada a vida toda, vai aparecer alguma coisa”*. Ela *“não gastava com nada além do essencial”* e contava com a ajuda de parentes que residem no interior, o que lhe permitia aproveitar *“esse período como férias, vou descansar um pouco e estudar”*. Assim como na pesquisa de Lane (2009), realizada junto a profissionais especializados do setor tecnológico, dois fatores explicam por que o desemprego não configura um momento de ruptura ou crise familiar: em primeiro lugar, o acesso estável a recursos permite que as condições familiares de reprodução social sejam mantidas ou submetidas a ajustes pontuais. E em segundo lugar, as trajetórias laborais são inscritas em uma temporalidade mais ampla, o que traduz o desenvolvimento profissional de longo-prazo, cujo principal objetivo é garantir ganhos econômicos futuros.

O desemprego é percebido como um problema particular dos entrevistados e uma situação transitória, passível de ser enfrentada por meio da gestão financeira e da inserção planejada no mercado de trabalho. Mesmo assim, a dificuldade de encontrar emprego distancia as expectativas elaboradas durante a formação universitária e a experiência atual no mercado de trabalho. Isso torna *“muito complicado você manter o psicológico”* (Interlocutora 33), pois existem *“cobranças, tem cobranças internas próprias [...] você fica sem trabalhar, e aí você não fica tão à vontade, sendo meio bancado e tal”* (Interlocutor 36).

Embora os entrevistados possam contar com recursos familiares satisfatórios durante a procura por trabalho, o desemprego pode vir acompanhado de desgaste emocional e pelo medo de fracassar na profissão. Isso converge com os achados da literatura dedicada

a estudar os impactos psicológicos do desemprego, que sublinha a centralidade do mundo do trabalho para a satisfação pessoal, a organização de rotinas e o acesso a *status* (Eisenberg; Lazarsfeld, 1938; Shamir, 1986; Mousteri; Daly; Delaney, 2018). Ademais, muitos bacharéis se sentem frustrados ao perceber que o diploma universitário vale menos do que imaginavam. Os relatos associam o contato com o mundo jurídico a um “*banho de água gelada*” (Interlocutor 46), pois “*na nossa cabeça, a gente imagina que vai ser de uma forma, aí quando a gente vê que a realidade é tão mais difícil, é tão difícil isso, rapaz...*” (Interlocutor 31).

Muitas famílias acabam desenvolvendo acordos de apoio financeiro. O objetivo é garantir que os entrevistados se dediquem exclusivamente à formação educacional e à procura sistemática por trabalho. Em mercados de trabalho cada vez mais desestruturados, a competição por credenciais educativas é entendida como um meio necessário para se obter empregos estáveis e bem-remunerados (Devine, 2004; Fragoso; Valadas; Paulos, 2019). Para que isso encontre eco nos acordos familiares de subsistência e mobilidade socioeconômica, é preciso que uma visão muito específica sobre a vida adulta seja compartilhada, por meio da qual os indivíduos contam com suporte material e afetivo até que logrem uma inserção bem-sucedida no mercado de trabalho (Menezes, 2022).

O apoio financeiro costuma se basear nas relações domiciliares, como um modelo de divisão de tarefas e de alocação de recursos. Boa parte das falas enfatizou a solidariedade via relações conjugais e de descendência direta, assim como em pesquisas anteriores desenvolvidas acerca das camadas médias no continente europeu (Kellerhals; McCluskey, 1988; Aboim; Vasconcelos; Wall, 2013). Mas outros arranjos se mostraram possíveis, em situações nas quais o suporte financeiro mobiliza redes protetivas mais amplas, incluindo relações colaterais e a participação de parentes que não residem com os entrevistados. Nesses casos, chama atenção o caráter heterogêneo das relações familiares, no que diz respeito aos indivíduos envolvidos, aos recursos disponíveis e ao papel dos trabalhadores nas redes de parentesco.

Minha mãe custeava [as despesas] [...] Minha avó materna, que também ajudou bastante, ajuda ainda bastante, tem as irmãs e irmãos da minha mãe [...] Às vezes minha avó também ajudava com a questão financeira também, ou pagava um curso, ou quando precisava viajar para concurso, às vezes me ajudava a pagar a passagem, hospedagem, nesse sentido. E depois que eu comecei a trabalhar, aí fui custeando. E quando minha mãe faleceu, tinha um seguro de vida, que é o que ajudou a manter minha irmã e eu. E aí hoje é com esse dinheiro que a gente se banca.

Interlocutora 40, mulher, 32 anos, Ensino Superior completo, branca, Pituba

Minha ex-sogra pagava a parcela do apartamento que eu tinha comprado, minha mãe ajudava com água e luz e meu ex-marido com o mercado, e continuou pagando a escola dos meninos. [...] Cada um ia pagando um pouquinho das contas e a gente ia se virando [...] Com minha mãe eu tinha mais intimidade, claro, eu sei que ela não tinha grana, mas ela sempre perguntava como estava, não sei o que, e aí ela sempre mandava um dinheirinho. [...] Minha mãe sempre teve comércio, confecções. Nessa

época ela tinha um comerciozinho no interior e costurava, sempre costurou. Meu ex-marido foi uma coisa assim, ele já pagava a escola dos meninos, mas ele sempre foi muito atencioso, nunca foi de soltar grana, mas nesse período ele até que foi mais. Eles mandavam mercado do interior, fazia mercadinho... [...] Eu acho que foi, minha família sempre teve aquela coisa de perguntar como tá, se tem, se não tem, sempre teve essa preocupação. A ajuda mais surpresa que eu fiquei foi a minha ex-sogra, eu não esperava.

Interlocutora 47, mulher, 45 anos, Ensino Superior completo, branca, ltinga

As entrevistas revelaram diferenças importantes entre as relações de aliança, consanguinidade e descendência, nos termos apresentados por Segalen (1986). Para uma análise mais acurada sobre a proteção familiar, vale discutir separadamente cada tipo de relação de parentesco, considerando as características do apoio familiar e a forma como são elaboradas as entreajudas financeiras.

O apoio dos cônjuges traduz “*uma parceria*” (Interlocutor 32) ancorada na divisão de encargos financeiros. O Interlocutor 48 conta que a entrada da sua esposa no mercado de trabalho “*melhorou mais ainda para mim*”, pois ela “*dividia os honorários*” que recebia como turismóloga. A ajuda da “*minha mulher, que trabalha e tem dinheiro*”, somada à independência financeira dos filhos, permitiu que o entrevistado passasse dois anos apenas “*dedicado ao concurso*”. A unificação e a distribuição dos rendimentos fazem com que a proteção familiar seja um assunto doméstico, que não precisa envolver outros parentes. As relações de aliança também costumam evidenciar uma equivalência entre os cônjuges, e a decisão sobre quem deve contribuir financeiramente para o sustento do domicílio deriva das condições atuais de geração de renda. O Interlocutor 51 se dedicou à captação de clientes no início da advocacia, e nesse período, “*eu pagava o que eu podia, ela [a esposa] pagava a maioria*” das contas. O cenário se inverteu quando o entrevistado conseguiu se consolidar no mercado jurídico, e “*hoje em dia, eu pago quase tudo, eu ganho mais do que ela*”. Se as condições financeiras mudam com o passar do tempo, o mesmo se aplica aos acordos familiares de provisão doméstica.

Diversas pesquisas atestam que a reorganização do orçamento familiar, frente à queda da renda e/ou desemprego de um dos cônjuges, é um expediente comum nas famílias urbanas (Leighton, 1992; Lane, 2009; Ferreira-Valente; Coelho, 2015). Além de garantir o sustento doméstico, as relações conjugais permitem que os trabalhadores assumam empregos de meio período ou trabalhos autônomos experimentais, como no caso dos advogados em início de carreira. Foram registradas negociações conjugais sobre a divisão das contas da casa, que objetivam resolver as demandas financeiras de curto e longo-prazo.

Mas se você olhar hoje, sou eu e minha esposa, minha esposa, ela tem um emprego fixo. Aí se você olhar assim, e a despesa normal, do dia a dia? Minha esposa, ela dá o suporte na parte fixa, na parte variável, que entra como advogado, ela vem para fazer as outras coisas maiores. Aí se perguntar, “ah, como é que você paga, condomínio, água, energia, telefone?”, isso é bancado pelo recurso que minha esposa tem disponível. Aí o que entra de extra são os projetos que a gente tem em comum, para fazer uma viagem para o exterior, para fazer alguma coisa, ou seja, esse valor que entrar, é o valor que vai ser destinado para isso. Uma parte, como eu falei, para reserva, para o futuro, e a outra parte a gente vai colocar. É um certo combinado entre a gente.

Interlocutor 35, homem, 41 anos, Ensino Superior completo, pardo, Vila Laura

A prevalência da homogamia matrimonial, tão importante para as estratégias de reprodução social das camadas médias e superiores (Guerreiro, 1992; Costa, 2011; Beltrão; Sugahara; Teixeira, 2012; Rodríguez, 2018), faz com que as relações conjugais consigam arcar com o sustento doméstico e a manutenção de um padrão de consumo entendido como aceitável¹⁸¹. Esse fenômeno ilustra uma circulação restrita de recursos, quando os casais alternam os papéis de provisão financeira e circulam dinheiro apenas dentro do domicílio. Os núcleos conjugais conservam certa autonomia em relação às redes extensas de parentesco, algo que é bem-quisto pelos entrevistados e afinado ao que se espera deles. É comum que a formação de unidades domésticas pressione o indivíduo a se tornar independente da família de origem, o que não significa um afastamento completo para com a família elementar, mas uma reescrita dos direitos e obrigações que acompanham as relações de parentesco (Abreu Filho, 1981). Ainda que o indivíduo possa obter apoio dos seus parentes, especialmente durante a procura por melhores empregos, se espera que ele ou ela arque com as necessidades da nova unidade doméstica.

A Interlocutora 49 diz que, *“enquanto eu estou ainda na casa de meus pais, é tranquilo, porque eu tenho um suporte financeiro”*. Mas após se mudar com o esposo para uma nova residência, *“eu vou ter que começar a suportar, sozinha, custos que eu não suportava na casa deles, aí tudo isso gera mais insegurança”*. A entrevistada complementa que *“eu preciso de uma fonte de renda para poder me manter. Então, a cabeça já está mais voltada para esse lado agora [...] Parar para estudar fica mais complicado, porque eu não vou ter fonte para poder me custear”*. Pelo menos em um sentido ideal, a formação de novas unidades domésticas traduz a autonomização dos filhos em relação aos pais, em uma redefinição dos papéis familiares (Wending; Wagner, 2014). Nos casos estudados, essa redefinição ocorreu quando novos arranjos familiares eram formados pelos casamentos, o que fazia com que os casais assumissem os encargos até então sob responsabilidade das

¹⁸¹ Isso não seria possível se, ao perderem o emprego, os entrevistados passassem a depender de cônjuges que ganham muito pouco, por possuírem baixa escolaridade e ocuparem uma posição vulnerável no mercado de trabalho.

gerações mais velhas. Por outro lado, os indivíduos que moravam sós ou com irmãos representavam uma extensão do núcleo familiar original, e por esse motivo, permaneciam incluídos nos direitos e obrigações advindos da casa dos pais.

Já as relações de descendência fomentavam a circulação intergeracional de recursos, que seguem uma via de mão única, beneficiando as gerações mais novas. Seu objetivo é investir continuamente nas trajetórias profissionais, uma responsabilidade dos pais (em alguns casos, dos avós) de garantir que os trabalhadores sigam os projetos de vida que mais lhes apeteçam. Entre os jovens, o apoio financeiro é descrito como uma “*mesada*” (Interlocutor 50) ou como uma “*herança*” familiar (Interlocutora 41).

Eu comecei a perceber que o trabalho estava começando a atrapalhar um pouquinho, sentei e conversei com minha mãe. “Olha, vou receber uma rescisão, queria ver se você pode me ajudar com parte do curso”. E foi o que minha mãe fez. Aí foi o momento que mais a minha mãe, digamos assim, foi assim, aquela pessoa que esteve ali presente. Porque a questão toda de minha mãe era, com o tempo, eu comecei a perceber o seguinte, minha mãe só podia ajudar quem queria se ajudar. Enquanto eu não estivesse estudando, ela não poderia fazer nada.

Interlocutor 31, homem, 38 anos, Ensino Superior completo, preto, Mata Escura

Eu moro com minha mãe e meu irmão, já estava percebendo essa angústia que eu estava, de chegar tarde em casa, sair cedo, não ter tempo final de semana, o tempo todo trabalhando. Aí eu conversei com ela, dessa minha vontade, eu já entrei na faculdade com essa vontade de fazer concurso [...] E aí quando ela me apoiou nessa decisão, inclusive financeiramente, de me manter, até eu passar num concurso, aí foi mais tranquilo para mim, ter esse apoio em casa. Ela sempre soube que eu sou uma pessoa focada, então me apoiou de todas as formas

Interlocutora 33, mulher, 28 anos, Ensino Superior completo, branca, Cabula

Os achados dialogam com Coria et al. (2005). Analisando o caso chileno, os autores constataram que as ajudas financeiras periódicas, como investimentos de longo-prazo atrelados a metas de desempenho, são iniciativas corriqueiras nas famílias dos estratos médios. No Brasil, boa parte das pesquisas sobre a interface entre as famílias e as instituições educativas tem focado no acompanhamento escolar de crianças e jovens (Carvalho, 2004; Zago, 2011; Romanelli, 2017). Ao analisar os relatos de adultos, este capítulo ressalta outro aspecto do tema, a saber, o investimento familiar quase que ininterrupto na educação das camadas médias e superiores. Isso se aplica tanto à formação escolar e universitária quanto à preparação para concursos públicos, a partir de acordos que visam melhorar as chances de sucesso profissional em um mercado competitivo.

A Interlocutora 45 conta que “*eu combinei com minha mãe: me dê dois anos para eu ficar trancada em casa estudando*”, até ser aprovada em um concurso. Outras falas enfatizam o ato de “*bancar para você estudar* (Interlocutor 46) e o papel da família de ajudar “*o cara a garantir alguns livros que custam mais do que um salário-mínimo, os cursos preparatórios,*

tem bons cursos preparatórios, de preparação anual, que também custam uns 2 salários-mínimos. Então é um investimento alto, não é barato” (Interlocutor 36). Ainda que existam incertezas nesse percurso, como as associadas à capacidade de absorção do mercado de trabalho, os projetos familiares visam garantir as condições para que o sucesso profissional seja possível. Como resume a Interlocutora 44, em uma trajetória atravessada pelo desemprego duradouro, *“meu pai me dá um suporte danado. Financeiro, ele que me sustenta [...] Eu tenho meu pai que diz ‘eu estou aqui, o que você precisar, você tem que fazer as coisas no seu tempo’ [...] Ele basicamente provê tudo [...] Ele que pagou os cursos que eu fiz, da magistratura”*.

O cenário destoa do analisado por Powell e Driscoll (1973), cuja pesquisa abordou profissionais especializados do setor tecnológico americano. Os desempregados, todos do sexo masculino, exerciam papéis centrais de provisão doméstica. Isso conferia um caráter decisivo às poupanças para que o financiamento da procura por trabalho fosse possível, e o suporte familiar se limitava ao apoio emocional. Já nas entrevistas que compõem este capítulo, uma forte solidariedade intergeracional beneficia os profissionais desempregados, e novos arranjos de divisão sexual do trabalho possibilitam a provisão feminina durante o desemprego dos homens.

Os dados atestam que essas duas modalidades de apoio financeiro diferem entre si: no caso dos cônjuges, a divisão de responsabilidades é mutável, com alternância dos papéis de provisão, a fim de evitar a sobrecarga de um dos membros do casal. O foco é a manutenção das contas da casa e a busca por bem-estar. Já no caso do suporte intergeracional, o apoio é um investimento que se dirige ao futuro, com vistas a garantir a formação educacional e a inserção profissional de longo-prazo. O desempregado se torna alheio às contas da casa, como em *“carro, casa, despesas com luz, energia, essas coisas, eu não tinha [que contribuir]”* (Interlocutor 46); e *“eu posso me dar ao luxo de me preparar financeiramente [...] eu tenho um suporte familiar, porque eu moro em casa própria, da minha família. E eu tenho suporte familiar para isso, então eu não preciso trabalhar”* (Interlocutora 41).

Quando o apoio financeiro é disponibilizado pelos pais ou responsáveis, costuma ser acompanhado por cobranças a respeito do desempenho e dedicação dos entrevistados. Essas cobranças não são direcionadas à procura imediata por empregos ou ao aceite de quaisquer oportunidades. Contudo, reforçam a ideia de que os indivíduos precisam merecer e fazer valer o investimento familiar, se mantendo ativos. Esse foi o caso da Interlocutora 49, que após receber o diploma, *“tinha pressão da família, por estar parada dentro de casa, mas acho que a pressão era mais no sentido de descobrir o que eu queria fazer, a pressão não*

era tanto para me inserir no mercado de trabalho". As cobranças também refletem uma forte moralidade familiar, referida ao que se espera dos indivíduos adultos.

Meus pais sempre foram muito tranquilos em relação a isso, tranquilos que eu digo assim, sabendo que leva um tempo para você começar a ingressar na carreira. Mas ao mesmo tempo que eles me davam esse período para, vendo que eu estava batalhando para ingressar, a cobrança implícita era diária. Por mais que não sáísse da boca deles, eu via que meu pai acordava para ir trabalhar, e via que eu estava em casa, de vez em quando no computador, ou de *short*, e era uma coisa que não era bem aceita. [...] Contribuir financeiramente para o custeio da minha família não, eu nunca tive que contribuir lá com a minha casa, a contribuição que eu dava era indireta, porque eu parava de receber mesada, na verdade. Mas nunca tive que contribuir, nesse ponto não. Seria realmente de desenvolvimento pessoal e de ingressar numa carreira, até para que eu viesse a me desvincular de minha casa, da minha família.

Interlocutor 50, homem, 27 anos, Ensino Superior completo, branco, Vilas do Atlântico

É relativamente assentada a ideia de que as famílias devem formar membros produtivos e disponíveis para o mercado de trabalho. Isso se assemelha a uma espécie de socialização ética, com vistas a preparar os indivíduos à participação no capitalismo competitivo. No sentido conferido por Jelin (1984) e Bilac (1994), o incentivo à disciplina no mercado de trabalho e nos estudos configura uma forma de garantir a reprodução da posição de classe, visto que essa reprodução, especialmente nos estratos médios, está condicionada ao sucesso profissional. Mas às vezes, o que se espera do indivíduo não corresponde aos seus êxitos e aspirações, e as cobranças são interpretadas como injustas ou desproporcionais. Não à toa, parte da literatura sociológica sublinha as tensões familiares durante o desemprego dos trabalhadores jovens (Taylor, 2002; Brand, 2015). Um bom exemplo é o relato do Interlocutor 31. Ele conta que estava *“demorando muito tempo pra poder ter minha vida, muitas vezes gerava até certas brigas dentro de casa, e não foram poucas as brigas não”*. Isso acontecia porque *“minha mãe sempre me ajudou, mas teve momentos que ela era extremamente, assim, incisiva”*. Ao somar a cobrança com o fato de que *“você não saiu de casa, não teve a sua vida, a sua independência [...] quando você junta tudo isso, a sua cabeça fica difícil”*.

É preciso evitar uma visão simplista sobre as relações intergeracionais. Seu objetivo é garantir que os indivíduos se tornem profissionais bem-sucedidos e financeiramente independentes, mas nem sempre isso é possível. Os percursos entre a família, a escola e o mercado de trabalho expressam *“padrões de vida flexíveis e temporários”* e até mesmo *“ondulatórios”* (Guerreiro; Abrantes, 2007, p. 149). A vida adulta não traduz, necessariamente, uma sucessão lógica e idealizada entre a formação educacional, a inserção profissional e a autonomia em relação à família de origem. Alguns entrevistados precisaram retornar à casa

dos pais ou depender do envio de remessas de dinheiro após serem demitidos, e assim, passaram a procurar trabalho de maneira integral. A Interlocutora 41 conta que *“eu voltei para a casa dos meus pais, sem muito orgulho de estar voltando [...] eu tive que regredir, tive que recuar, então eu recuei para avançar lá na frente [...] A trajetória profissional, ela sozinha não sobrevive se você não tiver o suporte familiar e financeiro”*. Em outros casos, os bacharéis pediram demissão após desempenharem ocupações indesejadas, e logo após, puderam se dedicar exclusivamente à entrada no setor público.

Nas narrativas, as relações consanguíneas e intrageracionais assumiram pouca relevância. Essas relações foram evocadas a partir da solidariedade entre irmãos, que costumam ser horizontais e interdependentes, mas são submetidas ao ciclo de vida familiar e marcadas por desigualdades no que diz respeito ao acesso a recursos materiais (Bedford, 1996; Connidis, 2007; Guerra; Wajnman; Turra, 2016). As relações entre irmão diferem do suporte intergeracional, já que naquelas, um indivíduo não é exclusivamente responsável pelo outro. Além disso, o apoio tende a ocorrer de maneira pontual, não representando um verdadeiro investimento nas trajetórias.

Duas funções se mostraram típicas. Em primeiro lugar, os irmãos podem ajudar na divisão dos encargos domésticos, quando *“minha mãe paga a conta de telefone, aí vem Sky que a gente tem que ela divide, minha irmã paga o condomínio e eu pago a conta de luz. Acaba que fica elas por elas”* (Interlocutora 43). Esse é um tipo mais simples de ajuda, associada à divisão das contas da casa, como um esforço de gestão financeira. E em segundo lugar, alguns indivíduos foram ajudados por seus irmãos durante a procura por trabalho, via indicação de clientes e compartilhamento de projetos profissionais. O Interlocutor 35 *“preparava peças, advogava para a empresa de meu irmão [...] esse foi o momento inicial”*, enquanto a Interlocutora 44 possui uma irmã que também é advogada, *“ela já tem já alguns clientes, e aí comecei a trabalhar com ela [...] Quando me formei, depois de um tempo, a gente optou por essa parceria”*.

As famílias são atravessadas por relações de solidariedade e autoridade, que podem ser negociadas no cotidiano (Couto, 2005; Coutrim; Cunha; Matos, 2016). Em face do desemprego, essas negociações permitem a redistribuição de direitos e obrigações entre os trabalhadores e seus parentes, o que pode transformar os acordos financeiros que subsidiam a preparação para concursos públicos e o sustento das unidades domésticas. O tamanho da rede de apoio familiar é variável, considerando a quantidade de demandas e a disponibilidade de recursos. As entrevistas ressaltam o caráter dinâmico dessas redes, e assim, foram registrados ciclos de expansão e contração dos seus contatos efetivamente ativados, fruto de

mapeamentos, tanto individuais quanto familiares, dos recursos e oportunidades entendidos como alcançáveis.

O Interlocutor 37 lembra que sua mãe e esposa “*mantiveram a casa*” quando ele estava desempregado. Com o falecimento de sua mãe, “*aí foi um baque ainda maior, porque eu perdi a ajuda dela, financeira. Então só era minha esposa, e eu comecei a correr atrás para buscar alguma coisa*”. Visto que o apoio da mãe “*ia fazer falta, ele [o pai] começou a ajudar. Aí ele ajudava com 2 mil reais [...] Mensal, todo mês ele me dava 2 mil reais para ajudar na despesa*”. Em muitos casos, os recursos e contatos estão ao dispor dos entrevistados, e as trocas ocorrem, de maneira periódica, quando se avalia que o desempregado não é capaz de arcar com suas necessidades pessoais. Mas também é possível que o apoio financeiro se limite a um ou poucos nós da rede de parentesco. A Interlocutora 33, por exemplo, afirma que sua mãe sempre acompanhou de perto sua dedicação aos estudos, e por isso, sabe que ela é uma pessoa responsável e que faz o investimento valer a pena. Já “*os outros parentes são só para perguntar quando é que eu vou passar num concurso, se eu já passei, se já não estava na hora de eu estar fazendo alguma coisa*”. A Interlocutora 33 se incomodava com a cobrança excessiva, mas a partir de um certo momento, parou de levar essas cobranças a sério, “*porque quem me bancava financeiramente, quem via minha rotina de estudo, era minha mãe*”. É comum que a prestação de contas seja uma espécie de satisfação ao apoio financeiro e afetivo, que é oferecido por indivíduos bem específicos.

Além da configuração das redes, as posições sociais são percebidas como instáveis. Somado às mudanças estruturais do mercado de trabalho, esse fenômeno recria as estratégias de acesso a recursos na passagem entre as gerações (Grün, 1998; Kramer, 2016). Mesmo nas famílias de alta renda, existe o receio da mobilidade social descendente, pois a associação entre o investimento educativo e o sucesso profissional é provável, mas não algo garantido, o que demanda uma avaliação constante das oportunidades disponíveis e dos melhores meios para alcançá-las. Ao longo dos ciclos de vida, as famílias experimentam mudanças a nível contextual¹⁸², o que redefine os constrangimentos e incentivos às estratégias de reprodução e mobilidade socioeconômica. A saturação do mercado jurídico justifica a dedicação aos estudos e a introjeção do papel de “concurseiro”, com grande dispêndio familiar de dinheiro em cursos e materiais de estudo. A Interlocutora 40 constatou rapidamente que os escritórios “*me pagavam muito mal*” e “*eu não tinha muito o perfil da advocacia*”. Junto com a mãe e a avó, decidiu “*estudar para concurso*”, o que lhe permitiu ser

¹⁸² Por exemplo, transformações no funcionamento do sistema de ensino e formas de transição entre a escola e o mercado de trabalho.

“custeada em tudo [...] Pagavam um curso, ou quando precisava viajar para concurso, às vezes me ajudavam a pagar a passagem, hospedagem, nesse sentido”.

Duas entrevistas ilustram a forma pela qual a avaliação familiar das chances econômicas fundamenta as decisões sobre a procura por trabalho. Os familiares da Interlocutora 44 não se preocupam com o tempo necessário para que ela passe em um concurso público. Eles *“são muito tranquilos quanto a isso. Tudo tem seu tempo [...] ele [o pai] sempre pede paciência [...] Ele prefere que eu estude para concurso, porque é algo que dá uma estabilidade e uma segurança maior. Mas não me sinto pressionada não”.* Já a Interlocutora 33, desde a formação universitária, se interessou pela magistratura estadual, *“só que eu não poderia começar meus estudos já nesse nível [...] eu estava sendo mantida por minha mãe, então não conseguiria que ela ficasse muito tempo me mantendo”.* Isso levou a entrevistada a *“focar em concursos menores, de técnica analista e de procurador de municípios pequenos, que é mais tranquilo também, as provas”.* Ao ser aprovada em um desses concursos, a Interlocutora 33 passou a estudar para novos processos seletivos, enquanto seu salário ajudava *“um pouco minha mãe, nessa questão financeira [...] eu comecei a retirar certas coisas que eram minhas”.*

No primeiro caso, o suporte familiar permitiu à entrevistada focar nos estudos e se afastar do mercado de trabalho, passando a atuar de maneira esporádica como advogada. No segundo, o suporte familiar representou uma solução transitória, que difere dos investimentos narrados pela maioria dos entrevistados, por ser restrito e orientado a ganhos de médio-prazo. A Interlocutora 33 precisou aproveitar, o mais rápido que pôde, o apoio financeiro da mãe, se inscrevendo em vagas menos concorridas e adiando o plano de ingressar na magistratura estadual. Mesmo quando a família deseja contribuir com as trajetórias profissionais, a ajuda financeira possui certos limites.

As famílias também oferecem suporte emocional aos desempregados, como uma *“motivação de casa”* (Interlocutor 31). Ainda que existam cobranças de desempenho, esse tipo de apoio permite que os indivíduos planejem com cuidado sua entrada no mercado jurídico, privilegiando a busca por boas condições de trabalho e satisfação pessoal. Se o suporte financeiro garante que essa procura seja possível, o apoio emocional visa minimizar os impactos negativo do desemprego na autoestima dos trabalhadores, estimulando os estudos e a prospecção de clientes. O Interlocutor 35 afirma que a sua família possui *“importância total. Minha esposa, ela a todo momento, hiper compreensiva [...] Esse suporte emocional dela, essa parceria que ela tem comigo, é muito saudável, e faz com que essa transição e essa instabilidade [...] a gente consiga passar numa boa”.* O assunto foi suscitado por diversas entrevistas, e assim como no capítulo anterior, os dados atestam a relevância

dos vínculos afetivos e suporte emocional durante o desemprego (Huffmann et al., 2015; Blustein; Kozan; Connors-Kellgren, 2013). Entre os pobres, esse tipo de suporte reflete a tentativa de minimizar as preocupações e angústias em face da queda do nível de renda. Já nas camadas médias e superiores, o apoio familiar se dirige ao que o indivíduo pode conseguir no mercado jurídico, caso permaneça focado na sua trajetória profissional. O suporte emocional é acompanhado por uma ideia prospectiva sobre o papel das famílias nas trajetórias, considerando a importância dos parentes, especialmente pais e cônjuges, no desenvolvimento das carreiras. Nas palavras da Interlocutora 33, sua mãe *“sempre me apoiou com concurso, porque foi algo que deu certo para ela [...] ela sempre acreditou em mim, muito mais às vezes do que eu mesma. Isso para mim foi muito importante, esse apoio emocional dela, de acreditar em mim, de saber que eu estava no caminho certo”*.

A possibilidade de se dedicar integralmente aos estudos, sem se preocupar com o próprio sustento e o do domicílio, é decisiva para a aprovação em concursos públicos, constituindo um marco da posição de classe (Bruschini; Ridenti, 1994; Castelar et al, 2010; Visser; Siqueira, 2020). Não à toa, a ajuda familiar cinde a amostra dos “concurseiros”. Enquanto alguns entrevistados destacam o apoio financeiro das famílias durante a preparação para concursos, outros lamentam que isso não havia sido possível durante a vida adulta. A Interlocutora 42 afirma que precisou retomar a advocacia a contragosto, pois *“minha mãe não tinha condição de me dar esse suporte. Ela também não estava passando por uma fase financeira boa, então ela cobrava de mim, ela dizia que eu não ajudava. Então, eu comecei a advogar justamente porque eu não tinha suporte nenhum para estudar”*. Já a Interlocutora 43 revela que, *“como minha família precisava mais da questão do financeiro”*, ela não tinha *“condições de abdicar”* do trabalho, pois em sua casa é tudo *“bem dividido, porque proporcionalmente, fica uma conta para cada uma [mãe, irmã e a entrevistada]”*. A inserção profissional é percebida como um mal necessário, visto que o ideal seria se afastar temporariamente da advocacia e investir no acesso a um emprego público, decisão tomada por alguns de seus colegas da EMAB. O desemprego não prejudica tanto as condições de vida, mas a posição do trabalhador em um sistema familiar de direitos e deveres, que define a sua capacidade de acessar recursos durante a procura por trabalho, é algo que destoa entre os entrevistados e baliza suas narrativas sobre o bem-estar.

Dentre as formas de apoio familiar, a indicação a vagas de emprego e a ajuda à inserção profissional merecem atenção. Para muitos advogados, boa parte dos clientes foi obtida por meio de *“indicações de família”* (Interlocutor 32), sendo que os *“clientes iniciais normalmente eram parentes [...] até mesmo meus pais”* (Interlocutor 34). Essa circulação “interna” de recursos, no seio da esfera familiar, condiz com um repertório importante de enfrentamento ao desemprego. Sobretudo no início das carreiras, a circulação de informações

e a conversão dos familiares em potenciais clientes são decisivas para a entrada no mundo jurídico.

Por mais que você não esteja absorvido por uma grande estrutura, se você tiver os seus clientes próximos, sua família, vizinhos, amigos, você tem o que fazer, você sempre tem o que fazer. Tem processo pequeno, uma coisinha besta, uma audiência. [...] Porque assim, você não precisa de emprego, você precisa de cliente, e cliente só depende de você. Aliás, sua mãe é uma cliente em potencial, seu pai é um cliente em potencial, seus irmãos, seus parentes são clientes em potencial [...] Então, basta você ter inscrição na OAB, você tendo inscrição na OAB, pelo menos você tem trabalho. Claro, pode não ser uma remuneração que você almeja, óbvio, mas no início é difícil. Mas você não fica sem ter o que fazer [...] Aí eu consegui através de um advogado que era sócio de minha irmã, me inseri em um outro escritório nesse período, até ele me absorver.

Interlocutor 39, homem, 32 anos, Ensino Superior completo, pardo, Itapuã

Ela [esposa] soube da abertura dessa vaga [analista jurídico no Tribunal de Justiça da Bahia], que era para comissionado, me indicou para a vaga. Eu vim aqui, entreguei currículo, fiz a entrevista, teve uma atividade que eles passaram, para desenvolver o voto, e acabei sendo contemplado.

Interlocutor 50, homem, 27 anos, Ensino Superior completo, branco, Vilas do Atlântico

As famílias fornecem uma ajuda difusa na prospecção de clientes, oferecendo processos judiciais ou indicando conhecidos. Porém, a real influência das famílias no mercado jurídico, via processos seletivos e indicações de clientes, depende da presença de parentes em posições estratégicas nesse mercado. Isso permite o acesso a informações e oportunidades em um ambiente altamente especializado, cuja participação é vedada aos indivíduos que não possuem a formação e os requisitos educativos mínimos.

A quantidade de recursos disponíveis afeta o papel das redes interpessoais na procura por trabalho (Lin, 2000; Guimarães, 2009). Além disso, em sociedades altamente fragmentadas e compostas por campos especializados de práticas, os ambientes nos quais circulam os nós das redes familiares interferem no que elas podem oferecer em termos de oportunidades econômicas. Como resume o Interlocutor 37, *“quem não tem uma estrutura de família nessa área do Direito, para você começar do zero como eu comecei, é muito difícil. Pelo menos de 2013 até 2017, foi um sufoco para mim, foi um sufoco muito grande”*. A experiência foi inversa à relatada pelo Interlocutor 35, cujo *“tio é advogado, hoje ele não advoga mais, por conta da idade. Aí tudo que ele tinha, começou a passar para mim [...] esse [outro tio] que faleceu, cheguei a dar prosseguimento a alguns processos, e consegui mais uns dois clientes dele lá, que um acabou indicando para outro”*. A possibilidade de seguir um legado familiar é decisiva para o sucesso profissional, servindo como um atalho para a formação de uma clientela e consolidação do bacharel no mercado jurídico.

A falta de recursos e a ausência de contatos significativos pode obrigar os indivíduos a se aventurem em outros nichos profissionais. Após ter sido demitida por um escritório de advocacia, a Interlocutora 43 começou *“a colocar currículo em tudo. E lhe digo, nem ser chamada para entrevista eu estava sendo chamada”*. Ao ver sua situação, seu pai, que possui uma papelaria, *“falou: ‘a gente precisa se unir como família [...] a gente está passando por uma fase bem desafiadora no comércio [...] aí vamos ficar juntos, nem que a loja funcione só nós três [a entrevistada, seu pai e sua irmã]”*. Ainda que isso garanta o seu sustento, a Interlocutora 43 lamenta ter se afastado da advocacia. Como segue, *“infelizmente, hoje está muito difícil, então eu preciso da ajuda da minha família. Mas estou aos pouquinhos tentando, me comunicando, voltando a procurar”*.

Muitas narrativas transpareceram a correspondência entre os projetos pessoais e familiares de reprodução social. Velho (2003), cujas contribuições são reconhecidamente importantes para os estudos sobre carreiras profissionais (De Luca; Chiesa, 2016), entende que os projetos são planos dirigidos ao futuro, elaborados a partir da participação dos indivíduos em redes de relações interpessoais. Já o campo de possibilidades traduz os determinantes históricos, socioeconômicos e a nível a experiências individuais que condicionam a implementação desses projetos. Os projetos profissionais resultam da avaliação das oportunidades e recursos disponíveis, fundamentando a tomada de decisões sobre a procura por trabalho. O Interlocutor 46 associa o investimento familiar ao fato de que *“ele [o pai] sempre quis que eu fosse, que eu tivesse algum emprego público, fosse funcionário público”*. O suporte familiar representa uma experiência gradativa de aprendizado, que desde a infância, incute a ideia de que a dedicação aos estudos e o investimento na carreira profissional são meios possíveis de reprodução e mobilidade social. Com efeito, a transmissão de recursos não pode ser separada da transmissão de uma perspectiva sobre o futuro.

Em boa parte dos casos, os projetos profissionais decorrem de acordos familiares, que dão sentido aos investimentos de longo-prazo nas trajetórias. Ainda assim, alguns relatos evidenciam desajustes entre os projetos e as biografias. A Interlocutora 43 lamenta que *“eu programei minha vida completamente diferente, eu digo, nunca imaginei trabalhar em papelaria, nunca”*. Quando começou a atuar como advogada, pensou até mesmo que ia *“alavancar”* na profissão, *“mas tudo que a gente acaba programando, acaba mudando”*. O apoio familiar lhe permite arcar com as despesas pessoais, enquanto planeja voltar ao mercado jurídico logo que vislumbrar boas oportunidades, algo incentivado pelo pai, que *“sempre fez questão que eu estudasse para concurso”*. Ao contrário do observado entre os trabalhadores pobres, para os quais, os imprevistos cotidianos ameaçam a sobrevivência do grupo e devem ser contornados por iniciativas emergenciais de acesso a recursos, nas camadas médias e superiores, as rupturas nas trajetórias costumam ser seguidas por um

replanejamento das trajetórias. A família e o indivíduo articulam os projetos pessoais ao novo campo de possibilidades, vislumbrando a satisfação pessoal e o acesso a bons empregos.

Já vimos que a socialização do trabalho reprodutivo constitui um tipo importante de solidariedade familiar, que permite que os indivíduos dediquem tempo e energia à procura por trabalho. Fonseca (2002) lembra que a literatura acadêmica havia constatado a importância do cuidado compartilhado de crianças nas camadas médias e superiores. Mas na amostra deste capítulo, poucos indivíduos possuíam filhos, e quando isso ocorria, tendiam a ser adolescentes ou adultos. É possível associar esse padrão ao baixo índice de fecundidade nos estratos superiores de renda (Camarano et al, 2014), ao que se somam o uso de ambientes institucionais de cuidado e o ciclo de vida dos entrevistados, muitos no início das carreiras. Foram encontrados poucos relatos sobre a ajuda familiar no cuidado de crianças, ficando o melhor exemplo a cargo da Interlocutora 47. Ela conta que se mudou para Salvador ao iniciar a carreira jurídica, com o objetivo de procurar trabalho. Nesse período, precisou deixar “os dois [filhos] mais velhos com o pai e os dois mais novos com minha mãe [...] Eles ficaram lá, eu fiquei aqui dois anos, resolvi essa história de trabalho, mas o valor que eu ganhava era muito pouco ainda para trazer”. Depois de certo tempo, conseguiu um trabalho bem-remunerado, o que lhe permitiu levar os filhos para a capital, inicialmente sob os cuidados da sua mãe.

Outros relatos trataram do desempenho de atividades de cuidado pelos entrevistados. A Interlocutora 33 conta que, “no período que eu estava estudando, minha avó teve câncer, passou por quimioterapia. E eu sou muito apegada a ela. Então no início, esses 6 meses de estudo que foram praticamente perdidos, foi o momento que eu fiquei mais com ela também. Praticamente, eu me mudei para a casa dela”. Como sintetiza, enquanto os planos profissionais são elaborados, “a vida acontece independente, então você tem que escolher em determinados momentos qual é seu foco. Naquele momento, o meu foco era minha avó”. Pesquisas sociológicas importantes se dedicaram a analisar os efeitos do envelhecimento progressivo nas relações familiares, levando em conta a demanda pelo cuidado de idosos, que costuma recair sobre as mulheres (Goldani, 2004; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011; Camarano, 2014). O debate evidencia que elementos não-mercantis, nesse caso, a partir da socialização do cuidado intergeracional, cumprem um papel significativo no funcionamento do mercado de trabalho.

As atividades de cuidado e os afazeres domésticos costumam ser realizados por parentes do sexo feminino e por trabalhadoras domésticas. Por vezes, esse tipo de trabalho é compartilhado entre homens e mulheres, mas foram anotadas diferenças na dedicação de tempo e nos tipos de atividade, mesmo em arranjos aparentemente igualitários. O Interlocutor

37 diz que *“cada um limpa o seu, elas [as filhas] limpam o quarto delas, eu limpo o nosso e a sala, e minha esposa limpa os banheiros e a cozinha”*. Já na *“limpeza do dia de sábado, eu ajudo ela [a esposa]”*. Além de as parentes do sexo feminino arcarem com as atividades mais pesadas e desgastantes, uma tendência conhecida nos arranjos contemporâneos de divisão sexual do trabalho (Monticelli, 2021), a “ajuda” revela que a responsabilidade do trabalho reprodutivo recai, de fato, sobre as mulheres. A Interlocutora 33 complementa esse quadro, ao contar que, na sua casa, *“vai faxineira uma vez na semana e os outros dias minha mãe faz comida [...] [a mãe] lava os pratos de manhã, eu lavo de noite, e meu irmão sempre foi tarefa besta, de encher a água e tirar o lixo”*.

A terceirização do trabalho reprodutivo, nos casos em que *“a gente tem uma diarista”* (Interlocutor 32), foi recorrente. A contratação de trabalhadoras domésticas ilustra o modelo de delegação do trabalho reprodutivo (Hirata; Kergoat, 2007), o que permite que muitos entrevistados se afastem das tarefas domésticas. A Interlocutora 40 conta que *“moramos minha irmã e eu, e a gente tem uma diarista, então a gente não faz as tarefas, não limpa, não passa nem nada, porque tem ela”*. Já para o Interlocutor 50, é necessário se preocupar *“de vez em quando, somente com a gerência mesmo, a funcionária, ver se está fazendo tudo certinho [...] o grosso, a gente [sua família] nunca teve que fazer”*. Isso diminui o espaço conferido ao trabalho reprodutivo nas narrativas, que se limita a algumas atividades esporádicas.

Ainda assim, algumas mulheres elevaram o tempo gasto nos afazeres domésticos quando estavam desempregadas. O papel da mulher como trabalhadora “produtiva” está condicionado à geração de renda, e quando isso não é possível, a pressão pelo desempenho de trabalho reprodutivo costuma aumentar (Lippe; Treas; Norbutas, 2017). Demazière (2017b) entende que a legitimidade da atividade feminina é mais vulnerável que a dos homens, especialmente durante o desemprego. Isso traduz uma tensão entre as aspirações socioeconômicas e os constrangimentos impostos pela vida doméstica. Nas entrevistas, essa tensão afetava desproporcionalmente as mulheres jovens, que possuem altas expectativas de sucesso profissional, mas são submetidas a um controle dos seus comportamentos e rotinas por parte das gerações mais velhas. A Interlocutora 44 se queixa das tarefas exigidas por seus pais, pois *“é um pouco complicado, você estuda para concurso, a pessoa acha que você não faz nada, fica em casa”*. Certamente, o caso mais ilustrativo ficou a cargo da Interlocutora 42, que *“não tinha suporte familiar para fazer o curso, então tinha muita demanda dentro de casa, e aí eu não consegui conciliar o curso com a demanda que eu tinha em casa”*. Isso a obrigava a arcar com as tarefas domésticas e o cuidado de parentes enfermos. Como resultado, *“eu não tinha tempo para fazer uma rotina [...] minha mãe não estava me dando suporte nenhum para estudo, todo mundo reclamando [...] E aí em 2018, eu me frustrei e*

decidi que ia advogar". Tudo isso provocou um descontentamento com o seu papel na rede de parentesco, sintetizado no desabafo "*minha família me toma*"¹⁸³.

Esses exemplos servem para evitar uma constatação automática a respeito da disponibilidade de apoio familiar durante a procura por trabalho. Se a família tende a ser descrita como um ambiente de proteção e afeto, o que se associa a um ideal normativo, essa representação deve configurar mais uma questão de pesquisa do que um dado *a priori*.

8.4. Considerações finais

Este capítulo analisou o fenômeno do desemprego entre profissionais com formação universitária e renda elevada. Vimos que a atuação familiar no desenvolvimento das carreiras profissionais se baseia em investimentos educacionais de longo-prazo e na inserção planejada no mercado de trabalho. Contudo, a quantidade e a duração desses investimentos, bem como as chances reais de implementá-los, variam entre os entrevistados.

A autoimagem se associa à identidade profissional, o que enfraquece o reconhecimento de alguns indivíduos como desempregados. Ademais, a pesquisa ressaltou aspectos pouco discutidos pela literatura, que tem se concentrado nas experiências de desemprego nas classes populares. Em algumas entrevistas, ganhou força a descrição do desemprego como uma experiência transitória, que possibilita novas oportunidades, visto que é possível se dedicar à preparação para concursos e à busca por melhores empregos. As representações sobre a participação no mercado de trabalho possuem um viés prospectivo, mirando ganhos econômicos futuros.

A sobrevivência do grupo doméstico encontra-se garantida, e todos os entrevistados relataram o acesso a bens e serviços básicos como algo que independe da obtenção mais imediata de empregos. Por um lado, os indivíduos jovens e aqueles que eram provedores domésticos auxiliares não descreveram mudanças relevantes nas suas condições de vida.

¹⁸³ A Interlocutora 42 aprofunda a relação entre sua condição profissional e a pressão exercida pela família: "*hoje minha prima, eu vim no carro, ela estava até falando, 'ah, eu estava explicando para não sei quem, que você tem se feito ausente, porque você está trabalhando muito, você tem prazo para cumprir, você tem audiência para fazer, então você está numa correria, e por isso você está ausente'. Quer dizer, ela tem esse entendimento, mas ela nunca teria esse entendimento se eu estivesse estudando. Então, na época que eu estudava, era muito difícil, toda hora meu telefone tocava, e se eu não fizesse, é como se eu não estivesse fazendo nada e não estou querendo ajudar, entendeu? Então, se eu estou trabalhando, é uma justificativa, 'não, [nome da entrevistada] está trabalhando, deixa ela trabalhar'. Mas se ela está estudando, 'não, vamos chamar [nome da entrevistada] para ela resolver isso aqui, porque a gente não pode resolver sozinho, ela está disponível'. Então, eu sentia uma dificuldade gigante [...] E eu tinha que largar tudo e já era um dia perdido que eu não estudava, eu tinha que ir para casa para poder dar conta das coisas. Já hoje não, se eu saio para fazer audiência 8 horas da manhã, dá 2 horas da tarde, meu telefone não toca. Todo mundo sabe que eu saí para fazer audiência*".

Por outro lado, os indivíduos mais velhos e que eram provedores importantes precisaram reorganizar financeiramente suas unidades domésticas, por meio do usufruto de poupanças e circulação familiar de dinheiro, entre cônjuges e gerações distintas.

As entrevistas combinam discursos individualistas, que informam a importância do esforço e mérito pessoal, e coletivistas, que sublinham o papel da família para a garantia de bons percursos no mercado de trabalho. Os investimentos familiares constituem projetos de longo-prazo, que são negociados entre os indivíduos e suas famílias e são acompanhados por cobranças de desempenho. Devido ao envio periódico de remessas de dinheiro, parte dos entrevistados pode se dedicar aos estudos e à inserção planejada no mercado de trabalho. Esse tipo de apoio familiar é complementado pela indicação de clientes, ainda que a capacidade de projetar as carreiras dependa do contato com parentes bem-posicionados no mercado jurídico. Chama atenção um ajuste entre os projetos pessoais e familiares, que convergem para um planejamento mais duradouro das trajetórias profissionais. Ainda que menos frequentes, os desajustes entre os projetos pessoais e familiares ocorrem quando os indivíduos avaliam que o suporte familiar não é suficiente para garantir uma boa trajetória profissional, ou quando as cobranças familiares são interpretadas como injustas.

A contratação de diaristas permite que os bacharéis foquem em atividades interpretadas como úteis ou produtivas. Todavia, algumas entrevistadas descreveram os impactos negativos dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado na procura por trabalho. Não é raro que o desemprego feminino seja sucedido pela intensificação da demanda pelo trabalho reprodutivo, o que não foi observado entre os homens. Esse fenômeno está reportado à produção de hierarquias no ambiente doméstico e ao fato de que, entre as mulheres, existe uma vinculação mais direta entre o papel produtivo e a necessidade de geração de renda.

Em linhas gerais, as experiências de desemprego interseccionam três aspectos: *i*) a composição de um campo profissional competitivo e com regras específicas de pertencimento e ingresso, cujas formas de procura por trabalho dependem, em boa parte, de investimentos de longo-prazo na educação e no acúmulo de credenciais no mercado de trabalho; *ii*) uma elaboração normativa das biografias, baseada na ideia de que cada etapa das trajetórias está associada a investimentos específicos, que são dispendidos nas instituições educativas e no mercado de trabalho; e *iii*) a posição socioeconômica dos arranjos familiares define o desemprego como uma experiência segura e submetida à ideia de carreira profissional, mesmo que tenham sido registradas variações na amostra. Penso que esses elementos balizam uma forma típica de desemprego, muito diferente da analisada no capítulo anterior.

Conclusões

Poucos fenômenos elucidam tão bem as desigualdades sociais quanto o desemprego. Essa categoria reúne formas distintas de organização do trabalho, divisão de papéis e relacionamento entre indivíduos e instituições. Nas sociedades capitalistas, o surgimento do desemprego e a sua constituição como um problema público foram decisivos para a estratificação da força de trabalho.

Os estudos sociológicos sobre o desemprego têm sido instados a investigar a reprodução social dos trabalhadores e a interface entre Estado, sociedade e vida econômica. Ao longo da Tese, mobilizei esses temas para analisar o regime brasileiro de bem-estar social, ao organizar os capítulos em três grandes eixos: a Parte I tratou da constituição do desemprego como um problema público, por meio das políticas de emprego e da inscrição do desemprego na agenda estatal; a Parte II se concentrou nas dinâmicas do mercado de trabalho, a fim de analisar a classificação do desemprego nas pesquisas domiciliares e a distribuição social dos riscos do desemprego; e finalmente, a Parte III discutiu como as famílias participam da socialização dos riscos do desemprego, por meio da elaboração, negociação e implementação de projetos de subsistência e mobilidade socioeconômica.

De um lado, a distribuição dos riscos do desemprego combina as chances desiguais de experimentar a situação de desemprego e os seus impactos nas condições de vida, o que motivou o uso de um conceito amplo de risco, que reúne as decisões individuais e os aspectos estruturais dos mercados de trabalho. De outro, a socialização dos riscos do desemprego traduz uma espécie de responsabilização coletiva, via políticas públicas ou relações familiares e comunitárias, com o objetivo de amortecer os impactos socioeconômicos do desemprego e facilitar a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

O binômio distribuição-socialização dos riscos, que inspirou o título da Tese, evidencia a forma pela qual os indivíduos são alocados em estruturas de oportunidades econômicas, e de maneira mais ampla, como os padrões de relacionamento interpessoal, as dinâmicas do mercado de trabalho e o desenho de políticas públicas se articulam em diferentes “lugares” do mundo social. Essa articulação produz condições desiguais de existência, o que torna o desemprego um fenômeno diverso e socialmente estratificado.

Criação e recriação do desemprego nas sociedades capitalistas

O desemprego não é um fenômeno natural, como se a constatação da sua existência dependesse apenas de um observador atento. É necessário que um sentido bem específico seja atribuído aos indivíduos que não possuem ocupações remuneradas. O entendimento do desemprego como um fenômeno involuntário legitima a mobilização de meios institucionais e informais de troca, compondo arranjos que variam entre as sociedades e períodos históricos (Esping-Andersen, 1999; Gallie; Paugam, 2000; Guimarães et al., 2010).

Nos países capitalistas centrais, o desemprego ganhou evidência no debate público a partir do início do século XX, na medida em que a baixa absorção do mercado de trabalho se tornava um problema estrutural. A esse fenômeno, se somaram a criação das estatísticas públicas, o reconhecimento institucional dos desempregados e os conflitos entre grupos representativos dos trabalhadores e empregadores. Com efeito, a classificação do desemprego acompanhou o avanço do assalariamento e a gestão dos riscos sociais via políticas de seguro.

A experiência brasileira seguiu um caminho diferente. Entre o final do século XIX e o início do século XX, uma atuação residual do Estado foi sucedida pela implantação de um regime corporativista, no qual o acesso a benefícios dependia da posição do trabalhador no sistema produtivo. A migração rural-urbana elevou o número de trabalhadores potenciais, enquanto a sobrevivência “fora” do mercado se tornava inviável, dada a deterioração dos meios autônomos de subsistência. Nesse cenário, a inserção dos trabalhadores nas relações assalariadas propiciava a entrada em um sistema restrito de cidadania (Santos, 1989; Draibe, 1993; Medeiros, 2001; Cardoso, 2019).

A separação entre o desemprego e o ócio deliberado, via legislação penal, identificou os indivíduos que eram involuntariamente excluídos do mercado de trabalho. Essa construção normativa foi acompanhada por um ideal que chamei de “assimilacionista”, posto que a atuação do Estado se limitava a incorporar a força de trabalho potencial via qualificação profissional e incentivos ao preenchimento das vagas de emprego. Devido à ausência de proteção pública, muitos trabalhadores precisavam assumir ocupações informais e sub-remuneradas para sobreviver, permanecendo nas franjas do mercado e do assalariamento regular.

Os anos 1960 reforçaram a proteção corporativista ao desemprego, o que também se aplica à estruturação de um sistema público de gestão do mercado de trabalho formal. Vale lembrar da criação do FGTS e de uma breve experiência de seguro, enquanto a edificação de um sistema informacional e de intermediação de mão de obra ampliou a capilaridade do Estado, através da expansão das agências públicas e regulação das agências privadas. A década de 1960 também marcou o início dos programas massivos de qualificação profissional, baseados em cursos de curta-duração. Já em 1975, a criação do Sine consolidou a figura do demandante do emprego na agenda estatal.

Mas a intermediação do acesso às oportunidades de emprego não veio acompanhada de uma política de auxílio financeiro, que após a criação do FGTS, permaneceu limitada aos trabalhadores submetidos a *layoffs* coletivos. Pode-se dizer que a “criação” do desemprego se deu a partir da tentativa de reduzir os custos da alocação de mão de obra, preenchendo as vagas ociosas com indivíduos entendidos como aptos às relações modernas de trabalho. Por outro lado, as taxas elevadas de inatividade e informalidade apontavam para um processo incompleto de mercantilização da força de trabalho.

A institucionalização do desemprego sofreu uma guinada nos anos 1980, quando a procura por trabalho passou a representar um comportamento relevante no dia a dia dos trabalhadores, que continuavam retidos no mercado de trabalho após o término de um vínculo ocupacional (Guimarães, 2009a). Em um período caracterizado por crise econômica e ebulição política, as discordâncias entre a PED e as estatísticas oficiais deram início a uma disputa de narrativas acerca do mercado de trabalho. Seu alvo era a contagem dos desempregados e a classificação dos indivíduos que “escapavam” do desemprego aberto, por não procurarem trabalho ou desempenharem ocupações esporádicas. O aumento da atividade feminina, a partir da década de 1970, também representou um acontecimento importante, em decorrência das mudanças culturais e demográficas que atravessavam o país.

Com a abertura democrática e a inscrição do seguro-desemprego na Constituição de 1988, o país consolidou a proteção ao desemprego como uma iniciativa restrita ao assalariamento. A estratificação fomentada pelo seguro diz respeito tanto à separação entre elegíveis e inelegíveis quanto à discriminação interna dos beneficiários, baseada nos salários e na duração dos vínculos empregatícios. Já o viés assimilacionista e moralizante da qualificação profissional foi substituído, nos anos 1990, pela tentativa de elevar a empregabilidade dos trabalhadores em um mercado com alta rotatividade e baixa aderência da mão de obra a setores ocupacionais específicos. A taxa de desemprego passou a ser utilizada como um indicador capaz de sintetizar as condições do mercado de trabalho e dos ciclos econômicos, particularmente nos grandes centros urbanos e onde o assalariamento é

uma experiência significativa. Esse processo foi complementado pelo surgimento de um sistema dualista de bem-estar social, no qual os trabalhadores assalariados com vínculos estáveis são protegidos pelas políticas de emprego, e os trabalhadores pobres e informais, pelos benefícios socioassistenciais e não-contributivos.

A década de 2000 trouxe consigo algumas inovações, como a maior interface entre o seguro-desemprego e as denominadas políticas ativas. Após a facilitação do acesso ao seguro-desemprego nos anos 1990, os critérios de elegibilidade permaneceram os mesmos, mas a expansão do assalariamento elevou a cobertura efetiva do benefício. Já as políticas de qualificação profissional seguiram o modelo inaugurado pelo Planfor, ainda que com algumas mudanças no desenho dos cursos profissionalizantes e no espaço conferido ao desemprego na agenda estatal.

A despeito de avanços normativos, no Brasil, as políticas de emprego exercem uma influência bem limitada na vida dos trabalhadores. A cobertura efetiva e a duração do seguro-desemprego são muito baixas, enquanto a qualificação profissional é implementada de maneira fragmentada e sem controle sobre a efetividade dos cursos. E em que pese a capilaridade do sistema de intermediação de mão de obra tenha se ampliado, com agentes não governamentais absorvidos pelo arranjo tripartite de gestão das políticas, esse modelo seguiu pouco atrativo para os empregadores e pouco efetivo para os trabalhadores. Em meados dos anos 2010, a proteção ao desemprego se tornou ainda mais deficitária, quando a desestruturação do mercado de trabalho foi acompanhada por uma reforma restritiva do seguro-desemprego. O resultado foi uma queda histórica da cobertura efetiva do seguro, que somada à baixa capilaridade da política socioassistencial, tornou o desemprego desprotegido uma experiência relevante, especialmente entre os trabalhadores menos escolarizados.

Essas tendências traduzem um reposicionamento quase que contínuo do problema do desemprego no regime brasileiro de bem-estar social. Durante boa parte do século XX, o desemprego aberto configurava uma experiência aparentemente residual, que deveria ser superada pela maior eficiência das políticas ativas. A preocupação de fundo era a alocação de mão de obra e a formação de uma força de trabalho “empregável” no mercado urbano. Décadas mais tarde, a abertura democrática e a Constituição de 1988 promoveram uma repactuação social, e como resultado, as condições de procura por trabalho e as necessidades e expectativas dos desempregados foram colocadas no centro das políticas públicas. Essa agenda se consolidou nos anos 1990 e 2000, até que em 2010, ocorreu um processo de individualização do problema do desemprego no nosso regime de bem-estar, combinando restrição do acesso ao seguro e um maior monitoramento dos beneficiários.

Os contornos dessa mudança ainda não são plenamente evidentes, mas faz sentido falar de um curto período de centralidade do desempregado na agenda pública, de 1988 até o início dos anos 2010, que se situa entre dois imaginários voltados à gestão instrumental do desemprego: no pré-1988, tendo em vista a intervenção pública sobre a formação do mercado de trabalho, com base na criação de uma mão de obra adaptada ao mercado moderno e no preenchimento ótimo das vagas de emprego, quando o poder de barganha dos trabalhadores era quase nulo; e no pós-2010, como resultado de uma guinada das políticas de emprego, que passaram a se voltar mais aos requisitos do bom funcionamento do mercado competitivo (ou que se espera que sejam esses requisitos) do que à garantia de patamares mínimos de bem-estar, consolidando um sistema estratificado de proteção social que exclui parcela significativa da força de trabalho.

O plano de análise, traçado na Introdução e desenvolvido ao longo da Tese, me permite afirmar que a “criação” do desemprego combina diferentes temporalidades. Até aqui, lembrei de aspectos associados à temporalidade histórica, que compreende a formação dos mercados de trabalho e as disputas sociopolíticas em torno da elaboração e da implementação das políticas de emprego. Essa temporalidade é complementada pela biográfica, que acompanha os ciclos de vida e as trajetórias dos indivíduos em diferentes situações ocupacionais.

A classificação dos comportamentos e expectativas individuais é o ponto de partida para a codificação do mercado de trabalho (Freyssinet, 2004; Maruani; Reynaud, 2004; Demazière; Zune, 2019). Nas estatísticas oficiais, convencionou-se rotular o desempregado como o indivíduo que não possui ocupações remuneradas, procura ativamente por trabalho e está disponível para trabalhar. Isso faz com que o desemprego se torne uma categoria tensionada simultaneamente pela ocupação e pela inatividade. Além de historicizar o assunto nas pesquisas domiciliares, discuti como os indivíduos avaliam as oportunidades ocupacionais e os meios disponíveis para alcançá-las, engajando-se em meios institucionais e informais de circulação de recursos.

São as relações interpessoais e institucionais que possibilitam ao indivíduo assumir um papel socialmente reconhecido de desempregado, ao lhe facultarem o tempo e os recursos necessários à procura por trabalho. É apenas sob o ponto de vista formal que o capitalismo competitivo se assenta na força de trabalho individualizada. Em outras palavras, o desemprego é uma categoria baseada em normas e práticas que são sempre coletivas. Isso se exprime em algumas situações corriqueiras, como a da pessoa que depende do dinheiro de parentes para comprar passagens de ônibus e distribuir currículos em uma metrópole; de alguém que precisa da ajuda dos pais para se matricular em um curso preparatório e

permanecer dedicado aos estudos; ou ainda, a de quem decide morar com parentes após ser demitido, o que lhe permite acessar recursos básicos e planejar melhor a procura por trabalho.

As famílias raramente permanecem alheias à participação econômica dos seus membros. É mais comum que o fenômeno do desemprego se associe à posição do indivíduo no domicílio e às condições socioeconômicas das unidades domésticas, responsáveis por definir as demandas familiares e o nível de suporte à procura por trabalho. Também vimos que o trabalho reprodutivo e não-remunerado evidencia a fluidez da fronteira entre o desemprego feminino e a inatividade econômica, sobretudo nos domicílios com crianças pequenas, onde a demanda pelas atividades de cuidado é maior. No Brasil, os afazeres domésticos e as atividades de cuidado costumam recair sobre as mulheres, em um cenário marcado pela insuficiência dos serviços públicos de cuidado, o que impede a procura por trabalho. Por vezes, a socialização informal do trabalho reprodutivo (particularmente, quando outras mulheres da rede de parentesco assumem o cuidado de crianças) permite que essas trabalhadoras potenciais saiam dos domicílios e desempenhem atividades “externas”, passando a ser classificadas como desempregadas.

A procura por trabalho compõe um sistema mais amplo de trocas, em que os conflitos e negociações cotidianas de um ambiente social servem de esteio para o funcionamento de outro. Considerando os valores e práticas que fundamentam a reprodução social dos trabalhadores desempregados, analisei como os mercados de trabalho são formados a partir de diferentes formas de sociabilidade. Cada um de nós está imerso, desde a infância, em redes móveis que nos conectam a instituições e outros indivíduos, em um emaranhado de responsabilidades materiais e imateriais (Elias, 1994). É justamente a partir de posições específicas nestas redes que incorporamos, guiados por trocas diversas e pela satisfação de necessidades, projetos de vida e padrões de comportamento entendidos como adequados. O mercado de trabalho é atravessado por redes que conectam indivíduos, firmas e instituições. Essas redes se cruzam com outros ambientes, com destaque para a interpenetração entre a vida familiar e o mercado de trabalho.

Cabe destacar o uso de uma “linguagem” comum, que estrutura as responsabilidades e os direitos dos trabalhadores e suas famílias. O fundamento dessa linguagem é a centralidade do mundo do trabalho para as sociedades modernas, assim como a difusão de valores associados ao bem-estar nos países democráticos, o que estabelece uma certa complementaridade entre o contato com o Estado, a participação no mercado de trabalho e a inserção nas redes de parentesco. A depender da posição do trabalhador em um sistema de estratificação socioeconômica, o papel socialmente reconhecido de desempregado define algumas combinações que são possíveis entre essas três esferas de alocação de pessoas e

de recursos. Essas combinações podem ser tratadas como experiências típicas de reprodução social dos desempregados.

Desemprego, mercado de trabalho e condições de existência

Nos capítulos anteriores, tive chance de abordar as diferentes formas de estratificação do desemprego. Em um primeiro nível de análise, as características da força de trabalho estão vinculadas às vantagens competitivas dos trabalhadores. Essa competição, que acompanha a mobilização de recursos durante a procura por trabalho, se desenrola em campos determinados de atividade econômica. Os atributos dos trabalhadores se misturam com os aspectos estruturais do mercado de trabalho, tais como as relações de trabalho que são típicas em cada grupo e a distribuição dos trabalhadores em segmentos ocupacionais.

A esse respeito, vale lembrar da piora da posição relativa dos trabalhadores menos escolarizados nos anos 2010, manifesta na evolução das taxas de desemprego, na trajetória das ocupações elementares, no saldo de emprego por níveis escolares e nos efeitos marginais médios da escolaridade na probabilidade de desemprego aberto ou potencial em 2013 e 2019. Os impactos da conjuntura econômica são mediados pela inscrição dos trabalhadores em uma hierarquia social, que nas sociedades modernas, está assentada no estabelecimento da escolaridade como um princípio legítimo de distinção e valoração dos indivíduos.

Por sua vez, a proteção pública reproduz a estratificação do mercado de trabalho brasileiro. A taxa de colocação do Sine reflete os ciclos econômicos e é mais alta entre os homens em idade produtiva, lembrando que o serviço público de intermediação configura uma primeira etapa dos processos de recrutamento, sucedida pela seleção no interior das próprias empresas. De maneira semelhante, o seguro-desemprego se restringe aos trabalhadores com vínculos estáveis no mercado de trabalho formal, o que tende a prejudicar as mulheres e os trabalhadores jovens e menos escolarizados no acesso à proteção pública. A partir dos anos 2010, o seguro-desemprego passou a se basear em uma associação compulsória com o Sine, justamente quando a capacidade estatal de alocar trabalhadores via intermediação pública retraía no país. Essa guinada refletiu a tendência, ainda recente no Brasil, de inserção do *workfare* no desenho dos regimes de bem-estar social e de individualização do acesso aos benefícios sociais, nos termos discutidos por Lødemel (2004) e Dubois (2019).

Existe uma relação inversa entre a taxa de desemprego e a cobertura do seguro-desemprego brasileiro. Durante as crises econômicas, o avanço do desemprego fortalece o desemprego desprotegido, pois de maneira contraditória, as condições de acesso ao benefício se tornam mais difíceis. Ao calcular o Índice de Desmercantilização, fazendo uso da metodologia de Esping-Andersen (1990), aponte um recuo da capacidade protetiva do seguro-desemprego entre 2014 e 2017, após um crescimento sustentado nos anos 2000. Essa queda se deve ao enrijecimento dos critérios de elegibilidade e à desestruturação do mercado de trabalho brasileiro durante a crise econômica de 2014-16. A combinação entre o desemprego de longa-duração, os limites do assalariamento e a restrição das políticas não-contributivas aos extremamente vulneráveis faz com que quase metade dos desempregados pobres vivam em domicílios sem acesso a subsídios públicos.

Frente aos limites da proteção pública no Brasil, as famílias são essenciais para a mediação dos efeitos negativos do desemprego. Os arranjos domiciliares servem de base para a divisão de papéis e a tomada de decisões econômicas, em uma espécie de articulação entre o indivíduo e os sistemas mais amplos de alocação de pessoas e de recursos (Medeiros; Osório, 2002; Cunha; Wajnman; Turra, 2018). Comumente, é a circulação familiar de dinheiro que define se o trabalhador desempregado conseguirá satisfazer suas necessidades básicas. Também é a família que incentiva e financia a formação escolar e universitária, permitindo que os indivíduos planejem com mais tempo e recursos a procura por trabalho. A depender do grau de inclusão dos indivíduos em redes que circulam bens e serviços, as famílias definem (ou pelo menos afetam) as condições de existência durante o desemprego.

Existe uma interface entre elementos mercantis e não-mercantis no funcionamento do mercado de trabalho, assunto que tratei a partir de aspectos como *i)* as tendências demográficas que foram observadas no Brasil ao longo das últimas décadas, tais como a queda da razão de dependência total e a diversificação dos tipos de arranjo domiciliar; *ii)* os indicadores socioeconômicos agregados por tipo de arranjo, com destaque para as maiores taxas agregadas de desemprego nos arranjos monoparentais femininos; *iii)* a inserção ocupacional por posição no domicílio, considerando as categorias de gênero e geração; e *iv)* os índices de pobreza por condição do responsável, apontando para um cenário geral de desproteção social no país, com alta correlação entre desemprego e pobreza.

Em seguida, demonstrei que homens e mulheres são afetados de maneira desigual pelo ciclo de vida familiar. No caso das mulheres, a residência com crianças está associada a uma maior probabilidade de desemprego aberto ou potencial, o inverso ocorrendo entre os homens, devido à distribuição desigual de encargos familiares nos domicílios. Esses achados são especialmente importantes quando lembramos da maior razão de dependência dos

jovens nas famílias pobres. No Brasil, não é possível tratar da garantia de condições adequadas de procura por trabalho sem debater a ampliação da oferta de creches públicas.

A análise dos resultados das pesquisas domiciliares foi complementada pelo exame de dados qualitativos. Isso me permitiu avançar em uma compreensão mais detalhada sobre a circulação de recursos materiais e imateriais em redes de parentesco, bem como a forma pela qual as trajetórias individuais são planejadas e negociadas. A análise lexical e a investigação de campo me ajudaram a entender como o desemprego é um fenômeno socialmente estratificado, uma agenda de pesquisa que desembocou na elaboração de duas experiências ideal-típicas.

Nas famílias pobres, as trajetórias têm lugar em contextos marcados por constrangimentos materiais, o que faz com que a atividade econômica se distancie dos desejos e expectativas dos indivíduos. A sobrevivência imediata da família depende da renda aportada por esses trabalhadores, que geralmente, não podem contar com uma ajuda financeira substancial vinda de parentes, e tampouco dispõem do acesso a benefícios trabalhistas. No processo de procura por trabalho, quase inexistente a ideia de que o indivíduo é alguém com valor em si, que deve fazer escolhas de acordo com os seus anseios e personalidade.

O suporte familiar de curto prazo traduz a reprodução, também de curto prazo, da força de trabalho, submetida a um mercado com alta rotatividade e cujos recursos não garantem um respiro entre uma e outra ocupação. Ao enfrentarem o desemprego, os indivíduos se colocam disponíveis para qualquer tipo de trabalho (o sentido êmico do “correr atrás”), pois disso depende a satisfação das necessidades básicas. Nessas famílias, o início da vida adulta costuma ser associado ao término da escola, que traz consigo a cobrança pela autonomização do indivíduo. Já o investimento educacional se restringe ao diploma escolar, e a qualificação profissional ocorre de maneira diversificada e com baixo grau de institucionalização.

A Tese também documentou que, entre os pobres, o desemprego não é um evento datado, mas uma experiência que atravessa as biografias e atinge outros familiares. Quando muito, as famílias conseguem amortecer os impactos mais severos do desemprego, a partir do cuidado de indivíduos dependentes e da circulação de recursos escassos com vistas à compra de bens e serviços essenciais. Isso permite que o indivíduo se lance no mercado de trabalho para acessar ocupações elementares, transitando entre atividades formais e informais.

Não existe muita separação entre o dinheiro pessoal e familiar, e aos rendimentos do

trabalho, se somam os benefícios socioassistenciais. Todos esses recursos formam um circuito de ajudas monetárias que permitem o acesso a “favores” durante a procura por trabalho. Vale notar que os parentes não costumam ocupar posições importantes no mercado de trabalho, e como resultado, a indicação a empregos se limita a uma circulação difusa de informações e oportunidades, que se retrai, ou até mesmo desaparece, durante as crises econômicas.

Já nas camadas médias e superiores, é radicalmente distinto o modo como o desemprego é vivido e interpretado como um problema. Com acesso estável a recursos, as famílias buscam garantir que seus membros sejam bem-sucedidos e se sintam satisfeitos e recompensados. Os projetos pessoais não se confundem com as demandas mais imediatas do grupo familiar, e a cobrança por autonomia financeira apenas ocorre quando os indivíduos formam novas unidades domésticas por meio do casamento. O foco não é a sobrevivência do grupo, mas a realização do indivíduo, que deve ser investido e projetado para as melhores ocupações. A relevância da transmissão intergeracional de recursos e oportunidades evidencia um cenário de reprodução das desigualdades sociais.

As trajetórias sedimentam uma forte identidade profissional, garantida pelo diploma de nível superior e pelo pertencimento a uma categoria ocupacional bem definida. As carreiras constituem uma sequência coerente de ocupações, vinculadas a um determinado nicho profissional. Para que estas carreiras sejam ambiciosas, as famílias realizam investimentos de longo prazo nas trajetórias, com o objetivo de preparar os indivíduos para o ingresso em mercados especializados e altamente competitivos. O desemprego é descrito como um período de oportunidades, pois o suporte familiar permite que os trabalhadores planejem a qualificação e a inserção profissional. Além do apoio à dedicação aos estudos, a procura por trabalho se beneficia de parentes que ocupam posições estratégicas em firmas e instituições.

O desemprego nunca ameaça a sobrevivência familiar, e nos casos mais graves, apenas obriga certos ajustes nos padrões de consumo. Por vezes, os indivíduos precisam readequar os seus planos às oportunidades disponíveis, e para isso, contam com o apoio das famílias no custeio das despesas e na definição das melhores estratégias. Um bom exemplo é o movimento pendular entre as unidades domésticas, quando os indivíduos “dão um passo atrás” e retornam à casa dos pais, se afastando das demandas financeiras de curto-prazo e planejando uma melhor entrada no mercado de trabalho.

Essas experiências, que aqui tratei como duas formas ideal-típicas a partir da acentuação dos seus elementos mais significativos, se materializam na realidade empírica sob formas bem diversas. Entre os trabalhadores pobres e inscritos no serviço público de emprego, foi possível observar diferenças no que diz respeito aos impactos materiais do

desemprego. Para alguns, o desemprego constitui uma ameaça à sobrevivência do grupo doméstico, enquanto para outros, o desemprego provoca efeitos menos graves, mas ainda assim importantes, tais como o endividamento das famílias e o corte de gastos educacionais com crianças e adolescentes. Já nas camadas médias e superiores, o ideal de carreira pode ser prejudicado pela queda da renda familiar e por dificuldades de inserção profissional, o que leva o indivíduo a empreender estratégias de curto-prazo para gerar renda. Ainda que esses indivíduos contem com o apoio familiar, a urgência pode se fazer presente, na forma de uma certa pressa na prestação de concursos e no início do autoemprego, de modo a aproveitar o suporte familiar enquanto ele ainda está disponível.

A esfera pública sempre está presente nos discursos dos desempregados, por razões que variam entre os tipos. Para os indivíduos que disputam o acesso às ocupações elementares, o contato com o Estado se baseia no acesso às políticas de emprego e socioassistenciais. Nesses casos, as instituições públicas são descritas como um ponto de apoio em períodos difíceis. A divisão entre elegíveis e inelegíveis à proteção pública constitui um mecanismo importante de estratificação, ao maximizar, entre indivíduos relativamente “próximos”, as desigualdades observadas no mercado de trabalho. Já nas camadas médias e superiores, o Estado assume centralidade nas narrativas de reprodução e mobilidade social dos desempregados, seja como um objetivo, no caso dos indivíduos que tentam ingressar no funcionalismo público; seja como um meio de acesso às credenciais profissionais e educacionais, entendidas como um requisito para a competição por bons empregos.

Finalmente, vale lembrar de alguns aspectos que interseccionam as características da força de trabalho e a estratificação do desemprego. Na análise lexical das narrativas, vimos como a combinação entre raça e escolaridade criou um binômio entre os trabalhadores negros/pouco escolarizados e os trabalhadores brancos/altamente escolarizados, demonstrando como desigualdades se acumulam na distribuição dos riscos do desemprego. A pesquisa empírica em Salvador reforçou esses achados. Por sua vez, o bairro de moradia dos desempregados está duplamente associado às experiências no mercado de trabalho. Ainda que Salvador seja uma cidade fragmentada, onde áreas homogêneas são atravessadas por ilhas de pobreza e enclaves fortificados, os trabalhadores pobres residiam no Subúrbio Ferroviário e no chamado “miolo”, enquanto os trabalhadores das camadas médias e superiores se concentravam na orla marítima e em suas adjacências (Carvalho; Pereira, 2014). Essa divisão é facilmente observável nos Anexos 12 e 13, que informam o perfil dos trabalhadores entrevistados. As características do espaço urbano também condicionam as chances de sucesso da procura por trabalho, devido à concentração de bens, serviços e oportunidades nos chamados bairros “nobres” e bem consolidados. Além das características inadequadas das moradias, muitos entrevistados que residiam em bairros periféricos se

queixavam da dificuldade de procurar trabalho, devido à baixa oferta de empregos no entorno imediato das suas residências.

Desafios para o aprofundamento da agenda de pesquisa

A fim de fortalecer o debate sobre a distribuição e a socialização dos riscos do desemprego no Brasil, com foco na interface entre Estado, mercado de trabalho e vida familiar, existem temas que podem ser aprofundados por investigações futuras.

Em 2020, a pandemia de COVID-19 afetou severamente os mercados de trabalho, enquanto novos arranjos protetivos foram introduzidos pelos Estados nacionais. Não foi possível incluir o período pós-2020 na Tese, o que demandaria uma reorientação da agenda de pesquisa num momento em que o campo já transcorria sob outras bases. Isso me levou a limitar a coleta e a análise dos dados qualitativos e quantitativos até o ano de 2019. Novos estudos podem dialogar com as evidências que foram apresentadas ao longo da Tese, de maneira a analisar o regime brasileiro de bem-estar durante e após a pandemia de COVID-19. Em especial, ao problematizar as disputas em torno da elaboração e implementação de políticas públicas; as transformações das fronteiras entre o desemprego, a ocupação e a inatividade; e os efeitos socioeconômicos da pandemia em diferentes grupos de trabalhadores.

Busquei comparar as políticas de emprego brasileiras com as observadas em outros países, e para isso, concentrei a análise em países selecionados da OCDE, por dois motivos: a disponibilidade das bases de dados e o fato de que as experiências do capitalismo central serviram de inspiração, quase um contrafactual, para o entendimento das especificidades do caso brasileiro. O estudo dos países latino-americanos ocorreu de maneira pontual e, sem dúvidas, a agenda de pesquisas sobre o desemprego em muito se beneficiaria de uma comparação mais sistemática entre as políticas de emprego no nosso continente. Contudo, as bases de dados com acesso público são escassas, desafio que pode ser superado por meio de trabalhos colaborativos entre grupos de pesquisa latino-americanos.

Na Parte I, analisei três políticas de emprego, consideradas paradigmáticas para a institucionalização do desemprego nos países capitalistas. Pesquisas futuras podem incluir novas políticas nessa agenda de pesquisa, como o FGTS; ou fornecer evidências mais robustas sobre a interface entre as políticas de emprego e socioassistenciais. O ganho seria uma reflexão mais robusta sobre o sistema brasileiro de proteção ao desemprego.

Já na Parte II, me concentrei na variação das taxas de desemprego e na estratificação do desemprego em cada período. Novos estudos podem se concentrar na análise longitudinal dos microdados da PNAD-C, ao acompanhar um mesmo indivíduo ou família ao longo do tempo. Além disso, as desigualdades regionais foram tratadas apenas de maneira tangencial, considerando, por exemplo, a formação desigual do mercado de trabalho brasileiro e a comparação entre os indicadores de desemprego aberto e oculto em Salvador e São Paulo. As investigações sociológicas se beneficiariam de reflexões mais detalhadas sobre as diferenças regionais das chances de desemprego e como se deu o processo de institucionalização do desemprego em locais distintos.

Na Parte III, explorei os relatos dos indivíduos sobre as suas relações familiares, o que se tornou um procedimento comum em estudos qualitativos nos grandes centros urbanos. Penso que estudos etnográficos sobre as relações sociais entre os desempregados e suas famílias, com um olhar mais detido sobre as práticas cotidianas nos territórios, contribuiriam para o avanço desse campo de estudos. É verdade que os relatos pessoais são uma fonte importante de informações sobre a vida familiar, levando em conta a posição do indivíduo nos arranjos e sua participação em uma rede de parentesco. Mas certos aspectos da vida familiar, como os possíveis dissensos entre membros de uma mesma família, ajudariam a aprofundar a temática das desigualdades intrafamiliares.

Para fechar essas reflexões, retomo a ideia, apresentada logo no início da Tese, de que o desemprego constitui um problema sociológico e um problema público. É possível conhecer muito sobre a nossa sociedade ao assumirmos o desemprego como objeto de análise. A investigação mirou as diversas formas de reprodução das desigualdades sociais nos processos de alocação de pessoas e recursos no mercado de trabalho, ou em posições sociais decorrentes desse mercado. Como um fenômeno provável e que assume significados a partir de experiências coletivas de socialização e diferenciação, o risco evidencia as capacidades de os indivíduos formarem expectativas e satisfazerem suas necessidades. Ainda que o indivíduo seja, do ponto de vista metodológico, uma unidade de análise importante, o desemprego só é bem compreendido quando mirado a partir de lógicas e sociabilidades diversas que estruturam as posições sociais e as experiências individuais.

A forma como o desemprego é tratado pelas políticas públicas e relações sociais cotidianas revela os acordos implícitos sobre as condições de existência que são entendidas como aceitáveis para aqueles indivíduos excluídos (ainda que de maneira parcial) do mercado de trabalho. Em face de uma grave crise social, como a que vivemos atualmente, o assunto é ainda mais urgente. O desenho do regime brasileiro de bem-estar social se impõe como um tópico a ser estudado e debatido pelas próximas pesquisas sociológicas. Espero ter

demonstrado limites e problemas do nosso sistema protetivo que são inconciliáveis com o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Acredito que este é um bom ponto de partida para as investigações sobre os desafios brasileiros no pós-2020.

Referências

- ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro; WALL, Karin. (2013), "Support, social networks and the family in Portugal: two decades of research". *International Review of Sociology*, 23 (1): 47-67.
- ABREU FILHO, Ovídio de. (1981), "Parentesco e identidade social". *Anuário Antropológico*, 5 (1): 95-118.
- ACCIARI, Louisa. (2016), "Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras: o movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento". *Mosaico*. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10125501/1/2016-Mosaico-Empoderamento%20e%20marginalidade.pdf>.
- ACEMOGLU, Daron; SHIMER, Robert. (2000), "Productivity gains from unemployment insurance". *European Economic Review*, 44: 1195-1224.
- AHLERT, Martina. (2013), "A 'precisão' e o 'luxo': usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)". *Revista Política e Trabalho*, 38: 69-86.
- ALANIZ, Erika; BRUNO, Lúcia. (2018), "A ideologia da inclusão social no Plano Nacional de Qualificação (PNQ)". *Cadernos de Pesquisa*, 25 (3): 11-28.
- ALBER, Jens. (2009), "Government responses to the challenge of unemployment: the development of unemployment insurance in Western Europe." In: FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold (orgs.). *The development of Welfare States in Europe and America*. New Jersey, Transaction Publishers, pp. 151-184.
- ALBERTI, Manfredi. (2011), "The birth of unemployment statistics: a comparison (1880-1914)". *Third European Congress on World and Global History*, London School of Economics and Political Science.
- ALTINDAG, Duha; DURSUN, Bahadır; FILIZ, Elif. (2022), "The effect of education on unemployment duration". *Economic Inquiry*, 60: 21-42.
- ALVES, José. (2008), "A transição demográfica e a janela de oportunidade". *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*. Disponível em: https://www.ufif.br/ladem/files/2009/05/transicao_demografica.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2022.
- ALVES, José; VASCONCELOS, Daniel; CARVALHO, Angelita. (2010), "Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho". *Texto para Discussão (CEPAL-IPEA)*, 1528: 1-36.
- ALVES, José; CAVENAGHI, Suzana. (2019), "Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil". *Revista USP*, 122: 11-26.
- AMADEO, Edward; CAMARGO, José Márcio; GONZAGA, Gustavo; BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. (1994), "A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980". *Texto para Discussão (Ipea)*, 353.
- AMORIM, Brunu; SERVO, Luciana; FURTADO, Paulo; RIBEIRO, Eduardo; SOUZA, André. (2006), "Criação, destruição e realocação de postos de trabalho por setores". In: RIBEIRO, Eduardo; FURTADO, Paulo; AMORIM, Bruno; SOUZA, André; SANTOS, Daniel. (orgs.). *Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil*. Brasília, Ipea, pp. 51-66.

- AMORIM, Brunu; GONZALEZ, Roberto. (2009), "O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites". *Mercado de Trabalho (Ipea)*, 40: 43-49.
- AMORIM, Ricardo. (2012), "A revolução por trás do apagão de mão de obra". *Istoé*, 21 de setembro. Disponível em: https://istoe.com.br/239414_A+REVOLUCAO+POR+TRAS+DO+APAGAO+DE+MAO+DE+O BRA+/. Acesso em 18 de novembro de 2021.
- ANDRADE, Cláudia; LEITE, André; RAMOS, Francisco. (2010), "Problemas de incentivo no seguro-desemprego brasileiro: abordagem através de um modelo principal-agente dinâmico". *Fórum do Banco do Nordeste*. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/160445/220414/problemas.pdf/a50dcf16-01fd-4f2c-979b-a0a46d081cfb>>. Acesso em 17 de setembro de 2021.
- ARAÚJO, Marcella. (2017), *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. (2019), "Competição eleitoral e ideologia partidária: PT, PSDB e a agenda de proteção social no Brasil (1991-2014)". In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (orgs.). *As políticas da política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 23-46.
- ARKES, Jeremy. (2010), "Using unemployment rates as instruments to estimate returns to schooling". *Southern Economical Journal*, 76 (3), pp. 711-722.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos. (2019), "Produzindo mudanças por estratégias incrementais: a inclusão social no Brasil pós-1988". In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (orgs.). *As políticas da política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 352-367.
- ARRIAGADA, Irma. (1998), "Familias latinoamericanas: convergencias y divergencias de modelos y políticas". *Revista CEPAL*, 65: 85-102.
- _____. (2004), "Transformaciones sociales y demográficas de las familias latinoamericanas". *Papeles de Población*, 10 (40): 71-95.
- AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sônia. (1989). "A especificidade do 'Welfare State' brasileiro". In: CEPAL (org). *Reflexões sobre a Natureza do Bem-Estar*. Brasília, Comissão Econômica para América Latina e Caribe, pp. 86-189.
- AUTOR, David. (2009), "Introduction". In: AUTOR, David (org.). *Studies of labor market intermediation*. Chicago, The University of Chicago Press, pp. 1-26.
- AVERBUG, Marcello. (2005), "Plano Cruzado: crônica de uma experiência". *Revista do BNDES*, 12 (24): 211-240.
- AZEREDO, Beatriz. (1998), *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. Uberlândia, Editora da ABET.
- AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos. (1995), "Políticas públicas de emprego: experiências e desafios". *Planejamento e Políticas Públicas*, 12: 91-116.
- AZEVEDO, Beatriz. (1985), "Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica". *Ensaio FEE*, 6 (1): 155-168.
- BALDWIN, Peter. (1990), *The politics of social solidarity: class bases of the European Welfare State 1875-1975*. Cambridge: Cambridge University Press.

- BALESTRO, Moisés; MARINHO, Danilo; WALTER, Maria. (2011), "Seguro-desemprego no Brasil: a possibilidade de combinar proteção social e melhor funcionamento do mercado de trabalho". *Sociedade e Estado*, 26 (2): 185-208.
- BALTAR, Carolina. (2020), "Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019". *Texto para Discussão (Instituto de Economia da Unicamp)*, 382. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD382.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2022.
- BALTAR, Paulo. (2015), "Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil". *Texto para Discussão (Ipea)*, 2036.
- BALTAR, Paulo; SANTOS, Anselmo; KREIN, José; LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo; MORETTO, Amilton; MAIA, Alexandre; SALAS, Carlos. (2010), "Moving towards decent work - labour in the Lula government: reflections on the recent Brazilian experience". *Institute for Research on Labor and Employment Working Papers*. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/6w6062g2>. Acesso em 30 de março de 2021.
- BAMBRA, Clare. (2004a), "The worlds of welfare: illusory and gender blind?" *Social Policy & Society*, 3 (3): 201-211.
- _____. (2004b), "Weathering the storm: convergence, divergence and the robustness of the 'Worlds of Welfare'". *The Social Policy Journal*, 3 (3): 3-23.
- _____. (2006), "Research note: Decommodification and the worlds of welfare revisited". *Journal of European Social Policy*, 16 (1): 73-80.
- BARANOWSKA, Anna; GEBEL, Michael. (2010), "The determinants of youth temporary employment in the enlarged Europe". *European Societies* 12 (3): 367-390.
- BARBOSA, Alexandre. (2008), "O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e 'desemprego' na cidade de São Paulo". *Novos Estudos*, 80: 91-106.
- BARBOSA, Maria. (1998), "Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?" *Tempo Social*, 10 (1): 129-142.
- BARBOSA, Rogério. (2019), "Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)". *Mercado de Trabalho (Ipea)*, 67: 59-70.
- BARBOSA, Rui, ([1919] 2010), *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social.
- BARBOSA FILHO, Fernando. (2017), "A crise econômica de 2014/2017". *Estudos Avançados*, 31 (89): 51-60.
- BARBOSA FILHO, Fernando; MOURA, Rodrigo. (2015), "Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 45 (1): 101-123.
- BARHAM, Catherine. (2003), "Life stages of economic inactivity". *Labor Market Trends*. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.4568&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 12 de março de 2022.
- BARQUERO, Jorge; TREJOS, Juan. (2004), "Tipos de hogar, ciclo de vida familiar y pobreza en Costa Rica 1987-2002". *Población y Salud en Mesoamérica*, 2 (1): 1-36.

- BARRADAS, Anésia. (1986), *Fábrica PIPMO: uma discussão sobre política de treinamento de mão de obra no período 1963-82*. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas.
- BARRIENTOS, Armando. (2019), "Social protection in Latin America: one region, two systems". In: CRUZ-MARTÍNEZ, Gibrán (org.). *Welfare and social protection in contemporary Latin America*. New York, Routledge, pp. 59-71.
- BARROS, Ricardo; CAMARGO, José; MENDONÇA, Rosane. (1997), "Estrutura do desemprego no Brasil". *Texto para Discussão (Ipea)*, v. 478.
- BARROS, Ricardo; CORSEUIL, Carlos; FOGUEL, Miguel. (2001), "Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil". *Texto para Discussão (Ipea)*, 784.
- BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel. (2006), "Introdução". In: BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, Ipea, pp. 9-14.
- BARROS, Ricardo; OLINTO, Pedro; LUNDE, Trine; CARVALHO, Mirela. (2011), *The Impact of Access to Free Childcare on Women's Labor Market Outcomes: Evidence from a Randomized Trial in Low-income Neighborhoods of Rio de Janeiro*. World Bank Economists' Forum. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=131878714AEB1E49981BBB3662E4A6FA?doi=10.1.1.258.5722&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 11 de março de 2022.
- BARROS, Ricardo; COUTINHO, Diana; MENDONÇA, Rosane. (2014), "População e desenvolvimento". In: WONG, Laura; ALVES, José; VIGNOLI, Jorge; TURRA, Cássio (orgs.). *Cairo +20: perspectivas da agenda de população e desenvolvimento sustentável pós-2014*. Rio de Janeiro, ALAP Editora, pp. 41-54.
- BEAUDOUIN, Valérie. (2016), "Statistical Analysis of Textual Data: Benzécri and the French School of Data Analysis". *Glottometrics*, 33: 56-72.
- BECK, Ulrich. ([1986] 2011), *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.
- BECKERT, Jens. (2013), "Imagined futures: fictional expectations in the economy". *Theory and Society*, 42 (3): 219-240.
- BEDFORD, Victoria. (1996), "Relationships between adult siblings". In: AUHAGEN, Ann; SALISCH, Maria (orgs.). *The diversity of human relationships*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 120-140.
- BELLER, Irv. (1970), "Latin America's unemployment problem". *Monthly Labor Review*, 93 (11): 3-10.
- BELMAN, Dale; BELZER, Michael. (1997), "Regulation of labor markets: balancing the benefits and costs of competition". In: KAUFMAN, Bruce (org.). *Government regulation of the employment relationships*. Madison, University of Wisconsin, pp. 179-220.
- BELTRÃO, Kaizô; SUGAHARA, Sonoe; TEIXEIRA, Moema. (2012), *Os atributos de cor/raça e escolaridade no mercado matrimonial brasileiro: meio século de negociações*. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- BENDASSOLI, Pedro; COELHO-LIMA, Fellipe; CARLOTTO, Mary; NÜSSLE, Flora; FERREIRA, Ila. (2015), "Estratégias utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar o desemprego". *Revista Colombiana de Psicologia*, 24 (2): 347-362.
- BENZÉCRI, Jean-Paul. (1977), "Histoire et préhistoire de l'analyses des données". *Les*

Cahiers des Analyse des Données, 2 (1): 9-40.

_____. (1992), *Correspondence Analysis Handbook*. Flórida, CRC Press.

BERG, Janine; SALERNO, Matthew. (2008), "The origins of unemployment insurance: lessons for developing countries". In: BERG, Janine; KUCERA, David (orgs). *In defense of labour market institutions: cultivating justice in the developing world*. New York, Palgrave MacMillan, pp. 80-99.

BERNHARDT, Annette; HATTON, Erin; PASTOR, Manuel; ZIMMERMAN, Sarah. (2001), "Moving the demand side: intermediaries in a changing labor market". *53rd IRRRA Annual Proceedings*: 26-33.

BERNSTEIN, Jared. (2016), "Wages in the United States: trends, explanations and solutions". In: KIRSCH, Irwin; BRAUN, Henry. *The dynamics of opportunity in America: evidences and perspectives*. New York, Springer Open, pp. 167-195.

BERTONCELO, Edison. (2016), "Classes sociais, cultura e educação". *Novos Estudos CEBRAP*, 35 (1): 159-175.

BEST, Henning; WOLF, Christof. (2015), "Logistic regression". In: BEST, Henning; WOLF, Christof. (orgs.). *The Sage handbook of regression analysis and causal inference*. London, Sage Publications, pp. 153-172.

BIANCARELLI, André. (2014), "A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 58: 263-288.

BIANCHI, Suzanne; SAYER, Liana; MILKIE, Melissa; ROBINSON, John. (2012), "Household: who did, does or will do it, and how much it matter?" *Social Forces*, 91 (1): 55-63.

BILAC, Elisabete. (1978), *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo.

_____. (1994). "Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 11 (2): 155-158.

_____. (2014), "Trabalho e família: articulações possíveis". *Tempo Social*, 26 (1): 129-145.

BINNS, David; MARS, Gerald. (1984), "Family, community and unemployment: a study in change". *Sociological Review*, 32: 662-695.

BIVAR, Wasmália. (1993), "Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração". BNDES, Rio de Janeiro.

BLANCHARD, Olivier. (2006), "European unemployment: the evolution of facts and ideas". *Economic Policy*, 21 (45): 6-59.

BLAU, Francine; KAHN, Lawrence. (1981), "Race and sex differences in quits by young workers". *Industrial and Labor Relations Review*, 34 (4): 563-577.

BLUSTEIN, David; KOZAN, Saliha; CONNORS-KELGREN, Alice. (2013), "Unemployment and underemployment: A narrative analysis about loss". *Journal of Vocational Behavior*, 82 (3): 256-265.

BOLAND, Tom; GRIFFIN, Ray. (2015), "The death of unemployment and the birth of job-seeking in welfare policy: governing a liminal experience". *Irish Journal of Sociology*, 32 (2): pp. 29-48.

- _____. (2019), "Nothingness and Time: exploring the temporal governmentality of unemployment". *Temporalités: Revue de Sciences Sociales et Humaines*, 29. Disponível em: <https://journals.openedition.org/temporalites/6202>. Acesso em 01 de abril de 2022.
- BONET, Rocio; CAPPELLI, Peter; HAMORI, Monika. (2013), "Labor Market intermediaries and the new paradigm for human resources". *The Academy of Management Annals*, 7 (1): 341-392.
- BORGES, Ângela. (2006), "Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23 (2): 205-222.
- _____. (2010), "Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias". *Parcerias Estratégicas*, 11 (22): 145-168.
- BORGES, Márcio. (2003), "Uma contribuição ao debate das políticas públicas de emprego: o Sistema Nacional de Emprego". *Revista da ABET*, 3 (1): 91-116.
- BOSWELL, Wendy; ZIMMERMAN, Ryan; SWIDER, Brian. (2012), "Employee job search: toward an understanding of search context and search objectives". *Journal of Management*, 38 (1): 129-163.
- BOTASSIO, Diego; VAZ, Daniela. (2020), "Segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de decomposição para o período 2004-2015". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 37: 1-30.
- BOTT, Elizabeth. (1976), *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), *Meditações pascalianas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk.
- _____. (2011), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, Papirus.
- BRAND, Jennie. (2015), "The far-reaching impact of job loss and unemployment". *Annual Review of Sociology*, 41: 359-357.
- BRANDOLINI, Andrea; CIPOLLONE, Piero; VIVIANO, Eliana. (2006), "Does the ILO definition capture all unemployment?" *Journal of the European Economic Association*, 4 (1): 153-179.
- BRAGA, Júlia; LARA, Fernando. (2019), "De onde virá a demanda que justificará a recuperação do investimento?" *Excedente: Grupo de Economia Política do Instituto de Economia da UFJR*. 2019. Disponível em: <https://www.excedente.org/blog/de-onde-vira-a-demanda-que-justificara-a-recuperacao-do-investimento/>. Acesso em 15 de abril de 2021.
- BRASIL. (1909), *Decreto n. 7.566*, de 23 de setembro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de outubro de 2020.
- _____. (1934), *Decreto n. 24.558*, de 3 de julho. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/446987/publicacao/15617224>. Acesso em 25 de outubro de 2020.
- _____. (1937), *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 25 de outubro de 2020.
- _____. (1939), *Decreto Lei n. 1.238*, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

- _____. (1942a), *Decreto Lei n. 4.048*, de 22 de janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em 27 de outubro de 2020.
- _____. (1942b), *Decreto Lei n. 4.073*, de 30 de janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 de outubro de 2020.
- _____. (1942c), *Decreto Lei n. 4.127*, de 25 de fevereiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 de outubro de 2020.
- _____. (1943), *Decreto Lei n. 5.452*, de 1 de maio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1946), *Decreto Lei n. 8.621*, de 10 de janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm. Acesso em 28 de outubro de 2020.
- _____. (1946), *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1959), *Lei n. 3.552*, de 16 de fevereiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em 27 de outubro de 2020.
- _____. (1964), *Lei n. 4.589*, de 11 de dezembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4589.htm. Acesso em 24 de outubro de 2021.
- _____. (1963), *Decreto n. 53.324*, de 18 de dezembro. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/475988/publicacao/15803689>. Acesso em 28 de outubro de 2020.
- _____. (1965), *Lei n. 4.923*, de 23 de dezembro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4923.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1966a), *Decreto n. 58.550*, de 30 de maio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-58550-30-maio-1966-399186-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 de outubro de 2021.
- _____. (1966b), *Decreto n. 58.155*, de 5 de abril de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-58155-5-abril-1966-399026-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 de julho de 2022.
- _____. (1967), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1968), *Decreto n. 62.756*, de 22 de maio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-62756-22-maio-1968-403983-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24 de outubro de 2021.
- _____. (1971), *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento*. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- _____. (1972), *Decreto n. 70.882*, de 27 de julho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1970-1979/decreto-70882-27-julho-1972-419201-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

- _____. (1974), *Decreto n. 75.081*, de 12 de dezembro. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/497721/publicacao/15705401>. Acesso em 28 de outubro de 2020.
- _____. (1974), *Lei n. 6.151*, de 4 de dezembro. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/view. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1975), *Decreto n. 76.403*, de 8 de outubro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D76403.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1986), *Lei n. 7.846*, de 6 de junho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7486.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1986a), *Decreto Lei n. 2.284*, de 27 de fevereiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2283.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1990), *Lei n. 7.998*, de 11 de janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1991), *Lei n. 8.287*, de 20 de dezembro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8287.htm. Acesso em 27 de agosto de 2021.
- _____. (1993), *Lei n. 8.666*, de 21 de junho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- _____. (1994), *Lei n. 8.900*, de 30 de junho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8900.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (1997), *Decreto n. 2.208*, de 17 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 06 de novembro de 2021.
- _____. (2004), *Decreto n. 5.154*, de 23 de junho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 06 de novembro de 2021.
- _____. (2006), *Decreto n. 5.840*, de 13 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em 14 de novembro de 2021.
- _____. (2012), *Decreto n. 7.721*, de 16 de abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/D7721.htm. Acesso em 17 de setembro de 2020.
- _____. (2001a), *Medida Provisória n. 2.164-41*, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (2001b), *Lei n. 10.208*, de 23 de março de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10208.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.

- _____. (2002), *Lei n. 10.608*, de 20 de dezembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10608.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (2003), *Lei n. 10.779*, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779compilado.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (2008), *Lei n. 11.741*, de 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11741.htm. Acesso em 14 de novembro de 2021.
- _____. (2011), *Lei n. 12.513*, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (2015a), *Lei n. 13.134*, de 16 de junho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. (2015b), *Lei Complementar n. 150*, de 1 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm#art46. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- _____. (2018), *Lei n. 13.667*, de 17 de maio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13667.htm. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- _____. (2017), *Lei n. 13.467*, de 13 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/13467.htm. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- BRENKE, Karl; RINNE, Ulf; ZIMMERMANN, Klaus. (2013), "Short-time work: the German answer to the Great Recession". *International Labour Review*, 152 (2): 287-305.
- BRITO, Danyella. (2018), *Dinâmica de oferta de trabalho familiar no Brasil em um contexto de mudanças demográficas*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
- BRITO, Danyella; OLIVEIRA, Ana. (2021), "Dinâmica da polarização da oferta do trabalho familiar no Brasil urbano". *Nova Economia*, 31 (1): 185-216.
- BRITO, Fausto. (2008), "Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25 (1): 5-26.
- BRITO, Murillo. (2017), "Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, 47 (163): 224-263.
- BROMAN, Clifford; HAMILTON, Lee.; HOFFMAN, William. (1996), "The impact of unemployment on families". *Michigan Family Review*, 2 (2): 83-91.
- BRUMER, Anita. (1988), "O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força do trabalho". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (8): 20-38.
- BRUSCHINI, Maria. (2007), "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos". *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132): 537-572.
- BRUSCHINI, Maria; RIDENTI, Sandra. (1994), "Família, casa e trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, 88: 30.36.

- BULHÕES, Maria. (2004), “Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul”. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (4): 39-49.
- BURAWOY, Michael. (1990), “Between the labor process and the State: the changing face of factory regimes under advanced capitalism”. *American Sociological Review*, 48 (5): 587-605.
- BURNIER, José; GONÇALVES, Marco. (2012), “Dificuldade de encontrar mão de obra qualificada afeta a economia brasileira”. *O Globo*, 13 de agosto. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/dificuldade-de-encontrar-mao-de-obra-qualificada-afeta-economia-brasileira.html>. Acesso em 18 de novembro de 2021.
- CABEZAS, Marcela; BUSTAMANTE, Andrés. (2020), “Origins and recent developments of labour statistics”. In: BERTRANOU, Fabio; MARINAKIS, Andrés. (orgs.). *Reflections on work: Perspectives from the Southern Cone of Latin America on the occasion of the ILO Centenary*. Santiago, ILO, pp. 17-25.
- CACCIAMALI, Maria. (1983), “Setor informal e formas de participação na produção: o caso do município de São Paulo”. *Estudos Econômicos*, 13 (3): 607-627.
- _____. (1999), “Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90”. In: POSTHUMA, Anne. (org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo, Editora 34, pp. 207-232.
- _____. (2005), “As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul”. *Estudos Avançados*, 19 (55): 85-104.
- _____. (2005), “Globalização e processos de informalidade”. *Economia e Sociedade*, 14: 153-174.
- CACCIAMALI, Maria; PIRES, Júlio. (1996), “Instituições laborais, emprego e distribuição de renda no Brasil”. *São Paulo em Perspectiva*, 10 (1): 27-35.
- CACCIAMALI, Maria; SILVA, Gilvanir; MATOS, Franco. (1998), “Sistema Nacional de Emprego: desempenho interestadual”. In: OLIVEIRA, Marco et al. (org). *Reforma do Estado e políticas públicas de emprego*. Campinas, Unicamp, pp. 169-192.
- CACCIAMALI, Maria; LIGIÉRO, Adriana; MATOS, Franco de. (2008), *Desenho e gestão de uma política pública de intermediação de mão de obra*. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho.
- CAGNIN, Rafael; PRATES, Daniela; FREITAS, Maria; NOVAIS, Luís. (2013), “A gestão macroeconômica do Governo Dilma (2011 e 2012)”. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 97: 169-185.
- CALEIRAS, Jorge. (2015), *Para lá dos números: as consequências pessoais do desemprego*. Coimbra, Grupo Almedina.
- CAMARANO, Ana. (2014), “Quanto custa cuidar da população idosa dependente e quem paga por isto?” In: CAMARANO, Ana (org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, Ipea*, pp. 605-623.
- CAMARANO, Ana; ABRAMOVAY, Ricardo. (1999), “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 621.
- CAMARANO, Ana; KANSO, Solange. (2009), “Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 1426.
- CAMARANO, Ana; FERNANDES, Daniele (2014), “Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010”. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo*

regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, Ipea, pp. 117-154.

CAMARANO, Ana; KANSO, Solange; BARBOSA, Pamela; ALCÂNTARA, Viviane. (2014), "Desigualdades na distribuição demográfica e as suas implicações na distribuição de renda no Brasil". In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro, Ipea, pp. 241-270.

CAMARGO, José. (2003), *Assimetria de informação e desemprego*. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia.

CANO, Wilson. (2015), "Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento". *Brazilian Journal of Political Economy*, 35 (3): 444-460.

CAPPELLI, Peter. (2001), "Assessing the decline of internal labor markets". In: BERG, Ivar; KALLEBERG, Arne. (orgs.). *Sourcebook of labor markets: evolving structures and processes*. New York, Plenum Publishers, pp. 217-245.

CARDOSO, Adalberto. (1999), *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM.

_____. (2013), *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

_____. (2016), *Work in Brazil: essays in historical and economic sociology*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ.

_____. (2019), *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Amazon.

CARDOSO, Adalberto; COMIN, Alvaro; GUIMARÃES, Nadya. (2006), "Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira". In: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena (orgs.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilização*. São Paulo, Editora SENAC, pp. 45-90.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTEICELLE, Edmond. (2017), "Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando?" *Dados*, 60 (4): 977-1023.

CARDOSO, Larry; FAÇANHA, Luís; MARINHO, Alexandre (2002), "Avaliação de programas sociais (PNAE, PLANFOR, PROGER): eficiência relativa e esquemas de incentivo". *Texto para Discussão (Ipea)*, 859.

CARDOSO JÚNIOR, José. (2000), "Desestruturação do mercado de trabalho brasileiros e limites do seu sistema Público de Emprego". *Texto para Discussão (Ipea)*, 751.

_____. (2005), "A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990". In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, Ipea, pp. 127-177.

CARDOSO JÚNIOR, José; GONZALEZ, Roberto; AMORIM, Brunu; STIVALI, Matheus; VAZ, Fábio. (2006), "Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil". In: TAFNER, Paulo (org.). *Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 397-446.

CARNEIRO, Ricardo. (2002), *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora da UNESP.

CARRERA, Letizia. (2011), "Women and work in Italy: the risk of discouragement. With a Southern Italian case study". *Italian Sociological Review*, 1 (3): 34-44.

- CARVALHAES, Flávio. (2015), "A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica". *Revista Sociedade e Estado*, 30 (3): 673-703.
- CARVALHAES, Flavio; BARBOSA, Rogério; SOUZA, Pedro; RIBEIRO, Carlos. (2014), "Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (85): 79-98.
- CARVALHO, Carlos. (2003), "Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real". *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*.
- CARVALHO, Inaiá. (2011), "Mercado de trabalho e vulnerabilidade em regiões metropolitanas brasileiras". *Caderno CRH*, 24 (62): 397-412.
- CARVALHO, Inaiá; ALMEIDA, Paulo. (2003), "Família e proteção social". *São Paulo em Perspectiva*, 17 (2): 109-122.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto. (2014), "Salvador como negócio". In: CARVALHO, Inaiá et al. (orgs.). *Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, Edufba, pp. 47-83.
- CARVALHO, José; RODRÍGUEZ-WONG, Laura. (2008), "A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI". *Caderno de Saúde Pública*, 24 (3): 597-605.
- CARVALHO, Maria. (2004), "Modos de educação, gênero e relações escola-família". *Cadernos de Pesquisa*, 34 (121): 41-58.
- CARVALHO, Sandro. (2016), "As diferenças entre a PME e a PNADC como fonte de indicadores de curto prazo sobre trabalho e rendimento". *Carta de Conjuntura (Ipea)*, 32.
- CASSIOLATO, Maria; GARCIA, Ronaldo. (2014), "Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional". *Texto para Discussão (Ipea)*, 1919.
- CASTEL, Robert. (2003), *L'insecurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Paris, La République des Idées.
- _____. (2013), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes.
- CASTELAR, Ivan; VELOSO, Alexandre; FERREIRA, Roberto; SOARES, Ilton. (2010), "Uma análise dos determinantes de desempenho em concursos públicos". *Economia Aplicada*, 14 (1): 81-98.
- CASTILHO, Mara. (2017), "O impacto da desindustrialização sobre o mercado de trabalho brasileiro: uma leitura sobre setores selecionados no período de 1995 a 2013". *A Economia em Revista*, 25 (3): 97-107.
- CASTIONI, Remi. (2020), "Meta-análise da avaliação dos programas massivos de educação profissional e tecnológica no Brasil". In: MORAES, Gustavo; ALBUQUERQUE, Ana; SANTOS, Robson; SILVA, Susiane (orgs.). *Avaliação da educação profissional e tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pp. 151-188.
- CASTRO, Jorge. (2012), "Política social e desenvolvimento no Brasil". *Economia e Sociedade*, 21: 1011-1042.
- CATELAN, Davi; CUNHA, Marina. (2020), "Crise econômica brasileira e ajuste da ocupação: uma análise para diferentes grupos de trabalhadores entre 2012 e 2017". *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 14 (4): 601-628.

- CAVENAGHI, Suzana. (2014), “A dinâmica populacional e a agenda de população e desenvolvimento sustentável”. In: WONG, Laura; ALVES, José; VIGNOLI, Jorge; TURRA, Cássio (orgs.). *Cairo +20: perspectivas da agenda de população e desenvolvimento sustentável pós-2014*. Rio de Janeiro, ALAP Editora, pp. 79-94.
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José. (2018), *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Seguros.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CETIC. (2019), *TIC Domicílios*. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em 22 de novembro de 2021.
- CHAHAD, José. (1986), “O impacto do seguro-desemprego na economia brasileira”. *Estudos Econômicos*, 16: 83-102.
- _____. (1989), “Os custos e o financiamento do Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego”. *Estudos Econômicos*, 19 (1): 75-107.
- _____. (1993), “Desemprego urbano no Brasil: diagnóstico e sugestões para melhorar a assistência aos trabalhadores a partir do Sistema Nacional de Emprego”. *Seminário Pesquisa Econômica I*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12149/000089261.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- _____. (1998), “Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro”. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, 26 (2): 252-282.
- CHAHAD, José; POZZO, Rafaella. (2013), “Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: Evolução, mudanças e perspectivas – desemprego, salários e produtividade do trabalho”. *Informações FIEPE*, 393: 11-29.
- CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN SOBRE FORMACIÓN PROFESIONAL - CINTERFOR/OIT. (1990), *La formación profesional en el umbral de los 90: un estudio sobre los cambios e innovaciones en las instituciones especializadas de América Latina*. Disponível em: https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/fp_umbralv_1.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2021.
- CHAVES, Addler; SOUSA, Beatriz; PEREIRA, Beatriz. (2019), “Políticas públicas de transferência de renda: um estudo sobre os impactos econômicos do Programa Bolsa Família no comércio de Itapetinga – BA”. *Revista Valore*, 4: 447-464.
- CHENG, Siwei; PARK, Barum. (2020), “Flows and boundaries: a network approach to studying occupational mobility in the labor market”. *American Journal of Sociology*, 126 (3): 577-631.
- CHOLEZ, Cèline; TROMPETTE, Pascale. (2015). “Economic circuits in Madagascar: ‘Agencing’ the circulation of goods, accounts and money”. *Consumption, Markets and Culture*, 19 (1): 148-166.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (2011), “Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação”. *Revista Retratos da Escola*, 5 (8): 27-41.
- CIOFFI, Sylvia. (1998), “Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida”. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/878/844>. Acesso em 11 de julho de 2022.

- CIPOLLONE, Angela; PATACCHINI, Eleonora; VALLANTI, Giovanna. (2013), "Women Labor Market Participation in Europe: Novel Evidence on Trends and Shaping Factors". *IZA Discussion Papers*, 7710.
- CLARKE, Simon. (1991), "Crise do fordismo ou crise da social-democracia?" *Lua Nova*, 24: 117-150.
- CLASEN, Jochen; CLEGG, Daniel. (2011), "Unemployment protection and labour market change in Europe: towards 'triple integration'?" In: CLASEN, Jochen; CLEGG, Daniel. (orgs.). *Regulating the risk of unemployment: national adaptations to post-industrial labour markets in Europe*. Oxford, Oxford University Press, pp. 1-12.
- CLASSEN, Kathleen. (1977), "The effect of unemployment insurance on the duration of unemployment and subsequent earnings". *ILR Review*, 30 (4): 438-444.
- CLOUET, Hadrien. (2019), "À la discrétion du conseiller? Les temporalités administratives du chômage en Allemagne et en France". *Temporalités: Revue de Sciences Sociales et Humaines*, 29. Disponível em: <https://journals.openedition.org/temporalites/6161>. Acesso em 01 de abril de 2022.
- COCKELL, Fernanda. (2008), *Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção. Universidade de São Carlos.
- COHN, Amélia. (2000), "Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro." *XXIV Encontro Anual da Anpocs*.
- COHEN, Miriam; HANAGAN, Michael. (1995), "Politics, industrialization and citizenship: unemployment policy in England, France and the United States, 1980-1950." *International Review of Social History*, 40 (3): 91-129.
- COHEN-SCALI, Valérie. (2003), "The influence of family, social, and work socialization on the construction of the professional identity of young adults". *Journal of Career Development*, 29 (4): 237-249.
- _____. (1995), "Políticas sociais e pobreza no Brasil". *Planejamento e Políticas Públicas*, 12: 1-19.
- COMIN, Alvaro. (2015), "Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010". In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 367-394.
- COMIN, Alvaro; BARBOSA, Rogério. (2011). "Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil". *Novos Estudos*, (91): 75-95.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) (1970). As mudanças estruturais do emprego no desenvolvimento econômico da América Latina. In: SÁ JR, Francisco (org.). *Subemprego, problema estrutural*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 11-109.
- _____. (1966). *The Process of Industrial Development in Latin America*. New York, United Nations.
- CONNIDIS, Ingrid. (2007), "Negotiating inequality among adult siblings: two case studies". *Journal of Marriage and Family*, 69: 482-499.
- CONWAY, Jill; BOURQUE, Susan; SCOTT, Joan. (2000), "El concepto de género". In: LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Ciudad del México, Universidad Autónoma de México, pp. 2-6.

COQUET, Bruno. (2015), *Labour market measures in France 2008-13: the crisis and beyond*. Geneva, International Labour Office.

CORIA, Marianela; TAPIA, Mireia; FUNTEALBA, René; COSTA, Cristina (2005), “Socialização econômica em famílias chilenas de classe média: educando cidadãos ou consumidores?” *Psicologia & Sociedade*, 17 (2): 88-98.

CORREIO BRAZILIENSE. (1965), *Castelo aprova medidas do DNES contra o desemprego*. 6 de janeiro de 1965, edição 1417. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=Castelo%20aprov%20medidas%20do%20DNES%20contra%20o%20Desemprego&pagfis=17042. Acesso em 19 de outubro de 2021.

CORSEUIL, Carlos. (2015), “Decifrando alguns paradoxos do mercado de trabalho brasileiro”. *Desafios do Desenvolvimento [online]*. 12 (83). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3144&catid=29&Itemid=34. Acesso em 27 de março de 2021.

CORSEUIL, Carlos; RAMOS, Lauro. (2014), “Sobre a comparação da taxa de desocupação na PNAD Contínua e na PME”. *Nota Técnica (Ipea)*, 18. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5756/1/NT_n18_Sobre-comparacao-taxa-desocupacao_Disoc_2014-abr.pdf. Acesso em 27 de março de 2021.

CORSEUIL, Carlos; POPOLONSKY, Katcha; FRANCA, Maira. (2018), “Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens”. *Mercado de Trabalho*, 64: 63-72.

COSTA, Carolina. (2011), “Casamento e estratificação social: um estudo sobre seletividade marital por escolaridade e origem social no Brasil”. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, Emília. (1998), *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

COSTA, Joana; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. (2005). “A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 1137.

COSTA, Márcia. (2010), “Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira”. *Caderno CRH*, 23 (58): 171-190.

COSTA, Márcia; FERRI, Cássia. (2018), “Empregabilidade e formação profissional: o que acontece depois da formatura?” *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26 (96): 1-25.

COUCH, Kenneth; FAIRLIE, Robert. (2010), “Last hired, first fired? Black-white unemployment and the business cycle”. *Demography*, 47 (1): 227-247.

COUTO, Berenice; YAZBEK, Maria; RAICHELIS, Raquel. (2012), “A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos”. In COUTO, Berenice; YAZBEK, Maria; RAICHELIS, Raquel (orgs.). *O Sistema Único de Assistência no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo, Cortez, pp. 54-87.

COUTO, Márcia. (2005), “Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero”. *Revista Antropológicas*, 16 (1): 197-216.

COUTRIM, Rosa; CUNHA, Maria; MATOS, Daniel. (2016), “A difícil transição: a participação da família na escolha profissional de jovens egressos do Ensino Médio”. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, 25 (47): 173-186.

- CRENSHAW, Kimberle. (1991), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299.
- CRUZ-MARTÍNEZ, Gibrán. (2019), "Comparative social policy in contemporary Latin America: concepts, theories and research agenda". In: CRUZ-MARTÍNEZ, Gibrán (org.). *Welfare and social protection in contemporary Latin America*. New York, Routledge, pp. 3-28.
- CUNHA, Luiz. (2000), "O ensino industrial-manufatureiro no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, 14: 89-107.
- CUNHA, Mariana; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio. (2018), "Patrones de coresidencia con familiares en el Brasil, 1960-2010". *Notas de Población*, 107: 41-70.
- CUNHA, Pedro. (1979), "A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos." *Revista de Administração de Empresas*, 19 (1): 29-46.
- CURI, Andréa; MENEZES-FILHO, Naércio. (2006), "O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990". *Estudos Econômicos*, 36 (4): 867-899.
- DARITY, William; GOLDSMITH, Arthur. (1995), "Mr Keynes, the new Keynesians and the concept of full employment". In: WELLS, Paul (org.). *Post-Keynesian economic theory*. Champaign, University of Illinois, pp. 73-93.
- DASKALAKI, Maria; SIMOSI, Maria. (2017), "Unemployment as a liminoid phenomenon: identity trajectories in times of crisis". *Human Relations*, 71 (9): 1153-1178.
- DAVIES, Richard; ELIAS, Peter; PENN, Roger. (1994), "The relationship between a husband's unemployment and his wife's participation in the labour force". In: GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine; VOGLER, Carolyn. (orgs.). *Social change and the experience of unemployment*. New York, Oxford University Press, pp. 154-187.
- DEBERT, Guita; GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. (2020), "Vieillesse et inégalités sociales: le cas du Brésil". *Retraite et Société*, 84: 97-120.
- DEDECCA, Cláudio (1998), "O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil." *Revista de Economia Política*, 18 (1): 99-119.
- _____. (2002), "Reorganização econômica, absorção de mão de obra e qualificação". *Revista de Economia Política*, 22 (2): 253-272.
- _____. (2005), "Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil". *Revista de Economia Política*, 25 (1): 94-111.
- DEDECCA, Claudio; ROSANDISKI, Eliane; CARVAÇO, Marcelo; BARBIERI, Carolina. (2004), "Mudanças na distribuição de renda individual e familiar no Brasil". *I Congresso da Associação Latino-Americana de População*. Disponível em: http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_319.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- DEKEN, Johan. (2011), "Belgium: a precursor muddling through?" In: CLASEN, Jochen; CLEGG, Daniel. (orgs.). *Regulating the risk of unemployment: national adaptations to post-industrial labour markets in Europe*. Oxford, Oxford University Press, pp. 100-120.
- DEMAZIÈRE, Didier. (1995), *La sociologie du chômage*. Paris, La Découverte.
- _____. (2008), "Ser desempregado para os sociólogos". *Política & Sociedade*, 13: 109-182.
- _____. (2017a). "Qu'est-ce qu'une recherche 'active' d'emploi? Expériences de chômeurs ayant obtenu un emploi". *Travail et Emploi*, 151: 5-28.

_____. (2017b), “Les femmes et le chômage: quelles spécificités et quelles variétés des expériences vécues?” *Sociologies*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologies/5966>. Acesso em 01 de julho de 2022.

DEMAZIÈRE, Didier; ZUNE, Marc. (2019), “Temps de la recherche d’emploi et expérience du chômage: prescription, disponibilité, encombrement, ritualisation”. *Temporalités: Revue de Sciences Sociales et Humaines*, 29. Disponível em: <https://journals.openedition.org/temporalites/6249>. Acesso em 01 de abril de 2022.

DESROSIÈRES, Alain. (1995), “Classer et mesurer: les deux faces de l’argument statistique”. *Réseaux*, 13 (71): 11-29.

DEVINE, Fiona. (2004), *Class practices: how parents help their children get good jobs*. Cambridge, Cambridge University Press.

DE LUCA, Gabriela; OLIVEIRA, Sidnei; CHIESA, Carolina. (2016), “Projeto e metamorfose: contribuições de Gilberto Velho para os estudos sobre carreiras”. *Revista de Administração Contemporânea*, 20 (4): 458-476.

DE TONI, Miriam. (1991), “Desemprego ‘oficial’: uma realidade mascarada pelos índices”. *Indicadores Econômicos FEE*, 18 (4): 121-131.

DIAZ-BONE, Rainer; DIDIER, Emanuel. (2016), “The sociology of quantification: perspectives on an emerging field in the Social Sciences”. *Historical Social Research*, 41 (2): p. 7-26.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. (2012), *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo, DIEESE.

_____. (2017a). *Movimentação no mercado de trabalho: rotatividade, intermediação e proteção ao emprego*. São Paulo, DIEESE.

_____. (2017b), *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016*. São Paulo, DIEESE.

DONER, Richard; HERSHBERG, Eric. (2001), “Produção flexível e descentralização política nos países em desenvolvimento: afinidades eletivas na busca da competitividade?” In: GUIMARÃES, Nadya; MARTIN, Scott. (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo. Editora SENAC, pp. 201-238.

DONZELOT, Jacques. (1998), “The promotion of the social”. *Economy and Society*, 17 (3): 395-427.

DOUGHERTY, Debbie; RICK, Jessica; MOORE, Philip. (2017), “Unemployment and social class stigmas”. *Journal of Applied Communication Research*, 45: 495-516.

DRAIBE, Sônia. (1993), “O Welfare State no Brasil: características e perspectivas”. *Caderno de Pesquisa: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas*, 8.

_____. (2007), “The Brazilian Developmental Welfare State: rise, decline and perspectives”. In: RIESCO, Manuel (org.). *Latin America: a New Developmental Welfare State Model in the making?* New York. Palgrave Macmillan, pp. 239-281.

DRAIBE, Sônia; CASTRO, Maria; AZEREDO, Beatriz. (1995), “The system of social protection in Brazil”. *Kellogg Working Papers*, v. 3. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/DSPS03_0.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2021.

- DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. (2007), "Latin America: a New Developmental Welfare State in the making?" In: RIESCO, Manuel (org.). *Latin America: a New Developmental Welfare State Model in the making?* New York. Palgrave Macmillan, pp. 21-116.
- DUBAR, Claude. (2009), "A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência". *Educação & Sociedade*, 19 (64): 87-103.
- DUBOIS, Vincent. (2019), "Institutional order, interaction order and social order: administering welfare, disciplining the poor". *Politiche Sociali*, 3: 507-520.
- DUCCI, Maria. (2001), "Training and retraining in Latin America". In: BERRY, Albert (org.). *Labor market policies in Canada and Latin America: challenges of the new millennium*. New York, Springer Science, pp. 267-287.
- DURHAM, Eunice (1980), "A família operária: consciência e ideologia". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 23 (2): 201-214.
- _____. (2004), *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana; ARANTES, Flávio. (2018), "Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil". *XXIII Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em: <https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/53.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- ECHEVARRIA, José. (1970), "O subemprego nas regiões urbanas". In: SÁ JR, Francisco (org.). *Subemprego, problema estrutural*. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 110-150.
- EGUÍA, Amalia. (2004), "Pobreza y reproducción Familiar: propuesta de un enfoque para su estudio". *Caderno CRH*, 17 (40): 79-92.
- EISENBERG, Paul; LAZARFELD, Paul. (1938), "The psychological effects of unemployment". *Psychological Bulletin*, 35 (6): 358-390.
- ELIAS, Norbert. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. (1990), *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey, Princeton University Press.
- _____. (1999), *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (2015), "Welfare regimes and social stratification". *Journal of European Social Policy*, 25 (1): 124-134.
- _____. (2016), *Families in the 21st century*. Estolcomo, SNS Förlag.
- _____. (2017), "Education, gender revolution, and fertility recovery". *Vienna Yearbook of Population Research*, 15: 55-59.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta; BILLARI, Francesco. (2015), "Re-theorizing family demographics". *Population and Development Review*, 41 (1): 1-31.
- ESTANQUE, Elísio. (2017), "Onde pára a classe média? Breves notas sobre o conceito e a realidade portuguesa". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83: 37-54.
- EWALD, François. (1991), Insurance and risk. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. (org.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press, pp. 197-210.
- FARRELL, Betty; VANDEVUSSE, Alicia; OCOBOCK, Abigail. (2012), "Family change and the

state of family sociology". *Current Sociology*, 60 (3): 283-301.

FELIX, Jorge. (2016), "O idoso e o mercado de trabalho". In: ALCÂNTARA, Alexandre; CAMARANO, Ana; GIACOMIN, Karla (orgs.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 241-263.

FERNANDES, Reynaldo; PICCHETTI, Paulo. (1999), "Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 29 (1): 87-112.

FERRARO, Alceu; KREIDLOW, Daniel. (2004), "Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais". *Educação & Realidade*, 29 (2): 179-200.

FERREIRA, Luiz. (2018), "1983: Protesto de desempregados em São Paulo deixa 1 morto e 566 detidos: manifestação iniciada na Zona Sul da capital durou mais de 70 horas". *Folha de São Paulo*. 4 de abril. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/04/1983-protesto-de-desempregados-em-sao-paulo-deixa-1-morto-e-566-detidos.shtml>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

FERREIRA-VALENTE, Alexandra; COELHO, Liana. (2015), "Gestão de finanças conjugais em tempos de crise econômica". *Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, pp. 4749-4765.

FIELDS, Gary. (2011), "Labor market analysis for developing countries". *Labour Economics*, 18: 16-22.

FIGUEIREDO, Hugo; BISCAIA, Ricardo; ROCHA, Vera; TEIXEIRA, Pedro. (2015), "Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment". *Studies in Higher Education*, 42 (8): 1-20.

FILGUEIRA, Fernando. (2005), *Welfare and democracy in Latin America: the development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social states*. Geneva, UNRISD.

FINEGAN, Aldrich. (1981), "Discouraged workers and economic fluctuations". *Industrial and Labor Relations Review*, 35 (1): 88-102.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. (2011), "Toward a general theory of strategic action fields". *Sociological Theory*, 29 (1): 1-26.

FLORESTAN, Fernandes. (2008), *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Global.

FOGAÇA, Azuete (1998), "A educação e a reestruturação produtiva no Brasil". In: OLIVEIRA, Marco et al. (org.). *Reforma do Estado e políticas públicas de emprego*. Campinas, Unicamp, pp. 295-327.

FOLHA DE SÃO PAULO. (1977), *Desemprego*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6144&anchor=4230158&origem=busca&originURL=&pd=45c0ca7311483c326e3b711627a92d20>. Acesso em 8 de agosto de 2021.

FONSECA, Celso. (2010), "História do Ensino Industrial no Brasil". In: CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide (orgs.). *Celso Suckow da Fonseca*. Recife, Editora Massananga, pp. 65-150.

FONSECA, Claudia. (2002), "Olhares antropológicos sobre a família contemporânea". Disponível em: <https://claudialwfonseca.webnode.com.br/files/200000044-9db6f9e355/Olhares%20antropol%C3%B3gicos%20sobre%20a%20fam%C3%ADlia%20contempor%C3%A2nea%2C%202002.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2021.

_____. (2007), "Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações". *Cadernos Pagu*, 29: 9-35.

- FONTES, Márcia. (2014), *Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil: uma análise orçamentária*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
- FORRET, Monica; SULLIVAN, Sherry; MAINIERO, Lisa. (2010), "Gender role differences in reactions to unemployment: exploring psychological mobility and boundaryless careers". *Journal of Organizational Behavior*, 31: 647-666.
- FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra; PAULOS, Lilian. (2019), "Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e acadêmicos". *Educação e Sociedade*, 40: 1-17.
- FRANZONI, Juliana. (2008), "Welfare Regimes in Latin America: capturing constellations of markets, families, and policies". *Latin American Politics and Society*, 50 (2): 67-100.
- FREYSSINET, Jacques. (2004), *Le chômage*. Paris, La Découverte.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2015), "A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas". *Trabalho Necessário*, 13 (2): 206-233.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (2003), "Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado". *Educação e Sociedade*, 24 (82): 93-130.
- FURTADO, Celso. (2003), *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GADELHA, Sérgio. (2014), "Por que os gastos com seguro-desemprego crescem?". *Carta de Economia e Negócios*, 1 (2): 3-10.
- GALEAZZI, Irene. (2007), "O trabalho por conta própria num contexto de precarização laboral". In: BASTOS, Raul; MARQUES, Elisabeth; GALEAZZI, Irene; DE TONI, Miriam; KRELING, Norma (orgs.). *Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre. FEE, pp. 81-151.
- GALLIE, Duncan. (2004), "Unemployment, marginalization risks, and Welfare Policies". In: GALLIE, Duncan (org.). *Resisting marginalization: unemployment experience and social policy in the European Union*. Oxford, Oxford University Press, pp.1-33.
- GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine. (1995), "The experience of unemployment". In: GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine; VOGLER, Carolyn. (orgs.). *Social change and the experience of unemployment*. New York, Oxford University Press, pp. 1-30.
- GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge. (2000), "The experience of unemployment in Europe: the debate". In: GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge. (orgs.). *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford, Oxford University Press, pp. 1-22.
- GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge. (2004), "Unemployment, poverty, and social isolation: an assessment of the current state of social exclusion theory". In: GALLIE, Duncan. (org.). *Resisting marginalization: unemployment experience and social policy in the European Union*. New York, Oxford University Press, pp. 34-53.
- GAUTIÉ, Jérôme. (1998), "Da invenção do desemprego à sua desconstrução". *Mana*, 4 (2): 67-83.
- GERSHUNY, Jonathan; MARSH, Catherine. (1995), "Unemployment in work histories". In: GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine; VOGLER, Carolyn. (orgs.). *Social change and the experience of unemployment*. New York, Oxford University Press, pp. 66-114.

- GIANNELLI, Giana; JAENICHEN, Ursula; ROTHE, Thomas. (2013), "Doing well in reforming the labor market? Recent trends in job stability and wages in Germany". *IZA Discussion Paper*, 7580.
- GIDDENS, Anthony. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP.
- GÓES-FILHO, Joaquim. (1962), "A tradição histórica da aprendizagem industrial". *Revista do Serviço Público*, 95 (2): 39-52.
- GOLDANI, Ana. (2002), "Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19 (1): 29-48.
- _____. (2004), "Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil?" In: CAMARANO, Ana (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro, IPEA.
- GOLDTHORPE, John. (2010a), "Analysing social inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology". *Sociological Review*, 26 (6): 731-744.
- _____. (2010b), "Class analysis and reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment". *The British Journal of Sociology*, 61: 311-335.
- GOODMAN, David; OLIVEIRA, Daniel. (1977), "Desemprego urbano no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 7 (3): 551-580.
- GOODY, Jack. (1972), "The evolution of the family". In: LASLETT, Peter; WALL, Richard. (orgs.). *Household and family in past time*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 103-124.
- GORDON, David. (1987), "Six-percent unemployment ain't natural: demystifying the idea of a rising natural rate of unemployment". *Social Research*, 54 (2): 223-246.
- GORDON, Josua. (2017), "The peril of vanguardism: explaining radical cuts to unemployment insurance in Sweden". *Socio-Economic Review*, 17 (4): 947-968.
- GRANOVETTER, Mark. (1973), "The strength of weak ties". *The American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.
- _____. (1983), "The strength of weak ties: a network theory revisited". *Sociological Theory*, 1: 201-233.
- GRAY, Matthew; HEATH, Alexandra; HUNTER, Boyd. (2005), "The labour force dynamics of the marginally attached". *Australian Economic Papers*, 44 (1): 1-14.
- GREENWOOD, Adriana. (1998). "International definitions and prospects of underemployment statistics". *Organização Internacional do Trabalho*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_091440.pdf. Acesso em 17 de abril de 2021.
- GRÜN, Roberto. (1998), "A classe média no mundo do neoliberalismo". *Tempo Social*, 10 (1): 143-162.
- GRZENDA, Wioletta. (2019), "Socioeconomics aspects of long-term unemployment in the context of the ageing of Europe: the case of Poland". *Economic Research*, 32 (1): 1561-1582.
- GUEDES, Terezinha; IVANQUI, Ivan; MARTINS, Ana; COCHIA, Etelvina. (1999). "Seleção de variáveis categóricas utilizando análise de correspondência e análises procrustes". *Acta Scientiarum*, 21 (4): 861-868.

- GUERRA, Francismara; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cássio. (2016), “Disponibilidade de irmãos no Brasil: um estudo metodológico sobre relações de parentesco”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33 (1): 9-29.
- GUERRA, Vandeli. (2015). “A evolução do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil”. In: IBGE (org.). *PNAD: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015*. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 2-22.
- GUERREIRO, Maria. (1992), “Trajetórias sociais e relações familiares: empresários de PME”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11: 63-77.
- GUERREIRO, Maria; ABRANTES, Pedro. (2004), *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- GUIGINSKY, Janaína; WAJNMAN, Simone. (2019), “A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36: 1-26.
- GUIMARÃES, Nadya. (2002), “Por uma Sociologia do desemprego”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (50): 103-121.
- _____. (2004), *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2006), “Novas formas, novas medidas? Desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações”, *São Paulo em Perspectiva*, 20 (4): 103-126.
- _____. (2009a), “A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje”. *Novos Estudos*, 85: 151-170.
- _____. (2009b). *À procura de trabalho: instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte, Argumentvm.
- _____. (2017), “Desemprego e procura de trabalho: alguns desafios”. *Revista Ciências do Trabalho*, 7: 21-35.
- _____. (2020), “O cuidado e seus circuitos: significados, relações, retribuições”. In: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena (orgs.). *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. São Paulo, Editora Ateliê (no prelo).
- GUIMARÃES, Nadya; COMIN, Álvaro; LEITE, Marcia. (2001), “Por um jogo de soma positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil”. In: GUIMARÃES, Nadya; MARTIN, Scott. (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo. Editora SENAC, pp. 417-448.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; MONTAGNER, Paula; SUGITA, Kurumi. (2004), “Desemprego - mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada”. *Tempo Social*, 16 (2): 257-287.
- GUIMARÃES, Nadya; SILVA, Paulo; FARBELOW, Marcus. (2004), “Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor: São Paulo numa perspectiva comparada”. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.
- GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo. (2008), “Desemprego, padrões de trajetória e segregação em Paris e São Paulo”. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 69-87.

- GUIMARÃES, Nadya; DEMAZIÈRE, Didier; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2010), "Unemployment, a social construction: institutional programs, experiences and meanings in a comparative perspective". *Economic Sociology*, 11 (3): 10-24.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2011), "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão". *Revista Sociologia e Antropologia*, 1 (1): 151-180.
- GUIMARÃES, Nadya; ANDRADA, Ana; PICANÇO, Monise; VIEIRA, Priscila. (2012), "Trajetórias, atributos e relações: representações sobre redes e obtenção de trabalho". *Redes: Revista Hispana para el Análisis de redes sociales*, 22 (6): 106-146.
- GUIMARÃES, Nadya; BARONE, Leonardo; BRITO, Murillo. (2015), "Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010)". In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 395-422.
- GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo; ANDRADA, Ana; PICANÇO, Monise. (2017), "Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado". *Novos Estudos CEBRAP*, 36 (2): 83-105.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. (2020), "As ajudas: o cuidado que não diz seu nome". *Estudos Avançados*, 34 (98): 7-23.
- GUSH, Karon; SCOTT, James; LAURIE, Heather. (2015), "Households' responses to spousal job loss: 'all change' or 'carry on as usual'?" *Work, Employment and Society*, 29 (5): 703-719.
- GUZDA, Henry. (1983), "The U.S. employment service at 50: it is too hard to wait its turn". *Monthly Labor Review*, 106 (6): 12-19.
- HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. (2008), *Development, democracies and Welfare States*. New Jersey, Princeton University Press.
- HAMBERGER, Klaus. (2005), "Por uma teoria espacial do parentesco". *Mana*, 11 (1): 155-199.
- HARRIS, Zelig. (1952). "Discourse Analysis". *Language*, 28 (1): 1-30.
- HASENBALG, Carlos. (2003), "A distribuição de recursos familiares". In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelso do Valle. (orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, pp. 55-84.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (1998), "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil". *Anais do XXII Congresso Anual da Anpocs*.
- HEMERIJCK, Anton; MARX, Ive. (2010), "Continental welfare at a crossroads: the choice between activation and minimum income protection in Belgium and the Netherlands". In: PALIER, Bruno. (org.). *The politics of welfare in continental Europe*. Amsterdam, Amsterdam University Press, pp. 129-155.
- HERMAN, Jennifer. (2005), "Reformas, endividamento externo e o 'milagre' econômico". In: GIAMBAGI, Fabio; VILLELA, André (orgs.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2004*. São Paulo, Editora Campus, pp. 69-92.
- HEYES, Jason. (2011), "Flexicurity, employment protection and the jobs crisis". *Work, Employment and Society*, 25 (4): 642-657.

- HIRATA, Guilherme; MACHADO, Ana. (2010), "Escolha ocupacional e transição no Brasil metropolitano: uma análise com ênfase no setor informal". *Economia Aplicada*, 14 (4): 299-322.
- HIRATA, Helena. (2003), "Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho". In: EMILIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, pp. 15-30.
- _____. (2014), "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, 26 (1): 61-73.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. (1989), "Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (4): 71-84.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. (2007), "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132): 595-609.
- HOFFMANN, Helga. (1977), "Desemprego e subemprego no Brasil". São Paulo, Editora Ática.
- HOFFMANN, Marise; COSTA, Patrícia; SANCHES, Solange. (2003), "O Sistema PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego em seis regiões metropolitanas". *Séries Estudos e Pesquisas*, 62: 7-22.
- HOFFMANN, Marise; MENDONÇA, Sérgio. (2003), "O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo". *Estudos Avançados*, 17 (47): 21-42.
- HOFFMAN, Rodolfo. (2000), "Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil". In: HENRIQUES, Ricardo. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 81-107.
- _____. (2006), "Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005". In: BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel. (2006), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, Ipea, pp. 93-105.
- _____. (2014), "Brasil, 2013: mais segurança alimentar". *Segurança Alimentar e Nutricional*, 21 (2): 422-436.
- HOLEN, Arlene. (1977), "Effects of unemployment insurance entitlement on duration and job search outcome." *Industrial and Labor Relations Review*, 30 (4): 445-450.
- HOLZMANN, Lorena. (2013), "O trabalhador por conta própria no Brasil". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 34 (124): 119-137.
- HOLZNER, Christian; WATANABE, Makoto. (2015), "Understanding the Role of Public Employment Services: Theory and Empirical Evidence". *IZA Conference Paper*. Disponível em: http://conference.iza.org/conference_files/empophe2016/holzner_c2132.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2020.
- HOLZNER, Christian; WATANABE, Makoto. (2015), "Understanding the Role of Public Employment Services: Theory and Empirical Evidence". *IZA Conference Paper*. Disponível em: http://conference.iza.org/conference_files/empophe2016/holzner_c2132.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2020.
- HUDSON, John; KÜHNER, Stephan. (2009), "Towards productive welfare? A comparative analysis of 23 OECD Countries". *Journal of European Social Policy*, 19 (1): 34-46.

- HUFFMAN, Ann; CULBERTSON, Satoris; WAYMENT, Heidi; IRVING, Louis. (2015), "Resource Replacement and Psychological Well-being During Unemployment: The Role of Family Support". *Journal of Vocational Behavior*, 89: 74-82.
- HUSSMANN, Ralf. (2007), "Measurement of employment, unemployment and underemployment: current international standards and issues in their application". *Bulletin of Labor Statistics*, 1: 1-23.
- IANNI, Octávio. (1986), *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- IKUTA, Camila; MONTEIRO, Gustavo. (2019), "Ocupados, mas insatisfeitos: uma análise do crescimento da subocupação no Brasil". *Revista Ciências do Trabalho*, 16: 1-10.
- IMMERVOLL, Herwig; SCARPETTA, Stefano. (2012), "Activation and employment support policies in OECD countries. An overview of current approaches". *Iza Journal of Labor Policy*. Disponível em: <https://izajolp.springeropen.com/track/pdf/10.1186/2193-9004-1-9%20.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2021.
- INGOLD, Jo; VALIZADE, Danat. (2017), "Employers' recruitment of disadvantaged groups: exploring the effect of active labour market programme agencies as labour market intermediaries". *Human Resources Management Journal*, 27 (4): 530-547.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2002), *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2015), *PNAD: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2015), "Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua". *Nota Técnica*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNA D_PME_e_PNAD_Continua.pdf. Acesso em 26 de março de 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. (2006), "Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil". *Nota Técnica*. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5777/1/NT_n01_Sobre-recente-queda-desigualdade-renda_Disoc_2006-ago.pdf. Acesso em 11 de julho de 2022.
- ISRAEL, Sabine; SPANNAGEL, Dorothee. (2018), "Material deprivation in the EU: a multi-level analysis on the influence of decommodification and defamilisation policies". *Acta Sociologica*, 20 (10): 1-22.
- JACCOUD, Luciana. (2019), "Trabalho, pobreza e desigualdade: a garantia de renda no sistema brasileiro de proteção social". In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (orgs.). *As políticas da política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo, Editora UNESP, pp. 141-160.
- JACINTO, Paulo; RIBEIRO, Eduardo. (2015), "Crescimento e envelhecimento populacional brasileiro: menos trabalhadores e trabalhadores mais produtivos?" *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 45 (2): 177-217.
- JACOBY, Sanford. (2001), "Risk and the labor market: societal past as economic prologue". In: BERG, Ivar; KALLEBERG, Arne. (orgs.). *Sourcebook of labor markets: evolving structures and processes*. New York, Plenum Publishers, pp. 31-60.
- JAHODA, Marie; LAZARFELD, Paul; ZEISEL, Hans. (2002 [1933]). *Marienthal: the*

sociography of an unemployed community. London, Transaction Publishers.

JANNUZZI, Paulo. (2016), "Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec". *Estudos em Avaliação Educacional*, 27 (66): 624-661.

JATOBÁ, Jorge. (1994), "A família brasileira na força de trabalho: um estudo de oferta de trabalho – 1978/88". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 24 (1): 1-34.

JELIN, Elizabeth. (1984), *Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad.

_____. (1994), "Las familias em América Latina". *Ediciones de las Mujeres*, 20: 2-24.

JENSEN, Leif; SLACK, Tim. (2003), "Underemployment in America: measurement and evidence". *American Journal of Community Psychology*, 32 (1): 21-31.

JESSOP, Bob. (2004), "The transition to post-Fordism and the Schumpeterian workfare state". In: BURROWS, Roger; LOADER, Brian (orgs). *Towards a post-Fordist Welfare State?*. Londres, Routledge, pp. 13-37.

JESUS, Jordana; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio. (2016). *O efeito protetor da coresidência multigeracional para mães adolescentes na América Latina*. Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Foz do Iguaçu, Paraná.

JORNAL DO BRASIL. (1972). "Diretor do Departamento de Mão de Obra diz que no Brasil não há desemprego". 19 de outubro de 1972. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Diretor%20do%20Departamento%20de%20m%c3%a3o-de-obra%20diz%20que%20no%20Brasil%20n%c3%a3o%20h%c3%a1%20desemprego%22&pqfis=70047>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

KALLEBERG, Arne; SØRENSEN, Aage. (1979), "The sociology of labor markets". *Annual Review of Sociology*, 5 (1): 351-379.

KAMAROVSKY, Mirra. (1940), *The unemployed man and his family: the effect of unemployment upon the status of the man in fifty-nine families*. New York, Dryden Press.

KARAMESSINI, Maria; KOUTENTAKIS, Franciscos. (2014), "Labour market flows and unemployment dynamics by sex in Greece during the crisis". *Revue de l'OFCE*, 133: 215-239.

KASZA, Gregory. (2002), "The illusion of Welfare 'Regimes'". *Journal of Social Policy*, 31 (2): 271-287.

KAUFFMAN, Roger. (1980), "Patterns of unemployment in North America, Western Europe and Japan". In: MALINVAUD, Edmond; FITOUSSI, Jean-Paul (orgs.). *Unemployment in Western Countries*. Londres, The Macmillan Press, pp. 3-35.

KELLERHALS, Jean; MCCLUSKEY, Huguette. (1988), "Uma topografia subjectiva do parentesco: contributo para o estudo das redes de parentesco nas famílias urbanas". *Sociologia*, 5: 169-184.

KESSELRING, Randall; BREMMER, Dale. (2015), "Discouraged vs. added workers: variation by gender, age, and marital status". *The Social Science Journal*, 52: 374-385.

KETTUNEN, Juha. (1997), "Education and unemployment duration". *Economics of Education Review*, 16 (2): 163-170.

- KHATIWADA, Ishwar; SUM, Andrew. (2016), "The widening socioeconomic divergence in the U.S. labor market". In: KIRSCH, Irwin; BRAUN, Henry (orgs.). *The dynamics of opportunity in America: evidences and perspectives*. New York, Springer Open, pp. 197-254.
- KINGDON, Geeta; KNIGHT, John. (2004), "Race and the incidence of unemployment in South Africa". *Review of Development Economics*, 8 (2): 198-222.
- KODDE, David. (1998), "Unemployment expectations and human capital formation". *European Economic Review*, 32 (8): 1645-1660.
- KOWARICK, Lúcio. (1994), *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KRACKHARDT, David. (2003), "The strength of strong ties: the importance of philo in organizations". In: CROSS, Rob; PARKER, Andrew; SASSON, Lisa (orgs.). *Networks in the knowledge economy*. Oxford, Oxford University Press, pp. 82-108.
- KRAMER, Neri. (2016), "Feeding the squeezed middle-class family: maternal stress, dilemmas, contradictions and the third shift". In: GUIGNARD, Florence; CASSIDY, Tanya. (orgs.). *Mothers and food: negotiating foodways from maternal perspectives*. Bradford, Demeter Press.
- KÜCHEMANN, Berlindes. (2012), "Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios". *Revista Sociedade e Estado*, 27 (1): 165-180.
- KOGUT, Alvin; ARON, Sylvia. (1980), "Toward a full employment policy: an overview." *The Journal of Sociology and Social Welfare*, 7 (1): 85-99.
- KON, Anita. (2012), "Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores." *Revista Economia e Tecnologia*, 8 (2): 5-22.
- KORPI, Walter; PALME, Joakim. (2003), "New politics and class politics in the context of austerity and globalization: welfare state regress in 18 countries, 1975-1995". *American Political Science Review*, 97 (3): 425-446.
- KOWARICK, Lúcio. (1994), *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KRENN, Karoline. (2017), "Segmented intermediation: advice concepts in german financial services". *Historical Social Research*, 42: 123-151.
- KRONAUER, Martin. (1998), "Social exclusion and underclass: new concepts for the analysis of poverty". In: ANDREß, Hans. (org.) *Empirical poverty research in comparative perspective*. Aldershot, Ashgate, pp. 51-71.
- KUENZER, Acacia. (2016), "A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho". *Revista Trabalho Necessário*, 14 (25): 37-52.
- KWON, Huck-Ju. (1997), "Beyond European Welfare Regimes: comparative perspectives on East-Asian Welfare Systems". *Journal of Social Policy*, 26 (4): 467-484.
- KYYRÄ, Tomi; PESOLA, Hanna; RISSANEN, Aarne. (2017), "Unemployment insurance in Finland: a review of recent changes and empirical evidence on behavioral responses". *VATT Research Reports*, 184. Disponível em: <https://www.doria.fi/handle/10024/149406>. Acesso em 30 de julho de 2021.
- LAGO, Luiz. (2014), *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo, Companhia das Letras.

- LAHTINEN, Hannu; SIRNIÖ, Outi; MARTIKAINEN, Pekka. (2018), "Social class and the risk of unemployment: trends, gender differences and the contribution of education". *Acta Sociologica*, 63 (3): 303-321.
- LALIVE, Rafael. (2007), "Unemployment benefits, unemployment duration, and post-unemployment jobs: a regression discontinuity approach". *AEA Papers and Proceedings*, 97 (2): 108-112.
- LAMEIRAS, Maria; CARVALHO, Sandro; CORSEUIL, Carlos; RAMOS, Lauro. (2018), "Mercado de Trabalho". *Carta de Conjuntura (Ipea)*, 40: 1-21.
- LAMONT, Michèle. (2012), "Toward a comparative sociology of valuation and evaluation". *Annual Review of Sociology*, 38: 201-221.
- LAMPARD, Richard. (1994). "An examination of the relationship between marital dissolution and unemployment". In: GALLIE, Duncan; MARSH, Catherine; VOGLER, Carolyn. (orgs.). *Social change and the experience of unemployment*. Oxford, Oxford University Press, pp. 264-298.
- LANE, Carrie. (2009), "Man enough to let my wife support me: how changing models of career and gender are reshaping the experience of unemployment". *American Ethnologist*, 36 (4): 681-692.
- LAREAU, Anette. (1987), "Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital". *Sociology of Education*, 60: 73-85.
- LARNER, Wendy. (2000), "Post-Welfare State Governance: towards a code of social and family responsibility". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 7 (2): 244-265.
- LARSEN, Christian; VESAN, Patrick. (2013), "Why public employment services always fail double-sided asymmetric information and the placement of low-skill workers in six European countries". *Public Administration*, 90 (2): 466-479.
- LARSON, Magali. (2013), *The rise of professionalism: monopolies of competence and sheltered markets*. New York, Routledge.
- LAUER, Charlotte. (2005), "Education and unemployment: a French-German comparison". *ZEW Discussion Paper*, 3-34: 1-48.
- LAUZADYTE-TUTLIENE, Agne; BALEZENTIS, Tomas; GOCULENKO, Egle. (2018), "Welfare State in Central and Eastern Europe". *Economics and Sociology*, 11 (1): 100-123.
- LAVINAS, Lena. (2001), "Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos". *Texto para Discussão (Ipea)*, 826.
- _____. (2007), "Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social". *Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (6): 1463-1476.
- _____. (2013), "Brazil: the lost road to Citizen's Income". In: VUOLO, Rubén (org.). *Citizen's income and welfare regimes in Latin America: from cash transfers to rights*. New York, Palgrave MacMillan, pp. 29-50.
- LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo; BARROS, Flávio. (2000), "Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas". *Texto para Discussão (Ipea)*, 756.
- LEAKER, Debra. (2009). Economic inactivity. *Economic & Labor Market Review*, v. 3, n. 2, p. 42-46.
- LECHNER, Elsa. (2009), "Introdução: o olhar biográfico". In: LECHNER, Elsa (org.). *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*. Porto, Edições Afrontamento, pp. 5-11.

- LEIGHTON, Gillian. (1992), "Wives' and husbands' labour market participation and household resource distribution in the context of middle-class male unemployment". In: ARBER, Sara; GILBERT, Nigel. (orgs.). *Women and working lives: divisions and changes*. London, Palgrave Macmillan, pp. 131-147.
- LEITE, Marcia; SALAS, Carlos. (2014), "Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento". *Tempo Social*, 26 (1): 87-100.
- LEONE, Eugenia. (1999), "Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90". *Texto para Discussão (Instituto de Economia da Unicamp)*, 81, pp. 1-28.
- LEONE, Eugênia; MAIA, Alexandre; BALTAR, Paulo. (2010), "Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil". *Economia e Sociedade*, 19 (1): 59-77.
- LESSA, Simone. (2011), "A formação via PNQ e inserção produtiva no CRAS". *Serviço Social e Sociedade*, 106: 284-313.
- LETELIER, Maria. (1999), "Escolaridade e inserção no mercado de trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, 107: 133-148.
- LEWIS, Jane. (1997), "Gender and welfare regimes: further thoughts". *International Studies in Gender, State and Society*, 4 (2): 160-177.
- LIMA, Marcelo. (2012), "Problemas da educação profissional do Governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs". *Trabalho & Educação*, 21 (2): 73-91.
- _____. (2018), "Apresentação: políticas públicas de qualificação e o esvaziamento do direito à educação". *Revista Trabalho Necessário*, 16 (30): 5-17.
- LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka. (2017), "As políticas públicas e o direito à educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus Plano Nacional de Educação". *Educação e Sociedade*, 38 (139): 489-504.
- LIMA, Márcia. (2018), "Sexo e gênero, raça e etnia: desafios das políticas públicas na dimensão interseccional". *Themis: gênero, justiça e direitos humanos*, 3: 35-47.
- LIMA, Márcia; PRATES, Ian. (2019), "Emprego doméstico e mudança social". *Tempo Social*, 31 (2): 149-172.
- LIN, Nan. (2000), "Inequality in social capital". *Contemporary Sociology*, 29 (6): 785-795.
- LINDBECK, Assar. (1997), "Full employment and the welfare state". *The American Economist*, 41 (1): 3-14.
- LINDELLEE, Jayeon. (2018), *Beyond retrenchment: multi-pillarization of unemployment benefit provision in Sweden*. Tese (Doutorado em Trabalho Social), School of Social Work. Lund University.
- LINDSAY, Colin. (2010), "In a lonely place? Social networks, job seeking and the experience of long-term unemployment". *Social Policy and Society*, 9 (1): 25-37.
- LINS, João; TONELLI, Maria; ARANHA, Francisco. (2013), *Envelhecimento da força de trabalho no Brasil: como as empresas estão se preparando para conviver com equipes, que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos?* São Paulo, PWC; FGV.
- LIPIETZ, Alain. (1989), "Fordismo, fordismo periférico e metropolização". *Ensaio FEE*, 10 (2): 303-335.

- LIPPE, Tanja; TREAS, Judith; NORBUTAS, Lukas. (2017), "Unemployment and division of housework in Europe". *Work, employment and society*, 32 (4): 1-20.
- LITTLE, Craig. (1976), "Technical-professional unemployment: middle-class adaptability to personal crisis". *The Sociological Quarterly*, 17: 262-274.
- LJUNGQVIST, Lars; SARGENT, Thomas (1998), "The European unemployment dilemma." *Journal of Political Economy*, 106 (3): 514-550.
- LOBO, Vinicius; ANZE, Viviani. (2014), "A importância estratégica da política pública de intermediação de mão de obra". *Mercado de Trabalho*, 57: 53-64.
- LØDEMEL, Ivar. (2004), "The development of workfare within social activation policies". In: GALLIE, Duncan (org.). *Resisting marginalization: unemployment experience and social policy in the European Union*. Oxford, Oxford University Press, pp. 197-222.
- LUCENA, Francisca; FONSECA, Júlio. (2016), "Análise de impacto do Pronatec em beneficiários". *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, 25: 100-117.
- LUHMANN, Niklas. (1993), *Risk: a sociological theory*. New York, Walter de Gruyter.
- MACEDO, Carmen. (1979), *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Hucitec.
- MACHADO, Danielle; MACHADO, Ana. (2010), "Um aspecto da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais". *Ensaio FEE*, 31 (2): 395-430.
- MACHADO, Lucília. (1998), "Educação básica, empregabilidade e competência". *Trabalho e Educação*, 3: 15-31.
- MACHADO DA SILVA, Luiz. (2002), "Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)". *Caderno CRH*, 37: 81-109.
- MACIEL, Francieli. (2015), *Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade*. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MAIA, Katy; JÚNIOR, Ariciere; SOUZA, Solange; ARAÚJO, Fernanda. (2015), "O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012". *Revista Econômica*, 17 (2): 97-122.
- MALLOY, James. (1976), "Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas". *Revista de Administração Pública*, 10 (2): 5-29.
- MANCIBO, Deise; VALE, Andréa; MARTINS, Tânia. (2015), "Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010". *Revista Brasileira de Educação*, 20 (60): 31-50.
- MANFREDI, Silvia. (2002), *Educação profissional no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- MANSO, Bruno; MAIA, Neuza; FERREIRA, Raíssa; COSTA, Franquisnei. (2019), "A Escola do Trabalhador: e-learning aplicado em política pública de empregabilidade". *Inclusão Social*, 12 (2): 52-63.
- MARES, Isabela; CARNES, Mathew. (2009), "Social policy in developing countries". *The Annual Review of Political Science*, 12: 93-113.
- MARINHO, Danilo Nolasco; BALESTRO, Moisés Villamil; WALTER, Maria. (2010), *Políticas públicas de emprego no Brasil: avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego*. Brasília, Verbis.

- MARON, Leila; MEULDERS, Danièle. (2008), "Having a child: a penalty or bônus for mothers and father's employment in Europe?" *Working Paper Series, L'Université Libre de Bruxelles*. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/dul/wpaper/08-05rs.html>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.
- MARSDEN, Peter; GORMAN, Elizabeth. (2001), "Social networks, job changes, and recruitment". In: BERG, Ivar; KALLEBERG, Arne (orgs.). *Sourcebook of labor markets: evolving structures and processes*. New York, Plenum Publishers, pp. 467-502.
- MARTELETO, Letícia. (2012). Educational inequality by race in Brazil, 1982-2007: structural changes and shifts in racial classification. *Demography*, 49 (1): 337-358.
- MARTELLO, Alexandro. (2013), "Codefat mantém correção menor para o seguro-desemprego". *Jornal O Globo*, 15 de agosto. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/correcao-do-seguro-desemprego-permanece-em-620-decide-codefat.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.
- MARUANI, Margaret; REYNAUD, Emmanuèle. (2004), *Sociologie de l'emploi*. Paris, La Découverte.
- MASSI, Luciana; MUZZETI, Luci; SUFICIER, Darbi. (2017), "A pesquisa sobre trajetórias escolares no Brasil". *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12 (3): 1854-1873.
- MATOSO, Filipe. (2017), "Tempo de estudo no Brasil é inferior ao de países de Mercosul e Brics, aponta IDH". *Jornal O Globo*, 21 de março. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/tempo-de-estudo-no-brasil-e-inferior-ao-de-paises-de-mercosul-e-brics-aponta-idh.ghtml>. Acesso em 19 de novembro de 2021.
- MATTEO, Morgandi; FIETZ, Katharina; ED, Malin; DE FARIAS, Alison; WEBER, Michael. (2020), "Enhancing coverage and cost-effectiveness of Brazil's unemployment protection system: insights from international experience". *The World Bank*. Disponível em: <http://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5168/Enhancing-Coverage-and-Cost-effectiveness-of-Brazil-s-Unemployment-Protection-System-Insights-from-International-Experience.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 31 de julho de 2020.
- MATTOS, Fernando; LIMA, Sergiany (2015), "Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil". *Economia e Sociedade*, 24 (2): 293-328.
- MAZZA, Jacqueline. (2013), "Connecting workers to Jobs: Latin American innovations in labor intermediation services". *Latin American Policy*, 4 (2): 269-284.
- MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn. (1982), "Women and weak ties: differences by sex in the size of voluntary organization". *American Journal of Sociology*, 87 (4): 883-904.
- MCQUAID, Ronald. (2006), "Job search success and employability in local labor markets". *The Annals of Regional Science*, 40 (2): 407-421.
- MEDEIROS, Marcelo. (1999), "A transposição de teorias sobre a institucionalização do Welfare State para o caso dos países subdesenvolvidos". *Texto para Discussão (Ipea)*, 695.
- _____. (2001), "A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990". *Texto para Discussão (Ipea)*, 852.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. (2002), "Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998". *Texto para Discussão (Ipea)*, 886: 1-21.
- MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério; CARVALHAES, Flavio. (2019), "Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil". *Texto para Discussão (Ipea)*, 2447.

- MELO, Hildete; CASTILHO, Marta. (2009). "Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?" *Revista de Economia Contemporânea*, 13 (1): 135-158.
- MELSERT, Ana; BOCK, Ana. (2015), "Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres". *Educação e Pesquisa*, 41 (3): 773-789.
- MENEZES, Andrey; CUNHA, Marina. (2013), "Uma análise da duração do desemprego no Brasil (2002 - 2011)". *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, 13 (1): 37-58.
- MENEZES, Vitor. (2018), "Família e posição de classe: a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva". *Texto para Discussão (IPEA)*, 2379.
- _____. (2020), "Perfis educativos e repertórios de acesso a empregos". *Boletim de Análise Político-Institucional*, 23: 81-90.
- _____. (2021), "Mercado de trabalho e convivência intergeracional: contribuições sobre a inatividade e o desemprego de longa duração". In: CASTELLO, Graziela; COSTANZO, Daniela. (orgs.). *Desafio Longeviver: estudos sobre mercado de trabalho e envelhecimento populacional*. São Paulo, CEBRAP, pp. 37-70.
- _____. (2022). "Trajetórias sociais em estratos médios: família, escolaridade e trabalho". *Revista Sociologia & Antropologia*, 12 (2): 1-23.
- MENEZES, Wilson; DEDECCA, Cláudio. (2006), "Avaliação da duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo". *Revista de Economia Contemporânea*, 10 (1): 35-60.
- MENEZES-FILHO, Naércio. (2010), "Apagão de mão de obra qualificada?" *Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia*. Disponível em: <https://iaf.jusbrasil.com.br/noticias/2201033/apagao-de-mao-de-obra-qualificada>. Acesso em 18 de novembro de 2021.
- _____. (2015), "Como melhorar a educação no Brasil?" *Revista Interesse Nacional*. Disponível em: <http://prisma.design/interessenacional/2015/10/05/como-melhorar-a-educacao-no-brasil/>. Acesso em 19 de novembro de 2021.
- MENEZES-FILHO, Naercio; PICCHETTI, Paulo. (2000), "Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 3 (1): 23-48.
- MENEZES-FILHO, Naercio; CABANAS, Pedro; KOMATSU, Bruno. (2014), "Tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro". *Policy Paper (Centro de Políticas Públicas – INSPER)*. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/PolicyPaper_Mercado_de_Trabalho.pdf. Acesso em 14 de maio de 2022.
- MENNICKEN, Andrea; ESPELAND, Nelson. (2019), "What's new with numbers? Sociological approaches to the study of quantification". *Annual Review of Sociology*, 45 (1): 223-245.
- MINAMIGUCHI, Márcio. (2017), *Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares*. Tese (Doutorado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
- MINCER, Jacob. (1991), "Education and unemployment". *NBER Working Paper*, 3838: 1-34.
- MISHRA, Ramesh. (1990), *The Welfare State in capitalist society: policies of retrenchment and maintenance in Europe, North America and Australia*. New York, Routledge.
- MOEN, Phyllis. (1979). Family impacts of the 1975 recession: duration of unemployment. *Journal of Marriage and the Family*, 41: 561-572.

- MOFFITT, Robert; NICHOLSON, Walter. (1982), "The effect of unemployment insurance on unemployment: the case of Federal Supplemental Benefits". *The Review of Economics and Statistics*, 64 (1): 1-11.
- MONSUETO, Sandro; CARRIJO, Bárbara; GOUVEIA, Jaqueline. (2017), "Uma proposta de classificação das ocupações da PME usando indicadores de qualidade". *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline-Moraes-Assis-Gouveia/publication/341135675_Uma_proposta_de_classificacao_das_ocupacoes_da_PME_usando_indicadores_de_qualidade/links/5eb0a603299bf18b959597fc/Uma-proposta-de-classificacao-das-ocupacoes-da-PME-usando-indicadores-de-qualidade.pdf. Acesso em 16 de abril de 2022.
- MONTAGNER, Paula. (2004), "A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher". In: COSTA, Ana; OLIVEIRA, Eleonora; LIMA, Maria; SOARES, Vera (orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo, CUT Brasil, pp. 71-80.
- MONTAGNER, Paula; HAGA, Atsuko. (2003), "Pesquisa de emprego e desemprego: sua importância como metodologia de pesquisa". *São Paulo em Perspectiva*, 17 (3): 135-141.
- MONTALI, Lilia. (2003), "Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego". *São Paulo em Perspectiva*, 17 (2): 123-135.
- _____. (2006), "Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23 (2): 223-245.
- _____. (2012), "Homens e mulheres no mercado de trabalho e os desafios para a equidade". In: ARILHA, Margareth; CAETANO, André; GUEDES, Moema; MARCONDES, Gláucia. (org.). *Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas*. Campinas, Librum, pp. 89-103.
- _____. (2015), "Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos". *Revista Latinoamericana de Población*, 8 (14): 105-127.
- MONTICELLI, Thays. (2021), "Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?" *Revista Sociedade e Estado*, 36 (1): 83-107.
- MOOD, Carina. (2009). "Logistic regression: why we cannot do what we think we can do, and what we can do about it". *European Sociological Review*, 26 (1): 67-82.
- MORAIS, Maria; REGO, Paulo. (2017), "Determinantes socioeconômicos da coabitação familiar dos jovens e da formação de novos domicílios no Brasil urbano". *Texto para Discussão (Ipea)*, 2351.
- MORCEIRO; Paulo; GUILHOTO, José. (2019), *Desindustrialização setorial no Brasil*. São Paulo, Estudo IEDI.
- MOREIRA, Ajax; FOGUEL, Miguel; CORSEUIL, Carlos. (2017), "Fluxos no mercado de trabalho e dinâmica do desemprego em diferentes horizontes temporais". *Texto para Discussão (Ipea)*, 2345.
- MORENO, Renata. (2019), *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo.

- MORETTO, Amilton. (2007), *O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada*. Campinas. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade de Campinas.
- _____. (2018), “O Sine no século XXI: informação, tecnologia e políticas públicas de trabalho”. In: MORETTO, Amilton; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria. (orgs.). *As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social*. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, pp. 213-232.
- MORETTO, Amilton; PRONI, Marcelo. (2011), “O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente”. *Economia e Desenvolvimento*, 10 (1): 7-35.
- MORGENSTERN, Richard; BARRETT, Nancy. (1974), “The Retrospective Bias in Unemployment Reporting by Sex, Race and Age”. *Journal of the American Statistical Association*, 69 (346): 355–357.
- MORTENSEN, Dale. (1986), “Job search and labor market analysis”. In: ASHENFELTER, Orley; LAYARD, Richard. (org.). *Handbook of labor economics*. Amsterdam, North Holland, pp. 849-919.
- MOSER, Liliane; DAL PRÁ, Keli. (2016), “Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do ‘familismo’ nas políticas sociais brasileiras”. *Textos & Contextos*, 15 (2): 382-392.
- MOTTA, Alda; WELLER, Wivian. (2010). “Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica”. *Revista Sociedade e Estado*, 25 (2): 175-184.
- MOUNTIAN, André; DIAZ, Maria. (2018), “Aposentadoria e a transição para o trabalho por conta própria no Brasil metropolitano”. *Nova Economia*, 28 (3): 849-878.
- MOURÃO, Aline; ALMEIDA, Mariana; AMARAL, Ernesto. (2013), “Seguro-desemprego e formalidade no mercado de trabalho brasileiro”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30 (1): 251-270.
- MOUSTERI, Victoria; DALY, Michael; DELANEY, Liam. (2018), “The scarring effect of unemployment on psychological well-being across Europe”. *Social Science Research*, 72: 146-169.
- NASCIMENTO, Paulo. (2011), “Há escassez generalizada de profissionais de carreiras técnico-científicas no Brasil? Uma análise a partir dos dados do CAGED”. *Mercado de Trabalho*, 49: 19-28.
- NATALINO, Marco; LOPEZ, Felix. (2020), “Introdução à edição temática Classes Sociais, Estado e Desigualdades”. *Boletim de Análise Político-Institucional (Ipea)*, 23: 7-16.
- NELSON, Kenneth. (2010), “Social assistance and the minimum income benefits in old and new EU democracies.” *International Journal of Social Welfare*, 19: 367-378.
- NERI, Marcelo; FONTES, Adriana. (2010), “Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de políticas públicas”. *FGV Social*. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/ES62Ref_INF_INFORMALIDADE-E-TRABALHO-NO-BRASIL_NeriFontescurto.pdf. Acesso em 22 de dezembro de 2020.
- NERY, Pedro. (2015), “O que é rotatividade (e porque é um problema)?” *Brasil: economia e governo*, 15 de outubro. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2015/04/15/o-que-e-rotatividade-e-por-que-e-um-problema/>. Acesso em 9 de outubro de 2020.

- NETO, Giacomio; ZYLBERSTAJN, Hélio. (1999), "O seguro-desemprego e o perfil dos segurados no Brasil: 1986-1998". *Anais do III Encontro Nacional de Economia: 1903-1922*.
- NICHOLS, Austin; MITCHELL, Josh; LINDNER, Stephan. (2013), "Consequences of long-term unemployment". *Urban Institute*. Disponível em: https://www.urban.org/sites/default/files/publication/23921/412887-Consequences-of-Long-Term-Unemployment.PDF?source=post_page-----. Acesso em 07 de janeiro de 2021.
- NICKELL, Stephen. (2003), "Labour market institutions and unemployment in OECD countries". *CESifo Dice Report*, 2.
- NICKELL, Stephen; NUNZIATA, Luca; OCHEL, Wolfgang. (2005), "Unemployment in the OECD since the 1960s: what do we know?". *The Economic Journal*, 115: 1-27.
- NICKELL, Stephen; BELL, Brian. (2014), "The collapse in demand for the unskilled and unemployment across the OECD". *Oxford Review of Economic Policy*, 11 (1): 40-62.
- NIEMI, Beth; LLOYD, Cynthia. (1975), "Sex differentials in earnings and unemployment rates". *Feminist Studies*, 2 (2): 194-201.
- NOGUEIRA, Danielle; RAMOS, Wilsa; MELO, Livia; TEXEIRA, Janaína; BICALHO, Rute. (2019), "Contribuições da Escola do Trabalhador para a democratização do acesso à educação". *Inclusão Social*, 12 (2): 34-51.
- NOGUEIRA, Maria. (2010), "Classes médias e escola: novas perspectivas de análise". *Currículo sem Fronteiras*, 10 (1): 213-231.
- NOREAU, Nathalie. (1996), "The many faces of unemployment". *Statistics Canada*. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/75-001-x/1996001/article/2527-eng.pdf?st=yao3XT0o>. Acesso em 21 de janeiro de 2022.
- NUN, José. (1969), "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal." *Revista Latinoamericana de Sociología*, 5 (2).
- O'BRIEN, Frederick; SALM, Claudio. (1970), "Desemprego e subemprego no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, 24 (4): 93-137.
- O'CONNELL, Philip; MCGUINNESS, Seamus; KELLY, Elish. (2012), "The transition from short to long-term unemployment: a statistical profiling model for Ireland". *The Economic and Social Review*, 43 (1): 135-164.
- ODENCRANTZ, Louise. (1940), "Recent developments in employment services". *The Vocational Guidance Journal*, 18 (4): 249-253.
- OESCH, Daniel; VON OW, Anna. (2017), "Technical-professional unemployment: middle-class adaptability to personal crisis". *European Sociological Review*, 33 (2): 275-291.
- OFFE, Claus. (1984), *Contradictions of the Welfare State*. London, Hutchinson Publishing Group.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. (1934), *Unemployment Provision Convention*. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C044. Acesso em 24 de janeiro de 2020.
- _____. (2015a). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Uruguay*. Geneva, OIT.

_____. (2015b). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Chile*. Geneva, OIT.

_____. (2015c). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Argentina*. Geneva, OIT.

_____. (2015d). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Colombia*. Geneva, OIT.

_____. (2015e). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Ecuador*. Geneva, OIT.

_____. (2015f). *Public employment services in Latin America and the Caribbean: Paraguay*. Geneva, OIT.

_____. (2017), *World Social Protection Report: universal social protection to achieve the sustainable development goals (2017-2019)*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_604882.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO - OCDE. (1996), *The OECD jobs search strategy: pushing ahead with the strategy*. Paris, OECD Publishing.

_____. (1998), *The public employment service: Greece, Ireland, Portugal*. Paris, OECD Publishing.

_____. (2004), *Taxing wages – special feature: broadening the definition of the average worker*. Paris, OECD Publishing.

_____. (2014), “The role of the UK Public Employment Service in job brokerage and activation strategies”. In: OCDE (org.). *Connecting people with jobs: activation policies in the United Kingdom*. Paris, OECD Publishing, pp. 137-180.

_____. (2015a), *OECD employment outlook: 2015*. Paris, OCDE.

_____. (2015b), *Strengthening public employment services*. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2015/Strengthening-Public-Employment-Services.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

_____. (2016). *Education at glance 2016: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing.

OLIVEIRA, Antônio. (2016), Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI. *Espaço e Economia*, 4 (8): 1-20.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. (2003), “Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas”. *Tempo Social*, 15 (2): 195-217.

OLIVEIRA, Pedro; SCORZAFAVE, Luiz; PAZELLO, Elaine. (2009), “Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: a diferença entre homens e mulheres”. *Nova Economia*, 19 (2): 291-324.

OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria. (2011), “Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos”. *Revista de Administração Pública*, 45 (5): 1517-1538.

OSTERMAN, Paul (2004), “Labor Market intermediaries in the modern labor market”. In: GILLOTH, Robert (org). *Workforce intermediaries*. Filadelfia, Temple University Press, pp. 155-169.

OZKAN, Umut. (2013), “Comparing formal unemployment compensation systems in 15 OECD countries”. *Social Policy & Administration*, 48 (1): 44-66.

- PAIVA, Odair. (2004), *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, EDUSC.
- PAIVA, Paulo. (1986), "Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão de obra no Brasil: de 1950 a 2000". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 3 (1): 63-86.
- PALIER, Bruno. (2010), "Continental Western Europe". In: CASTLES, Francis; LEIBFRIED, Stephan; LEWIS, Jane; OBINGER, Herbert; PIERSON, Christopher (orgs.). *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford, Oxford University Press, pp. 601-616.
- PAMPLONA, Nicola. (2018), "Número de pessoas que desistiram de procurar emprego bate recorde: desalento no país chegou a 4,8 milhões de pessoas no segundo trimestre". *Folha de São Paulo*. 16 de agosto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/numero-de-pessoas-que-desistiram-de-procurar-emprego-bate-recorde.shtml?origin=folha>. Acesso em 18 de abril de 2021.
- PAOLI, Maria. (1992), "A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil". *Tempo Social*, 4 (2): 17-41.
- PASTORE, José. (1976), "Emprego, renda e mobilidade social no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 6 (3): 551-586.
- PAUGAM, Serge. (2016), "Social Bonds and Coping Strategies of Unemployed People in Europe". *Italian Sociological Review*, 6 (1): 27-55.
- PAULA, Luiz; PIRES, Manoel. (2017), "Crise e perspectivas para a economia brasileira". *Estudos Avançados*, 31 (89): 125-144.
- PAYNE, Roy; WARR, Peter; HARTLEY, Jean. (1984), "Social class and psychological ill-health during unemployment". *Sociology of Health and Illness*, 6 (2): 152-174.
- PEDULLA, David; NEWMAN, Katherine. (2011), "The family and community impacts of underemployment". In: MAYNARD, Douglas; FELDMAN, Daniel. (orgs.). *Underemployment: psychological, economic, and social challenges*. New York, Spring, pp. 233-250.
- PEIXOTO, Anne; WURMBAUER JUNIOR, Bruno. (2019), "A Escola do Trabalhador, a reforma trabalhista e o seguro-desemprego: o desafio da empregabilidade". *Inclusão Social*, 12 (2): 237-249.
- PÉLISSIER, Daniel. (2017). "Initiation à la lexicométrie: Approche pédagogique à partir de l'étude d'un corpus avec le logiciel iramuteq". *Présence Numérique des organisations*, 2017. Disponível em: https://presnumorg.hypotheses.org/files/2016/04/Initiation_lexico_Iramuteq_Mars2017_v6.pdf. Acesso em 27 de maio de 2019.
- PELLIZZARI, Michele. (2006), "Unemployment duration and the interactions between unemployment insurance and social assistance". *Labour Economics*, 13: 773-798.
- PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara. (2019), "Conflitos desiguais: homens e mulheres na articulação casa-trabalho no Brasil". *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9 (3): 720-749.
- PINHEIRO, Luana; LIMA JÚNIOR, Antonio; FONTOURA, Natália; SILVA, Rosane da. (2016), "Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014". *Nota Técnica (Ipea)*, 24.
- PINHEIRO, Luana; TOKARKSI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. (2020), "Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil". *Nota Técnica (Ipea)*, 75.

- PINTO, Mario-Daniel. (2014), "Análisis de la protección ante el desempleo en América Latina". *Comisión Económica para América Latina y el Caribe: Serie Macroeconomía del desarrollo*, 157.
- PIRES, Álvaro. (2014), "Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico". In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 154-211.
- PIRES, Manoel. (2016), "Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira". *Brazilian Keynesian Review*, 2 (2): 247-251.
- PIRES, Manoel; LIMA JÚNIOR, Arnaldo. (2014), "Análise econômica do programa seguro-desemprego: uma reflexão sobre o espaço disponível para ajuste das despesas do FAT". *Mercado de Trabalho (Ipea)*, 56: 51-66.
- POCHMANN, Marcio. (2015), "Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano". *Estudos Avançados*, 29 (85): 7-19.
- POLANYI, Karl. (1957 [1944]), *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston, Beacon Paperback.
- POSTHUMA, Anne. (1999), "Transformações do emprego no Brasil na década de 90". In: POSTHUMA, Anne. (org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo, Editora 34, pp. 11-34.
- POWELL, Douglas; DRISCOLL, Paul. (1973), "Middle-class professionals face unemployment". *Society*, 10 (2): 18-26.
- QUADAGNO, Jill. (1978), "Theories of the Welfare State". *Annual Review of Sociology*, 13: 109-128.
- QUIJANO, Aníbal. (1966), "Notas sobre el concepto de marginalidad social". *Repositorio CEPAL*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/33553/S6600664_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- RADZIUKIEWICZ, Małgorzata. (2020), "Diagnosing the reasons for economic inactivity in the polish population". *Economic and Regional Studies*, 13 (1): 15-32.
- RAIHER, Augusta. (2016), "Condição de pobreza e vulnerabilidade da mulher brasileira". *Informe GEPEC*, 20 (1): 116-128.
- RAIKES, Luke; DAVIES, Bill. (2015), "European employer's perspectives on long-term unemployment, recruitment and public employment services". *Institute for Public Policy Research*. Disponível em: https://www.ippr.org/files/publications/pdf/employers-perspectives-long-term-unemployment_May2015.pdf. Acesso em 4 de dezembro de 2021.
- RAMOS, Carlos. (2003), *Políticas públicas de geração de emprego e renda: justificativas teóricas, contexto histórico e experiências brasileira. Texto para Discussão (Universidade de Brasília)*, 277.
- RAMOS, Carlos; FREITAS, Paulo. (1998), "Sistema Público de Emprego: objetivos, eficiência e eficácia". *Planejamento e Políticas Públicas*, 17: 59-104.
- RAMOS, Carlos; LOBO, Vinícius; ANZE, Viviani. (2015), "A importância alocativa das políticas de emprego". *Mercado de Trabalho*, 58: 37-50.
- RAMOS, Lauro; SOARES, Ana. (1995), "Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil". *Revista de Economia Política*, 15 (3): 84-96.

- RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria. (2001), “Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 803.
- RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo. (2004), “O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 1011.
- RAMOS, Lauro; AGUAS, Marina; FURTADO, Luana. (2011), “Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias”. *Economia Aplicada*, 15 (4): 595-611.
- RAMOS, Wilsa; BICALHO, Rute; NOGUEIRA, Danielle; MELO, Lívia; TEIXEIRA, Janaína. (2019), “Qualificação profissional na Escola do Trabalhador: por uma nova ecologia do conhecimento”. *Em Rede: Revista de Educação à Distância*, 6 (1): 104-122.
- RAPP, Rayna (1978), “Family and class in contemporary America: notes toward and understanding of ideology”. *Science & Society*, 42 (3): 278-300.
- RATINAUD, Pierre. (2018), “Amélioration de la précision et de la vitesse de l’algorithme de classification de la méthode Reinert dans IRaMuTeQ”. In: IEZZI, D.; CELARDO, L.; MISURACA, M. (orgs.). *JADT’ 2018: Proceedings of the 14th international conference on statistical analysis of textual data*. Rome, Universitalia, pp. 616–625.
- REINERT, Max. (1983), “Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l’analyse lexicale par contexte”. *Les Cahiers de l’Analyse des Données*, 8 (2): 187-198.
- _____. (1987), “Classificaton Descendante Hierarchique et analyse lexical par contexte: application au corpus de poesies d’A. Rimbaud”. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 13: 53-90.
- _____. (1990), “Alceste une méthodologie d’analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval”. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 26: 24-54.
- REIS, Maurício. (2019), “Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego para o emprego?” *Texto para Discussão (Ipea)*, 2488.
- REMILLON, Delphine. (2019), “Unemployment and turning points in careers: a conventionalist analysis”. *Historical Social Research*, 44 (1): 92-118.
- RENAUT, Sylvie. (2003), “L’entraide familiale dans un environnement multigénérationnel”. *Recherches et Prévisions*, 71: 21-44.
- RETAMOSO, Alejandro. (2002), “Ciclo de vida familiar, patrones reproductivos y el trabajo como activo. Evolución y estrategias en Uruguay”. *Notas de Población*, 29 (74): 111-162.
- REYNAUD, Bénédict. (2013), “L’a catégorie chômeur, une construction socio-politique.” *Regard Croisés sur L’Économie*, 13: 11-20.
- RIBEIRO, Carlos. (2017). “Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional”. *Mercado de Trabalho*, 62: 49-65.
- RIBEIRO, Carlos; CARVALHAES, Flávio. (2020), “Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na Sociologia de 2000 a 2018”. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais (BIB)*, 92: 1-46.
- RIBEIRO, Luís. (2010), “Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil”. *Caderno CRH*, 23 (59): 221-233.

- RICA, Sara De La; REBOLLO-SANZ, Yolanda. (2017), "Gender differentials in unemployment during the Great Recession in Spain". *De Economist*, 165: 67-99.
- RICOEUR, Paul. (1997), *Tempo e narrativa*: tomo III. Campinas, Papirus.
- RIZEK, Cibele (2006), "Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa". *Revista Estudos de Sociologia*, 11 (21): 49-58.
- ROCHA, Juliana. (2011), *Formação inicial de trabalhadores e elevação da escolaridade: políticas públicas de qualificação profissional em discussão (1963-2011)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Sonia. (1996), "Renda e pobreza: os impactos do Plano Real". *Texto para Discussão (Ipea)*, 439.
- RODRÍGUEZ, Santiago. (2018), "Afinidades electivas en Argentina: un análisis de homogamia y heterogamia educativa". *Revista de Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social*, 28: 154-169.
- ROMANELLI, Geraldo. (1995), "O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 76 (184): 445-476.
- _____. (2017), "O pai e a escolarização dos filhos". *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19 (2): 321-337.
- ROSANVALLON, Pierre. (2000), *The new social question: rethinking the welfare state*. New Jersey, Princeton University Press.
- ROSS, Martha; BATEMAN, Nicole. (2019), "Meet the low-wage workforce". *Metropolitan Policy Programs at Brookings*. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/11/201911_Brookings-Metro_low-wage-workforce_Ross-Bateman.pdf#page=9. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- ROTH, Wolff-Michael. (2005), "Making classifications (at) work: ordering practices in science". *Social Studies of Science*, 35 (4): 581-621.
- SABARWAL, Shwetlena; SINHA, Nistha; BUVINIC, Mayra. (2010), "How do women weather economic shocks? A review of the evidence". *Policy Research Working Paper*, World Bank, 5496: 1-43.
- SABOIA, Ana; CAILLAUX, Elisa. (2003), "Comentários dos resultados de Famílias e Domicílios". In: IBGE. *Censo Demográfico 2000: famílias e domicílios - resultados da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 45-68.
- SABÓIA, João. (1986), "Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983". *Revista de Economia Política*, 6 (3): 82-106.
- _____. (2005), "Salário-mínimo e mercado de trabalho no Brasil no passado recente". In: BALTAR, Paulo; DEDECCA, Cláudio; KREIN, José (orgs.). *Salário-mínimo e desenvolvimento*. São Paulo, Unicamp, pp. 59-70.
- SABOIA, João; KUBRUSLY, Lucia. (2021), "Evolução das ocupações no Brasil no crescimento e na crise: um estudo dos subgrupos principais no período 2003/2017". *Economia Aplicada*, 25 (4): 609-636.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1985), "Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras". *Perspectivas*, 8: 95-141.
- SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-Caroline. (2006). "A comida dos favelados". *Estudos Avançados*, 20 (58): 123-132.

- SAHIN, Aysegül; SONG, Joseph; HOBIJIN, Bart. (2010), "The unemployment gender gap during the 2007 Recession". *Current Issues in Economics and Finances*, 16 (2): 1-7.
- SALAI, Robert; BAVEREZ, Nicolas; REYNAUD, Bénédicte. (1986), *L'invention du chômage: histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980*. Paris, Presses Universitaires de France.
- SALATA, André. (2015), "Quem é Classe Média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe". *Dados*, 58 (1): 111-149.
- SALLES, Moacyr; STAMPA, Inês. (2016), "Passado e presente na política de educação profissional no Brasil". *Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social*.
- SALM, Claudio. (2009), "Qualificação da força de trabalho e formação profissional." In: SABOIA, João (org). *Tendências da qualificação da força de trabalho*. Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 9-24.
- SALOMON, Marta. (2000), "Tribunal vê desvio e ineficiência no FAT". *Folha de São Paulo*, 14 de maio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1405200012.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- SANTIAGO, Carlos; VASCONCELOS, Ana. (2017), "Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil". *Nova Economia*, 27 (2): 213-246.
- SANTOS, Ana; OTTONI, Bruno; OLIVEIRA, Ana. (2019), "Evolução dos prêmios salariais relativos a habilidades ocupacionais: uma análise do período de 2006 a 2016". *Anais do 46º Encontro Nacional de Economia*.
- SANTOS, Milton. (2010), *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Wanderley. (1979), *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- _____. (1989), "A gênese da ordem". In: CEPAL (org.). *Reflexões sobre a Natureza do Bem-Estar*. Brasília, Comissão Econômica para América Latina e Caribe, pp. 52-85.
- SARGENT, Frank. (1912), "Statistics of unemployment and the work of employment offices". *Bulletin of the United States Bureau of Labor*, 1.
- SARTI, Cynthia. (1994). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo.
- SAUTHIER, Ingrid. (2009), "Histoire de la définition du chômage". *Courrier des Statistiques*, 127: 5-12.
- SCHMID, Günther. (1995), "A new approach to labour market policy: a contribution to the current debate on efficient employment policies". *Economic and Industrial Democracy*, 16: 429-456.
- SCHWARCZ, Lilia. (1996), "As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX". In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo, Editora da USP, pp. 147-185.
- SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio. (2013), "Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra". *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 21 (80): 563-624.
- SCORZAFAVE, Luiz; MENEZES-FILHO, Naércio. (2001), "Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 31 (3): 441-478.

- SCRUGGS, Lyle; ALLAN, James. (2006), "Welfare-state decommodification in 18 OECD countries: a replication and revision". *Journal of European Social Policy*, 16 (1): 55-72.
- SCRUGGS, Lyle; ALLAN, James. (2008), "Social stratification and welfare regimes for the twenty-first century: revisiting the Three Worlds of Welfare Capitalism". *World Politics*, 60 (4): 642-664.
- SEGALEN, Martine. (1986), *Historical anthropology of the family*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SEGURA-UBIERGO, Alex. (2007), *The political economy of the Welfare State in Latin America: globalization, democracy and development*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SENKEVICS, Adriano; MACHADO, Taís; OLIVEIRA, Adolfo. (2016), *A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep*. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- SHAMIR, Boas. (1986). "Self-Esteem and the Psychological Impact of Unemployment". *Social Psychology Quarterly*, 49 (1): 61-72.
- SILVA, Claudeci da; CUNHA, Marina. (2018), "O efeito do trabalhador adicional no Brasil: resposta do cônjuge ao desemprego do chefe de família (2012 a 2017)". *Anais do 46º Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*.
- SILVA, Nelson do Valle. (1980), "O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (1): 21-44.
- SILVA FILHO, Luís; SANTOS, José. (2013), "O que determina a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro?" *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 15 (28): 111-121.
- SIMÕES, Pedro; ALVES, José; SILVA, Pedro. (2016), "Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego?" *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 33 (3): 541-566.
- SINGER, André. (2015), "Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 102: 39-67.
- SINGER, Paul. (1971), "Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969". *Cadernos Cebap*, 3: 1-106.
- SJÖBERG, Ola; CARROL, Eero; PALME, Joakim (2021), "Unemployment insurance". In: BÉLAND, Daniel; MORGAN, Kimberly; OBINGER, Herbert; PIERSON, Christopher (orgs.). *The Oxford handbook of the Welfare State*. Oxford, Oxford University Press, pp. 573-588.
- SOARES, Fábio. (2004), "Do informal workers queue for formal jobs in Brazil?" *Texto para Discussão (Ipea)*, 1021.
- SOLANO, Carlos. (2007), "América Latina: regímenes de bienestar en transición durante los años noventa". *Caderno CRH*, 20 (50): 197-211.
- SØRENSEN, Aage; KALLEBERG, Arne (2018), "An outline of a theory of the matching of persons to jobs". In: GRUSKY, David (org.). *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Nova York, Routledge, pp. 632-640.
- SORJ, Bila. (2013), "Arenas of care at the intersections between gender and social class in Brazil". *Cadernos de Pesquisa*, 43 (149): 478-491.

- _____. (2014). "Socialização do cuidado e desigualdades sociais". *Tempo Social*, 26 (1): 123-128.
- SOTTOLI, Susana. (2002), "La política social em América Latina: diez dimensiones para el análisis y el diseño de políticas". *Papeles de Población*, 34: 43-64.
- SOUZA, Flavia. (2017), *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- SOUZA, Laetícia; RIOS-NETO, Eduardo; QUEIROZ, Bernardo. (2011), "A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 28 (1): 57-79.
- SOUZA, Marconi; SILVA, Yuri; JANNUZZI, Paulo. (2015), "Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: bolsa formação para formalização do emprego e dos microempreendedores individuais: análise dos participantes beneficiários do Bolsa Família e inscritos no cadastro único". *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, 24: 162-185.
- SOUZA, Paulo. (1981), "Emprego e renda na 'pequena produção' urbana no Brasil". *Estudos Econômicos*, 11 (1): 57-82.
- SOUZA JÚNIOR, José; LEVY, Paulo. (2014), "Impactos do novo regime demográfico brasileiro sobre o crescimento econômico (2010-2050)". In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro, Ipea, pp. 213-240.
- SPASOVA, Slavina; BOUGET, Denis; GHAILANI, Dalila; VANHERCKE, Bart. (2017), "Access to social protection for people working on non-standard contracts and as self-employed in Europe: a study of national policies". *European Social Policy Network*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bart_Vanhercke/publication/316739736_Access_to_social_protection_for_people_working_on_non-standard_contracts_and_as_self-employed_in_Europe/links/591046a4458515978188f7e4/Access-to-social-protection-for-people-working-on-non-standard-contracts-and-as-self-employed-in-Europe.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2020.
- SPOSATI, Aldaíza. (2009), "Modelo brasileiro de proteção social não-contributiva: concepções fundantes". In: BRASIL (org.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, MDS e UNESCO, pp. 13-56.
- STACK, Carol. (1974), *All our kin: strategies for survival in a black community*. New York, Harper & Roll.
- STANDING, Guy. (1981), "The notion of voluntary unemployment". *International Labour Review*, 128 (5): 563-579.
- STARKE, Peter; OBINGER, Herbert; CASTLES, Francis (2008), "Convergence toward where? In what ways, if any, are welfare states becoming more similar?". *Journal of European Policy*, 5 (7): 975-1000.
- STEINER, Philippe. (2017), "Economy as matching". *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01494492v2/document>. Acesso em 31 de março de 2022.
- STEINKE, John. (1969), "Some problems in the measurement of unemployment". *Journal of Industrial Relations*, 11 (1): 39-53.

- STONE, Linda. (2001), "Introduction: Theoretical implications of new directions in anthropological kinship". In: STONE, Linda. *New directions in anthropological kinship*. Maryland, Rowman e Litchfield Publishers, pp. 1-20.
- STOVEL, Katherine; FOUNTAIN, Christine. (2009), "Matching". In: HEDSTRÖM, Peter; BEARMAN, Peter (orgs.). *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford, University Press, pp. 365–390.
- TATSIRAMOS, Konstantinos. (2009), "Unemployment insurance in Europe: unemployment duration and subsequent employment stability". *Journal of the European Economic Association*, 7 (6): 1225-1260.
- TAVARES, Maria; BELLUZZO, Luiz. (1979), "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". *Revista Administração de Empresas*, 19 (1): 7-16.
- TAYLOR, Janet. (2002). "Unemployment and family life". In: SAUNDERS, Peter; TAYLOR, Richard. (org.). *The price of prosperity: the economic and social costs of unemployment*. Sidney: University of New South Wale Press, pp. 65-85.
- TEIXEIRA, Gibran; NETO, Giácomo. (2014), "O Programa do Seguro-Desemprego no Brasil: uma análise histórica de 1986 a 2010". *Indicadores Econômicos FEE*, 42 (2): 9-22.
- TEIXEIRA, Juliana; SARAIVA, Luiz; CARRIERI, Alexandre. (2015), "Os lugares das empregadas domésticas". *Organizações & Sociedade*, 22 (72): 161-178.
- TELFORD, Taylor. (2019), "Income inequality in America is the highest it's been since Census Bureau started tracking it, data shows". *Washington Post*, 26 de setembro. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2019/09/26/income-inequality-america-highest-its-been-since-census-started-tracking-it-data-show/>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- TELLES, Vera. (2006), "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo Social*, 18 (1): 73-195.
- THEODORO, Mario. (2004), "As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil". In: RAMALHO, Jether; ARROCHELLAS, Maria. (orgs.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo, Editora Cortez, pp. 77-111.
- THIESENHUSEN, William; MELMED-SANJAK, Jolyne. (1990), "Brazil's agrarian structure: changes from 1970 through 1980". *World Development*, 18 (3): 393-415.
- THOMAS, Eugene; MCCABE, Esther; BARRY, Jane. (1980), "Unemployment and family stress: a reassessment". *Family Relations*, 29: 517-524.
- TIMBERLAKE, Sharon. (2005), "Social capital and gender in workplace". *Journal of Management Development*, 24 (1): 34-44.
- TOKARNIA, Mariana. (2015), "Cursos de Pronatec não dão vantagem na reinserção no mercado, mostra estudo". *Uol*, 25 de setembro. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/09/25/cursos-do-pronatec-nao-dao-vantagem-na-reinsercao-no-mercado-mostra-estudo.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- TOLEDO, Flaviana; RUMMERT, Sonia. (2009), "O PNQ e a política de qualificação profissional de trabalhadores a partir dos anos 1990". *Trabalho Necessário*, 7 (9): 1-28.
- TOMAZELLI, Idiana (2017), "Programa de qualificação do governo emprega só 10% dos alunos". *Estadão*, 24 de outubro. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,programa-de-qualificacao-do-governo-emprega-so-10-dos-alunos,70002057740>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

- TRAVASSOS, Claudia; VIACAVA, Francisco; LAGUARDIA, Josué. (2008), “Os suplementos saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil”. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11 (1): 98-112.
- TRICKEY, Heather. (2001), “Comparing workfare programmes: features and implications”. In: LØDEMEL, I; TRICKEY, H. (orgs.). *‘An offer you can’t refuse’: workfare in international perspective*. Bristol, The Policy Press, pp. 247-294.
- TROYANO, Annez (1990), “A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos”. *São Paulo em Perspectiva*, 4 (3): 69-74.
- UNIÃO EUROPEIA – UE. (1998), *Council Recommendation of July 6*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:31998H0454&from=EN>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- _____. (2019), *Assessment Report on PES Capacity*. Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- ULYSSEA, Gabriel. (2007), “Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica”. *Texto para Discussão (Ipea)*, 1261.
- VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela; FARIAS, Luís. (2009), “Social Protection in Brazil: what has changed in social assistance after the 1988 Constitution”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (3): 731-741.
- VANSTEENKISTE, Maarten; LENS, Willy; DE WITTE, Siegfried; DE WITTE, Hans; DECI, Edward. (2004), “The ‘why’ and ‘why not’ of job search behaviour: Their relation to searching, unemployment experience, and well-being”. *European Journal of Social Psychology*, 34: 346-363.
- VARGAS, Francisco. (2014), “O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: integração precária e desenvolvimento desigual”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2 (4): 183-203.
- VASCONCELOS, Ana; GOMES, Marília. (2012), “Transição demográfica: a experiência brasileira”. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 21 (4): 539-548.
- VASCONCELOS, Pedro. (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”. *Análise social*, 37 (163): 507-544.
- VELHO, Gilberto. (2003), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VÉRAS, Maura. (2016), “Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 4 (7): 175-210.
- VIANA, Raquel; SOUZA, Carla; FRANCO, Marco; SOUZA, Luiza; MIRANDA-RIBEIRO, Adriana. (2019). “Carências habitacionais no Brasil e na América Latina: o papel do ônus excessivo com aluguel urbano”. *Caderno de Geografia*, 29 (56): 287-305.
- VIANNA, Maria. (1997), “Política versus economia: notas (menos pessimistas) sobre globalização e Estado de Bem-Estar”. GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria (orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp. 155-175.
- VIANNA, Marcia. (2006), *A discussão histórica da informalidade: significados e formas de representação*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- VICECONTI, Paulo. (1977), "O processo de industrialização brasileira". *Revista Administração de Empresas*, 17 (6): 33-43.
- VIEIRA, Carlos; ALVES, Edgard. (1995), "Qualificação profissional: uma proposta de política pública". *Texto para Discussão (Ipea)*, 376.
- VIEIRA, Fabiola; SANTOS, Isabela; OCKÉ-REIS, Carlos; RODRIGUES, Paulo. (2018), *Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro, CEBES.
- VIEIRA, Maria; REIS, Renato; SOBRAL, Julieta. (2017), "Uma análise das concepções que permeiam a formação profissional do Pronatec". *Estudos em Avaliação Educacional*, 28 (67): 190-213.
- VISSER, Ricardo; SIQUEIRA, Gustavo. (2020), "Defendendo a sociedade: um estudo sobre a trajetória de oito juízes". *Ciências Sociais Unisinos*, 56 (3): 404-416.
- VITALE, Maria. (2015), "Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea". In: ACOSTA, Ana; VITALE, Maria. (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, Editora Cortez, pp. 107-120.
- XAVIER, Flavia; NEVES, Jorge. (2012), "Estrutura social e transmissão intergeracional de status: uma análise hierárquica". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29 (2): 259-275.
- WAJNMAN, Simone (1995), *A ocupação na perspectiva de ciclo de vida: uma aplicação do modelo de incrementos e decrementos*. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais.
- WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio; AGOSTINHO, Cintia. (2006), "Estrutura domiciliar e distribuição de renda familiar no Brasil". In: BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente (Volume 1)*. Brasília, Ipea, pp. 423-442.
- WALLACE, Claire. (2002), "Household strategies: their conceptual relevance and analytical scope in social research". *Sociology*, 36 (2): 275-292.
- WALTERS, William. (2000), *Unemployment and government: genealogies of the social*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WEBER, Max. (1978 [1922]), *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*, University of California Press.
- _____. (1982), "Classe, Estamento e Partido". In: GERTH, Hans; WRIGHT MILLS, Charles (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC Editora, pp. 211-228.
- WEISHAUPT, Timo. (2011 a), *From the manpower revolution to the activation paradigm: explaining institutional continuity and change in an integrating Europe*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- _____. (2011 b). "Governing public employment services: recent trends in social partnership and privatization". *Joint OECD/University of Maryland International Conference*. Disponível em: http://www.umdcipe.org/conferences/LaborActivationParis/Papers/Weishaupt_GoverningPE_S_Nov_2_2011.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- WENDLING, Maria; WAGNER, Adriana. (2014), "Saindo da casa dos pais: a construção de uma nova identidade familiar". In: WAGNER, Adriana. (org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre, Editora Universitária da PUCRS, pp. 123-134.

WILENSKY, Harold; LEBEAUX, Charles. (1958), *Industrial Society and Social Welfare*. Nova York, The Free Press.

WOLF, Eric. (1990), “Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas”. In: BANTON, Richard (org.). *Antropologia social de las sociedades complejas*. Madrid, Alianza Editorial, pp. 19-39.

WONG, Laura; CARVALHO, José. (2006), “O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23 (1): 5-26.

WOORTMAN, Klaus. (1978). *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final*. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie020empdf.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2021.

_____. (1984), “A família trabalhadora”. *Série Antropológica*, 40: 1-25.

ZAGO, Nadir. (2011), “Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: questionamentos e tendências em sociologia da educação”. *Revista Luso-Brasileira*, 2 (3): 57-83.

ZWERLING, Craig; SILVER, Hilary. (1992), “Race and job dismissals in a Federal Bureaucracy”. *American Sociological Review*, 57 (5): 651-660.

ZYLBERSTAJN, Eduardo; SOUZA, André. (2015), “The ins and outs of unemployment in a dual labor market”. *Anais do 43 Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*.

APÊNDICE

Anexo 1: Quantificação de segurados, de trabalhadores com carteira assinada e de trabalhadores desempregados (1992-2019)

Ano	Quantidade de segurados	Quantidade de trabalhadores com carteira assinada	Quantidade de desempregados	Taxa de desemprego (em %)	% de trabalhadores registrados
1992	3.895.157	20.120.536	4.573.719	6,5	58,1
1993	3.759.623	20.086.595	4.395.621	6,2	56,8
1994	4.031.230	-	-	-	
1995	4.742.043	20.645.580	4.509.833	6,1	57,1
1996	4.360.917	20.760.028	5.079.895	6,9	56,8
1997	4.400.738	21.068.417	5.881.776	7,8	57,1
1998	4.357.528	21.093.561	6.922.619	9	56,7
1999	4.315.593	20.984.263	7.639.068	9,6	56,1
2000	4.176.004	-	-		
2001	4.686.756	23.912.517	7.872.926	9,3	56,5
2002	4.803.535	24.708.939	7.954.605	9,1	56,3
2003	4.971.712	25.579.706	8.627.312	9,7	57,6
2004	4.812.008	27.221.153	8.240.725	8,9	57,4
2005	5.362.968	28.610.420	8.908.070	9,3	58,5
2006	5.749.511	29.864.105	8.148.820	8,4	59,1
2007	6.149.789	31.575.645	7.973.757	8,1	60,7
2008	6.816.600	33.655.623	7.105.617	7,1	61,9
2009	7.330.864	34.359.635	8.420.960	8,3	62,6
2010	7.439.915	-	-		
2011	7.839.900	38.271.203	6.729.536	6,7	67,3
2012	7.779.832	39.101.405	6.266.056	7,3	68,1
2013	8.291.800	38.645.263	7.047.849	7,2	69
2014	8.440.041	39.415.437	6.831.546	6,9	69,9
2015	7.668.624	38.922.507	8.858.520	8,8	70
2016	7.180.776	37.362.750	11.791.629	11,5	68,9
2017	6.515.063	36.213.335	13.059.011	12,5	67,2
2018	6.240.206	35.865.593	12.638.418	12	65,9
2019	6.304.546	36.933.191	12.490.593	11,7	66,1

Fonte: Ministério do Trabalho, PNAD (1992-2011) e PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Nota: A taxa de desemprego é calculada com base na força de trabalho, enquanto a proporção de trabalhadores registrados leva em conta o número de trabalhadores registrados no total de empregados.

Anexo 2: Taxa de desemprego e cobertura efetiva do seguro-desemprego no Brasil (1993-2017)

	Taxa de desemprego (%)	Número de desempregados	Número de beneficiários	Cobertura efetiva (%)
1993	6,2	4.395.621	297.829	6,77
1996	6,9	5.079.895	329.624	6,49
1999	9,6	7.639.068	352.095	4,61
2002	9,1	7.954.605	373.149	4,69
2005	9,3	8.908.070	415.183	4,66
2008	7,1	7.105.617	543.741	7,65
2011	6,7	6.729.536	588.115	8,74
2014	6,8	6.661.844	702.928	10,55
2017	12,4	12.905.580	490.841	3,8

Fonte: PNAD, PNAD-C e Ministério da Economia. Elaboração própria.

Anexo 3: Cálculo do Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil (1996-2017)

	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014	2017
Taxa líquida de reposição (%)	2	2	4	4	4	4	4	6
Quantidade de semanas de trabalho necessárias para se tornar elegível	2	2	2	2	2	2	2	1
Quantidade máxima de dias de espera	2	2	2	2	2	2	2	2
Duração máxima do benefício em semanas	2	2	2	2	2	2	2	2
Cobertura efetiva (%)	6,49	4,61	4,69	4,66	7,65	8,74	10,55	3,8
Score	51,92	36,88	46,9	46,6	76,5	87,4	105,5	41,8

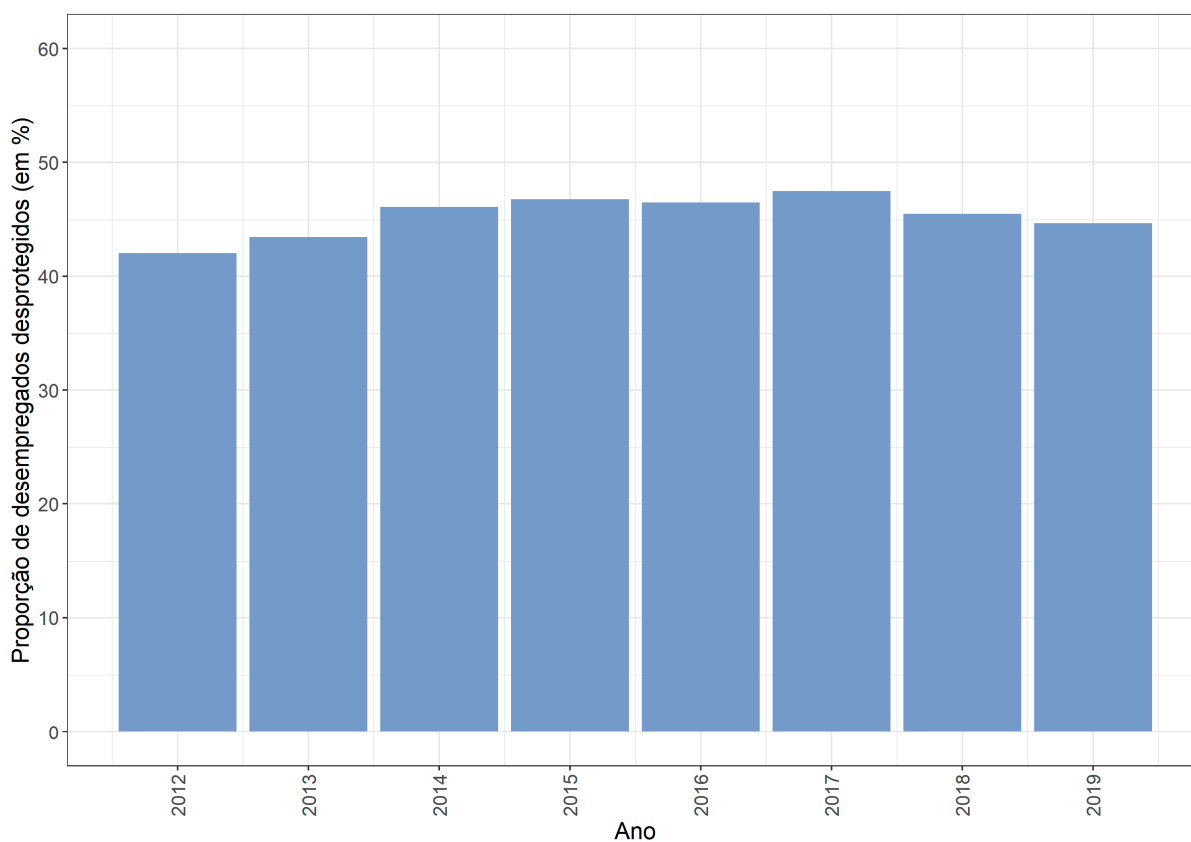
Fonte: Rais, Ministério da Economia, PNAD e PNAD-C. Elaboração própria.

Anexo 4: Cálculo do Índice de Desmercantilização do seguro-desemprego no Brasil e em países selecionados da OCDE (2017)

	Taxa de reposição (%)	Tempo necessário para se tornar elegível (semanas)	Quantidade máxima de dias de espera	Quantidade máxima de parcelas (semanas)	Cobertura efetiva (%)	Score
Brasil	4	2	1	1	3,8	30,4
Alemanha	4	2	3	2	49,59	545,48
Áustria	4	2	3	2	55,67	612,37
Bélgica	4	1	3	3	100	1100
Canadá	4	3	2	2	42,73	470,08
Dinamarca	4	2	3	3	41,72	500,64
Espanha	4	2	3	3	18,55	222,59
Estados Unidos	2	3	3	1	28,07	252,64
Finlândia	4	2	2	2	72,85	728,51
França	4	3	2	3	94,34	1132,12
Holanda	6	2	3	3	73,88	1034,31
Irlanda	2	2	2	2	22,99	183,97
Itália	4	3	2	3	37,84	454,06
Japão	4	2	2	2	20,02	200,18
Portugal	6	2	3	2	34,03	442,36
Reino Unido	2	2	2	1	4,99	34,97
Suécia	4	2	2	2	23,89	238,86
Suíça	6	2	1	2	61,68	678,51

Fonte: Para os países da OCDE, *OECD Stats* e *OECD Social Benefit Recipients (SOCR)*. Para o Brasil, RAIS, Ministério da Economia e PNAD-C. Elaboração própria.

Anexo 5: Razão entre desempregados pobres sem acesso a subsídios públicos no domicílio/ desempregados pobres (2012-2019)



Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

Nota: A PNAD-C sofreu uma mudança metodológica no quarto trimestre de 2015, quando o acesso a benefícios passou a ser contabilizado a partir dos indivíduos, e não mais pela existência de beneficiários nos domicílios. Por esse motivo, os períodos 2012-2015 e 2016-2019 devem ser comparados com cautela. O índice de 2015 considera apenas os primeiro, segundo e terceiro trimestres.

Anexo 6: Número de trabalhadores contratados e demitidos no Brasil

	Quantidade de postos do Sine	Trabalhadores contratados	Trabalhadores demitidos	Eventos
2000	1.189	9.668.132	9.154.973	18.823.105
2001	1.245	10.351.643	9.200.331	19.551.974
2002	1.383	9.812.379	9.329.878	19.142.257
2003	1.434	9.809.343	9.411.131	19.220.474
2004	1.479	11.296.496	9.773.220	21.069.716
2005	1.506	12.179.001	10.925.020	23.104.021
2006	1.590	12.831.149	11.602.463	24.433.612
2007	1.618	14.341.289	12.723.897	27.065.186
2008	1.683	16.659.330	15.207.127	31.866.457
2009	1.711	16.187.640	15.192.529	31.380.169
2010	1.406	19.204.847	17.067.900	36.272.747
2011	1.471	20.562.620	18.996.577	39.559.197
2012	1.511	20.432.039	19.563.798	39.995.837
2013	1.463	20.942.051	20.211.364	41.153.415
2014	1.455	20.661.059	20.508.345	41.169.404
2015	1.460	16.861.712	18.487.263	35.348.975
2017	1.341	14.172.042	15.543.405	29.715.447
2018	1.341	14.084.869	14.208.298	28.293.167
2019	1.353	14.887.209	14.466.131	29.353.340

Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

**Anexo 7: Período de referência para a procura por trabalho em pesquisas domiciliares
(1999)**

	1 semana	1 mês	Acima de 1 mês
África	Egito, Gâmbia, Quênia, Malawi, Nigéria, Sudão, Tunísia	Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zimbábue, Botswana	Etiópia, Ilhas Maurício, Uganda
América do Sul	Brasil , Bolívia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela	Colômbia, Guiana Francesa	Chile, Equador
América do Norte	México	Canadá, Estados Unidos	
América Central	Cuba, Porto Rico	Bahamas, Guadalupe, Martinica	Barbados, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Jamaica, Trinidad e Tobago
Ásia	Bangladesh, Índia, Israel, Irã, Japão, Kuwait, República da Coreia, Paquistão, Filipinas, Síria, Sri Lanka	Chipre, Hong Kong, Jordânia, Macau, Nepal, Arábia Saudita, Singapura, Tailândia, Iêmen	China, Malásia, Turquia
Europa	Albânia, Armênia, Luxemburgo, Suécia, Macedônia	Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Kosovo, Lituânia, Letônia, Moldávia, Noruega, Portugal, Polônia, Rússia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suíça, Ucrânia, Reino Unido	
Oceania		Austrália, Nova Zelândia	

Fonte: ILO (1999)¹⁸⁴. Elaboração própria.

¹⁸⁴ Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/SSM3/E/SSM3.html>.

Anexo 8: Frequência dos subgrupos da CBO (2012-2019)

	Frequência (% do total)
Trabalhadores dos serviços	16,54
Escriturários	14,32
Trabalhadores de funções transversais	7,99
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	7,79
Trabalhadores de atendimento ao público	5,11
Profissionais do ensino	4,90
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	4,35
Professores leigos e de nível médio	2,93
Gerentes	2,86
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	2,61
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	2,48
Trabalhadores na exploração agropecuária	2,43
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	2,43
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	2,30
Profissionais das ciências sociais e humanas	2,18
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	2,04
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharias e afins	1,80
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	1,70
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	1,33
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	1,20
Total	90,99

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (2012-2019). Elaboração própria.

Anexo 9: Questionário socioeconômico aplicado nos ambientes de procura laboral e qualificação em Salvador (BA)

CARACTERÍSTICAS DE PERFIL

Data de nascimento:

Naturalidade:

Sexo:

- (a) Masculino
- (b) Feminino
- (c) Outro

O(a) senhor(a) se considera:

- (a) Branco
- (b) Pardo
- (c) Preto
- (d) Amarelo
- (e) Indígena

Em que bairro você mora?

ESCOLARIDADE

Identificar o maior nível de escolaridade alcançado:

SE AINDA FREQUENTA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Qual é o nível de ensino que frequenta?

Qual é a série que frequenta?

Você está matriculado(a) em instituição pública ou privada?

Qual o nome da instituição em que você está matriculado(a)?

No caso de curso superior, qual o seu curso?

SE NÃO FREQUENTA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou?

Você frequentou em instituição pública ou privada?

Qual o nome da instituição que você frequentou?

Você concluiu esse nível de ensino?

No caso de curso superior: qual o seu curso?

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

NO CASO DE TRABALHADOR DESEMPREGADO:

Há quantos tempo você está desempregado?

Qual foi o seu último trabalho remunerado? Com o que você trabalhava?

Quantas horas você dedicava por semana a esse trabalho?

Qual era o seu rendimento nesse trabalho?

NO CASO DE TRABALHADOR OCUPADO:

Há quantos tempo você está nesse emprego?

Quantas horas você dedica por semana a esse trabalho?

Qual é o seu rendimento atual nesse trabalho?

Anexo 10: Roteiro de entrevista aplicado aos usuários dos ambientes de procura laboral e qualificação em Salvador (BA)

Experiências anteriores no mercado de trabalho [no caso dos alunos da EMAB, as perguntas abarcaram os empregos mais relevantes após a formação universitária]

- Eu gostaria que você me contasse qual foi o seu último emprego. Que tipo de trabalho você fazia? Quanto ganhava mais ou menos? Qual era a importância financeira desse trabalho para sua família? Quem era seu patrão? O trabalho era longe ou perto de casa? Quem lhe ajudou a encontrar esse trabalho?
- Quantas pessoas trabalhavam na sua família nesse momento? Ou era apenas você?
- Como foi a sua saída desse trabalho? E quando você perdeu esse trabalho, qual foi o impacto sobre sua família?

Desemprego e esfera familiar [no tempo presente ou no passado]

- Como é a rotina da casa em que você mora? Com quem você convive? Com o que essas pessoas trabalham?
- Além da sua casa, você possui familiares em outras localidades? Em que momentos seus familiares se encontram?
- No tempo livre, o que você normalmente faz com seus familiares? Comparando com o período em que você ainda trabalhava, você acha que isso mudou depois que você ficou sem emprego?
- Há quanto tempo você está desempregado? Na sua opinião, você passa por dificuldades por estar desempregado? De que tipo? Se não passa dificuldades, como é possível ultrapassar esse momento de desemprego sem grandes problemas?
- E para a sua família, a sua saída do mercado de trabalho afetou em algo?
- Nos dias de hoje, sua família, tanto na sua casa quanto fora dela, lhe oferece algum tipo de ajuda? Se sim, que tipo de ajuda? E quem são os familiares que lhe ajudam? Onde eles moram? Caso não ofereça, o que você pensa sobre isso? O que você acha que poderia ser feito?
- Você acha que a sua família poderia fazer algo a mais por você, nesse momento em que você está desempregado? Se sim, o que?
- E outras pessoas, que não são parentes, estão te ajudando atualmente? Se sim, quem são essas pessoas? Onde elas moram? E que tipo de ajuda elas lhe oferecem?
- Atualmente, mais alguém na sua família está desempregado? Se sim, quem?
- Você atualmente faz algo por parentes que estão desempregados? E por outras pessoas? Que tipos de ajuda são essas? E onde moram essas pessoas?
- E como são feitas as tarefas domésticas na sua casa? Se a gente comparar agora com as épocas em que você estava trabalhando, existem diferenças? Se sim, quais são essas diferenças e como você explica essas diferenças?
- Como sua família organiza as despesas agora, com você estando desempregado?
- A sua família possui alguma reserva financeira, para situações desse tipo? Se sim, em que momento essa reserva foi construída? Se não, como vocês lidam com situações imprevistas, como doenças ou reparos na casa?
- Agora, gostaria que você descrevesse algum acontecimento que te marcou, na sua relação com sua família, durante o período atual em que você está sem trabalho. Por que você acha que isso foi tão importante?
- Hoje em dia, você possui algum tipo de ajuda vinda do Governo? Se sim, que tipo? Recebe algum tipo de ajuda de igrejas? Se sim, fale um pouco como elas ocorrem.
- E você tem acesso ao seguro-desemprego? Se sim, para que despesas você direciona o auxílio? Você compartilha esse dinheiro com mais alguém?
- Você já ficou sem emprego outras vezes? Se sim, eu gostaria que você comparasse esses momentos com o período atual: quais são as diferenças? E quais são as semelhanças?

[para os trabalhadores inscritos no SineBahia]

- Falando agora do Sine, essa é a primeira vez que você vem para cá? Se sim, o que achou da experiência? Se já veio antes, o que aconteceu após o encaminhamento?
- Como você ficou sabendo do Sine? Alguém te incentivou a vir para cá?
- Que tipo de trabalho você está procurando no momento?
- Além do Sine, você tem tomado outras medidas para procurar empregos? Caso seja mais de uma, qual dessas você acha que tem chances de dar melhores resultados?

[para os alunos da EMAB]

- Como foi a sua decisão de frequentar o curso da EMAB?
- Como você arcou com o pagamento do curso? Contou com a ajuda de alguém?
- Qual sua avaliação sobre a sua experiência no curso? E sobre os efeitos do curso na sua atuação profissional?
- Você está atualmente dedicado à preparação para algum concurso público? Se sim, qual?
- Como é, ou era, a sua rotina de estudos?
- Você contou como tem arcado com os custos para a realização de concursos públicos (inscrição, passagens etc.)? Tem contado com a ajuda de alguém?

Anexo 11: Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido das entrevistas aplicadas aos usuários dos ambientes de procura laboral e qualificação em Salvador (BA)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Circuitos familiares protetivos durante o desemprego”¹⁸⁵, desenvolvida por Vitor Matheus Oliveira de Menezes, discente de Doutorado em 2018 da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Professora Nadya Araujo Guimarães.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é: verificar as percepções dos indivíduos sobre suas carreiras, observando as experiências de entrada e saída no mercado de trabalho. Além disso, a pesquisa buscará conhecer as famílias dos indivíduos que se encontram atualmente em procura de trabalho ou em processo de qualificação, levando em conta o suporte familiar que essas famílias lhes provêm, tanto no plano material quanto no afetivo.

Critério de inclusão

O convite se deve à sua participação em um dos seguintes ambientes: o SineBahia ou a Escola de Magistrados da Bahia. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em participação em entrevista, gravada por meio de um gravador de voz comum.

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

¹⁸⁵ Título da Tese no momento de realização das entrevistas.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados por meio de uma tese de Doutorado.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo que uma das vias será entregue ao participante. Todas as páginas devem ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Vitor Matheus Oliveira de Menezes – Pesquisador

Contato com o pesquisador responsável:

Telefone: -----

E-mail: -----

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Anexo 12: Perfil dos entrevistados no SineBahia

ID	Sexo	Idade	Estudo	Raça	Bairro	Renda familiar	Último emprego	Último salário	Tempo desempregado
1	M	32	EMI	Preto	Paripe	1 SM	Pintor	R\$1600	3 anos
2	F	35	EMC	Parda	Pirajá	R\$1500	Auxiliar de secretaria	1 SM	3 anos
3	F	23	ESI	Preta	Sussuarana	"mil e pouco"	Atendente	1 SM	1 ano e 3 meses
4	M	23	EMC	Preto	Itapuã	R\$1600	Procurando primeiro emprego	-	3 anos
5	M	38	EMI	Pardo	Simões Filho	Não sabe	Armador de ferragem	R\$1823	10 meses
6	F	39	EMC	Preta	Alto do Cabrito	Não sabe	Atendente de telemarketing	R\$700	6 meses
7	M	30	ESI	Amar elo ¹	São Caetano	R\$700	em informática	R\$1200	2 anos
8	F	37	EMC	Preta	Pernambúes	Sem renda	Promotora de vendas	R\$1180	6 meses
9	F	38	ESC	Parda	Engenho Velho de Brotas	R\$1000	Comerciante	R\$800	1 mês
10	M	52	ESC	Pardo	Cosme de Farias	R\$3000	Recursos Humanos	R\$2370	1 ano e 8 meses
11	M	51	EFI	Pardo	Jardim Santo Inácio	Sem renda	Serviços gerais	1 SM	2 anos e meio
12	F	20	EMC	Parda	Plataforma	1 SM	Camareira	60 reais por serviço	4 meses
13	M	24	EMC	Pardo	Alto do Cabrito	R\$500	Lojista	R\$1020	1 ano e 2 meses
14	F	40	EMC	Preta	Calabetão	Sem renda	Operadora de produção	R\$1280	7 meses
15	M	40	EMC	Pardo	Nova Brasília	R\$1300	Motorista	R\$1440	2 meses
16	F	39	ESI	Preta	Cabula	R\$1900	Vendedor	R\$1600	1 ano e meio
17	M	33	EMI	Preto	Rio Vermelho	Sem renda	Chefe de fila em restaurante	1 SM	8 meses
18	F	48	EMC	Parda	Bela Vista	R\$2400	Encarregada de serviço de limpeza	R\$1417	1 ano
19	F	40	ESC	Preta	Nova Brasília	R\$1630	Empregada doméstica	1 SM	3 anos

ID	Sexo	Idade	Estudo	Raça	Bairro	Renda familiar	Último emprego	Último salário	Tempo desempregado
20	M	25	EMC	Preto	Tancredo Neves	R\$2500	Lojista	R\$1160	1 ano
21	F	27	ESI	Preta	Cajazeiras V	Sem renda	Atendente de telemarketing	1 SM	1 ano
22	F	45	EFI	Outra ²	Pernambué	R\$1000	Empregada doméstica	R\$1500	2 anos
23	M	34	ESI	Pardo	Engenho Velho de Brotas	Sem renda	Controlador de manutenção	R\$2017	1 ano e meio
24	F	32	ESI	Parda	Tancredo Neves	R\$600	Operadora de caixa de supermercado	R\$1200	7 meses
25	F	40	ESI	Preta	Mussurunga	R\$1400	Agente de microcrédito	R\$1280	1 ano e meio
26	M	23	EMC	Preto	Cosme de Farias	1 SM	Armador	1 SM	3 anos
27	F	31	ESI	Parda	Pernambué	R\$5000	Operadora de caixa de supermercado	1 SM	2 anos
28	M	34	EFI	Pardo	Fazenda Grande do Retiro	R\$1200	Entregador	R\$1100	5 meses
29	F	25	ESC	Preta	Simões Filho	R\$2000	Recepcionista	R\$1062	1 ano e 3 meses
30	M	53	ESI	Preto	Brotas	R\$1200	Porteiro	R\$1350	1 mês

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019 com trabalhos inscritos no Sine. Elaboração própria.

Nota: Para o sexo, M se refere ao sexo masculino e F ao feminino. Na escolaridade, EF se refere ao Ensino Fundamental, EM ao Ensino Médio e ES ao Ensino Superior, sendo que C e I designam se o nível é completo ou incompleto. Os valores para os rendimentos e para o tempo de desemprego foram aproximações apresentadas pelos interlocutores durante as entrevistas. Para o salário-mínimo, utilizei a abreviação SM.

¹ O entrevistado se referia à cor de sua pele, mas não possuía ascendência asiática;

² A entrevista recusou as opções disponíveis, e disse ser "morena".

Anexo 13: Perfil dos entrevistados na EMAB

ID	Sexo	Idade	Estudo	Raça	Bairro	Renda familiar	Emprego	Salário
31	M	38	ESC	Preto	Mata Escura	R\$3.300	Advogado	R\$3.300
32	M	59	ESC	Pardo	Rio Vermelho	R\$3.300	Advogado	Variável
33	F	28	ESC	Branca	Cabula	R\$20.000	Advogada	R\$2.500
34	M	30	ESC	Pardo	Canela	R\$11.000	Técnico judiciário	R\$11.000
35	M	41	ESC	Pardo	Vila Laura	R\$13.000	Advogado	Variável
36	M	32	ESC	Pardo	Pituba	R\$10.000	Desempregado (2 anos)	-
37	M	57	ESC	Pardo	Pituba	R\$6.000	Advogado	Variável
38	M	34	ESC	Pardo	Brotas	4 SM	Advogado	Variável
39	M	32	ESC	Pardo	Itapuã	R\$20.000	Assessor de desembargador	R\$10.000
40	F	32	ESC	Branca	Pituba	R\$15.000	Procuradora municipal	R\$7.100
41	F	46	ESC	Parda	Canela	R\$20.000	Desempregada (3 anos)	-
42	F	29	ESC	Preta	Monte Serrat	R\$4.000	Advogada	Variável
43	F	28	ESC	Parda	Paulo Afonso	R\$4.500	Vendedora	Variável
44	F	35	ESC	Parda	Rio Vermelho	R\$25.000	Advogada	Variável
45	F	31	ESC	Branca	Costa Azul	R\$7.000	Conciliadora	R\$2.000
46	M	32	ESC	Branca	Patamares	R\$12.000	Advogado	R\$10.000
47	F	45	ESC	Branca	Itinga	R\$3.500	Cargo administrativo	R\$3.500
48	M	63	ESC	Indígena	Jauá	R\$6.000	Agente de turismo	R\$6.000
49	F	29	ESC	Parda	Pituba	R\$60.000	Assessora de juiz	R\$12.700
50	M	27	ESC	Branca	Vila do Atlântico	R\$32.000	Assessor de desembargador	R\$9.000
51	M	51	ESC	Parda	Ondina	R\$30.000	Advogada	R\$20.000

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019 com ex-alunos da EMAB. Elaboração própria.

Nota: Para identificação das siglas, ver Anexo 13.